REVISTA BRASILEIRA
DE ESTATÍSTICA

Ano VI | JULHO-SETEMBRO, 1945 | N.º 23

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
(Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de seus Conselhos)

ESTATÍSTICA, GEOGRAFIA, RECENSEAMENTO *

MAIS uma vez cabe ao Presidente do Instituto e de seus Conselhos a grata incumbência, que, se decorre de um preceito regimental, também atende aos imperativos do aprêço e da estima, de exprimir-vos, na solene instalação dos vossos trabalhos, os votos de cordiais boas-vindas. E significar-vos, ainda, a sua irredutível confiança nos altos e nobres propósitos que vos congregam a todos, os que vindes dos diferentes rincões da Pátria, mobilizando inteligências e vontades em prol da boa e generosa causa a que serve o nosso Instituto, a que servimos todos nós.

Nos primeiros tempos, quando se fincavam os marcos iniciais da longa estrada que já abrange, cronològicamente, quase um decênio, seria esta mais uma oportunidade para a exegese daqueles princípios basilares que, informando a estrutura do nosso sistema, representam a sua fonte de vitalidade perene. A experiência já demonstrou, porém, com a lógica insofismável dos fatos, quanto era rico de energia criadora o sábio pensamento de construção política que orientou, em moldes *sui generis* e, conseqüentemente, fiéis às peculiaridades brasileiras, a solução dos problemas que entravavam o conhecimento exato, preciso e objetivo do patrimônio geográfico do país e das atividades que nêle se desenvolvem, dando-lhe expressão social e conteúdo humano.

Há perfeita sintonia espiritual entre os acentos da voz que vos fala e as pulsações dos corações que a escutam. Esta "conversa ao pé da lareira", que o regimento nos impõe, no limiar destas gratas reuniões dos dois grandes ramos de nossa genealogia profissional — o estatístico e o geográfico —, adquire, por conseguinte, um novo sentido. Converte-se, a bem dizer, num dêsses íntimos serões de família, tão freqüentes nos lares brasileiros, como resquício das bases patriarcais que modelaram a nossa formação. Nêles só há lugar para as expansões do afeto recíproco; para as confidências sôbre os bons e os maus dias, idos e vividos, para o culto à memória dos mortos identificados pela saudade comum.

---

* Discurso-relatório pronunciado na instalação da sexta sessão ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos dirigentes do Instituto, em julho de 1945

A América e o Brasil em face da guerra

Estivestes reunidos pela última vez quando daquele memorável acontecimento que o Brasil inscreveu entre as mais altas conquistas do espírito empreendedor de seus homens de govêrno: a confirmação de Goiânia, através do conjunto de solenidades que constituiram o seu "batismo cultural", nos foros de capital de Goiás. O grande Estado mediterrâneo nos oferecia, então, um exemplo admirável de compreensão dos rumos que nos cabe imprimir à marcha das nossas fôrças civilizadoras, se quisermos traduzir em têrmos de valência social o patrimônio legado à soberania brasileira pelos rudes construtores de Pátrias que traçaram, com intuição miraculosa, a linha de nossa grandeza futura, em suas investidas heróicas do litoral conquistado para o Oeste misterioso e desconhecido.

No interregno dos vossos trabalhos, que as circunstâncias emergentes tornaram, por exceção, bem maior dessa vez, coube à humanidade viver as horas mais terríveis e dramáticas que a História registra, como impressionante advertência à insânia dos povos divorciados das normas jurídicas que regulam a convivência internacional. O tremendo conflito que, já então, chegara ao seu clímax, ampliou ainda mais o campo de incidência, alcançando as terras livres da América. A guerra atingiu assim o Continente cujo grande *leader*, êsse admirável campeão da Liberdade que foi FRANKLIN DELANO ROOSEVELT, colhido pelas malhas da morte na ante-manhã da vitória que o seu idealismo inexcedível ajudou a construir, tudo fêz para preservar da onda de sangue em que submergia o velho Mundo. Nem outro deveria ser o destino da América — exemplo de civilização pacífica, baseada no respeito à dignidade da pessoa humana e modelada segundo rígidos princípios de acatamento ao direito alheio; — padrão de uma cultura que sòmente se pode valer dos recursos da fôrça quando é preciso assegurar a sobrevivência das regras de vida e das prerrogativas morais que constituem a própria razão de ser dos homens livres.

Fiel às tradições de sua política exterior, invariàvelmente orientada no sentido da solidariedade pan-americana, também o Brasil foi arrastado, por agressão traiçoeira, a uma participação direta na luta que pôs em perigo as melhores conquistas do progresso humano.

Quis o destino que, ao encontrarmo-nos agora, três anos após a reunião de Goiânia, boa parte do mundo haja emergido das sombras aziagas que o nazi-fascismo projetou sôbre os destinos das nações. Enquanto os nossos grandes aliados no Norte do Continente encaminham a seu têrmo, na frente do Pacífico, a missão que as contingências lhes impuseram, aprestam-se para o retôrno à Pátria aquêles bravos e heróicos patrícios que tão alto elevaram, nos campos de luta da Europa, o nome e as tradições do Brasil.

Ergamos os corações, nesta hora, em regozijo pelo advento da Paz, que, depois de tão rude experiência para o mundo, abre à comunidade

internacional perspectivas de uma era nova de convivência tranqüila, baseada no respeito mútuo, na fraternidade cristã e na consciência dos direitos recíprocos !

A Estatística e a Geografia, na guerra e na paz

Tanto no preparo da criminosa hecatombe que vai chegando a seu têrmo, como na mobilização dos elementos destinados a opor um dique à insânia dos homens, para restaurar o império da liberdade e da ordem no mundo convulsionado, coube à Estatística e à Geografia um papel cuja excepcional significação os fatos bem evidenciaram. O aperfeiçoamento dos métodos de guerra — triste desvio das nobres finalidades da inteligência — determinou o apêlo, em grau ainda não verificado, aos recursos das duas técnicas, como condição essencial para o êxito na ação agressora ou defensiva. As próprias contingências da mobilização total, repelindo como nefastos à sorte das armas os azares do improviso, criaram necessidades de planejamento e previsão só atendíveis mediante o amplo e perfeito conhecimento dos recursos materiais e humanos exigidos pelas responsabilidades presentes e futuras que a luta imporia aos povos nela envolvidos.

Com efeito. No vasto e complexo aparelhamento de cada nação para a guerra, quando os problemas da frente interna sobrelevam em importância, não raro, os que se oferecem à pronta solução tática, em meio ao fragor das batalhas, a contribuição dos levantamentos numéricos constitui fator básico para evitar os perigos da desorganização e da insuficiência, que acarretam aos povos imprevidentes, não só o triste amargor da derrota, como a expiação de pesados sacrifícios.

O espantoso conflito, que ainda não chegou de todo ao seu fim, deixou plenamente demonstrado, por isso mesmo, em que ampla escala podem a Estatística e a Geografia servir de instrumento aos desígnios dos homens, armando-os de poderosíssimos elementos para atingir, num ou outro sentido, os objetivos que lhes mobilizam as vontades e os conclamam à renúncia de si mesmos.

Mas, Senhores, em que tristes contingências para a humanidade, arrastada a tão cruentos entrechoques, batida pelo vento de morte que soprava de todos os quadrantes, sacrificada nos seus ideais de evolução pacífica, em que dolorosas circunstâncias foram a Estatística e a Geografia chamadas a prestar aos homens o seu concurso, expresso em representações cartográficas precisas e pormenorizadas e registros numéricos fiéis e minuciosos !

É justo, porém, reconhecer que a experiência contém uma grande e luminosa lição. Só a estruturação do mundo em bases novas, que lhe assegurem a paz e a tranqüilidade sob o signo da justiça social, pode colocar-nos ao abrigo dos temores e incertezas que o egoismo e a violência — criminosamente erigidos, muitas vêzes, em normas de ação internacional — acarretam aos povos ciosos de resguardar, como conquistas morais indeclináveis, os princípios do respeito ao Direito, em

contraste com o culto do arbítrio e da fôrça. Ou muito me engano, ou temos de reconhecer que, na construção desta outra fase da História, em que a harmonia da ordem se completará, revestida de um sentido novo, sob a inspiração dos ideais de justiça que constituem a grande fôrça criadora dos nossos tempos, — a Geografia e a Estatística serão convocadas a desempenhar um papel sem precedentes no encaminhamento e na solução dos graves problemas contemporâneos.

Todavia, meus Amigos, já agora o quadro que se descortina aos nossos olhos não apresenta os tons sombrios do ódio, nem há nêle o clamor surdo dos brados de vingança. Não! É preciso confiar nas possibilidades que aos homens se oferecem, em meio às contingências da ordem terrena, para realizar seus nobres destinos. Mal saídos do triste pesadelo desta segunda guerra mundial, cumpre a todos os povos trabalhar pela implantação, em bases concretas e permanentes, dos princípios de solidariedade humana e de eqüidade social que encontram seus fundamentos mais profundos e indestrutíveis na doutrina que o Cristianismo legou aos homens de boa vontade. Cumpre às nações encaminhar a sua reconstrução em têrmos que assegurem a todos os seus filhos o direito a uma existência digna e feliz, num ambiente de justiça e de paz.

Situação do Brasil, quanto à Estatística e à Geografia

Se é certo que êsse *desideratum* sòmente há de ser atingido se não faltarem aos responsáveis pelos destinos das grandes coletividades os elementos de orientação que à Estatística e à Geografia cabe proporcionar, já será tempo de indagarmos, então, se também o Brasil estará convenientemente aparelhado para que enfrente, com as responsabilidades acrescidas pela sua atual projeção no cenário internacional, os encargos que o após-guerra impõe, indistintamente, a todos os povos. Estou certo de que concluireis comigo pela afirmativa.

Parecerá pequena a obra executada, neste quase decênio, pelo sistema estatístico-geográfico nacional, se a julgarmos em função das nossas necessidades reais e das arrojadas ambições, que nos movem, de elevá-la ao mais alto grau de aperfeiçoamento, sob o duplo aspecto administrativo e técnico. Teremos motivos, entretanto, para que dela nos orgulhemos, se compararmos tudo o que foi realizado em tão curto período com a situação em que nos encontrávamos — apesar dos esforços de alguns dignos e heróicos pioneiros — quando se estruturou, em moldes consentâneos com os princípios do nosso regime político, essa eficiente rêde de órgãos prepostos a dar ao Brasil um conhecimento amplo e objetivo das suas realidadas, através de pesquisas que vão desde a caracterização do meio físico, até o levantamento dos efetivos demográficos e das múltiplas manifestações de sua atividade criadora.

Qualquer dúvida porventura ainda existisse, quanto ao alcance e à importância dessa obra, e bastaria encarecer a atenção dos descrentes para o extenso rol das realizações que se enumeram nos relatórios

anuais da Presidência do Instituto e dos diretores dos diferentes departamentos que integram o nosso sistema.

No espaço de tempo que medeou entre a última sessão destas Assembléias e a que ora se instala sob os melhores auspícios, nesta casa tradicional, onde as sugestões do passado constituem admiráveis fontes de confiança nos destinos do Brasil, pôde a Estatística Nacional vencer uma das etapas decisivas de sua longa e áspera caminhada. Foram removidas, nesse período, as dificuldades que se opunham à nacionalização, mediante os acordos firmados pela União, os Estados e os Municípios, das Agências Municipais de Estatística. Instaladas nas diferentes Unidades da Federação as Inspetorias Regionais do Instituto, a êste vem sendo transferida, progressivamente, a administração daqueles órgãos de coleta municipal, chamados agora a exercer funções da maior relevância na economia do sistema, através de uma atuação profunda e bem orientada, capaz de convertê-los em eficientes instrumentos de ação cívica e cultural, em cada município do país.

Subordinadas administrativamente ao Instituto, como a experiência demonstrou necessário, as Agências continuarão a manter o seu vínculo de subordinação técnica aos Departamentos Regionais de Estatística. Nos têrmos da definição de princípios sàbiamente estabelecida pela Junta Executiva Central do Conselho, em sua Resolução n.º 216, que procurarei citar textualmente, a autonomia dos órgãos centrais regionais do Instituto equivale à dos órgãos centrais federais. Que nos cumpre fazer, então, para resguardar, tanto os interêsses recíprocos, como os que respeitem, em particular, a cada uma das órbitas governamentais? Cumpre-nos harmonizar flexìvelmente essas autonomias, segundo as bases federativas do sistema, de maneira que "não possam ser invocadas para que suspendam ou inibam a atuação solidária e mùtuamente supletiva de seus diferentes órgãos".

O princípio de cooperação, que informa o sistema do Instituto, não pode nem deve limitar ou restringir o princípio da livre determinação, desde que a iniciativa não importe em negação ou sacrifício das normas institucionais fixadas na "carta magna" da Estatística Brasileira — a Convenção de 1936.

As virtualidades do mecanismo de ação supletiva do Instituto permitem, por conseguinte, sem nenhum prejuízo para os objetivos a que lhe cumpre atender, "a declinatória, total ou parcial, dos órgãos centrais regionais, quanto às responsabilidades de direção técnica e ao trabalho de crítica que lhes foram atribuídos, como incumbências normais decorrentes da eminente posição que lhes cabe na estrutura do sistema". Todavia, ainda mesmo que essa declinatória se manifeste, em têrmos expressos ou tácitos, em relação às campanhas nacionais promovidas pela entidade, nem por isso virão a ser os departamentos regionais privados da cooperação das Agências, uma vez que a subordinação administrativa destas últimas ao Instituto, as converte, automàticamente, em órgãos colaboradores de todos os centros de trabalho da Estatística Brasileira, nos diferentes planos de govêrno.

Na fixação dêsse critério, que, sôbre ser o mais lógico e racional, é o único em condições de atender aos superiores interêsses que nos cumpre defender e resguardar, prevaleceu, em tôda a sua plenitude, o espírito que caracteriza a organização do Instituto e constitui o "élan" vital de sua obra. Não tenho dúvida de que me acompanhareis na mesma convicção: propugnar outra fórmula, ou admitir normas diferentes no entrosamento dos objetivos a que as Agências devem atender, a serviço das três órbitas de govêrno a que se encontram vinculadas por fôrça de uma delegação comum, seria contribuir para o desvirtuamento dos princípios cuja aplicação, no campo da Estatística e da Geografia, já permitiu fôsse o Brasil apontado, em circunstâncias honrosíssimas para nós, como exemplo digno de ser seguido — e na verdade o está sendo — pelas demais nações de regime descentralizado.

A atuação do Conselho Nacional de Estatística

Num golpe de vista sôbre o panorama das nossas principais realizações, no vasto setor de serviços sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Estatística, encontraremos valiosos elementos para fundadas manifestações de regozijo. As iniciativas já concretizadas ou em via de consecução permitem um balanço dos mais auspiciosos e animadores, como está feito, aliás, nesse belo e expressivo documento que é a Resolução Especial e Conjunta votada, a 29 de maio último, pelos três Colégios de direção permanente do Instituto — a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e a Comissão Censitária Nacional — com o tríplice objetivo de assinalar, a um tempo, o encerramento do nono ano de atividades da instituição, o dia simbòlicamente consagrado à confraternização profissional dos Estatísticos e Geógrafos Brasileiros e a instalação do Instituto em sua nova sede, para êsse fim especialmente adquirida.

Continuam a aperfeiçoar-se progressivamente — sendo certo que receberão agora notável impulso, graças à ação revigorada das Agências Municipais de Estatística — as Campanhas destinadas à coleta da matéria prima indispensável às grandes sínteses numéricas em que se refletem os múltiplos aspectos da realidade nacional. As estatísticas educacionais e médico-sanitárias estão sendo levantadas com a possível normalidade, apesar das deficiências que decorrem da falta de registros adequados, por parte das instituições informantes. Pràticamente regularizada, após longos e obstinados esforços, a campanha para o levantamento sistemático das correntes internas de comércio, cogita o Instituto, já agora, de solicitar ao govêrno a criação da "guia nacional de exportação", providência essa julgada imprescindível desde que, abolida a cobrança do impôsto de exportação, se tornou difícil o contrôle, por parte das diferentes Unidades Federadas, do respectivo movimento exportador.

Dois outros problemas cruciais da estatística brasileira, que desde a primeira hora mereceram atenção especial do Instituto, acham-se, também, devidamente encaminhados: o levantamento da produção agrícola, mediante um sistema de informações trimestrais, e o da estatística industrial. São aspectos fundamentais da economia do país, convenientemente aclarados através de rigorosa mensuração, cujos resultados se completam com outras pesquisas, também já realizadas nas melhores condições de eficiência técnica: a das variações mensais dos estoques nos principais centros distribuidores, a da produção animal, a dos preços e do custo da vida, a do comércio exterior e de cabotagem, a bancária e a do movimento marítimo e aéreo.

A normalização da estatística do movimento demográfico adquirirá sensível impulso com a reforma, ainda em fase de estudo, da lei de registro das pessoas naturais. Tanto ela como a dos cultos e a policial, criminal e judiciária tenderão a beneficiar-se com o aperfeiçoamento das Agências, como órgãos de pesquisa local. Estão sendo encaminhados estudos, segundo os melhores critérios técnicos, com o objetivo da organização do cadastro da propriedade imóvel rural e do correspondente levantamento estatístico. Prosseguem os trabalhos para o estabelecimento da Classificação Brasileira de Mercadorias e da Nomenclatura Brasileira de Indústrias. O Instituto não está indiferente, por outro lado, à conveniência em que se proceda, quanto antes, ao levantamento da balança de pagamentos e da renda nacional. Conta, para isto, com a valiosa cooperação do Instituto Interamericano de Estatística, a cujo elevado espírito de colaboração, traduzido sob diferentes manifestações, em relação aos objetivos da Estatística Brasileira, quero consignar, neste passo, as homenagens do mais vivo reconhecimento.

A divulgação dos resultados das nossas pesquisas continua a fazer-se normalmente, desde que foram levantadas as restrições impostas pelas contingências internacionais. Além dos trabalhos a cargo dos vários Departamentos e Serviços, o Instituto dispõe da *Revista Brasileira de Estatística* e do *Boletim Estatístico,* como publicações periódicas de grande aceitação nos meios interessados. O novo número do *Anuário Estatístico do Brasil* e de suas separatas — segundo os assuntos e as Unidades Federadas — está em fase de elaboração, para lançamento, se possível, ainda êste ano. Em cópias mimeográficas, continuam a ser largamente distribuídos minuciosos estudos sôbre os resultados dos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional, cuja execução foi atribuída ao Instituto para que servissem de fundamento à mobilização econômica e militar do país. Diàriamente, a Secretaria-Geral do Instituto expede um "comunicado" à imprensa, cuja patriótica e desinteressada colaboração tem constituído — permiti que o acentue, mais uma vez — fator decisivo para o êxito dos nossos trabalhos.

A campanha das "Tábuas Itinerárias Brasileiras", ainda em andamento quando de vossa última sessão, acha-se, já agora, encerrada, no que concerne às contribuições regionais, embora sejam algumas destas passíveis de aperfeiçoamento, para melhor ajustar-se ao plano nacional. O *Vocabulário Brasileiro de Estatística* foi lançado, em edição

preliminar, e o número de sugestões que estamos recebendo, para a edição definitiva, bem exprime o interêsse dos meios técnicos e profissionais por essa importante contribuição brasileira, visando a uniformização da terminologia científica no Continente. Vários outros trabalhos estão sendo objeto de cogitação, inclusive algumas obras de caráter didático, a serem lançadas muito breve, de acôrdo com o plano de ação cultural do Instituto, no sentido de elevar o nível técnico dos seus servidores, no campo da Estatística. Completar-se-á, por essa forma, o trabalho já realizado em diferentes Estados, tendo em vista, mediante a criação de cursos teóricos, o aperfeiçoamento do respectivo funcionalismo. Êsse esfôrço é secundado, aliás, pelo de nossa própria Secretaria-Geral, que levou a efeito, ainda recentemente, um Curso de Redação Oficial e outro de Datilografia Especializada. A tão louváveis objetivos prestou valioso concurso o Instituto Brasileiro de Mecanização, promovendo, com os melhores resultados práticos, o Curso de Estatística "Bulhões Carvalho", recém-encerrado. Ficamos devendo essa fecunda iniciativa ao patrocínio generoso do Sr. VALENTIM BOUÇAS, ilustre presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, e à esclarecida direção do Professor JORGE KAFURI, sem favor uma das maiores autoridades em estatística matemática em nosso Continente.

Por outro lado, amplia-se o quadro dos serviços estatísticos filiados ao nosso sistema, com o recurso a acordos bilaterais. São quatro, hoje, a prestar-nos sua eficiente cooperação. a Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café, o Departamento de Estatística do Lloyd Brasileiro, o Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil e a Secção de Estatística do Instituto do Açúcar e do Álcool. Mas, esperamos que várias outras significativas filiações ocorram em breve.

O objetivo de ampliar as possibilidades do sistema estatístico do país, em relação aos interêsses específicos da segurança nacional, está virtualmente atingido com o desenvolvimento do plano de trabalhos do Serviço de Estatística Militar, na Secretaria-Geral do Instituto, e das secções similares, nos diferentes departamentos regionais. Uma vez reorganizada integralmente a rêde das Agências, prestarão estas um concurso decisivo àquele objetivo, que constituiu, aliás, um dos fundamentos — se não o principal dêles — para os Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

A atuação multiforme do Conselho, no campo da educação e da cultura, continua a se fazer sentir desdobradamente, quer através de iniciativas próprias, quer em têrmos de colaboração e apoio aos empreendimentos de prestigiosas instituições, entre as quais citarei, pelo contacto mais direto e permanente que conosco mantêm, a Sociedade Brasileira de Estatística, cujas atividades se desenvolvem sob os auspícios do Instituto, a Associação Brasileira de Educação e a Liga Esperantista Brasileira.

Bem sabeis, Senhores Conselheiros, quanto ainda haveria que dizer, se quisesse enumerar todos os frutos das atividades do Instituto, na mais antiga de suas alas, e referir, uma a uma, as iniciativas que, mercê de

Deus, já se inscrevem no seu ativo. Concluindo essas rápidas indicações, para não vos prender a atenção por tempo excessivo, passarei a aludir, também em têrmos de síntese, ao magnífico espetáculo de dedicação aos interêsses do Brasil que, no outro campo de atividades, nos oferecem os responsáveis pela ampliação sistemática das nossas aquisições, no que concerne ao conhecimento do território. São múltiplas e empolgantes, igualmente, as realizações que se desdobram aos nossos olhos.

Iniciativas e realizações do Conselho Nacional de Geografia

Responsável pelo prevalecimento dos princípios orgânicos fixados na Lei 311, o Conselho Nacional de Geografia tem procurado resguardar, utilizando os meios ao seu alcance, a manutenção do sistema instituído, com os melhores proveitos para os interêsses da estatística, da geografia e da administração em geral. Coube-lhe, no período sob exame, proceder à nova revisão qüinqüenal do quadro administrativo e judiciário do país, que objetivou, dessa vez, a unificação toponímica, e iniciar, complementarmente, a da nomenclatura das estações ferroviárias.

Prosseguiram, em ritmo satisfatório, as campanhas das coordenadas geográficas, determinação das altitudes e levantamento geodésico. Está bem encaminhada, igualmente, a elaboração, segundo o plano estabelecido, do *Dicionário Geográfico Brasileiro* e do *Prontuário Geográfico Brasileiro,* destinado, êste último, a apresentar, em repertório de fácil consulta, a corografia do Brasil, segundo os dados mais atualizados e as mais modernas interpretações. Prepara-se, igualmente, o *Glossário de Têrmos Geográficos,* como contribuição à terminologia geográfica. A magnífica *Revista Brasileira de Geografia,* que tão alto conceito vem merecendo nos meios técnicos e científicos do país e do estrangeiro, tem agora a completar o seu plano de divulgação cultural o excelente *Boletim Geográfico,* de periodicidade mensal.

Está sendo convenientemente ampliado e fortalecido o espírito da pesquisa geográfica, mediante fecundas excursões de estudos a diferentes regiões do país, ou de sugestivos concursos — como, por exemplo, o das Monografias Municipais — destinados a atrair e estimular o interêsse dos técnicos e estudiosos. Outra iniciativa de grande alcance, como incentivo ao estudo e debate dos problemas ligados à geografia brasileira, são as Tertúlias Geográficas Semanais, de tão evidente significação prática e cultural, a par do curso de aperfeiçoamento para professôres de Geografia, organizado em colaboração com a tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e que obteve os melhores resultados.

Empreendimento fundamental no plano de atividades do Conselho, a preparação da Carta Geral do Brasil, ao milionésimo, continua a merecer desdobrados esforços, através de múltiplos trabalhos preparatórios e, até mesmo, do aperfeiçoamento da equipe de cartógrafos que se dedicará, no devido tempo, ao desenho das fôlhas definitivas. Constituirá, também, uma contribuição valiosa para o êxito do importante empreendimento a campanha dos mapas municipais, que ora se desenvolve com

o duplo fim de levantar as cartas das novas circunscrições e aperfeiçoar as que resultaram dos primeiros esforços desenvolvidos, em âmbito nacional, para a consecução daquêle patriótico objetivo.

Dois importantes acontecimentos refletiram, na sua excepcional significação, o crescente progresso da cultura geográfica do país, mercê da atuação renovadora do Conselho. O primeiro teve caráter internacional: foi a II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, realizada no Rio de Janeiro em agôsto de 1944, e cujos trabalhos, graças aos diligentes esforços e à incansável dedicação de seu Secretário-Geral, Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, alcançaram profunda ressonância em todo o Continente, dando lugar ao encaminhamento, em têrmos de proveitosa uniformização quanto aos métodos e processos, de numerosos problemas técnicos, de interêsse comum para as nações americanas. O outro foi a reunião, também nesta capital, em virtude das dificuldades que se ofereceram à sua realização em Belém, como estava projetado, do Congresso Brasileiro de Geografia, o décimo da série trienal promovida pela benemérita Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sob os auspícios do Conselho. Constituiu, aliás, expressiva distinção ao Instituto o fato de haverem sido atribuídas a seu presidente a chefia da Delegação Brasileira na Conferência e a presidência do Congresso.

Merece registro, neste passo, a expressiva festa de confraternização americana que foi o ato de entrega ao I.B.G.E., logo após o encerramento da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, do bronze que nos ofereceu o Instituto Geográfico Militar da Argentina, e que representa, em miniatura, a estátua do General SAN MARTIN, grande e nobre figura de paladino da Liberdade na América.

Não se restringe, porém, aos empreendimentos enumerados nesta breve súmula o plano de ação do órgão responsável pelo setor geográfico do Instituto. O ânimo realizador dos seus técnicos e especialistas ainda se manifesta em numerosas outras iniciativas, tendentes à intensificação dos levantamentos especializados e à representação do território em mapas cada vez mais precisos e fiéis. O emprêgo da aerofotogrametria é, indiscutìvelmente, a solução mais indicada, para que sejam atingidos êsses objetivos. Daí o nosso empenho em alargar o mais possível a aplicação daquela técnica no meio brasileiro.

A criação, pelo Govêrno da República, na data mesma em que se verificou o encerramento da II Reunião de Consulta, do Serviço de Geografia e Cartografia, ampliou sensìvelmente as possibilidades do Conselho, através das funções executivas que lhe foram atribuídas. Essa feliz providência assegurará, sem dúvida, novo rumo às suas atividades, no sentido de dar ao Brasil o conhecimento exato e objetivo de seu meio físico; vale dizer: revigorando, por essa forma, aquela surpreendente consciência geográfica que já era tão viva e atuante nos primórdios de nossa formação política.

O Recenseamento Geral de 1940

Embora circunstâncias imprevistas hajam determinado o retardamento da apuração dos resultados do Recenseamento Geral de 1940, e, conseqüentemente, de sua publicação em têrmos definitivos, é de justiça proclamar que o Brasil vem colhendo, já de há muito, os melhores proveitos do grande empreendimento, que constituiu largo balanço de seus recursos e possibilidades.

Através de minuciosos estudos, realizados sob a inspiração do ilustre presidente da Comissão Censitária Nacional, Professor José Carneiro Felippe, e orientados diretamente pelo grande estatístico Professor Giorgio Mortara, tem o Serviço Nacional de Recenseamento colocado ao alcance dos órgãos do Govêrno um material dos mais úteis ao esclarecimento de múltiplos problemas. Como sabeis, os cômputos censitários, dada a profundidade e o desenvolvimento dos inquéritos compreendidos pelos vários Censos, constituem uma contribuição inestimável, pela riqueza de seus pormenores, para a análise precisa e minuciosa dos nossos diferentes fenômenos demográficos, econômicos e sociais, considerados isoladamente ou na intimidade de suas interrelações.

Lançado já há algum tempo o volume de introdução aos resultados do Recenseamento, excelente análise da evolução da cultura brasileira, em boa hora confiada à indiscutível autoridade do Professor Fernando de Azevedo, mereceu essa obra, ainda há pouco, a consagração da Academia Brasileira de Letras, que houve por bem conferir-lhe o "Prêmio Machado de Assis". Dois outros estudos, cujo preparo foi entregue também a especialistas eminentes, já se encontram em adiantada elaboração: um, versando sôbre a formação étnica do povo brasileiro; outro, analisando a evolução econômica do país.

Dentro de breve prazo, dar-se-á início, como há tanto reclama o interêsse do grande público, à divulgação dos resultados gerais, segundo os amplos desdobramentos originàriamente previstos.

À medida que chegam a seu têrmo as tarefas censitárias, mais se acentua a impressão quanto ao alto significado da grande experiência técnica e administrativa que representou, para o Instituto, a responsabilidade da execução do Recenseamento Geral de 1940. Dois pontos podem ser referidos como conclusões pacíficas, já consignadas, aliás, na Resolução Especial e Conjunta de 29 de maio. o aparelhamento responsável pelos serviços censitários atendeu, fundamentalmente, às peculiaridades do país e aos objetivos a que se visou, convindo, por conseguinte, que prevaleçam, nos censos futuros, os mesmos princípios e normas que orientaram a atual organização; torna-se de inteira conveniência que o Serviço Nacional de Recenseamento se converta, como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, em órgão de funcionamento permanente, condicionadas, porém, a ampliação e redução dos quadros de pessoal à marcha dos respectivos trabalhos. Permitirá esta última providência — como foi igualmente consignado na Resolução Especial —, que as futuras operações, a primeira das quais a verificar-se em 1950, em conexão com empreendimentos semelhantes nos demais países do Continente, mere-

çam preparo mais longo, convenientemente baseado nas experiências da atual, a fim de que tanto os trabalhos de coleta como os de apuração se processem de modo a assegurar a imediata divulgação dos respectivos resultados.

Atuação político-cultural do Instituto

Eis aí, meus Senhores, numa visão de conjunto, em que se fixaram apenas as linhas mestras e os acontecimentos marcantes da vida da instituição, tudo quanto me cabe referir, a propósito de cada um dos três grandes setores em que se desdobra a atuação do Instituto. Se, porventura, necessário o julgasse, muito ainda encontraria digno de relato, como fonte de redobrados estímulos para a continuidade de nossa grande obra. Que não fique, porém, sem uma referência, embora apenas de passagem, a projeção das realizações do Instituto, num sentido mais amplo do que o exigiria a responsabilidade de suas tarefas específicas, em diferentes campos da vida nacional.

Exatamente há quatro anos, eu acentuava, ao dirigir-vos a palavra nesta mesma sala, em oportunidade idêntica, que os estudos realizados pelos técnicos da entidade, com base nos conhecimentos que as estatísticas lhes transmitem sôbre a vida do país, já constituiam, então, um verdadeiro ideário de renovação político-administrativa. É bem que o repita. Cumpre ter em vista, porém, que não sugerimos soluções rígidas, ou melhor, nem sequer preconizamos soluções. Utilizamos, apenas, o testemunho dos números, para configurar a complexa realidade abrangida pelas investigações estatísticas, a fim de que sôbre os problemas expostos meditem livremente os brasileiros de boa vontade. E isto porque de uma verdade estamos certos: sòmente quando se houver criado, no seio do govêrno e do povo, a consciência dêsses problemas, poderá o Brasil encontrar as fórmulas hábeis e prudentes que atendam aos interêsses de seu progresso, de sua unidade, de sua grandeza, com a plena salvaguarda dos sentimentos e das tradições de sua gente.

Não foi outro o espírito com que, atendendo a honrosa solicitação do Conselho de Segurança Nacional, a Presidência do Instituto encaminhou a êsse órgão, num dos interregnos de vossos trabalhos, um longo estudo elaborado pela Secretaria-Geral da entidade, coordenando algumas diretivas, cuja adoção permitisse ao Brasil enfrentar a crise mundial que já se entremostrava grave e complexa. Colocamos, então, em primeiro plano, entre outros, os seguintes objetivos básicos: equilíbrio e eqüidade na divisão territorial política; interiorização da metrópole federal; criação de centros propulsôres do progresso, no interior do território; fortalecimento da consciência municipalista, distribuição das fôrças construtivas, mediante a criação de novos centros de atividades; ocupação efetiva do ecúmeno nacional; valorização do homem rural; virtualização do aparêlho administrativo, inclusive pelo estabelecimento dos grandes quadros correspondentes às diferenciações fundamentais de responsabilidade material, moral e intelectual, e pela instituição das

respectivas carreiras, submetidas, tôdas elas, ao regime de remuneração periòdicamente progressiva; autonomia e articulação das diferentes órbitas governamentais, de modo a manter seus esforços convergentes em planos comuns de ação, sem preterir os imperativos do regime político no seu tríplice aspecto — federativo, republicano e democrático; reorganização do quadro ministerial, segundo um desdobramento mais lógico de atribuições; entrosamento, consolidação e continuidade das iniciativas governamentais, sob a ação coordenadora de um Gabinete ou Departamento Técnico, subordinado diretamente ao Chefe do Estado.

Que êsse esfôrço de organização nacional não se tem perdido sem ressonância nas diferentes camadas da opinião — atestam-no os múltiplos e honrosos testemunhos que freqüentemente nos chegam; as palavras de compreensão e aplausos de técnicos e estudiosos; os pronunciamentos dos congressos culturais ou econômicos; as manifestações de aprêço e reconhecimento, como as que ainda em novembro último nos traziam, através de honrosa visita, os ilustres Chefes do Estado Maior do Exército, ao vir sentir, em contacto direto com os diferentes serviços da sede do Instituto, quanto a imagem do Brasil está viva em nossas preocupações, como o estímulo mais forte a que prossigamos nessas tarefas com o devotamento e o entusiasmo que dão alma à nossa confiança nos destinos da Pátria.

Palavras finais

Pouco importa que a flama dêsses ideais nem sempre seja conduzida pelas mesmas mãos. Os claros que a ronda da morte vai abrindo em nossas fileiras são preenchidos por outros paladinos, continuadores entusiastas dos admiráveis pioneiros que nos ajudaram a vencer as etapas mais árduas e difíceis. No quadro dos nossos consultores técnicos, estão vazios os lugares que pertenciam, para honra nossa, a ANTÔNIO JOSÉ DE AZEVEDO, a FERNANDO MAGALHÃES, a EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA. Companheiros devotados e patriotas, colaboradores magníficos da obra do Instituto, na órbita federal ou no plano regional, não mais se encontram entre os vivos. Deixai que lembre, entre muitos, GERSON DE FARIA ALVIN, LICÍNIO DE SOUZA ALMEIDA, MATOSO MAIA FORTE, AFONSO GUAIRA HEBERLE, HIGINO CUNHA, ALBINO ESTEVES, BENEDITO JOSÉ DOS SANTOS, ÁLVARO AFRÂNIO PEIXOTO, PAULO DE LIMA CORRÊA, EURICO RANGEL, ZAÍRA PINTO, ELIEZER DOS SANTOS SARAIVA, MARIO CARDOSO CORRÊA, JOSÉ ABRANCHES DE MOURA, HEITOR ROSSI BELACHE, ERNESTO PEDRO DOS SANTOS. Também outros se foram; e eram amigos devotados, prontos a trazer-nos a sua ajuda e solidariedade. Evocarei dois nomes, apenas: ILDEFONSO SIMÕES LOPES, a quem tanto ficou a dever a Estatística, quando de sua passagem pelo Ministério da Agricultura, e MAX FLEIUSS, em cujo largo espírito de cooperação encontrávamos, sempre, inexcedíveis recursos de boa vontade, quando era preciso servir às boas causas. Rendamos, pois, a todos, o preito de nossa gratidão e de nossa saudade.

E uma vez cumprido êste mandato do coração, que a nossa voz não se cale antes de haver traduzido, também, o reconhecimento cívico do Instituto e de todos quantos, em seus quadros, trabalham nas obras vivas da nacionalidade, àqueles que têm sido os animadores e os sustentáculos da ação desenvolvida neste quase decênio. Primeiramente, ao Chefe do Govêrno, o Excelentíssimo Senhor Presidente GETÚLIO VARGAS, criador do nosso I.B.G.E. e cuja vigilante assistência sempre lhe proporcionou todos os recursos materiais e morais necessários ao desenvolvimento de suas atividades técnicas, administrativas e culturais. Aos Governos das Unidades Federadas e das circunscrições municipais; à culta e generosa imprensa do Brasil; às numerosas instituições econômicas, sociais ou religiosas, que nos têm distinguido com o seu estímulo, o seu apoio, a sua solidariedade; aos que ocupam, com inteligência e devotamento, os postos de comando nos diferentes órgãos do nosso sistema; aos dignos membros dos nossos vários colégios dirigentes; à grande massa anônima de obreiros da Estatística e da Geografia, fiéis à noção do dever, dedicados até o sacrifício. A todos êsses admiráveis servidores da mesma causa, que outra não é senão a da unidade e da grandeza do país, renovamos, nesta hora, os nossos agradecimentos mais calorosos e significamos as homenagens do nosso aprêço.

Permiti, agora, Senhores Conselheiros, que declare instalada a sexta sessão ordinária das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia. Não o quero fazer, porém, sem que exprima a todos vós as saudações fraternais e amigas da Presidência do Instituto e os votos muito cordiais que formulo pelo êxito de vossos esforços, na fase de trabalhos que hoje se inaugura. Sob as inspirações de vosso patriotismo, movidos, todos, por um alto sentimento de solidariedade moral e cívica, sabereis dar ao Brasil o que o Brasil de vós espera, a fim de que mais se acelere o ritmo de sua marcha para os altos e luminosos destinos que a História e a Geografia lhe oferecem e a capacidade construtiva dos brasileiros, valorizada pela Estatística, saberá conquistar nos prélios nobilíssimos do trabalho, da cultura, da fraternidade e da justiça.

ROGER BASTIDE

(Catedrático de Sociologia da Universidade de São Paulo)

A ESTATÍSTICA E A HISTÓRIA

É ENTRE 1828 e 1842 que A. COMTE funda a Sociologia; é entre 1830 e 1848 que LE PLAY inaugura seu método monográfico das ciências sociais; é em 1848 que QUETELET publica *Do sistema social e das leis que o regem.* Quer isto dizer que, em sua própria origem, se estabelece o debate entre a estatística e a sociologia.

Proclamando a unidade da ciência, A. COMTE tinha demasiado o sentimento dos planos do real, dêsses estágios superpostos de fenômenos (dos quais BOUTROUX haveria de extrair, mais tarde, a sua teoria da "Contingência das leis da natureza"), para que pudesse aceitar as primeiras tentativas de BERNOUILLI, de CONDORCET e de LAPLACE, no sentido de aplicar o cálculo das probabilidades às ciências sociais. "Esta aberração não constitui (aos olhos de A. COMTE) senão o involuntário e decisivo testemunho de uma profunda impotência filosófica, combinada, de ordinário, com uma espécie de mania algébrica, agora muito familiar aos geômetras vulgares, e talvez também estimulada algumas vêzes pelo desejo, tão comum em nossos dias, de criar, com pouco esfôrço, certa reputação, efêmera, mas produtiva, de elevado alcance político. Seria possível, com efeito, imaginar uma concepção mais radicalmente irracional do que a que consiste em dar, como base filosófica, ou como principal meio de elaboração final, ao conjunto da ciência social, uma pretensa teoria matemática em que, tomando-se habitualmente os sinais por idéias, segundo o caráter usual das especulações puramente metafísicas, se desenvolve o esfôrço de submeter

FIGURA bastante conhecida nos meios culturais do país, o Professor ROGER BASTIDE *ocupa, desde 1938, a cátedra de Sociologia, na Universidade de São Paulo. Antes de vir para o Brasil, contratado para reger aquela cátedra, o Professor* BASTIDE *já possuía um grande tirocínio no magistério da França, tendo pertencido ao corpo docente da Universidade de Paris. Em nosso país, entregou-se a estudos sôbre as diversas fases da formação histórico-social do Brasil, detendo-se, em particular, no exame da cultura afro-brasileira. Em tôrno do assunto, já publicou vários trabalhos, inclusive dois volumes editados em português. O Professor* BASTIDE *tem colaborado ativamente na imprensa brasileira, assinando artigos e ensaios sôbre assuntos de sociologia, literatura e política internacional. Autor de numerosas monografias, em seu país, onde também escreveu nas mais autorizadas revistas literárias e científicas, faz parte, desde 1937, do comitê de direção do "Institut International de Sociologie", ao lado de nomes como* SOROKIN *e* GASTON RICHARD. *Convidado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Professor* ROGER BASTIDE *proferiu, em julho dêste ano, uma das conferências do Curso de Informações instituído pela entidade e destinado aos participantes da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Nesse magnífico trabalho, redigido originàriamente em Francês, o Professor* ROGER BASTIDE *discorreu sôbre as relações entre a História e a Estatística, oferecendo observações e conclusões de todo interêsse a propósito das interpretações e conceitos definidores da posição de uma e outra, sobretudo em face da sociologia. O texto foi traduzido, para efeito da presente publicação, no Serviço de Divulgação da Secretaria-Geral do I B G E., tendo o autor revisto e aprovado a tradução que a REVISTA ora reproduz.*

ao cálculo a noção necessàriamente sofística da probabilidade numérica, que leva diretamente a tomar nossa própria ignorância real pela medida natural do grau de verossimilhança de nossas diferentes opiniões?"

Assim, a estatística, que CONDORCET queria introduzir no estudo das ciências sociais, chocava-se com três obstáculos: o pouco valor que COMTE atribuia ao cálculo das probabilidades; o caráter metafísico dessa sociologia, que retarda o momento em que esta ciência se tornará verdadeiramente positiva; e, sobretudo, o fato de que, passando do inorgânico ao orgânico, e do organismo biológico ao organismo social, à diferença de objeto deve forçosamente corresponder uma diferença de método. O que, para COMTE, caracteriza a sociedade dos homens, em oposição ao resto da natureza, é que o homem é capaz de progresso. É a história, portanto, que acompanha êsse progresso, a única base constitutiva da sociologia.

Comparando, com efeito, "a vã aberração do geômetra em tornar positivas as ciências sociais, segundo uma subordinação quimérica à ilusória teoria matemática das probabilidades", à dos biólogos, que consiste, sobretudo, "em querer erigir a sociologia como simples corolário ou apêndice da biologia", COMTE assinala a seguir o êrro comum a uns e outros, que é o de "suprimir" a "indispensável preponderância da análise histórica". Assim, em sua própria origem, a sociologia se ergue contra a estatística, opondo-lhe a história. A única lei sociológica é a dos três estados, que definiu a marcha do progresso humano.

Mas, a escola de LE PLAY, que é imediatamente posterior, não está mais ligada à estatística do que o Positivismo, se bem que LE PLAY tenha quase reduzido a monografia de suas famílias operárias, pelo menos no início, à instituição de orçamentos domésticos.

O verdadeiro criador da sociologia estatística é QUETELET, o qual afirma que, quando "acreditamos estar no mais alto da escala, encontramos leis tão fixas, tão imutáveis quanto aquelas que regem os corpos celestes; sentimo-nos como entre os fenômenos da física, tanto o livre arbítrio do homem vem apagar-se inteiramente para deixar predominar, inalterada, a obra única do criador".

Mas, esta "estatística moral" de QUETELET consiste em definir um tipo normal, em estabelecer as leis que regem o homem médio, e é contra esta definição da sociologia matemática que se revolta a escola de LE PLAY. Um dos seus últimos discípulos, DESCAMPS, abriga-se na autoridade de CLAUDE BERNARD, que afirmava que "o maior obstáculo da aplicação do cálculo aos fenômenos fisiológicos está sempre, no fundo, na grande complexidade que impede de definí-los e compará-los bem, entre si. O emprêgo das medianas em fisiologia e em medicina não dá ordinàriamente senão uma falsa precisão aos resultados, deturpando o caráter biológico dos fenômenos"; ou ainda, "em fisiologia, nunca se podem dar descrições médias de experiências, porque as verdadeiras relações dos fenômenos desaparecem nessa mediana". Com maior dose de razão, isto ocorre quando se passa da biologia para a sociologia, que abrange fenômenos ainda mais complexos. A sociologia não tem a estudar um organismo médio, mas um organismo concreto; o impor-

tante é escolher bem o modêlo, o exemplo de sociedade que se tomou para analisar e daí extrair leis. Disto é que nasce o valor das monografias.

Não insistimos nesse ponto, que nos afasta da história. O método de LE PLAY tanto se opõe à história, pelo menos em seus princípios, como à estatística. Não nos referimos senão à proscrição da estatística na sociologia nascente. No entanto, não seria possível uma síntese que fizesse alternar, no estudo das sociedades, o ponto de vista da filiação histórica e o das leis estatísticas?

Devemos aqui acentuar a importância de um pensador, que parece esquecido de mais pelos historiadores da sociologia e cuja obra eu desejaria reabilitar esta tarde: COURNOT.

COURNOT começou pelo estudo do cálculo das probabilidades, escrevendo sôbre o assunto uma *Exposition de la theorie des chances et des probabilités*. Mais tarde, interessou-se pela sociologia, começando por aplicar as teorias matemáticas à economia: *Recherches mathematiques sur la théorie des richesses* (1838). Mas, êle admitia, como A. COMTE, que a história repele a estatística, e sua tarefa, pois, seria reconciliar, numa nova ciência das sociedades, sua dupla preocupação de matemático de origem e historiador social de gôsto. Considera que uma sociedade se comporta como um organismo ou como um mecanismo. No primeiro caso, sua vida e seu desenvolvimento são o produto dos instintos animais que dominam o homem primitivo e fazem com que o homem não constitua, por isso, um reino distinto do animal. Há, nos albores da humanidade, uma espécie de estado de natureza em que o sociológico se concentra no biológico. Vemos o contrário, hoje, numa racionalização do social, que conduz cada vez mais a lógica a tomar o lugar do instinto, o cálculo, o da espontaneidade. As cidades que se desenvolveram outrora, pelo acaso, são urbanizadas e adquirem formas geométricas; a língua que nasceu e se desenvolveu como uma planta selvagem, solidifica-se na gramática, curva-se às regras mais estritas; o direito, derivado do costume, se codificou; a indústria coordena e racionaliza a produção.

Desde logo, se êste movimento triunfa, pode-se prever uma época em que a estatística esteja cada vez mais a par da ordem social, e ela torna-se, então, capaz de determinar a forma dos sistemas econômicos

Assim, nos dois extremos da curva humana, a liberdade do homem desaparece para ceder lugar, num dêles, ao automatismo dos instintos, e no outro, às leis matemáticas do choque de interêsses.

Contudo, entre os dois extremos se encontra a fase histórica, a era das guerras e das conquistas, o domínio da contingência e da liberdade. Há muito de complexidade e de acaso para que se possa encontrar uma ordem constante. Nossas sociedades civilizadas por certo já se acham bastante adiantadas na história e se despojam cada vez mais daquilo que as tornava parecidas com um organismo vivo; elas se convertem em mecanismos precisos cujo movimento é regulado pelo interêsse, e uma ciência dêsses mecanismos é possível. Seria ela a física social e se apoiaria na estatística. Mas, se a própria história não pode

subordinar-se às leis matemáticas, não resultará daí, antes, a impossibilidade de leis históricas?

Decerto que a maioria dos fatos históricos são independentes, resultam do encontro fortuito (segundo a definição célebre do acaso) das correntes de casualidade; há, todavia, relações constantes que o sábio pode descobrir, e uma destas leis gerais é a do princípio das correlações orgânicas, aplicada ao estudo dos tipos religiosos, para mostrar que tôda religião possui um conjunto de caracteres que estão ligados (por exemplo: o proselitismo com o igualitarismo, o espiritualismo, a caridade), ou ainda ao estudo dos tipos políticos, segundo o qual, pelo conhecimento de um único característico de um grupo religioso ou político, podem ser deduzidos todos os outros característicos Existem, portanto, duas Sociologias em COURNOT, correspondendo a dois movimentos sucessivos da evolução humana: uma sociologia das leis históricas e uma física social das leis estatísticas. Mas, quem não vê que esta conciliação entre a história e a estatística, no seio da jovem sociologia, mascara, no fundo, uma irredutível oposição? É a oposição da natureza e da razão Na medida em que participa da natureza, a sociedade escapa ao cálculo, sòmente ao racionalizar-se ela o comporta A história é o rio impetuoso que carrega os acontecimentos consigo; não é senão na medida em que suas águas tumultuosas se acalmam e se imobilizam em canais regulares, que a estatística vem a ser possível Existe aí como que um postulado subentendido, que é bom formular: é que a estatística se refere ao permanente, enquanto a história corresponde às mutações

O debate vem a ser, pois, entre o imóvel e o móvel É o problema da aplicação da estatística à duração, que está em jôgo.

Tentaremos esclarecer o debate por uma comparação A teoria cinética dos gases considera-os compostos de uma infinidade de pequenas partículas perfeitamente elásticas e que se chocam entre si segundo as leis dos choques. Essas partículas possuem movimentos inteiramente desordenados; mas, como existem em escala infinita, as divergências se anulam. O cálculo das probabilidades mostra que é infinitamente pouco provável que as ações dessas partículas tomem formas particulares e, neste caso, as leis cinéticas dos gases são necessárias e gerais: a pressão de um gás sôbre a parede de um vaso é sempre constante. É possível que certo jôgo de partículas possa produzir variações, mas a probabilidade dessas mudanças (e sua duração) é tão pouco provável que se podem ter estas probabilidades teóricas por nulas ou sem interêsse Mas a sociedade dos homens não é composta de uma infinidade de indivíduos e, por conseqüência, as divergências de comportamento não se anulam por completo; elas deixam uma grande margem aberta aos desvios em conexão com a curva dos fenômenos. Se o número dos indivíduos fôsse tão elevado quanto o das partículas, talvez o papel da contingência desaparecesse e tivéssemos em sociologia leis tão constantes quanto na física . Contudo, não é êste o caso e, por conseguinte, o que distingue a lei sociológica da lei natural [1] são as variações *temporais,* é a história.

[1] No curso dêste desenvolvimento, não tomamos mais a palavra natureza no sentido de oposição de COURNOT COURNOT referiu-se à natureza orgânica e eu falo, neste último parágrafo, da natureza inorgânica Mas, nos dois casos, é a oposição da história e da lei estatística

O estudo do suicídio parece confirmar êste ponto de vista. DURKHEIM mostrou que, em nossas sociedades ocidentais, o número de suicídios aumenta de ano a ano. Mas, já HALBWACHS notava que pouco a pouco todos os países atingiam um determinado teto que não pareciam ultrapassar, como se o número de suicídios não pudesse aumentar indefinidamente, mas chegar a um nível em tôrno do qual o número total oscila sem nunca afastar-se decididamente. Ora, o Dr. DELMAS acredita que a lei de aumentos de DURKHEIM não dá a imagem de um fenômeno social, e sim a curva de evolução de um progresso metodológico: o contrôle cada vez mais eficaz dos serviços de registro dos casos de suicídio. Se no começo tivessem prevalecido métodos precisos, jamais se teria constatado uma taxa crescente de casos. Se, ainda assim, permanece uma diferença entre o número de suicídios nas zonas rurais e nas áreas urbanas, diferença que aliás vai diminuindo, isso não seria um fenômeno sociológico: uma diversidade de meios, diminuindo, com a urbanização constante do campo — mas, o mesmo fenômeno metodológico, do progresso em registrar a totalidade dos casos. Assim, o exemplo do suicídio nos mostrava que a estatística, quando bem feita, tende a encontrar leis de constância e não leis de evolução É que o suicídio pertence à natureza (biológica do homem), que não muda, enquanto a sociologia estuda o domínio do mutável.

Sem dúvida, na época de DURKHEIM, a física social de QUETELET, com suas pesquisas de médias, tinha desaparecido para ceder lugar a outro uso da estatística. A estatística estudava as variações no tempo, traçava curvas de sucessões e, por conseqüência, aproximava-se mais da história. Contudo, mesmo assim, a oposição não continuava menor. As *Regles de la méthode sociologique* podem ser consideradas como um manual de metodologia anti-histórica, uma vez que o método comparativo vai até a assimilação dos povos primitivos com os selvagens e, por conseguinte, faz desaparecer o que a história leva em conta: a influência do tempo. A história é, com efeito, a verificação de uma sedimentação, de um depósito do passado no presente, que faz com que a humanidade nunca seja a mesma, sempre com o acúmulo de criações novas; e a verificação desta transformação faz com que, do mesmo modo que o adulto não se parece com a criança, a humanidade de hoje não se pareça com a de ontem A identificação do primitivo ao selvagem exclui a idéia mesmo de temporalidade.

DURKHEIM envidou todos os seus esforços para reconduzir o método das ciências sociais ao das ciências naturais, que não buscam senão constâncias, regras invariáveis, e por isso afirma que a descoberta das leis sociológicas era feita segundo o método das variações concomitantes de STUART MILL. O que a estatística lhe fornece são leis menos de sucessão do que de coexistência, que podem repetir-se, idênticas entre si, no curso do tempo. Em breve, o método da sociologia elimina a influência da duração e a estatística é, para DURKHEIM, a arma de destruição mais eficaz voltada contra esta duração criadora

Mas, do mesmo modo como, na primeira metade do século dezenove, na aurora da sociologia, um COURNOT se esforçava para reconciliar a

física social com a história, na escola de DURKHEIM um pensador tentou, partindo do fato que venho de assinalar, de que as estatísticas podem traçar curvas de duração de um fenômeno, encarar as variações de um fato social no curso do tempo — um pensador, como dizia, tentou uma nova síntese entre a história e a sociologia estatística. Refiro-me a SIMIAND. SIMIAND critica os sociólogos do seu tempo pelo fato de se preocuparem sobretudo com sociologia genética e de procurarem a origem dos fatos para explicá-los. Êle acha que a história só fornece o descritivo, e não o explicativo. É uma ilusão pensar que conhecer a origem de uma coisa será conhecer a causa. "No estudo de um fenômeno ou de um conjunto de fenômenos de desenvolvimento histórico, ou de desenvolvimento orgânico, chega-se mais cedo a explicações mais acessíveis e mais seguras, estudando o estado formado antes do estado nascente, o estado adulto antes do estado embrionário." A sociedade primitiva é complicada; tudo está confundido, religião, economia, política, e por conseqüência o melhor meio de conhecer um fato é examiná-lo na pureza que êle atingiu atualmente.

Assim, o método da sociologia deve apoiar-se sôbre o método experimental das ciências naturais e é a estatística que permite ao sábio esta pesquisa experimental que substitui, no estudo das sociedades, a prática dos laboratórios. Mas — e é isto que nos interessa — quando um sábio no laboratório promove uma experiência, é para assistir ao desenvolvimento de um fenômeno. O que lhe interessa não é o estado produzido, porque o resultado encontrado não é mais do que a verificação da hipótese, e sim a mudança, a variação de um estado *A* para um estado *B* — é o fenômeno produzindo-se. O estatístico, que não pode agir sôbre os fatos materiais, que não pode acelerá-los, atrasá-los, provocá-los ou suprimí-los, não deve, pois, utilizar a estatística para descobrir relações de coexistência. Pois, neste caso, a estatística não substitui a experimentação, porque ela nos oferece o "tudo feito" e não o "produzindo-se". Nessas procuras de correlações "não se produz nada, não existe alguma coisa que deva converter-se em outra". O que é preciso estudar, ao contrário, é um mesmo fenômeno social, em dois, três ou mais períodos, para assistir à passagem de um estado a outro, para ver o que se produziu no tempo. É o que SIMIAND chamou o "preceito do fenômeno produzindo-se", ou a "fenomenoscopia efetiva, acompanhada e completa". Foi assim que êle estudou as variações do prêço do carvão ou dos salários, na França e nos Estados Unidos, durante o século dezenove.

Assim, a estatística não tem valor sociológico senão na medida em que é histórica. E eu emprego bem a propósito, aqui, o têrmo *histórica*, pois justamente definimos a história pela cristalização do passado no presente, pelo fato de que o presente está cheio de tudo quanto o precedeu, que há no momento *A* algo de diferente, construído, aumentado pelos momentos anteriores. Se SIMIAND luta contra o método genético, é justamente porque êsse método pretende encontrar a causa do fenômeno atual *A* em sua origem primeira; mas, a partir dessa origem até hoje, o fenômeno se modificou por motivo de sua própria duração. Por

conseguinte, o método histórico, considerando a origem de uma coisa, não leva em conta esta coisa em si própria, uma vez que ela está adulta, constituída. A estatística, ao contrário, é verdadeiramente mais histórica, pois que surpreende o próprio fenômeno da mudança, como um corte da variação temporal.

Não podemos negar o interêsse do esfôrço empreendido por SIMIAND. Mas, torna-se necessário fazer algumas objeções. Em primeiro lugar, as estatísticas não existem senão há pouco e, assim, aquelas leis de variações não podem guiar-nos a não ser no que se refere a um prazo relativamente curto. Em segundo lugar, essas estatísticas precisam ser interpretadas, e SIMIAND interpreta as que havia elaborado, sôbre os salários e os preços, por fenômenos de psicologia coletiva, pela mentalidade das duas classes, a capitalista e a operária. Ora, de duas uma: ou esta mentalidade coletiva é um fenômeno permanente, um conjunto de leis inerentes à constituição mental do homem (desejo de não baixar, mas de elevar-se sem cessar), e neste caso as variações se reduzem a um fator extra-temporal, em que a história é suprimida, — ou esta mentalidade coletiva não existiu anteriormente; ela não se desenvolveu senão paralelamente ao regime capitalista. É um fato histórico e o seu aparecimento não pode ser explicado pela estatística; é na história que está a chave do problema, e é preciso fazer história depois de fazer estatística.

Chegamos ao têrmo da primeira parte. Vimos que, desde o nascimento da sociologia, se produziu uma oposição entre os que queriam dar a esta sociologia sobretudo um tratamento histórico e os que desejavam dar-lhe principalmente um tratamento estatístico. Vimos também que êste debate não era um simples jôgo de preferências pessoais, mas, tinha alguma coisa de mais profundo: a oposição entre a natureza e suas leis imutáveis, e a história, com a sua perpétua mudança. Esforços certamente foram feitos para reconciliar a estatística e a história. Dois dêsses esforços examinamos sucintamente: o de COURNOT, que fazia dos dois processos de análise social dois momentos sucessivos, levado pelo raciocínio de que a humanidade passa por três estados, o biológico, o histórico e o econômico-racional, e o de SIMIAND, que dava à estatística sociológica, como finalidade, não mais o estudo do "fato consumado", mas do "fato produzindo-se", ou, numa palavra, insistindo sôbre as leis de sucessão em lugar das leis de coexistência (a própria coexistência não pode ser fixada senão nas sucessões).

Vimos, enfim, que uma e outra destas tentativas reduziam ao mínimo o papel da história, pois — contra COURNOT podemos dizer: a racionalização crescente da sociedade não impede a intervenção do imprevisto, do novo; o rio da história continua a deslisar e seu curso não está encerrado, — e contra SIMIAND. que a "ação de produzir" exige, para justificar-se, sair da estatística. Temos de retomar o problema, portanto, por nossa própria conta.

*

Mas, antes, preciso responder a uma objeção possível. Êsse estudo das relações entre a estatística e a história, eu o fiz através da sociologia francesa. É que o problema, de fato, foi sobretudo proposto na França.

Nos Estados Unidos, a sociologia nasceu depois da guerra de secessão. Cindida a comunidade norte-americana em duas partes, a homogeneidade nacional estava rompida; era preciso restabelecer a comunhão dos espíritos e dos corações. E para restabelecê-la racionalmente, era necessário partir de uma base científica: o estudo atual da sociedade norte-americana. Eis porque a sociologia norte-americana fêz tal consumo de estatísticas. A história a interessava menos, pois ela sòmente podia tornar a ligar os Estados Unidos à Inglaterra, fazendo perder de vista o papel que se propunha, isto é, a união nacional. Na Alemanha, ao contrário, a sociologia saíu do historicismo alemão e da dialética hegeliana; entre os seus maiores representantes ela é, antes, tôda uma filosofia da história ou uma psicologia étnica. A estatística não desempenha um grande papel. Isto não quer dizer que os norte-americanos não cultivam a história, nem que os alemães não tenham fornecido grandes estatísticos. Mas há, na sociologia, uma tendência, de um lado para a estatística, e de outro para a história. O encontro de duas correntes, da física social e da filosofia da história, não se faz no seio da sociologia; não há um esfôrço de reconciliação e síntese. Se quisermos encontrar esforços análogos e do mesmo valor daqueles que analisamos na França, será necessário considerar nações menores como, por exemplo, a Rumânia. Que me sejam permitidas duas palavras. O primeiro grande sociólogo rumeno foi SPIRU HARET, que era um matemático e um astrônomo. Êle considerava que as sociedades humanas, fazendo parte do cosmos, estavam sujeitas aos mesmos métodos da mecânica celeste, e criou uma mecânica social. Mas a história oferecia uma dificuldade a SPIRU HARET, que não pareceu tê-la superado. A síntese devia ser a obra do seu sucessor, XENOPOL. Distingue, êste, dois ramos na sociologia: o que estuda os *estados* da sociedade e o que estuda os desenvolvimentos. Não se veja, aí, a revivescência da idéia de COMTE — a distinção entre a estática e a dinâmica social — porque A. COMTE ligava estas duas partes, fazia do progresso um desenvolvimento da ordem, enquanto XENOPOL separa radicalmente os dois ramos. A primeira sociologia procura as leis de coexistência e, a segunda, "séries históricas". Assim a estatística matemática vem a ser o grande método possível da primeira, enquanto a segunda repousa forçosamente na história.

Em suma, a teoria de XENOPOL é mais uma justaposição do que uma síntese. Êle considera como legítimas uma sociologia matemática e uma sociologia histórica, que não podem opor-se entre si, uma vez que não procuram, uma e outra, o mesmo tipo de regularidades, a primeira esforçando-se para descobrir regularidades de coexistência, a outra de sucessão.

É evidente que nós próprios poderemos chegar a uma interpretação dêste gênero. Mas desejamos, ainda assim, se isso é possível, ir mais

longe e ver em que medida a história e a estatística podem apoiar-se mùtuamente.

*

Nosso ponto de partida é que a sociologia não pode privar-se da estatística. Definiu-se, com efeito, a sociologia como a ciência dos grupos. Ora, isso é a própria estatística, significando, como diz BENINI, "uma forma de observação ou de indução apropriada ao estudo quantitativo dos fenômenos que se apresentam como pluralidades ou massas de casos", ou, mais exatamente, não importando qual a massa de casos, mas, como observa SIMIAND, massas formando um conjunto, "sôbre um grupo apresentando certa realidade tanto em conjunto como em grupo". O número de pessoas que circula numa rua não constitui (o exemplo é de HALBWACHS) um grupo homogêneo, suscetível de tratamento estatístico — salvo se essas pessoas são estudadas como se formassem um grupo especial, um grupo de circulação, porque, então, haveria bem uma realidade coletiva, "mas contar o número de viúvos que passam numa ponte, isso não seria levantar uma estatística". Outro ponto ainda. a sociologia estuda o comportamento do grupo, no que difere do conjunto dos comportamentos individuais, como uma realidade *sui generis*. DURKHEIM insiste particularmente sôbre êste ponto, de que os fatos sociológicos são autônomos e independentes, e devem ser analisados em si mesmos. Ora, justamente a estatística descobre caracteres coletivos que podem muito bem não estar realizados, exatamente, em cada indivíduo tomado em separado, os quais não apresentam sentido real a não ser no conjunto grupal.

O índice cefálico de uma raça, por exemplo, pode muito bem não estar realizado em nenhum indivíduo dessa raça, sendo, contudo, uma "característica real do agrupamento dêsses indivíduos". Por conseqüência, a estatística é bem um método privilegiado para abordar os fatos sociais de um ponto de vista sociológico. Ela atinge diretamente as leis dos grupos, uma vez que os fatos estatísticos são, por definição, fatos que podem ser bem determinados "quantitativamente na média de um número mais ou menos elevado de verificações individuais", mas que continuam distintos dêsses elementos, pois são fatos de grupo.

Dito isto, há duas possibilidades de tratamento estatístico: o primeiro consiste em dilatar o grupo até abranger a humanidade, de forma a reconhecer, pela eliminação das diferenças individuais, regularidades tão gerais que podem mesmo revestir a forma de curvas matemáticas: então, eliminam-se as particularidades de espaço e tempo e, por conseguinte, a estatística vai contra a história. A segunda possibilidade, ao contrário, consiste em analisar os grupos gerais em grupos menores, de sexos ou de idades, de classes sociais ou profissões, de estado civil, para ver as diferenças particulares e comportamento dêsses grupos menores; assim, voltamos a considerar o espaço e o tempo na elaboração estatística.

Pode-se dizer que, a partir de QUETELET e de suas pesquisas sôbre o homem médio, começa a desenvolver-se cada vez mais a estatística sociológica. Contudo, ela não pode eliminar a história. Terá de amoldar-se a esta última. Não sòmente constata variações lentas, como o decréscimo natural da população pelo jôgo dos nascimentos e dos óbitos, ocorrido na Europa, de 1925 a 1935, de 100 a 75 — ou as variações bruscas, causadas por um acontecimento histórico, como a guerra, que fêz passar a percentagem de sexos na França, por exemplo, de 103 mulheres e 100 homens, em 1911, para 110,3 mulheres e 100 homens em 1921. A estatística, estudando os grupos relativamente pequenos e particularizando-os, está obrigada a levar em conta a história. Longe, aliás, de haver uma oposição entre uma e outra destas duas ciências, não pode haver senão uma natural colaboração. A estatística oferece ao sociólogo fatos; o sociólogo os interpreta com o auxílio da história. Enquanto que a estatística, em primeira mão, indo do individual ao mais geral, chega, em última análise, a elementos *constantes* quanto ao biológico ou o físico, em segunda mão decompõe o mais geral em grupos menores, atingindo dados dispensáveis de explicação histórica. O papel da história na sociologia parece ser, pois, interpretar, explicar e justificar as conclusões da pesquisa estatística.

A melhor maneira de precisar o nosso pensamento é tomar um exemplo e examiná-lo com certa minúcia. Tomemos êsse exemplo de um capítulo da sociologia em que a estatística desempenha um papel dos mais importantes, — a estatística criminal; e, mais particularmente, nesta rubrica tão ampla, isolemos um só caso, o do homicídio, para estudá-lo de uma forma um pouco mais precisa.

As estatísticas nos mostram que, em tôda a Europa, diminuem as mortes violentas e os envenenamentos, mas não em tôda parte com o mesmo ritmo, pois na Europa meridional os homicídios são mais numerosos. Por milhão de habitantes, tínhamos, no fim do século dezenove:

66	condenados	por	homicídio,	na	Itália
49	”	”	”	”	Espanha
49	”	”	”	”	Hungria
16	”	”	”	”	Áustria
14	”	”	”	”	Bélgica
12	”	”	”	”	França
12	”	”	”	”	Suécia
9	”	”	”	”	Irlanda
8	”	”	”	”	Alemanha
4	”	”	”	”	Holanda
3	”	”	”	”	Inglaterra

A mesma variação pode-se verificar no interior de um mesmo país, segundo as regiões Assim é que FERRI (*Antropologia Criminal*) observa, na Itália, sempre no fim do século dezenove, por 100 000 habitantes: ao

norte, um mínimo de 1,9 (Milão) e um máximo de 3,4 (Turim), no centro, um mínimo de 3,4 (Florença) e um máximo de 8,5 (Roma); e no sul, um mínimo de 4,7 (Grani) e um máximo de 15,6 (Capri). Também na França é nos departamentos do sul e na Córsega, sobretudo, que se verificam mais assassinatos.

Contudo, o homicídio decresce para ser substituído cada vez mais por outro tipo de criminalidade: a criminalidade fraudulenta, característica dos países setentrionais. O mesmo FERRI, no seu livro *A luta contra a Maffia na Sicília,* mostra que o homicídio passou, em 1925, de 10,78 por 100 000 habitantes para 5,23 (de 4 281 a 2 487), e as extorsões e os "ricatti" de 13,87 para 6,11 (5 506 para 2 487), enquanto os crimes contra a propriedade aumentaram, durante êsse período, de 73,25 para 97,93.

Ora, é impossível explicar êsse fato, da preponderância do homicídio nos países do sul, por elementos constantes, permanentes, como o clima ou a raça. Com efeito, poder-se-ia pensar que o calor exerce uma ação sôbre o cérebro, quebra a resistência do indivíduo e o deixa mais fàcilmente sujeito à força de suas paixões violentas, de ciúme ou vingança.

É certo que se poderia encontrar uma confirmação no fato de que os atentados contra a pessoa humana dominam no verão, enquanto no inverno são os atentados contra a propriedade que chegam ao máximo. Porém, a mais alta freqüência de homicídio é em junho; ora, julho e agôsto são em geral os meses mais quentes. Por outro lado, é em dezembro que os roubos atingem o ponto mais alto, enquanto janeiro é o mês mais frio. Em segundo lugar, a temperatura média de cada país é mais ou menos constante, enquanto que, conforme dissemos, o homicídio está em decréscimo; êle baixou na Itália, durante os últimos quarenta anos do século dezenove, de 40 por cento. A escola criminologista italiana supõe que a raça tem certo temperamento hereditário que explica a natureza do comportamento patológico de cada país; o temperamento mais ou menos impulsivo, mais ou menos libidinoso, está ligado à diferença das taxas de homicídio segundo as zonas. Assim, de acôrdo com SERGI, das três raças européias — dolicocéfalos louros e alpinos, braquicéfalos morenos, e dolicocéfalos morenos da bacia do Mediterrâneo — é a esta última que se devia imputar a freqüência do homicídio nas duas nações do sul da Europa, a Itália e a Espanha Mas, porque os latinos italianos ultrapassaram os seus irmãos da França? SERGI responde ajuntando o fator clima ao fator étnico, no entanto, o calor da Itália não está em relação ao da França, como 66 está para 12, que é a diferença dos totais de homicídio entre os dois povos. Se, em vez de comparar nações, compararmos regiões de uma mesma nação, aí então o fator étnico desaparece de todo, pois na França os braquicéfalos do planalto central apresentam criminalidade inferior à dos dolicocéfalos louros da Normândia. Sobretudo, os criminosos não constituem,

sem dúvida, no conjunto da população, senão uma ínfima exceção. Por conseqüência, se os outros indivíduos podem lutar contra as suas paixões, triunfar das suas tendências impulsivas, é que o criminoso exprime menos tendências raciais do que o nível moral de um determinado meio social, aquilo que G. RICHARD chamou "uma verdadeira consciência moral coletiva". A questão, portanto, consistirá em indagar como esta consciência moral é formada? E ainda: não resulta ela de um desenvolvimento histórico especial?

NICEFORO (*A criminalidade na Sardenha*) descreveu a existência, na Sardenha, de uma população de pastôres, inteiramente estranha à idéia do Direito e sem respeito ao sentimento da vida e da propriedade dos semelhantes. CUTRERA, NICOTRI, provaram que a Sicília foi, na antiguidade e na Idade Média, o centro de uma civilização incomparável; o homicídio siciliano não pode provir, portanto, de uma barbaria inerente à raça, não pode provir senão de uma deturpação secundária da noção do Direito Ora, esta regressão é a conseqüência de um fato histórico; a partir da decadência da Europa romana, a Itália permaneceu durante muito tempo fragmentada, formada de Estados autônomos em guerra uns com os outros, com a intervenção de franceses, aragonêses e espanhóis. Assim, a autoridade da lei, que só é possível pela existência de um Estado reconhecido pela opinião pública, não pôde estabelecer-se e a justiça ficava nas mãos das famílias patriarcais. Sabe-se que uma das características dessas famílias patriarcais, até mesmo entre os judeus, os gregos, os antigos romanos, bem como na própria família patriarcal brasileira dos tempos coloniais, era a vingança do sangue. A "omertá" siciliana, como a "vendetta" corsa, que consiste em fazer justiça por conta própria, não é mais do que o retôrno à vingança Mas, esta justiça familiar só é possível porque o Estado não existe, porque êle é impotente para fazer respeitar a lei racional. A própria palavra banditismo é outra prova em favor desta interpretação. Sabe-se que o têrmo bandido vem de *bando*, na acepção de sentença civil. O bandido é o banido. É aquêle que não encontra outro meio de resistir aos surtos de guerras intestinas que talaram o sul da Itália, senão refugiando-se nas montanhas; mas daí em diante êle só pode viver "perigosamente". A ausência do sentimento de dignidade da pessoa humana não subsiste muito tempo entre êles. O "ricatto", espécie de contribuição forçada, paga para recuperar a liberdade de um homem raptado, está ligado a êstes fatos históricos. O "ricatto" é solidário à existência da "maffia", e a "maffia" é, primitivamente, a sociedade secreta, a comunidade indígena que se defende, por iniciativa própria, contra qualquer intervenção da polícia judiciária, considerada como um instrumento de despotismo, porque o Estado estava identificado pela população com a tirania do estrangeiro O que acabamos de dizer sôbre a Itália aplica-se também à Espanha. A alta percentagem da criminalidade sangrenta, neste último país, é uma herança da Idade Média e da luta que, então, se feriu entre mouros

e cristãos. Esta guerra, separando, de um lado, a nobreza e o clero do trabalho produtivo, desenvolveu certa tendência parasitária entre essas classes, e, de outro lado, arruinando a classe pobre, precipitou-a na mendicidade. Aí está a ligação entre os chefes guerreiros arruinados e os bandos de pedintes, que fêz nascer as grandes associações criminosas, das quais restam ainda vestígios em associações como a "Hampa da Andaluzia". Mas, como se explica que êste traço do passado tenha durado tanto tempo? ALTAMIRA, que se ocupou do assunto, aponta três causas: a influência da raça bérbere; a transformação das diferenças religiosas em distinção de classes; a associação da idéia de trabalho à de uma perda de prestígio pessoal. Sabe-se, com efeito, que a Espanha por muito tempo estêve em parte anexada à Berbéria; os cristãos reconquistaram o país, mas a conquista terminou por uma estratificação social e religiosa ao mesmo tempo: cristãos, judeus, mouros. Os cristãos se dividiram em velhos cristãos, moçárabes e cristãos novos. A falta de unificação tornava assim a autoridade do Estado impotente, e contra a classe parasita dos nobres, enriquecida pelo dinheiro das colônias e desdenhosa de todo trabalho, as classes proletárias empobrecidas, cheias de sangue ainda estrangeiro, não tinham outra solução senão o mais feroz dos parasitismos. Podemos afirmar, portanto, que as formas violentas da criminalidade se explicam pela persistência de um tipo de sociedade antiga, caracterizada pela manutenção da solidariedade familial e comunitária, que conserva o hábito de fazer justiça, ela própria — e pela impossibilidade do Estado de impôr a legalidade racional onde o parasitismo impedia o advento da divisão do trabalho e da solidariedade orgânica.

Se insistimos nesse exemplo, acompanhando o nosso antigo mestre G RICHARD, é porque a história aí aparece, com destacado relêvo, como a única interpretação possível dos dados estatísticos. Mas é evidente que isto se aplica tanto às outras formas de criminalidade como ao homicídio. Assim, os crimes contra a propriedade, sob o aspecto fraudulento, são características das sociedades industriais; todavia, foram êles mais numerosos na Alemanha, durante o século passado, do que na Inglaterra, se bem que êste último país fôsse mais industrializado. É que o equilíbrio social pede algum tempo para estabelecer-se, sendo precedido por um período de crise. E poderemos fazer observações análogas quanto à criminalidade política e religiosa. O que dissemos, no entanto, é o suficiente para esclarecer o nosso pensamento.

Mas, será que o fator histórico é o único fator de interpretação das estatísticas? Não será necessário apelar para outros fatôres? Devemos contentar-nos com afirmações tão unilaterais? Não, evidentemente. E chegamos agora a uma segunda regra. é a própria estatística, que permite distinguir o gênero de explicação de que necessita para esclarecer suas conclusões e separar a história daquilo que não é história. Volte-

mos à nossa questão do homicídio. Dissemos que a sociedade, ao industrializar-se, passando da comunidade à sociedade, da solidariedade mecânica à solidariedade orgânica, vê diminuir a taxa de sua criminalidade violenta. A menor taxa vamos encontrá-la no país mais remotamente industrializado, a Inglaterra; contudo, a cifra não varia mais, permanecendo sempre a mesma desde muito tempo. Isso significa que é possível ver o decréscimo do homicídio, mas não que êle chegue a zero. Há como que um limite mínimo insuperável. Êsse limite representa o fator biológico, ou psíquico, a existência de tendências criminais irredutíveis de certo número de indivíduos, grupo imutável que a estatística delimita. Assim, também o número de suicídios, dissemos, tende a um limite imutável, o qual representa de qualquer modo a importância do fator psico-patológico, da constituição ciclotímica ou emotiva. No entanto, para não ficarmos sempre no mesmo terreno da patologia social, vamos verificar a possibilidade de separar o papel da história dêsses outros fatôres humanos, tomando aqui, como exemplo, as estatísticas demográficas.

A demografia parece estudar fatos biológicos, como a idade, o nascimento e a morte, a repartição dos sexos e a freqüência das uniões sexuais. Entretanto, a construção das pirâmides de idades, diferentes segundo os países, as classes, as profissões, a circunstância de que as taxas de natalidade e mortalidade divergem segundo as regiões e as categorias profissionais, as próprias variações bruscas das taxas de masculinidade — provam que todos êsses fatos de fisiologia orgânica, justamente porque se produzem no interior dos grupos, são também fatos sociais. Decerto, tentou-se explicar as variações temporais por leis biológicas. GINI, partindo do estudo do intervalo entre o casamento e o primeiro filho, o que êle chama índice de fecundidade, mostra que tal intervalo é significativo do decréscimo da natalidade (o número de crianças nascidas nos primeiros meses de união diminui de um têrço, ao passo que diminui menos o número de crianças nascidas mais tarde). Ora, apoiando-se nos inquéritos inglêses e norte-americanos, êle mostra que as práticas anti-concepcionais não reduzem enormemente a diminuição dos nascimentos; isso só pode resultar, pois, de um enfraquecimento do instinto biológico. O neo-maltusianismo não seria causa e sim efeito, quando êle diz: "A ação voluntária é o resultado de um mecanismo de adaptação psíquica às condições biológicas. Assim é que um indivíduo, começando a envelhecer, encontra razões para poupar-se." Os grupos percorrem, assim, um ciclo vital, de aumento, e em seguida decadência da fôrça reprodutora da espécie. HALBWACHS criticou essa tese, anulando uma após outra as razões dadas por GINI; se o número de crianças nascidas nos primeiros meses do casamento diminui, é porque o instinto se enfraqueceu, diz o grande demógrafo italiano. No entanto, há outra explicação possível; é que o instinto se choca com outras tendên-

cias e há, para os jovens pares, motivos sérios para não ceder-lhe imediatamente.

GINI representa o instinto do homem exatamente como o do animal; mas, o instinto sexual dos homens está submetido, em suas primeiras manifestações, à fôrça constrangedora dos controles sociais; é uma tendência socializada e, sem dúvida, esta socialização pode tender para destruir a espontaneidade da vida. "Mas — notai bem — se essas práticas embotam o instinto, elas o embotam entre aquêles que as adotam, e não na raça ou nos seus descendentes." O aumento do número de crianças está ligado, em certo período, às classes inferiores, porque o regime capitalista necessitava, inicialmente, mão de obra barata, e diminuiu nas classes superiores, porque estas não podiam transmitir a uma progenitura numerosa o "standard" de vida que haviam atingido. "Os povos são feitos de seres vivos, é certo, mas desde que intervêm os costumes e as leis, correntes novas surgem, das quais nem a direção nem a fôrça têm origem no reino da vida animal pura e simples." Tôda vez, pois, que os fenômenos demográficos apresentam variações, é à história que se torna necessário recorrer, à evolução das estruturas sociais, para ter a explicação.

Mas, há fatos mais constantes Por exemplo, a relação dos nascimentos masculinos e femininos, vizinhos da igualdade. Sòmente depois, em conseqüência de fatos sociais, a relação pode mudar segundo os países ou as classes. Nos nascimentos, a proporção de meninos é em tôda parte e em todos os períodos mais elevada do que a de meninas, segundo as últimas pesquisas efetuadas e, o que é mais notável, o excedente dos nascimentos masculinos difere pouco de um país para outro. Ainda assim, pode-se notar que a proporção de meninos é mais alta entre os natimortos, e que morrem mais crianças do sexo masculino nas baixas idades do que do sexo feminino, o que restabelece o equilíbrio. É verdade que HALBWACHS observou também uma variação após o término da guerra, na França e na Alemanha, a qual tentou estabelecer relacionando a idade dos pais e o sexo das crianças, como se se tratasse de um fato social: a união entre esposos da mesma idade e de idades diferentes modificava a repartição dos sexos. Mas, as pesquisas empreendidas nessa direção não me parecem indicar uma quantidade suficiente de fatos que nos levem a considerá-los capazes de justificar a nossa adesão. Temos, assim, dois fatos demográficos diferentes: um fato de variação temporal — diminuição da natalidade; e outro de constância, extra-temporal — a repartição dos sexos nos nascimentos. No primeiro caso, se quisermos uma interpretação adequada, devemos recorrer à história; no segundo, ao contrário, não devemos voltar-nos para a história.

A estatística, distinguindo os fatos temporais dos fatos em que o cálculo das probabilidades entra, ao menos aproximadamente, proporciona ao sociólogo uma orientação de algum modo *a priori* sôbre êsse

ou aquêle rumo de sua pesquisa das causas, entre os fatôres históricos ou os não históricos. Repelimos, ao mesmo tempo, a tentativa de GINI, de explicar por um fato histórico um fenômeno de sucessão, e a de HALBWACHS, de explicar por um fato histórico um fenômeno de constância (é verdade que HALBWACHS não pôde introduzir a história, em virtude de uma modificação nos costumes do casamento, na repartição dos sexos dos recém-nascidos, senão depois de ter tentado demonstrar que uma ligeira variação pode ocorrer na percentagem dos nascimentos). Para nós, sempre que se verificam variações estatísticas, há uma explicação histórica a procurar. Sempre que cessa a variação, é que a história não tem mais influência e que se trata de um elemento permanente, vinculado à natureza biológica ou psicológica imutável do homem. Até o presente, partimos da estatística para ver qual o lugar que ela deixa à história. Vamos fazer agora o inverso. Partiremos da história para ver qual o lugar que ela deixa à estatística.

Se a história dos acontecimentos individuais, com repercussões coletivas, não deixa nenhum lugar à estatística, é bom não esquecer que a história aumenta cada vez mais o seu domínio; há uma história literária, uma história econômica, uma história financeira, uma história dos costumes, tanto quanto uma história das guerras, revoluções e relações diplomáticas entre os povos. Ora, o que caracteriza o fato histórico nos diversos domínios é que êle deixa *traços*, não sòmente psíquicos como também materiais. Por exemplo: uma variação do gôsto literário se nota pela quantidade de edições, o número de livros vendidos em diferentes épocas. A história econômica se inscreve na mudança do regime da propriedade, na variação dos preços e salários, na tonelagem da marinha mercante, no volume das trocas internas ou externas. Isto significa que a história tem necessidade de apoiar-se sôbre as estatísticas como sôbre tôdas as outras formas de testemunho. Quando se lêem os livros atuais de história, percebe-se que — atrás das interpretações históricas — há, quando isso é possível, uma base estatística permitindo distinguir os fatos gerais dos fatos particulares. Pois, não é verdadeiro que a história seja sòmente a ciência dos fatos particulares ou contingentes; ela é a ressurreição do passado, e o passado abrange tanto o geral e necessário, quanto os atos livres ou isolados.

Diz-se, com freqüência, que todo fato passado não é, forçosamente, um fato histórico. O nariz de CLEÓPATRA ou a fístula de LUIZ XIV não interessam ao historiador senão na medida em que êle julga, certo ou errado, que o primeiro tem alguma relação com a guerra de ANTÔNIO e OTÁVIO, ou que a segunda está ligada à divisão do século XVII em um período de grandeza e outro de decadência. Um fato passado só é histórico na medida de suas repercussões sôbre a massa, e, portanto, quando interessa o conjunto de uma coletividade. Ora, se é

evidente que fatos particulares, como um assassinato ou um motim, têm repercussões gerais, é também evidente que fatos gerais, como a mudança de regime da propriedade, uma diminuição do valor aquisitivo da moeda, uma modificação na pirâmide das idades, têm repercussões sôbre os fatos individuais, como uma guerra ou uma revolução.

O historiador não pode, pois, dispensar os dados da estatística quando êles existem. Tomemos agora o problema do acaso, que é uma outra face da mesma questão. Têm sido apresentadas muitas soluções do problema do acaso mas tôdas com o fim de mostrar que o acaso não vai de encontro ao determinismo; a contingência se destrói pela regularidade dos fenômenos. Uma das tentativas de resolver o problema é a de COURNOT, que definia o acaso pelo encontro imprevisto de duas séries de fenômenos, ligados, entre si, por vínculos de causalidade. Ora, não nos mostra a estatística que existem entre séries de variação ora semelhanças de curvas que sugerem uma lei, ora uma ausência completa de ligação que sugere uma independência?

Ainda aqui há possibilidade de acôrdo entre o histórico e o estatístico.

Vamos ainda mais longe. Se a história é uma cronologia, a estatística permite justamente estabelecer a cronologia das repercussões. Os fatos de grupo, com efeito, não variam todos com o mesmo ritmo.

A estatística mostra-nos que há *histórias* na *História,* com durações heterogêneas. Dir-se-ia que a aplicação das matemáticas ao tempo destruiria a natureza qualitativa daquilo que BERGSON chamou a duração histórica. Ora, o contrário é que é verdadeiro: ela a acentua.

Ela nos mostra, com efeito, que se os fenômenos sociais repercutem uns sôbre os outros, estas repercussões não ocorrem com o mesmo ritmo, segundo os tipos de fenômeno, tendo lugar em períodos mais ou menos dilatados, que podem ir de algumas semanas a várias dezenas de anos. A estatística estabelece a diversidade de ritmo dos fenômenos. Parecia-nos, em princípio, que a estatística eliminava, em última análise, o tempo, para tender ao constante. Finalizando, vemos que ela pode também destacar o caráter qualitativo ou histórico da duração.

Resumiremos, pois, a nossa interpretação sôbre as relações entre a estatística e a história, em algumas breves fórmulas:

1 — A estatística tem necessidade da história, é a história que esclarece as regularidades de sucessão.

2 — A estatística, distinguindo os fatos de constância dos fatos de variação, permite ao sociólogo saber qual a

direção que deve seguir para encontrar a explicação das regularidades que ela lhe oferece, entre os fatôres históricos ou entre os extra-históricos.

3 — O historiador não pode dispensar, quando isso é possível, a referência aos dados estatísticos, os quais possibilitam elucidar melhor as causas reais dos fenômenos que a crítica dos testemunhos lhe permitiu elaborar.

O conflito do qual partimos se reduz, por conseqüência, a uma conciliação.

EVERARDO BACKHEUSER
(Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia)

GEOPOLÍTICA, GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA *

NÃO fôra a persistente amabilidade de MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, preclaro brasileiro que comigo todos vós admirais, e por certo não teríeis hoje o cansaço de ouvir coisas sabidas e repetidas, em contraste com os preciosos informes e brilhantes ensinamentos divulgados por esta série de conferências realizadas por ilustres personagens neste e em anos anteriores.

Esquivava-me de várias formas à gentil solicitação exatamente porque não encontrava um tema em que algo de novo, ou de interessante, ou de ilustrativo, pudesse sugerir à vossa meditação. Depois de várias escusas fixei-me afinal, em 1942, em um — *Geografia e Estatística* — que me parecia, pelo menos, digno de ser focalizado de modo particular em um Instituto do gênero dêste. Proposto a TEIXEIRA DE FREITAS, foi por êle bondosamente aprovado. Motivo, dessa vez, de enfermidade impediu-me de comparecer ao periódico conclave dos estatísticos brasileiros. O assunto por mim escolhido foi, porém, aqui versado por outrem, CARLOS DELGADO DE CARVALHO, sem dúvida com vantagem para o auditório.

DELGADO, falando de geografia e estatística, aludiu também de passagem à geopolítica, ciência que venho cultuando, e com ela me deleitando desde 1924, e a propagando em artigos de revista, de jornal, em conferência e cursos, dos modos enfim que me pareceram idôneos à divulgação. A alusão do orador daquele ano foi não só à geopolítica, mas, também, carinhosamente, a quem ora vos fala. Como estareis lembrados, quantos ouvistes DELGADO DE CARVALHO por aquela ocasião, teria êle dito que não se dispondo a mergulhar em nebulosidades escandinavas (RUDOLFF KJELLÉN, criador da geopolítica, é sueco) fazia-o por meu intermédio e remetia a mim, em outra ocasião, maiores elucidações sôbre a questão. Esta ocasião é agora chegada.

O velho camarada DELGADO DE CARVALHO estava, ao tempo, interessado em localizar a geopolítica no quadro geral das ciências, e propendia, ao que deduzi, em fixá-la dentro da geografia, dando-lhe, segundo conversas que tivemos, o caráter de qualquer coisa como uma geografia política dinâmica, ponto de vista que tenho visto partilhado também por outros técnicos. Apesar de já em *Notas Prévias,* livro que veio à luz em 1925, haver sido por mim largamente esclarecida a questão, parecia-lhe que não fôra eu bastante claro, principalmente se posta a minha opinião

---

* Conferência pronunciada no Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, a 12 de julho de 1945

em paralelo com algumas correntes norte-americanas. Para atender a êsses desejos escrevi o artigo *Geopolítica e Geografia Política* aparecido em 1942, na *Revista Brasileira de Geografia*. Foquei então, em pleno, a divergência de conceituação da geopolítica e mostrei, creio que à saciedade, até onde coincidiam o ramo da Geografia humana chamada Geografia Política e o setor da Política batizado por KJELLÉN de Geopolítica, e a partir de que ponto em diante se iniciavam as discordâncias. Não consegui convencer a todos, mas tive uma valiosíssima adesão, a do até então indeciso colega, que daí por diante é dos mais ardorosos defensores do ponto de vista que partilho, ponto de vista mantido aliás inalterado desde duas décadas, e que inalterado ficará por certo exatamente porque me abeberei não em fontes subsidiárias e possìvelmente tendenciosas, mas diretamente nas claras e insofismáveis explanações do próprio criador da nova ciência, KJELLÉN. É possível dar à geopolítica outras interpretações ou sinonímias. Tôdas, porém, serão diferentes, em sentido, daquela que a essa palavra foi conferida pelo próprio autor do neologismo. Serão, no mínimo, deturpações do sentido originário

Para melhor elucidadas ficarem dúvidas de outros amigos e colegas que também não podiam ou não se queriam demorar em versar diretamente o assunto em fontes legítimas, voltei à carga perante brilhantes auditórios, primeiro ante engenheiros militares, na Escola Técnica do Exército, depois, em frente a engenheiros civis, no Clube de Engenharia. Esclareci de novo e exaustivamente os objetivos da nova Ciência, detendo-me no exame da "função geopolítica do Engenheiro", exame do qual ressalta imponente o papel que aos da minha profissão tem cabido e virá a caber em várias fases da evolução política da Nação Brasileira.

Esforcei-me, em tôdas essas ocasiões, e, dentro da minha pouca capacidade expositiva, em ser claro e explícito. A conferência a que venho de aludir teve larga divulgação em revistas e na imprensa quotidiana. Todavia, muitos estudiosos de sociologia não a terão lido, e acaso, ainda se mantenham na indecisão sôbre os propósitos da geopolítica, que a alguns parecerá mero sinônimo de geografia política

Pensando talvez na possibilidade de tal hipótese entre estatísticos é que a êsse grande brasileiro que é o líder nacional da vossa deslumbrante zona de atividade, TEIXEIRA DE FREITAS, ocorreu cobrar a minha velha dívida, oferecendo-me um assunto que me é caro e do qual durante vários anos fui talvez o único a se interessar pùblicamente no Brasil.

Hoje são vários os que abordam a geopolítica em nosso país. E com coturnos mais altos que os meus, porque, neste como em qualquer outro terreiro no qual me intrometa, fico sempre pairando em níveis modestos, os únicos compatíveis com a minha incultura e com a pouquidade de minha inteligência.

A verdade, porém, é que da geopolítica se afastavam não só os que não tinham tempo de estudá-la como outros que se arreceavam do mau nome que a cobria.

Malgrado a magnitude dos problemas que ventila, estêve ela durante muito tempo, como que propositadamente, vedada à vista dos nos-

sos conterrâneos. Uns quantos, ignorantes ou maliciosos, a apresentavam como ciência alemã, e ter cheiro germânico, mesmo em ciência, fôra, a partir da primeira guerra, qualquer coisa de perigoso e condenável Geopolítica tresandava, portanto, a kaiser ou parecia propaganda nazista. Sucedeu, para mal dos pecados da pobre geopolítica, que um dos seus mais ardorosos e conspícuos propugnadores, KARL HAUSHOFER, fôsse considerado mentor do nacional-socialismo e se tornasse uma das figuras estelares da Alemanha hitlerista. Foi o quanto bastou para a condenação da geopolítica, de envolta com a própria antropogeografia de RATZEL, apresentadas, ambas, como signos de perigosa escola geográfica, ambos considerados, por certos escritores míopes, como responsáveis pelos fundamentos que o imperialismo alemão buscava para seus surtos extra-territoriais. Pode ser lembrado aqui, entre parênteses, que o imperialismo, isto é, o desejo de posse, *bon gré, mal gré,* de impérios coloniais, não é doença política apenas da Alemanha. Outros sofrem as mesmas ânsias, e a "teoria dos espaços crescentes" é a verificação científica dêsses incoercíveis ímpetos de conquista das nações expansionistas.

A verdade é que a geopolítica não justifica (é claro) mas procura esclarecer cientìficamente o porquê dos rasgos imperialistas de qualquer nação que os tenha tido ou os venha a ter, já conquistando terras, já as comprando, já as valorizando. Todos êsses problemas entram na esfera a que se propõe a geopolítica, sem que com isso a Ciência aprove os procedimentos, indevidos ou ilegítimos, dos estadistas conquistadores.

Tôda gente sabe que o instrumento não é responsável pelo modo pelo qual o fazem atuar. A dinamite tanto age pacìficamente destruindo pedreiras que fornecem material para construções, como serve para fins mavórticos. O rádio tanto transmite as sinfonias de BEETHOVEN como sambas carnavalescos. A geopolítica não pode ser acusada porque ambiciosas nações se desejem apossar de terras pertencentes a outrem. Ela se limita a confrontar realidades, a esquadrinhar os vários modos de proceder, legítimos, astuciosos ou violentos, pelos quais Estados fortes esmagam os mais fracos, ou pelos quais Estados pequenos vão aos poucos, pela valorização inteligente de suas reduzidas terras, alargando seus espaços iniciais, que, pela natalidade crescente ou pela fôrça vital dos respectivos povos, se tenham tornado insuficientes à capacidade cultural e à atividade econômica dos respectivos povos.

A geopolítica mostra, sem dizer se é um bem ou se é um mal, os fatos de todos os tempos, procurando pelo exame imparcial dos mesmos esboçar leis científicas sôbre a formação, valorização, evolução e deperecimento dos Estados. E relembra como surgiram, cresceram, e desapareceram os grandes impérios da antiguidade, da idade média, do renascimento e dos tempos contemporâneos E recorda que o império romano com cinco milhões de quilômetros quadrados partiu de um germenzinho, às margens do Tibre, assim como o império britânico de nossos dias com 35 milhões de quilômetros quadrados, ou seja sete vêzes maior que o romano, também brotou de outra diminuta celulazinha às mar-

gens do Tâmisa. E que assim como em luta de muitos séculos desapareceu o surto árabe na Europa, também o mesmo sucedeu ao império colonial espanhol, depois de ter coberto o mundo.

A geopolítica contempla com imparcialidade os dois fenômenos, tanto de crescimento, quanto de extensão dos Estados, e apenas os sublinha com o traço azul nas suas constatações científicas.

Para apurar a legitimidade das suas asseverações, recorre a Geopolítica à Estatística, que é sabidamente uma auxiliar prestimosa ao serviço de tôdas as ciências. Dia virá em que as estatísticas hão de ser organizadas em nosso país com a declaração explícita de seus fins geopolíticos. Só se espera para isso que se diluam os últimos temores de suspeição de germanismo que caem sôbre a cabeça dêsse malfadado ramo de saber de que me fiz cultor entusiasta Quando no Brasil ficar bem divulgada a existência de 1 265 cátedras de geopolítica nos Estados Unidos, criadas antes e durante a guerra, talvez não haja receios de estabelecer uma, ao menos uma, dessas cátedras em uma das Universidades de nossa terra. Estamos a caminho disso. Aquela que preleciono presentemente no Instituto Rio Branco, órgão cultural do Ministério das Relações Exteriores, apesar de figurar ainda com o título menos indiscreto de Geografia Política, é de fato, pelo programa, apresentado e divulgado, legítimo esbôço de um curso de geopolítica latino-americana. Programas análogos virão a ser com o tempo desenvolvidos dentro ou fora da Universidade do Brasil. E quando os houver muitos, lucrará por certo a nação porque hão de ser postos em mãos dos nossos dirigentes, e dos nossos líderes sociais, e dos nossos estados-maiores, elementos mais seguros, por isso que mais científicos, de sopesar, avaliar, medir os graves problemas nacionais decorrentes do estudo da nossa geografia política e principalmente se ajuizará melhor de certas tendências expansionistas estrangeiras que se podem manifestar no futuro em prejuízo do território brasileiro.

Ao chegarmos a êste belo estágio de cultura científica e, porque não proclamá-lo?, de zêlo patriótico, estágio que será a terminação dos mal-entendidos sôbre a nova ciência, veremos darem-se as mãos geografia, geopolítica e estatística.

A geopolítica não prescinde, para se ter de pé, nem de uma nem de outra. São os seus alicerces. São as suas fontes. Delas é que jorra a linfa de que se abastecem os riachos que formam a caudal dos seus ensinamentos.

* * *

Aliás, como já antes o disse, a estatística é a auxiliar número um não só da geopolítica como de tôda e qualquer ciência. As leis científicas, mesmo as mais rigorosas e de mais nítida fisionomia racional, foram

sempre, em regra, inicialmente fruto de uma apuração estatística. E por quê? Porque a apuração estatística é afinal uma indução, por ser, de fato, o resultado de muitas observações ou de muitas experimentações sucessivas, ou seja de muitas práticas de aspecto empírico, as quais coordenadas estatìsticamente se prestam à verificação da generalidade das linhas mestras do fenômeno em exame Ora, a lei científica não é senão isso mesmo, a tradução em uma regra explícita "do que há de constante (isto é, de freqüente) entre elementos variáveis". A estatística é, portanto, o bordão de que se serve a ciência na marcha para a frente, para o desconhecido. Quando a estatística apresenta, em suas tabelas ou em seus gráficos, a repetição impressionante de dada circunstância, essa pode ser logo exibida como a causa, senão profunda e real, ao menos imediata e subjacente do fenômeno, servindo assim de diretriz coordenadora para as previsões. Os cientistas, pois, proclamem-no ou não no proclamem, estão sempre, a tôda hora, valendo-se da estatística.

Quando se mediam terras no Egito por certo os que o faziam não estariam pensando que em remotos tempos futuros iriamos todos conhecer, codificados racionalmente na geometria, preceitos empíricos que então ensaiavam os primeiros passos. As leis de ebulição nasceram de atentas e repetidas observações que deixaram ver que nas vizinhanças de 100° é que a água ferve. Nem sempre rigorosamente a essa temperatura. Um poucochito abaixo, um poucochito acima A curva de concordância estatística entre êsses pontos de diminuta divergência levou à generalidade da freqüência dêsses famosos 100 graus, que são hoje um dos mais conhecidos e vulgarizados padrões científicos. E quando os modernos professôres de física desejam levar seus alunos a conclusões próprias em vista de fenômenos científicos, êste — da ebulição da água — é dos mais fáceis de serem reproduzidos nos laboratórios.

Nem de outro modo procedem a cada passo os que desvendam leis biológicas ou leis sociais. Muitas têm provindo da observação, outras da experimentação, outras ainda da comparação, mas tôdas elas se fundamentam sempre em processos estatísticos E ai delas quando isso não acontece. Se os preceitos propostos pelos pensadores são fruto exclusivo da meditação raciocinada, mesmo que de dedução muito cerrada, e aparentemente muito lógica, a maior parte das vêzes quebraram-se diante da frieza natural dos fatos. Contra fatos, proclama o rifão, não valem argumentos. As teorias arquitetam-se sôbre hipóteses, mas estas só são válidas cientìficamente se não contrariam os fatos reais, porque quando os contrariam, demonstram que a hipótese foi mal ou apressadamente formulada, e que ela, e não a natureza, tem de ser reformada.

Êsse caráter de "freqüência" ou, para usar outra palavra do jargão estatístico, êsse caráter de "moda" ou "modo", se traduz pelo número. A maneira de encarar os fenômenos, dentro do espírito estatístico, é fazer sempre comparações sôbre números. O número é a maneira de

falar da estatística. O gráfico, mera conseqüência do número. Os fenômenos sociais, em geral, e os geopolíticos em particular hão de ser encarados, como fácil é de compreender, dentro dêsse espírito estatístico.

Não, porém, apenas nêle. Também suas análises têm de ser levantadas em espírito geográfico. A geografia compara esta porção da Terra com aquela outra. Localiza, fixa uma área, delimita um espaço, refere-o a coordenadas, a altitudes, a distâncias ao mar, a proximidade ou afastamento de outros pontos conhecidos, ajuiza do que essa área ou espaço possui. Em qualquer caso, sempre alude a um *local*.

Embora o método geográfico de encarar fatos ou ocorrências não seja o estatístico, os dois se completam e se prestam mùtuamente valioso auxílio. Qualquer dêles discrepa na maneira de examinar as coisas em "espírito histórico", que é um terceiro modo de contemplar os fenômenos naturais, também útil às ciências sociais, e, portanto, à geopolítica. O "confronto no tempo" é o processo histórico de análise para ver como de ante-ontem se passou para ontem, de ontem para hoje, e de hoje se caminhará para amanhã. Ora, todos êsses três processos de estudo, cada qual agindo em socorro do outro, são coordenados e aguerridos pelo "espírito científico", pelo qual, para tudo quanto se passa em a natureza, se procura uma correlação de causa a efeito, sem a qual verdadeiramente nenhum ramo de saber pode adquirir foros de ciência legítima.

* * *

Nem sempre essas correlações de causa a efeito são fàcilmente reconhecíveis no emaranhado dos acontecimentos, em qualquer ramo de saber, particularmente no setor social, dentro do qual os bons métodos de classificação colocam a Política Por isso se compreende quão difícil tem sido, e será por muito tempo, alcançar leis rigorosas, que permitam previsões claras e definitivas dentro do campo da Política. Se compreendermos a esta não como uma simples ciência especulativa e abstrata, mas, na corrente de KJELLÉN, como ciência concreta e objetiva, a marcha da evolução dos fenômenos, e, portanto, a sua previsão, adquire certa translucidez, longe sem dúvida de uma límpida transparência, mas também já bem distante da densa opacidade que até então vigorava. A Política, tal como exposta e explicada por aquêle autor, deixa de ser um jôgo de fortuitos azares para alcançar ponderável consistência científica.

E por quê ? Porque o sábio escandinavo soube pôr a serviço de suas conclusões tanto a história, como a geografia, como a estatística. Basear essencialmente a Sociologia, e em conseqüência a Política, na História é usual entre os tratadistas. Mas quanto à geografia e à estatística são elas habitualmente esquecidas, quer nas comparações, quer nas deduções

sociológicas e de alta política. Êsse olvido corre menos por motivo de um desprêzo para com êsses ramos de conhecimentos, principalmente para com a antropogeografia, do que pela ignorância em que ainda bracejam alguns daqueles especialistas a respeito da importância real da contribuição que ambas, e em particular esta última, lhes possa trazer.

A verdade, entretanto, é que os preceitos fixados por FREDERICO RATZEL em seus memoráveis trabalhos, alargados e consolidados por muitos outros sábios de diversas nacionalidades, são de ordem a prestar notável auxílio ao esclarecimento dos fenômenos políticos.

KJELLÉN, não os desprezando, antes aproveitando e explorando sagazmente êsse rico filão, conseguiu formular com muita precisão os grandes temas gerais da Política. Apoiado que estava na História e na Geografia, pôde elucidá-los de maneira verdadeiramente magistral, porque indiretamente também se firmara na Estatística. De fato. A obra de RATZEL não é apenas aquêle acervo de enciclopédica cultura, reveladora da larga e profunda erudição, que VIDAL DE LA BLANCHE não se cansa de pôr em destaque tôda vez que se refere ao sábio de além-Reno. A obra de RATZEL é, porém, mais do que isso porque tôda ela assenta em estatísticas demográficas e territoriais. Ora, assim sendo, a Geopolítica de KJELLÉN, corolário que é da Geografia Política de RATZEL, tem ela mesma por fundamento lógico as cifras eloqüentes da estatística.

A estatística impregna realmente de segurança as induções geográficas de quantos a estudem a sério. Logo, influi decisivamente em tôda e qualquer conclusão geopolítica. E mercê da cooperação estatística, induções, conclusões e deduções possíveis de atingir na nova ciência, revestem-se de generalidade e rigor científicos inspiradores de grande confiança. Geógrafos e políticos, quando arrimados em tabelas estatísticas, marcham com passo mais seguro no terreno de suas previsões.

* * *

A estatística esclarece os chamados determinismos geográficos, facilitando o entendimento das já aludidas correlações de causa e efeito. E verifica-se assim, como aliás antecipou RATZEL, que o homem, agente cheio de livre arbítrio, embora seja influenciado pela ambiência geográfica nunca por ela se deixa esmagar. Embora não o esmagando, insistamos em repetir, o "meio" influi, por vêzes fortemente, sôbre o homem e coopera de modo insofismável nas atitudes que êste acaba tendo de assumir.

Exemplos, se os quiséramos citar, seriam sem conta.

Em primeira plana os fornecidos pelos aspectos antropogeográficos que as várias *situações* geográficas — de clima, de maritimidade, de vizinhança política, de altitude, etc. — fazem aparecer. Logo depois,

pelos fenômenos geográficos de ordem espacial e demográfica, seja quando êsses aspectos demográficos são apresentados em algarismos absolutos, em densidade, em crescimento de população dos vários Estados, seja ainda nos casos de dispersão dessa população nas zonas rurais ou de seus adensamentos nas áreas urbanas. Tudo só se torna *visível*, manipulável, deduzível em razoáveis análises, quando condensado em tabelas estatísticas.

Igualmente os fenômenos do campo geográfico que, na corrente de KJELLÉN, me habituei a chamar de "domínio", isto é, de "riquezas" existentes no território. Mas só se tornam susceptíveis de crítica científica por parte dos geopolíticos após terem sido peneirados, catalogados e fixados em quadros estatísticos.

Em síntese, todos os fenômenos geográficos e geopolíticos ficariam a bem dizer ininteligíveis se lhes faltasse o perfume das concentrações estatísticas. A sua própria cartografação — apresentada por muitos como a maior evidência da simbólica geográfica — é fruto de uma prévia elaboração estatística. Aquêles cartogramas, onde as hachuras ou côres convencionais se distribuem harmônicamente ou onde pontinhos se acumulam para mostrar, aos olhos dos contempladores de cartas geográficas, a abundância ou a exigüidade do fator em estudo (cabeças de gado, plantações, etc) são afinal apenas a tradução em desenho, ou em côres, de uma prévia análise estatística.

Assim, em resumo, e para não mais prolongar alusões a bem dizer desnecessárias em um colégio de técnicos de estatística, está, por tudo quanto disse, bem explìcitamente entendido que a geografia e a estatística, unidas, são o alicerce da Geopolítica.

* * *

Mas, porque até agora me tenha mantido silencioso a respeito da definição dessa ciência, já tantas vêzes citada, dou o direito de indagarem que é afinal essa decantada *Geopolítica*. E respondo: *pura e simplesmente um dos ramos da Ciência Política, da Política como Ciência.*

O nome — geopolítica — é, creio eu, neologismo criado por KJELLÉN, que engendrou mais outros quatro a que vou aludir.

A Política, isto é, a Ciência de dirigir os Estados, é, pelo pensador escandinavo, subdividida em cinco ramos principais. Um dêles, a Geopolítica, que ensina a conhecer e valorizar o solo ocupado pela nação. O Estado é afinal, na frase de RATZEL, "um pedaço da Terra ocupado por uma porção de Humanidade", com a restrição de estar êsse pedaço de humanidade devidamente organizado debaixo de um govêrno. O solo, "o pedaço de Planeta", é, pois, indispensável à concepção do Estado. Êsse solo, se considerado em si, sem ocupação humana, sem o "pedaço

de humanidade", não possui os requisitos de Estado, não é solo político, não é, retomando um velho têrmo rejuvenescido por KEJELLÉN, um "território".

O território, ou solo político, é o primeiro setor que a Geopolítica focaliza. Tem êle um tamanho, isto é, possui uma certa grandeza, resultante de certas dimensões, ou, para usar a palavra ratzeliana perfilhada por KJELLÉN, tem um certo "espaço", que cresce ou diminui com os tempos, mercê da vitalidade ou debilidade do povo que o habita, ou da voracidade imperialista de outras nações. Êsse "espaço político", considerado do ponto de vista exclusivamente geométrico, além de possuir um certo tamanho, dispõe também de determinada forma, de uma linha de perímetro terrestre ou marítima, à qual se dá o nome de fronteira, linde ou limite. Por isso que o solo é político, dentro dêle se agita um povo, disperso ou adensado, povo, ou nação, que ora sedentàriamente se fixa em uns quantos lugares do território, ora migra, isto é, se desloca de um ponto para outro, valendo-se de meios de transporte cada vez mais aperfeiçoados.

Os problemas que os homens de Estado tenham de resolver em qualquer dos vários setores ràpidamente acima referidos são claramente problemas geopolíticos.

Não são êstes que vimos de enumerar, os únicos problemas geopolíticos. Os citados se referem apenas a problemas de espaço. Os dois outros grandes aspectos focalizados por KJELLÉN — os de *situação* e os de *domínio* — também oferecem temas de exploração geopolítica, e não menos importantes que os do primeiro item.

Ligados à *situação geográfica* estão todos os problemas políticos de valorização do território dependentes do clima (saneamento de terras, modificações ambientais nas condições de trabalho humano, criação de estimulantes de energia, etc.), ou subordinados a condições de maior ou menor afastamento dos mares e oceanos, ou ainda condicionados à vizinhança ou afastamento de outros Estados. A valorização do solo do Estado adquire também grande importância quando os políticos são convidados a formular soluções para o melhor aproveitamento das riquezas patentes ou latentes no solo pátrio, ou seja, para melhor utilização do "domínio" do Estado.

KJELLÉN confere a êsses três setores da Geopolítica designações especiais. Chama *morfopolítica* o primeiro grupo (espaço); *topopolítica*, o segundo (situação geográfica) e *fisiopolítica* o terceiro (domínio). Amplo é, pois, como se vê, o campo que KJELLÉN entrega ao primeiro e grande ramo da sua Política: — a *Geopolítica*.

Quatro são as outras grandes divisões da Política segundo o método de exposição que o mesmo autor utiliza para apresentar essa Ciência.

A Política é chamada *demo-política* ou *etno-política* quando as diretrizes do govêrno se voltam de preferência para problemas de raça ou de miscigenação (imigração, colonização, segregações raciais, mi-

norias étnicas, etc.), é denominada *eco-política* ou *autarco-política* quando se colimam na administração, em particular, problemas de feição econômica (de protecionismo, de livre cambismo, de economia dirigida, etc.); é conhecida por *sócio-política,* quando procura aplicar em política certas doutrinas sociais (o individualismo, a cooperação, a educação, etc); é apelidada *crato-política,* finalmente, quando a política age no sentido de melhor corporificar dada concepção de govêrno (por exemplo, regime democrático, aristocrático, oligárquico, absolutista, totalitário, etc.).

Como é fácil de compreender, e já o disse eu certa vez, qualquer dêsses problemas de política prática pode, em dado momento histórico, ser considerado como o *único,* como o *principal* ou como *um dos* problemas nacionais. Cada qual dêles pode adquirir então relêvo excepcional, ou ser relegado a plano secundário, ou mesmo cair em olvido. Quando na Argentina o presidente SARMIENTO proclamou que "gobernar es educar", êle pôs em foco um problema de sócio-política. Quando os Estados Unidos consideraram necessidade nacional a posse de terras pertencentes a franceses, espanhóis e mexicanos (para o que não hesitaram no emprêgo da fôrça e da astúcia diplomática) ou quando resolveram levantar barreiras alfandegárias para os produtos europeus, agitaram no primeiro caso uma questão geopolítica — a conquista de espaço para êles considerado vital —, e no segundo suscitaram um aspecto eco-político — proteção aduaneira para sua indústria e agricultura nascentes.

Como se está a ver do delineamento dêsse esquema, vã seria a tentativa de trazer a debate em uma só palestra todos os problemas políticos encaixados na vasta moldura que lhe dá KJELLÉN. Mas, dêsse rápido esquema, transparece sem a mínima dúvida o que são Política e Geopolítica, segundo a concepção do sábio escandinavo.

* * *

Dos cinco grandes ramos da Política de KJELLÉN, só a Geopolítica conseguiu grande voga. Diga-se mesmo que só ela adquiriu fama mundial, fama que se tornou de certo modo espetacular graças à larga difusão que KARL HAUSHOFER lhe concedeu, através da famosa *Zeitschrifft für Geopolitik,* revista lida e discutida por tôda a parte, entre a primeira e a segunda guerra mundial, particularmente na Rússia, Japão, Inglaterra e Estados Unidos, mas também em muitos outros países.

A Geopolítica de KJELLÉN e a Antropogeografia de RATZEL passaram a ser objeto de comentário em muitas bocas. E graças a isso as grandes questões que ambas suscitam entraram a ser preocupações

do grande público. Em nossa terra, aonde as novidades chegam em regra com bastante atraso, consegue-se agora, e só agora, depois de quase vinte e cinco anos de debate internacional, iniciar explanações sôbre o interessante tema. Folgo de ter sido dos primeiros a abordá-lo, pois desde 1925 venho tratando, com incompetência, é verdade, mas com ousadia e pertinácia, assuntos de geopolítica brasileira. Talvez a essa antiguidade de pôsto nas fileiras dos esvurmadores dêsses curiosos aspectos da sociologia e da política deva eu a honra do convite para pronunciar, perante tão seleto e selecionado auditório, duas palavrinhas sôbre a Ciência de RUDOLF KJELLÉN. Considerar-me-ia muito feliz se minha descolorida palavra despertasse para os problemas geopolíticos a curiosidade de alguns dos presentes.

* * *

Permitam-me, antes de terminar, uma pequena observação.

O fato de não ser usado até pouco tempo ou sequer conhecido o nome de "geopolítica", não significa ter deixado ela de ser realmente praticada em nosso país em os tempos passados

Quando os bandeirantes dilataram o nosso ecúmeno para além do meridiano de Tordesilhas estavam "conquistando espaço", estavam portanto no desempenho de uma atividade nìtidamente geopolítica. Igualmente são, entre outros, atos geopolíticos já realizados no Brasil: a fixação de nossas fronteiras; a manutenção de nossa unidade territorial depois da independência, ao tempo em que a América Espanhola se esfacelava — "se atomizava" — por fôrça de condições geográficas em uma miríade de pequenas repúblicas; a aquisição do Acre, isto é, do trato de terra onde se queria implantar, no coração da América do Sul, um sindicato de potências imperialistas, a posse efetiva, pelo povoamento, de "vazios de ecúmeno" do nosso "hinterland", pantanais, selvas espessas, montanhas escarpadas, regiões semi-áridas; a exploração sistemática das riquezas do solo e subsolo; o derrame dos meios de comunicações, a marcha para oeste.

Tôdas essas múltiplas fases da política brasileira são de fisionomia geopolítica. Nelas sobressaem figuras diversas em distintas épocas históricas. Desde Dom João III dividindo o país em capitanias até JOSÉ BONIFÁCIO travejando a nossa unidade nacional, desde CAXIAS, impedindo as vitórias do regionalismo, até o BARÃO DO RIO BRANCO, o maior dos nossos geopolíticos, fixando e de certo modo alargando o espaço brasileiro; desde WASHINGTON LUÍS no seu programa de "governar é fazer estradas" até GETÚLIO VARGAS ao proclamar a necessidade da marcha para o planalto central, onde, na visão profética de OTTO MAULL, meu grande mestre, está todo o futuro do Brasil.

E poderia evocar ainda muitos outros nomes de egrégios compatriotas, pois foram claramente de esfera geopolítica suas atuações no desenvolver os respectivos programas de govêrno. Mas, relembrando apenas alguns, se bem que dos maiores, não estou esquecendo, nem vós tampouco, todos aquêles que formam a brilhante constelação dos fulgurantes gênios geopolíticos de nossa pátria.

Recordemos apenas — e sejam estas as minhas últimas palavras — recordemos apenas que tudo quanto êles projetaram ou executaram foi, em grande parte, graças ao auxílio de trabalhos de obreiros quase anônimos, êsses modestos serviços de engenharia, da geografia e da estatística que acumularam informes a respeito da nossa terra querida; que promoveram, como projetadores de estradas, levantamentos topográficos; que coletaram e tabularam dados diversos em estatísticas eloqüentes.

Honra, portanto, aos soldados desconhecidos da Geopolítica brasileira que são os engenheiros, os geógrafos e os estatísticos do nosso grande e abençoado Brasil.

JORGE F KAFURI
(Catedrático de Estatística e Economia na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil)

A COOPERAÇÃO DA ESTATÍSTICA COM A ECONOMIA *

A ESTATÍSTICA e a Economia sempre se deram as mãos, a primeira servindo à segunda como instrumento: *a*) de pesquisa; *b*) de verificação de hipóteses e de resultados de teorias dedutivas; *c*) de construção de teorias novas; e *d*) de construção de explicações provisórias para o preenchimento de lacunas existentes no quadro e no progresso da ciência econômica.

A cooperação da Estatística com a Economia pode ser esquemàticamente dividida em duas fases, uma *empírica* e outra *científica*. O início da fase empírica perde-se na memória dos tempos. Estende-se por longos séculos em que, a rigor, se fazia Estatística e se fazia Economia sem se saber ao certo que tais indagações do espírito poderiam constituir corpos de *método* e de *doutrina*.

A fase da cooperação empírica adquire contornos nítidos quando a Estatística, pelas obras de PASCAL, LAPLACE e QUETELET, adquire forma, e quando simultâneamente a Economia se instaura como ciência com SMITH, RICARDO e COURNOT. A Estatística, fundada no Cálculo das Probabilidades, e sobretudo na obra imortal de PIERRE SIMON DE LAPLACE, entra, no século passado, a constituir-se em poderoso instrumento de disciplina do espírito para a observação do mundo, enquanto no mesmo passo a Economia, com SMITH, RICARDO e COURNOT, fundava-se como ciência, procurando explicar a estrutura da vida econômica e ditar as primeiras leis da fisiologia da riqueza.

A Economia, no progresso evolutivo da sua criação como corpo de doutrina, abrange três fases. Uma fase *pre-clássica* que vem da noite dos tempos aos fins do século XVIII; uma *fase clássica* que se estende do encerramento da anterior até aproximadamente ao ano de 1924; uma *fase estocástica* de tentativas precursoras, de 24 a 28, e de afirmação positiva, de 38 em diante.

O discernimento dessas fases de evolução é de importância para melhor compreender-se o caráter da cooperação entre a Estatística e a Economia. Assim, a fase da *cooperação empírica* da Estatística com a Economia abrange a *era pre-clássica*, a *era clássica* e o período precursor da *era estocástica* da vida da Ciência Econômica, enquanto a fase da *cooperação científica* coincide com a *era estocástica* recém-iniciada (1938).

---

* Conferência realizada no Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, em 19 de julho de 1945

A fase empírica foi desorientada e de baixo rendimento. Primeiro, porque a Economia clássica era insuficiente, por suas construções teóricas, para explicar os acontecimentos econômicos. Segundo, porque a Estatística, aparentemente desenvolvida e jactando-se de um progresso excepcional, era também, em seu conjunto, um sistema intrìnsecamente confuso e incompleto.

Antes de apreciar a importância da Economia clássica e o estado de confusão interna da Estatística, seja-nos lícito indicar que, na fase da *cooperação empírica*, a Estatística, em relação à Economia, procurou exercer três papéis essenciais: *a*) de *verificação e correção* das leis da economia clássica; *b*) de *instrumento de pesquisa* para auxiliar a economia a suprir-se de hipóteses e construir suas teorias; e, finalmente, *c*) de *construtora autônoma* de explicações lógicas da vida econômica sob a denominação abusiva, pelo caráter que assumiu, de "Estatística Econômica".

Examinemos o primeiro papel, o de verificar e corrigir as leis da Economia Clássica Esta Economia Clássica, bem ou mal e por métodos e vias variados, numa atmosfera de polêmica e discussões, por vêzes rudes e sem fim, terminava por concluir algumas leis. Muitas eram enunciados estritamente verbais; outras, porém, ofereciam aquêle aspecto de segurança e austeridade das leis das ciências chamadas, então, *exatas*. Pela forma matemática de que se revestiam estas últimas, pareciam prestar-se, a talho de foice, a excelentes aplicações da Estatística. Os exemplos que o passado nos permitiria aqui alinhar, são numerosos. Na *produção*, as leis de METSCHERLICH e as leis de fabricação; na *circulação*, as *leis da procura* que, enunciadas funcionalmente por COURNOT, serviram de vasto campo, desde que MARSHALL introduziu o luminoso conceito de "elasticidade", ao virtuosismo de ilustres economistas dêste século, e a HENRY SCHULTZ a oportunidade de pesquisas que lhe asseguraram as primícias de precursor da Econométrica; no *consumo*, a *teoria da utilidade*, em que talentosos economistas, psicólogos e estatísticos se empenharam para dar forma e dimensão às leis da *ofelimidade* e com elas explicar e prever fenômenos da fisiologia, da psicologia, da economia e até da própria astronomia, como aconteceu com a célebre lei de POGSON.

Em suma, a Economia Clássica procurava estruturar leis econômicas, deduzidas freqüentemente de hipóteses mais ou menos arrojadas, e a Estatística corria-lhe ao encalço, visando a dar forma àquelas leis e introduzir-lhes dimensão, a fim de verificar-lhes a validade empírica e sua capacidade previsora.

É essencial examinar como, nesse primeiro papel de verificadora e retificadora das leis enunciadas pela Economia Clássica, se portou a Estatística. Convém esclarecer que, no desempenho dêste papel, a Estatística não discutia as leis que lhe eram presentes; aceitava-as tais como postas e enunciadas pela Ciência Econômica, restringindo seu trabalho ou a *dar forma* às leis, ou, quando já viessem com forma, *introduzir-lhes dimensão*. Após a modelagem e o dimensionamento, caber-lhe-ia, então, pronunciar-se sôbre os méritos das leis econômicas, apu-

rar-lhes os erros, retificá-las ou, até mesmo, condená-las, transformando-se em juiz e árbitro da verdade científica.

Antes de prosseguir no exame não é demais insistir que a Estatística não se resume a um instrumental aperfeiçoado, seguro e potente. Não se constitui apenas da metodologia que se consagra nas teorias da homogradia e da heterogradia, da interpolação e do ajustamento, da correlação e da simanálise. Se tudo isso é essencial, se é mesmo seu corpo e sua alma, não é entretanto suficiente. Necessita de alimento para viver, combustível para andar, matéria prima para exercitar-se.

Durante extenso período da idade clássica da Economia, a Estatística, embora luxuosamente construída com os mais soberbos materiais da análise matemática, fazendo alarde de seu progresso e de suas conquistas em outros terrenos da ciência, vivia no âmbito das indagações econômicas, em estado de sub-nutrição. Faltava-lhe exatamente a colheita abundante e correta de dados da vida econômica, faltava-lhe a matéria prima com que exercitar a sua aparelhagem, faltava-lhe o alimento com que nutrir-se para, nesse campo econômico, revelar a eficiência demonstrada em outros e, então, cumprir suas finalidades metodológicas.

Com o fim de eliminar as causas dessa inoperância, e nem só por elas, mas por fortes motivos de política econômica, as nações avançadas, de recursos mais fartos, montaram legítimos observatórios da vida econômica para a coleta de dados que pudessem, com regularidade e presteza, suprir a Estatística dos materiais indispensáveis ao exercício pleno e útil de suas funções. Na organização dêsses serviços permanentes de coleta, portaram-se aquelas nações de modo diverso. Umas avançaram mais do que outras na extensão, na profundidade, no rigor e na sistemática das sondagens. Os mais perfeitos dêles apresentam, entretanto, lacunas sérias e graves para o profissional da Economia, exigente, em face do progresso e das mutações das suas pesquisas, de dados de natureza variadíssima que a coleta, pelo modo por que é feita, não pode atender integralmente.

E já que falamos em outras Nações, não podemos silenciar o Brasil. Até 1934, sem exagêro, reinava o caos. Pluralidade de pequenos observatórios, destituídos de aparelhagem e recursos suficientes, sem intercomunicação, sem plano de conjunto e, o que é mais grave, sem planos individuais estáveis e de alcance bastante, realizava uma obra coletora desordenada, tumultuária, incompleta e inorgânica, sujeita a mutações de método, de técnica e de objeto e que deram em resultado mutilar a fisionomia do passado econômico do Brasil. Sem subestimar a tarefa realizada, êsse passado ficou, em grande parte, perdido para a indagação histórica da estrutura e do ritmo do desenvolvimento econômico do país, cujas manifestações, nos variados setores das atividades internas, constituem incômoda interrogação. De 1910 para trás as lacunas da documentação estatística assumem proporções respeitáveis. Tudo se passa como se noite escura encobrisse os fatos capitais da formação econômica do nosso país, cujos acontecimentos, na colonização, no Império e na primeira fase da República, se sepultam nos quadros de uma

proto-história da Economia do Brasil. O pesquisador que empreendesse a tarefa de reconstruir êsse passado, esbarraria com o impossível, porque até a aplicação de um método similar ao da paleontologia lhe seria vedado por lhe faltarem "fósseis" econômicos com que identificar valores.

De 1910 para cá, porém, êsses valores já aparecem em registro. Escassos, descoordenados, sem ritmo certo, vão implantando o sistema da coleta. Multiplicam-se, então, os observatórios autônomos, com aquelas deficiências já apontadas. Funcionavam, em seu lento mas árduo trabalho, como desbravadores, e constituiram os precursores do grande observatório que o Brasil reclamava, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nasceu e se criou porque já tardava a sua fundação em face das mais imperativas exigências da Economia do país, tanto no setor científico quanto no da política econômica.

E também nasceu e se criou porque a perseverança pertinaz de um homem resolveu transformar o caos das organizações estatísticas brasileiras nessa poderosa e magnificente organização que é hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Êsse homem é MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS. Criado por TEIXEIRA DE FREITAS e conduzido a seguir sob a clarividente direção do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vem procurando, aos poucos, e com obra já altamente apreciável pela sua extensão e sistemática, orientar a Estatística Brasileira em rumos capazes de assegurar ao Instrumento de Pesquisa o exercício pleno das funções que pode exercer, quais sejam, as de coadjuvar a construção da ciência econômica, dimensionar suas leis e alicerçar, com precisão e segurança, as normas da política do Estado.

Indicadas de um modo geral as deficiências da coleta estatística, nelas insistiremos para precisar que se acentuam em *extensão*, em *profundidade histórica*, em *regularidade* e em *rigor*.

As *deficiências em extensão* constituem obstáculo desanimador para quem empreende a pesquisa Ao compulsar as estatísticas da produção, por exemplo, depara-se, desde logo, com a rubrica "principais produtos", ficando os outros, não considerados relevantes por êsse ou por aquêle motivo, seja sepultados num título genérico "demais produtos", seja relegados ao plano da completa omissão. Poucas vêzes, e é difícil apontá-las, os dados da coleta apresentam-se suficientemente analíticos e totalmente amplos para permitirem o conhecimento do detalhe e do conjunto. Urge combater essas deficiências e instaurar e seguir, sem desfalecimento, o critério da extensão, por constituir um imperativo da pesquisa regular e do conhecimento sólido Êsse critério consiste em fazer a coleta abranger o maior número de manifestações da vida econômica, e, em cada forma de manifestação, proceder com grande minúcia, procurando dissecá-la ao máximo compatível com as necessidades, indeterminadas "a priori", da pesquisa científica. O levantamento das manifestações de uma forma de atividade deve, assim, ser (1) *analítico* e (2) *completo*.

(1) Deve ser *analítico* para permitir:

a) o conhecimento minudente da estrutura da atividade em observação;
b) o conhecimento íntimo da evolução histórica da referida atividade, com identificação precisa dos fatôres dominantes das suas mutações no tempo;
c) a descoberta de influências e correlações dos elementos componentes dessa atividade relativamente aos elementos de outras formas de atividade;
d) a eliminação de erros ou falhas locais de elementos componentes e que, por propagação ou por síntese, podem afetar a fisionomia do conjunto.

(2) O levantamento deve ser *completo*. não pode ser *parcial,* mas deve ser *total;* não pode ser *omisso,* mas deve abranger indistintamente a quantos elementos constituam fatôres de uma forma de atividade. É imprescindível realçar que, para os fins da ciência econômica, a Estatística não tem o direito de prejulgar da importância dêsse ou daquele fator componente para, deliberadamente, abandonar a alguns por estimá-los secundários ou desprezíveis. É uma atitude insustentável capaz de trazer danosos embaraços à pesquisa econômica.

A Estatística, para cumprir frutuosamente suas funções, deve ser fria e indiferente, afastar os *critérios* de *julgamento da importância* dos fatôres que compõem as manifestações dos universos, quaisquer que sejam êles, físicos, biológicos, econômicos, sociais ou morais. Os índices, os valores e os resultados da vida nesses universos não são, para a Estatística, nem mais nem menos importantes Caberá a cada ciência, no seu campo especializado, conhecer aquêles dados e valores e sôbre a importância dêles se pronunciar para a construção de seus corpos de leis e de doutrinas.

Evidentemente, na prática, as limitações de recursos, de organização e de pessoal dos observatórios estatísticos, poderão influir e impor uma escala de *prioridade.* É preciso, porém, que se reconheça o caráter transitório e as razões da implantação de uma tal escala, a fim de que não assuma ela as proporções de um programa estável, significando a desistência de, no momento oportuno, orientar os trabalhos da coleta no sentido de serem tão analíticos e completos quanto o permitam os recursos, de um lado, e o exija o conhecimento da estrutura íntima das atividades em observação, de outro.

As deficiências em *profundidade histórica* constituem o segundo obstáculo grave à verificação das leis e ao progresso da ciência econômica. E' habitual ouvir-se, de quem trata dos problemas da nossa vida, a referência desanimadora à ausência de estatísticas que cubram um passado suficientemente longo para permitirem a prática do raciocínio indutivo e conclusivo. Setores mui limitados das manifestações econômicas oferecem possibilidades de sondagens históricas de profundidade suficiente para o conhecimento do ritmo evolutivo de manifestações a

êles pertinentes. Balanceando hoje a obra estatística do passado, verificamos quão difícil é conhecer o *ritmo da economia do Brasil* e, com a ausência dêsse conhecimento, a impossibilidade de se reconstruir a *estrutura econômica do Brasil* em cada idade de seu desenvolvimento. As deficiências em profundidade histórica só podem ser sanadas para o futuro, e isso pela aplicação inflexível, de ano para ano, do critério anterior da *extensão*. Êsse critério deve ser mantido com sistema e perseverança, porque sem sistemática e sem continuidade na observação é impossível seguir-se o fio histórico de um fator da vida, qualquer que seja êle. Nessa matéria, convém ponderar, muitos dados, hoje mero luxo de coleta, apresentam amanhã valor inestimável, não parecendo assim sensato nem científico prejulgar da importância de manifestações, por mínimas e reduzidas que sejam, porque o futuro tem exigências que o passado desconhece. E quando êsse futuro chega, o passado já esvaneceu e, pràticamente, nada mais se pode tentar a não ser suspeitosa reconstrução histórica, destituída de valor objetivo porque realizada pela via abstrata de uma extrapolação perigosa.

As deficiências em profundidade histórica não se apontam apenas pela ausência total de dados, senão também pela falta de regularidade e sistemática a que aludimos. Que de vêzes não se interrompe uma série histórica porque o método ou o plano de levantamento foram bruscamente alterados sem motivos substanciais e só pelo desejo de alterar? Os transtornos que tem causado essa quebra de regularidade, verificada com freqüência em épocas anteriores a 1934, têm sido mortais para a pesquisa econômica. A manutenção de programas instaurados para o levantamento estatístico deve ser defendida a todo transe, a tal ponto que sua alteração deve ser considerada fato tão importante e tão grave quanto alterar a constituição de um país.

As deficiências no *rigor* são outro tropêço grave. E' condição elementar que os dados coletados reflitam a *verdade* com a maior aproximação possível, porque sôbre êles e por via dêles é que ela vai ser indagada e concluída. Essa é, naturalmente, pelas condições mesmas do campo de ação da estatística econômica, a dificuldade mais séria, a qual sòmente por um longo trabalho de aperfeiçoamento técnico e de educação estatística poderá ser aliviada. De qualquer modo, porém, os dados são heterogêneos quanto à exatidão de seus valores, e, por mais que os erros se compensem, casos há em que êles se adicionam e se propagam, desfigurando, com maior ou menor intensidade, a expressão objetiva dos acontecimentos. Repercute isso gravemente sôbre a tarefa do instrumento estatístico de verificar leis econômicas deduzidas de hipóteses aceitas como pontos de partida das construções teóricas. Fica o pesquisador, desde que os dados não mereçam confiança igual ou suficiente, à mercê de conjeturas que se fundem numa dúvida que o impede de afirmar se é a lei que não se verifica ou se são os dados que a desfiguram. Nada mais desalentador para o economista do que constatar a divergência de valores promanados de fontes diferentes. E' uma pedra no seu caminho, quando não verdadeira montanha que o detém na marcha de suas indagações. Acreditamos que as deficiências em rigor têm consti-

tuído um dos mais ponderáveis impecilhos ao progresso da ciência econômica. Todo o esfôrço que se fizer no sentido de um crescente aperfeiçoamento da técnica da coleta, nunca será demasiado porque dêle dependem a integridade e os foros da Estatística como instrumento de informações e de pesquisa, e a verificação da validade objetiva das construções teóricas, como base do progresso da ciência.

Tôdas essas considerações sôbre as insuficiências do levantamento estatístico ocorreram por antecipação preparatória ao exame de como a Estatística, em sua fase de cooperação empírica, se portou no seu papel de verificadora e retificadora das leis da Economia Clássica. As faltas apontadas bastam por si para indicar que aquela cooperação não pôde ser eficiente, apesar dos poderosos recursos analíticos do método e do razoável desenvolvimento da Teoria Econômica. Alguns exemplos simples poderão convencer à evidência o valor da crítica formulada. Tomaremos, como primeira ilustração, o caso da Teoria da Paridade dos Poderes de Aquisição para explicar o curso do câmbio de moedas estrangeiras em função da corrente do comércio internacional.

Essa teoria da Paridade dos Poderes de Aquisição, formulada por CASSEL, foi amplamente discutida pelos mais notáveis economistas e monetaristas que apareceram no caos econômico e monetário provocado pela guerra de 1914. Sofreu interpretações diversas e impugnações sérias, como experimentou formas distintas no conteúdo e na extensão. Entre essas formas, pelo rigor do raciocínio e a solidez dos fundamentos, destaca-se a que lhe foi dada por FRANÇOIS DIVISIA, ilustre professor da Escola Politécnica de Paris, sucessor de COLSON, o grande clássico da ciência econômica da França. Sem trazer aqui ao exame a magnífica exposição de DIVISIA, limitar-nos-emos a indicar a conclusão principal a que chegou. Essa conclusão é a de que o "poder de aquisição" influente na teoria da paridade e determinante real do curso do câmbio, não é o poder genérico de aquisição que a moeda tem, no seu país, em relação ao conjunto de tôdas as mercadorias que formam no complexo sistema de suas atividades econômicas. Não. E' o "poder de aquisição" que ela tem, apenas, em relação ao *conjunto das mercadorias do comércio exterior*. Com essa restrição sòlidamente fundamentada e ainda corroborada por uma velha teoria do custo da produção, estabeleceu DIVISIA, por via dedutiva, segura e irrespondível, a seguinte expressão para o curso do câmbio entre duas moedas de dois países em relações de Comércio:

$$c = \frac{\Sigma q p}{\Sigma q P}\left(1 + \frac{e - i}{\Sigma q p}\right)$$

onde

q = quantidades de mercadorias importadas e exportadas;

p = os preços internos dessas mercadorias num país expressos na moeda dêsse país;

e = custo global com a exportação (transporte, direitos etc.);

i = custo global com a importação (idem).

A possibilidade da verificação do valor objetivo dessa teoria da paridade, depende:

1.º — da existência de estatísticas completas, sem omissões e sem falhas, de tôdas as riquezas e serviços que formam na corrente do comércio entre dois países,
2.º — do exato conhecimento dos preços internos dessas mercadorias *em ambos os países,* cada um na sua própria moeda;
3.º — do exato conhecimento das despesas com a exportação e com a importação para cada mercadoria isoladamente.

E' de se perceber a dificuldade prática que a obtenção dêsses dados oferece. Quando se conseguem os itens do comércio internacional, com ampla discriminação dos produtos saídos e entrados, quando se conseguem, ainda, as cotações internas num dos países, dificilmente se conhecem as cotações internas no outro país, bem como os dados necessários ao cômputo das despesas de exportação e de importação. A simples aplicação daquela fórmula simples esbarra com dificuldades que, a rigor, se a organização dos serviços de estatística estivessem à altura do progresso do próprio método, não existiriam.

O economista, porém, não pode desistir de tentar uma verificação com o material de que dispõe, sabendo entretanto que cometerá um êrro cuja amplitude aproximadamente delimita. Lança mão de expedientes vários, procurando uma satisfação para a sua curiosidade e uma base experimental que lhe permita firmar doutrina em meio à confusão bizantina das discussões acadêmicas

Exemplificaremos essa atitude, tentando aplicar aquela expressão da teoria da paridade à determinação do curso do câmbio sôbre Nova York.

No caso brasileiro, enquanto conhecemos bem as mercadorias que entram e saem no comércio com os Estados Unidos; enquanto conhecemos bem as cotações internas em cruzeiros das referidas mercadorias, já não conhecemos as cotações internas em dólares das mesmas mercadorias nos Estados Unidos, e mal conhecemos, pelas estatísticas publicadas, os montantes exatos das despesas com a exportação e a importação que cada uma delas determina no deslocamento de um país para outro. Quanto a estas despesas, o problema é contornável, apesar de constituir uma primeira fonte de êrro. Como, na fórmula, as despesas de exportação e importação são de sinais contrários, *pode-se admitir* que elas se compensem, e, nesse caso, a fórmula se reduz a

$$c = \frac{\Sigma qp}{\Sigma qP}$$

Essa hipótese, não verdadeira na prática, e sobretudo para o caso do Brasil, em que há profunda divergência entre o valor intrínseco das mercadorias exportadas e o das importadas, importa em aceitar-se que o curso médio do câmbio entre cruzeiros e dólares é o quociente dos

poderes de aquisição das duas moedas, desprezada a diferença entre as despesas de exportação e de importação por insignificante em relação ao valor global do comércio exterior.

Eliminada esta primeira dificuldade devida à carência de dados, surge uma segunda: o desconhecimento das cotações em dólares. As estatísticas americanas devem fornecer de modo completo essas cotações. Raramente os economistas as possuem à mão. Com dificuldade, porém, obtivemos os índices dos preços de grupos de mercadorias, tais como matérias primas, matérias semi-manufaturadas e produtos industriais. Com êsses índices, foi possível acompanhar a oscilação das cotações no mercado interno americano. Com êsse conhecimento, tomamos um ano-base, o de 1939, e para êle aceitamos o curso oficial do câmbio como expressão verdadeira da relação entre os poderes reais de aquisição do cruzeiro e do dólar em relação às mercadorias que formam no comércio entre o Brasil e os Estados Unidos.

Procedemos então ao cálculo, com as estatísticas publicadas pelo Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda. Os resultados encontram-se sumàriamente indicados no gráfico a seguir

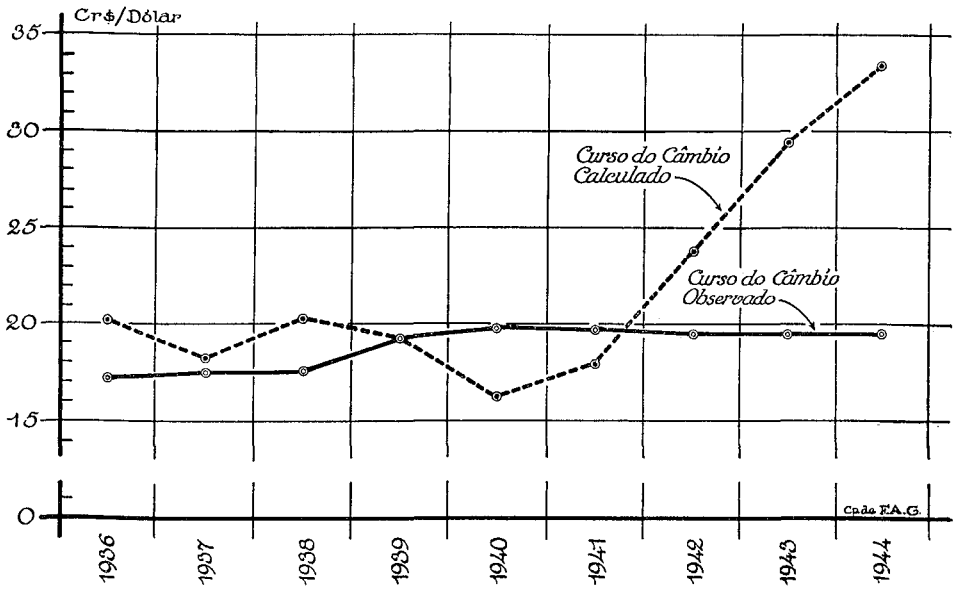


Gráfico n.º 1

Êste exemplo oferece oportunidade para não só evidenciar, num caso simples, os efeitos das deficiências do material estatístico, como ainda para deixar bem enfático quanto é difícil a verificação experimental das teorias econômicas. Essa verificação, na realidade, não pode ser feita, no caso em aprêço, para o período em que a fizemos, de 1938 a 44. Porque nesse período, exatamente, não houve curso livre de câmbio, mas rígido contrôle pelo poder público. A *verificação* caberia, com justeza, a uma época remota em que a liberdade, vigorante, permitiria ao câmbio assumir valores naturais que confirmassem ou infirmassem os valores calculados. Se houvesse confirmação, seria então lícito, nessa

fase de contrôle, aplicar-se a referida teoria e aceitar os seus valores como expressão real de um curso que a política controladora desviou. A descida, porém, ao passado, esbarra naquelas deficiências em profundeza histórica, removíveis talvez para uma poderosa organização estatística, mas irremovíveis para o pesquisador particular que não conta com recursos, elementos e facilidades que lhe permitiriam empreender, com relativo sacrifício, pesquisas de grande significado.

A Estatística, como verificadora e retificadora das leis e teorias da Economia Clássica, não pôde desempenhar-se, senão em grau mínimo, do papel que lhe era assinalado E não pôde por três motivos gerais.

1.º — Pelas insuficiências já amplamente examinadas da coleta e que importavam em uma carência desalentadora de material estatístico, apto ao manuseio e necessário à aplicação das fórmulas.

2.º — Pela incompatibilidade ocorrente entre as hipóteses na base das quais as leis se formulavam, e as condições reais em que se processavam os acontecimentos econômicos, sujeitos à ação da política econômica que importava, em relação àquelas hipóteses, em introduzir deformações mais ou menos extensas nos dados da observação.

3.º — Pelo contraste violento entre o caráter *eminentemente estático* das leis clássicas, e o *caráter dinâmico* dos dados da observação, porque, enquanto aquelas leis eram estabelecidas "pro tempore", a coleta surpreendia valores e resultados *do movimento* e da agitação da vida econômica.

Na realidade, a Economia Clássica desenvolveu-se num plano puramente *estático* e procurou edificar-se, nesse plano, com espírito altamente dedutivo, e por fôrça dêsse espírito, com independência e autonomia. Chegou a construir, por caminhos diversos, uma completa e perfeita explicação lógica do equilíbrio dos valores da vida econômica. Celebrizaram-se, no mundo da ciência, as construções das Estáticas de Vilfredo Pareto e de Gustavo Cassel. A marcha dêsse movimento autonomista e os pruridos da sua independência deter-se-iam, porém, com as construções dessas Estáticas.

De fato, por volta de 1924, caíu a Economia Clássica num ponto morto. Saturada de equilíbrio, cumpria-lhe romper para a Dinâmica em cujas leis ignotas se encontrariam as verdadeiras explicações da vida em movimento. Realizou, para êsse fim, desesperadas tentativas. Tôdas elas, porém, infrutíferas. Explicamos, já de uma feita, as razões dessa incapacidade. Encontram-se elas na pretensão que houve, de se estabelecer a dinâmica dos fenômenos econômicos, antes de construída ou suficientemente avançada a *Cinemática Econômica;* a seguir, na ausência de um *princípio de evolução* análogo ao segundo princípio da termodinâmica e que, nessa ciência, lhe serviu de base para que ela pudesse edificar todo o seu corpo clássico de leis; e, finalmente, na dificuldade em que se encontraram os economistas de introduzir, como base lógica da sua ciência, o conceito de *inércia econômica,* semelhante ao conceito da *inércia* na Mecânica e que lhe possibilitou, com a sua tríplice base física, construir o vasto sistema de suas leis.

No que se refere à Cinemática, o caminho, na realidade, já se encontrava desbravado com os trabalhos de VERHÜLST, na Demografia, e com todos aquêles que procuravam pesquisar os ciclos da vida economica. Faltava dar a êsses trabalhos sistema e corpo autônomo para permitir que de seus materiais, já elaborados em escala suficiente, pudessem emergir as leis da Cinemática. Não entenderam, porém, assim, os economistas, cegados que estavam pela irresistível sedução de saltar sôbre a Cinemática e construir imediatamente a Dinâmica Econômica. A tentativa dêste salto custou, em parte, para a Ciência Clássica, o seu malogro, que seria total frente à impossibilidade em que se viram os estudiosos de instituir o conceito de *inércia econômica.*

Impotente, assim, a Economia Clássica para prosseguir com seus próprios recursos a marcha até então brilhante de sua trajetória, haveria de apelar para algo estranho ao seu domínio, para algum instrumento poderoso, verdadeira alavanca de Arquimedes que a removesse do ponto morto a que o equilíbrio estático a havia atirado. Essa alavanca, já agora com outro papel e outras funções, foi a Estatística que, como instrumento de pesquisa, operando diretamente sôbre os produtos da vida, sôbre valores e dados de origem fundamentalmente dinâmica, poderia suprir a deficiência de hipóteses, de princípios de evolução e sobretudo, o conhecimento das fôrças de inércia que transportam para o futuro, sob forma de tendência, as condições do passado.

Voltamos, assim, a considerar novamente a Estatística, não mais em seu papel de verificadora das leis econômicas, mas no de cooperadora íntima da Economia na construção de explicações de categorias de fenômenos econômicos que, pela sua natureza dinâmica ou sua complexidade estrutural, resistiam à capacidade da Ciência E' importante, porém, assinalar que, antes mesmo de a Economia encontrar-se saturada, e, cedendo em suas pretensões autonomistas, fazer apêlo ostensivo à Estatística, já vinha esta com ela discretamente operando para suprir-lhe as deficiências. O trabalho empreendido pela Estatística, nessa fase anterior à saturação, foi muito além do que os economistas puros poderiam estimar. Transcendeu, na realidade, os limites de uma simples cooperação instrumental e a tal ponto foi que permitiu criar-se, abusivamente, uma *Estatística Econômica* com foros de uma disciplina independente.

A *Estatística Econômica* agiu sem rumo certo, tomando a esmo as manifestações mais variadas da vida econômica, segundo os interêsses dos pesquisadores e os centros de interêsse dos países em que viviam. Elaborava explicações autônomas e isoladas para cada fato, seguindo-lhe sobretudo a dispersão no espaço ou o desenvolvimento histórico. As distribuições de freqüência como as séries temporais, organizadas com valores singulares ou com valores sintéticos sob a forma de índices, proliferaram nas publicações de tôda espécie, periódicos, monografias, manuais e até mesmo tratados. Serviam ora de base à argumentação dos

polemistas, ora de fundamento à ação da política econômica que, sem o recurso a leis científicas definitivamente estabelecidas, valia-se de conclusões apressadas ou de frágeis indícios que lhes permitiam as séries da *Estatística Econômica*. Esta, que não era nem bem Estatística e nem bem Economia, e por agir quase na absoluta independência da Economia, não conseguiu realizar obra com bases definidas e estrutura orgânica. Foi, na verdade, excessivamente tumultuária porque, sem princípios certos e rumos definidos, perdeu-se no amplo emaranhado da fenomenologia econômica. Seu trabalho, porém, não foi inútil e nem foi em vão. No terreno da Cinemática realizou excelente desbravamento, tendo conseguido retirar, do caos aparente de agitação da vida, algumas formas de leis vegetativas que subsistiram no futuro. Haja vista todo o trabalho empreendido para a estruturação da teoria das crises e do qual resultaram preciosas indicações sôbre a natureza periodal de certos movimentos globais da conjuntura econômica. E' de justiça, porém, destacar, como obra tìpicamente autônoma da Estatística Econômica, a investigação de algumas formas bastante gerais de leis de evolução. Nesse campo ela agiu, sem dúvida, por analogia, procurando transplantar modelos cinemáticos da demografia para a explicação dos fenômenos de crescimento das riquezas. A hipótese demográfica de VERHÜLST, já consubstanciada por êle próprio numa singela equação diferencial, e que deu origem à famosa curva "logística", foi generalizada e experimentada, sem fundamento causal, no terreno econômico, produzindo resultados excelentes e inesperados. Êsses resultados, de uma tentativa analógica e com caráter puramente lógico, ensejaram posteriormente explicações que abririam um novo horizonte à compreensão econômica do processo de crescimento das riquezas.

Antes de prosseguir, seja-nos lícito ilustrar, com um exemplo brasileiro, uma dessas brilhantes aplicações da lei cinemática de VERHÜLST. Escolhemos, para êsse fim, a série histórica do desenvolvimento das Estradas de Ferro do Brasil. A análise aprofundada dêsse desenvolvimento leva-nos a distinguir a existência de três ciclos de evolução: *a*) um *ciclo do Império,* iniciado em 1854 e com uma saturação limite de 17 767 km, ciclo encerrado, pela inércia histórica do desenvolvimento, no ano de 1898; *b*) um 1.º *ciclo real da República,* iniciado em 1900 e com uma saturação limite de 33 649 km, atingido no ano de 1937; *c*) um *ciclo virtual da República,* iniciado com o anterior, dêle desviado nos anos de 1908 a 1914 por efeito de empréstimos externos para fins ferroviários e que, se persistente êste auxílio exterior na mesma proporção com que se fêz realizar, teria permitido, no mesmo período do ciclo real, uma saturação de 60 267 km, a ser atingida no ano de 1939; *d*) finalmente, um 2.º *ciclo real da República* que parece iniciar-se no ano de 1938 ou 39 e cujas características não nos foi possível determinar. A todos êsses ciclos correspondem excelentes logísticas de VERHÜLST, que abrem, à compreensão do fenômeno evolutivo, possibilidades de uma análise e de uma previsão que nenhum outro método conhecido lhes permitiria.

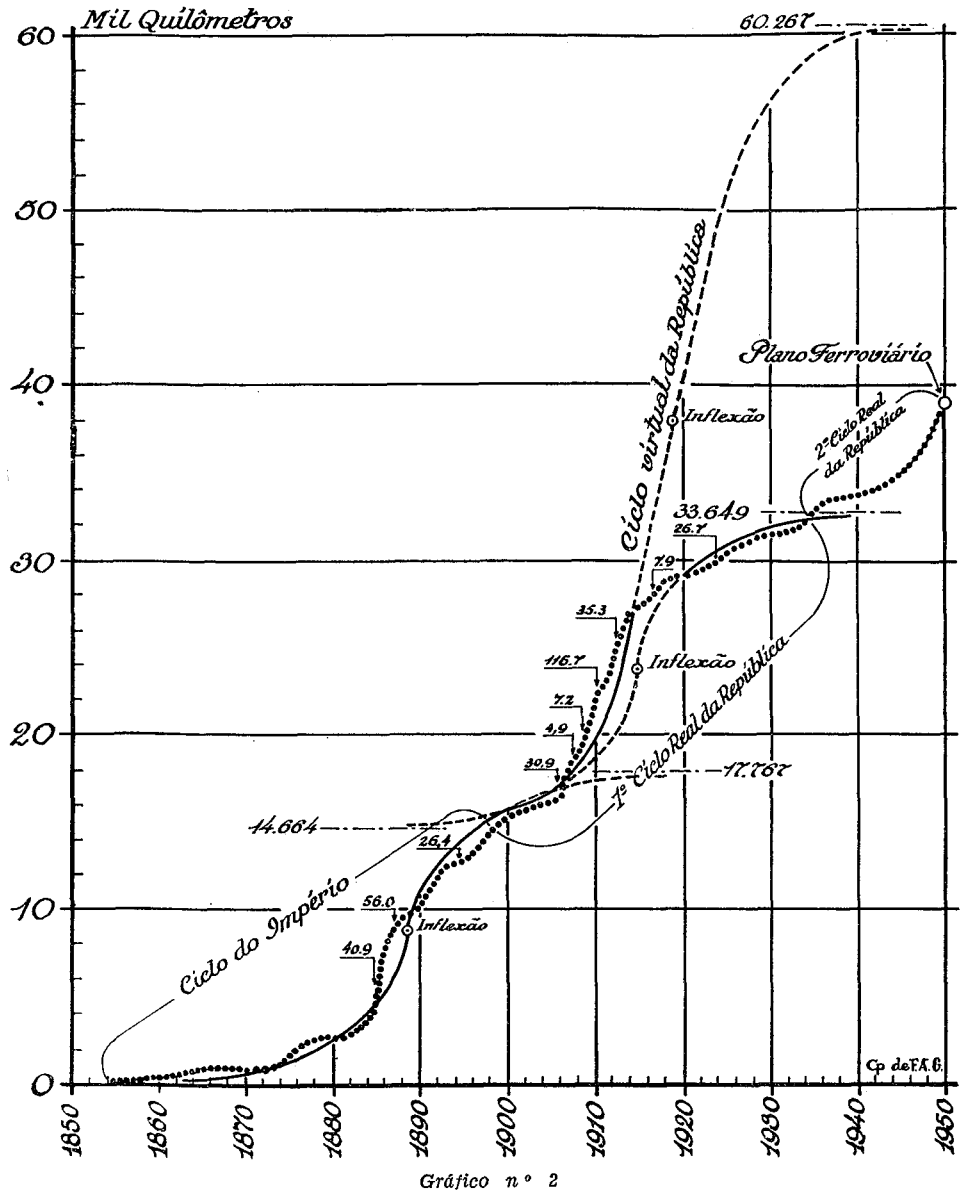


Gráfico nº 2

A Estatística Econômica, porém, como disciplina autônoma e independente da Economia, não chegou a atingir as proporções de um corpo uniforme, ordenado e fecundo de conhecimentos. Nem isso lhe era realmente possível. Nessas condições, a aplicação da Estatística ao estudo dos fenômenos econômicos, e que de longa data se vinha processando, quer sob a forma de cooperação empírica tentando suprir a Economia de hipóteses que lhe faltavam, quer sob a forma de disciplina autônoma visando, por ela própria, a construir diretamente explicações da vida econômica, não conseguiu, em verdade, imprimir à Ciência um progresso substancial. Essa falência é explicada, em grande parte, pelos excessos de orgulho da Economia Clássica que, eminentemente dedutiva e intelectualizada, seguia os rumos de uma auto-suficiência

de todo insustentável em face não só da interpretação dos fenômenos econômicos com os demais fatos da vida cósmica e social, quanto ainda por serem os referidos fenômenos essencialmente reais e não abstratos. O desprêzo da Economia Clássica pela Estatística, pela cooperação da Estatística e pela própria "Estatística Econômica" custou-lhe o embaraço da saturação do mecanismo lógico do equilíbrio estático que havia construído. Atingido êsse estado de saturação e reconhecida a impossibilidade de dêle emergir sem a Estatística, foi que o apêlo a êsse instrumento se fêz de modo consciente, na convicção de que, com êle, seria possível encetar a fase construtiva de uma ciência que deveria aparelhar-se para responder às mais angustiantes interrogações dos economistas, sociólogos e políticos. O reconhecimento da necessidade dessa cooperação íntima da Estatística esboçou-se por volta de 1924, e exigiu cêrca de nove anos para que se cristalizasse no plano da consciência científica dos economistas, porque, em verdade, sòmente em 1933, essa cooperação íntima se iniciou com a criação daquilo que recebeu o nome de *Econometria.* A fase de 1924 a 1933 é uma fase de formação da consciência da necessidade da cooperação íntima e associada da Estatística, é uma fase de precursores da Econométrica cujos fundamentos apenas em 33 se traçam no mundo com a fundação de um grêmio especial de cientistas destinado a construir a ciência econômica com métodos novos, com fundamentos novos e com finalidades precisas.

E' interessante e útil examinar, ràpidamente, o que foi a cooperação da Estatística com as ciências cosmológicas no período de 14 a 24, no período exatamente em que a Economia vacilava na inércia de suas esperanças autonomistas. A Estatística que, como instrumento universal, já se havia intrometido a fundo no terreno biológico, devassando, desde GALTON, segredos que pareciam impenetráveis, foi chamada a servir às ciências cosmológicas, à física e à química sobretudo, promovendo nesses departamentos das ciências experimentais, verdadeira revolução. E não se tratava de uma revolução superficial e parcial, mas revolução profunda e generalizada de vez que revolvia fundamentos sedimentados, aparentemente definitivos, no terreno da conceituação primária. O conceito de lei, por exemplo, transformou-se fortemente e a tal ponto que, na física como na química e em especial na termodinâmica e na físico-química, o caráter primitivo daquela entidade lógica perdeu o seu teor indiscutido de *determinismo* cem por cento exato da *certeza,* para ceder ao de um *probabilismo* em estrita consonância com o *caráter flutuante* dos universos materiais. As leis clássicas das ciências cosmológicas passaram, assim, de *determinìsticamente certas* para *estatìsticamente prováveis* na capacidade previsora das configurações por elas regidas. A própria Mecânica padeceu dessa influência. E em pouco, as principais ciências cosmológicas, para acentuar o caráter novo que assumiam, passaram a ostensivamente designar-se *Mecânica Estatística, Física Estatística, Termodinâmica Estatística,* apondo, às suas designações primitivas, o nome do instrumento de cujo emprêgo íntimo resultara a mais eficaz e fértil revolução. A Estatística introduziu-se, dêsse modo, nas ciências *pretensamente denominadas "exatas"* a fim de que-

brar-lhes a pretensão e a rigidez e conferir-lhes a *plasticidade* de que careciam suas estruturas lógicas para se adaptarem, com justeza, ao mundo das coisas reais.

Enquanto a Estatística, numa associação íntima com as ciências cosmológicas e biológicas, imprimia-lhes sentido novo, alargava-lhes os horizontes, revisava-lhes a conceituação, quebrava-lhes a rigidez e dava-lhes plasticidade e poderes novos de adaptação, de explicação e de construção, a Economia se postou à margem, insistindo na sua autonomia, e mais grave do que isso, insistindo em se erigir em *ciência exata,* procurando realizar construções visceralmente rígidas e puramente "ideais" para a explicação de um mundo de fatos em que a *experimentação* é pràticamente vedada e cuja natureza é, mais do que em qualquer outro campo, flutuante e movediça. Ao tempo em que as *ciências exatas* perdiam a sua "exatidão" e transformavam suas leis de *leis certas* em *leis prováveis,* chamadas *leis estatísticas,* a Economia procurava e insistia em descobrir e enunciar *leis exatas,* fechando os olhos à grande transformação que se operava em todo o mundo da ciência.

O apêlo que a Economia fêz à Estatística, por haver reconhecido, no auge de sua saturação clássica, a impossibilidade de sòzinha prosseguir na sua marcha, foi, sem dúvida, tardio quando se consideram os acontecimentos já ocorridos no domínio de ciências muito mais simples e menos complexas. Constituiu uma infelicidade para a Ciência Econômica tão tarde fazer apêlo à Estatística, cujo poder de investigação e renovação já era, duas décadas antes, vitorioso e indiscutido.

Antes tarde do que nunca, diz o refrão. No período de 24 a 33 realizam-se os esforços dos precursores da *cooperação científica* da Estatística com a Economia Agiganta-se nesse período a figura de HENRY SCHULTZ, com justiça considerado o verdadeiro precursor da Econométrica. A natureza dessa cooperação, por fôrça da inércia e por motivos também do estado de confusão interna do próprio aparelhamento do método estatístico, continua sendo *empírica* Em 1933 a ECONOMÉTRICA se funda para iniciar seus trabalhos e realizar a construção de uma disciplina que não seria nem a *Economia do padrão clássico,* nem *Estatística Econômica,* mas, na mesma trilha das ciências cosmológicas, uma *ECONOMIA ESTATÍSTICA* cujas leis não seriam *leis exatas,* mas *leis estatísticas,* similares no conteúdo, no espírito e no significado, às *leis estatísticas* da Mecânica, da Física e da Termodinâmica.

Precisando-se bem, a ECONOMETRIA não seria nem *Economia,* nem *Estatística Econômica,* mas *ECONOMIA ESTATÍSTICA,* como disciplina destinada a alinhar-se, na seqüência científica da *Mecânica Estatística,* da *Física Estatística,* da *Química Estatística,* da *Físico-Química Estatística* e da *Biologia Estatística,* tôdas visando a descobrir e enunciar *leis prováveis* dotadas de plasticidade para a explicação e a previsão dos fenômenos naturais.

Fundada em 1933, passaria a Econométrica por uma fase inicial difícil e desorientada, porque lhe caberia, no caos deixado pela economia clássica, descobrir seus rumos de marcha. Essa fase se estendeu

de 1933 a 1938, fase de larva, fase difícil e fase de tumulto. E isso por duas razões. Uma porque os *econometristas* eram na realidade, em sua maioria, ou *economistas conversos* ou *estatísticos* da velha guarda da "Estatística Econômica". Os primeiros agarravam-se, ainda, no fazer econometria, aos esqueletos da economia clássica, em desesperada tentativa de dar movimento ao que era estático; os segundos porque, com a bôca torta pelo uso do cachimbo, insistiam em prosseguir na técnica a que se haviam habituado de fazer ciência econômica exclusivamente com a estatística. A outra razão se encontrava na própria estrutura, aparelhamento e recursos teóricos do método Estatístico que, apesar do progresso a que já havia atingido, conservava na sua intimidade, como já anunciamos, indisfarçável estado de confusão.

De 1938 em diante, rumos mais firmes e orientação mais segura se abrem. E isso por três razões. Uma, porque aparece, nesse intervalo, geração nova de pesquisadores libertos de tradições que impediam os velhos economistas de realizar a revolução colimada. A segunda, porque os trabalhos da fase inicial serviram, apesar de seus defeitos e contradições, de excelente base informativa e esclarecedora. A terceira, finalmente, e sem dúvida a mais importante e a mais decisiva delas, porque o Método Estatístico experimentou inesperado vigor com a introdução, por J. NEYMAN e E. S. PEARSON, de princípios novos e simples que vieram pôr ordem na confusão interna da Estatística, elevando a sua capacidade de instrumento de pesquisa a um nível de poder e de valor científico que lhe faltava para que ela pudesse desempenhar, com plenitude, suas funções de desbravadora do conhecimento.

Abriu-se, dêsse modo, para a Estatística, a era da sua *cooperação científica* com a Economia, e para a Economia, a idade nova de sua estrutura estocástica. As pesquisas realizadas nestes sete últimos anos contam-se às centenas. Muitas delas eivadas ainda dos velhos métodos e preconceitos. Muitas, porém, inteiramente novas na técnica e no espírito, totalmente impregnadas do verdadeiro sentido de econometria, isto é, do sentido estocástico das relações entre variáveis econômicas. Os anos de 43 e 44 foram cheios de frutos, pois nêles se realizaram estudos decisivos para o futuro da ciência. No plano da adaptação do método estatístico, é-nos impossível silenciar os trabalhos de TRYGUE HAAVELMO que permitiram a H. B. MANN e A. WALD rigorosa análise do tratamento estatístico das equações diferenciais estocásticas lineares. Eram, êsses, trabalhos de aperfeiçoamento da técnica. Técnica indispensável ao estudo dos problemas econômicos, estudo que avança com o progresso da técnica e cujos resultados logo se apresentam na *Teoria do "Repercusor" econômico* elaborada e desenvolvida, sobretudo, por PAUL SAMUELSON e por OSCAR LANGE, separadamente. Nesse mesmo período de 43-44, a par de uma fecunda produção de monografias relativas aos mais variados ramos das atividades econômicas, apareceu o monumental trabalho de LEONID HURWICZ sôbre os *Modelos Estocásticos das Flutuações Econômicas*. Obra austera, profunda, de percuciente análise e de extraordinário realismo escondido nas dobras de monumental estrutura lógica, não só procede à revisão de todos os modelos anteriores

de HAAVELMOS, de KOOPMANN e de SAMUELSON, como realiza um passo agigantado de conseqüências ainda imprevisíveis para o desenvolvimento da econometria. No apagar das luzes de 1944, LAWRENCE KLEIN, J MARSCHACK e S. TEKINER iniciam nova tarefa de aperfeiçoamento do método estatístico para os fins da econometria, visando especialmente ao problema da ordenação e utilização dos dados da coleta.

De 1939 a 1944, a fase da *cooperação científica* da Estatística com a Economia se resume na fundação definitiva da Econométrica. Essa fase caracteriza-se por sensacionais esforços dirigidos para o aperfeiçoamento da Estatística e dos quais avultam, pelos seus frutos, os de IAMLEY, PEARSON, HAAVELMOS, MANN e WALD. Caracteriza-se, também, em razão dos progressos do método, pelas primeiras realizações genuìnamente econométricas da novel disciplina e que culminam com a criação dos "modelos estocásticos das flutuações econômicas". Paralelamente a isso, profusas indagações se fizeram em variados setores das atividades. Os resultados obtidos não foram *cem por cento econométricos* por não apresentarem leis de *cunho estocástico* Mas foram valiosos, porque permitiram devassar dúvidas e escaninhar o mundo estranho da dinâmica conservado impermeável à penetração dos economistas clássicos. Haja vista a obra intentada no setor das *Leis da Procura* e no qual seria fastidioso fazer desfilar os nomes dos que nêles operaram. SCHULTZ, ROOS, VON SZELISKI, LESER, ROY, SMITHIES, LIVINGSTON, MOSAK e outros dedicaram perseverantes esforços para nêle encontrar uma explicação que fugia aos economistas. Pode-se afirmar que não conseguiram a solução definitiva do problema; empreenderam, porém, útil preparação de terreno para a ação futura da econométrica.

Apreciado em rápidos traços o que foi a cooperação *empírica* e *científica* da Estatística com a Economia resta-nos tirar algumas conclusões para uso doméstico É útil assinalar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se fundou, pràticamente, nos pródomos da era da *cooperação científica,* quando a Econometria, já lançada, se encontrava na iminência de constituir-se em disciplina com objeto definido. Coincidência ou não, o acontecimento se reveste hoje, aos nossos olhos, de proporções históricas bem mais amplas do que as que lhe haviam sido atribuídas na época. Com *instrumento estatístico,* ensinado e divulgado pelos livros, mas sem *dados estatísticos,* não seria possível aos especialistas brasileiros fazer econometria. Sem o Instituto, pondo *ordem* no caos, *racionalismo* na técnica, *continuidade* na ação, *método* nos trabalhos e *unidade* no sistema, estaríamos agora infinitamente mais atrasados e despreparados do que o estávamos no ano de 1934, em relação aos progressos da Estatística e da Economia. O ato de sua criação, inspirado num desejo definido de ordem e indefinido de progresso, foi mais do que oportuno porque decisivo para o desenvolvimento da ciência no Brasil; foi mais do que simples produto de uma inquietação de seus fundadores, porque, visto do presente, assume as características daquelas intuições geniais previsoras das grandes necessidades e dos magnos acontecimentos do futuro.

Criado o Instituto, iniciou desde logo, com vigor, sua atividade ordenadora e disciplinadora. Venceu enormes tropeços.

Impôs-se ao julgamento unânime dos brasileiros que, irrestritamente, passaram a reverenciar seus dirigentes e profissionais como são reverenciados os membros de uma comunidade de idealistas. Atestam a obra vencida suas numerosas e variadas publicações que, mês a mês, se aperfeiçoam, refletindo o ritmo de um progresso que tranquiliza os exigentes e desconcerta os críticos da nossa capacidade de empreender e realizar.

O Instituto, porém, nessa primeira etapa, vem construindo-se e firmando-se como *observatório* de exame e registro dos fatos da vida brasileira. Cumpre-lhe, porém, transcender de sua função *observadora* e *coletora* para atirar-se também à de *pesquisadora*. Na seara econômica, em especial, face aos imperativos da política de um lado e da ciência de outro, urge que dentro da sua estrutura de observatório, ou paralelamente a ela, se crie ou se implante um grande *laboratório de estudos* que faça, não a "estatística econômica" da fase bárbara, mas a genuína *econometria* da idade científica a cujo despertar assistimos. Êste anseio não é apenas nosso, porque é de seus dirigentes como o é de quantos estudam nossos problemas e nossas coisas. Permitir-me-ia assim encerrar esta palestra fazendo votos para que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística crie um grande laboratório de pesquisas para:

I — promover, estimular e cooperar na formação e no progresso da Econometria no Brasil;

II — promover e realizar a reconstrução histórica do passado econômico do Brasil, construindo pelo menos tôda a fase da República e do Império;

III — realizar, por meio de barômetros e outros elementos de sugestão objetiva, as previsões indispensáveis à orientação pronta, oportuna e segura da política econômica do Govêrno.

JESSÉ MONTELLO

(Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro e Atuário do M T I C)

DO AJUSTAMENTO DAS DISTRIBUIÇÕES DE FREQÜÊNCIA PELO CRITÉRIO DOS MÍNIMOS QUADRADOS

EM número anterior, esta REVISTA publicou um artigo do Sr. JORGE KINGSTON, criticando um trabalho que aqui publicamos no n.º 17 (págs. 101 a 106).

Sendo o Sr KINGSTON professor interino de Estatística da Faculdade Nacional de Filosofia, vamos responder à crítica, uma vez que esta poderia levar alguns leitores a uma interpretação errônea do nosso trabalho.

A crítica compreende duas partes A primeira, pretende provar que não empregamos o critério dos mínimos quadrados, e a segunda, que o método apresentado é muito trabalhoso

Uma análise aprofundada da teoria dos mínimos quadrados tal como foi estabelecida por GAUSS e seus continuadores, nos leva a condenar o raciocínio seguido pelo Sr. KINGSTON para estabelecer a primeira parte de sua crítica.

O método que propusemos tem, conforme mostraremos no § 2, os seus fundamentos nesta teoria.

Não procuramos, por conseguinte, modificar a teoria dos mínimos quadrados, como pensou o Sr KINGSTON, e sim aplicá-la de modo correto ao ajustamento das distribuições de argumento contínuo.

Com relação à segunda parte, observamos que o Sr KINGSTON foi precipitado, visto que, de acôrdo com a nota final do nosso estudo, êste ainda não estava integralmente publicado O processo de efetuar os cálculos, tal como o expusemos, é o mais natural, e é o modo direto de achar a função ajustada.

Mostraremos no § 6 que um pequeno acréscimo de cálculos aos efetuados no método usual de ajustar uma função pelo critério dos mínimos quadrados — quando se empregam somatórios — nos permitirá obter imediatamente a função ajustada

Portanto esta segunda parte é uma crítica ao processo de cálculo que seguimos no nosso trabalho e não uma crítica à aplicação do método na prática

O método proposto consiste simplesmente, no caso das distribuições de argumento contínuo, em determinar os parâmetros da curva a ajustar, pela comparação das áreas desta curva, compreendidas entre as ordenadas que passam pelos limites das classes, com as áreas dos retângulos do histograma da distribuição de freqüência, pelo critério dos mínimos quadrados Êle resulta, assim, de modo natural, do processo seguido na formação das diversas classes da distribuição. É então evidente que, se a função a ajustar é da mesma forma que a função de freqüência, o método permitirá obter exatamente esta função.

Agora indagamos: que acontece empregando o método clássico? Só a obteremos aproximadamente, embora sejam usadas as correções de momentos.

2 — Comecemos êste trabalho pelo estabelecimento das bases teóricas do método proposto

A "Theoria Mothus" de GAUSS, no caso de indiretas observações, procura determinar os valores mais prováveis das grandezas α_1, α_2, .. α_m que se acham

relacionadas às grandezas $y_1, y_2, \ldots y_n$, diretamente observadas, pelas equações de condição

$$f_i(\alpha_1, \alpha_2, \ldots \alpha_m) = y_i \qquad (i = 1, 2, 3, \ldots, n) \qquad (n > m)$$

quando se conhecem medidas diretas das grandezas y_i, que representaremos por $\bar{y}_i$, e na hipótese de que estas medidas estão sujeitas a erros acidentais.

Os erros nas medidas são:

$$f_i - \bar{y}_i \qquad (i = 1, 2, \ldots n)$$

Chamando h_i os pesos das observações e admitindo a lei normal dos erros, mostra-se nesta teoria que os valores pedidos tornam mínima a soma

$$S = \sum_{i=1}^{n} h_i (f - \bar{y}_i)^2$$

Apliquemos agora êstes resultados ao problema do ajustamento das distribuições de freqüência.

No caso das distribuições de variável discreta, $(x_i, \bar{y}_i)$ $(i = 1, 2, \ldots n)$, supõe-se que as freqüências y_i sejam dadas pelos valores assumidos por uma função $f(x, \alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m)$ da variável x e m parâmetros $\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m$ para $x = x_i$, isto é,

$$f(x_i, \alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m) = y_i \qquad (i = 1, 2, \ldots, m)$$

A observação fornece para y_i, o valor $\bar{y}_i$.

A questão é então, em face dêstes dados, achar as melhores estimativas para $\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m$ A resposta, tendo em vista a solução do problema anterior, é que os valores pedidos minimizam a soma:

$$S = \sum_{i=1}^{n} h_i [f(x_i, \alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m) - \bar{y}_i]^2$$

No caso das distribuições de variável contínua, a observação nos dá as freqüências $\bar{y}_i$ das classes $(x_i - \frac{\omega}{2}, x_i + \frac{\omega}{2})$ Designando por $f(x, \alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m)$ a função capaz de representá-la — a função a ajustar — onde x percorre o intervalo total da distribuição, a obseravação nos fornece estimativas para

$$y_i = \int_{-\frac{\omega}{2}}^{\frac{\omega}{2}} f(x_i + t, \alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m)\, dt$$

Por conseguinte, o sistema (1) é substituído pelo que segue:

$$\int_{-\frac{\omega}{2}}^{\frac{\omega}{2}} f(x_i + t, \alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m)\, dt = y_i \qquad (i = 1, 2, \ldots, n)$$

e a determinação dos valores mais prováveis de $\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m$ é feita pela equação

$$(2) \quad \sum_{i=1}^{n} h_i \left[\int_{-\frac{\omega}{2}}^{\frac{\omega}{2}} f(x_i + t, \alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m)\, dt - \bar{y}_i \right]^2 = min$$

A esta mesma conclusão chegaríamos também partindo da "Theoria Combinationis" de GAUSS, quando a função a ajustar é linear em relação aos parâmetros $\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m$.

Acha-se assim justificado teòricamente o método proposto

Resta-nos, agora, examinar como o Sr KINGSTON concluiu que não empregamos o critério dos mínimos quadrados

A sua demonstração baseia-se em supor que a condição do critério de mínimos quadrados para o caso das distribuições de argumento contínuo é

$$(3)\qquad \int_a^b [f(x, \alpha_1, \alpha_2, \quad , \alpha_m) - y(x)]\, dx = min$$

sendo $y(x)$ a função de freqüência

É fácil ver que a (3) não se pode deduzir da teoria dos mínimos quadrados

De fato, a extensão ao campo contínuo do problema tratado no início dêste parágrafo, conduziria à resolução da seguinte questão

"Achar os valores mais prováveis dos parâmetros $\alpha_1, \alpha_2, \quad ., \alpha_m$ que se acham relacionados à função $y(x)$ — cujas determinações diretamente observadas são $\overline{y}\ (x)$ —, pela equação

$$f(x, \alpha_1, \alpha_2, \qquad \alpha_m) = y\ (x)$$

para cada $x \in (a, b)$, supondo que os dados da observação $\overline{y}\ (x)$ estão sujeitos a erros acidentais e que a função $y\ (x)$ é integrável"

A solução desta questão, na hipótese de que é um problema real, é que os valores pedidos satisfazem à condição

$$(3')\qquad \int_a^b [f(x, \alpha_1\ \alpha_2, \qquad \alpha_m) - \overline{y}(x)]\, dx = min$$

e não a (3)

Como não se podem determinar por observação direta as grandezas $\overline{y}\ (x)$ para cada $x \in (a, b)$, visto que um intervalo tem a potência do contínuo, ainda a (3') não tem fundamento na teoria estabelecida por GAUSS

A (3) poderá ser introduzida, como um critério de aproximação, baseado não na teoria dos mínimos quadrados, mas no conceito de distância de duas funções

O problema resolvido pela (3) é a determinação dos parâmetros $\alpha_1, \alpha_2, \quad , \alpha_m$ da função $f(x, \alpha_1, \alpha_2, \quad ., \alpha_m)$ de modo que a sua distância à função $y(x)$ seja mínima

Por conseguinte, usando a (3), perdem-se as vantagens teóricas do critério de mínimos quadrados

No fim do § 2 de seu artigo, o Sr KINGSTON, para reforçar a sua argumentação, afirma que uma das características do critério dos mínimos quadrados é a igualdade dos momentos da função ajustada aos da função de freqüência, no caso do ajustamento por polinômios

Esta propriedade, na forma em que foi enunciada não se verifica

De fato, no caso das distribuições de variável discreta, se $f(x, \alpha_1, \alpha_2 \quad \alpha_m)$ é um polinômio de grau p, tem-se

$$\sum_{i=1}^{n} f(x_i, \alpha_1 \qquad \alpha_m)\, x_i^k = \sum_{i=1}^{n} x_i^k\, \overline{y}_i \quad k < p$$

i é, igualmente dos momentos de ordem menor que p das ordenadas da função ajustada nos pontos x_i e os análogos momentos de $\overline{y_i}$.

Esta conclusão foi a que chegou o Sr E V HUNTINGTON, no trabalho citado pelo Sr KINGSTON, *Curve Fitting by the Method of Least Square and Method of Moments*, publicado no *Handbook of Mathematical Statistics*, página 69 (a) citada pelo Sr. KINGSTON) Com efeito, êste autor faz a seguinte observação, depois de tratar do método dos momentos no campo descontínuo:

"It can be shown that in case the selected curve is a polynomial, $y = a + bx + cx^2 +$, the method of moments, in the rough form just described, will give precisily the same result as the method of least squares".

No caso das distribuições de variável contínua, o Sr KINGSTON partindo da condição:

$$(3) \qquad \int_a^b [f(x, \alpha_1, \quad , \alpha) - y(x)]^2 \, dx = min$$

prova que:

$$\int_a^b x^k f(x, \alpha_1, \quad , \alpha_m) \, dx = \int_a^b x^k y(x) \, dx$$

Isto estaria certo, se a (3) fôsse a condição do critério de mínimos Como não é, pelo que mostramos, então a propriedade não se verifica.

O método usual de ajustar uma distribuição de argumento contínuo, pelo critério dos mínimos quadrados, consiste em transportar o problema para o campo discreto. De fato, procura-se uma função $\varphi(x)$, tal que

$$\sum_{i=1}^{n} [\varphi(x_i) - \tilde{y}_i]^2 = min.$$

Se $\varphi(x)$ fôr um polinômio de grau ν, vem

$$\sum_{i=1}^{n} x_i^k \varphi(x_i) = \sum_{i=1}^{n} \tilde{y}_i x_i^k, \quad k < \nu$$

i e, igualdade dos momentos das ordenadas $\varphi(x_i)$ aos das ordenadas $\overline{y}_i$

No método proposto, uma propriedade análoga se verifica

Se a função a ajustar, $f(x)$, fôr um polinômio de grau ν, tem-se:

$$(4) \qquad \sum_{i=1}^{n} x_i^k \int_{-\frac{\omega}{2}}^{\frac{\omega}{2}} f(x_i + t) \, dt = \sum_{i=1}^{n} x_i^k \tilde{y}_i, \quad k < \nu$$

i.e, são iguais os momentos grupados[1] da função teórica e os momentos brutos das freqüências observadas.

Podemos agora fazer a seguinte observação: no método usual, os estatísticos, para terem a curva teórica de freqüência, obtêm as suas ordenadas, correspondentes aos pontos centrais das classes, dividindo $\varphi(x_i)$ por ω (intervalo de classe). Assim, para êles, a curva passa pelos pontos médios das bases superiores dos retângulos do histograma das freqüências teóricas $\varphi(x_i)$.

Ora, é fácil ver que esta maneira de proceder não é correta. Porque $\dfrac{\varphi(x_i)}{\omega}$ não é a ordenada da curva teórica no ponto x_i De fato, sendo $y = f(x)$ a curva teórica, tem-se.

$$\varphi(x_i) = \int_{-\frac{\omega}{2}}^{\frac{\omega}{2}} f(x_i + t) \, dt$$

e, pelo teorema da média, vem

$$\varphi(x_i) = \omega \, f(x_i + \theta)$$

sendo θ um conveniente ponto do intervalo aberto $\left(-\dfrac{\omega}{2}, \dfrac{\omega}{2}\right)$

Donde:

$$\frac{\varphi(x_i)}{\omega} = f(x_i + \theta).$$

Por conseguinte, $\dfrac{\varphi(x_i)}{\omega}$ é a ordenada da curva teórica no ponto $(x_i + \theta)$ e não no ponto x_i Só em casos excepcionais $\theta = o$.

---

[1] Usamos a denominação momentos grupados, seguindo a terminologia usada por S S WILKS, no seu livro *Mathematical Statistics*

3 — A relação (4) nos sugere uma modificação, no modo de aplicar o critério dos momentos

Em vez de determinar os momentos ajustados — calculados na hipótese de que uma função desconhecida, função de freqüência, satisfaça certas condições — e igualá-los aos momentos da função a ajustar, calculam-se os momentos grupados desta função e igualam-se aos momentos brutos da distribuição, isto é, determinam-se os parâmetros da função a ajustar pela condição

$$\sum_{i=1}^{n} x_i^k \int_{-\frac{\omega}{2}}^{\frac{\omega}{2}} f(x_i + t, \alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_m)\, dt = \sum_{i=1}^{n} a_i^k \bar{y}_i$$

Êste modo de proceder evitaria a introdução de correções nos momentos calculados da observação, visto que assim as introduziríamos indiretamente, por uma modificação dos momentos da função a ajustar. [4]

4 — Passemos agora à aplicação prática do método proposto

Antes de mostrar como se podem efetuar os cálculos de modo simples, analisemos os parágrafos 7 e 8 do artigo do Sr KINGSTON

No § 7 expõe o processo habitual de ajustar uma parábola, que, entretanto, não é o mais prático De fato, o método mais prático de conseguir êsse fim é usar os polinômios de TCHEBYCHEFF no campo descontínuo [2] ou os polinômios de LEGENDRE (funções esféricas) no campo contínuo [3] Êstes polinômios são definidos, respectivamente, pelas relações

$$q_\nu(n, x) = \frac{1}{\nu!\, 2^\nu} \Delta^\nu \left[(x)_\nu\, (x-n)_\nu \right]$$

e

$$L_\nu(x) = \frac{1}{\nu!\, 2^\nu} \frac{d^\nu}{dx^\nu} \left[(x^2 - 1)^\nu \right]$$

e gozam das seguintes propriedades

$$\sum_{x=0}^{n-1} q_\nu(n, x)\, q_\mu(n, x) = \delta_{\nu\mu} \frac{n}{(\nu + \mu + 1)\, 2^{\nu+\mu}} (n^2-1)(n^2-2^2) \left[n^2 - \left(\frac{\nu + \mu}{2} \right)^2 \right]$$

$$\int_{-1}^{+1} L_\nu(x)\, L_\mu(x)\, dx = \delta_{\nu\mu} \frac{2}{\nu + \mu + 1}$$

sendo $\delta_{\nu\mu}$ o símbolo de KRONECKER

Pode-se demonstrar fàcilmente, pelo princípio da identidade dos polinômios, que um polinômio de grau ν, $P_\nu(x)$, pode ser posto sob a forma

$$P_\nu(x) = a_0\, q_0(n, x) + a_1\, q_1(n, x) + \ldots + a_\nu\, q_\nu(n, x)$$

ou

$$P_\nu(x) = a_0\, L_0(x) + a_1\, L_1(x) + \ldots + a_\nu\, L_\nu(x)$$

Por conseguinte, no ajustamento parabólico, a solução das equações normais é:

$$a_\nu = \frac{\sum_{i=0}^{n-1} y_i\, q_\nu(n, i)}{\sum_{i=0}^{n-1} q_\nu^2(n, i)}, \text{ quando se empregam somatórios}$$

---

[2] JORDAN, *Statistique Mathematique*, págs 270 e 275

[3] JORDAN, Ob citada, pág 276

[4] MONTELLO, JESSÉ, "Estudo sôbre os polinômios de Tchebycheff", *Revista Brasileira de Atuária*, vol 3 n° 3

ou

$$a_\nu = \frac{\int_{-1}^{+1} y(x)\, L_\nu(x)\, dx}{\int_{-1}^{+1} L_\nu^2(x)\, dx}, \text{ quando se empregam integrais}$$

Existem tabelas de $q_\nu\ (n,x), \Sigma q_\nu\ (n,x)$ e $L_\nu\ (x)$ para os valores usuais de ν, n, x, que facilitam a sua aplicação [5]

O processo descrito pelo Sr KINGSTON não é vantajoso, porque apenas transforma o sistema de equações normais em um sistema no qual não aparecem as somas de potências ímpares do argumento

No § 8, o Sr. KINGSTON acha imprópria a denominação que usamos de parábola do 1.º grau quando se trata de uma reta. Se assim considerarmos, também será imprópria a denominação que usou de parábola quadrática a uma curva do 4.º grau. De fato, em geometria chamam-se parábolas as cônicas que são tangentes à reta imprópria e que, por conseqüência, têm como representação analítica:

$$y = a_0 + a_1 x + a_2 x^2$$

em coordenadas cartesianas ortogonais

Ora, em estatística, é usual chamar parábola de grau n a uma curva definida pela equação.

$$y = a_0 + a_1 x + a_2 x^2 + \quad + a_n x^n$$

e, por conseguinte, quando $n = 1$, tem-se a parábola do 1º grau ou uma reta

Não tendo visto o Sr KINGSTON, no nosso artigo, que ajustamos uma distribuição de estaturas por uma reta com o único objetivo de mostrar aos principiantes como se conduziriam os cálculos, começa declarando que o exemplo não foi bem escolhido Ao o indicarmos, não tivemos por objetivo a sua melhor representação É sabido que, tratando-se de uma distribuição de estaturas, pode considerar-se o desvio de cada estatura à média, como a soma de um grande número de desvios elementares estocàsticamente independentes e, por conseguinte, representá-la de modo muito aproximado, por uma curva normal — os cumulantes de ordem superior à segunda são desprezíveis em presença dêste.

5 — Podemos agora mostrar como se pode pràticamente obter a função ajustante, de acôrdo com o método proposto

O método exige que

$$\sum_{i=1}^{n} \left[\int_{-\frac{\omega}{2}}^{\frac{\omega}{2}} f(x_i + t, \alpha_0, \alpha_1, \quad , \alpha_{k-1}) - y_i \right]^2 = min$$

Se a função $f(x, \alpha_0, \alpha_1, \ldots, \alpha_{k-1})$ tiver uma primitiva, efetuando a integração, obteremos uma função $\varphi(x, \alpha_0, \alpha_1, \quad , \alpha_{k-1})$, tal que

$$\varphi(x_i, \alpha_0, \alpha_1, \quad , \alpha_{k-1}) = \int_{-\frac{\omega}{2}}^{\frac{\omega}{2}} f(x_i + t, \alpha_0, \alpha_1, \quad , \alpha_{k-1})\, dt$$

Donde, neste caso, podemos determinar os parâmetros $\alpha_0, \alpha_1, \quad , \alpha_{k-1}$, pela condição:

$$\sum_{i=1}^{n} [\varphi(x_i, \alpha_0, \alpha_1, \ldots, \alpha_{k-1}) - y_i]^2 = min$$

---

[5] JORDAN, Ob citada, págs 27 a 31, para os polinômios $q_\nu(n,x)$ e *Mathematical Tables* por JOSEPH B ROSENBACH, EDWIN A WHITMAN e DAVID MOSKOVITZ, págs 198 a 201, para os polinômios $L_\nu(x)$.

Somos assim conduzidos a determinar os parâmetros $\alpha_0, \alpha_1, \quad , \alpha_{k-1}$, empregando as mesmas simplificações do método clássico. Obtidos êstes, a função $y = f(x, \alpha_0, \alpha_1, \quad \ldots, \alpha_{k-1})$ será a função ajustada.

Tratemos agora do caso particular do ajustamento parabólico

Aqui podemos definir alguns polinômios que chamaremos $P_\nu(n, x)$, com auxílio da seguinte equação integral:

$$(5) \quad q_\nu(n, x) = \int_{-\frac{1}{2}}^{\frac{1}{2}} p_\nu(n, x + t)\, dt$$

sendo $q_\nu(n, x)$ os polinômios referidos no § 4.

Para resolver a (5), vamos desenvolver $p_\nu(n, x + t)$ pela fórmula de TAYLOR, *i e*, ponhamos:

$$p_\nu(n, x + t) = \sum_{i=0}^{\nu} \frac{p_\nu^{(i)}(n, x)}{i!}\, t^i$$

Em virtude da (5), tem-se:

$$q_\nu(n, x) = \sum_{s=0}^{\left[\frac{\nu}{2}\right]} \frac{p_\nu^{(2s)}(n, x)}{(2s+1)!\, 2^{2s}}$$

Ordenando os dois membros desta igualdade segundo as potências decrescentes de x, o método dos coeficientes a determinar nos permitirá obter o polinômio $p_\nu(x)$.

Seguindo êste processo, determinamos os cinco primeiros polinômios $p_\nu(n, x)$:

$$p_0(n, x) = 1$$

$$p_1(n, x) = x + \frac{1}{2}(1 - n)$$

$$p_2(n, x) = \frac{3}{2}x^2 - \frac{3}{2}(n-1)\,x + \frac{1}{4}\left(n^2 - 3n + \frac{3}{2}\right)$$

$$p_3(n, x) = \frac{5}{2}x^3 - \frac{15}{4}(n-1)\,x^2 + \frac{1}{4}\left(6n^2 - 15n - \frac{3}{2}\right)x - \frac{1}{8}\left(n^3 - 6n^2 - \frac{17}{16}n - \frac{7}{2}\right)$$

$$p_4(n, x) = \frac{35}{8}x^4 - \frac{35}{4}(n-1)\,x^3 + \frac{5}{8}\left(qn^2 - 21n + \frac{27}{2}\right)x^2 - \frac{5}{8}\left(2n^3 - qn^2 + \frac{27}{2}n - \frac{13}{2}\right)x$$
$$+ \frac{1}{16}\left(n^4 - 10n^3 + \frac{55}{2}n^2 - \frac{115}{2}n + \frac{1625}{128}\right)$$

No caso do ajustamento parabólico, a função a ajustar sendo o polinômio de grau ν, podemos escrever:

$$f(x) = a_0\, p_0(n, x) + a_1\, p_1(n, x) + \quad + a_\nu\, p_\nu(n, x)$$

sendo $0, 1, 2, \ldots, n-1$ os pontos centrais das classes da distribuição

Tendo em vista o que estabelecemos no início dêste parágrafo, os coeficientes $\alpha_0, \alpha_1, \ldots, \alpha_\nu$ são determinados pela condição:

$$\sum_{x=0}^{n-1} [a_0\, q_0(n, x) + a_1\, q_1(n, x) + \quad + a_\nu\, q_\nu(n, x) - y_i]^2\, \Delta x = min$$

onde $\Delta x = 1$.

Para mostrar a simplicidade da aplicação do método, daremos um exemplo. Consideremos a seguinte distribuição de falecidos entre as idades de 68 a 82 anos [6]

IDADES	Pontos centrais z	Falecidos
68 ⊢ 70	69	18 579
70 ⊢ 72	71	22 746
72 ⊢ 74	73	23 244
74 ⊢ 76	75	26 304
76 ⊢ 78	77	23 799
78 ⊢ 80	79	21 154
80 ⊢ 82	81	19 694
TOTAL		**155 520**

Façamos a mudança da variável $x = \frac{z - 69}{2}$ e tomemos para função a ajustar a parábola do segundo grau, *i e*

$$f(x) = a_0 + a_1 p_1 (n, x) + a_2 p_2 (n, x)$$

Os cálculos para determinar essa função são os seguintes:

x	y	q_1	yq_1	q_2	yq_2
0	18 579	— 3	— 55 737	7,5	139 342,5
1	22 746	— 2	— 45 492	0	0
2	23 244	— 1	— 23 244	— 4,5	— 104 598,0
3	26 304	0	0	— 0	— 157 824,0
4	23 799	1	23 799	— 4,5	— 107 095,5
5	21 154	2	42 308	0	0
6	19 694	3	59 082	7,5	147 705,0
TOTAIS	**155 520**		**716**		**8 247,0**

$$a_0 = \frac{\Sigma y}{7} = 22\,217{,}14 \qquad a_1 = \frac{\Sigma yq_1(10)}{\Sigma {q_1}^2} = 25{,}57 \qquad a_2 = \frac{\Sigma yq_2(10)}{\Sigma {q_2}^2} = -43{,}64$$

A função ajustada será·

$$f(x) = 22\,217{,}14 + 25{,}57\ p_1(7,x) - 43{,}64\ p_2(7,x)$$

ou

$$f(x) = -65{,}45\ x^2 + 418{,}29\ x + 21\,818{,}62.$$

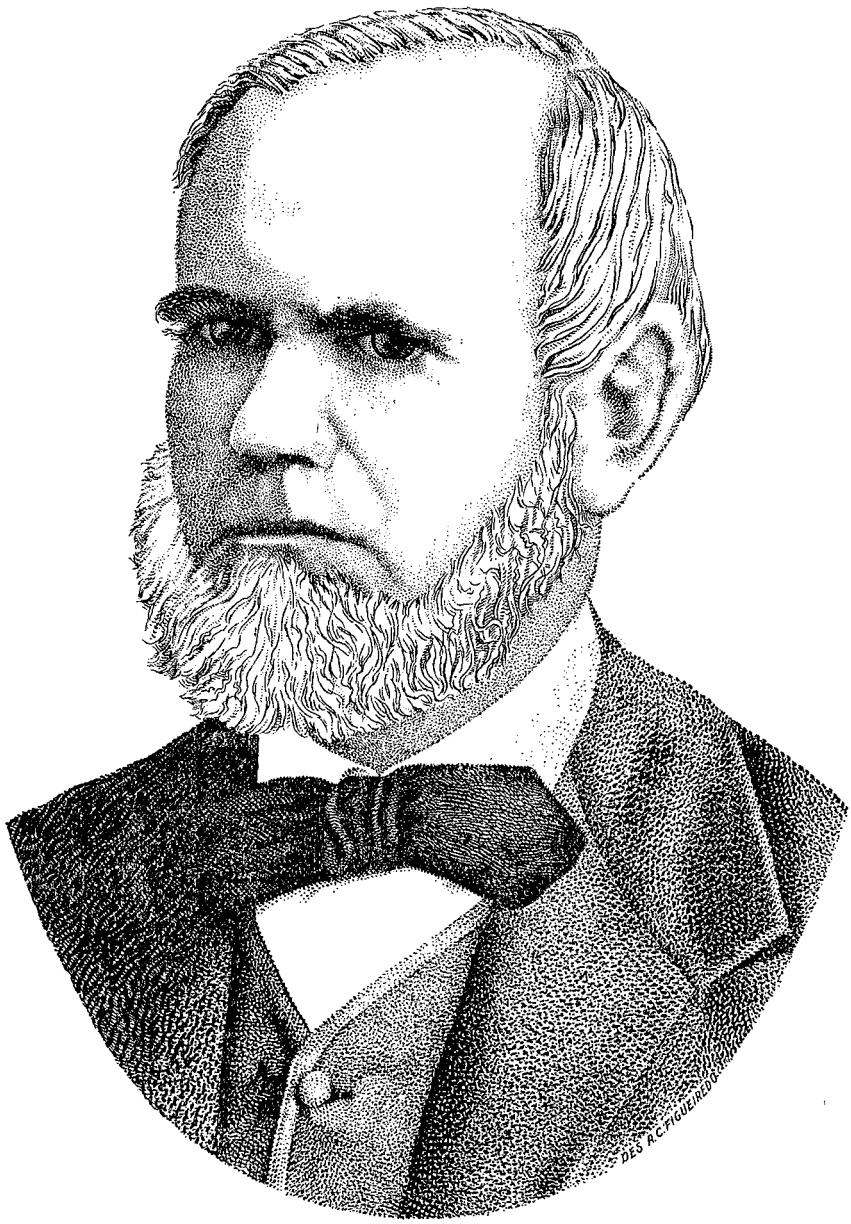
Esta função expressa em têrmos da variável z será.

$$f(z) = -8{,}18\ z^2 + 1\,233{,}62z - 159{,}61$$

---

[6] Extraída da *Estadistica Metodologica* de F SIBIRANI

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA



Sebastião Ferreira Soares

SEBASTIÃO FERREIRA SOARES

EM discurso pronunciado na sessão magna de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 15 de dezembro de 1887, o VISCONDE DE TAUNAY *expressava a convicção de que "êsse nome de* SEBASTIÃO FERREIRA SOARES *há de no futuro sair das sombras que o cercam e ganhar a luz e o prestígio, como um dos mais perseverantes organizadores das boas regras administrativas do Brasil" Com aquela intuição peculiar aos grandes espíritos,* TAUNAY *tinha sobejas razões para formular semelhante afirmação Mas, só nos últimos tempos, rompendo o "black-out" que durante mais de cinquenta anos foi inexplicàvelmente mantido em tôrno da personalidade de* FERREIRA SOARES, *começaram os seus patrícios a avaliar-lhe as verdadeiras proporções, num justo preito de reconhecimento*

Nasceu SEBASTIÃO FERREIRA SOARES *no dia 21 de abril de 1820, na comarca de Piratinim, Província do Rio Grande do Sul Foram seus pais* FRANCISCO FERREIRA SOARES *e* FRANCISCA TERTULIANA DA COSTA *Fêz os estudos de humanidades na província natal e na Côrte, cujo prestígio em matéria de ensino atraía os melhores espíritos Muito jovem ainda, concluiu, na Escola Militar, o curso de ciências físico-matemáticas*

É nas lides da guerra que êle realiza a primeira grande prova de sua existência Lavrava o movimento insurrecional na Província, quando o jovem FERREIRA SOARES *foi chamado a prestar serviços militares nas fôrças imperiais, na qualidade de engenheiro, pôsto em que prestou relevante cooperação à causa da legalidade Mas, não era para a carreira das armas que se dirigiam as suas ambições Assim, mais tarde, em virtude de concurso realizado, alcançou o lugar de terceiro escriturário da Tesouraria da Fazenda, chegando, nesse departamento, a chefe de secção*

Graças à iniciativa de Caxias, então no desempenho de sua árdua missão pacificadora no Rio Grande do Sul, foi retomada, em 1845, a organização dos trabalhos estatísticos da Província, sendo incumbida dessa tarefa uma comissão presidida pelo Conselheiro ANTÔNIO CORREIA DA CÂMARA *Um dos auxiliares do organismo a que se atribuira tão importante trabalho era* FERREIRA SOARES, *comissionado especialmente para organizar os quadros da produção, comércio, exportação, importação, etc Obtidos, um ano mais tarde, os fundos necessários para o seu funcionamento, a comissão de que fazia parte entrava em plena atividade De como se houve* FERREIRA SOARES *em seu novo pôsto di-lo a série de notáveis trabalhos que então levou a efeito Sòmente se poderá compreender a magnitude da tarefa que lhe foi cometida se se levar em conta que, ainda nessa altura do século, eram quase inexistentes os pontos de partida para qualquer elaboração segura de dados estatísticos Houvera, de certo, no último quartel do século XVIII, tentativas de levantamento de certos aspectos da atividade econômica e social da Província, como aquêles mapas rudimentares referidos por* ARTUR CANDAL *nas suas investigações sôbre os primeiros atos administrativos do Rio Grande do Sul, e, posteriormente, algumas contribuições esparsas Entretanto, quase tudo estava ainda por ser feito, tornando-se imprescindível assentar as bases E êsse mérito coube, principalmente, a* FERREIRA SOARES

Sua extraordinária capacidade de trabalho, aliada a uma invulgar dedicação, recomendava-o para novos e mais importantes empreendimentos Transferido, em 1852, para o Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro, aí encontra o clima adequado para a plena expansão de sua possibilidades de organizador Dedicando-se com mais intensidade aos estudos econômicos, estatísticos e financeiros, cedo se tornou uma autoridade conhecida e acatada nas diferentes questões relacionadas com êsses três ramos do saber

A deficiência de informações sôbre as fontes vitais de riqueza do país, a desorganização dos dados oficiais, além de outros fatôres, contribuíam para que em tôrno dos problemas nacionais se fizesse a maior confusão As conclusões a respeito de nossa situação econômica se baseavam antes em conjecturas mais ou menos vagas do que mesmo em certezas Nessas condições, é fácil compreender a ajuda decorrente do levantamento de nossas estatísticas da navegação e comércio marítimo, a cargo de FERREIRA SOARES *Agora, não obstante as*

naturais deficiências num trabalho sujeito a tôda sorte de contingências, começava o país a dispor de elementos estatísticos capazes de orientar a administração pública, bem assim os estudiosos dos assuntos econômicos Sob a chefia de SEBASTIÃO FERREIRA SOARES, a Comissão Especial de Estatística do Ministério da Fazenda, instituída por ato de 13 de janeiro de 1870, realizava notável trabalho, que veio a ter continuidade com a instalação, em 1884, da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Fazenda A direção do novo órgão foi confiada, por ato do Imperador, ao operoso e dedicado funcionário que, à frente da Comissão, já se impusera ao respeito de todos pela competência e capacidade de trabalho Do esfôrço e devotamento pessoais que assinalaram a passagem do ilustre brasileiro pelo primeiro daqueles cargos, falam, entre vários outros testemunhos, as seguintes referências do Ministro LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA: "Após numerosas dificuldades, entre as quais avultava a instabilidade dos poucos empregados coadjuvantes, conseguiu concluir as estatísticas de 1869/1870 até 1875/1876, achando-se quase terminada a de 1876/1877, formando quarenta e quatro grossos volumes, dos quais apenas a Tipografia Nacional, atarefada como se tem achado, imprimiu 17; sendo o trabalho de organização exclusivamente da lavra do chefe, que o escreveu todo por sua letra Não se pode recusar elogio a tanta atividade e laboriosa persistência no desempenho dessa ingrata e árdua tarefa"

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, FERREIRA SOARES dedicou a essa tradicional instituição o seu primeiro livro Apontamentos sôbre a Estatística Financial do Rio Grande de São Pedro do Sul Na realidade, o trabalho aludido, que até hoje permanece inédito, tivera início na província, onde, durante o tempo em que serviu como chefe de secção, coligira grande quantidade de dados, a que mais tarde acrescera outros obtidos no novo meio Os Apontamentos constam de vinte grandes mapas estatísticos relativos à receita geral e especial e à receita provincial Dêsse total, seis dizem respeito às despesas realizadas pela Província com autorização dos ministérios do Império, e à despesa própria da província; dois à importação e à exportação do Rio Grande, respectivamente; nove às rendas arrecadadas pelas diversas repartições da província, e um, em que se faz a recapitulação da receita geral e provincial A êsses mapas, o autor juntou mais cinco outros, resumidos, da receita e despesa geral, correspondentes aos exercícios de 1845-46 até 1850-51, e, finalmente, um último mapa referente à exportação riograndense do sul no período de 1816 a 1822 Os primeiros mapas compreendem um período de dez anos decorridos de 1835 a 1845, partindo do exercício anterior à revolução farroupilha e estendendo-se ao exercício de 1844-45 Os restantes compreendem um período de seis anos, contados do exercício de 1845-46 até 1850-51 Nas notas que acompanham os Apontamentos, FERREIRA SOARES fêz observações de grande alcance sôbre numerosas questões sugeridas pela documentação estatística Com uma visão verdadeiramente patriótica do problema imigratório, êle descerrou o veu que ocultava o perigo em potencial representado pela concentração de elementos alienígenas em determinados pontos do território brasileiro, tal como ocorria, já nessa época, com o núcleo alemão de São Leopoldo

A estatística da navegação e comércio marítimo, cuja execução, em 1850, foi confiada à Diretoria Geral das Rendas Públicas, sofreria, mais adiante, um hiato, motivado pela deficiência de pessoal Todavia, em 1870, o então Ministro da Fazenda, VISCONDE DE INHOMERIM, tomou a louvável iniciativa de corrigir tal irregularidade, nomeando a comissão já referida, da qual fazia parte FERREIRA SOARES, para continuar os trabalhos Com a retirada de INHOMERIM da pasta da Fazenda, o seu substituto, VISCONDE DO RIO BRANCO, estimulou FERREIRA SOARES a prosseguir na tarefa, à frente da qual revelou, mais uma vez, os seus altos dotes de organizador Posteriormente, a Comissão presidida por FERREIRA SOARES foi transformada em repartição especial anexa ao Tesouro Nacional, tendo a seu cargo o levantamento da estatística do comércio marítimo do Império

A prodigiosa atividade desenvolvida por FERREIRA SOARES transborda numa série de iniciativas e empreendimentos sociais que mais lhe engrandecem a figura de batalhador incansável No Rio de Janeiro, foi fundador do Clube dos Guarda-livros, entidade destinada ao estudo e à interpretação dos regulamentos e da legislação comercial de diversos

países e à teoria e à prática do comércio no Brasil. Foi ainda diretor e secretário do Instituto Fluminense de Agricultura, ao qual prestou assinalados serviços Entre os títulos conquistados com o seu esfôrço pessoal, há a mencionar o de doutor em filosofia, concedido por uma escola alemã

Deixou SEBASTIÃO FERREIRA SOARES *volumosa obra, parte da qual se encontra até hoje inédita A relação de trabalhos de sua autoria consigna, entre outros, os seguintes:* Apontamentos sôbre a Estatística Financial do Rio Grande de S Pedro do Sul; Estatística do Comércio marítimo do Brasil — *Introdução retrospectiva da estatística do comércio marítimo do Brasil, de 1874 a 1875 Rio de Janeiro, 1883* e in *8 º — XXII — 136 páginas;* Tratado de escrituração mercantil por partidas dobradas, aplicado às finanças do Brasil *Pôrto Alegre, 1852 O método aí proposto foi, segundo* INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *adotado na Tesouraria Provincial de S Pedro do Sul e em outras do Império;* Plano de reforma da contabilidade do Tesouro Nacional, *apresentado ao Ministro da Fazenda Trabalho inédito, encontrado na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional (1, 8, 1, n º 33) No mesmo livro: "Projeto de reorganização das tesourarias da Fazenda";* Sustentação das reformas do Tesouro Nacional — *manuscrito inédito, encontrado na Biblioteca Nacional (1, 8, 1, n º 31);* A produção agrícola no Brasil, *série de artigos publicados no* Jornal do Comércio *do Rio de Janeiro, ano XXV, secção "Comunicados", começados em o n º 21, de 24 de janeiro de 1860, e terminados em o n º 148, de 29 de maio dêsse mesmo ano;* Notas estatísticas sôbre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil *Rio, 1860 (8 º gr , 366 páginas) — Transunto da "Memória Histórico-Estatística" que foi lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil Estudos e quadros estatísticos sôbre: café, açúcar, algodão, fumo, goma-elástica, herva mate, aguardente,* cacau *Resumo do progresso dos oito produtos comparados Carestia dos gêneros alimentícios Breve descrição das províncias do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco Comércio, sua liberdade e limites Do monopólio da carne sêca, farinha e bacalhau Bancos Vias de comunicação Colonização estrangeira Sôbre a divisão do trabalho Conclusão 1 vol enc (Bib do I H G B — 64, 2-5);* Histórico da Companhia industrial de estrada de Mangaratiba e análise crítica e econômica dos negócios desta Companhia *Rio, 1861 (8 º grande, VIII — 303 páginas);* Histórico da fábrica de papel de Orianda ou a defesa do dr Guilherme Schuch de Capanema *Rio, 1860 (8 º gr , 81 págs);* Considerações sôbre a história para firmar a teoria da divisão do trabalho e chamar ao grêmio da civilização os aborígenes do Brasil — *Publicadas na* Revista Popular *do Rio de Janeiro, tomo XV (págs 13 — 100); Colaborações, em 1841, no* Correio Comercial; *em 1844, no* Imparcial; Correio do Sul e Mercantil, *de Pôrto Alegre;* Apontamentos para a história financeira do Brasil, desde a sua independência até 1855, *poema em versos hendecassílabos soltos, trabalho inédito e que fôra pelo autor entregue a S Majestade Imperial; Artigos no* Correio Mercantil, *do Rio, assinados com a inicial "S", procurando demonstrar a necessidade da liberdade bancária como auxiliar da lavoura;* Projeto — *Regulamento da Secretaria do Conselho Diretor do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura — Rio, 1863;* Preleções de moral particular e pública ou pensamentos filosóficos sôbre o cristianismo, moral e política — *Rio, 1864 (8 º de XI — 344 páginas);* Tese filosófica sôbre Deus, o Orbe e o Homem — *Rio, 1864 (V º gr , 33 páginas em português e francês);* Elementos de estatística, compreendendo a teoria da ciência e a sua aplicação à estatística comercial do Brasil — *Rio, 1865 (dois tomos) Índice do I tomo: I — "Definições gerais da ciência"; II — "Estatística comercial"; III — "Esbôço estatístico do Império do Brasil"; IV — "Síntese histórica do comércio do Brasil"; V — "O comércio do Brasil"; VI — "Comparação e análise sôbre o comércio do Brasil"; VII — "Crédito comercial ou aplicações bancárias"; VIII — "Análise estatística sôbre as operações bancárias"; IX — "Crises comerciais"; X — "Sistema para combater as crises comerciais"; XI — "Considerações sôbre a legislação comercial e fiscal para o Brasil"; XII "Estatística* do comércio *geral"; XIII — "Síntese da estatística financial do Brasil" Índice do II tomo: "Estatística comercial do Brasil por províncias"; "Epílogo"; "Apêndice"; "Bancos de Lavoura" (Bib do I H G B — 101, I, II);* Esbôço ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1864 — *Rio, 1865 (8 º gr , 136 págs);*

Sistema teórico e prático para se organizar a estatística do comércio marítimo do Brasil — *Rio, 1873 (4 °) A introdução faz referência à circular expedida pelo* VISCONDE DO RIO BRANCO, *na qualidade de Ministro da Fazenda, mandando executar as instruções que organizara, para sistematizar a estatística do comércio marítimo do Brasil Fevereiro de 1873 (Vol de 50 páginas, anexo ao 147, 6-8);* História e análise estatigráfica do quadro geral de um episódio da batalha de Campo Grande, *planejado e executado pelo Dr* PEDRO AMÉRICO DE FIGUEIREDO E MELO *Rio, 1871 (8 °, 101 págs);* Breves considerações sôbre a revolução de 20 de setembro de 1835, *acontecida na província de S Pedro do Sul, ou análise crítica e imparcial da carta oficial e itinerário militar do ex-intitulado Ministro da Guerra dos dissidentes* MANUEL LUCAS DE OLIVEIRA, *datado de 3 de maio de 1844, e dirigidas ao exmo conselheiro* MANUEL ANTÔNIO GALVÃO — *Inédito do Instituto Histórico e Geográf co Brasileiro (Mss 256, lata n ° 11 Datado do Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1854);* Bosquejo financial ou apontamentos sôbre o sistema fiscal e administrativo do Império do Brasil — *Tomo II — (Nota ao pé da página de rôsto: "Comecei a passar a limpo êste trabalho em 14 de agôsto de 1856 e concluí em 21 de setembro dito A 1 ª parte dêste 2 ° tomo está escrita desde 1852, e já foi impresso naquele ano; e a 2 ª parte — Escrituração Central — concluí em abril de 1853; e estêve na mão do* Conselheiro JOAQUIM FRANCISCO VIANA *8 meses, e na do Marquês do* PARANÁ *18 meses)";* Bosquejo financeiro ou apontamentos sôbre o sistema fiscal e administrativo do Império do Brasil *Tomo I: "Da História financeira do Brasil nos últimos 20 anos, de 1836 a 1854" (Nota ao pé da página de rôsto: "Comecei a escrever êste 1 ° tomo em 14 de agôsto de 1856 e o concluí hoje 31 de janeiro de 1857: escrevia de tarde e de noite, porque de dia ia para o Tesouro") Rio, (277 págs numeradas);* Estatística Nacional da navegação de cabotagem — *Rio, 22 junho 1871 (26 páginas);* Memória estatística do Comércio de longo curso e de cabotagem da cidade de Santos, da província de S Paulo — *1871 Contém: — "Considerações preliminares"; "Quadros estatísticos"; "O comércio da Cidade de Santos"; "Aplicação económica dos dados da Memória estatística de 1870"; "Novos dados comerciais da cidade de Santos" Datado do Rio de Janeiro aos 15 de outubro de 1871 (24 págs numeradas);* Mapa das faltas e da efetividade dos Empregados da Comissão de Estatística do Comércio Marítimo *(dezembro de 1871 ao fim de setembro de 1872); idem, de dezembro de 1871 a outubro de 1872);* Finanças ou estudos históricos e analíticos sôbre as rendas e despesas públicas e sôbre as operações de crédito e sistema monetário do Império do Brasil — desde 1822 a 1875 *Cinco volumes, a saber: I, 190 págs ; II, 205 págs ; III, 196 págs ; IV, 200 págs ; V, 190 págs No 1 vol há um índice geral das questões de que trata a obra;* Tesourarias de Fazenda — *Projeto de reorganização das Tesourarias 27 fs numeradas 12 março 1878;* Tesouro Nacional — *Projeto de reorganização — Rio, 12 março, 1878; 40 fs numeradas;* Sustentação das reformas do Tesouro e tesourarias — *Rio, 16, março, 1878 24 fs numeradas;* Finanças — *Estudos sôbre a conversão do papel moeda em moeda ouro — Trabalho oferecido ao Dr* LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA *Rio, 3 março, 1884; 15 caps ; uma nota ao 9 ° cap ; 91 págs numeradas;* Estudos sôbre a administração dos Estados — *Cinco fôlhas numeradas Está interrompido no art 15, que não foi iniciado e sim simplesmente numerado Incompleto;* Sistema para a impressão da Estatística do Comércio Marítimo do Brasil — *11 fôlhas numeradas; está interrompido no art 37 e apenas numerado o imediato Incompleto*

Em seus numerosos trabalhos, inclusive pareceres e ofícios, sempre revelou SEBASTIÃO FERREIRA SOARES *lúcida compreensão do papel da Estatística, o que o levava a propugnar, com firmeza e decisão, por medidas capazes de assegurar ao país estatísticas completas, verdadeiras e atuais Foram frequentes os seus apelos no sentido de que os serviços sob sua direção dispusessem de pessoal suficiente e habilitado, a fim de evitar o atraso — que lhes tirava o mérito maior— das publicações especializadas As sugestões que formulou, a êsse respeito, se caracterizam pela objetividade e segurança, revelando um conhecimento bem raro, na época, em relação às experiências dos outros países e ao que, dessas experiências, se poderia aplicar ao meio brasileiro*

Aos sessenta e sete anos de idade, no dia 5 de outubro de 1887, vinha a falecer aquêle que em vida fôra, por assim dizer, o grande pioneiro da estatística econômica do Brasil

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — PROMÉDIOS CLÁSSICOS DE USO GERAL

(*Continuação*)

Definição e tipos gerais de promédios

50 — *Promédio estatístico,* de um modo geral, é um valor compreendido entre o menor e o maior dos têrmos de uma série, estabelecido para o fim de, isoladamente, representá-los, a todos e a cada um, com uma aproximação e adequação consideradas satisfatórias

Aos diferentes critérios que se podem seguir na determinação de tais valores correspondem diversos *tipos* de *promédios,* dentre os quais são objeto de aplicação corrente em estatística, além das quatro *médias clássicas da matemática — aritmética, geométrica, harmônica* e *quadrática* — os dois *promédios de uso especial* em estatística, denominados *mediana* e *moda*

Médias clássicas simples, sua determinação e particularidades atinentes aos respectivos valores

51 — *Média aritmética* (MA) de um conjunto de valores é o quociente, por um divisor igual ao número de parcelas, da soma de todos os valores que fazem parte do conjunto considerado

Assim, a *média aritmética* dos *quatro* números *48, 57, 39* e *26* é determinada pela expressão

$$MA = \frac{48 + 57 + 39 + 26}{4} = \frac{170}{4} = 42{,}5$$

De um modo geral, para os

n valores $a_1, a_2, a_3, \quad a_n$,

$$MA = \frac{a_1 + a_2 + a_3 + \quad + a_n}{n},$$

ou, simbòlicamente,

$$MA = \sum_{i=1}^{i=n} a_i, \text{ representando } \sum_{i=1}^{i=n} a_i$$

a soma dos n valores em que se desdobra o símbolo a_i, para i igual sucessivamente à série de números consecutivos desde *1* até n

52 — *Média geométrica* (MG) de um conjunto de valores é a raiz, de grau igual ao número de fatôres, do produto de todos os valores que fazem parte do conjunto considerado

Assim, a *média geométrica* dos *quatro* números *48, 57, 39* e *26* é determinada pela expressão

$$MG = \sqrt[4]{48 \times 57 \times 39 \times 26} = 39{,}4$$

De um modo geral, para

n valores $a_1, a_2, a_3 \quad a_n$,

$$MG = \sqrt[n]{a_1 \times a_2 \times a_3 \times a_n},$$

ou, simbòlicamente,

$$\sqrt[n]{\prod_{i=1}^{i=n} a_i}, \text{ representando } \prod_{i=1}^{i=n} a_i$$

o produto dos n valores em que se desdobra o símbolo a_i para i igual sucessivamente à série de números consecutivos desde *1* até n

53 — *Média harmônica* (MH) de um conjunto de valores é o inverso[1] ou recíproco da média aritmética dos inversos (ou recíprocos) de todos os valores que fazem parte do conjunto considerado; ou, o que é o mesmo, o quociente do número correspondente ao de valores considerados pela soma dos inversos (ou recíprocos) dêsses valores

Assim, a *média harmônica* dos *quatro* números *48, 57, 39,* e *26* é determinada pela expressão

$$MH = \frac{1}{\frac{\frac{1}{48} + \frac{1}{57} + \frac{1}{39} + \frac{1}{26}}{4}} = 38{,}9$$

ou

$$MH = \frac{4}{\frac{1}{48} + \frac{1}{57} + \frac{1}{39} + \frac{1}{26}} = 38{,}9$$

na primeira das quais $\frac{1}{48}, \frac{1}{57}, \frac{1}{39}$ e $\frac{1}{26}$ são os inversos dos quatro valores dados, e

$$\frac{\frac{1}{48} + \frac{1}{57} + \frac{1}{39} + \frac{1}{26}}{4}$$

a média aritmética dêsses inversos

[1] O inverso (ou recíproco) de um número inteiro é uma fração com numerador 1 e denominador igual ao número considerado O inverso de uma fração é uma outra deduzida da primeira, colocando-se-lhe o numerador como denominador e o denominador como numerador.

De um modo geral, para n valores $a_1, a_2, a_3 \ldots a_n$, podemos escrever

$$MH = \frac{1}{\frac{\frac{1}{a_1} + \frac{1}{a_2} + \frac{1}{a_3} + \ldots + \frac{1}{a_n}}{n}} = \frac{n}{\frac{1}{a_1} + \frac{1}{a_2} + \frac{1}{a_3} + \ldots + \frac{1}{a_n}},$$

ou, simbòlicamente,

$$MH = \frac{n}{\sum_{i=1}^{i=n} \frac{1}{a_i}}$$

54 — *Média quadrática* (MQ) de um conjunto de valores é a raiz quadrada da média aritmética dos quadrados de todos os valores que fazem parte do conjunto considerado

Assim a *média quadrática* dos *quatro* números *48, 57, 39* e *26* é determinada pela expressão

$$MQ = \sqrt{\frac{(48)^2 + (57)^2 + (39)^2 + (26)^2}{4}} = 44{,}0$$

na qual $(48)^2$, $(57)^2$, $(39)^2$ e $(26)^2$ são os quadrados dos quatro valores supostos, e

$$\frac{(48)^2 + (57)^2 + (39)^2 + (26)^2}{4}$$

a média aritmética dêsses quadrados.

De um modo geral, para

n valores $a_1, a_2, a_3, \ldots a_n$,

$$MQ = \sqrt{\frac{(a_1)^2 + (a_2)^2 + (a_3)^2 + \ldots + (a_n)^2}{n}}$$

ou, simbòlicamente,

$$MH = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^{i=n} (a_i)^2}{n}}$$

55 — *Particularidades atinentes aos valores das médias clássicas* — Quando se calculam as quatro médias clássicas do mesmo conjunto de valores, tem-se

(*a*) sendo os valores *diferentes* entre si, em qualquer caso:

$$MH < MG < MA < MQ,$$

o que é confirmado pelos resultados anteriormente obtidos;

(*b*) sendo os valores *todos iguais* entre si:

$$MH = MG = MA = MQ,$$

isto é, tôdas as médias coincidem com qualquer dos valores

Desvios e suas propriedades fundamentais no caso da média aritmética

56 — *Desvios* são as diferenças entre cada um dos valores de que se haja determinado um promédio e o valor para êste obtido

De acôrdo com os resultados das diferenças de que resultam, os desvios podem ser:

positivos ou de sinal *mais* (+) para os têrmos *maiores* que o *promédio;*

negativos ou de sinal *menos* (—) para os têrmos *menores* que o *promédio;*

nulos ou iguais a *zero* (0) para os têrmos *iguais* ao *promédio*

Assim, com base nos elementos das ilustrações precedentes, temos, para os valores 48, 57, 39 e 26, como *devios em relação* à *média aritmética, 42,5,*

$$48 - 42{,}5 = + 5{,}5$$
$$57 - 42{,}5 = + 14{,}5$$
$$39 - 42{,}5 = - 3{,}5$$
$$26 - 42{,}5 = - 16{,}5$$

e, como *desvios em relação à média harmônica* 38,9,

$$48 - 38{,}9 = + 9{,}1$$
$$57 - 38{,}9 = + 18{,}1$$
$$39 - 38{,}9 = + 0{,}1$$
$$26 - 38{,}9 = - 12{,}9$$

57 — *Propriedades fundamentais dos desvios no caso da média aritmética* — Os desvios em relação à média aritmética gozam das duas propriedades fundamentais seguintes:

1.ª propriedade: "A soma dos desvios positivos é igual à soma dos desvios negativos", ou, o que é o mesmo, "a soma algébrica dos desvios é nula"

É o que se verifica para os desvios calculados no item anterior em relação à média aritmética, os quais dão os seguintes resultados:

soma dos desvios positivos:
$$5{,}5 + 14{,}5 = 20{,}0;$$

soma dos desvios negativos:
$$3{,}5 + 16{,}5 = 20{,}0$$

2.ª propriedade: "A soma dos quadrados dos desvios é um mínimo", isto é, "a soma dos quadrados dos desvios em relação à média aritmética é sempre menor que a soma dos quadrados dos desvios em relação a qualquer outro promédio".

Assim, com base nos elementos do item anterior, temos, para soma dos quadrados dos desvios em relação à média aritmética,

$$(5{,}5)^2 + (14{,}5)^2 + (3{,}5)^2 + (16{,}5)^2 = 30{,}25 + 210{,}25 + 12{,}25 + 272{,}25 = 525{,}00,$$

soma menor que a dos quadrados dos desvios em relação à média harmônica,

$$(9{,}1)^2 + (18{,}1)^2 + (0{,}1)^2 + (12{,}9)^2 = 82{,}81 + 327{,}61 + 0{,}01 + 166{,}41 = 576{,}84$$

O. ALEXANDER DE MORAIS

A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA

INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA

O Sr HALBERT L DUNN, Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística, apresentou, com data de 31 de julho do corrente ano, o relatório referente às atividades daquela associação internacional, com sede em Washington, durante o ano fiscal de junho de 1944 a junho de 1945.

Anexos ao relatório encontram-se um organograma da instituição e vários documentos, tais como balancetes e quadros comparativos da situação financeira em diferentes exercícios e de distribuição de números da revista *Estadística*, órgão do I I E.

É o seguinte o texto do relatório, traduzido pelo Serviço de Divulgação da Secretaria-Geral do I B G E:

"O Instituto Interamericano de Estatística completou seu quinto ano de existência Não obstante as dificuldades do tempo de guerra, em que tanto as utilidades como os serviços se tornaram excessivamente caros e, em alguns casos, impossíveis de obter por qualquer preço, e em que as facilidades para viajar ficaram rigorosamente limitadas, o programa do Instituto cresceu e expandiu-se Êsse progresso não se teria verificado, apesar de um Secretariado e um corpo de profissionais devotados, não fôsse a considerável assistência, aos seus projetos, que o Instituto recebeu dos vários órgãos estatísticos em todo o hemisfério

As principais atividades do Instituto, durante o último ano fiscal, acham-se relacionadas na carta funcional, apêndice 1 Essas atividades são: revista trimestral; anuário; programa técnico; funções administrativas e serviços do Secretariado

Revista Trimestral Quatro números da revista trimestral *Estadística* foram publicados em 1944-1945, elevando-se a dez o total das edições existentes A revista tem evidenciado rápido progresso desde seu aparecimento, tanto no seu formato como no objetivo de proporcionar ao leitor os elementos de que êle necessita e utiliza, apresentando-lhe os desenvolvimentos estatísticos de cada país, esclarecendo-o sôbre o valor dos dados e estampando artigos tendentes a encorajar a adoção de métodos aperfeiçoados

Durante o ano findo, a secção bibliográfica sofreu algumas alterações para que se tornasse mais útil Uma importante inovação, na parte editorial, foi a abertura da secção "Panel Review", na qual os técnicos dos diferentes países e com pontos de vista e especialidades variadas são chamados a examinar os artigos segundo três aspectos — qualidade técnica e importância do assunto, ponto de vista nacional e político, e intercâmbio — antes da publicação dos mesmos O plano dessa iniciativa foi publicado no décimo número da revista

No apêndice 3 encontram-se análises das matérias relativas aos números de 1 a 8, bem como a competente distribuição.

Anuário O plano preliminar do *Anuário Estatístico Interamericano* foi concluído durante o ano passado Um "memorandum" apresentando o plano circulou amplamente pelo hemisfério, com pedidos de críticas e sugestões As respostas foram numerosas e úteis. No decorrer do ano próximo, os quadros do *Anuário* serão desdobrados e preenchidos com os dados disponíveis Em seguida, circularão, provàvelmente secção por secção, pelas repartições estatísticas dos respectivos países, até que tôdas as diretorias gerais de estatística possam revê-los e encher os espaços em aberto com os dados mais recentes que existam Os planos do Instituto se apoiam fortemente nas diretorias nacionais de estatística, na realização dêsse empreendimento conjunto Em face da magnitude e complexidade da tarefa, os recursos financeiros do Instituto não permitiram a publicação do volume, para o que fundos especiais devem ser obtidos de outras fontes

Programa técnico Trabalhos em tôrno de sete projetos técnicos foram levados para diante pelo Instituto, no curso do ano findo Em geral, êsses projetos foram encaminhados por técnicos latino-americanos, titulares de cargos estatísticos de relêvo em seus países, mas cedidos pelos respectivos governos para trabalhar, durante o período de um ano, no "Permanent Office", em Washington. O Instituto considera eminentemente bem sucedida a experiência adquirida com o "rodízio das equipes profissionais" (prática iniciada há dois anos, de acôrdo com o "Programa de intercâmbio de técnicos estatísticos"), e cuida de providenciar para que ali exista sempre um pequeno núcleo de funcionários, a fim de dar a necessária continuidade no encaminhamento dos programas a longo prazo

Os países que enviaram técnicos expressaram, de sua parte, satisfação por essa modalidade de participação nacional nos desenvolvimentos estatísticos internacionais, nos quais cada um dêles ocupa a sua posição Além disso, uma soma considerável de consultas e ajuda foi proporcionada pelo corpo de funcionários do Instituto a programas internacionais de outras entidades

1 — *Classificação estatística do comércio externo* — Os primeiros passos no sentido de obter melhor comparabilidade internacional para as estatísticas do comércio externo, no hemisfério ocidental, estavam quase concluídos em junho de 1945, com o preparo do primeiro volume do "Esquema de classificação básica" de uma série de adaptações abrangendo um "índice de Conversibilidade para as Classificações Estatísticas das Nações Americanas". Êste volume, ao que se espera, será publicado e distribuído antes do fim dêste ano Pelo índice, cada nação americana poderá alinhar as suas estatísticas de comércio exterior com um esque-

ma de classificação internacional comum. Diversos países estão aguardando a publicação dêsse trabalho, como ponto de partida para a adoção de adaptações nacionais semelhantes. No primeiro volume, aparecem mais de 50 000 discriminações de utilidades, classificadas de acôrdo com a *Lista Mínima da Liga das Nações*, ajustada em alguns pontos às exigências do comércio no hemisfério ocidental

2 — *Preparo do censo de população* — Foi concluído um exame dos métodos e processos usados nos últimos recenseamentos demográficos de tôdas as nações americanas, com o objetivo de reunir o material existente para as próximas medidas relacionadas com o projetado Censo das Américas, de 1950 Os resultados dêsse exame foram publicados de maneira sumária em *Estadística*, número de maço dêste ano e correspondente ao primeiro trimestre. O estudo publicado indica o que deve ser feito para que o Censo das Américas se torne uma realidade Separatas dêsse estudo devem circular em breve entre os técnicos na matéria e instituições, no hemisfério, a fim de receber comentários e sugestões a respeito do que pode ser recomendado para o Censo de 1950 Espera-se que durante o ano vindouro dois passos adicionais a êste respeito sejam empreendidos — um projeto de elaboração dos mapas necessários para o Censo de 1950, e outro de previsão dos *padrões censitários mínimos, baseados nos comentários* recebidos acêrca do estudo citado Para levar a efeito êsse importante trabalho, técnicos competentes devem ser destacados pelas repartições geográficas e estatísticas nacionais, uma vez que o Instituto não dispõe de fundos, no seu orçamento, para êsse fim

3 — *Estatísticas agrícolas* — Foi concluído, o ano passado, um exame dos métodos ligados às estatísticas da produção agrícola e à estimativa das colheitas, para uma relação selecionada de utilidades, em certo número de países Os resultados serão publicados no próximo ano Planeja-se iniciar, no ano vindouro, um estudo dos métodos de censo agrícola da mesma ordem e magnitude do que últimamente se fêz quanto ao censo da população.

4 — *Métodos e materiais de educação estatística* — Também foi realizado, durante o ano findo, um exame limitado dos métodos e materiais de treinamento estatístico, usados pelas várias nações americanas Os resultados parciais serão publicados no ano próximo O Instituto espera realizar algo referente à educação estatística, como parte do seu programa anual regular Pode ser antecipado que a primeira monografia instrutiva, sôbre processos de amostra, ficará pronta no próximo ano

5 — *Renda nacional* — O estudo das bases para a estimativa da renda nacional, nos países latino-americanos, iniciado em maio de 1944, prosseguiu ativamente durante o ano findo O estudo da renda nacional em bases cooperativas, com técnicos e repartições dos respectivos países, será função contínua do Instituto, como um aspecto do trabalho de consolidação dos métodos de estatística econômica nas Américas

6 — *Plano de estatísticas vitais* — Um trabalho abrangente das estatísticas vitais e métodos de registro foi lançado na primavera de 1945 Está planejado um estudo em estreita colaboração com os técnicos nacionais para orientar as previsões Coligir-se boa parte do material para êsse trabalho, tendo sido deixadas em branco as linhas ao longo das quais o estudo prosseguirá

7 — *Estatísticas industriais* — Teve início em 1945 um estudo dos métodos e materiais disponíveis para as estatísticas industriais, o qual será levado ativamente para diante, no decorrer do resto do ano

8 — *Colaboração com programas internacionais de outras organizações* — O corpo de profissionais do Instituto está sendo chamado cada vez mais, por outras organizações, a colaborar em caráter consultivo, em conexão com seus programas e interêsses Durante o ano passado, o Instituto proporcionou assistência, no tocante aos problemas de tabulação e análise dos dados do censo agrícola paraguaio; ao treinamento dos colegas latino-americanos, quanto às estatísticas do comércio exterior; ao levantamento da renda nacional; e às estatísticas vitais O auxílio do Instituto também tem sido constantemente solicitado por organizações nacionais e internacionais, no sentido da obtenção de referências bibliográficas sôbre matéria estatística das nações americanas, bem como de informações biográficas acêrca do pessoal estatístico da América Latina

Funções administrativas do Secretariado

1 — *Correspondência e expediente* — Os serviços administrativos e a correspondência do Secretariado têm aumentado, como é natural, proporcionalmente aos acréscimos de projetos e outras atividades. De acôrdo com a rotina, êste escritório é responsável pela constituição e serviço dos Comités, manutenção das relações com entidades (tanto individuais como governamentais), encaminhamento dos pedidos de informações, auxílio a visitantes nos seus programas de trabalho, e, em geral, o apoio administrativo requerido pelo preparo da revista, do *Anuário* e dos projetos de atividades conduzidos pelo "staff" técnico

2 — *Bibliografia* — Os dados biográficos do pessoal estatístico no hemisfério ocidental foram mantidos em dia, com a indispensável ajuda de todos quantos colaboram com o Instituto e de acôrdo com as fontes de informação disponíveis Para facilitar o recolhimento dêsses dados, foi publicada e distribuída em meados de 1944 a segunda edição de um *Diretório de Pessoal Estatístico na América Latina*

3 — *Bibliografia* — Foi concluída a tarefa preliminar para a organização da *Bibliografia de Fontes Estatísticas Selecionadas das Nações Americanas*, tendo sido apresentada uma edição em maio dêste ano Êsse volume será distribuído largamente pelo hemisfério para revisão e correção Espera-se que a edição definitiva,

programada para publicação na segunda metade de 1946, traduza os esforços combinados dos profissionais da estatística em tôdas as nações americanas Entretanto, o trabalho bibliográfico corrente continuará a fazer parte do serviço regular do Instituto e constará de um importante apêndice em *Estadística* e nas bibliografias destinadas aos projetos técnicos encaminhados pelo Instituto.

4 — *Intercâmbio de microfilmes* — Em virtude da escassez de material e pessoal, não tem sido possível fornecer com regularidade o serviço de microfilmes "Intercâmbio Estadístico" Até que a situação melhore, os filmes continuarão a ser enviados em intervalos irregulares e terão o objetivo de mostrar às diretorias gerais de estatística, por todo o hemisfério, os métodos e materiais básicos pelos mesmos fornecidos para os fins dos diferentes projetos do Instituto O material mais importante cedido até agora, de acôrdo com o plano de "Intercâmbio Estadístico", foi a série de seis filmes sôbre métodos e processos de censo (começada em agôsto de 1944), ilustrando o estudo acêrca dos "Métodos de censo da população nas Nações Americanas" Êsses filmes contêm leis censitárias, formulários, modelos, instruções, cartões de perfuração e códigos, amostras de representação tabular, etc, dos últimos censos demográficos de cada país americano, em detalhes que não puderam ser apresentados no estudo que apareceu em *Estadística*, em março do ano corrente

Finanças No apêndice 2, acham-se os seguintes quadros do movimento financeiro relativo ao ano fiscal de 1944-1945:

1 — Balanço

2 — Recolhimento e desembolsos

4 — Movimento comparativo dos anos fiscais de 1943-1944 e 1944-1945

A — Relação de débitos dos sócios

B — Discriminação das despesas

C — Recapitulação de vendas das publicações.

O Instituto, em 1 de julho de 1945, deve ter uma renda regular anual de, aproximadamente, $ 58 000. Suas despesas nos anos anteriores foram: ano fiscal de 1942-1943, $12 800; 1943-1944, $ 41 500; 1944-1945, $ 58 700

As reservas trazidas dos anos anteriores elevarão os fundos totais disponíveis, no ano fiscal de 1945-1946, a $ 83 000, aproximadamente.

Participação nacional em estatísticas internacionais Desde sua criação, o Instituto tem tido como um dos seus objetivos básicos o desenvolvimento das estatísticas nacionais e a ampliação dos respectivos órgãos

Nos últimos meses, êste propósito vem sendo impulsionado largamente e se tem concretizado, sabido que a participação nacional em estatísticas internacionais, em bases contínuas e sólidas, representa a pedra angular de estatísticas internacionais adequadas e corretas

Em abril de 1945, o esquema de uma resolução a êste respeito circulou pelos membros do Instituto e organizações estatísticas do hemisfério A resolução proposta já teve larga divulgação e recebeu completo e encorajador apoio

Pelo Comité Executivo ou "Bureau" do Instituto, estão sendo agora considerados os princípios que devem ser defendidos amplamente, como a base da cooperação e coordenação estatísticas Para levar avante o largo programa estabelecido, o Instituto depende da boa vontade dos órgãos nacionais de estatística, no hemisfério, no sentido de incorporar aquêles princípios aos seus próprios objetivos nacionais; e bem assim dos fundos destinados pelas diretorias gerais de estatística, para que se possa empregar uma parte dos recursos e facilidades técnicas de cada um dos órgãos nacionais na solução dos problemas básicos da estatística internacional Sòmente por êsse meio pode ser encontrada essa solução As repartições nacionais, de sua parte, serão grandemente beneficiadas, como é natural, pelo estímulo vital de participação direta nos assuntos da estatística internacional Se êsse caminho fôr adotado, os trabalhos crescerão em extensão e alcance, até que as necessidades estatísticas do mundo de amanhã sejam preenchidas pelo esfôrço conjunto das diretorias nacionais de estatística, atuando harmônicamente "

ESTUDOS E SUGESTÕES

PELA LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

PLANO DE SIMPLIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E FORMALIDADES EM TÔRNO DE UMA GUIA NACIONAL DE CIRCULAÇÃO

SUMÁRIO: I — Burocracia versus circulação II — Unificação das guias de circulação III — Liberdade de trânsito direto e indireto IV — Redução de documentos ao denominador comum da guia V — Tiragem da guia e sua movimentação simultânea VI — Utilização estatística e fiscal da guia. VII — Simplificação de formalidades dos embarques VIII — Conclusão.

I

BUROCRACIA *versus* CIRCULAÇÃO

A circulação de mercadorias está atualmente sujeita, no nosso país, a tantos documentos e formalidades, que chegam a constituir verdadeira obstrução burocrática

2 Impõe-se convincentemente uma tentativa no sentido de atalhar o excessivo formalismo que, com tendência a agravar-se cada vez mais, cria entrava *as nossas correntes de comércio* e dificulta o levantamento de sua estatística

3 A necessidade econômica de manter livre o intercâmbio interno de mercadorias foi acentuada pelo dispositivo da nossa lei máxima, segundo o qual o território nacional constitui uma unidade do ponto de vista alfandegário, *econômico e comercial, não podendo no seu* interior estabelecer-se nem barreiras alfandegárias, nem outras limitações ao tráfego, que perturbem a livre circulação de bens ou de pessoas e dos veículos que os transportarem (Const Fed de 1937, art 25)

4. Entretanto, se desde então já se vêm afastando *alguns obstáculos à livre movimentação* de pessoas e de mercadorias, como os decorrentes do arbítrio estadual em matéria de veículos, agora eliminado com o código nacional de trânsito, e do impôsto interestadual de exportação, em vias de ser totalmente supresso, ainda perduram outros que precisam ser removidos, notadamente os oriundos da exagerada, errante e vexatória documentação exigida para pôr em giro as utilidades

5 Cada repartição cria o "seu" documento e a "sua" formalidade, sem indagar se o documento e a formalidade criados por outra poderiam também satisfazê-la, daí resultando que um comerciante brasileiro para mandar a sua mercadoria para o estrangeiro tem de percorrer não raro maior número de estações do que as da via-sacra.

6 Não admira que também êsse estôrvo pôsto ao desenvolvimento da atividade particular em quase todos os sentidos para onde a mesma se oriente contribua sensìvelmente para torná-la pouco *tentadora, coadjuvando a notória* preferência da nossa juventude pela atividade pública De fato, é melhor estar dentro de uma repartição para criar dificuldades do que fora para sofrê-las

7 Essa grande dispersão documental, cujos raios crescem dia a dia, não se circunscreve ao campo da exportação, mas se estende infelizmente a vários outros domínios, o que torna mais urgente apontá-la com franqueza e combatê-la com energia A franqueza pode gerar o ressentimento, mas a complacência costuma gerar o desastre

8 A não ser com um largo e imediato esfôrço de simplificação burocrática, correrá o país o risco *de se ver envolvido no futuro nas malhas* da mesma situação que levou um correspondente de jornal a dizer, quando deixava a França invadida de 1940, que, se os franceses houvessem criado aos alemães, para entrar, as mesmas dificuldades que opunham a êle, para sair, certamente os alemães não teriam *entrado*

9 Ao passo que a multiforme documentação ora exigida oprime a circulação das mercadorias, também desnorteia a estatística das duas correntes de comércio em que se traduz, dispersando e diversificando as fontes onde devem ser hauridos os elementos para levantá-la

10 Ora, *se a uniformização das estatísticas* comerciais, para o fim de imprimir-lhes o predicado da comparabilidade, representa um desiderato no campo internacional, constitui um imperativo no campo nacional, sobretudo quando se considera a importância crescente do nosso comércio interno e a necessidade paralela de bem o conhecer nas suas expressões numéricas

11 A ambos os inconvenientes que acabam de ser apontados se pode pôr côbro por meio de conjugação de trâmites processuais ou de associação de órgãos administrativos, que, poupando aos particulares, mormente aos que produzem e põem em giro a riqueza, o vexame de formalidades múltiplas, impostos muitas vêzes com critérios divergentes no fundo e na forma, conduzam simultâneamente à unificação e uniformização da estatística

12 Conjugando trâmites processuais, poder-se-á admitir que o documento de coleta estatística sirva também para a cobrança de impostos ou fiscalização tributária, *monetária* ou de outra espécie; associando órgãos administrativos, poder-se-á estabelecer que o mesmo documento sirva concomitantemente à União, ao Estado e ao Município

---

NOTA. O 1º Congresso Brasileiro de Economia, reunido no Rio de Janeiro em 1943, aprovou as conclusões do estudo (*Anais*, V. 1º, págs 41 e 156-158) e a Conferência das Classes Produtoras, reunida em Teresópolis em 1945, recomendou a imediata conversão em lei do projeto que o acompanha (*Carta Econômica*, 2ª parte, Normas de Comércio, nº 35)

13 Graças a expedientes relativamente singelos, mas infelizmente ainda pouco usados no país, — onde o espírito associativo mal desponta assim entre os particulares como entre os poderes públicos, — será possível obter, de par com a uniformização, a unificação dos instrumentos de coleta

14 Tal unificação, a processar-se já no sentido horizontal, para que os instrumentos aproveitem a duas atividades administrativas, a estatística e a fiscal, já no sentido vertical, para que aproveitem a três planos administrativos, o federal, o estadual e o municipal, longe de depará-lar qualquer obstáculo de ordem jurídica ou prática encontra livre e desembaraçado o caminho numa e noutra direção

15. Sem falar no dispositivo constitucional atrás aduzido, que, constituindo um dos fundamentos da nossa ordem econômica, domina todo o campo do assunto, ocorre advertir que compete privativamente à União legislar não só sôbre o comércio exterior e interestadual, como sôbre as comunicações e os transportes por via férrea, via d'água, via aérea ou estradas de rodagem, desde que tenham caráter internacional ou interestadual (Const Fed art 16, ns VII e XI) E às vêzes as comunicações e os transportes intermunicipais interferem no tráfego interestadual, como adiante se comprovará, donde a necessidade de estender aos mesmos a disciplina geral da União Por outro lado, tratando-se da instituição de documentos para utilidade mútua, êstes encontram firme apoio no princípio da fé probante que beneficia, em relação a qualquer das três ordens administrativas, os emanados das outras duas (Const Fed art 33).

16 A movimentação de mercadorias, pondo em foco um grupo considerável de necessidades de caráter geral, variáveis com o progresso da época e com o critério do govêrno, constitui uma atraente oportunidade para a ação oficial no sentido de satisfazê-los Daí valerem-se dela, em escala descendente, a União, o Estado e o Município, que, além de serem, em comum, interessados no levantamento da estatística, ainda o são, em particular, no atinente a matérias da alçada peculiar de cada qual, nomeadamente as tributárias Quanto a estas, basta lembrar que três grandes impostos do sistema tributário brasileiro, o de consumo, o de vendas e consignações e o de exportação, têm a sua fonte na circulação de mercadorias

17 A União exige o imposto de consumo de produtos nacionais e estrangeiros lançados no mercado interno, isentando dêle os produtos nacionais exportados para o mercado externo, a fim de ali os baratear para a concorrência mercantil, o que impõe o seu interêsse tanto na exportação exterior, para evitar o descaminho da isenção, como na exportação interestadual e intermunicipal, para efetivar a cobrança (Const Fed art 20, I) Além disso, a União exerce o contrôle sôbre o câmbio por intermédio da fiscalização bancária, na exportação exterior e nesta, bem como, em certos casos, na exportação interestadual e intermunicipal o contrôle sôbre a qualidade dos produtos, visando a sua classificação e padronização, sôbre o seu estado sanitário, objetivando a defesa da saúde pública ou a exterminação de pragas e doenças nocivas à agricultura e à pecuária, sem falar no embargo ocasional da saída de alguns artigos de maior interêsse para o país, sujeitos ao regime de licença prévia para se deslocarem para o estrangeiro Na esfera da União, várias entidades autárquicas ou investidas de delegação do poder público intervêm ainda na exportação para sujeitá-la a normas de economia dirigida, como o Departamento Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Instituto do Sal, e assim por diante

18 O Estado, na exportação exterior, cobra o impôsto de exportação sôbre o valor da mesma (Const Fed art 23, I, *e*) e, na exportação interestadual e intermunicipal, cobra, quase sempre o impôsto de vendas e consignações (Const Fed art 23, I, *d*), uma vez que rara é a saída de mercadorias que não corresponda a uma venda Como se sabe, o impôsto de vendas e consignações se repete indefinidamente em tôdas as operações de venda, salvo naquelas feitas por pequeno produtor, como tal definido em lei estadual À semelhança do que acontece na esfera da União, também na do Estado várias entidades autárquicas costumam intervir na exportação, como acontece, na Bahia, com os Institutos do Cacau e da Pecuária

19 O Município não tem na exportação senão interêsse indireto derivado do fato de participar, em pé de igualdade com o Estado, da arrecadação do impôsto de indústrias e profissões, que é lançado pelo segundo (Const Fed art 23, § 2º) Além disso, o impôsto de exploração agro-industrial, que atualmente cobra, costuma incidir sôbre a primeira operação de venda de mercadorias de produção municipal, o que o entrelaça parcialmente com o impôsto de vendas e consignações, salvo quando naquela intervém o pequeno produtor, visto como êste se acha isento do segundo tributo

20 Dêsses diversos interêsses da União, do Estado e do Município, cuja defesa se espraia por vários órgãos, às vêzes desnecessàriamente, nascem os numerosos documentos ora exigidos ao exportador, quase todos portadores dos mesmos elementos informativos, o que antecipa a possibilidade de se conciliarem e fundirem num único instrumento de utilidade comum

21 A União, pelas suas repartições ou pelas entidades autárquicas e auxiliares que gravitam na sua órbita, exige os seguintes documentos:

a) — guia de exportação das repartições aduaneiras, na exportação exterior e na de cabotagem (Dec 15 813, de 13 de novembro de 1922; Dec-lei nº 4 736, de 23 de setembro de 1942, art 14);

b) — guia de exportação das repartições arrecadadoras, na exportação de mercadorias de produção nacional para o estrangeiro, para o fim de gosarem de isenção do impôsto de consumo, desdobrada em modelos adequados ao fabricante e ao comerciante grossista, os quais, no caso de ser êste último o exportador, se preenchem e processam sucessivamente, às vêzes um no interior, outro no ponto de embarque,

antes da guia aduaneira (Dec-lei n° 2 898, de 23 de dezembro de 1940);

c) — guia de embarque, também chamada de exportação, da Fiscalização Bancária do Banco do Brasil, na exportação exterior, sem falar na declaração de venda que a precede (Dec 14 728, de 16 de março de 1921, art 3°; Portaria n° 16, da Inspetoria Geral de Bancos, de 4 de julho de 1930, n° 6; Circular do Consultor da Fazenda Pública n° 5, de 18 de março de 1931, art 9°);

d) — certificado de "licença de exportação" da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, na exportação exterior ou reexportação de matérias primas e artigos semimanufaturados ou manufaturados sujeitos ao regime de licença prévia (Dec-lei n° 3 032, de 7 de fevereiro de 1941, n° 4 129, de 25 de fevereiro de 1942 e n° 4 273, de 17 de abril de 1942);

e) — certificado de conferência da Confederação Nacional de Indústrias, ou entidades delegadas, na exportação exterior, ou reexportação de matérias primas e artigos semimanufaturados ou manufaturados sujeitos ao regime de licença prévia, cuja lista varia na conformidade de portarias do Ministério da Fazenda (Dec fed 3 032, de 7 de fevereiro de 1941 e seu regulamento expedido pelo Ministro da Fazenda; Decs 3 067 e 3 097, de 1941; Portaria do Ministro da Fazenda n° 10, de 15 de março de 1941 etc);

f) — certificado de fiscalização de exportação do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, para produtos agrícolas e pecuários e matérias primas, sem falar no certificado de classificação que o precede (Dec n° 5 739, de 29 de maio de 1940, art. 73);

g) — certificado sanitário ou de "origem e de sanidade vegetal" do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, na exportação exterior, para vegetais e partes de vegetais, como mudas, galhos, estacas, frutas, sementes, raízes, tubérculos, bulbos, rizomas, fôlhas, flores, etc (Dec 24 114, de 12 de abril de 1934, art 47);

h) — certificado de desinfeção ou expurgo do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, na exportação exterior e na interestadual para os cereais, grãos leguminosos e sementes de algodão (Dec 24 114, de 12 abril de 1934, arts 50, 77 e 78);

i) — certificado de "permissão de trânsito" do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, na exportação interestadual, e na intermunicipal, para plantas vivas ou partes vivas de plantas, desde que na localidade de procedência haja técnicos do referido Serviço (Dec 24 114, de 12 de abril de 1934, arts. 20 e 42);

j) — certificado sanitário do Serviço de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura, na exportação exterior e interestadual necessário para o despacho de produtos de laticínios (Dec n° 24 549, de 3 de julho de 1934, art 81);

l) — certificado sanitário do Serviço de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura, na exportação exterior e interestadual necessário para o despacho de carnes e derivados (Dec 24 550, de 3 de julho de 1934, arts 176 e 177);

m) — guia de trânsito da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, na exportação exterior e na interestadual de produtos de caça e pesca, como peles e penas, além do certificado de desinfeção ou o "certificado oficial para produtos de caça", na exportação exterior (Dec lei n° 1 210, de 12 de abril de 1939, art 39; Portaria do Diretor da Divisão n° 37, de 15 de setembro de 1939, art 6°; Portaria n° 123, de 11 de setembro de 1940, art 6°);

n) — guia de embarque, ou de pagamento de taxa de Cr$ 12,00, por saca de café ao Banco do Brasil, do Departamento Nacional do Café, para o café (Dec n° 2, de 13 de novembro de 1937);

o) — guia de embarque, ou certificado de pagamento da taxa de C$ 3,00, por saca de açúcar ao Banco do Brasil, do Instituto do Açúcar e do Álcool, sem falar na nota de entrega, verdadeira guia de exportação, que a precede (Dec-lei n° 1 831, de 4 de dezembro de 1939, art 42);

p) — conhecimento de pagamento da taxa de sal, devida por qualquer partida que saia do município produtor para exportação (Dec-lei n° 2 300, de 16 de junho de 1940, art 5°);

q) — guia de classificação e avaliação do cristal de rocha do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura (Dec n° 3 076, de 26 de fevereiro de 1941, art 5°);

r) — guia de trânsito da Diretoria de Rendas Internas do Ministério da Fazenda, na exportação interestadual de pedras preciosas, inclusive as semipreciosas e os carbonados, sem falar no certificado de avaliação e classificação que a precede ou segue, conforme a hipótese (Dec-lei fed n° 466, de 4 de junho de 1938, arts 19, 22 e 25);

s) — "visto" do Serviço de Material Bélico da Região Militar, na exportação exterior, interestadual ou intermunicipal de armas, munições, explosivos etc, precedido da permissão para embarque (Dec n° 1 246, de 11 de dezembro de 1936, art 119);

t) — "visto" da Comissão de Metalurgia do Ministério da Marinha, ou da Capitania dos Portos como sua representante nos Estados, na exportação exterior e na interestadual de chumbo, cobre e ferro velhos, ou melhor, metais velhos em geral (Dec-lei n° 1 284, de 18 de maio de 1939, art 3°, letra *d*);

u) — "visto" do Laboratório Central de Enologia, ou de suas dependências técnicas especializadas nos Estados, na exportação interestadual e na intermunicipal de vinho de origem estrangeira ou derivados (Circular n° 15, de 15 de maio de 1941, da Diretoria de Rendas Internas);

v) — "visto" do Presidente da Delegação Regional da Comissão de Defesa da Economia Nacional, na exportação de certos produtos, como, na Bahia, o fumo (Res n° 13);

x) — "visto" da Coordenação da Mobilização Econômica, ou de seus representantes nos Estados, na exportação exterior e na interestadual de produtos químicos e farmacêuticos (Circular da Diretoria de Rendas Aduaneiras n° 11, de 26 de abril de 1943);

g) — "aviso" de concessão de praça pela Comissão de Marinha Mercante, ou pela Sub-Comissão nos Estados, na exportação interestadual por via marítima (cabotagem), precedida de "requisição de praça" feita pelo expedidor à referida Comissão *

22 Dos certificados do Serviço de Economia Rural, o de classificação nem sempre é fornecido diretamente pela União, costumando sê-lo pelos Estados, com os quais o Govêrno Federal celebra os acôrdos de delegação de poderes previstos no regulamento para classificação e padronização dos produtos agrícolas e das matérias primas de origem vegetal Haja vista o que ocorre na Bahia, onde, por fôrça do acôrdo de 16 de setembro de 1940, válido por cinco anos, o Govêrno Federal transferiu a referida atribuição ao Govêrno do Estado, que, por sua vez, em virtude de outro acôrdo, a substabeleceu à Bôlsa de Mercadorias (Dec est n° 11 920, de 17 de junho de 1941) Na Bahia, portanto, e, segundo parece, também em outros Estados, cabe à Bôlsa de Mercadorias o certificado de classificação, tocando à Agência do Serviço de Economia Rural o certificado subseqüente de fiscalização da exportação

23 O aviso de concessão de praça da Comissão de Marinha Mercante tem caráter excepcional, pois deriva da situação de emergência em que o país se encontra, que leva o referido órgão a controlar os embarques marítimos nos navios de cabotagem Com a distribuição de praça nesses navios visa-se atenuar as conseqüências prejudiciais da escassez de transporte, dando prioridade a certos artigos mais necessários ao consumo público ou ao esfôrço de guerra A "requisição de praça", que precede o aviso da Comissão, precede também o processo da guia, mas podia ser feita no formulário desta, em vez de o ser em formulário próprio

24 O Estado, pelas suas repartições ou pelas entidades autárquicas e auxiliares que gravitam na sua órbita, por seu turno, exige mais alguns documentos dos quais se pode fazer idéia por êstes observados no Estado da Bahia:

a) — guia de exportação das repartições arrecadadoras, na exportação exterior e na interestadual (Decs ns 11 279, de 22 de março, e 11 311, de 28 de abril de 1939);

b) — guia de trânsito interno das repartições arrecadadoras, na exportação intermunicipal, sem falar na "declaração de recebimento" de mercadorias, verdadeira guia de importação, que completa a anterior (Dec n° 11 351, de 12 de junho de 1939 e seu regulamento de 7 de dezembro de 1939);

c) — guia de trânsito da Secretaria da Agricultura, na exportação do gado, à saída do mercado de Feira de Santana (Portaria n° 118, de 15 de maio de 1943);

d) — certificado de pagamento da taxa de Cr$ 2,50, por saco de cacau, do Instituto de Cacau, arrecadada pela Caixa Econômica Federal da Bahia (Dec-lei n° 10 779, de 10 de junho de 1938);

e) — certificado de pagamento da taxa de Cr$ 3,00, por 75 quilos de fumo, do Instituto do Fumo, arrecadada pelo Instituto Central do Fomento Econômico da Bahia (Dec-lei n° 10 779, de 10 de junho de 1938);

f) — "visto" da Inspetoria de Armas e Munições da Secretaria da Segurança Pública, na exportação exterior, interestadual e intermunicipal de armas, munições, explosivos etc, depois de concedida a permissão de embarque pela Região Militar (Dec n° 7 955, de 14 de janeiro de 1932; Dec n° 10 638, de 3 de março de 1938, art 6°);

g) — "visto" da Inspetoria do Museu e Monumentos do Estado, na exportação exterior e interestadual de móveis, raridades, antigüidades (obras de pintores, gravadores, desenhistas, escultores e decoradores) para autorização de embarque, abolida a guia que para êsse fim fôra instituída (Dec n° 5 339, de 6 de dezembro de 1927, arts 19 e 23)

25 O Município, por sua vez, costuma exigir um ou mais documentos, ora por iniciativa própria, ora por diligência do Estado, ou da União Quanto ao Estado, basta citar, como exemplo, o ocorrido na Bahia, onde um Decreto estadual instituiu em benefício do Município a guia de estatística econômica para captar a exportação intermunicipal de *mercadorias regionais*, que veio a servir depois de instrumento de cobrança do impôsto de exploração agro-industrial, a princípio chamado de produção (Dec n° 10 795, de 22 de junho de 1938, arts 1° e 5°; Instruções do Departamento das Municipalidades referidas no Dec n° 11 215, de 6 de fevereiro de 1939) Quanto à União, haja vista o que está para ocorrer no Código Rural, um de cujos capítulos, segundo o anteprojeto publicado, cogita de instituir, para colhêr o movimento de gado entre os Municípios, o trio de documentos indicados na sua sugestiva epígrafe: "certificados, guias e torna-guias"

26 Se bem que nem todos êsses documentos se exijam de uma só vez de todos os exportadores, porque alguns se referem a certa corrente de exportação e outros a certa mercadoria, os que, independente dessa alternativa, incidem sôbre qualquer produto bastam para provocar justo clamor da classe dos produtores e comerciantes

27 A propósito, vale a pena transcrever aqui a carta que, sôbre a exportação de couros e peles, estampou, há tempos, um jornal da capital baiana, sob o título de "Verdadeira *via sacra* para a mercadoria a ser exportada!" e subtítulo de "Interessantes dados a que está sujeito o comércio exportador e sua faina", por oferecer a mesma um exemplo típico tirado do conjunto de uma situação, cuja gravidade ficaria aí mais acentuada se o missivista houvesse tomado a mercadoria no interior para acompanhá-la até a capital com a "guia de

* A União passou a exigir posteriormente, em todas as correntes de comércio, mais uma guia de trânsito especial para artefatos de borracha, em dois modelos e quatro vias (Dec n° 14 834, de 23 de fevereiro de 1944, art 13 e 14)

trânsito" e a "declaração de recebimento" do Estado e a "guia de estatística econômica" do Município:

"Sr Redator do *Estado da Bahia*: O que vou relatar certamente não é tão sensacional como os repentinos e espetaculares acontecimentos da primeira página Não merecem certamente "maçantes" exigências legais Paga muito bem nesta secção de desafôgo Vou contar o que se passa com quem quer exportar, com quem pratica êste ato tão interessante para a vida do Estado, esta verdadeira vitamina do organismo financeiro.

Sr Redator — quem exporta faz antes uma "via sacra" Vai a quase duas dezenas de repartições Atende às mais interessantes exigências legais. Paga aqui, toma um visto ali, vai mais além, andando sempre porque, o senhor não desconhece, as repartições não são no mesmo prédio e nem ao menos no mesmo quarteirão. Há coisas engraçadas como por exemplo um exportador de couros e peles se entender, para exportar sua mercadoria, com o Sindicato do Açúcar E isto, sr Redator, andando quilômetros e perdendo tempo e dinheiro

Certo que não vou exigir que se suprimam os impostos Nem que tôdas as repartições sejam no mesmo prédio. Mas, não haverá um jeito de diminuir o sofrimento da gente? Veja só, sr Redator, a que está sujeito o exportador de couros e peles:

Alfândega Federal — Despachante e Conferentes

Recebedoria das Rendas — Despachante e Conferentes

Instituto de Pecuária — Taxa de $200 por quilo de couro e $400 por quilo de pele

Bôlsa de Mercadorias — $050 por couro e $020 por pele

Sindicato dos Produtores de Açúcar — Certificado de exportação 50$000

Inspetoria Veterinária — Certificado de sanidade

Consulado Americano — Fatura Consular, quando embarcado para a América.

Serviço de Economia Rural — Certificado de exportação.

Docas da Bahia — Capatazias.

Fiscalização Bancária.

Agência do vapor.

Alfândega Federal — (Selos para saques e para os conhecimentos)

Recebedoria das Rendas — Selos, vendas e consignações

Trapiche — Quando mercadoria em trânsito

Ainda tem o transporte em caminhão, extraordinários e petições extras para as mercadorias em trânsito pelo nosso Estado Como se vê, amigo, o caso é sério. Grato, Araujo Jr ".

(Do *Estado da Bahia* de 28-5-1941)

28 Ora, essa complexa papelada atrasa sobremaneira a marcha natural da exportação, dá azo ao aparecimento de intermediários, suscita incidentes entre autoridades administrativas, encarece o custo da distribuição e, portanto, o preço de venda ao consumidor, desencoraja o pequeno comércio e, com isso, limita e tolhe a própria concorrência mercantil. Às vêzes, a demora ocasionada pelos vai-vens que precedem a expedição das mercadorias importa na perda do embarque, em que vários são os prejudicados imediatos, simultâneamente com a coletividade em geral:

a) — o exportador, pelo armazenamento da mercadoria, pelo juro do dinheiro e pela perda eventual do negócio, seja por excesso de prazo, seja por não se manter o mesmo o mercado;

b) — a emprêsa de transporte, pela falta de utilização de espaço, sobretudo se se tratar de navegação marítima ou fluvial, pois a "praça" nos navios é preciosa, às vêzes preciosíssima, como acontece agora na guerra;

c) — o comprador, pela falta da mercadoria, com tôdas as possíveis conseqüências, inclusive o descumprimento de contratos de fornecimento

29 Em certas ocasiões, mais do que qualquer dessas três figuras é prejudicada a coletividade, pela interrupção da corrente de abastecimento para um ou mais centros de consumo, capaz de alterar o equilíbrio estatístico dos estoques locais e ocasionar crises agudas, ainda que passageiras, em detrimento da bôlsa e da alimentação do povo Não se está argumentando com um fato meramente possível, mas com um fato ocorrido por mais de uma vez antes do país entrar na guerra e repetido, depois disso, inúmeras vêzes com grande abalo na economia interna Basta dizer que neste momento o açúcar está sendo racionado no Rio de Janeiro, enquanto os armazéns de Sergipe estão abarrotados do produto sem poder escoá-lo Conquanto o fator preponderante para isso seja, já agora, a falta de transporte, pode-se calcular o mal que causa qualquer tropêço que seja pôsto ao livre escoamento das mercadorias num país que, sendo quase um continente, funciona por enquanto como um arquipélago

30 Ao cabo de tudo, ajunte-se ainda o dispendício de papel em que redunda a exigência de tantos documentos, mormente quando êstes se tiram sempre em numerosas vias, que depois se amontoam nas repartições, sem que os chefes saibam o que delas fazer .. Papéis e mais papéis, formalidades e mais formalidades, funcionários e mais funcionários

31 A sistematização, que se vem preconizando, visa reduzir ao mínimo os documentos, as formalidades e os intervenientes, já pela fusão de muitos dos primeiros, já pela centralização de muitas das segundas, já pela eliminação de muitos dos últimos

32. Foi precisamente isso o que se objetivou no anteprojeto anexo que, conquanto admita ulterior desenvolvimento em mais de um ponto, já representa um largo passo no sentido indicado, partindo da substituição das numerosas guias atualmente existentes por uma só guia nacional de circulação, em tôrno da qual passam a girar tôdas as formalidades que se hajam de cumprir na procedência, no destino ou em trânsito

33 O anteprojeto, que mantém para essa guia o nome já corrente de "guia de exportação", apesar de lançá-la em novos moldes, está dividido em sete capítulos, cuja matéria passará a ser examinada em seguida, a saber:

Capítulo I — Da guia de exportação
Capítulo II — Da guia em trânsito
Capítulo III — Do modêlo da guia
Capítulo IV — Da tiragem da guia
Capítulo V — Da utilização da guia
Capítulo VI — Das infrações
Capítulo VII — Das disposições finais

II

UNIFICAÇÃO DAS GUIAS DE CIRCULAÇÃO

34. Antes de tudo, lançou-se o princípio geral, cuja diretriz passará a dominar tôda a estrutura do anteprojeto, de que a circulação de mercadorias no território nacional é livre de qualquer guia, exceto a instituída no decreto Esta é a guia de exportação

35 Basta a guia de exportação para atender aos interêsses que se manifestam nos pontos extremos, bem como nos intermediários, entre os quais se processa o movimento de mercadorias, desde que estas sejam acompanhadas, ou cobertas, em todo o percurso, por uma das vias do documento.

36 Com efeito, o que, na procedência, é exportação, no destino, passa a ser importação, sem que, para coleta desta, se torne mister instituir uma guia especial, que, além de desnecessária, agravaria sobremodo o processo e ensejaria a divergência de dados na estatística Tendo as estatísticas da exportação e da importação uma fonte comum, porque a segunda será levantada por simples inversão dos dados do mesmo documento que servir à primeira, não correrão o risco de divergirem, ao contrário do que sucederia se se baseassem em documentos diversos Apenas o que pode acontecer é que a estatística da exportação lance alguns dados em certo período, enquanto a da importação os lançará em período subseqüente, por se interpor entre o embarque e o desembarque o marco de periodicidade escolhido para o levantamento

37. Dessa rêde escapam apenas as mercadorias vindas do estrangeiro, em relação às quais, entretanto, ainda não é necessário instituir uma guia especial de importação, bastando apenas que se aproveite, de preferência com êsse nome, a bem da uniformidade de nomenclatura, o chamado "despacho de importação", ou nota de importação, por meio do qual se processa o pagamento dos direitos aduaneiros Sem criar novo documento, apenas aperfeiçoando, talvez, ligeiramente, o modêlo de um documento existente, obter-se-á para as mercadorias estrangeiras uma excelente guia de importação — nome adequado porque o papel servirá efetivamente para encaminhá-las do armazém aduaneiro para o estabelecimento do importador — no despacho aduaneiro a que se refere a lei da tarifa:

> "Art 7º — O pagamento dos direitos será processado por meio de despacho aduaneiro ou nota de importação, formulado segundo o modêlo anexo e nos têrmos prescritos pela legislação fiscal
>
> Parágrafo único — O Govêrno providenciará sôbre a impressão das notas de importação, sua distribuição e venda pelas repartições respectivas"
>
> (Dec-lei fed nº 2 878, de 18 de dezembro de 1940, art 7º)

38 Aliás, êsse despacho já é utilizado, senão direta ao menos indiretamente, pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda no levantamento da importação, mas o que importava dispor era o ingresso de uma das suas vias no novo sistema ou, noutras palavras, o seu encaminhamento ao órgão regional de estatística de cada Estado, que, depois de apurar os seus dados, terá a faculdade de remetê-la à Secretaria da Fazenda para contrôle das entradas de mercadorias que ficarão sujeitas ao impôsto de vendas e consignações Facultada uma via do despacho de importação para uso da estatística e do fisco do Estado, cessa para êste a necessidade de criar para os referidos fins um documento próprio, como a "declaração de recebimento" de mercadorias da Bahia, o qual, do contrário, se tornaria inevitável.

39 Ao passo que a guia de exportação, nos novos moldes, resolve o problema das estatísticas de exportação e de importação, facilita consideràvelmente a solução do problema da estatística dos estoques, e, ocasionalmente, o do tabelamento de gêneros de primeira necessidade por preço compatível com o valor de fatura, uma vez que só fogem à sua incidência as entradas e saídas de mercadorias ocorridas dentro das fronteiras do município.

40. Realmente, com essa única ressalva, exigiu-se a guia de exportação em tôda saída de mercadoria, seja qual fôr o seu destino: um país estrangeiro, um Estado brasileiro ou um Município do Estado Essa extensão do documento até à circulação intermunicipal completa o sistema sem qualquer inconveniente e corresponde a iniciativas isoladas de, pelo menos, alguns Estados, que, no momento, já tentam fazer a coleta geral dessa corrente de comércio Além disso, encontra também justificativa no fato de chegarem até a mesma corrente, possibilitando a sua fiscalização ou coleta parcial, algumas das guias e "vistos" da União, como se vê da lista consignada no capítulo anterior (nº 21) Se não se estender o do-

cumento até à circulação intermunicipal, a conseqüência será que, para captá-la, por inteiro ou em partes, hão de proliferar outras guias, como aquelas com que o anteprojeto de Código Rural ameaça o comércio de gado no capítulo intitulado "Certificados, Guias e Torna-Guias"

41 A rigor, o têrmo "exportação", assim como o seu consorte "importação", só se deveriam aplicar ao comércio externo, deixando de se referir ao comércio interno, uma vez que, em relação a êste, o território do país constitui uma unidade econômica e alfandegária, sem fronteiras no seu interior À revelia dêsse rigor, porém, formou-se a prática brasileira, que, há muito tempo ampliou a terminologia do comércio externo ao comércio interno Hoje são vencedoras no uso popular e administrativo, nos documentos e nas publicação, as expressões "exportação exterior", "exportação interestadual" e "exportação intermunicipal", assim como as suas correlatas "importação exterior", "importação interestadual" e "importação intermunicipal" para designar as correntes de comércio, respectivamente, com países estrangeiros, com outros Estados e com outros Municípios

42 Aliás, a essa prática não se opõe, no fundo, a declaração de ser o território do país uma unidade econômica e alfandegária, visto como esta só objetiva facilitar o comércio interno, sem de nenhum modo eliminar, a não ser por ficção ligada àquele fim, as fronteiras entre os Estados e os Municípios cuja presença basta para definir, por analogia com as fronteiras internacionais, correntes mercantís com aquelas denominações Assim, a adoção de outra nomenclatura diferenciadora dos intercâmbios externo e interno, em que, há tempos, pensara ao redigir um anteprojeto semelhante de alcance estadual, demonstraria apêgo a um meticuloso formalismo, mas violentaria de certo modo o sentido lato que o uso popular, árbitro das línguas, conferiu ao têrmo "exportação", assim como ao seu gêmeo "importação", quando a compreensão de um e outro já vem expressa nos adjetivos que os costumam acompanhar

43 Demais, a extensão do têrmo depara cabal justificativa na extensão do país e, por conseguinte, do mercado interno, cujo volume de trocas assume importância cada vez maior, graças à intensidade do tráfego comercial que se observa entre as próprias unidades federadas ou entre unidades municipais componentes destas A grandeza da nossa federação tende a tornar o Brasil o grande mercado de si próprio

44 A emissão ou organização da guia ficou, como era natural, a cargo do expedidor das mercadorias, que, na exportação exterior e na interestadual, ora preenche a fórmula no seu escritório, entregando-a assim ao despachante, ora incumbe a êste de preenchê-la, dando-lhe, para isso, as notas necessárias Nessas duas correntes de exportação o expedidor é, em regra, uma firma, individual ou coletiva, dotada de escritório regular, com contador ou guarda-livros, capazes de manter a escrita exigida pela lei, a correspondência reclamada pelo vulto do comércio e, por conseguinte, de cumprir fàcilmente a da guia

45 Na exportação intermunicipal, todavia, o *expedidor é, comumente*, um pequeno comerciante de beira de estrada ou um pequeno produtor de quintalejo, que costuma fazer êle mesmo o transporte das mercadorias, por serem estas de vulto e valor pouco consideráveis, não possuindo, por conseguinte, nem escritório, nem escrita regular e, o que mais importa, nem conhecimento das primeiras letras Cumpria estatuir em favor dêste facilidades condizentes com a sua situação

46 Assim, nessa corrente de exportação, facultou-se a emissão da guia a rôgo, quando o expedidor não souber ou não puder escrever e ainda a sua emissão por um dentre vários pequenos produtores que se reunirem para remeter mercadorias a um único destinatário, como acontece freqüentemente em municípios vizinhos de centros de consumo com referência a leite, ovos, galinhas, peixes, frutas e legumes, cuja remessa converge, no caso do leite, para usinas ou entrepostos de pasteurização e, nos demais casos, para depósitos especializados ou quitandas de negociantes estabelecidos dentro ou fora de mercados e feiras A faculdade concedida aos pequenos produtores de emitirem coletivamente uma só guia quando o destinatário fôr o mesmo facilitará ainda as remessas que tiverem de fazer às suas cooperativas, sempre que se associarem sob essa forma, que é aquela que melhor atende aos seus interêsses

47 Ao contrário do que poderá parecer, essa faculdade não deixa margem a nenhum arbítrio e, conseguintemente, a nenhum abuso, porquanto o pequeno produtor é definido, em têrmos precisos, pela legislação de cada Estado Com efeito, a Constituição isenta do impôsto de venda e consignações "a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido em lei estadual" (Const Fed art 23, I, letra *d*) Na Bahia a lei estadual considerou pequeno produtor "todo aquêle que possuir uma propriedade rural de valor venal inferior a Cr$ 10 000,00" (Dec n º 9 622, de 30 de julho de 1935, art 2 º) Em São Paulo reputou aquêle "que tiver produção anual inferior a Cr$ 3 000,00", limite êsse elevado recentemente para Cr$ 10 000,00 (Dec-lei n º 13 294, de 31 de março de 1943, art 2 º) Dos dois critérios, o paulista conforma-se melhor à letra e ao espírito do texto constitucional, por abranger todo e qualquer produtor, e não apenas o agricultor, e prescindir do requisito de ser êste dono de imóvel rural Seja como fôr a definição legal, um simples cartão declaratório da sua qualidade, fornecido gratuitamente cada ano pela repartição arrecadadora estadual, habilitará o pequeno produtor a associar-se a outro, ou outros, numa guia coletiva perante a fiscalização do Estado

48 Sob o ponto de vista tributário não interessa conhecer a saída das mercadorias das mãos do pequeno produtor, mas interessa conhecer a sua entrada na casa do comerciante para formação de estoques sujeitos ao impôsto

de vendas e consignações; sob o ponto de vista estatístico tanto interessa conhecer a saída das mercadorias de um município como a sua entrada em outro, mormente quando a reunião das pequenas parcelas dêsse comércio miúdo costuma apresentar um volume apreciável, assumindo um papel relevante no abastecimento das grandes cidades A fórmula satisfaz plenamente às duas ordens de interêsses

49 Ao mesmo tempo que, na exportação intermunicipal, se concedeu, em benefício do pequeno produtor, a faculdade de coexistirem na guia vários remetentes reais sob a aparência de um expedidor único, em tôdas as correntes de exportação, se ensejou também, em benefício sobretudo do grande comércio, a possibilidade de nela coexistirem vários recebedores reais sob a aparência de um destinatário único De fato, na exportação exterior, como na interestadual e na intermunicipal, são freqüentes as remessas de uma só firma grossista para vários compradores, pelo mesmo meio de transporte, no mesmo destino

50 Embora comum às três correntes de comércio, é na exportação interestadual que mais se repete o fato de uma firma atacadista remeter pequenas quantidades de mercadorias a muitos fregueses, pelo mesmo vapor, rumo ao mesmo destino, agrupando-as numa só guia, endereçadas a um agente distribuidor, nominativamente ou sob as cláusulas *à ordem* ou *ao portador*. A separação dos lotes, que amiúde contêm uma só mercadoria, como café, ou cacau, é feita pelas marcas dos volumes Para comprovar a freqüência dêsse agrupamento de remessas numa só guia, fiz levantar êste quadro com as guias estaduais de exportação da Bahia, em 1942:

EXPORTAÇÃO DA BAHIA EM 1942

DESTINO	NÚMERO DE GUIAS		
	Sem marca	Com uma só marca	Com mais de uma marca
Para o estrangeiro	174	1 627	95
Para outros Estados	457	12 151	1 574
Total	**631**	**13 778**	**1 669**

51 Apesar do fisco estadual, a julgar pelo que acontece na Bahia, quebrar lanças no trânsito interno pela exigência de uma guia para cada recebedor, com o que procura menos atender a uma necessidade do que levar ao extremo a sua comodidade em identificar os compradores das mercadorias, isso seria de todo ponto injustificável pelo acréscimo de serviço que iria trazer não só aos exportadores como às próprias repartições arrecadadoras e fiscalizadoras Para ilustrar o que se afirma, sobretudo em se tratando de exportação interestadual, basta exemplificar com um embarque de café efetuado por certa firma exportadora da Bahia, em fevereiro do corrente ano, no vapor "Almirante Alexandrino", para diversos portos do nordeste e do norte do país, cujas guias passaram pelas minhas mãos. Êste embarque assim se resume, segundo os portos de destino:

EMBARQUE DE CAFÉ NO "ALMIRANTE ALEXANDRINO"

Fevereiro de 1943

DESTINO	Número de sacos	Número de compradores	NÚMERO DE GUIAS	
			Estaduais	Federais
Fortaleza	1 965	63	1	4
São Luís	577	36	1	3
Belém.. .	3 013	52	1	4
Pôrto Velho	320	16	1	1
Total	**5 875**	**167**	**4**	**12**

52 Como se vê, para 167 compradores ou recebedores reais foram organizadas apenas 4 guias estaduais, ou seja, uma para cada pôrto da quantidade total sôbre que recaiu o impôsto de exportação (aí o Estado de procedência não se preocupa com a marca, que só interessa ao Estado de destino) e 12 guias federais, isto é, tantas quantas necessárias para o relacionamento dos lotes segundo as marcas

53 Agora, se se passasse a exigir uma guia para cada comprador ou recebedor, o mesmo embarque implicaria na necessidade de extrair nada mais nada menos do que 167 guias! Imagine-se o papel que seria gasto e o tempo que seria consumido:

a) — em primeiro lugar, na firma expedidora, para confecção das guias;

b) — depois, na repartição arrecadadora para a sua numeração e autenticação, etc , sem falar no cálculo do impôsto, que atualmente se cobra, mas vai ser suprimido, e de taxas diversas sôbre cada uma das 167 guias;

c) — a seguir, no Serviço de Economia Rural, e no Serviço de Defesa Sanitária Vegetal para conferência e visto, e também no Departamento Nacional do Café, para autorização do embarque.

54 Fácil é calcular o pandemônio que iria provocar nas repartições o congestionamento de papéis trazido pela passagem de um vapor que tivesse de receber perto de 30 000 volumes de diversos exportadores para outros portos brasileiros (como foi o caso do "Almirante Alexandrino" aqui citado), sendo de várias centenas o número de compradores das mercadorias! Provàvelmente, estas não seguiriam na sua totalidade, o que representaria um nítido triunfo de burocracia fiscal sôbre o senso comum

55 Ora, o interêsse do comércio, na procedência, concilia-se fàcilmente com o do fisco, no destino, quer figurem na guia, como nos volumes, as marcas através das quais se entremostrem os compradores quer aí deixem de figurar por se acharem sub-rogadas pela marca única do agente distribuidor. Porque êste, no destino, terá o maior interêsse em prestar informações complementares para estabelecer a identificação dos compradores, sem o que fica-

BIBLIOTECA DO C

rá exposto a ser havido como vendedor e lançado para o efeito de pagamento do impôsto de vendas e consignações

56 Assim, chegada a mercadoria ao destino, o agente distribuidor fará, na própria guia ou em fôlha anexa, uma subdeclaração de nomes, tradução de marcas ou não, ajuntando-lhes os enderêços e, eventualmente, os valores parciais dos lotes, se vierem reunidos por se tratar da mesma mercadoria, e até os números das faturas À aposição dessa lista ficará então condicionado o desembaraço das mercadorias pelo agente distribuidor, cuja atividade poderá outrossim ser regulamentada Não há, pois, o menor inconveniente, antes sòmente vantagem, em permitir que a guia exiba uma remessa una encobrindo uma remessa subjacente múltipla.

57 Nem em relação ao expedidor, quando se trata de um dentre vários pequenos produtores, nem em relação ao destinatário, quando se trata de mero agente distribuidor, se quebra o critério puramente formal que prevalece no conhecimento de frete, que, como adiante ficará explícito, se contenta em ver no segundo o dono presumido da mercadoria:

> "Cada nota de expedição compreenderá sòmente volumes procedentes de um só expedidor e endereçados a um só consignatário"
>
> (Dec fed n º 15 673, de 7 de setembro de 1922, art 111 alínea)
>
> "Como expedidor ou como destinatário deve ser indicada uma só pessoa, natural ou jurídica, respeitado o disposto no artigo 93 letra *h*"
>
> (Regulamento geral dos transportes para as estradas de ferro brasileiras, de 1939, art 29)

58 O processamento da guia para despacho ou desembaraço, à saída ou à entrada das mercadorias, ficou cabendo, em princípio, ao próprio expedidor, ou destinatário, que o promoverá pessoalmente ou por meio de caixeiro-despachante, vale dizer, independente da intervenção de qualquer pessoa que não lhe seja diretamente subordinada, o que parece favorecer, na generalidade dos casos, tanto a expedição como o recebimento.

59 Êsse processo de despacho ou desembaraço, como já se entreviu no comêço, consiste, na exportação exterior, numa seqüência de trâmites que decrescem, de salto na exportação interestadual até quase se anularem na exportação intermunicipal, onde tudo se reduz, na maioria dos casos, ao simples ato de pedir o "visto" na guia

60 Há quem sustente a desnecessidade da existência de uma classe de intermediários a que o comércio deva obrigatòriamente recorrer para o encaminhamento dos seus papéis no despacho ou desembaraço das mercadorias, opinando nesse sentido o Departamento Administrativo do Serviço Público federal (DASP), que, na exposição de motivos em que submeteu à Presidência da República o projeto do atual regulamento das funções dos despachantes aduaneiros, assim se exprimiu:

> "Em tese não se justifica a existência do despachante, e o aperfeiçoamento gradual do serviço público deve conduzir à sua extinção, assim como de todos quantos agem junto às repartições como intermediários Êste Departamento, já em outra oportunidade, quando do exame de um anteprojeto visando a regulamentação da profissão de despachante oficial junto às repartições públicas, teve ensejo de, em exposição de motivos, manifestar-se a V Ex no sentido de que a existência de intermediários é menos uma imposição da necessidade de conhecimentos especializados, do que conseqüência do mau funcionamento ou do *inútil formalismo dos serviços públicos*, que, de maneira geral, em sua morfologia e em sua dinâmica, devem constituir um mecanismo de fácil compreensão".
>
> (Exposição de Motivos n º 1 920, de 12 de agôsto de 1941, no "Diário Oficial" da União de 27 de agôsto de 1941, pág 16 826)

61. Todavia, essa classe de intermediários existe atualmente, a dos despachantes aduaneiros, constituída de elementos que, prestando fiança, se tornam daí por diante medianeiros necessários entre o comércio e as repartições fiscais para o processo do despacho ou desembaraço das mercadorias, pôsto as suas atividades se restrinjam à exportação exterior, ou de longo *curso*, à *exportação interestadual marítima*, ou de cabotagem, e à importação exterior, havendo falhado a aspiração de estendê-las à importação interestadual por cabotagem, porquanto, a respeito desta, o último regulamento assim dispôs:

> "Independe da interferência do despachante aduaneiro o desembaraço de mercadorias navegadas por cabotagem Nesse serviço poderá ser atendido o próprio consignatário, ou quem por êste autorizado no verso do conhecimento da carga, considerando-se, outrossim, o dono dos respectivos gêneros e portador do mesmo título na ausência de consignação nominativa".
>
> (Dec-lei fed n º 4 014, de 13 de janeiro de 1942, art 1 º § 1 º)

62 Se assim é, cumpria, depois de estabelecido o princípio, por ora mais virtual do que efetivo, do processamento direto da guia pelo expedidor ou destinatário, ressalvar os casos de processamento indireto pelo despachante aduaneiro, *presentemente admitidos pela legislação*, sem o que se eliminaria, de súbito, uma classe organizada, sindicalizada e reconhecida pelo Govêrno

63 O que, porém, não poderia continuar é a dupla intervenção de despachantes, um federal e outro estadual, no mesmo processo Tratando-se de um processo único, cai pelo absurdo que, para a passagem da guia da repartição estadual para a federal, haja o comerciante de chamar um outro despachante, tanto mais quanto agora o documento é não apenas semelhante, como antigamente, mas o mesmo

64 Portanto, assentou-se que, nos casos de interferência obrigatória do despachante aduaneiro, êste deverá acompanhar o processo em tôdas as suas fases, perante as repartições federais e estaduais, sem qualquer aumento da comissão prevista para remunerar os seus serviços na tabela legal (Dec -lei fed n º 4 014, cit art 42) Para êsse fim o despachante federal deverá cumprir as formalidades exigidas pela lei do Estado, consistentes geralmente na prestação de módica fiança e no pagamento do impôsto profissional, sem o que terá de limitar a sua atividade à importação exterior, e o despachante estadual, onde houver, terá, por sua vez, de cumprir as formalidades análogas da lei da União O Sindicato da classe regulará, como melhor parecer, as relações entre despachantes federais e estaduais, de modo a distribuir eqüitativamente os serviços entre uns e outros para o que poderá lançar mão do rodízio ou de um convênio semelhante àquele com que o sindicato da cidade do Salvador ajustou a cooperação entre os mesmos

65 Felizmente, porém, o problema da conciliação dos interêsses dêsses dois grupos de despachantes não se apresenta por tôda a parte, visto como parece serem poucos os Estados onde existem despachantes estaduais Além disso, nesses mesmos Estados, a intervenção dos despachantes estaduais perante as repartições arrecadadoras do Estado, ao contrário da dos despachantes federais junto às alfândegas e mesas de renda da União, não é necessária, ou compulsória, mas facultativa, pois não se lhes assegura exclusividades dos serviços profissionais. Na Bahia permite-se que os próprios exportadores, ou caixeiros despachantes por êles afiançados, promovam o andamento dos despachos (Lei est n º 2 226, de 16 de setembro de 1929, art 33; Dec n º 6 901, de 17 de julho de 1930, art 154) Em Pernambuco admite-se igualmente que caixeiros despachantes devidamente nomeados e afiançados pela firma agenciem os referidos despachos (Dec n º 445, de 30 de dezembro de 1930, art 82, n º 3) Isso facilita consideràvelmente a conciliação.

66 Ao mesmo tempo que se estende a interferência obrigatória do despachante aduaneiro às repartições estaduais, onde, na Bahia, deixaram de ter ingresso desde que se entendeu, ao contrário do ocorrido em Pernambuco, haver nisso acumulação de exercício de funções, também lògicamente se proíbe, nas disposições finais, a criação de novos quadros de despachantes estaduais, bem como a admissão de novos elementos nas vagas dos quadros atuais, provendo-se assim, de maneira razoável, à extinção dêsses intermediários, deveras supérfluos, do processo da guia de exportação

67 A despeito de regularmente emitida e processada a guia de exportação, as mercadorias constantes da mesma podem deixar de seguir, na sua totalidade ou em parte, no meio de transporte e no dia indicados, o que ocorria com certa freqüência no comércio exterior e no interestadual devido a duas causas que se alternavam:

a) — excesso da quantidade registrada na guia sôbre a destinada efetivamente a sair, para aproveitamento de uma pauta favorável à exportação;

b) — falta de praça, isto é, de espaço na embarcação mencionada na guia

68 A primeira causa desapareceu tanto no comércio exterior, como no interestadual No primeiro passou a vigorar sempre a pauta do dia da venda, e não mais do dia do embarque, para cobrança do impôsto de exportação, consoante recomendação da Conferência Nacional de Legislação Tributária adotada pela Bahia e naturalmente pelos demais Estados (Norma 20 ª); no segundo, foi extinto o impôsto de exportação, que deixará de ser cobrado a partir de 1 º de janeiro de 1944

69. Resta, portanto, a segunda causa, o que quer dizer que daqui por diante as mercadorias constantes de uma guia só deixarão de seguir, na sua totalidade ou em parte, por falta de praça na embarcação ou veículo que as deverá transportar, qualquer que seja a corrente de comércio em que se movimentem, exterior, interestadual ou intermunicipal A falta de praça equipara-se a impossibilidade de aproveitá-la quando o vapor recebe ordem de sair imediatamente, abandonando a carga, fato que, com o advento da guerra, se tornou comum, na navegação de longo curso, em relação a navios estrangeiros

70 Ainda que a falta de praça ocorra agora com muito maior freqüência que antigamente devido à guerra imposta ao país ou, mais precisamente, ao afundamento de numerosos navios estrangeiros e nacionais nas nossas costas, e ao racionamento do carvão de pedra e do combustível líquido empregado no transporte por vias terrestres, é razoável supor que se venha a manifestar muito menos amiúde nos anos que seguirem à terminação do conflito até se tornar talvez rara

71 De qualquer forma, importava prever o não-embarque, total ou parcial, das mercadorias, regulando os dois casos distintos em que se divide, um e outro observados tanto em tempo de paz como de guerra, porque a contingência que os determina, embora suscetível de variar no grau da sua intensidade, não pode, todavia, ser cancelada ou abstraída

72 Se as mercadorias constantes de uma guia deixarem de embarcar na sua totalidade, bastará lançar nela, isto é, em tôdas as suas vias, a nota do não-embarque a fazer-se oportunamente a retificação cabível quanto ao meio de transporte ou ao destino, sem que se torne mister, por êsse motivo, extrair uma nova guia

73 Se, porém, as mercadorias apenas deixarem de embarcar em parte, o meio mais prático de acudir a essa situação é lançar na guia, isto é, em tôdas as suas vias, a nota do embarque parcelado e extrair depois tantas novas guias quantos forem os embarques parcelados que se sucederem até se completar a remessa, relacionando, entretanto, estas com a guia original, de que se desdobrarem (Desdobrada da

guia nº) Assim ficarão resguardados todos os interêsses em jôgo, nomeadamente os estatísticos e os fiscais, ao inverso do que aconteceria se se perfilhasse o modo de proceder de qualquer dos dois sistemas vigentes de guias, o federal e o estadual, em face de embarques parcelados.

74 A regulamentação da guia federal sujeita, é verdade, os embarques parcelados a novas guias, mas não estabelece nenhuma conexão entre estas e a guia original (Dec fed nº 15 813, de 13 de novembro de 1922, art 15, parágrafo único) A fórmula basta para atender ao interêsse estatístico, único aliás visado por essa guia, pois a coleta apanha oportunamente a exportação em cada jacto, mas não é suficiente para cobrir os demais interêsses, especialmente os ligados à percepção dos impostos de exportação e de vendas e consignações

75 A regulamentação da guia estadual, ao oposto da outra, não sujeita os embarques parcelados a novas guias, mas, sim, a simples anotação no verso da guia original, que, só depois da saída do saldo ou restante das mercadorias, é recolhida à repartição arrecadadora e começa a operar (Dec est da Bahia, nº 11 311, de 28 de abril de 1939, art 5º, § 3º) A fórmula, aparentemente vantajosa, por dispensar novas guias, cobre os interêsses ligados à percepção dos impostos de exportação e de vendas e consignações, mas desatende positivamente ao interêsse estatístico, pois a coleta, em vez de apanhar a exportação oportunamente em cada jacto, vai apanhá-la tardiamente em reservatório

76 Com efeito, segundo essa fórmula, os embarques parcelados só poderão ser computados na estatística como exportação efetiva depois de se efetuar o último, o que significa que a estatística oficial estará sempre em desacôrdo com a realidade, quer atribua o total dos mesmos à data do primeiro ou à data dos últimos, entre os quais costuma mediar um espaço de tempo que, sem ser necessàriamente longo, leva à transposição do mês e até do ano Isso acontece tôda vez que, emitida uma guia do fim do mês ou do ano, as suas mercadorias vêm a seguir viagem em diversos lotes

77 Daí a constante divergência que se observa entre a estatística da exportação levantada pelo Departamento Estadual de Estatística da Bahia com base nessa guia, que engloba mercadorias saídas em ocasiões diferentes, e a levantada por outros órgãos com base em documentos que distribuem essas mercadorias pelas ocasiões diferentes em que saíram, como a guia federal, o manifesto de embarque e o conhecimento de carga Só em quatro meses foram encontradas entre os mapas de exportação pelos portos de Salvador e Ilhéus do Departamento de Estatística, que se serve da guia estadual, e da Bôlsa de Mercadorias e Valores da Bahia, que se serve do manifesto de embarque, para mais de oitenta pontos de divergência Essa divergência provoca aqui, como por tôda a parte onde se apresente, comentários desfavoráveis, que, ao sabor da inclinação do opinante, ora ferem um, ora outro, dos órgãos interessados

78. Além de amparar todos os interêsses em jôgo, a extração de novas guias para os embarques parcelados se impõe num sistema, como o que ora se articula, em que as mercadorias devem ser cobertas em todo o percurso, da procedência ao destino, por uma guia de exportação Se a guia original deve seguir com a primeira partida das mercadorias, está visto que outras guias hão de ser extraídas para acompanhar as partidas posteriores

79 Das demais medidas consubstanciadas neste capítulo, a passagem dos certificados de que depender a saída das mercadorias na própria guia concentrará nesta múltiplos documentos inconvenientemente dispersos, fazendo com que se torne, pelo menos no intercurso mercantil interno, o único papel oficial indispensável na referida oportunidade A possibilidade dessa concentração será explanada quando se tratar do modêlo da guia

80 A isenção de impostos, taxas e sêlos para a guia representa um derradeiro corolário do princípio de livre circulação interna, admitindo-se apenas o sêlo do Estado, como se poderia admitir o da União, ou ambos, como acontece atualmente, na guia de exportação para o estrangeiro A completa imunidade conferida à guia de exportação interestadual ou intermunicipal tanto se apoia no princípio econômico como na justiça fiscal De um lado, seria realmente penoso ao expedidor, na maioria talvez dos casos, arranjar sêlo para colar ao papel antes de o pôr em caminho com a mercadoria; de outro lado, já incumbe ao transportador o ônus do sêlo federal no conhecimento de carga, assim como em qualquer outro rol de mercadorias de sua responsabilidade (manifesto de embarque, guia de embarque, etc), conforme a tabela de incidência da lei atual (Dec 4 655, de 3 de setembro de 1942, tabela anexa nº 32).

81 Quanto às outras medidas entremeadas no capítulo consultam conveniências reconhecidas na prática das guias atuais, sobressaindo entre as mesmas, pelo seu alcance psicológico, a proibição de exibir a guia a pessoas estranhas ao seu objeto, imposta às repartições públicas com o fito de resguardar o sigilo dos negócios particulares À sombra dessa providência ficará o expedidor tranqüilo por se sentir a coberto da possibilidade de ver revelado aos seus concorrentes seja todo o contrato mercantil, seja qualquer dos seus elementos integrantes, como o nome do comprador, o preço de venda ou o tipo de pagamento A faculdade de se exigir eventualmente a exibição da fatura comercial por ocasião do despacho das mercadorias acha-se temperada pela ressalva de se admitir a exibição posterior no caso de não estar ainda aquêle documento em mão do expedidor ou do destinatário Essa ressalva impõe-se, porque, de um lado, nem sempre o expedidor pode extrair a fatura prèviamente, por depender do conhecimento de despesas oriundas do próprio despacho, do transporte, etc e, de outro lado, nem sempre o destinatário a recebe em tempo útil, devido a atraso ou extravio no correio Na impossibilidade de exibição imediata, cumpre lavrar um têrmo de responsabilidade, ou equivalente, que obrigue a exibição posterior

III

LIBERDADE DE TRÂNSITO DIRETO E INDIRETO

82 A guia de exportação emitida de uma localidade brasileira cobre as mercadorias em todo o percurso, desde a procedência até ao destino final, ainda que, para chegarem a êste, hajam de passar em trânsito por localidade ou localidades de outro Município ou Estado ou País estrangeiro.

83 Aí estão contidos ou implícitos dois pontos de nítido relêvo na estrutura do anteprojeto:

1.º) — a guia acompanha sempre a carga;
2.º) — a guia é única a despeito do trânsito

84 Firmado o princípio de que uma das vias da guia de exportação deve ir até ao destino a fim de servir aí, pela inversão dos seus dados, para o levantamento da importação, ofereciam-se, para o seu encaminhamento, duas vias, a saber, a própria via de transporte da carga, por onde seguiria com esta, ou a via postal, por onde seguiria com o conhecimento de despacho enviado pelo expedidor ao destinatário Incidentemente, advirta-se que se afastou, de plano, a hipótese da remessa de uma repartição a outra, porque, além do mais, daria lugar a desencontros nos casos, embora raros, de desembarque e entrega das mercadorias em trânsito Restavam, pois, as hipóteses da guia acompanhar a *carga* ou o *conhecimento* da carga Dessa alternativa preferiu-se a primeira ponta

85 As vantagens da guia acompanhar sempre a carga e não o conhecimento da carga, são óbvias: associa as emprêsas de transporte à responsabilidade pela existência da guia, centraliza a fiscalização desta em armazéns portuários, estações ferroviárias, aeroportos e aeródromos e repartições postais em vez de dispersá-la pelos escritórios ou casas de expedidores e destinatários, permite a fiscalização não só do transporte rodoviário como o do marítimo de pequena cabotagem, a qual, do contrário, seria impraticável, contorna o risco do extravio ou atraso da remessa postal e, finalmente, possibilita a fiscalização em qualquer ponto do percurso Em suma, assegura, por tôda a parte, a existência da guia, tornando também responsável por esta o transportador, que constitui o elo indispensável de ligação entre o expedidor e o destinatário, e universaliza a possibilidade da fiscalização, permitindo que esta se exerça em qualquer meio de transporte e ao longo de todo o percurso

86 Acompanhando sempre a carga, a guia aderirá às mercadorias como documento oficial destinado a provar, onde quer que se torne necessário, que o seu transporte se está fazendo legìtimamente após o cumprimento das formalidades legais Assim como o conhecimento de despacho, uma de cujas vias também acompanha a carga, é o instrumento de contrato de transporte entre o expedidor e a emprêsa, a guia é o instrumento oficial de beneplácito concedido pela administração ao expedidor com referência ao transporte Ambos êsses documentos se devem unir em mãos do transportador da carga, comandante de navio ou de aeronave, chefe de trem de cargas, condutor de caminhão, tropeiro, etc , salvo o caso do transporte postal em que se apensam na mala como ora se unem, presos por alfinetes, o conhecimento de despacho e a "nota de entrega" do Instituto do Açúcar e do Álcool, em cujo rodapé se instrui que a primeira via deve ser entregue ao transportador para acompanhar a mercadoria e ser transmitida com esta ao destinatário

87 A emissão de uma guia única da procedência ao destino final, a despeito de terem as mercadorias de atravessar, em trânsito, outro Município, outro Estado ou outro País, traz vantagens não menos evidentes Sob o ponto de vista econômico, facilita o intercurso das mercadorias, poupando papel e tempo, ambos conversíveis em dinheiro; sob o ponto de vista fiscal, imprime maior segurança à cobrança dos impostos de vendas e consignações e de exportação; sob o ponto de vista estatístico, elimina o risco de êrro na transposição de dados que sempre existe quando um documento é copiado, às pressas, por pessoas diversas daquela que o organizou.

88 Nem se atina com o motivo que teria levado a regulamentação da guia federal a adotar critério diverso, exigindo duas guias, quando a mercadoria, com destino ao exterior, transitar por mais de uma repartição aduaneira do país, a saber, a guia de exportação interior, feita no ponto de expedição, segundo o modêlo A, e a guia de exportação exterior, feita no último pôrto ou localidade brasileira em que transitar a mercadoria segundo o modêlo B (Dec n º 15 813, de 13 de novembro de 1922, art 2 º, Parágrafo único, alínea). Nessa demasia não incorreu o anteprojeto, que reclamou uma só guia de um extremo a outro do trajeto, sem a renovar pelo fato de simples passagem das mercadorias por certo local ou país, sem se deterem (trânsito direto), ou aí se detendo apenas para serem reexpedidas (trânsito indireto).

89 Ao contrário da regulamentação da guia federal, que exige nova guia até no trânsito direto, pelo simples fato do veículo tocar no último pôrto ou localidade brasileira, não se exige agora nova guia nem no trânsito indireto, isto é, nem pelo fato das mercadorias mudarem de veículo Assim se completa e consolida a evolução que se esboçara no decreto que, ao aliviar alguns dos ônus da navegação marítima e aérea, permitiu fôsse extraída guia de exportação para o exterior nos portos em que fôsse iniciada a viagem da mercadoria, não obstante ter esta de sofrer baldeação no percurso (Dec-lei n º 2 538, de 1940, art 1 º parágrafo único) Neste último caso, a guia única deverá trazer a indicação, não só da localidade de trânsito, como do consignatário das mercadorias nessa localidade, isto é, do intermediário encarregado de as redespachar para o destino final

90 Aliás, a menção do consignatário, isto é, do intermediário que há de efetuar o redespacho, tende a desaparecer com o progressivo

desaparecimento dêste, no comércio interno, em virtude de acordos de tráfego mútuo ou de tráfego direto entre as emprêsas de transporte que entroncam nas localidades de trânsito. Efetivamente, o regulamento geral dos transportes para as estradas de ferro brasileiras admite êsses acordos no intuito de facilitar o transbordo ou baldeação das mercadorias nas localidades de trânsito, prevendo três espécies de despacho:

a) — em tráfego próprio, quando o transporte fôr feito por uma só emprêsa;
b) — em tráfego mútuo, quando o transporte fôr feito por mais de uma emprêsa, com um só despacho e indicação do frete pago ou a pagar da procedência ao destino;
c) — em tráfego direto, quando o transporte fôr feito por mais de uma emprêsa, com redespacho ou substituição de documentos pelas estradas em estações de contacto.

91 Ora, se é evidente a desnecessidade de nova guia tanto no tráfego próprio, como no tráfego mútuo, pois em ambos se extrai um só conhecimento de despacho, o qual, no segundo, obedece a modêlo uniforme em tôdas as emprêsas, não menos evidente o é no tráfego direto, embora neste se extraia outro conhecimento de despacho em estação de contacto *Com efeito, a substituição do conhecimento* entre as emprêsas atende a interêsses particulares destas, ligados, mediata ou imediatamente, à percepção do frete, com os quais nada tem a ver a administração pública, cujos interêsses não apenas se satisfazem com a conservação da mesma guia, como só por essa maneira se satisfazem plenamente

92 Contudo, a regra da guia única sofre exceção, quando, tratando-se de mercadoria com destino ao estrangeiro, não houver na procedência repartição aduaneira, pois a exportação exterior, tal como a importação, pode efetuar-se ùnicamente nos portos, pontos e lugares designados em lei (Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda da República, art 272) Não se achando a mercadoria *em um dêsses portos, pontos ou lugares*, deverá ser emitida uma guia interestadual ou intermunicipal para atingí-lo, emitindo-se ali então a guia de exportação exterior Aliás, o comércio que faz negócios com o estrangeiro está todo concentrado e organizado nos principais portos marítimos e fluviais do país, onde, além das *repartições aduaneiras*, se encontram os bancos que operam em câmbio, sem cuja interferência, outrossim, não se poderá efetuar a exportação A renovação da guia nessa hipótese não leva necessàriamente a computar a mercadoria na importação da localidade de trânsito, porque o impôsto de exportação permite distinguí-la, mas, ainda que isso acontecesse, o embarque para o estrangeiro anularia o desembarque anterior, alheiando-a, por completo, do consumo local

93 A guia devidamente visada num Município ou Estado assegura o livre trânsito das mercadorias em outro, sem que aí possa qualquer funcionário detê-las em caminho a não ser para a exibição da própria guia A não ser, pois, a exibição da guia, que nenhum atraso costuma ocasionar, por ser feita comumente em pontos de parada forçada do veículo, exigência alguma pode ser oposta para impedir ou retardar a passagem livre das mercadorias por qualquer localidade do território nacional

94 A transparente importância dêsse dispositivo sobe de ponto, para o tráfego e para a estatística, quando se reflete que, às vêzes, a própria exportação intermunicipal não se pode fazer, ou não se pode fazer cômodamente, sem a passagem das mercadorias por um Estado limítrofe, ora em trânsito direto, vencendo todo o percurso no mesmo meio de transporte, ora em trânsito indireto, começando a viagem em um e *terminando-a em outro* Precisamente isso é o que ocorre na Bahia, com referência à remessa de mercadorias do recôncavo e, especialmente da Capital, para os municípios nordestinos de Glória e Paripiranga, pois há de atravessar uma parte de Sergipe, quer faça todo o itinerário em caminhão, quer o faça sucessivamente em caminhão e ferrovia, com escala em Aracaju ou outra estação (Viação Férrea Federal Leste Brasileiro) Consultado a respeito do assunto, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda respondeu que a exportação intermunicipal feita por intermédio de uma unidade federada limítrofe deve ser apurada como exportada para essa unidade federada à saída, e como importada dessa unidade federada à entrada Essa resposta, que violenta o fato econômico a ponto de parecer irreal, resulta de uma contingência que ficará afastada daquí por diante com a criação de uma guia que terá livre circulação em todo o território nacional

95 A circulação das mercadorias ganhará velocidade uma vez que, iniciada sob a cobertura da guia instituída por lei federal, nada mais possa detê-la ou embaraçá-la em qualquer dos seus momentos ou fases, desde a procedência até o destino, a não ser a vontade do próprio dono das mercadorias A êste, *com* efeito, é sempre lícito fazê-las desembarcar, onde mais lhe convenha, antes de atingirem o ponto previsto como final do trajeto, contanto que prove a sua qualidade, exibindo o conhecimento de frete Sob a cláusula da exibição do conhecimento, faculta-se-lhe a retirada da mercadoria em trânsito, onde quer que se encontre:

> "O remetente, consignatário, endossatário ou portador pode, exibindo o conhecimento, exigir o desembarque e a entrega da mercadoria em trânsito, pagando o frete por inteiro e as despesas extraordinárias a que der causa. Extingue-se então o contrato de transporte e recolhe-se o respectivo conhecimento O endossatário em penhor ou *garantia não goza dessa faculdade*"

(Dec nº 19 473, de 10 de dezembro de 1930, art 7º)

96 Com êsse dispositivo, a nossa lei sôbre conhecimento de transporte regulou acertadamente a entrega da mercadoria em trânsito, que, antes, um tribunal do sul do país permitira em benefício do expedidor a despeito de já se achar o conhecimento em poder do destinatário, dando assim uma aplicação menos feliz ao instituto inglês do *stoppage in transitu* O Código Brasileiro do Ar, ao dispor mais tarde sôbre o conhecimento aéreo, absteve-se de disciplinar a entrega da mercadoria em trânsito, por já estar a matéria regulada na nossa lei geral, que consagra em relação a todos os meios de transporte os mesmos princípios aprovados pela Convenção de Varsóvia em relação ao transporte aéreo, ressalvadas peculiaridades concernentes à emissão do documento dêste (Convenção de Varsóvia, art 12)

97 Ao prever a entrega da mercadoria em trânsito, não só ao expedidor ou ao destinatário, mas, ainda, ao endossatário ou ao portador do conhecimento de frete, a nossa lei já dera a esse documento o caráter de título à ordem, isto é, apto a girar por via de endôsso que, sendo em branco, transforma o conhecimento nominativo em conhecimento *ao portador* Indo além, já permitira que assumisse desde logo o caráter de título *ao portador*, capaz de circular por tradição manual *ab initio*, pois, ao enumerar o rol dos seus requisitos, diz textualmente que o conhecimento deve conter:

"... .. ... .

IV — Os nomes do remetente e do consignatário, por extenso. O remetente pode designar-se como consignatário, e a indicação dêste, substituir-se pela cláusula *ao portador*.

Será ao portador o conhecimento que não contiver a indicação do consignatário" (Dec n º 19 473, de 10 de dezembro de 1930, art 2º, nº IV).

98 A cláusula não *à ordem*, essa sim, é que envolve uma exceção e precisa, por conseguinte, vir expressa como objeto de direito singular:

"O conhecimento de frete nominativo pode ser emitido não à ordem, *mediante cláusula expressa inserida no contexto*". (Dec. n.º 20 454, de 29 de setembro de 1931, art 1º)

99 Fora dêsse caso excepcional, prevalece o predicado da livre circulação, que, podendo ser meramente manual, se a cláusula *ao portador* fôr inserta, é ordinàriamente *à ordem*, transmitindo-se o conhecimento por via de endôsso, em prêto ou em branco, que investe o endossatário do direito de receber a mercadoria como dono e de exercer, em relação à mesma, tôdas as demais faculdades inerentes ao domínio. Como o endôsso pode ser passado tanto pelo destinatário, nomeado no conhecimento, se êste tiver chegado às suas mãos, como pelo expedidor, enquanto o conservar em seu poder, daí decorre que haverá casos, os compreendidos na segunda hipótese, em que o destinatário nomeado ficará num desvio morto, fora da linha da circulação do título, que sem passar por êle, começará no expedidor e prosseguirá nos endossatários até o fim

100 Nestas condições, ao mesmo tempo que tornou desembaraçada a circulação do conhecimento, para fazer dêle um útil instrumento de negócio, a nossa lei correlatamente também tornou fácil a entrega da mercadoria, onde quer que se encontre, a quem com o mesmo se apresentar Estas são as duas grandes vantagens oferecidas pela atual regulamentação do conhecimento de transporte por terra, água ou ar, graças à qual êsse documento assumiu o feitio moderno e conveniente de título representativo das mercadorias, merecedor de plena fé pelas cabais garantias que lhe são inerentes, e fadado a ter, no seio do comércio, uma circulação tão franca como a dos títulos pròpriamente fiduciários (Dec nº 19 473, de 10 de dezembro de 1930; Dec nº 19 754, de 18 de março de 1931; Dec nº 20 454, de 29 de setembro de 1931)

101 Ao passo que a lei federal procura desimpedir, com os seus preceitos, a circulação das mercadorias, em benefício sobretudo do comércio ligado aos produtos agrícolas, a regulamentação estadual da guia de trânsito, na Bahia, busca, com os seus mandamentos, cerceá-la em proveito exclusivo do interêsse do fisco ligado às vendas e consignações Contra mandando, essa regulamentação estadual não se limita a exigir que seja sempre mencionado expressamente o nome do destinatário, mas exige ainda que êste seja comerciante registrado ou cousa que o valha, como também o seja o próprio expedidor... A combinação dos dispositivos do decreto estadual nº 11 351, de 12 de junho de 1937, com os do regulamento para sua execução, baixado pela Secretaria da Fazenda em 7 de dezembro de 1939, leva a essas conclusões, corroboradas recentemente pela circular da mesma Secretaria nº 811, de 11 de fevereiro de 1943, que ajuntou a restrição de não poder ser designado como destinatário o próprio expedidor, ainda que comerciante, se não tiver estabelecimento no destino:

"É vedado a todo e qualquer comerciante estabelecido despachar "ao mesmo", ou "à ordem", desde que não possua filial, agência, ou depósito em seu nome, para efeito de vendas no local para onde destinar os seus produtos".

102 Tôdas essas limitações, quaisquer que sejam os motivos fiscais que as inspirem, representam um cerceamento injusto da circulação das mercadorias e não podem evidentemente prevalecer Visa-se, com as mesmas, coibir o comércio clandestino, mas a maneira de o fazer não está certa Para reprimir êsse comércio ilícito, o fisco, em vez de tolher o movimento das mercadorias, deverá ficar de olhos abertos para lançar como comerciantes tanto aquêles que habitualmente as receberem para revenda com o fim de lucro, como aquêles que habitualmente as expedirem nas mesmas condições A qualquer pessoa, comerciante ou não, deve ser lícito receber ou expedir mercadorias Do contrário, estará em má situação o fazendeiro que quiser receber ou expedir diretamente mercadorias, umas vêzes de sua produção,

outras vêzes adquiridas fora da casa comercial, num leilão da Alfândega, por exemplo Aliás, êle está atualmente à mercê da boa vontade do fisco estadual, que quebra o próprio preceito para abrir casuìsticamente uma exceção que, pela lei do país, deve constituir a regra

103 Justapondo-se, neste particular, ao conhecimento de transporte, a projetada guia nacional aliviará o comércio interno, sobretudo o que se processa entre os municípios, de exigências excessivas, onde quer que se formulem, ainda quando ao fisco regional pareça difícil acompanhar com o título do impôsto o movimento do título e das mercadorias .

104 A não ser, portanto, o desembaraque em trânsito, promovido pelo próprio dono, que poderá ser não apenas o expedidor ou o destinatário mas ainda o endossatário ou o portador do conhecimento, nada mais pode deter ou embaraçar a marcha das mercadorias que viajarem cobertas com a guia de exportação

105 Dessa afirmativa ressalva-se, é bem de ver, a parada imposta pela necessidade do transbôrdo ou baldeação inerente ao transporte, a qual, como contingência inevitável, interrompe necessàriamente o curso das mercadorias. Essa interrupção dá ensejo a que surjam concomitantemente interêsses fiscais cuja defesa se pode, entretanto, promover sem quebra do princípio do livre trânsito, limitando o tempo da sua duração justamente ao intervalo preciso para que aquela operação se efetue

106 Como se sabe, o livre intercâmbio das mercadorias entre as unidades administrativas do país constitui, desde os primórdios da nossa independência política, uma doutrina constantemente pregada mas jamais praticada em tôda a sua pureza, devido à dificuldade de conciliá-la, na prática, com a satisfação das necessidades tributárias das referidas unidades Talvez só a fusão dos aparelhos arrecadadores da União, do Estado e do Município, estabelecida por um plano adequado, consiga realizar plenamente êsse desiderato, em direção ao qual passos vigorosos vêm sendo dados últimamente, entre os quais o mais largo certamente será a extinção, tantas vêzes adiada, do impôsto de exportação interestadual Todavia, restam sempre alguns problemas práticos a resolver a fim de harmonizar, com o livre trânsito, os interêsses relacionados com os dois grandes tributos estaduais: o impôsto de vendas e consignações e o impôsto de exportação exterior, interêsses êsses que se reavivam na oportunidade em que as mercadorias tenham de estacionar para sofrer transbôrdo ou baldeação

107 Quanto aos interêsses oriundos do impôsto de vendas e consignações, cuja incidência se repete, como se sabe, a cada operação de venda, aparecem, naquela oportunidade, com o risco, que se cria, para o intermediário da reexpedição de ser havido como um novo vendedor para o destino e para o fisco de ser lesado pelo desvio e venda local da mercadoria pelo suposto intermediário

108 A guia única, portadora das indicações da localidade de trânsito e do consignatário das mercadorias nessa localidade, guia essa que aí receberá o simples "visto" da fiscalização, pela qual poderá ser eventualmente retida até a reexpedição, resolve ambos os problemas ou, melhor, atende a ambas as faces do problema exposto.

109 De um lado, deixa de correr o risco de se ver indiciado como vendedor das mercadorias, para o fim do impôsto de vendas e consignações, quem simplesmente as redespachar Atualmente a renovação da guia, onde quer que seja exigida, dá lugar a êsse contratempo, tanto no comércio interestadual como no intermunicipal A êle está sujeito na Bahia, por exemplo, tanto o intermediário que, na cidade do Salvador, retira do cais uma partida de mercadorias vinda de São Paulo e a redespacha depois pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro para o destinatário real em Juàzeiro como aquêle que, em Cachoeira, retira do vapor da Navegação Baiana uma partida vinda da cidade do Salvador e a redespacha depois pela E F. Central do Brasil (incorporada à V F F L B) para Contendas Num e noutro caso tem o intermediário de emitir uma "declaração de recebimento" para poder retirá-la no ponto de baldeação e depois uma "guia de trânsito" para fazê-la seguir para o destino

110 De outro lado, deixa o fisco, por sua vez, de correr o risco de se ver prejudicado pelo intermediário que pretenda desviar as mercadorias e revendê-las clandestinamente, subtraindo-se assim tanto ao impôsto de vendas e consignações como aos demais impostos e taxas que oneram o comerciante de portas abertas Presentemente, a substituição da guia, que, enquanto não realizada, desliga as mercadorias da corrente onde se exerce a vigilância do fisco, possibilita essa fraude, aliás de rara ocorrência por exigir a participação da casa comercial de procedência, que há de extrair a fatura e efetuar o lançamento em nome de um comerciante do destino. Agora ficará a fraude coibida por completo desde que a fiscalização da localidade de trânsito retenha a guia até que o intermediário não comerciante efetue o redespacho das mercadorias.

111 Relativamente aos interêsses provenientes do impôsto de exportação, emergem os mesmos com excepcional relêvo na oportunidade do trânsito desde que se considere que êsse tributo não recai indistintamente sôbre tôdas as mercadorias, mas apenas sôbre aquelas de *produção do Estado,* remetidas para o estrangeiro (Const Fed art 23, I, *e*; Conferência Nacional de Legislação Tributária, norma 17ª) Isso significa que o Estado não pode sujeitar ao seu próprio impôsto de exportação mercadorias produzidas em outros Estados, quer passem em trânsito, direto ou indireto, no seu território, quer daí saiam depois de se haverem aparentemente incorporado à massa do comércio interno

112 Na primeira hipótese, chegando as mercadorias acompanhadas da guia de exportação, seja exterior, seja interestadual, conforme haja ou não repartição aduaneira na procedência, já devem trazer, inserta naquela, a prova do pagamento do impôsto no Estado de origem A possibilidade de *substituição,* no Estado de

trânsito, da mercadoria entrada por outra de melhor qualidade tende a desaparecer com o desenvolvimento do serviço federal de classificação e padronização, mas, à parte essa perspectiva, não parece merecer deveras cuidado de maior monta, uma vez que, em lugar da substituta, fica a mercadoria entrada, que, já agora, pagará impôsto no caso de exportação para o estrangeiro Tão pouco parece merecer cuidado a possibilidade de *desvio*, no Estado de trânsito, da mercadoria entrada e sua venda pelo intermediário, uma vez que aí já chega a mesma onerada, não apenas com o impôsto de vendas e consignações, mas ainda com o impôsto de exportação, o que anula a vantagem que a operação pudesse oferecer

113 Todavia, onde essa possibilidade parecer mais próxima e se achar difícil a fiscalização, poder-se-á adotar o expediente de recolher a mercadoria em trânsito indireto a depósitos do Estado ou fiscalizados pelo Estado, *ad instar* do que se preceitua na Bahia:

> "Os gêneros ou mercadorias, quando não forem imediatamente baldeados para outro veículo em que tenham de continuar o seu trânsito, serão recolhidos a entrepostos, trapiches, depósitos ou armazéns do Estado ou autorizado pelo Secretário da Fazenda e que se submetam ao disposto na presente lei".
>
> (Lei est da Bahia n º 2 226, de 16 de setembro de 1929, art 42)

114 Nessa eventualidade importará resguardar, com o interêsse legítimo do Estado, o interêsse não menos legítimo do dono das mercadorias, estatuindo que o armazém destinado a recolhê-las deve oferecer os requisitos indispensáveis à sua boa conservação, o que nada mais representa do que estender ao Estado, que fôrça o armazenamento, a exigência feita ao particular, que o faculta, no caso de mercadorias classificadas, aliás também sujeitas, em trânsito, à fiscalização do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura (Dec fed n º 5 739, de 29 de maio de 1940, arts 60, 66 e 67)

115 O prazo para primeira apresentação da guia no Estado de trânsito precisa ser òbviamente limitado, como aliás vem sendo na prática fiscal dos Estados, entre os quais o da Bahia, que o fixou em 60 dias, primeiro no convênio com Pernambuco (cláusula quinta), depois em lei, editada com a possibilidade de prorrogação por 30 dias (Dec n º 8 619, de 30 de agôsto de 1933, art 1 º) e, finalmente, o ampliou para 6 meses, cancelada a possibilidade de prorrogação (Dec n º 8 730, de 12 de dezembro de 1933)

116 Na segunda hipótese, isto é, da mercadoria entrar no Estado com guia de *exportação interestadual* comum, sem pagamento do impôsto de exportação no Estado de origem, mas vir a ser depois despachada para o exterior, dá-se a evolução de um comércio direto em comércio de trânsito, em que se entrelaçam agora duas dificuldades de ordem fiscal:

a) — a identificação da mercadoria;

b) — a arrecadação do impôsto de exportação.

Essas dificuldades sobem ao máximo se, no período de estacionamento, a mercadoria tiver sido submetida a operações de mistura ou de redistribuição com outras de origens diversas para formar tipos comerciais adequados ao mercado externo

117 A identificação da mercadoria de produção de um Estado que aparentemente já se havia integrado à massa do comércio interno de outro, de onde é depois exportada para o estrangeiro, pode-se fazer pelo confronto da guia de *exportação exterior*, com a guia de *exportação interestadual* que a precedeia, bem como pela fatura comercial correspondente Quanto maior fôr o intervalo de tempo entre uma e outra guia, tanto menor será a probabilidade de uma fiscalização perfeita, aumentados, portanto, os riscos de substituição da mercadoria Admitida embora essa possibilidade, está visto que a mercadoria lançada na guia de exportação exterior estará sujeita ao impôsto de exportação do Estado de origem até o montante da registrada na guia de exportação interestadual, cobrando o outro Estado o seu próprio impôsto sôbre o excesso porventura existente

118 Entretanto, o exportador, via de regra, só se dará ao zêlo de mencionar ser a mercadoria de produção de outro Estado no caso dêste não a gravar com o seu impôsto de exportação, ou, gravando-a, ser o impôsto *mais baixo*, pois, no caso contrário, isto é, de ser *mais alto* preferirá declarar ser a mercadoria de produção do próprio Estado de onde se exporta. Atrás da dificuldade da identificação esconde-se, por conseguinte, um sério problema fiscal, o da diferença de campos de incidência e de taxas do impôsto de exportação entre Estados vizinhos Essa diferença gera o perigo das competições tributárias e expõe a mercadoria a ser intencionalmente expedida do Estado de origem rumo ao fronteiriço de produção similar para o fim de neste ser reexportada com menor pagamento de impôsto Conquanto escape ao alcance do presente trabalho propor a solução dêsse problema que redunda no descaminho de mercadorias com evasão de rendas para uma das Unidades Federadas, vale a pena transcrever aqui, para melhor focalizá-lo no tocante à Bahia, um quadro de diferença de taxação, compreensiva de alguns dos principais artigos regionais de exportação, apresentado à Conferência Geo-Econômica, aqui reunida em 1941:

IMPÔSTO DE EXPORTAÇÃO

1941

UNIDADES FEDERADAS	TAXAÇÃO (%)				
	Cacáu	Café	Couros e peles	Fumo	Mamona
Bahia	10	8	10	10	7
Sergipe	5	5	5	5	5
Alagoas.	8	8	8	8	8
Pernambuco,.	5	6	6	5	10
Espírito Santo	4	5	8	8	8

Fonte: *Orlando Garcia,* Boletim de Informações *da Secretaria da Fazenda, de fevereiro de 1941, n.º 20, pág. 17.*

119 A arrecadação do impôsto, na segunda hipótese, precisa ser acertada prèviamente entre as Unidades Federadas, entre tôdas e não sòmente entre as vizinhas, sem o que a mercadoria poderá saír para o estrangeiro sem pagar impôsto a nenhuma delas Segundo se alega, antes da guerra, firmas da Bahia exportaram fumo e couro para o Rio Grande do Sul e Pernambuco, de onde os teriam reexportado para o estrangeiro sem pagamento do impôsto de exportação, por serem, conforme provaram, de produção bahiana

120. A arrecadação extraterritorial dêsse tributo parece ser uma contingência inevitável para a coordenação dos sistemas tributários estaduais, mormente se se considerar a existência de grandes Estados Mediterrâneos, cujos escoadouros naturais são os Estados marítimos vizinhos. No sul, assim é praticada no Distrito Federal há muito tempo, isto é, desde que a lei federal n º 25, de 30 de dezembro de 1891 (orçamento da receita) dispôs no artigo 5 º:

> "É permitida aos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo a arrecadação de seus impostos de exportação no Distrito Federal, procedendo cada um dêsses Estados de harmonia com a sua legislação fiscal".

121 Também é praticada fora do Distrito Federal, entre Estados limítrofes, em virtude de convênios fiscais ajustados entre os mesmos, como os existentes entre Bahia e Pernambuco, de 1913, e entre Bahia e Minas, de 1915, convênios êsses cuja necessidade foi reconhecida pela Conferência Nacional de Legislação Tributária, que assim estatuiu na "norma" 43 ª":

> "Os Estados e os Municípios poderão celebrar convênios, segundo os quais a arrecadação de um ou mais tributos de um dêsses poderes seja executada pelas agências exatoriais de outro, mediante remuneração correspondente ao custo da arrecadação convencionada".

122. As dificuldades, a que se vem aludindo, da identificação da mercadoria e da cobrança tributária, se desvaneceriam se se determinasse, pura e simplesmente, que pagaria o impôsto de exportação do Estado de saída tôda mercadoria que não o houvesse pago de outro, isto é, tôda mercadoria que não trouxesse de outro Estado uma guia de exportação, seja exterior, seja interestadual, com a prova do referido pagamento A essa solução, que só reconheceria a primeira hipótese, desprezando a segunda, se opõe, entretanto, a Constituição Federal, que dá a cada Estado o poder de decretar impôsto de exportação sòmente sôbre mercadoria *de sua produção*, nada valendo, a meu ver, o argumento *a contrario sensu* que se pretendesse extrair da "norma" 18 da Conferência Nacional e Legislação Tributária, cujo texto, além de empregar impròpriamente a palavra "procedência" em vez de "origem", se presta deveras a equívoco:

> "As mercadorias em trânsito destinadas à exportação não estão sujeitas ao impôsto, uma vez provado o pagamento devido ao Estado de procedência, ou a sua isenção".

123 Do expôsto se vê que a guia única, como documento apto a circular e valer entre todos os Estados, ao contrário do que acontece no presente com qualquer guia regional, atende plenamente aos interêsses provenientes do impôsto de exportação que se manifestam no trânsito e proporciona uma base segura para que sejam atendidas, mediante ulteriores providências de ordem exclusivamente fiscal, até os interêsses que se suscitam na imprevista evolução de um comércio direto interno em comércio de trânsito internacional.

IV

REDUÇÃO DE DOCUMENTOS AO DENOMINADOR COMUM DA GUIA

124. Ao tratar do modêlo da guia, o anteprojeto, sem adotar ainda qualquer um, o que viria a fazer, em caráter transitório, nas disposições finais, se limitou aqui a traçar as linhas gerais a que, em qualquer tempo, deverá obedecer Assim, deixou folga para as inovações que a prática e a legislação venham a aconselhar, o que condiz com a natureza peculiar do formulário, que não se coaduna com a rigidez, mas requer sempre certa flexibilidade

125 Onde a experiência inculcava positivamente determinada solução, esta foi tomada; onde, porém aconselhava deixar frouxa a solução, esta assim ficou Dentro dessa orientação, tratou-se da côr, do tamanho e da disposição dos dizeres do modêlo, bem como dos seus dados essenciais e do modo de preenchê-los

126. A diferenciação das guias das três correntes de exportação, exterior, interestadual e intermunicipal, por meio de côres é de manifesta conveniência, sobretudo para a estatística. Ao invés, porém, de se fazer por meio de uma faixa marginal, ou de contôrno, far-se-á por meio de impressão em papel de côres diferentes, o que a tornará não só mais completa como principalmente mais fácil As côres escolhidas foram, respectivamente, a amarela, a azul e a branca, porque, ao passo que o papel das duas primeiras côres é acessível aos comerciantes da exportação exterior e interestadual, só o papel de côr branca o é francamente aos comerciantes da exportação intermunicipal. Aliás, esta é a tradição das nossas guias, pois a federal adota o papel amarelo para a exportação exterior — modêlo B — e branco para a interestadual — modêlo A — (Dec n º 15 813, de 13 de novembro de 1922, art 9 º) e a estadual da Bahia o papel amarelo para a exportação exterior e o azul para a interestadual (Dec n º 11 279, de 22 de março de 1939, art 4 º, § 1 º), prevalecendo na guia municipal da Bahia o papel branco.

127. O tamanho escolhido para as guias foi o do papel de ofício, isto é, as dimensões de 33 por 22 centímetros, podendo ser utilizado no sentido do comprimento ou da largura, conforme se preferir no modêlo Êste tamanho foi adotado por óbvias razões, entre as quais a de ser o tamanho comum nos impressos oficiais brasileiros e estrangeiros, a de facilitar

a guarda nos arquivos-padrões de aço, a de estar abonado pela prática das guias atuais. De fato, a guia federal o adota (Dec n.º 15 813, *cit*, art. 9.º) assim como a guia estadual da Bahia (modêlos anexos ao reg. aprovado pelo Dec n.º 11 311 de 28 de abril de 1939), com a diferença de que a primeira o utiliza no sentido do comprimento e a segunda no da largura Se algum dia se tornar necessário aumentar o espaço disponível nas guias, nem por isso se tornará mister mudar o formato, agora fixado, porque haverá o recurso à fôlha dupla

128. A utilização no sentido do comprimento ou da largura depende do arranjo dos dados Na exportação exterior, provàvelmente prevalecerá a utilização no sentido da largura, devido à necessidade de haver na guia colunas para "pauta", "valor oficial", "taxa" e "impôsto de exportação", ao lado de outras colunas que pertencem, em comum, às três espécies de guias Na exportação interestadual e na intermunicipal, ao contrário, talvez venha a preponderar a utilização no sentido do comprimento, por não haver a mesma necessidade, a que se acaba de aludir A faculdade da redução do tamanho da guia de exportação intermunicipal inspira-se na experiência das guias internas da Bahia, de "trânsito" e de "estatística econômica"

129 As normas preceituadas, sem caráter absoluto, para a disposição dos dizeres do modêlo, justificam-se por si mesmas A reserva da face para os dados que devem ser preenchidos pelo expedidor facilita a tiragem múltipla, evitando que o mesmo precise mudar a posição do papel e ajustar de novo o carbono para terminar o serviço. A destinação do verso para as averbações e os certificados de repartições públicas e entidades autárquicas, que devam intervir na exportação, corresponde à ordem natural das cousas, porque essas repartições falarão sucessivamente, cada qual de per si, em vias diferentes. A cautela de separar o rodapé do verso para a estatística, inclusive a do Banco do Brasil, na exportação exterior, permitirá que, por simples dobradura do papel, se disponha de espaço em branco para codificação dos dados logo abaixo dêstes sem que seja preciso ao codificador virar a guia em ida e volta tantas vêzes quantas sejam os dados da face a codificar no verso. Não podia ser separado, para êsse fim, o cabeçalho do verso, porque, ainda quando não cobrisse necessàriamente dados a codificar, seriam êstes cobertos pela mão e pelo punho do codificador.

130. Na exportação exterior a face acusará um aumento considerável de dados com a junção ao modêlo dos que constam do rodapé da guia de embarque, ou guia de exportação, da Fiscalização Bancária Na transposição dêsse rodapé para o da nova guia de exportação, aumentar-se-á a coluna de observações, suprimindo-se a de corretor, que não tem utilidade Com efeito, a guia é apresentada à Fiscalização Bancária conjuntamente com o contrato de câmbio, do qual consta o nome do corretor, por quem é assinado. Por isso, o nome do corretor, repetido desnecessàriamente em seis vias obrigatórias da guia, pareceria obedecer ao deliberado propósito de revelar os seus negócios a terceiros, inclusive aos seus colegas, embora aquelas se distribuam sòmente entre repartições idôneas, passíveis de sanções em caso de quebra de sigilo. Com êste cancelamento, o rodapé da guia de embarque da Fiscalização Bancária passará para a nova guia de exportação, para ser preenchido como acontece naquela, pelo exportador das mercadorias.

131 Na exportação interestadual, e na intermunicipal, porém, a face deixará de sofrer êsse aumento, ficando livre o seu rodapé, seja para comportar uma lista maior de mercadorias, seja para receber averbações que deveriam lançar-se no verso. Se esta segunda solução fôr preferida, a escolha, para preenchimento do rodapé, recairá provàvelmente nos "vistos" da fiscalização estadual, que, nessas correntes de comércio, se hão de suceder, às vêzes, com relativa freqüência no transporte rodoviário Bastará deixar, sob o título "para uso da fiscalização" um espaço em branco, sem dizeres impressos, capaz de amoldar-se às diferentes praxes das repartições, postos ou agentes fiscais, alguns dos quais costumam empregar nos papéis, carimbos ora grandes, ora pequenos, com o nome da repartição, número ou local do pôsto, data e rubrica do guarda, enquanto outros nêles apõem, manuscritas, simplesmente a data e a assinatura do guarda.

132. Incidentemente, vale a pena registrar que a observação que acaba de ser feita se acha confirmada, na Bahia, pela experiência da "guia de trânsito", cujo rodapé deixou de ter adequada utilização porque o quadro nêle contido não corresponde às praxes correntes trazendo, como traz, sob o cabeçalho de "espaço reservado para a fiscalização" quatro colunas, de três linhas cada qual, sob os seguintes títulos:

a) — data
b) — lugar da fiscalização
c) — assinatura do fiscal
d) — observações

133. Isso pôsto, releva dizer que o arranjo geral se faz de modo que, em vez de um modêlo diferente para cada via da guia, como acontece com a guia do Banco do Brasil e com a guia estadual da Bahia, existirá um só modêlo para tôdas as vias, sem prejuízo do mandamento segundo o qual cada uma delas trará em lugar destacado o destino que deve tomar:

a) — o número de cada uma das vias da guia será pôsto a carimbo, ou a mão, no lugar próprio;
b) — o destino de cada qual será esclarecido pela distribuição impressa em tôdas abaixo do número.

134. Dêsse modo, em vez de um jôgo de documentos, em que a inutilização de um torna imprestáveis os demais, haverá apenas um documento, fàcilmente substituível porque o expedidor encontrará o impresso em abundância seja no seu escritório, seja no comércio de papelaria, onde passará a ser vendido avulso,

por tôda a parte, como o da duplicata e o da nota promissória Com um modêlo único, não se promove apenas uma simplificação, mas se logra ainda uma dupla economia: a da impressão inicial, que será de uma só chapa, e a da substituição intercorrente, que se fará unidade por unidade e não jôgo por jôgo Pouco importa fique no verso de tôdas as vias o espaço para codificação, que apenas em algumas se usa, tanto mais quanto em outras poderá eventualmente vir a usar-se

135 Como apêndice da guia, previu-se uma fôlha suplementar destinada a receber eventualmente a continuação da lista de mercadorias constantes da face, quando aí o espaço não bastar Esta fôlha terá serventia não só quando se expedirem realmente numerosas espécies de mercadorias, como ainda quando se expedir uma só espécie para numerosos compradores, com separação dos lotes pelas marcas em linhas sucessivas, como atrás já se viu

136 Nas três correntes de exportação parece de bom aviso deixar também o verso em branco sob o título "para uso das repartições", a fim de que as averbações e certificados que do mesmo devem constar possam ser lançados por meio de carimbo, grande ou pequeno, ou de nota manuscrita ou datilografada, à feição da praxe das respectivas repartições As averbações são de conferência de cálculo de impôsto, quitação dêste, conferência de embarque, de não-embarque, de embarque parcelado e os certificados são todos aquêles a que se aludiu no comêço da presente exposição, sem falar nos selos que podem acompanhar eventualmente uns e outros

137 Conquanto possa parecer que o verso da guia não comportará tanta cousa, a aparência cedo se desvanecerá com a consideração de que:

a) — os certificados não se exigem concomitantemente, mas alternadamente;

b) — os certificados se reduzem a quase nada desde que despojados da identificação das mercadorias, que é o que os torna grandes atualmente;

c) — os certificados podem, na sua maioria, transformar-se em simples "vistos", apostos em carimbos circulares semelhantes aos usados nos correios e telégrafos

138 Tanto é possível essa transformação, que algumas repartições federais, mediante entendimento com a Guardamoria da Alfândega, já substituíam, na Bahia, os seus certificados por um simples "visto" na guia federal de exportação interestadual, havendo procedido assim o Serviço de Economia Rural, o Serviço de Defesa Sanitária Vegetal e a Capitania dos Portos Trata-se, pois, de tornar regra geral o que é hoje exceção estendendo a tôdas as repartições o que constitui prática de algumas e ampliando tôdas as correntes de comércio, o que só se aplica à exportação interestadual

139 A exceção deve ser daqui por diante o certificado autônomo, o qual ficou ressalvado para o caso, nada vulgar, de haver conveniência comercial em destacá-lo quer para girar de outro modo, quer para receber uma versão no idioma do país importador De referência ao tamanho, de todos os certificados talvez só o de classificação do Serviço de Economia Rural e o de conferência da Confederação Nacional das Indústrias escapem à possibilidade de redução à forma de um simples "visto", mas não escapam, e isso é o que importa, à possibilidade de serem lançados no verso da própria guia

140 Na verdade, o Serviço de Economia Rural expede dois certificados tanto mais distintos e inconfundíveis quanto são sucessivos, a saber:

a) — o certificado de classificação de mercadorias;

b) — o certificado de fiscalização da exportação

(Dec n.º 5 739, de 29 de maio de 1940, art 49)

141 Ao passo que o primeiro pode e costuma ser um documento realmente longo, portador, não raro, de extenso "romaneio", e cuja autonomia deve ser conservada, pois constitui um documento hábil para tôdas as transações comerciais nos mercados do país, o segundo, dependente do primeiro, compreensivo, em regra, de uma parte apenas das mercadorias dêste, não passa de um documento curto, desde que seja despido dos elementos identificadores que já constam da guia de exportação

142 Além dêsses elementos, êsse certificado contém a mais apenas a classificação, que ocupará, no máximo, uma linha, se fôr assim disposta, ou cinco linhas, se fôr disposta em carimbo para formar um campo isolado no verso *Isso porque os produtos se classificam* quase sempre em dois, três, quatro e cinco grupos, no máximo, com exceção do fumo e do café, que se classificam em maior número de grupos, sem que isso altere a afirmativa anterior, porquanto nenhum exportador mandará para o estrangeiro todos os grupos ou tipos simultâneamente, mas apenas dois, três e, no máximo, quatro A título de exemplo transcrevo aqui três das classificações que passaram pelas minhas mãos, referentes a conhecidos produtos da exportação baiana:

a) — Cacau, para Nova Iorque:
"classificação — Tipo bom
Lote 307"

b) — Fumo, para Gibraltar, via Lisboa:
"classificação — Procedência: Feira
Secagem: TG (galpão)
Classe: FL
Safra: 1942/1943"

c) — Peles de cabra, para Nova Iorque:
"classificação — Classe 1ª: 296 peles
Classe 4ª: 4 peles
Tipo II: 300 peles"

143 Nestas condições, êsse segundo certificado poderá perfeitamente ser passado, a carimbo, a máquina ou a mão no verso da própria guia de exportação, uma de cujas vias, instruída com o primeiro, será apresentada, para isso

ao Serviço de Economia Rural e seguirá depois com as mercadorias para ir ter com estas às mãos do importador, como quer a regulamentação padronizadora

144 Outrotanto sucede ao certificado de conferência da Confederação Nacional da Indústria com a vantagem de que neste as declarações relativas à espécie, origem e quantidade das matérias primas utilizadas na composição das mercadorias devem ser lançadas desde logo pelo próprio exportador, cabendo àquela entidade, diretamente ou através de suas filiadas e delegações, certificar em seguida a veracidade das mesmas, o que poderá ser feito com simples carimbo de "visto"

145 Com efeito, êsse certificado, cuja face ou anverso reproduz a face ou anverso da guia de exportação, sem falta sequer de autorização ao despachante aduaneiro para despachar as mercadorias, não passa, no verso, das referidas declarações, que pouco espaço geralmente ocupam, conforme se vê destas amostras colhidas ao acaso entre as que manuseei sôbre artigos semimanufaturados ou manufaturados e matérias primas:

a) — Peles para Washington:

"13 fardos com 5 000 peles de cabras pesando quilos 2 544 líquidos — Brasil"

b) — Cloridrato de emetina, para Caracas, Venezuela:

"Alcaloide extraído da raiz de ipeca (espécie); 80 quilos de raiz de ipeca (quantidade); Brasil (origem da matéria prima); Instituto Brasileiro de Farmácia e Biologia (nome do fabricante)"

c) — Cromo para Nova Iorque:

"Minério de cromo (cromita) em estado natural, teor base 45% $Cr_2 O_3$ (espécie); 1 016 000 ks (quantidade); Brasil (origem); Mineração Geral do Brasil Ltda (fabricante)"

146 Havendo necessidade de aposição de selos, far-se-á a mesma no verso da guia, procedendo-se à inutilização dos selos com o carimbo de "visto", que traz sempre o nome da repartição e a data e, às vêzes, um lugar para a rubrica do funcionário Na exportação exterior, por exemplo, os certificados sanitários do Serviço de Defesa Vegetal e do Serviço de Defesa Animal levam sêlo Na exportação interestadual e intermunicipal, o certificado de "permissão de trânsito" do Serviço de Defesa Vegetal não leva sêlo algum, mas, à semelhança dos primeiros, é precedido de requerimento devidamente selado (Cr$ 3,20), o qual se exige também para alguns "vistos" e nem em todos os casos se poderá evitar

147 Dêsse modo, o verso da guia, integrado, em cada caso, pelos dizeres da face, que será uma espécie de denominador comum de vários certificados, propõe-se a substituir e absorver os documentos oficiais comprobatórios do cumprimento de formalidades legais exigidas na expedição, documentos êsses que costumam ser previstos e ressalvados, ao lado do conhecimento de frete, nas leis, regulamentos e convenções sôbre transporte em têrmos semelhantes aos usados na Convenção de Varsóvia, para a unificação de certas regras do transporte aéreo internacional:

"1) — O expedidor é obrigado a prestar as informações e juntar ao conhecimento aéreo os documentos que, antes da entrega da mercadoria ao destinatário sejam precisos para o cumprimento de formalidades de alfândega, de barreira ou de polícia; e será responsável, perante o transportador, por todos os danos que resultarem da falta, insuficiência ou irregularidade dêsses documentos e informações, salvo no caso de culpa do transportador ou de seus prepostos;

2) — O transportador não é obrigado a examinar se são exatos ou suficientes êsses documentos e informações"

(Convenção de Varsóvia, promulgada no Brasil pelo Dec n° 20 704, de 24 de novembro de 1931, art 16)

148 A fim de que a face possa desempenhar êsse papel de denominador comum de vários documentos, há de conter todos os dados indispensáveis para que cada expedição fique plenamente identificada, vale dizer, todos os dados do conhecimento de transporte e eventualmente outros reclamados por finalidades especiais A enunciação dos dados essenciais da guia torna-se, portanto, um ponto assaz delicado, porque, de um lado, se deve ajustar ao conhecimento do transporte e, de outro, se deve completar com dados estranhos ao mesmo

149 A guia tem de se ajustar forçosamente ao conhecimento de transporte, de se configurar como o correlativo oficial dêsse instrumento particular de contrato celebrado entre o expedidor e o transportador, sem embargo de poder alongar-se do mesmo em tudo quanto não contravenha a lei especial que o regula A conciliação não exclui, portanto, a extensão dos requisitos, mas apenas a condiciona, o que quer dizer que se admite o "mais", não o "contra" Aliás, basta passar do molde legal do conhecimento de transporte para o do conhecimento aéreo, que constitui uma espécie do gênero, para verificar que êste, de par com as características gerais daquele, apresenta também suas diferenças específicas, consubstanciadas em maior número de indicações

150 À semelhança do que acontece no conhecimento, a guia exige, entre as suas indicações, o nome do destinatário e permite a sua substituição pela cláusula *à ordem* ou *ao portador* Nem se compreenderia que se dispensasse o nome nem tampouco que se recusasse a cláusula: iria por água abaixo, sem mais aquela, um instituto acolhido com justos aplausos pelo benefício que trouxe à lavoura dos nossos principais produtos, o café, o açúcar, o algodão, o arroz

151 Nem sempre a necessidade de conciliar, neste ponto, os dois papéis tem sido observada na *esfera regional, onde o segundo costuma* ser estruturado em desacôrdo com o primeiro já por omissão, já por oposição Haja vista, na Bahia, a guia de exportação, para o comércio exterior e interestadual, que suprime o nome do destinatário, por não interessar ao fisco estadual, bem como a guia de trânsito interno, para o comércio intermunicipal, que o mantém de modo rígido, sem admitir a cláusula, por importar ao fisco não perder de vista quem haja de responder em seguida pelo impôsto de vendas Ora, além de não poder ser vetada, a cláusula, como já se viu, tanto facilita as remessas múltiplas de um mesmo expedidor, como ativa os negócios em geral Ao invés, pois, de seguir qualquer dos citados precedentes, a guia projetada exige a menção do nome do destinatário com a possibilidade de ser substituída pela cláusula, como a exige o conhecimento do transporte em geral, secundado, de forma implicitamente remissiva, pelo conhecimento aéreo, quando pede o nome do destinatário *"se houver cabimento"* (*Cod Bras do Ar* art 77)

152 A indicação do meio de transporte, ou via de expedição, oferece o maior interêsse para a estatística de um país cuja extensão torna o *transporte um fator relevante em* quase todos os problemas. No comércio marítimo, fluvial e aéreo se pediu indistintamente, ao lado do nome da embarcação ou da aeronave, também a sua nacionalidade Porque essa indicação tem sempre cabimento na navegação de longo curso, tanto marítima como aérea, isto é, entre o Brasil e um país estrangeiro, como às vêzes igualmente o tem na própria navegação marítima de cabotagem e na navegação aérea interna, isto é, entre pontos do território nacional

153 De pé continua, por motivos econômicos e militares, que em outros países determinam a mesma exclusividade, o privilégio concedido aos navios e aos aviões brasileiros para fazerem a navegação marítima de cabotagem e a navegação aérea interna (Const fed art 16, XII; Cód Brasileiro do Ar, art 48) Todavia, o regulamento da marinha mercante e navegação de cabotagem, excepcionalmente, autoriza o Govêrno a permitir aos navios estrangeiros o transporte de mercadorias de uns portos para outros *do Brasil nos casos* de guerra externa, comoção intestina, bloqueio estrangeiro, embora sem declaração de guerra (Dec fed n º 10 524, de 23 de outubro de 1913, art 5º, letras *f* e *g*) O Código Brasileiro do Ar, excepcionalmente, só autoriza o Govêrno a permitir aos aviões estrangeiros o transporte de correspondência postal e de passageiros entre pontos do território nacional, excluído portanto, o transporte de mercadorias (Código Brasileiro do Ar, art 48). Essa limitação foi posteriormente encarecida pelo regulamento para fiscalização aduaneira dos transportes aéreos, de acôrdo com o qual as Alfândegas devem exercer a máxima vigilância para impedir que aeronaves estrangeiras efetuem transportes de cargas e encomendas entre pontos do território nacional (Dec nº 11 107, de 16 de dezembro de 1942, art. 3º)

154 Quanto ao comércio fluvial, assim dispõe também o regulamento da navegação de cabotagem:

> "A navegação dos rios e águas interiores do Brasil continua permitida a tôdas as nações limítrofes, nos têrmos das convenções e tratados "
>
> (Dec nº 10 524, de 23 de outubro de 1913, art. 9º)

155 Graças a essa franquia é que as embarcações argentinas logram fazer, no rio Paraguai, vantajosa concorrência às brasileiras, do Loide e de outras emprêsas

156 De qualquer forma, portanto, convinha dispor como se dispôs para que a fórmula abrangesse todos os casos possíveis, inclusive os excepcionais atrás referidos

157 A indicação do valor visa obter, em última análise, o preço das mercadorias sem as despesas (valor FOB), que constitui o dado adequado à estatística da exportação, assim como o preço das mercadorias com as despesas constitui o dado próprio à estatística da importação (valor CIF) Como se sabe, o uso comercial criou e mantém três tipos diversos ou condições de vendas: FOB, em que o preço cobrado do comprador se limita ao custo da mercadoria, posta a bordo ou no vagão, na procedência; C&F, em que êsse preço abrange o custo e o frete até o destino; CIF, em que o preço compreende o custo da mercadoria, o frete e o seguro até o destino

158 Ao sabor das conveniências recíprocas do vendedor e do comprador, que se manifestam quase sempre em função das oscilações do mercado, ou, mais precisamente, ao compasso das flutuações da oferta e da procura, as vendas se fazem ora numa ora noutra dessas três condições De ordinário, ao vendedor convém *mais a venda FOB, porque assim deixa de pa*gar à vista o frete e o seguro para os reaver, muitas vêzes, a 60 ou a 90 dias, sem falar na hipótese de os perder por insolvência do comprador, assim como ao comprador convém mais a venda C&F ou CIF porque assim adia o seu próprio desembôlso e conhece logo o preço *exato pelo qual lhe vai ficar a mercadoria no* destino Às vêzes, porém, a venda é FOB, mas o frete e o seguro são pagos pelo vendedor na procedência, por conta do comprador Trata-se, entretanto, de obter, em qualquer caso, o isolamento do preço da mercadoria na procedência, o seu valor FOB, para cômputo na estatística da exportação

159 Na exportação exterior, em que as companhias de navegação informam de antemão o frete ao expedidor, obter-se-á exatamente o que se quer, porquanto a guia exige, para a Fiscalização Bancária, distintamente, o valor da venda, o valor da fatura e o frete. O valor da venda é invariável: corresponde ao valor da mercadoria com as despesas conforme as condições de venda. O valor da fatura é variável

Na venda C&F com frete pago no destino, o valor da fatura aparece pelo líquido; na venda FOB com frete pago pelo expoitador, o valor da fatura aparece com o frete adicionado Há casos em que as comissões são deduzidas das faturas para que os importadores paguem aos agentes dos vendedores A menção do frete permite obtei o valor líquido da mercadoria, que é o valor da venda menos o frete e o seguro

160 Como se depreende, o valor da fatura é ordinàriamente menor que o da venda, pode ser igual a êste (venda FOB com frete e seguro pagos no destino, sem dedução de comissões), como pode também ser maior do que êste (venda FOB com frete e seguro pagos na procedência pelo exportador por conta do importador) Neste último caso, mais raro, o exportador saca contra o importador o valor das despesas De qualquer forma, não se confunde o valor da fatura nem com o valor da venda nem com o valor FOB da mercadoria; êste, que é o que interessa à estatística da exportação, há de ser extraído do valor da venda mediante o abatimento das despesas

161 Na exportação interestadual e na intermunicipal, as emprêsas de transporte só podem dar antecipadamente o valor do frete para as mercadorias ensacadas, não podendo fazer o mesmo para as encaixotadas, que dependem de cubagem Por isso o expedidor está sempre habilitado a determinar exatamente, antes do embarque, para o efeito da guia de exportação, o valor FOB das primeiras, mas não das últimas

162 De parte a própria venda FOB, em que, como é intuitivo, não surge a questão, as vendas C&F e CIF das mercadorias encaixotadas, por se fazerem à base de um cálculo aproximado do frete, apenas permitem deduzir o valor FOB aproximadamente Quer isto dizer que, no comércio interno, a estatística contará com o valor FOB exato das mercadorias na maioria dos casos, mas deverá contentar-se com um valor aproximado nos casos restantes Aliás o expedidor não terá interêsse em fraudar a estimativa do valor FOB, porquanto o impôsto de vendas e consignações vai incidir sôbre o valor, necessàriamente maior, da própria venda, constante da fatura, onde aquêle aparecerá acrescido do frete, quando a venda fôr C&F, e do frete e do seguro, quando fôr CIF

163 A não ser assim, deverá a estatística recorrer ao expediente de fazer passar, depois do embarque das mercadorias, a sua via da guia de exportação pelos escritórios das emprêsas de transporte ou dos respectivos agentes, para anotações dos fretes, o que se tornaria impraticável no caso de pequenos transportadores individuais e dificílimo nos demais casos, notadamente nos de transporte ferroviário O Serviço de Estatística Econômica e Financeira desde o ano passado lança mão dêsse expediente na exportação por cabotagem, fazendo transitar uma das vias da guia de exportação federal pelas companhias de navegação, ou pelos seus agentes, para anotação de fretes, antes de lhe ser a mesma encaminhada pela Guardamoria da Alfândega (Circular da Diretoria de Rendas Aduaneiras n º 18, de 20 de maio de 1942).

164. O regulamento geral dos transportes para as estradas de ferro brasileiras facilita a venda FOB das mercadorias, admitindo o despacho das mesmas com frete a pagar no destino, desde que o seu valor garanta o frete ou se faça, para garantí-lo, o depósito prévio (Reg cit art 25) Que essa franquia corresponde a uma conveniência real do comércio, sobretudo nas grandes praças, de onde as mercadorias se irradiam por vários pontos, prova-o de modo expressivo o quadro abaixo, de despachos de mercadorias na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, em que os conhecimentos de frete a pagar figuram em grande número, excedendo os de frete pago na estação inicial da Calçada (Bahia) e em outros pontos, a despeito da própria ferrovia exigir a segunda modalidade de despacho com referência a certas mercadorias, como as sujeitas a derrame ou vasamento, suscetíveis de, em chegando o casco vazio, dar motivo a questões com a parte:

DESPACHOS DE MERCADORIAS NA V F F LESTE BRASILEIRO

1942

LINHAS	NÚMERO DE DESPACHOS		Total
	Frete pago	Frete a pagar	
Estação da Calçada	14 754	16 896	31 650
Linha principal. .	14 582	5 886	20 468
Linha de São Francisco	20 652	15 773	36 425
Linha de Propriá . ..	15 150	10 430	25 580
Linha da Central da Bahia .	15 720	18 102	33 822
Linha de Santo Amaro	4 760	200	9 940
Linha de Petrolina	4 424	660	5 084
Total	**90 042**	**67 947**	**157 989**

Fonte: Contadoria da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

165 Aí se positiva que, existente a faculdade, o comércio dela se vale largamente nos centros distribuidores como a Bahia, e nos grandes percursos, sem que invalide a conclusão o grande número de despachos de encomendas e de animais com frete pago observados no mesmo ano, porque, nesse caso, não existe liberdade de opção, sendo o frete pago o único admitido:

DESPACHOS DE ENCOMENDAS, ANIMAIS E BAGAGENS NA V F F LESTE BRASILEIRO

1942

LINHAS	NÚMERO DE DESPACHOS			Total
	Encomendas	Animais	Bagagens	
Estação da Calçada	41 238	960	1 248	43 446
Linha principal.	61 640	2 100	274	64 014
Linha de São Francisco	31 596	2 343	1 152	35 091
Linha de Propriá	44 520	2 425	1 250	48 195
Linha da Cent. da Bahia	37 720	2 105	650	40 475
Linha de Santo Amaro	7 874	240	—	8 114
Linha de Petrolina	950	194	30	1 174
Total	**225 538**	**10 367**	**4 604**	**240 509**

166 Ao contrário do regulamento geral dos transportes para as estradas de ferro brasileiras, o regulamento da Comissão de Marinha Mercante, chancelando aliás o acôrdo da Conferência de Navegação de Cabotagem de 13 de agôsto de 1940, dificulta a venda FOB das mercadorias, não admitindo o despacho das mesmas com frete a pagar no destino:

> "Todos os fretes serão pagos contra a entrega dos conhecimentos aos carregadores ou quem suas vêzes faça, não sendo permitido em nenhuma hipótese:
>
> *a*) — fretes a pagar no destino ou em quaisquer outros que não o pôrto de embarque, salvo em casos especiais a juízo da Comissão;
>
> *b*) — fretes liquidáveis por meio de vales "
>
> (Dec nº 7 838, de 11 de setembro de 1941, art 13, § 2º; cf acôrdo cit cl 4ª, § 2º)

167. Pondo de parte a linguagem em que está vasado, êsse preceito não parece atender à conveniência do comércio interno, embora possa atender à comodidade das companhias de navegação com referência ao pronto recebimento dos fretes Pelo menos cerceia a liberdade de tratar o negócio na condição FOB, forçando, de um lado, o vendedor a desembolsar numerário com despesas de frete e de seguro e, de outro, o comprador a receber a mercadoria onerada com um acréscimo de cotação correspondente aos impostos cobrados na procedência e a outras incidências sôbre o montante das referidas despesas integrado no valor da venda

168 Se bem o primeiro aspecto não ofereça maior conseqüência, porque o vendedor, de antemão computa no preço de venda as despesas e os juros, o segundo, entretanto, ganha importância quando se considera o último interessado, que é o consumidor Segundo o cálculo que me foi exibido por uma grande firma exportadora da Bahia, um saco de café embarcado do pôrto da Bahia para o de Belém ali chega atualmente onerado com cêrca de Cr$ 1,25, resultante dos impostos aqui cobrados e outras incidências sôbre Cr$ 11,30, valor do frete (taxas diversas incluídas), integrado no custo da mercadoria vendida C&F ou CIF:

Impôsto de vendas e consignações e taxa de fomento	1,34%
Impôsto de indústrias e profissões e adicionais	1,25%
Comissão ao representante vendedor	2%
Seguro marítimo e de guerra .	2%
Comissão do Banco para cobrança do título	0,50%
Juros na média 60 ds d	2%
Soma	11,09%

169 Não ocorrendo venda, mas, sim, consignação das mercadorias, o valor comercial deverá ser estimado pelo expedidor e corresponder ao que êste espera auferir quando aquela se efetuar mais tarde no destino A essa estimativa do expedidor, entretanto, talvez se venha a mostrar preferível a estimativa do fisco, constante da pauta de valores, que será então ditada àquele como norma de preenchimento da guia. Para a estatística êsse critério revestirá, pelo menos, o grande mérito de ser uniforme.

170 No comércio externo, a consignação, a bem dizer, desapareceu, pois atualmente se restringe a produtos sem mercado fora do país, em relação aos quais a Fiscalização Bancária permite, por exceção, essa modalidade de negócio como forma de encorajar ou fomentar a abertura de novas correntes mercantis. A não ser nesse caso, deveras raro, a consignação está banida do nosso comércio externo, pôsto seja lícito admitir que, uma vez por outra, aí venha a reaparecer trazido pela necessidade Em 1941, por exemplo, o cacau da Bahia, devido a dificuldade de negócios diretos, teve de ser exportado em consignação para os Estados Unidos, onde então se efetuava a venda A operação era registrada na Fiscalização Bancária do Banco do Brasil, pelo valor da consignação, processando-se posteriormente a liquidação com a cobertura complementar da venda realizada nos Estados Unidos A diferença, ou margem, entre o valor da consignação e o valor da venda foi bastante considerável

171 A maneira da consignação, a venda de certos produtos para o estrangeiro, por concessão especial, costuma ser feita com determinada margem para variação de valor, negociando o expedidor apenas uma parte do câmbio, por ocasião do embarque, e assinando um têrmo de responsabilidade, na Fiscalização Bancária, pela diferença entre a parte negociada e o valor que vier a ser apurado por ocasião da chegada da mercadoria ao estrangeiro Nos acôrdos de Washington, entre o Brasil e os Estados Unidos, ficaram previstos vários artigos em relação aos quais o exportador pode prevalecer-se da condição de negociar apenas uma parte do câmbio, ficando a parte restante, que consiste numa percentagem às vêzes alta, para ser ulteriormente fixada e coberta A adoção do valor de pauta resolve satisfatòriamente o problema dêsse valor contingente, contornando para a estatística a dificuldade de uma segunda indagação

172 No comércio interno, porém, a consignação, como tal, continua a ser usada comumente, sem qualquer restrição, como maneira de encaminhar a venda, que só mais tarde é efetuada pelo consignatário, ora em nome e por conta do consignador, ora por conta própria Quer assuma a primeira forma, quer a segunda, só depois de efetuada a venda é que se dá a emissão de duplicata ou o registro como venda à vista, pelo que só então se vem a conhecer o valor exato e a se cobrar sôbre o mesmo o impôsto de vendas e consignações (Lei nº 187, de 1936, arts 8º e 9º)

173 Às hipóteses de venda e de consignação cumpre ajuntar a de transferência de mercadorias de um Estado para outro, feita pelo fabricante ou produtor a filial, sucursal, agência, depósito ou representante a fim de aí formar estoque destinado à venda ou consignação Nessa hipótese as mercadorias seguem do primeiro Estado para o segundo com o valor pelo

qual pagaram adiantadamente, por ocasião da saída, o impôsto de vendas e consignações. Na procedência deve fazer-se a averbação dêsse pagamento no verso da guia para ter efeito no destino, como obrigatòriamente já se faz, em geral a carimbo, nas duplicatas, faturas, notas ou outros documentos de venda ou consignação (Dec fed n° 915, art 2° § 3.°)

174 O contrôle do valor declarado na guia é contínuo, na exportação exterior, devido à prévia declaração de venda à Fiscalização Bancária, uma de cujas vias é encaminhada à repartição arrecadadora estadual, e intermitente, na exportação interestadual e intermunicipal, devido à faculdade concedida à fiscalização do Estado de reclamar a exibição da fatura comercial, da nota de venda, e de qualquer outro documento acaso existente sôbre a venda ou o transporte.

175 Essa faculdade, prevista e exercida no âmbito estadual, impõe-se para obter que a guia, na menção do valor, se atenha sempre à fatura, em vez de se extraviar desta com um valor dado caprichosamente, como acontece amiúde, tanto no grande comércio, que se faz pelas vias de transporte comuns a tôdas as espécies de mercadorias, como no pequeno intercâmbio que se realiza pelas vias de transporte privativas dos objetos de pêso e tamanho limitados, notadamente a via postal

176 No primeiro, incumbidas pelas firmas vendedoras, agências de despacho do Rio e de São Paulo costumam remeter mercadorias para diversos pontos do país, declarando no conhecimento um valor qualquer, sem se darem ao cuidado de verificar o que consta da fatura das referidas firmas aos compradores Chegada a remessa ao destino, se aí se exige, como atualmente ocorre na Bahia, uma "declaração de recebimento" para o fisco, êste recusa logo o valor irreal constante do conhecimento e reproduzindo na "declaração", abrindo-se aí um desentendimento que só termina com a adoção do valor da fatura

177 No segundo, chama a atenção, pela sua generalidade, o fato dos expedidores de encomendas postais as apresentarem a registro com valor muito inferior ao que efetivamente têm, trazendo isso considerável evasão da renda industrial do Departamento dos Correios e Telégrafos Ao examinar pessoalmente o protocolo de entrega de encomendas com valor declarado na Diretoria Regional da Bahia, em confronto com as mercadorias que eram no momento recebidas, de São Paulo e do Rio, por comerciantes da praça (tecidos finos, armarinhos), pude fazer idéia do vulto dessa evasão, que talvez não se restrinja ao tráfego postal interno, pôsto seja mais difícil no tráfego internacional Tomando, então, ao acaso, o movimento de um mês ali anotado, o de janeiro de 1942, procurei, depois, compará-lo com o obtido pelo fisco baiano no mesmo período: a 1 175 encomendas postais correspondia o valor de Cr$ 163 472,00, ao passo que a 502 declarações fiscais correspondia o valor de Cr$ 694 340,70 Nessa comparação de valor o número de encomendas excede o de "declarações de recebimento", porque muitas das primeiras se reduzem freqüentemente a uma só das últimas, por comporem a mesma partida de mercadorias apenas dividida pelo expedidor em diversos pacotes para respeitar o limite postal de tamanho ou de pêso. Além disso, outras encomendas, por serem endereçadas a particulares, não se transformam em declarações, embora nestas se convertam, em compensação, algumas encomendas chegadas sem valor declarado

178 Ora, não só a encomenda é, por definição, um pequeno objeto "de valor mercantil", segundo o regulamento geral dos Correios, como a declaração de seu valor deve agora corresponder exatamente ao seu conteúdo, segundo a tarifa geral dos Correios e Telégrafos (Dec n° 14 722, de 16 de março de 1921, art 54; Dec n° 537, de 11 de outubro de 1937, art 13, § 3°). Desapareceu na nova lei de tarifa dos Correios a antiga permissão de dar à encomenda um valor inferior ao valor intrínseco do objeto nela contido (Dec n° 14 772, cit art 129, Parágrafo único) Assim, pois, as repartições postais hão de romper a qualquer momento com a atual tolerância e recusar o registro a tôda encomenda apresentada por firma comercial ou industrial, ou por particular, com valor declarado inferior ao da fatura, ou, não havendo esta, ao valor presumível do objeto Ao serviço de encomendas com valor declarado equipara-se, em face da estatística, o serviço de reembôlso postal, mas êste, visando, como o próprio nome indica, facilitar a venda de mercadorias mediante pagamento na entrega, tem, porisso mesmo o seu documento próprio — a fatura — completamente a coberto de uma declaração inexata de valor (Dec n° 2 897, de 23 de dezembro de 1940; Portaria do Diretor-Geral n° 977, de 5 de novembro de 1941).

179 Além dessa inexatidão no tocante ao valor, a encomenda acusa, ainda, atualmente, o grave defeito da omissão no tocante ao pêso, pois a respectiva "nota", por analogia chamada também "fatura" na gíria postal (modêlo n° 50, artigo 72) — uma de cujas vias, à semelhança do conhecimento de frete, acompanha o objeto até à agência do destino — não traz senão raramente a indicação do pêso Isso obsta que o documento sirva plenamente à estatística, para a qual os informes de valor e de pêso são essenciais Na Bahia, a "declaração do recebimento" corrige a subestimação do valor, exigindo, na retirada da encomenda, a declaração do valor de fatura, mas não corrige a omissão do pêso, com o qual o fisco não se preocupa muito .

180 No entanto, o regulamento geral dos Correios dispõe expressamente que a encomenda seja apresentada pelo expedidor acompanhada de uma nota, em duplicata, da qual conste o pêso líquido e o bruto do objeto, além da descrição dêste, incumbindo ao funcionário encarregado do serviço verificar a exatidão do pêso e do conteúdo (Dec n° 14 722, de 16 de março de 1921, art 58). Dispensada, por compreensível tolerância, a declaração antecipada do pêso na nota preenchida pelo expedidor, seria extremamente fácil ao funcionário

apô-la posteriormente, uma vez que é com base no pêso, bem como no valor, que a encomenda paga o sêlo do porte Há casas comerciais, poucas, que mandam imprimir, para o próprio uso, o modêlo da nota de encomenda postal com o acréscimo do pêso, também constante dos seus rótulos ou etiquetas de remessa, o que constitui excelente sugestão para o Departamento dos Correios e Telégrafos

181. Aliás, o novo sistema corta o mal pela raiz, pois condiciona a extração do próprio conhecimento de despacho, ou do certificado de registro postal, à apresentação da guia corretamente preenchida, eliminando, por conseguinte, a possibilidade não só de divergência de valor entre os documentos, como de omissão de pêso nas encomendas postais

182. A supressão dos elementos para cobrança do impôsto de exportação na guia interestadual prende-se ao fato de dever o referido tributo ficar totalmente extinto em 1º de janeiro do ano próximo Quer isto dizer que a guia interestadual deixará de parecer-se, neste ponto, com a guia exterior, para assemelhar-se à guia intermunicipal Se não se der o fato previsto para o começo do próximo ano, mudar-se-á apenas o polo para onde se há de dirigir, em busca do seu tipo, a guia interestadual Aliás, ao impôsto tem custado tanto andar no sentido da extinção que não será de surpreender que venha um dia a desandar ..

183 A terminologia adotada perfilhou, no meio de grande variedade, a que se julgou ser não só a mais compreensiva, por abranger tôdas as vias de expedição, inclusive a aérea e a postal, como a mais abonada na legislação, na linguagem e na documentação brasileira e estrangeira: procedência, destino, trânsito, expedidor, destinatário, transportador, origem (das mercadorias) A palavra "consignatário" foi aplicada para designar sòmente o intermediário de redespacho em localidade de trânsito, a fim de o diferençar do "destinatário", conforme a tendência que se vem observando na prática, cujos indícios já se patenteiam nas leis e regulamentos Haja vista o regulamento do comércio de armas, munições explosivos, etc, que, entre os requisitos do despacho, pede separadamente os nomes do destinatário e do consignatário, acentuando depois ser êste simplesmente o intermediário do redespacho (Dec fed nº 1 246 de 1936, arts 117 e 118, § 2º) Aliás, a palavra "consignatário" sempre teve, nos usos mercantis, o sentido do intermediário, que até agora conserva nas transferências de mercadorias entre comerciantes, que constituem ora "vendas", ora "consignações", conforme sejam recebidos, a título de domínio ou de mandato Todavia, é empregada também como sinônima de destinatário, vale dizer, em relação a quem vai receber a mercadoria no destino, em outras leis e regulamentos notadamente a lei sôbre conhecimento de frete

184 A não ser esta discrepância, aberta de propósito para fixar uma inclinação deveras útil que se vem esboçando, sem ser de nenhum modo adversada por qualquer outra, os demais têrmos têm o sentido que lhes emprestam os melhores diplomas legais sôbre o transporte, alguns redigidos com o concurso de peritos internacionais, como a Convenção de Varsóvia, o regulamento geral de transportes para as estradas brasileiras, o regulamento das encomendas postais internacionais, e assim por diante Pôsto não haja rigorosa uniformidade, nem entre as leis estrangeiras, nem entre as nossas, a afirmativa ficará de pé após um exame de umas e outras, ressalvados descuidos manifestos que acaso se encontrem nas últimas, como a confusão entre a "procedência" e a "origem" das mercadorias

V

TIRAGEM DA GUIA E SUA MOVIMENTAÇÃO SIMULTÂNEA

185 A *tiragem ou multiplicação da guia* ficou franca, a fim de poder atender às necessidades variáveis da administração pública e do próprio expedidor Todavia, cumpria atender desde logo a necessidades certas da administração, deixando, embora, margem para satisfazer a outras que se manifestam ou se venham a manifestar, ocasionalmente

186 Há, portanto, duas espécies de tiragem, uma destinada a ser distribuída entre as repartições interessadas necessàriamente em todos os despachos de exportação, outra franqueada à distribuição entre repartições, entidades autárquicas ou outras pessoas interessadas em certos despachos de exportação Noutras palavras:

a) — uma tiragem *obrigatória*

b) — uma tiragem *facultativa*

187 A tiragem obrigatória é limitada a seis vias na exportação exterior e a três vias na exportação interestadual e na intermunicipal A tiragem facultativa é ilimitada e o seu aproveitamento depende da adaptação que diversos órgãos, como a Diretoria de Rendas Internas, o Departamento Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Instituto do Sal, queiram fazer da guia de exportação para o seu expediente interno. A Diretoria de Rendas Internas, por exemplo, poderá determinar que, em vez da guia de exportação do imposto de consumo, seja apresentada à repartição arrecadadora local uma via da guia comum, acompanhada da "nota fiscal" do fabricante, ficando esta ali arquivada, enquanto aquela, depois de registrada, seguirá, com a averbação da "nota", para o comerciante do pôrto, que a anexará à guia de exportação exterior, devolvendo-a depois, com a averbação do embarque, àquela repartição para baixa do têrmo de responsabilidade do fabricante

188 A multiplicação da guia, para a qual já se predispusera o modêlo, ao se determinar a concentração na face dêste de todos os dados que devem ser preenchidos pelo expedidor, ficou facilitada com a permissão do preenchimento a máquina de escrever e lápis tinta, sôbre papel carbono, na exportação interestadual ou intermunicipal, desde que as cópias fiquem fàcilmente legíveis. Há, neste ponto, derroga-

ção da lei federal vigente, pois o regulamento da guia da União exige que a 1ª via seja escrita 'a mão ou a máquina em tinta indelével" (Dec fed. nº 15 813, de 13 de novembro de 1922, art. 6º) e o regulamento profissional dos despachantes corroboia a exigência, estatuindo que:

> 'A primeira via dos despachos e guias será do próprio punho do despachante ou de seus ajudantes afiançados e as demais poderão ser datilografadas em papel sensibilizado".
>
> (Dec fed n.º 4 014, de 13 de janeiro de 1942, art 29.)

189 A movimentação das diferentes vias obrigatórias da guia é independente, vale dizer, tanto quanto possível, *simultânea*, e não sucessiva, pois se cada uma delas tivesse de seguir o mesmo itineiário das demais isso alongaria tanto o tempo para desembaraço de tôdas que frustaria grande parte da vantagem da unificação A última repartição que intervém no processo verifica a sua regularidade, isto é, o cumprimento das formalidades das repartições que a precederam

190 Obtido o número na repartição arrecadadora estadual, as guias se espalham, sôltas, em diferentes direções, o que diz respeito sobretudo à exportação exterior, em que a formalização é irradiante Enquanto a 1ª e a 2ª vias ficam na referida repartição, uma para cobrança do impôsto e os demais trâmites, e a outra para oportuna remessa à estatística, a 3ª e a 4ª vão para a Fiscalização Bancária, acompanhadas da 5ª, que aí aguardará o "visto" após a conferência daquelas, e a 6ª segue para repartições que devem fornecer certificados para a exportação. Pronta a 6ª via com êsses certificados, procura-se a 5ª via na Fiscalização Bancária e ambas se reunem na Alfândega para os fins previstos A demora do expediente de uma das vias, por exemplo, o cálculo da Fiscalização Bancária, não atrasará, por conseguinte, o expediente das demais que tomam isoladamente o seu destino.

191 O ponto de partida é a repartição arrecadadora estadual, porque esta tem um interêsse saliente em tôdas as três correntes de exportação — exterior, interestadual e intermunicipal —, como já ficou explanado em capítulos anteriores Entretanto, poderia ser, pelo mesmo motivo, a repartição arrecadadora federal, em cujo favor militam as circunstâncias de ser federal a guia e de ter a União meios seguros de exigí-la por tôda parte, inclusive nos transportes por via terrestre, graças sobretudo ao grande corpo de fiscais do impôsto de consumo e à rede de postos de fiscalização do mesmo criada em entroncamentos de estradas de rodagem. Havendo liberdade de escolha entre uma e outra, dependendo isso de simples mudança na distribuição das guias e nos dispositivos correlatos, optou-se pela repartição arrecadadora estadual Escolhida esta, adotou-se o mesmo ponto de partida, a mesma origem de numeração, como convém para verificar qualquer extravio, para as guias das três correntes, visto não haver nenhuma contraindicação ostensiva à uniformidade dêsse critério.

192 Com efeito, até na exportação exterior a guia pode entrar primeiro na repartição arrecadadora estadual, porque esta cobra o impôsto de exportação sôbre o valor de pauta da mercadoria, e não sôbre o valor real da exportação, de sorte que se houver êrro no cálculo dêste pelo exportador, êsse êrro não afeta à repartição arrecadadora estadual, mas à Fiscalização Bancária, aonde a guia vai ter em seguida, mas quase simultâneamente Nem no caso de se abolir o sistema de pauta, para se adotar o sistema do valor real da exportação, precisará ser mudado o ponto de partida, porquanto, operando a repartição arrecadadora estadual e a Fiscalização Bancária sôbre vias diferentes, mas cujo preparo se faz, por assim dizer, concomitantemente, a segunda comunicará oportunamente à primeira o êrro de cálculo acaso verificado

193. Na exportação exterior a Fiscalização Bancária desempenha um papel de capital importância, cuja significação se torna fácil apreender através da leitura das disposições legais e sobretudo das circulares e instruções que formam atualmente o corpo de doutrina da política cambial do país, a começar pela circular, hoje bastante emendada e aditada, em virtude da qual lhe veio a caber a guia que agora se pretende unificar com a de exportação (Circular nº 5, de 18 de maio de 1931, do Consultor da Fazenda Pública)

194 Segundo êsse conjunto de preceitos, nenhuma mercadoria será despachada para o exterior sem que o exportador apresente à fiscalização Bancária do Banco do Brasil guia provando já ter negociado o câmbio correspondente Essa guia poderá ser recusada desde que a mercadoria a ser exportada represente, no momento, valor superior ao câmbio oferecido. O exportador ficará responsável por qualquer declaração falsa nesse sentido, e sujeito à multa de um a cinqüenta mil cruzeiros.

195 Quando se tratar de mercadorias para as quais não haja mercados no exterior, será permitido, pela Fiscalização Bancária, o seu embarque, sem consignação, mediante têrmo de responsabilidade, devidamente selado, em que o exportador se obrigue a negociar oportunamente o câmbio resultante da venda das mesmas.

196 Quando se tratar de mercadorias estrangeiras importada e que fôr no todo ou em parte devolvida; de objetos e artigos já usados; de amostras com valor diminuto ou sem valor de artigos ou produtos em quantidade e valor razoável, remetidos a título de propaganda, a autorização para embarque será concedida pela Fiscalização Bancária mediante guia à Alfândega, feitas as provas necessárias

197 No interêsse do contrôle cambial, os bancos devem remeter ao Banco do Brasil — Fiscalização Bancária — todos os documentos exigidos, ficando sujeitos, no caso de infringirem as instruções em vigor, às penalidades

do art 69 do regulamento aprovado pelo decreto nº 14 728, de 16 de março de 1921.

198 Das duas vias da guia entregues ao Banco do Brasil (Fiscalização Bancária), uma se destina ao seu arquivo local, a outra à Secção Hollerith da matriz, no Rio de Janeiro, para apuração mecânica da estatística da exportação

199. Quanto às demais entidades entre as quais se distribui a tiragem obrigatória da guia, nada parece necessário dizer agora em especial para justificar a sua inclusão na lista, uma vez que já foi dito o bastante, em capítulos anteriores, para mostrar o papel de cada uma delas na exportação

200. Importa, porém, ressaltar que, fazendo-se remessa por via postal, entra em lugar da Alfândega o Departamento dos Correios e Telégrafos, que desempenha então um duplo papel: de repartição fiscalizadora e de transportador. Como repartição fiscalizadora, exerce o necessário contrôle sôbre os certificados exigidos para a exportação e faz depois a conferência da remessa, conferência esta em que, como transportador, tem interêsse direto para o efeito da cobrança das suas taxas Como transportador, além dessa conferência, exige sempre a guia para levar nas suas malas qualquer objeto e o faz acompanhar invariàvelmente de uma das vias até o destino, onde a mesma terá o fim previsto.

201. Embora o Serviço de Encomendas Postais não conduza grandes volumes, pois são limitados o tamanho e o pêso dos objetos que pelo mesmo podem ser expedidos, costuma conduzir grandes valores De fato, ao lado dos pacotes de encomendas de pequeno preço, entre as quais aquelas que mais se estimam como lembranças de amigos, figuram outras de alto preço, como os preparados químicos e farmacêuticos Aliás, neste último ponto, a via postal sofre hoje forte concorrência da via aérea, por onde se expedem, não só os referidos preparados, como as pedras preciosas e semipreciosas, quando o dono não as leva consigo Como, porém, a via aérea ainda se apresenta pouco difundida no país, na maior parte dêste a via postal continua a ser o meio natural de encaminhamento de pequenos objetos que o expedidor não precise mandar por vapor, estrada de ferro ou estrada de rodagem

202 Na exportação exterior a repartição postal ficará com as vias destinadas, respectivamente, à Alfândega e ao transportador (5ª e 6ª); na exportação interestadual e na intermunicipal, ficará com a via destinada ao transportador e, eventualmente, com outra, facultativa, que se tornar necessária, pois não convém atribuir-lhe a via obrigatória destinada à repartição arrecadadora estadual, o que importaria em deslocar o ponto de partida e numeração.

203 Na exportação exterior, são poucas as repartições que efetuam diretamente o serviço de permuta de encomendas postais quer com os países signatários da Convenção de Madrid, de 1920, quer com outros países, signatários de convênios e acordos especiais, mas essas repartições agem também como intermediárias de numerosas outras localizadas nas mais importantes cidades do país Na execução dêsse serviço as instruções vigentes determinam sejam ressalvados os interêsses fiscais do Estado, como vai acontecer no novo sistema pelo simples fato de se situar o ponto de partida da guia na repartição arrecadadora estadual, seja qual fôr o caso, inclusive, portanto, o de expedição pelo correio:

> "Quando as encomendas a expedir contiverem artigos sujeitos a direitos de exportação, os remetentes deverão entregar aos Correios a nota da Repartição Fiscal competente, declarando que os ditos direitos foram pagos "
>
> (Instruções, art 16, § 2º)

204. Talvez seja interessante comparar a tiragem e a distribuição da nova guia com as das três principais guias atualmente em curso, que aquela se propõe a substituir O quadro abaixo auxiliará a comparação

EXPORTAÇÃO EXTERIOR

Tiragem e distribuição das guias

VIAS	DISTRIBUIÇÃO		
	Guia Federal	Guia do Banco do Brasil (Fiscalização Bancária)	Guia Estadual
1ª via	Alfândega da procedência	Alfândega da procedência	Repartição arrecadadora do Estado (para pagamento do impôsto e conferência)
2ª via	Alfândega do destino	Emprêsa de navegação	Repartição arrecadadora do Estado
3.ª via	Serviço de Estatística Econômica e Financeira	Banco do Brasil (Agência local)	Departamento de Estatística do Estado
4.ª via.	Bôlsa de Mercadorias e Valores	Banco do Brasil (Secção Hollerith, Rio	—
5ª via	Sindicato dos Despachantes	Banco do Brasil (Agência local)	—
6.ª via.	Expedidor (para acompanhar o conhecimento da carga)	—	—

205. Quanto à guia federal convém observar que o seu regulamento só prevê as três primeiras vias (Dec fed nº 15 813, de 13 de novembro de 1922, art 4º), mas a prática liberalizou as três últimas Evidentemente estas não deviam ingressar na tiragem obrigatória da nova guia, devido ao seu caráter puramente local, ou episódico

206. Além disso, nem na tiragem facultativa talvez venham a ser contempladas, por serem realmente dispensáveis no novo sistema A Bôlsa de Mercadorias do Estado não precisará mais levantar uma estatística paralela à do Departamento Estadual de Estatística, visto como esta passará a acompanhar, *pari passu*,

os embarques parcelados, mas, se acaso pretender fazê-lo, contará para isso com o manifesto de embarque O Sindicato dos Despachantes não necessita realmente da guia, que só ali vai ter, depois de findo o processo, a bem da sua maior comodidade, para conferência do cálculo da comissão do despacho e da quota de previdência, conferência esta que nada impede seja efetuada em face da guia da Alfândega ou do seu registro O expedidor tão pouco necessitará de uma via para acompanhar o seu *conhecimento* por via postal, porque haverá outra para acompanhar *a carga,* isto é, o conhecimento conduzido pelo transportador

207. Relativamente à guia do Banco do Brasil, a via destinada especialmente à emprêsa de navegação tornou-se supérflua, uma vez que a esta é exibida, para o despacho, a via que depois acompanhará a mercadoria até ao destino e a última guia destinada ao próprio Banco do Brasil já representava uma demasia

208 A respeito da guia estadual, extraída em três vias, salta aos olhos que, sendo a mesma inscrita, de início, em livro próprio da repartição arrecadadora (Reg aprovado pelo Dec nº 11 311, de 28 de abril de 1939, art 4º § 2º), para cujo arquivo voltará, além disso a via que serviu à conferência do embarque, não precisa haver mais uma via destinada a êsse mesmo arquivo Não será apenas duplicata, mas triplicata de documentação: uma via registrada em livro e duas outras avulsas

209 Por outro lado, cotejando-se o destino da 3ª via federal com o da 3ª estadual, verifica-se que, no fundo, é o mesmo, dada a articulação existente entre o Serviço de Estatística Econômica e Financeira e o Departamento Estadual de Estatística, em virtude da qual êste funciona como intermediário daquele Está claro, pois, que bastaria existir uma única via para ambos, de posse da qual ou o DEE apuraria a exportação, remetendo o resultado ao SEEF, ou deixaria que o SEEF a apurasse, encaminhando-lhe a guia recebida, conforme se estabelecesse legalmente ou se combinasse administrativamente Não se tornou mister, porém, chegar a êsse condomínio

210 Nas três correntes de exportação, algumas vias ficam, em curto prazo, completamente livres para terem ulterior destino: são as da estatística Apurados os dados que contém, tais guias esgotam, e esgotam depressa, a sua utilidade para estatística Constituem, portanto, uma reserva a que se recorrerá em qualquer emergência, a menos que se descubra desde logo alguma aplicação para as mesmas Convirá tê-las sempre em mente para embargar a idéia, que alguém levante, de se criar mais uma via para qualquer finalidade não prevista aqui.

211 Na exportação exterior tais vias são a 2ª, do Departamento Estadual de Estatística, a 4ª, do Banco do Brasil (Secção Hollerith) e a 5ª, da Alfândega, depois de extraídos os seus dados pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, e na exportação interestadual e intermunicipal são a 2ª, do Departamento Estadual de Estatística ou da Agência Municipal de Estatística da procedência e, eventualmente, a 3ª, do Departamento Estadual de Estatística ou da Agência Municipal de Estatística do destino, se a repartição arrecadadora local não quiser conservá-la

212 A rigor, poder-se-ia levar mais longe a simplificação, suprimindo-se, na exportação exterior, a 5ª via, destinada à Alfândega, e passando-se a conferência dos certificados para a repartição arrecadadora estadual, como se fêz em relação à exportação interestadual e à intermunicipal Esta conferência, cuja averbação se lançaria na 1ª via, seria tanto mais simples e segura quanto o Banco do Brasil (Fiscalização Bancária) já teria então apôsto o seu "visto" na guia portadora dos certificados e traria a vantagem de corrigir, neste ponto, a assimetria do anteprojeto, que, numa das correntes, a situa na Alfândega e, nas duas outras, na repartição arrecadadora estadual Concordasse o SEEF com o condomínio há pouco apontado, e não haveria inconveniente na supressão da via destinada à Alfândega, uma vez que a mesma perderia a sua razão de ser com o desaparecimento das três finalidades a que atualmente se presta na exportação exterior de longo curso e na interestadual de cabotagem:

a) — coleta estatística para o Serviço de Estatística Econômica e Financeira;
b) — contrôle das exigências dos serviços federais ligados à exportação;
c) — cobrança do sêlo federal de Cr$ 2,20

213 Conservada, porém, como foi a via destinada à Alfândega, estabeleceu-se que, depois de registrada diàriamente no livro próprio da Guardamoria, como acontece no presente com a guia federal, seja a mesma encaminhada ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, que continuará, portanto, a dispor de uma via própria, por meio da qual efetuará, quando julgar oportuno, a mesma apuração que o Departamento de Estatística de cada Estado vai realizar por meio de outra Na verdade, efetuado o registro da guia na Guardamoria da Alfândega, esta poderá libertá-la *para o referido fim,* uma vez que da mesma não necessitará para coisa alguma, como igualmente o poderá fazer adiante o SEEF depois de apurá-la Como se vê, as seis vias de um documento substituem quatorze vias de três documentos diferentes e ainda sobram por tôda parte .

214 Ao se investir uma repartição estadual do dever de fiscalizar certificados federais na exportação interestadual e na intermunicipal, e se admitir que a mesma venha a assumir o mesmo encargo na exportação exterior, sem prejuízo, está claro, da possível mas fortuita intervenção de qualquer órgão federal, nada mais se fêz do que generalizar, em princípio, o que vem estatuindo, em espécie, diferentes leis e decretos da União Ao acaso, cito êste texto, do Regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados, que se repete no Regulamento da Inspeção Federal de Carnes e Derivados e, com variantes maiores ou menores, em outros diplomas legais:

"As autoridades federais, estaduais ou municipais encarregadas da Fiscalização do embarque ou trânsito de mercadorias ficam obrigadas a exigir a apresentação do certificado sanitário para quaisquer produtos laticínios que se destinem ao comércio internacional ou interestadual".

(Dec. fed. nº 24 549, de 3 de julho de 1934, art 82 § 2º e Dec fed nº 24 550, de 3 de julho de 1934, art. 117 § 2º)

215. Na distribuição da tiragem da guia, em tôdas as três correntes de exportação, coube uma das vias, precisamente a que contém os certificados, ao transportador, a fim de cobrir a mercadoria até o destino, onde deverá ser entregue à repartição arrecadadora, que a transmitirá à repartição de estatística para o levantamento da estatística da importação Aparece aí a questão de saber a quem há de tocar a responsabilidade da entrega da guia à repartição arrecadadora, se ao transportador, se ao destinatário.

216 Das duas soluções aventadas, nenhuma pode ser aceita com exclusão da outra, o que quer dizer que ambas hão de coexistir, a fim de se empregarem alternativamente na conformidade das condições ocorrentes na localidade de destino. Haverá coexistência no tempo, mas não no espaço

217. Evidentemente, se na localidade de destino, houver um pôsto ou agente fiscal que exija a guia antes da entrega da mercadoria ao destinatário ou então um agente ou representante permanente do transportador, deverá caber a êste a responsabilidade da entrega da guia à repartição arrecadadora, que se fará através de um dêsses intermediários De ordinário, o recolhimento da guia será feito pelo primeiro modo nas grandes cidades, onde existem postos ou agentes fiscais junto aos portos, aeroportos ou aeródromos, às estações ferroviárias e às entradas de estradas de rodagem, e pelo segundo, em cidades menores

218. Entretanto, se na localidade de destino não houver nem pôsto ou agente fiscal que exija a guia antes da entrega da mercadoria ao destinatário, nem agente ou representante permanente do transportador, é indubitàvelmente melhor que toque ao destinatário a responsabilidade da entrega da guia à repartição arrecadadora. Com efeito, seria extremamente difícil ao patrão de um barco de pequena cabotagem ou fluvial, ou ainda ao motorista de um caminhão, interromper a viagem, quando houvesse mercadorias para outro destino, ou deixar de regressar, muitas vêzes à noite, para promover a entrega por via postal. Demais, a fiscalização sôbre êsse pequeno transportador seria muito mais precária do que sôbre o destinatário estabelecido, cuja casa recebe, de onde em onde, a visita dos itinerantes da Fazenda Pública

219. Anàlogamente, a apresentação da guia na procedência, para tomar o número, costuma ser dificílima, devido à inexistência, na localidade, de repartição arrecadadora, pôsto ou agente fiscal do Estado e a conseqüente necessidade de procurá-lo fora. Freqüentemente, o expedidor tem de mandar as suas mercadorias para o norte, por via marítima ou fluvial, ferrovia ou rodovia, e a repartição arrecadadora, pôsto ou agente fiscal do Estado no seu município está para o sul Forçá-lo a retroceder para apanhar o número e depois começar a viagem equivaleria a um contrassenso fora de vila e têmo Imagine-se, por exemplo, o contratempo que representaria para as embarcações a vela que trazem o sal das salinas de Margarida para a Bahia se tivessem de ir primeiro à sede do município de Itaparica para em seguida, começar a viagem para êste pôrto, fazendo uma navegação que depende sabidamente de manobras várias e de correntes favoráveis de vento.

220 Nessa situação, estabeleceu-se razoàvelmente que a guia seria apresentada originalmente à primeira repartição arrecadadora, pôsto ou agente fiscal existente no caminho, ou ante a falta de qualquer dêstes, ou a impossibilidade de os procurar, ao órgão fiscal que existir na fronteira, na exportação interestadual, ou no destino, na intermunicipal Assim se preservou o princípio de livre trânsito sem se abrir mão da exigência da guia

221. Aliás, a apresentação original fora da procedência tende a ser facilitada e sistematizada na via de transporte que oferece piores condições à vigilância, a saber, a rodovia Aí as condições desvantajosas para a vigilância, mas propícias à evasão, propendem a desaparecer ràpidamente com a adaptação dos órgãos estaduais supervisionadores do tráfego nas vias terrestres às disposições do novo Código Nacional do Trânsito, uma das quais determina que os Estados serão divididos em circunscrições, constituídas por um ou mais Municípios, "devendo cada circunscrição ter sob sua jurisdição pelo menos uma repartição fiscalizadora do tráfego" (Dec lei nº 3 651, de 25 de setembro de 1941, art 100).

222 Os Estados, na sua maioria, já criaram essas circunscrições, formadas de um grupo variável de municípios, com sede no mais conveniente dentre os mesmos, havendo essas divisões regionais sido aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito, conforme resoluções e notas publicadas no "Boletim" do referido Conselho Assim, a fiscalização do tráfego das estradas de rodagem, instruída por princípios uniformes em todo o país, cobrará maior eficiência daqui por diante e, exercida nos principais pontos de passagem de veículos, facilitará tôda e qualquer outra espécie de fiscalização que nas aludidas vias se deva comulativamente exercer

223 Por conseguinte, a fiscalização das guias, que também obedecerá a princípios uniformes em todo o país, ficará plenamente assegurada nas rodovias, uma vez que nos postos fiscais montados à beira destas os guardas de trânsito terão fatalmente, como aliás já vêm tendo, a companhia e a ajuda dos agentes da Fazenda Pública, tanto estadual como federal, a primeira interessada em coibir a evasão do impôsto de vendas e consignações e a segunda, do impôsto de consumo. Por causa dêste tri-

buto, a Fazenda Federal cogita, no momento, de criar quatro postos fiscais na Bahia, precisamente onde já os há de trânsito, a saber, em Campinas, São Sebastião, Humildes e Cachoeira, pontos forçados de passagem de grandes correntes de mercadorias, como já os criou, pelo mesmo motivo, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco (Dec nº 19 827, de 2 de abril de 1931; Dec nº 21 030, de 5 de fevereiro de 1932)

VI

UTILIZAÇÃO ESTATÍSTICA E FISCAL DA GUIA

224. A faculdade concedida ao poder público, nos três graus em que se escalona, de utilizar desembaraçadamente a guia, em proveito dos seus fins, eqüivale ao nervo do sistema ora estruturado, visto como está fadada a imprimir sensibilidade e movimento ao papel que se vai pôr em circulação. Aliás, constitui até um dos seus pressupostos, pois o que principalmente se visa é, por êsse meio, impedir a danosa proliferação de documentos nos planos federal, estadual e municipal

225 Essa utilização variada ou promíscua, dominada incontestàvelmente pelo fisco, destoa da velha ortodoxia estatística, que desejaria um papel à parte para instrumento de coleta, mas condiz com a realidade estatística, que a impõe modernamente como uma condição de êxito da maioria, talvez, dos levantamentos. Nem se compreenderia que o Estado, cada vez mais devassador, se servisse de um papel, rigorosamente fiscalizado em função de um interêsse aguilhoante, para conhecer os dados verdadeiros de qualquer situação e a estatística se valesse de outro, mal fiscalizado, em função de um interêsse especulativo, para os ignorar. Como se vê, a doutrina é que precisa ser revista para se conformar com a realidade de um mundo cada vez menos individualista.

226 Por conseguinte, a Fazenda Pública utilizará a guia como melhor lhe aprouver, sendo certo que o fará, na exportação exterior, para a fiscalização bancária e a isenção do impôsto de consumo, da União, para a cobrança do impôsto de exportação, do Estado, e em tôdas as correntes, para fiscalização do impôsto de consumo, da União, e do impôsto de vendas e consignações, do Estado Para êste último fim, apurará ou não, os dados da guia em fichas individuais dos contribuintes e instituirá, ou não, um livro de registro de mercadorias consignadas a cargo dos agentes de redespacho ou distribuição Outros órgãos do Estado aproveitarão a mesma como lhes parecer mais acertado

227. Entretanto, o que se pretende focalizar aqui não é essa utilização, necessàriamente multiforme, por depender do arbítrio variável de órgãos vários em esferas diversas, mas, sim, a utilização pela estatística, suscetível de se predeterminar, graças à presença da grande entidade federativa que é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esta foi, por êsse motivo, disciplinada no anteprojeto.

228 O mecanismo da guia foi preconcebido e disposto de modo que o mesmo instrumento possa ser utilizado, na procedência, para o levantamento da estatística da exportação e, no destino, para o da estatística da importação. Assim se vai abrir, pela primeira vez no país, o ensejo para um apanhamento universal e seguro do nosso intercâmbio.

229 Êsse apanhamento do nosso comércio, nos dois aspectos de exportação e importação, há de obedecer a um plano único, organizado pelo órgão central federal, em que de antemão se tracem as normas da apuração, da classificação das mercadorias em grupos, da nomenclatura destas, da sua codificação, em se tratando de apuração mecânica, em equipamento alfabéticos ou não, mas a sua execução — e isso é de suma importância — deve ser descentralizada pelos órgãos regionais Esta é a diretriz que se impõe pelas mais convincentes razões, não apenas teóricas, hauridas conjugadamente da divisão do trabalho e da geografia, mas sobretudo práticas, extraídas de um longo período de experiência, em que os órgãos regionais curtiram os dissabores derivados de uma centralização manifestamente inconveniente.

230 Porque, verdade seja dita, os Estados, neste assunto, sempre se sentiram esbulhados do direito de trabalhar, tanto mais quanto viam investido dêsse direito quem, por contingências geográficas, agravadas por outras, não o podia bem exercer Com efeito, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, titular do levantamento da estatística do comércio exterior, nunca pôde efetuar com presteza a sua distribuição pelas repartições centrais das unidades federadas. Tão pouco pôde jamais organizá-la com as minúcias que algumas dessas repartições reclamavam Daí ficarem as repartições regionais em situação crítica quando o Govêrno do Estado ou um particular lhes pedia informes urgentes sôbre a exportação ou a importação exterior, dos quais dependia uma providência de ordem administrativa ou uma iniciativa de ordem privada Isso aconteceu inúmeras vêzes na Bahia, sobretudo quando se tratava da fundação de novas indústrias, para as quais se tornava indispensável conhecer a capacidade de absorção do mercado interno.

231. Aliás, é conhecida a história dessa impossibilidade, que levou o Serviço de Estatística Econômica e Financeira a firmar com três Estados, a fim de remediá-la com trabalhos extraordinários, acordos que foram sucessivamente desaparecendo (Resolução nº 78, de 18 de julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística). Assim desapareceu também o acôrdo com o Estado da Bahia, aprovado pelo Decreto nº 9 159, de 10 de outubro de 1934, o qual, expressamente ratificado pelo Decreto nº 10 531, de 12 de janeiro de 1938, foi expressamente rescindido pelo Decreto nº 12 006, de 12 de setembro de 1941 (art. 65)

232 Desaparecidos êsses acordos, não só por serem injustificáveis no regime de cooperação interadministrativa agora vigorante na estatística brasileira, como, também, a julgar pelo da Bahia, por não haverem atingido a

finalidade prevista, tornou-se forçoso recorrer aquí a expedientes supletivos em vista de persistir a impossibilidade do Serviço de Estatística Econômica e Financeira fornecer, com pontualidade e minúcia, o quadro do comércio exterior do Estado *Na exportação exterior*, começou a ser apurada a guia de exportação estadual e, na importação exterior, a "declaração de recebimento de mercadorias".

233 Assim, pois, passou a servir para o levantamento da exportação exterior o mesmo instrumento que vinha servindo para o levantamento da exportação interestadual, apuradas aquela e esta, *na secção mecânica* do Departamento de Estatística, para onde os formulários convergem normalmente, diferençados, nas suas duas espécies, pelas respectivas côres Todavia, como o Serviço de Estatística Econômica e Financeira se utiliza de instrumento diverso, a guia federal, o Departamento Estadual de Estatística, no intuito de evitar a divergência de dados, consultou-o sôbre a possibilidade de aceitar a apuração aqui feita, a qual lhe seria remetida mensalmente, como vem sendo desde setembro de 1941, segundo o plano exposto, ou outro que, de comum acôrdo, se estabelecesse, mas acaba de receber resposta negativa

234 A solução intuitiva dêsse impasse está em transferir para as repartições regionais senão privativa, *ao menos cumulativamente*, a apuração do comércio exterior dos respectivos Estados, reservando ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira a fusão e a confirmação dos resultados que lhe serão transmitidos prontamente por aquelas Se alguma repartição regional falhar em correção ou em diligência, *deixando de realizar* a apuração a contento, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira então poderá avocá-la, cassando assim, temporàriamente a emancipação agora concedida A conciliação de interêsses parece cabal no sistema da guia única.

235. A estatística da importação, tanto exterior como interestadual, sem falar na intermunicipal, tem seus problemas insolúveis na situação presente das guias mas perfeitamente resolvidos no sistema da guia única. Se não atente-se

236 A estatística da importação estadual, segundo o plano em vigor, deve ser obtida em cada Estado pela inversão da exportação de outros Estados, estando, portanto, na dependência do perfeito funcionamento da permuta dos mapas mensais entre os mesmos (Convenção Nacional de Estatística, cláusula 21, Resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatísisca ns 109 e 92, de 1938) Essa permuta, que deve ser geral e pontual, nunca chegou a ser nem uma nem outra coisa, visto como vários Estados deixam de remeter para outros os seus mapas, ou os remetem com grande demora. Nenhuma válvula de segurança existe, nem pode existir, no presente, para a emergência dêsse desarranjo na permuta dos mapas No entanto, basta que deixe de chegar um só mapa — note-se bem: um só — para o Estado ficar impossibilitado de levantar a sua importação de outros Estados! Daí a necessidade em que se viu a Bahia de recorrer a um novo expediente para levantá-la, expediente êsse puramente local e provàvelmente inacessível a outro Estado, utilizando, na falta dos referidos mapas, a "declaração de recebimento" de mercadorias instituída pela Secretaria da Fazenda (Dec n º 11 351, de 12 de julho de 1939 e reg de 7 de dezembro de 1939)

237 Agora, porém, a válvula de segurança aparece como peça capital no sistema da guia única, para acudir a qualquer desarranjo no intercâmbio dos mapas ou boletins dos Estados, pois, na falta de qualquer dêstes, o Estado interessado poderá levantar a importação pela guia que acompanha a mercadoria até o destino A apuração não corre o risco de divergir da que fôr feita no Estado de procedência por ser calcada no mesmo instrumento e obedecer ao mesmo plano, ao contrário do que acontece, na atualidade, com referência ao sucedâneo de que a estatística porventura *possa lançar mão* Só se ressalva a eventualidade de uma transposição temporal de dados entre estatística da exportação de um Estado e a da importação de outro, oriunda do fato do desembarque não se efetuar mais dentro do mesmo período em que se deu o embarque (mês, trimestre, semestre, ano)

238 A estatística da importação exterior, essa é levantada, como já se viu, pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, que, para tal fim, se vale, direta ou indiretamente não só das faturas consulares como dos chamados "despachos de importação", documentos à vista dos quais são pagos os direitos aduaneiros Êsses despachos abrangem as coisas vindas por via postal, pelo Serviço de Encomendas Postais Internacionais, as quais pagam direitos desde que tenham valor superior a cinco cruzeiros Cr$ 5,00), assim como as mercadorias abandonadas pelos importadores nas Alfândegas e Mesas de Rendas e depois levadas a leilão para pagamento de direitos, com a diferença de que êstes não se classificam sob a rubrica da tarifa aduaneira, mas, sim, sob a rubrica de "direitos de arrematação" Tais despachos de importação, a que já se fêz referência anteriormente, estão previstos no artigo 7 º dos "Preliminares" da tarifa em vigor (Dec lei n º 2 878, de 8 de dezembro de 1940) e são tirados, na Bahia, em cinco vias, assim distribuídas:

1 ª via — Alfândega (para conferência com o manifesto, cálculo dos direitos, pagamento dêstes, conferência e desembaraço das mercadorias e arquivo);

2 ª via — Alfândega (para cômputo dos direitos no boletim ou demonstração da renda diária da contadoria, levantamento da estatística pela Secção Holleirith e arquivo);

3 ª via — Alfândega (para o levantamento da estatística — Secção Hollerith);

4 ª via — Docas do Pôrto (para arquivo);

5ª via — Banco do Brasil — Fiscalização Bancária (por intermédio do importador, a quem é devolvida, para conferência com a fatura consular a fim de que a cobertura se processe sôbre a mercadoria realmente importada)

239. Como se vê, nessa distribuição a Alfândega se acha contemplada três vêzes, que sobem a quatro, quando se trata de despacho de isenção e redução de direitos, indo a via acrescida para o Serviço de Isenção e Redução de Direitos (SIRD) Das três vias dos despachos comuns que lhe cabem, uma, pelo menos, é de todo dispensável, pois a mesma via que serve momentâneamente para o cômputo dos direitos no boletim, ou demonstração da renda diária, pode servir, em seguida, para o levantamento da estatística na Secção Hollerith, sem que se torne preciso destinar a esta uma via especial. Aliás, assim se dava antigamente, seguindo então a via disponível para o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, que, por certo, da mesma veio a abrir mão, o que faz supor receba a estatística já elaborada pela Diretoria das Rendas Internas

240 Não obstante essa fartura documental, o Estado não é quinhoado com via alguma de despacho e fica na dependência do Serviço de Estatística Econômica e Financeira para conhecer a estatística da sua importação exterior, a qual, além de lhe ser fornecida tardiamente e com discriminação incompleta, não lhe serve, pela natureza coletiva dos seus dados, para fiscalizar a formação dos estoques dos importadores para a ulterior incidência do impôsto de vendas e consignações À vista disso, na Bahia, a Secretaria da Fazenda criou, para o segundo fim, a "declaração de recebimento" de mercadorias da qual, para o primeiro fim, passou a valer-se também o Departamento Estadual de Estatística. Portanto, a estatística da importação exterior da Bahia passou a ser levantada supletivamente por êsse documento estadual, por essa "declaração de recebimento"

241. Ora, não há possibilidade de a estatística da importação exterior, levantada com base no "despacho de importação", coincidir com a levantada com base na "declaração de recebimento", entre outros motivos, pela diferença do critério adotado em um e outro documento para o cômputo do valor das mercadorias Com efeito, o "despacho de importação" converte o valor das mercadorias importadas em moeda nacional (cruzeiro) ao câmbio médio vigorante no mês anterior, de acôrdo com êste dispositivo da legislação federal:

> "É obrigatória em todos os despachos de importação para consumo, processados nas Alfândegas e Mesas de Rendas da República, a declaração do valor das mercadorias ao câmbio médio do mês anterior "
>
> (Dec nº 22 485, de 22 de fevereiro de 1933, art 1º)

242 Assim, a taxa média cambial é calculada no princípio de cada mês pela Câmara Sindical dos Corretores e comunicada por telegrama, pela mesma Câmara, às Alfândegas e Mesas de Rendas que baixam então as necessárias recomendações do serviço para que seja observada na cobrança de direitos aduaneiros no mês entrante

243 Ao passo que o "despacho de importação" assim converte o valor das mercadorias ao câmbio médio do mês anterior, a "declaração de recebimento" o converte ao câmbio do dia da entrada das mesmas no pôrto da capital, de acôrdo com êste dispositivo da legislação estadual:

> "Quando os manifestos ou documentos de desembarque de mercadorias, procedentes do exterior, exprimirem valor comercial em moeda estrangeira, o funcionário encarregado do levantamento da estatística das mercadorias entradas nos centros de consumo, ou centros intermediários, para fins de redespacho, fará a conversão dessa moeda para a nacional ao câmbio do dia da entrada da mercadoria no pôrto desta capital "
>
> (Reg do Dec nº 11 351, de 12 de junho de 1939, art 12)

244 Há, portanto, entre os dois documentos, uma incompatibilidade original, situada num dos pontos mais relevantes para a estatística, qual o da caracterização do valor, tornando isso impossível a conciliação entre os dados colhidos nos mesmos.

245. Não parece que o critério do documento estadual tenha sido adotado com o intuito preconcebido de divergir do documento federal, parecendo antes que o foi pelo desconhecimento dêste, uma vez que nem num nem noutro caso se obtém o valor real da importação, que é o da liquidação da cambial sacada contra o importador. Êste valor, calcado no princípio do direito das obrigações, segundo o qual o credor não pode ser obrigado a receber o pagamento antes do tempo do vencimento (Cod Com. art 431, Dec. nº 14 728, de 16 de março de 1921, art 40), tem-no a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil

246 A fim de fazer desaparecer a divergência entre a estatística federal e a estadual, completando, ao mesmo tempo, o sistema da guia única, inseriu-se neste um dispositivo, em virtude do qual vai caber ao Estado uma das vias do "despacho de importação". Assim se põe abaixo mais uma causa de discordância e, portanto, de descrédito da estatística nacional

247 Dir-se-á que, não obstante a intercomunicação do documento, a estatística, exibindo embora por tôda a parte um valor uniforme para a importação, continuará a tê-lo aproximado e não real Não podia deixar de ser assim, a menos se exigisse do importador uma nova declaração de valor à estatística por ocasião do pagamento da cambial, o que me parece extremamente incômodo e impraticável, senão desnecessário

248 Com efeito, o valor declarado no "despacho de importação" funda-se num dado representativo, o câmbio médio do mês anterior, e oferece, portanto, a maior segurança para uma aproximação razoável Demais, a estatística, no fim de cada ano, poderá obter da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil o valor global da importação do país e publicá-lo ao lado do outro com a retificação de um título de "Diferenças de câmbio entre a data da importação e a da liquidação dos cambiais".

249 Advirta-se, entretanto, que êsse valor global da importação do país, que se venha a obter da Carteira de Exportação e Importação, não poderá ser discriminado por Estados, uma vez que a referida Carteira considera Estado importador aquêle em que é feita a cobertura do total do saque, ainda que as mercadorias paguem direitos aduaneiros e sejam recebidas por outros Estados. Isso acontece na Bahia, onde grandes firmas costumam cobrir saques de mercadorias que compraram no estrangeiro e mandaram descarregar progressivamente em portos anteriores onde têm filiais, agências ou representantes Neste ponto, a estatística está certa, computando as mercadorias como importação dos Estados onde desembarcaram.

250 Removidos assim alguns obstáculos que vêm entravando, de maneira quase inacreditável, a atualização e a uniformização dos dados das nossas estatísticas comerciais, todos os interêsses se articulam e se harmonizam para oferecerem, futuramente, ao país, o espetáculo de uma benfazeja solidariedade.

251 Restará, pois, que o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, cuja autoridade se mantém integralmente no assunto, elabore o plano de apuração da guia nas três correntes de exportação, bem como o código de mercadorias que deverá servir na apuração, para o que disporá não só de longo prazo, isto é, o que vai decorrer daqui até o começo do ano próximo, como de dilatada experiência, vale dizer, a adquirida em tantos anos de trato dos documentos federais em vigor. Talvez a apuração obrigatória pudesse restringir-se às seguintes discriminações:

Exportação { por destinos / por mercadorias / por vias de transporte

Importação { por procedências / por mercadorias / por vias de transporte

252 A discriminação por via de transporte, ùltimamente posta em excepcional relêvo como seqüência indispensável das discriminações por *destino (ou procedência) e por mercadorias*, abrangeria tantos quadros quantos fôssem necessários para incluir todos os meios de encaminhamento que ocorrerem em cada Estado. A lista das vias de transporte poderia ser a seguinte:

1) — Marítima compreensiva da navegação de longo curso, no comércio internacional, e das chamadas grande e pequena cabotagem, no comércio interno;

2) — Fluvial, correspondente à navegação em rios, canais e lagos interiores;

3) — Férrea, correspondente ao transporte em estradas de ferro;

4) — Rodoviária, correspondente ao transporte em estradas de rodagem;

5) — Aérea, correspondente ao transporte por aviões;

6) — Postal, correspondente à expedição pelo Correio, não importando o meio de transporte usado na condução das malas

253 Divergindo, neste tanto, da enumeração que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística recomendou, em 1943, para os boletins mensais da exportação interestadual que lhe devem ser remetidos pelos órgãos regionais, essa lista deixa de subdividir a via marítima, por não haver critério preciso para fazê-lo Nem se justificaria a subdivisão que se baseasse na arqueação ou na tonelagem, por não se adotar critério semelhante em relação a outros veículos, nem tampouco a que se fundasse nos pontos entre os quais se faz a navegação, porque se confundiria com a própria divisão da exportação em exterior, interestadual e intermunicipal.

254. A propósito, convém averbar aqui que o Instituto, ao admitir a pequena cabotagem na exportação interestadual, empresta à referida expressão um sentido lato incluindo nela tôda e qualquer navegação em embarcações de menor porte, ao longo da costa, como a que se faz em barcaças entre os portos de Aracaju e Bahia Não é êste, entretanto, o significado que lhe dá o regulamento da marinha mercante, mas outro muito mais restrito, condicionado menos pelo tamanho das embarcações do que pelo seu roteiro náutico Para êsse regulamento, denomina-se navegação de pequena cabotagem a que não ultrapassa os limites da costa marítima de cada Estado, assim como se considera navegação de grande cabotagem a que se pratica entre dois ou mais Estados da República (Dec n° 10 524, de 1913, art 2°, letras *b* e *c*) Noutras palavras, navegação intermunicipal no primeiro caso e interestadual no segundo.

255 Donde se conclui que melhor andará o órgão *planificador*, deixando de *abrir* qualquer subdivisão, para a qual se mostra totalmente falho o critério de fronteira, que, podendo ser um limite para a administração, não o é para a navegação Grandes navios podem navegar só entre municípios, como entre Salvador e Ilhéus, e pequenos barcos podem fazê-lo entre Estados, como entre Bahia e Sergipe

256 A apuração facultativa, isto é, deixada ao arbítrio dos órgãos estatísticos nas três esferas, federal, estadual e municipal, variará de um para outro dêles, fazendo-se, por exemplo:

Exportação
- *a*) por principais pontos de saída
- *b*) por origem
- *c*) por firmas exportadoras
- *d*) por mercadorias e firmas exportadoras
- *e*) por impôsto de exportação e mercadorias

Importação
- *a*) por principais pontos de entradas
- *b*) por origem
- *c*) por firmas importadoras
- *d*) por mercadorias e firmas importadoras
- *e*) por impôsto de importação e mercadorias

257 A apuração por principais pontos de saída, ou de entrada, de mercadorias concentra, às vêzes, todo o interêsse prático ligado ao conhecimento do vulto das correntes de comércio, como sucede na Bahia, onde essas correntes se canalizam, no seu grosso, para dois portos apenas, os de Salvador e Ilhéus *Nesses casos*, é preferível ao órgão regional de estatística levantar logo o movimento dêsses portos e divulgá-lo tão depressa quanto possível em vez de ficar aguardando a chegada de algumas guias provenientes de lugares distantes para, de uma assentada, publicar a exportação geral do Estado *Do contrário ficará exposto a ser* batido em campo razo pela diligente publicidade de entidades particulares ou autárquicas, que se valham das excelentes armas forjadas pelas emprêsas de transporte, a saber, os manifestos de embarque ou de chegada e os conhecimentos de frete.

258 A discriminação "por origem" apresenta, *outras vêzes, um interêsse agudo, como na* perspectiva ou na vigência de uma guerra, quando se torna conveniente conhecer se há, ou não, reexportação de artigos semimanufaturados ou manufaturados de origem estrangeira, para proibí-la ou regulá-la, conforme o vulto dos estoques no país Na vigência da guerra atual, é vedada a *exportação dos referidos* artigos, salvo se houver abundância de estoques no país ou as suas especificações técnicas ou características impedirem a colocação no mercado interno Todavia, êsse interêsse é sempre ocasional.

259 Outrotanto se diga da discriminação por firmas exportadoras ou importadoras, que diz respeito apenas à repartição que desejar preparar o respectivo "Indicador" para o público ou tiver por obrigação fornecê-lo à Fazenda Pública, à qual, de modo especial, interessa também a discriminação por impostos pagos à saída e à entrada das mercadorias

260. Ao plano de apuração deve-se aliar a elaboração de um código único de mercadorias, que, ditado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, sirva tanto para a exportação como para a importação e prevaleça em tôdas as unidades federadas afim de afastar as dificuldades de classificação que atualmente se observam entre as mesmas À míngua dêsse código, deveras indispensável à uniformidade da apuração, as listas de mercadorias divergem de um para outro Estado, oferecendo, a cada passo, casos de nomes contemplados em umas, mas não contemplados em outras, com danoso reflexo na apresentação tabular do intercâmbio

261 De par com o código completo, parece também de grande vantagem o preparo de um código abreviado, que facilitará grandemente a apuração da estatística em grupos maiores e mais adaptados a comparações

262 À semelhança do que acontece com a guia, convém traçar, calcado nela, um único cartão de exportação, destinado à apuração mecânica em todo o país, e diferençado anàlogamente pelas tarjas amarela, azul e branca, conforme se tratar do comércio exterior, interestadual e intermunicipal Ao que parece, o cartão em uso na Bahia e, salvo engano, também em Santa Catarina e em outros Estados, poderá ser adotado como modêlo, pois contém todos os elementos necessários, dispostos em campos de perfuração que acompanham a seqüência dos dados no documento, e já é normalmente recebido em papel manilha com as tarjas amarela e azul, bastando ajuntar agora a branca, aliás substituível pelo cartão sem tarja, dada a côr do papel Ao lado do cartão de exportação, lançar-se-á também um cartão de importação diferençado de igual modo, para atender às três correntes de comércio, embora nem em tôdas se precise pô-lo em uso ordinário e em qualquer delas possa ser eventualmente substituído pelo próprio cartão de exportação

263 Ao passo que ao órgão central federal vai tocar o estudo e a determinação dessas diretrizes, que certamente não hão de tardar, aos órgãos regionais vai caber, desde já, o estudo e a predisposição de meios para executá-las À vista da massa de documentos com que terão de lidar, aos órgãos regionais incumbirá resolver os seguintes problemas:

a) — tipo da perfuração, manual ou mecânica;

b) — número de operadores, num e noutro caso;

c) — periodicidade da coleta: mensal, semanal ou diária

264 Conforme fôr o vulto dos documentos, ficará, ou não, afastada a possibilidade da apuração manual e, adotada a apuração mecânica, ficará, ou não, afastada a possibilidade da coleta mensal de todos os documentos Com efeito, se a coleta mensal de documentos somar muitos milhares dêles, a sua apuração far-se-á sempre com grande atraso, a menos se ponha a secção mecânica a funcionar em regime extraordinário para um serviço ordinário, o que significará um aumento de turnos, de pessoal e até de máquinas Nesse caso, mais acertado será amiudar a coleta de documentos, diminuir o seu intervalo, tornando-a semanal e, se necessária, diária, para que se faça, pouco a pouco, a codificação, perfuração e conferência, isto é,

o preparo dos cartões, e, depois, de uma assentada, a separação e a tabulação, isto é, a apuração pròpriamente dita. Aliás, tal seja o porte do serviço, tornada diária a primeira parte do processo, a segunda deverá tornar-se semanal, sem embargo de só ser obrigatória a apresentação do resultado mensal

265 Do contrário, a estatística aparecerá com grande atraso devido ao tempo gasto nas diversas fases do processo de apuração mecânica das guias Sem exageros otimistas, que a realidade sempre desmente por fôrça de fatôres ligados ora aos documentos, ora aos operadores, ora às máquinas, pode-se admitir, com base na experiência das guias atuais, que, por dia normal de expediente, um operador dará, na codificação, quinhentas guias, na perfuração, mil guias, e na conferência, mil e trezentas guias De uma maneira geral êsse cálculo se aplica tanto às guias de exportação como às de importação, porque estas ou contêm os mesmos dados ou se confundem com aquelas, conforme se trate de comércio externo ou interno, dando lugar a que os cartões sejam idênticos e as perfurações abranjam o mesmo número de campos Abstraindo da segunda parte do processo, que se desenvolve com muito mais rapidez, vê-se que só a primeira parte, isto é, a do preparo dos cartões, consome um tempo bastante para indicar, quando a contagem das guias subir a muitos milhares, a conveniência de dividir a coleta em partes semanais e até diárias para permitir um abastecimento regular de serviço aos operadores e às máquinas e a imediata tabulação do resultado mensal ou semanal após a chegada das últimas guias

266 De tudo isso devem cuidar, com antecedência, os órgãos regionais, sobretudo quando lhes couberem também outras apurações, como as da estatística educacional e da bioestatística Importa-lhes, de antemão, fazer uma estimativa do conjunto de documentos que passarão a coletar por ocasião do advento do novo sistema, a saber, a partir de janeiro de 1944, a fim de que sejam criadas as condições propícias para oportuna apuração da estatística da exportação exterior e interestadual, bem como da importação exterior e, eventualmente, da importação interestadual de certos Estados Ao órgão municipal existente na Capital do Estado caberá, outrossim, proceder a um estudo análogo quanto à apuração da estatística da exportação e da importação municipal, a menos fique a cargo do Departamento Estadual de Estatística, como provàvelmente vai acontecer na Bahia

267. Como o período de observação não poderá ser o ano em curso, uma vez que imediatamente após o seu término, sem solução de continuidade, teriam de ser aplicadas as conclusões até então extraídas, deverá ser o ano anterior, isto é, o de 1942, embora atingido no seu final pela anormalidade trazida pela declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, cuja conseqüência imediata foi a redução de transporte por via marítima, compensada em parte pelo aumento do transporte por vias terrestres

268 De referência à exportação, êste foi o montante das guias apuradas em 1942 no DEE da Bahia segundo as vias de transporte e os destinos:

EXPORTAÇÃO EXTERIOR E INTERESTADUAL DA BAHIA

1942

VIAS	NÚMERO DE GUIAS		
	Para o estrangeiro	Para outros Estados	Total
Marítima	1 864	6 876	8 740
Fluvial	—	1 512	1 512
Férrea..	—	3 197	3 197
Rodoviária	—	2 472	2 472
Aérea	32	50	82
Postal	—	75	75
Total	**1 896**	**14 182**	**16 078**

269 Admitindo moderado aumento sôbre o total de 16 078 guias de exportação apuradas em 1942, em decorrência de fatôres vários, entre os quais o adequado contrôle da via postal, pode-se prever para 1944 um total de, no mínimo, 18 000, ou seja, a média mensal de 1 500 guias para codificação, perfuração, conferência, separação e tabulação

270 Relativamente à importação exterior, cujo levantamento ficará cabendo cumulativamente ao DEE, êste foi o número de "despachos de importação" apurados em 1942 pela secção Hollerith da Alfândega da Bahia, segundo as vias de transporte:

IMPORTAÇÃO EXTERIOR DA BAHIA

1942

VIAS	Número de despachos
Marítima	1 214
Aérea	163
Postal	338
Total	**1 715**

271 Supondo-se um acréscimo, ainda que comedido, sôbre o total de 1 715 "despachos de importação", razoável é prever para 1944 um total de, no mínimo, 2 400 guias, ou seja, a média mensal de 200 guias sujeitas ao processo de apuração mecânica

272 Afora essas apurações, que incumbem ao DEE como obrigação normal, talvez outras lhe venham a caber excepcionalmente, como a da importação interestadual de certos Estados, omissos ou morosos em remeter os seus boletins, e a da exportação e importação municipal da capital, dificilmente exeqüível pela Diretoria Municipal de Estatística

273 Quanto à primeira, se o Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais, unidades de onde a Bahia recebe um grande volume de mercadorias, continuarem a não mandar, ou a mandar com grande demora, os seus boletins mensais de exportação, isso importará na necessidade do DEE levantar diretamente das guias essa parte

da importação interestadual Atualmente êsse levantamento suplementar reclama a manipulação de cêrca de 60 000 declarações de recebimento por ano, o que dá uma média mensal de 5 000 documentos sujeitos ao processo de apuração mecânica.

274 Quanto à segunda, se o levantamento da exportação e da importação municipal da Capital ficar a cargo do DEE, tocará a êste uma tarefa muito mais árdua diante da grande massa de documentos que terá de enfrentar Efetivamente, a capital da Bahia é um dos maiores centros de convergência e de distribuição de mercadorias do país, uma verdadeira posição-chave: recebe mercadorias do estrangeiro e de outros Estados e manda-as para o interior; recebe mercadorias do interior e manda-as para o estrangeiro e para outros Estados

275 Daí terem sido assinaladas, em 1941, 133 272 declarações de recebimento, correspondentes a mercadorias entradas na Capital, vindas do estrangeiro, de outros Estados e do interior, inclusive 17 282 relativas a mercadorias em trânsito ou para redespacho, e 242 386 guias de trânsito interno, correspondentes a mercadorias saídas para o interior do Estado. Em 1942 foram registradas 198 180 declarações de recebimento, ou, arredondando, 200 000, não constando do livro de registro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, por mim consultado, o número de guias de trânsito interno, que deve ter-se elevado a 360 436, ou, arredondando, 360 000, se tiver sido mantida entre os dois documentos a mesma relação do ano anterior

276 Separadas das declarações de recebimento de 1942 as que representam importação exterior e interestadual, bem como as que representam mercadorias em trânsito, restam as que exprimem a importação intermunicipal, em face das quais se pode prever que a importação intermunicipal de 1944 oferecerá um volume aproximado de 60 000 guias, ou seja, a média mensal de 5 000 guias Tomadas como têrmo de referência as guias de trânsito de 1942, cuja estimativa acima se fêz, pode-se calcular que a exportação intermunicipal de 1944 se traduzirá em 390 000 guias ou seja, a média mensal, deveras ponderável, de 32 500 guias.

GUIAS PARA APURAÇÃO MECÂNICA
Distribuição periódica

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE GUIAS		
	Por ano	Por mês	Por dia*
Serviço provável			
Exportação exterior e interestadual . .	18 000	1 500	60
Importação exterior . .	2 400	200	8
Exportação intermunicipal	390 000	32 500	1 300
Importação intermunicipal	60 000	5 000	200
Total	470 400	39 200	1 568
Serviço possível			
Importação do Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais	60 000	5 000	200

* 25 dias úteis do mês.

277 À vista dessa copiosa safra de documentos, provindos, principalmente, do intercâmbio municipal da Capital da Bahia, é aconselhável tornar diário o recolhimento das guias e o preparo dos cartões, semanal a separação e tabulação dos cartões da exportação intermunicipal, e mensal a separação e tabulação dos demais cartões Assim, a primeira parte do processo, que é a confecção dos cartões, será executada dia a dia, ao passo que a segunda, que é a apuração pròpriamente dita, o será semana a semana, ou mês a mês, conforme o volume de cada serviço Na apuração da exportação intermunicipal, em que, reunidos os cartões de cada semana, serão os mesmos separados e tabulados no começo da semana seguinte, os cartões-resumo semanais facilitarão a estatística mensal Nas outras apurações, dispensados os cartões-resumo, os cartões comuns reunidos durante o mês permitirão levantar diretamente a estatística mensal.

278. O preparo diário dos cartões do serviço provável do quadro anterior, único que passará a ser considerado doravante, pode ser calculado, tomando-se o número de guias que deverão afluir diàriamente e comparando-o com o número indicativo da capacidade de cada operador no processo de transformá-las em cartões Daí se verá que o serviço provável do quadro acima exposto poderá ser executado pelo pessoal previsto no quadro infra:

PREPARO DIÁRIO DOS CARTÕES

ESPECIFICAÇÃO	GUIAS		Número de operadores	Saldo
	Produção exigida	Capacidade do operador		
Codificação	1 568	500	3	— 68
Perfuração	1 568	1 000	2	432
Conferência	1 568	1 300	2	1 032

279 A separação e tabulação dos cartões, semanal em relação aos da exportação intermunicipal, mensal em relação dos demais, precisa agora ser levada em conta para ficar completo o cálculo A apuração semanal, tomando por base 6 dias de trabalho, compreenderá um total de 7 800 cartões da exportação intermunicipal; a apuração mensal abrangerá os totais de 1 500, 200 e 5 000 cartões, respectivamente, da exportação exterior e interestadual, da importação exterior e da importação intermunicipal A separação reclamará a passagem dos cartões pela máquina dez vêzes (destino, três; origem, uma; via de transporte, duas; mercadorias, quatro). Uma vez separados, os cartões passarão na tabuladora três vêzes (destino, mercadorias e via de transporte) Calculando-se a capacidade da separadora a 300 cartões por minuto, e da tabuladora a 120, já descontado o tempo gasto pelo operador no agrupamento, ajustamento de cartões, etc., pode-se organizar o quadro abaixo, demonstrativo do tempo necessário à apuração dos cartões e preparo dos mapas semanais e mensais:

APURAÇÃO MECÂNICA DOS CARTÕES

ESPECIFICAÇÃO	PASSAGEM DOS CARTÕES		TEMPO NECESSÁRIO EM MINUTOS		Total horas
	Separadora 10 vêzes	Tabuladora 3 vêzes	Separadora 300 cartões por minuto	Tabuladora 120 cartões por minuto	
Semanal					
Exportação intermunicipal	78 000	23 400	260	195	7 35
Mensal					
Exportação exterior e interestadual	15 000	4 500	50	37	1 27
Importação exterior	2 000	600	7	5	0 12
Importação intermunicipal	50 000	15 000	166	125	4 51
Total	67 000	20 100	223	167	6 30

280 Como se vê, o serviço de exportação intermunicipal de cada semana pode ser apurado em sete horas e trinta e cinco minutos de trabalho da semana seguinte, ao passo que os outros serviços de cada mês poderão sê-lo em seis horas e trinta minutos do mês seguinte Assim, bastará acrescentar aos sete operadores, previstos anteriormente, mais um separador-tabulador, para formar o pessoal capaz de fazer face, em condições normais, ao serviço provável A sobra de tempo dêsses operadores não só compensará a diminuição do horário dos sábados e a repetição dos cartões errados como responderá por outros serviços ordinários ou eventuais, inclusive, quanto ao separador-tabulador, a apuração, em separado, da exportação para os Estados para o fim dos boletins mensais, a qual exige separações especiais

281. Fique subentendido, porém, que o excesso de capacidade não aproveitada dos operadores não bastará para cobrir quaisquer novos serviços permanentes ou ocasionais Conforme fôr o volume dêstes, cumprirá rever o programa e aumentar o pessoal e os turnos de trabalho, de maneira a coordenar a apresentação das diversas estatísticas sem prejudicar, pela demora, nenhuma delas Demais, é preciso contar com a irregularidade da afluência das guias e com outras circunstâncias perturbadoras, que sobrevirão para impedir que o serviço atrás planejado se processe exatamente como foi exposto A despeito dessa ressalva, a previsão não perde o seu valor e, uma vez generalizada, há de auxiliar por tôda parte o esfôrço dos órgãos regionais e contribuir assim para o êxito prático da instituição da nova guia

VII

SIMPLIFICAÇÃO DE FORMALIDADES DOS EMBARQUES

282 A abreviação do processo da guia, assegurada pelas providências referidas nos capítulos anteriores, apoia-se por outras de ordem colateral, tendentes a centralizar ou eliminar formalidades ou figuras de intervenientes esparsas no seu itinerário Destas, algumas podem ser preceituadas categòricamente, por serem exeqüíveis desde logo, ao passo que outras só o podem ser condicionalmente, por dependerem de tempo e de entendimentos para se tornarem exeqüíveis

283 Dentre as primeiras, ressai a centralização do pagamento de taxas no Banco do Brasil As taxas devidas à União e ao Estado devem ser recolhidas às respectivas repartições arrecadadoras, por onde a guia passa, mas as taxas, quotas ou outras contribuições devidas, em virtude de lei, a autarquias, cooperativas, sindicatos ou quaisquer outras entidades, federais e estaduais, por ocasião da exportação, serão tôdas obrigatòriamente recolhidas ao Banco do Brasil, por onde a guia também passa, na exportação exterior

284 Essa medida, consentânea com o interêsse público, pois facilita o exame da escrituração e da aplicação de taxas devidas em virtude de lei, permite, por outro lado, que o expedidor satisfaça, num mesmo local, várias obrigações de pagamento que, de outra forma, teria de cumprir em locais diferentes, às vêzes bastante afastados uns dos outros e submetidos a horários diversos de abertura e fechamento Para se formar uma idéia do que a medida representa, basta enumerar aqui algumas das taxas atualmente cobradas na Bahia:

a) — Taxa federal fixa sôbre o café, à razão de Cr$ 12,00 (15 shillings) por saca (Dec-lei fed n° 2, de 13 de novembro de 1937), recolhida ao Banco do Brasil

b) — Quota estadual do fomento econômico do cacau, à razão de Cr$ 2,50, por 60 quilos (Dec est n° 10 779, de 10 de junho de 1938, art 1°, letra *a*).

c) — Quota estadual de fomento econômico do fumo, à razão de Cr$ 3,00, por 75 quilos de fumo em fôlha, rolos ou magotes (Dec e art cits letra *b*).

d) — Quota estadual do fomento da indústria animal, à razão de 20 centavos por quilo de couro e 40 centavos por quilo de pele (Dec e art cits letra *c*).

e) — Taxa estadual do fomento do algodão, à razão de 2 centavos por quilo (Dec est n° 11 510, de 6 de dezembro de 1939, arts 1° e 2°)

f) — Taxa federal sôbre o quartzo, à razão de 10% *ad valorem* das guias de classificação e avaliação, *pagável na Alfândega* do pôrto de exportação (Dec lei fed n° 3 076, de 26 de fevereiro de 1941)

285 Ao mesmo tempo que se centraliza, dêsse modo, no Banco do Brasil, o pagamento de taxas, procura-se também centralizar na Alfândega, ou no ponto de embarque, a inspeção das mercadorias, prescrevendo-se que ali se reunam, sempre que possível, os funcionários e prepostos de repartições federais, ou estaduais, bem como de quaisquer outras entidades a

que forem cometidas, ou delegadas por lei, atribuições de classificar, avaliar, examinar e fiscalizar mercadorias.

286 Essa prescrição emparelha com a antecedente em merecimento, e está fadada a produzir benefícios tão sensíveis para a administração pública como para o comércio Para a administração pública, porque conduzirá à concentração, num pôsto único, de serviços conexos, que andam agora dispersos, trazendo isso evidente economia de pessoal e de material Para o comércio, porque abolirá a extenuante necessidade em que se vê de espalhar-se em diferentes direções para submeter as suas mercadorias a inspeção

287. A inspeção das mercadorias às vêzes não passa de simples exame ocular; outras vêzes, porém, requer o uso de pesos e medidas bem aferidos e ainda outras exige o emprêgo de provas de laboratório, umas relativamente simples, outras mais complexas, como as bromatológicas Não emerge naturalmente daí a sugestão no sentido de se montar junto a cada Alfândega, ou local de embarque, um pôsto ou "laboratório de provas" comum aos diversos serviços aos quais incumbe a inspeção das mercadorias?

288 Além de economia para o poder público e de simplificação para o comércio, exportador e importador, traria isso um benefício de que participaria tôda a coletividade: maior segurança no laudo dos peritos dos diversos serviços. A êsse resultado conduziria necessàriamente a troca de impressões entre os mesmos, a intercomunicação de conhecimentos sôbre técnicas de trabalho, da qual proviria a amistosa correção de uns pelos outros e a mais salutar emulação científica

289 A propósito, vale a pena referir aqui a rumorosa questão do charque que, de julho a outubro de 1941, preocupou a imprensa e a opinião pública da Bahia Aqui chegados cêrca de três mil fardos de charque vindos de outros Estados para o consumo interno, tiveram os mesmos de ser reembarcados, apesar de fazerem grande falta ao abastecimento local, porque um laudo do Departamento de Saúde Pública os declarou impróprios para a alimentação humana Dêsse laudo divergiu o exame do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que forneceu o certificado sanitário para o embarque E a divergência girou em tôrno da prova de gás sulfídrico no exame das carnes conservadas, à qual, segundo parece, a repartição estadual emprestou um valor absoluto, ao passo que a federal lhe deu um valor relativo, condicionado por outros elementos, entre os quais sobreleva o organolético

290 Não se pretende, está visto, instalar um grande laboratório ao pé de cada Alfândega Todo grande laboratório tem, batizadas ou não, duas secções distintas: uma de investigação científica em que, com caráter desinteressado, as pesquisas se multiplicam ou, para resolver casos difíceis ou duvidosos, as provas se repetem e se requintam; a outra de rotina, em que, com vista em casos banais, as pesquisas se limitam e as provas de antemão se padronizam. E' apenas esta secção de rotina, que se busca pôr ao alcance do público, reservando-se os exames mais complexos, quando necessários, para instituições convenientemente aparelhadas

291 Dêsse pequeno laboratório de provas precisa o Serviço de Economia Rural, para classificar ou fiscalizar produtos agrícolas e extrativos, pois há de levar em conta, às vêzes, a grau de umidade ou as impurezas, como no caso da cêra de carnaúba e da cêra de licuri; o Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, para apreciar a sanidade dos vegetais em geral, identificando as pragas acaso existentes; o Serviço de Defesa Sanitária Animal, para conhecer o estado de sanidade da carne e derivados, do leite e laticínios e, em geral, dos produtos de origem animal, porque, ainda quando tragam certificados sanitários de origem, por virem de estabelecimentos fiscalizados, são todos reinspecionados por ocasião de qualquer embarque; a entidade representante da Confederação Nacional de Indústrias para atestar concientemente a composição de produtos manufaturados ou semimanufaturados sujeitos ao certificado de conferência; o Serviço de Avaliação e Classificação de Pedras Preciosas da Diretoria de Rendas Internas do Ministério da Fazenda, que aqui funciona na Alfândega, para verificar os característicos das pedras preciosas e semipreciosas e calcular o seu valor; o Serviço de Material Bélico da Região Militar para análise de produtos químicos no caso de suspeita de fraude; e, por último, a própria Alfândega, para bem classificar, na tarifa aduaneira, no caso de dúvida, as mercadorias importadas

292 Aliás, todos êsses Serviços, salvo o da Confederação e o Material Bélico da Região Militar, possuem na Bahia, senão laboratórios, pelo menos peças aproveitáveis para a formação de um laboratório, das quais se servem isoladamente, quando, postas em comunhão, remediariam, talvez, algumas deficiências lamentáveis que ora se notam Por exemplo, apesar de só haver avaliação e classificação de pedras preciosas no Rio e na Bahia, o Serviço da Bahia, possuindo embora alguns elementos de trabalho (lente, pinça, balança de precisão, crivo, conchas), se ressente da falta de outras verdadeiramente indispensáveis, para verificar a dureza das pedras, discernir se as semipreciosas são naturais ou reconstituídas, determinar a densidade dos carbonados e fotografar pedras fora do comum (escala de Mohs, microscópio, balança, máquina fotográfica).

293 Cumpre recordar que a Alfândega já possuiu um laboratório de análises, depois extinto, cujo material foi entregue à Faculdade de Medicina em 1932, conforme ordem nº 14, de 27 de janeiro, do então Diretor-Geral do Tesouro Nacional e subseqüente inventário, ambos compulsados por mim na referida repartição Se, ao contrário do que acontece em outros grandes portos, as necessidades peculiares da Alfândega da Bahia talvez não justificassem realmente a existência de um laboratório, o mesmo não se dirá agora se essas necessidades forem somadas às de outras repartições federais que intervêm diàriamente na exportação

e na importação A idéia de um laboratório de provas junto a cada Alfândega, a ser criado em base cooperativa para préstimo comum de tôdas as repartições interessadas, faz jús, portanto, a um pronto entendimento entre os Srs Ministros da Fazenda e da Agricultura

294 Como conseqüência do sistema da guia, foram impostas ao Estado e ao Município algumas proibições tendentes a evitar que, por uma legislação inconsiderada, venham a atrapalhar no futuro a circulação das mercadorias, mas sôbre tais proibições não se faz mister expender justificativas especiais, uma vez que estas ficaram implícitas no curso da presente exposição

295 Outra medida colateral, tomada para abreviar o processo da guia, na exportação exterior, foi a concessão feita ao Estado de uma via da "declaração de venda" que o exportador, dentro de cinco dias da operação, tem de apresentar ao Banco do Brasil (Fiscalização Bancária), à vista da qual passará a repartição arrecadadora estadual a cobrar com segurança o impôsto de exportação, sem qualquer atrito com o contribuinte

296 De fato, segundo a norma traçada pela Conferência Nacional de Legislação Tributária e adotada pela Bahia e naturalmente por outros Estados, o impôsto de exportação deve ser cobrado com base na pauta do dia da operação de venda, e não na pauta do dia do embarque da mercadoria:

> "No caso de operações de venda para entrega futura, far-se-á, sempre que possível, a aplicação da pauta vigente no dia da realização daquelas, à vista dos necessários comprovantes "
>
> (Norma 20 §)

297 Ora, ao passo que é do maior interêsse para o Estado conhecer a data da realização da venda, a fim de aplicar a pauta então vigente à exportação que mais tarde fôr feita, a União, por intermédio do Banco do Brasil (Fiscalização Bancária), tem essa data, bem como outros valiosos informes, na chamada "declaração de venda", que exige do vendedor dentro de cinco dias após o fechamento do negócio.

298 Logo, basta permitir seja extraída e autenticada mais uma via dessa "declaração", que o exportador juntará oportunamente à guia de exportação, para que o Estado fique habilitado à cobrança do impôsto e o contribuinte livre da exigência de um novo documento por parte do mesmo Estado Na falta de uma providência tão singela, na Bahia o Estado instituiu para si uma nova "declaração de venda", tirada em duas vias, com um processo em dois graus, a saber, registro prévio em livro especial e apresentação ulterior, completado com penalidades, processo êsse que se manteve dentro dessas linhas ao ser últimamente revisto (Dec-lei n° 11 459, de 6 de novembro de 1939; n° 12 668, de 27 de janeiro de 1943) Agora, tudo isso se põe de lado com a obtenção de uma via da "declaração" federal, que não precisará ser submetida a registro prévio, uma vez que terá de ser apresentada na ocasião em que há de produzir efeito: no pagamento do impôsto de exportação.

299 Aliás, dada a intervenção forçada do Banco do Brasil (Fiscalização Bancária) nos negócios da exportação para o estrangeiro, cujo exato valor apura em cada caso diante dos comprovantes da venda, não será de admirar que venha a ser abolido o sistema de pauta, calculando-se então o impôsto na base do preço declarado e verificado da venda

300 Aliviada a circulação de mercadorias do pêso de numerosos documentos e formalidades, importava, entretanto, prover a que jamais lhe faltasse a guia ora instituída, com a qual se há de associar estreitamente, a ponto de se não compreender uma sem a outra Nesse sentido estabeleceu-se um processo adequado para reprimir a omissão da guia, o qual, de acôrdo com a experiência, assenta em dois sólidos fundamentos:

a) — apreensão das mercadorias;
b) — divisão da multa entre a Fazenda Pública e o funcionário

301 No caso da omissão resultar de perda ou extravio, não haverá, está claro, imposição de multa, mas apenas pagamento da despesa de apreensão, desde que se exiba uma cópia autêntica fornecida pela repartição, pôsto ou agente fiscal a que o original tiver sido apresentado

302 Neste caso, portanto, o processo é devido à natureza peculiar da guia, mais simples do que costuma ser no caso de perda ou extravio do conhecimento de frete, que, devido à sua condição de instrumento de contrato de transporte, requer, às vêzes, até justificação judicial, a fim de pôr o transportador a salvo de futura indenização (Dec n° 19 754, de 10 de dezembro de 1930, art 9° com a nova redação do Dec n° 19 754, de 18 de março de 1931; Dec n° 21 736, de 17 de agôsto de 1932, artigo único)

303 Havendo imposição de multa, se esta não fôr oportunamente paga, as mercadorias serão levadas a leilão pela própria repartição fiscal, independente da intervenção de leiloeiro, porque, embora a legislação federal sòmente a dispense em pregão para fins beneficentes, quando não haja remuneração de qualquer espécie, logo ressalva, em dispositivo redigido aliás com rara impropriedade:

> "Excetuam-se dessa restrição os casos de venda de mercadorias apreendidas como contrabando, ou abandonadas nas Alfândegas, repartições públicas e estradas de ferro, nos têrmos da nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda e do Decreto n° 5 573, de 14 de novembro de 1938 "
>
> (Regulamento a que se refere o Dec. fed n° 21 981, de 19 de outubro de 1932, art 45, Parágrafo único)

304 Apesar de se estender em mais de meia centena de artigos, com o fito de articular, convenientemente, diferentes interêsses e fixar pontos julgados sobranceiros a qualquer variação, formando verdadeiramente um sistema cujas partes se entrosam perfeitamente, o an-

teprojeto deixa ainda considerável margem para instruções complementares do Ministério da Fazenda ou das Secretarias da Fazenda dos Estados Essas instruções deparam matéria em todos os capítulos, uma vez que êstes se abstiveram de descer a minúcias que pareceram escusadas no texto ou suscetíveis de receberem soluções temporárias ou locais

305 Assim, logo no comêço, abre-se o ensejo de esclarecer que, estando sujeitas à guia as mercadorias que saírem de qualquer localidade brasileira, seja qual fôr o seu destino, implìcitamente o estão as que se destinarem ao consumo de bordo Atualmente, as provisões para os navios estrangeiros e o combustível embarcado em cada pôrto para consumo de bordo, embora não entrem nos boletins estatísticos da exportação, se acham submetidos à exigência da guia federal (Dec n º 15 813, de 13 de novembro de 1922, art 3 º)

306 Entretanto, talvez com o fito de eliminar a intervenção do despachante aduaneiro num suprimento de natureza urgente, circulares fazendárias têm dispensado a guia federal de exportação, exigindo apenas, em relação às mercadorias estrangeiras vendidas para consumo de bordo, especialmente os combustíveis, a "guia de embarque" da Fiscalização Bancária do Banco do Brasil, com a qual se assegura a entrega de câmbio correspondente ao valor daquelas em cruzeiros, o que equipara o fornecimento à exportação para o exterior Segundo tais circulares, sòmente quando se verifica que a quantidade do fornecimento supera a que é precisa para o navio alcançar o primeiro pôrto de escala é que se deverá exigir, para o excesso, a guia com despacho regular como se se tratasse de exportação (Circular n º 35, de 26 de novembro de 1939, do Ministério da Fazenda; n º 40, de 16 de dezembro de 1941, da Diretoria das Rendas Aduaneiras)

307 Essas providências discriminativas perderão a sua razão de ser com a entrada em vigor do novo sistema, em que a guia aduaneira e a guia de embarque se fundem numa só guia de exportação, que passará a ser necessária em todos os fornecimentos para consumo de bordo Em que pese à unificação, subsistirá, confirmado por instruções, o afastamento, nesses casos, do despachante aduaneiro e, por conseguinte, do pagamento ao mesmo de qualquer comissão, uma vez que a sua assistência não se enquadraria realmente em nenhuma das hipóteses legais (Dec -lei n º 4 014, de 13 de janeiro de 1942, art 1 º)

308 A seguir, as remessas a várias pessoas, por intermédio de um destinatário ou agente distribuidor único (agências de exportação e de importação, agências de despachos ou de encomendas, etc), oferece oportunidade para determinar que se exija dêste, por ocasião da retirada das mercadorias no destino, uma subdeclaração, na própria guia ou em fôlha anexa, dos nomes das referidas pessoas e de outros informes julgados úteis A essa subdeclaração aposta na guia que acompanha a mercadoria até o destino, ficará, ou não, condicionado o respectivo desembaraço

309 Há, entretanto, um assunto que, mais do que qualquer outro, admite esclarecimentos complementares, uns permanentes, outros ocasionais: é o do preenchimento dos dizeres do modêlo Aí hão de ser afastados, por explicações prévias, todos os possíveis motivos de dúvida do expedidor, inclusive aquêles trazidos por mutações ligadas à sucessão de acontecimentos comerciais ou financeiros

310 O prazo de conservação das guias nas repartições onde terminam o seu itinerário, ponto que deixou de ser fixado no anteprojeto, deverá ser também determinado em instruções, na conformidade das conveniências que se reconhecerem Do contrário, acumular-se-ão nos arquivos oficiais milhares de documentos, que, além de haverem perdido o préstimo, se desnaturaram em estôrvo pelo espaço ocupado

311 No máximo, êsse prazo deverá ser de cinco anos para as guias que servirem ao pagamento do impôsto de exportação, ou de qualquer outro impôsto ou taxa, por ser êsse o tempo em que prescreve tôda e qualquer ação contra a Fazenda Federal, Estadual e Municipal (Cód civ art 178, § 10, n º VI) A prescrição qüinqüenal costuma ser, com razão, o têrmo de referência para a guarda de documentos que envolvem relações da administração com particulares, como os papéis selados em geral ou as faturas do serviço de reembôlso postal (Dec n º 4 655, de 3 de setembro de 1942; Instrução do Serviço de Reembôlso Postal, de 1941, art. 22, n º 108)

312 Aliás, o mesmo acontece acêrca dos documentos que traduzem contratos das emprêsas de transporte com os seus clientes, visando a escolha dêsse têrmo de referência acautelar a eventual exibição dos escritos em juízo, como já a acautelava o nosso velho Código Comercial, ao prescrever que os comerciantes conservem em boa guarda todos os papéis pertencentes ao giro do seu comércio enquanto não prescreverem as ações que lhes possam ser relativas (Cód Com art 10, n º 3; Código Brasileiro do Ar, art 160)

313 Além dos pontos que acabam de ser destacados, muitos outros merecem ser abordados em instruções como os exemplificados abaixo, ao lado dos precedentes:

a) — emissão da guia de mercadorias para consumo de bordo e seu processo;

b) — emissão da guia coletiva de pequenos produtores e exigência da prova anual de sua qualidade;

c) — complementação da guia coletiva para muitos recebedores por meio de lista dos respectivos nomes aposta pelo destinatário único;

d) — omissão da declaração do destino na guia, por não o ter prefixado a exportação (Dec n º 15 813, de 1922, art 7 º, letra *f*, alínea segunda);

e) — declaração de valor nas hipóteses de consignação, de venda com margem cambial e de transferência de mercadorias;

f) — averbação de transferência de mercadorias, de um para outro Estado, feita por fabricante ou produtor a sucursal, filial, agência ou representante;

g) — averbação de não-embarque e de embarque parcelado em tôdas as vias da guia;

h) — proibição de declarações genéricas sôbre mercadorias e de reunião de mercadorias diferentes num só pêso ou num só valor;

i) — padronização de abreviaturas de endereços segundo as convenções dos telégrafos e do código de trânsito (Dec nº 3 651, de 1941, art 89), etc;

j) — numeração das guias na repartição autenticadora da procedência, a qual deverá ser, de preferência, anual e distinta para cada corrente de exportação (exterior, interestadual e intermunicipal);

l) — ordem em que, segundo os diferentes casos, devem ser apostos os carimbos de averbações e de "vistos" das repartições públicas no verso da guia, a fim de evitar que sejam afixadas dispersamente, prejudicando os primeiros a colocação dos demais;

m) — destino das guias da estatística do Estado, que ficam livres depois de apuradas;

n) — destino da guia da Alfândega, que igualmente fica livre, depois de apurada pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda;

o) — autenticação extraordinária da guia fora da sua procedência e assinação de prazo para a sua apresentação à repartição arrecadadora, quando não a houver no destino;

p) — conferência e fiscalização de embarque;

r) — padronização de "vistos" e carimbos, tanto de conferência e fiscalização de embarque como de fiscalização de passagem;

e) — fiscalização das marcas dos volumes constantes da guia, de acôrdo com o regulamento federal de marcação (Dec nº 23 485, de 22 de novembro de 1933);

t) — prazo de conservação da guia na repartição onde termina o seu itinerário, diferenciado conforme lhe esteja, ou não, adjeto o interêsse da prescrição qüinqüenal

VIII

CONCLUSÃO

314 A liberdade de comércio, como tôdas as liberdades, está sujeita a limitações impostas pela administração pública no exercício do seu poder de polícia Tais limitações aumentaram com grande rapidez nos últimos anos à medida que se acentuava, no mundo inteiro, a intervenção do Estado na ordem econômica, por meio de uma legislação cada vez mais minuciosa e restrita, coadjuvada pela ação multiforme de entidades reguladoras da produção e do comércio

315 As limitações atingem tanto o comércio externo como o interno, embora se apliquem diretamente mais ao primeiro do que ao segundo, que, então, lhes sofre indiretamente as conseqüências, dadas as relações entre um e outro No comércio externo, não se exprimem apenas nos certificados de origem, quantidade, sanidade e qualidade, destinados a fiscalizar o intercâmbio com países estrangeiros, mas, indo muito além, se traduzem nos variados contrôles econômicos e financeiros resultantes do regime de proibições, quotas, licenças prévias de exportação e de importação, e assim por diante, que o Brasil adota menos de vontade própria do que para contrabalançar medidas semelhantes tomadas por outros países

316 *Não sendo possível fazer desaparecer* tôdas essas limitações, embora seja desejável que isso suceda a muitas delas, provenientes de preocupações exclusivistas de certas nações, tudo se deve envidar para, ao menos, tornar mais simples, breve e cômodo o processo por meio do qual elas se exercem A não ser assim, o processo de pô-las em prática pode de tal modo agravá-las que elas cheguem ao extremo de aniquilar as atividades que se propõem a meramente regular

317 De fato, êsse processo, no Brasil, vem se formando ao acaso de disposições unilaterais e fragmentárias, que dão lugar a trâmites e requisitos que constantemente se somam sem se relacionarem, por não haver uma visão panorâmica de tôda a situação Não é de extranhar, pois, que a circulação de mercadorias tenha se transformado em uma corrida de obstáculos através da qual tanto se esgota a resistência dos competidores como se desacoroçôa a atividade da produção e do comércio e se tumulta a estatística das trocas

318 Tal é o resultado a que já conduz o presente excesso de papeis e formalidades que condicionam o deslocamento de mercadorias para fora do país e dentro dêste Os efeitos dessa nova espécie de inflação assemelham-se, aliás, até certo ponto, aos da inflação monetária: tendência a crescer, perturbação dos negócios, encarecimento do custo da vida, e até desvalorização dos papeis

319 A propósito dêste último ponto, convém explicar que os papeis, por sua própria abundância, costumam prejudicar-se reciprocamente, pois, em certas localidades e ocasiões, se usam alguns dêles, relegados os demais, enquanto, em outras oportunidades, são preferidos êstes em detrimento daqueles A incerteza e instabilidade das exigências aumenta o risco de movimentar mercadorias em algumas regiões do interior do país

320 Dessa incerteza e instabilidade há numerosos fatos comprobatórios, mas nenhum, talvez, tão expressivo como o ocorrido com certo boiadeiro de Caiteté, cuja conformidade ficou registrada no arquivo de uma repartição pública Depois de viajar cinqüenta léguas com o seu gado, deixando sem esperança várias reses em

arribada na mata, perdendo outras por furto e vendo chegar as restantes com grande quebra de pêso devido à caminhada, à estiagem e à falta de pastagens no percurso, não pôde, ao cabo de tudo, negociar estas últimas no destino, por lhe faltar, embora debalde a tivesse procurado, determinada guia da procedência

321 Ao estado de coisas dentro do qual se enquadra êsse episódio sertanejo urge fazer frente por meio de providências que, apanhando a situação no seu conjunto, detenham e neutralizem a tendência expansionista do formalismo em um ponto médio, onde se encontrem e coordenem todos os interêsses em jôgo. A isso se propõem as medidas minuciosamente explicadas e desenvolvidas nos capítulos precedentes, as quais, por emergirem de um estudo objetivo, fundado na observação de fatos levada até a pormenores, se mostram plenamente exequíveis Conjugadas em uma solução geral, elas não excluem, antes admitem e solicitam, acabamento ulterior em mais de um ponto

322 Já em 1940, impressionado com o mal da multiplicidade das guias, tentei restringí-lo, na Bahia, quanto coubesse na alçada do Estado, organizando, para isso, um anteprojeto de unificação que não chegou a converter-se em lei, embora reconhecesse que só uma unificação geral, da competência da União, poderia eliminá-lo (Relatório de 1940/41, ns 479/488) No propósito de encaminhar essa unificação geral, em 1941 preparei alguns elementos para o estudo da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, mas, com o extravio da pasta em que os reunira, não pôde o ilustre colégio deliberar sôbre o assunto, cuja extensão absorveria, talvez, quase por completo a sua atividade

323 Ficou, entretanto, o assunto em foco na Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de sorte que em 1942 surgia já o primeiro vislumbre da sua solução neste dispositivo legal, tanto mais oportuno quanto se avizinhava a extinção total do impôsto interestadual de exportação, a cuja cobrança se achava ligada a exigência da guia destinada ao levantamento dessa corrente de comércio:

> "O Conselho Nacional de Estatística proporá oportunamente um plano para a racionalização das guias de exportação, tanto para o tráfego interior, como para o comércio exterior, tendo em vista atender, em relação a cada despacho e com um só instrumento estatístico, os interêsses da administração, quer da União, quer das Unidades Federadas."
>
> (Dec -lei fed. n º 4 736, de 23 de setembro de 1942, art 14, Parágrafo único)

324. A idéia expressa nesse texto acaba de ser trazida á baila novamente por outro em virtude do qual o impôsto de exportação, após sucessivas prorrogações, deverá ser, em definitivo, cancelado dos orçamentos estaduais, a partir de 1944 (Dec -lei n º 5 368, de 1 de abril de 1943). Foi para acorrer a essa feliz idéia, bem como à penhorante confiança do ilustre Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, que se esboçou, com as vistas voltadas para a experiência, o plano que acaba de ser exposto

325 Ao declarado objetivo da unificação das guias, êsse plano não podia deixar de associar o da simplificação dos documentos e formalidades do intercâmbio comercial, tanto porque, até certo ponto, uma coisa redunda na outra, como porque, daí por diante, não era razoável fugir à imperiosa sugestão de fatos próximos aos que se examinavam. Por isso, emparelhou um e outro problema, ambos de grande tomo, procurando resolvê-los conjuntamente sob o signo nacional

326 Aduzidas com minudência no correr dêste trabalho, podem agora ser recapituladas com brevidade, através de uma série de conclusões gerais, as origens e finalidades do plano em causa, que tanto pugna pela uniformidade da estatística comercial como pela livre circulação de mercadorias:

1ª A circulação de mercadorias dentro do país é atualmente entravada pelo excesso de documentos e formalidades, que a condicionam, exigidos pelos governos da União, dos Estados e dos Municípios e por entidades autárquicas que gravitam em tôrno dos referidos governos

2ª — A simplificação dêsses documentos e formalidades deve ser estabelecida pela União, a fim de que possa impôr-se aos Estados e aos Municípios com fundamento nos dispositivos constitucionais que conferem àquela a competência para legislar sôbre o comércio e dão aos seus papéis fé probante em face dos Estados e dos Municípios

3ª — A simplificação deve fazer-se mediante um plano que coordene os interesses federais, estaduais e municipais a que os atuais documentos e formalidades visam atender, principalmente os de ordem fiscal e estatística

4ª — O plano pode ter por base a substituição dos atuais documentos por uma só guia de circulação que, portadora de informes bastantes, acompanhe as mercadorias em todo o percurso, devendo em tôrno da mesma girar quaisquer formalidades que se hajam de cumprir na procedência, no destino ou em trânsito

5ª — A guia de circulação será exigida em tôda expedição de mercadorias, excetuada a que se fizer dentro dos limites de um mesmo município, e será tirada em tantas vias quantas necessárias para atender, simultânea ou sucessivamente, aos diferentes fins a que se prestam os atuais documentos

6ª — O processo da guia de circulação, para despacho ou desembaraço de mercadorias, à saída ou à entrada, poderá ser promovido, em regra, pelo expedidor ou pelo destinatário, ressalvada, quando couber, a interferência do despachante, imprimindo-se ao seu andamento a máxima celeridade nas repartições públicas.

7ª — Os certificados de licença prévia, pagamentos de taxas, fiscalização, conferência, sanidade ou quaisquer outros de que depender a saída das mercadorias constarão da própria guia, reduzidos, quanto possível, à forma de "visto", a menos que, pela sua extensão ou por conveniência comercial, devam ser autônomos.

8ª — A guia será isenta de sêlo, impôsto, taxa ou qualquer outro ônus fiscal por parte da União, dos Estados ou dos Municípios, admitido, entretanto, o sêlo estadual na exportação exterior

9ª — Às mercadorias cobertas por guia de circulação devidamente visada na procedência é assegurado livre trânsito até o destino sem que, durante o percurso, possa qualquer funcionário detê-las, a não ser para exibição da própria guia.

10ª A centralização, no Banco do Brasil, do pagamento de taxas, quotas ou outras contribuições devidas, em virtude de lei, a autarquias, cooperativas, sindicatos, ou quaisquer outras entidades, federais e estaduais, por ocasião da saída das mercadorias, facilitará a circulação destas por permitir que o expedidor satisfaça, num mesmo local, várias obrigações pecuniárias que de outra forma teria de cumprir em locais diferentes, às vêzes bastante afastados uns dos outros e submetidos a horários diversos de abertura e fechamento

11ª — A centralização, no ponto de embarque, sempre que possível, dos serviços federais, estaduais e municipais de inspeção de mercadorias favorecerá igualmente a circulação destas, sendo aconselhável, que, para uso comum dos referidos serviços, se monte um laboratório de provas junto às alfândegas e mesas de renda do país Convirá ainda proibir que, de futuro, se criem, para a saída de mercadorias, novas exigências que devam ser cumpridas longe das repartições arrecadadoras ou dos pontos de embarque

12ª — Não se julgando oportuno libertar totalmente o despacho e o desembaraço de mercadorias da interferência obrigatória de despachantes, deve-se eliminar o caráter múltiplo que esta costuma assumir, provendo-se a que um só dos referidos intermediários baste para acompanhar o processo através de tôdas as repartições públicas, federais, estaduais e municipais

13ª — Os documentos comprobatórios de fatos relacionados com a circulação de mercadorias, que não interessem exclusivamente à União, mas ainda aos Estados ou aos Municípios, devem ser, em uma ou mais vias, transmitidos pela primeira aos últimos para que tenham utilidade comum e dispensem assim a criação de outros similares.

14ª — Na conformidade da conclusão anterior devem ser comunicados ao Estado os seguintes documentos federais:

a) *declaração de venda à Fiscalização Bancária a fim de ser encaminhada à repartição arrecadadora estadual, onde fará prova plena da data da venda para o efeito da aplicação da pauta dessa data à cobrança do impôsto de exportação;*

b) *despacho de importação, a fim de ser encaminhado à repartição de estatística estadual para o levantamento da importação e, subsequentemente, à repartição fazendária competente para contrôle da formação de estoques sujeitos ao impôsto de vendas e consignações*

15ª — As entidades autárquicas que atualmente exigem papéis próprios para o deslocamento das mercadorias sujeitas ao seu contrôle, como o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Instituto do Sal e o Departamento Nacional do Café, devem abrir mão dos mesmos para adaptar aos seus fins peculiares a guia de circulação que fôr adotada.

16ª — Fica recomendado ao exame do Govêrno Federal o plano constante do anteprojeto anexo, que justifica e efetiva estas conclusões, porque representa um quadro amplo e sistemático de simplificação dos documentos e formalidades para a circulação de mercadorias

Bahia, 13 de maio de 1943

AFRÂNIO DE CARVALHO
Diretor do Depatramento
Estadual de Estatística

ANTE-PROJETO DE DECRETO-LEI

Unifica as guias exigidas para a circulação de mercadorias e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I
Da Guia de Exportação

Art. 1º — A circulação de mercadorias no território nacional é livre de qualquer guia exceto a instituída pelo presente decreto-lei

Art 2º — Fica instituída a guia de exportação para as mercadorias que saírem de qualquer localidade brasileira, seja qual fôr o seu destino

Parágrafo único — Excetuam-se da exigência da guia:

a) as mercadorias que circularem dentro do mesmo município;
b) as bagagens que acompanharem os passageiros;
c) as amostras que acompanharem os viajantes do comércio;
d) as amostras ou encomendas de valor comercial não excedente de cem cruzeiros (Cr$ 100,00).

Art 3º — A guia de exportação será emitida pelo expedidor das mercadorias, antes da expedição destas.

Parágrafo único — Na exportação intermunicipal é lícito ao expedidor que não souber ou não puder escrever incumbir outrem da emissão da guia a seu rôgo

Art 4º — A guia de exportação não indicará mais de um expedidor, destinatário ou destino das mercadorias

Parágrafo único — O disposto neste artigo não obsta que:

a) na exportação intermunicipal, um dentre vários pequenos produtores, como tais definidos em lei estadual, emita por todos uma só guia;

b) em qualquer exportação, um expedidor emita uma só guia para remessa a várias pessoas, desde que nela designe um único destinatário

Art 5º — Não poderão também constar da mesma guia:

a) na exportação exterior, mercadorias sujeitas ao impôsto de exportação e livres ou isentas dêste;

b) em qualquer exportação, mercadorias de origens diferentes, exceto quando em um mesmo volume, caso em que deverão ser distinguidas na especificação

Art 6º — O processo da guia de exportação para despacho ou desembaraço de mercadorias, à saída ou à entrada, perante as repartições federais e estaduais, poderá ser promovido pelo expedidor ou destinatário, pessoalmente, por procurador, ou por meio de caixeiro despachante

§ 1º — O disposto neste artigo não prejudica a interferência do despachante aduaneiro, onde houver, nos casos admitidos na legislação vigente

§ 2.º — Ocorrendo a interferência do despachante aduaneiro, êste deverá acompanhar o

processo em tôdas as suas fases, perante as repartições federais e estaduais, sem aumento de comissão.

§ 3º — Para o fim previsto no parágrafo anterior, o despachante aduaneiro deverá cumprir simultâneamente as formalidades exigidas pela União e pelo Estado para o exercício da profissão

§ 4º — O processo da guia, inclusive o recolhimento de impostos e taxas e a expedição de certificados, deve ter preferência sôbre qualquer outro serviço nas repartições interessadas, sob pena de responsabilidade do funcionário que o atrasar

Art 7º — Fica proibido a tôdas as repartições, federais e estaduais, por onde a guia transite, exibí-la, durante o seu processo ou posteriormente, a pessoas estranhas ao seu objeto

Art 8º — Os certificados de licença prévia, pagamento de taxas, fiscalização, conferência, sanidade, ou quaisquer outros, de que depender a saída de mercadorias, serão passados na própria guia, vedado o uso de documentos especiais para os referidos fins

Parágrafo único — Excetuam-se os certificados que, por conveniência comercial, devam ser autônomos, bem como os que, pela sua extensão, não caibam no espaço livre da guia

Art 9º — A guia de exportação é isenta de sêlo, impôsto, taxa ou qualquer ônus fiscal por parte da União, Estado ou Município

Parágrafo único — Na exportação exterior, pode o Estado sujeitar a guia ao seu sêlo

Art. 10 — A guia, para ser válida, depende do "visto" da repartição, pôsto ou agente fiscal estadual competente

§ 1º — A repartição, pôsto ou agente fiscal competente é o existente na procedência, quando se tratar de expedição, e no destino, quando se tratar de recebimento de mercadorias

§ 2º — Na procedência como no destino a fiscalização estadual exercer-se-á, em especial, sôbre as guias emitidas de acôrdo com o parágrafo único do art 4º.

Art 11 — As emprêsas de transporte, marítimo, fluvial, ferroviário, rodoviário e aéreo, assim como o Departamento dos Correios, não poderão despachar mercadorias sem estar de posse da guia de exportação regularmente emitida e devidamente visada pela fiscalização estadual

§ 1º — A guia será anexada ao conhecimento de transporte, ou ao boletim de expedição postal, e acompanhará a mercadoria até o destino

§ 2º — O "visto" da fiscalização estadual é dispensável nas hipóteses dos arts 29 e 30 dêste decreto-lei

Art 12 — Tanto o expedidor como o destinatário de mercadorias, por ocasião de serem essas despachadas, à saída ou à entrada, ficam obrigados a exibir, se reclamados pela fiscalização, a fatura comercial, a nota de venda ou outros documentos acaso existentes sôbre a venda e o transporte das mesmas

Parágrafo único A exibição poderá ser posterior ao despacho se, por ocasião dêste, os documentos ainda não tiverem sido extraídos na procedência ou não houverem chegado ao destino

Art 13 — Se, por qualquer motivo, as mercadorias constantes de uma guia deixarem de seguir, na sua totalidade, averbar-se-á nela o não-embarque, fazendo-se oportunamente a transferência cabível com relação ao meio de transporte ou ao destino

Parágrafo único — A averbação de não-embarque feita em uma das vias deverá ser reproduzida nas demais

Art 14 — Se, por qualquer motivo, as mercadorias constantes de uma guia deixarem de seguir em parte, averbar-se-á nela o embarque parcelado, emitindo-se depois tantas novas guias quantos forem os embarques parcelados que se sucederem até se completar a remessa

§ 1º — A averbação do embarque parcelado feita em uma das vias da guia original deverá ser reproduzida nas demais

§ 2º — As novas guias deverão referir-se à guia original de que se desdobrarem (*Desdobrada* da guia nº ...).

CAPÍTULO II

Da guia em trânsito

Art 15 — A guia de exportação emitida de uma localidade brasileira cobre as mercadorias em todo o percurso, desde a procedência até o destino final, ainda que, para chegarem a êste, hajam de passar em trânsito por localidade ou localidades de outro Município ou Estado ou de país estrangeiro.

§ 1º — A guia não se renovará quer as mercadorias passem sem se deterem na localidade ou localidades de trânsito, quer aí se detenham para serem reexpedidas mediante transbordo ou baldeação

§ 2.º — A guia renovar-se-á apenas quando, tratando-se de mercadorias com destino ao estrangeiro, não houver repartição aduaneira na localidade de procedência, caso em que se emitirá daí uma guia interestadual ou intermunicipal para ser substituída por outra exterior na localidade de trânsito por onde se fizer a reexpedição

Art 16 — A guia devidamente visada num Município ou Estado assegura o livre trânsito das mercadorias em outro, sem que aí possa qualquer funcionário detê-las em caminho, a não ser para exibição da própria guia.

Art 17 — A guia será válida, para a sua primeira apresentação no Estado de trânsito, pelo prazo de seis meses, contados da data em que tiver sido emitida no Estado de procedência, salvo se outro prazo se pactuar em convênio celebrado entre os dois Estados

Art 18 — O livre trânsito não exclui:

a) a retenção fiscal da guia, na localidade de trânsito, até que se efetue a reexpedição das mercadorias, quando estas, no intervalo, tiverem de ser recolhidas a armazém particular;

b) o recolhimento das mercadorias, na mesma localidade, a armazém oficial, até que se efetue a referida operação;

c) o pagamento do impôsto de exportação para países estrangeiros no caso previsto no § 1º do art 19 dêste decreto-lei

Parágrafo único — O armazém do Estado, ou designado por êste, para recolhimento das mercadorias, deverá oferecer condições favoráveis à boa conservação das mesmas, a juízo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura

Art 19 — Quando o destino final das mercadorias fôr um país estrangeiro, a guia de exportação deve trazer do Estado de procedência, para ser exibida no Estado de trânsito, a prova do pagamento do impôsto de exportação ou a declaração da isenção dêste, além do reconhecimento da firma do agente fiscal que subscrever ou visar uma ou outra

§ 1º — Se a prova do pagamento fôr de autenticidade duvidosa, o impôsto de exportação poderá ser exigido no Estado de trânsito, à saída das mercadorias para o estrangeiro, mas deverá ser incontinente restituído quando se exibir, em abono daquela, certidão da repartição arrecadadora competente do Estado mencionado como de procedência.

§ 2º — Dispensa-se a prova de pagamento, ou a declaração de isenção do impôsto de exportação, quando a arrecadação dêste se efetuar no Distrito Federal, em virtude de lei, ou couber ao Estado de trânsito, em virtude de convênio celebrado com o Estado de procedência.

CAPÍTULO III

Do modêlo da guia

Art 20 — A guia será impressa em papel de côr amarela, azul ou branca, conforme se tratar de exportação exterior, interestadual ou intermunicipal

Parágrafo único — Cada uma das vias da guia de exportação trará em lugar destacado, de preferência em côr vermelha, o destino que, no seu processamento, deve tomar.

Art 21 — A guia terá as dimensões de 33 por 22 cm, podendo ser utilizada no sentido do comprimento ou da largura, conforme se preferir no modêlo.

Parágrafo único — O tamanho mencionado neste artigo poderá ser reduzido quando se tratar de guia de exportação intermunicipal

Art 22 — O modêlo será organizado com observância tanto quanto possível, das seguintes normas:

a) a face será reservada para os dados que devam ser preenchidos inicialmente pelo expedidor, a fim de se facilitar a tiragem múltipla da guia, ressalvado o número desta, a ser lançado pela repartição autenticadora;

b) o verso será reservado para averbações e certificados de repartições públicas e entidades autárquicas que devam em seguida intervir na exportação;

c) os dados serão dispostos na face de modo que o rodapé do verso, dobrado para a frente, deixe descobertos, para a codificação, os que interessam à repartição de estatística

§ 1º — Quando a face não bastar para conter a relação de tôdas as mercadorias, usar-se-á, em continuação desta, uma fôlha suplementar encabeçada com o número da guia e o nome do expedidor

§ 2º — Os certificados de licença prévia, pagamento de taxas, fiscalização, conferência, sanidade, ou quaisquer outros de que depender a exportação, serão lançados no verso em forma simples, reduzida, sempre que possível, a um carimbo de "visto", sem repetição dos elementos identificadores das mercadorias constantes da face

Art 23 — A guia de exportação conterá os seguintes dados essenciais:

1) localidade de procedência, bem como data de emissão;
2) localidade de destino;
3) localidade de trânsito;
4) nome e endereço do expedidor, bem como número do seu registro fiscal;
5) nome e endereço do destinatário;
6) nome do consignatário em localidade de trânsito;
7) nome e endereço do transportador;
8) meio de transporte;
9) origem das mercadorias;
10) especificação das mercadorias;
11) quantidade e espécie de volumes ou unidades;
12) pêso das mercadorias, desdobrado, sempre que possível, em bruto e líquido;
13) valor comercial das mercadorias;
14) assinatura do expedidor

Parágrafo único — Na exportação exterior a guia conterá mais os dados indispensáveis tanto à cobrança do impôsto de exportação pelo Estado, como a pauta, o valor oficial, a taxa e o montante do impôsto, quanto ao contrôle do câmbio pela Fiscalização Bancária, como o número e a data da declaração de venda, o valor desta e da fatura, o frete, o número e a data dos contratos de câmbio, o banco, a moeda e a taxa

Art 24 — O preenchimento dos claros do modêlo obedecerá às seguintes instruções:

a) na indicação do destinatário podem-se lançar as expressões substitutivas "à ordem" e "ao portador", ou a aditiva "não à ordem", se a mercadoria fôr exportada de uma dessas maneiras;

b) na indicação do meio de transporte, quando mais de um fôr usado, preferir-se-á aquêle em que a mercadoria atravessa a fronteira do Município, do Estado, ou do país, conforme se tratar de exportação intermunicipal, interestadual ou exterior No transporte marítimo, fluvial e aéreo ajuntar-se-ão o nome e a nacionalidade da embarcação ou da aeronave, e no transporte rodoviário o número do veículo;

c) na indicação da origem considerar-se-á *regional* a mercadoria produzida no Estado; *nacional* a produzida em outro Estado; e *estrangeira* a mercadoria importada do exterior e nacionalizada pela incidência dos direitos de importação Na exportação intermunicipal acrescentar-se-á à origem *regional* o nome do município onde a mercadoria foi produzida;

d) na indicação do valor comercial das mercadorias, adotar-se-á o valor declarado na fatura de venda, nêle compreendidos, ou não, o frete e o seguro (Valores C I F , C &F e F O B) No caso do valor declarado compreender o frete e o seguro, ou sòmente o frete (C.I F. ou C &F), aquêles, ou êste, serão indicados em separado para oportuna dedução na estatística

Art 25 — O modêlo será uniforme para todo o país, correndo por conta do expedidor a impressão das guias, que poderá ser feita em qualquer tipografia

CAPÍTULO IV

Da tiragem da guia

Art 26 — A guia de exportação será tirada em tantas vias quantas necessárias à administração pública e ao expedidor, considerando-se obrigatória a tiragem prevista nos artigos subseqüentes e facultativa a que a ultrapassar

Parágrafo único — Para a tiragem múltipla, o preenchimento poderá ser feito a máquina de escrever, na exportação exterior, e a máquina de escrever ou lápis tinta, sôbre papel carbono na exportação interestadual ou intermunicipal, desde que as cópias fiquem fàcilmente legíveis

Art 27 — Na exportação exterior, a guia será apresentada à repartição arrecadadora estadual da procedência em seis vias, que, depois de numeradas e autenticadas, terão uma movimentação independente, conforme a seguinte distribuição:

1ª via — Repartição arrecadadora estadual, para a cobrança do impôsto de exportação, conferência do embarque e arquivo

2ª via — Departamento Estadual de Estatística, para a estatística da exportação, após a volta da 1ª via à repartição arrecadadora estadual com a averbação do embarque

3ª e 4ª vias — Banco do Brasil (Fiscalização Bancária), para a conferência com a declaração de venda, fiscalização do câmbio negociado e, depois do embarque, confronto com a fatura comercial e o manifesto

5.ª via — Alfândega, para averbação dos certificados exibidos com a 6ª via, conferência do embarque e registro, depois de visada pela Fiscalização Bancária

6ª via — Transportador, para acompanhar a mercadoria até o destino, depois de instruída com os certificados exigidos e de visada pela Alfândega

§ 1º — A 2.ª via, depois de utilizada pelo Departamento Estadual de Estatística, ficará livre para qualquer outro uso

§ 2º — A 5ª via, depois de registrada no livro próprio da Guardamoria da Alfândega, será remetida por esta ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda

§ 3º — Na expedição por via postal, a 5ª e a 6ª vias caberão ambas à repartição dos Correios, que, em relação às mesmas, substituirá a Alfândega e o transportador

Art 28 — Na exportação interestadual ou intermunicipal, a guia será apresentada à repartição arrecadadora estadual da procedência em três vias, que, depois de numeradas e autenticadas, terão uma movimentação independente, conforme a seguinte distribuição:

1ª via — Repartição arrecadora estadual, para averbação dos certificados exibidos com a 3ª via, conferência do embarque e arquivo

2ª via — Departamento Estadual de Estatística ou Agência Municipal de Estatística da procedência para a estatística da exportação interestadual ou intermunicipal, após a volta da 1ª via à repartição arrecadadora com a averbação do embarque

3ª via — Transportador, para acompanhar a mercadoria até o destino, depois de instruída com os certificados exigidos

§ 1º — A 2ª via, depois de utilizada, na procedência, pelo Departamento Estadual de Estatística ou pela Agência Municipal de Estatística, ficará livre para qualquer outro uso

§ 2º — A 3ª via, será, no destino, entregue pelo transportador, ou, não sendo isso possível, pelo destinatário à repartição arrecadadora estadual, que, oportunamente, a encaminhará ao Departamento Estadual de Estatística ou à Agência Municipal de Estatística

§ 3 º — Na expedição por via postal a 3 ª via caberá à repartição dos Correios, que, em relação à mesma, substituirá o transportador

Art 29 — Não havendo, na localidade de procedência, repartição arrecadadora, pôsto, ou agente fiscal do Estado, a guia será apresentada inicialmente, em suas três vias, para numeração, autenticação e distribuição, à primeira repartição, pôsto, ou agente fiscal existente no caminho, ou, ante a falta de qualquer dêstes, ou a impossibilidade de os procurar, ao órgão fiscal que existir na fronteira, na exportação interestadual, ou no destino, na intermunicipal

§ 1.º — No caso previsto neste artigo a obrigação de apresentar, inicialmente, a guia de exportação, nas suas três vias, à fiscalização do Estado, cabe solidàriamente ao expedidor e ao transportador das mercadorias.

§ 2 º — A repartição arrecadadora, pôsto ou agente fiscal que, no caminho, na fronteira ou no destino, autenticar inicialmente a guia de exportação, remeterá logo as duas primeiras vias à repartição arrecadadora, pôsto ou agente fiscal a que estiver subordinada a localidade de procedência, para a distribuição regular A terceira via será ou devolvida ao transportador, para a cobertura da carga, ou retida pelo órgão fiscal, para os devidos fins, conforme a autenticação ocorra no percurso ou no destino.

Art 30 — Não havendo, na localidade do destino, repartição arrecadadora, pôsto ou agente fiscal do Estado, a guia, em suas três vias, se se tratar de autenticação original, ou apenas na 3 ª via, se se tratar de recolhimento, será apresentada, pelo destinatário, após o recebimento das mercadorias, pelo correio ou por qualquer outro meio, à repartição a que a referida localidade estiver subordinada

Parágrafo único — O prazo para a apresentação será marcado a contar do dia do recebimento das mercadorias, pela repartição interessada, tendo em vista o tempo ordinàriamente gasto nas comunicações com a localidade.

Art 31 — No caso de desembarque e entrega de mercadorias em trânsito, à vista do conhecimento de transporte exibido pelo expedidor, destinatário, endossatário ou portador, subsiste, para quem o promover, a obrigação de encaminhar a guia à repartição arrecadadora, pôsto ou agente fiscal da localidade do desembarque

Art 32 — Na exportação exterior, o contrôle dos certificados de licença prévia, pagamento de taxas, fiscalização, conferência, sanidade e outros de que depender a saída das mercadorias cabe à Alfândega; na exportação interestadual e intermunicipal êsse contrôle cabe à repartição arrecadadora estadual.

Art. 33 — Independente da apresentação original na repartição arrecadadora, pôsto ou agente fiscal de procedência, o Estado fará a fiscalização das guias nos portos, estações ferroviárias, postos fiscais de estradas de rodagem, aeroportos, aeródromos, repartições de correio, agências e meios de transportes

Parágrafo único — O Estado poderá delegar essa fiscalização, em parte, ao Município, para, melhor exercê-la cumulativamente com êste, mediante o acôrdo que se estabelecer.

CAPÍTULO V

Da utilização da guia

Art. 34 — A guia poderá ser utilizada para atender a quaisquer interêsses da administração pública, federal, estadual e municipal, especialmente os atinentes ao levantamento da estatística

Art 35 — A guia servirá para o levantamento da estatística da exportação exterior, interestadual e intermunicipal da seguinte maneira:

a) Exportação exterior O Departamento Estadual de Estatística apurará mensalmente as guias que lhe enviarem as repartições arrecadadoras do Estado, encaminhando o resultado da apuração em boletim ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda

b) Exportação interestadual O Departamento Estadual de Estatística apurará mensalmente as guias que lhe enviarem as repartições arrecadadoras do Estado, encaminhando o resultado da apuração em boletim ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, bem como a cada um dos Departamentos congêneres a que interessar e à Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

c) Exportação intermunicipal. A Agência Municipal de Estatística apurará mensalmente as guias de exportação que lhe enviar a repartição arrecadadora local, encaminhando o resultado da apuração em boletim ao Departamento Estadual de Estatística.

§ 1 º — A apuração de tôdas as três correntes de exportação obedecerá a plano e código do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, ao qual compete a fusão e publicação dos resultados das duas primeiras correntes

§ 2 º — A publicação dos resultados das duas primeiras correntes só poderá ser feita com o nome de "estatística de saída de mercadorias" até que se confirme por boletim do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Art 36 — A guia servirá ainda para o levantamento da estatística da importação interestadual e intermunicipal da seguinte maneira:

a) Importação interestadual O Departamento Estadual de Estatística apurará mensalmente a importação do Estado pela inversão da exportação constante dos boletins que lhe enviarem os Departamentos congêneres das demais Unidades Federadas.

b) Importação intermunicipal A Agência Municipal de Estatística apurará mensalmente a importação do Município pela inversão da exportação constante das terceiras vias das guias que lhe enviar a repartição arrecadadora local.

Parágrafo único — O Departamento Estadual de Estatística poderá apurar a importação do Estado diretamente pela inversão da exportação constante das terceiras vias das guias interestaduais, se os Departamentos congêneres das demais Unidades Federadas não lhe enviarem os seus boletins com generalidade e pontualidade, devendo o resultado, entretanto, ser publicado com o nome de "estatística de entrada de mercadorias" até que se confirme pelos referidos boletins

Art. 37 — A estatística da importação exterior do Estado será apurada mensalmente pelo Departamento Estadual de Estatística pelas segundas vias da guia de importação que lhe enviarem as repartições aduaneiras federais, devendo o resultado da apuração ser encaminhado em boletim ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

§ 1 º — A apuração obedecerá a plano e código do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, ao qual compete a fusão e divulgação dos resultados.

§ 2 º — A publicação do resultado só poderá ser feita com o nome de "estatística de entrada de mercadorias" até que se confirme por boletim do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Art 38 — As repartições arrecadadoras, postos ou agentes fiscais estaduais ficam obrigados a remeter, até o quinto dia de cada mês, as segundas vias, referentes ao mês anterior, das guias de exportação exterior e interestadual ao Departamento Estadual de Estatística e da exportação intermunicipal às Agências Municipais de Estatística, bem como, a estas, as terceiras vias das guias de exportação originárias de outros Municípios

Parágrafo único — Onde convier, a juízo da repartição de estatística, a remessa poderá tornar-se semanal ou diária.

Art 39 — As repartições aduaneiras federais ficam obrigadas a remeter ao Departamento Estadual de Estatística, até o quinto dia de cada mês, as segundas vias, referentes ao mês anterior, da "guia de importação" aludida no artigo 51.

Parágrafo único — Onde convier, a juízo da repartição de estatística, a remessa poderá tornar-se semanal ou diária

Art 40 — No Distrito Federal prevalecerá para o levantamento das estatísticas de exportação e de importação o acôrdo que fôr ajustado entre a Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira e o Depar-

tamento de Geografia e Estatística da Prefeitura

CAPÍTULO VI

Das infrações

Art 41 — As mercadorias que, sem a guia de exportação, estiverem sendo conduzidas ou tiverem sido entregues ao destinatário ficam sujeitas a apreensão

Art 42 — Efetuada a apreensão, para a qual, se necessário, será invocado o auxílio da autoridade policial, e lavrado o auto com as formalidades fazendárias estaduais, ficarão as mercadorias depositadas até que sejam liberadas ou leiloadas

§ 1 º — O interessado terá, para liberar as mercadorias, o prazo de dez dias, contados da apreensão, salvo quando forem de fácil deterioração, caso em que o prazo será de vinte e quatro horas.

§ 2 º — No caso de perda ou extravio da guia, a liberação poderá efetuar-se mediante a exibição de uma cópia autêntica fornecida pela repartição, pôsto ou agente fiscal a que o original tiver sido apresentado

§ 3.º — No caso de inexistência da guia, a liberação só poderá efetuar-se mediante o pagamento da multa estabelecida no art 45

Art 43 — Findos os prazos mencionados no artigo anterior, sem que as mercadorias sejam liberadas, será expedido edital, com o prazo de vinte dias, no primeiro caso, e de vinte e quatro horas, no segundo, para o leilão das mesmas, que independe da intervenção de leiloeiro oficial.

§ 1 º — O edital será publicado na imprensa, onde houver, preferido sempre o órgão oficial, e afixado à porta da repartição, pôsto ou agente fiscal do Estado

§ 2 º — O produto da arrematação responderá pelo pagamento da multa, das despesas da apreensão e do leilão e da percentagem devida ao agente ou funcionário fiscal que houver verificado a infração, ficando a diferença depositada nos cofres estaduais à disposição de quem de direito

Art 44 — Haja ou não imposição de multa, a liberação das mercadorias só poderá dar-se mediante o prévio pagamento das despesas da apreensão, tais como transporte, armazenagem e outras

Art 45 — Ficam estabelecidas, para as infrações do presente decreto-lei, as seguintes multas, que serão impostas pelas repartições arrecadadoras, postos ou agentes fiscais do Estado:

Primeira — de Cr$ 100,00 a Cr$ 1 00,00:

a) ao expedidor que deixar de emitir, ou fazer emitir, a guia de exportação;
b) ao destinatário que receber mercadoria chegada sem guia de exportação;
c) ao transportador que receber em seu veículo qualquer mercadoria sem guia de exportação;
d) ao transportador, ou ao destinatário que deixar de recolher à repartição competente a guia chegada com a mercadoria;

Segunda — de Cr$ 50,00 a Cr$ 100,00:

e) ao expedidor que emitir, ou fizer emitir, a guia de exportação com dados incompletos

§ 1 º — À primeira multa fica sujeito o expedidor que emitir, ou fizer emitir, a guia com declarações falsas, quer relativamente às pessoas, quer relativamente às mercadorias nelas consignadas, sem prejuízo da responsabilidade criminal por falsidade

§ 2 º — As multas previstas neste artigo serão elevadas ao dôbro nas reincidências

§ 3 º — Caberá metade da multa ao funcionário ou agente fiscal que lavrar o auto de infração, comunicando-a ao seu chefe ou promovendo a apreensão da mercadoria

Art 46 — Os funcionários públicos que deixarem de cumprir os deveres que lhes são neste atribuídos ficam sujeitos às penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos, independente de qualquer outra de ordem criminal em que acaso incorrerem

CAPÍTULO VII

Das disposições finais

Art. 47 — As taxas, quotas, ou outras contribuições devidas, em virtude de lei, a autarquias, cooperativas, sindicatos, ou quaisquer entidades, federais ou estaduais, por ocasião da exportação serão tôdas obrigatòriamente recolhidas ao Banco do Brasil.

§ 1 º — As entidades acima mencionadas tomarão logo tôdas as providências para que o Banco do Brasil fique habilitado a proceder à arrecadação prevista

§ 2 º — O disposto neste artigo não prejudica a arrecadação efetuada por outros estabelecimentos bancários em virtude de contrato, salvo se êste admitir a transferência

Art. 48 — As repartições federais, ou estaduais, bem como quaisquer outras entidades, a que forem cometidas ou delegadas por lei atribuições de classificar, avaliar, examinar e fiscalizar mercadorias deverão, sempre que possível, centralizar êsses serviços nos pontos de embarque, para onde destacarão funcionários ou prepostos

Parágrafo único — Quer os serviços sejam, ou não, centralizados nos pontos de embarque, as repartições deverão providenciar para que haja plantão de funcionários ou prepostos, para atender a embarques noturnos

Art 49 — Fica proibido aos Estados e Municípios:

a) criar outra guia de exportação;
b) onerar a guia criada por êste decreto-lei com qualquer tributação, exceto o sêlo previsto no parágrafo único do art 9 º;
c) onerar, de qualquer forma, o trânsito de mercadorias;
d) criar, para a saída de mercadorias, novas exigências que devam ser cumpridas longe das repartições arrecadadoras ou dos pontos de embarque;
e) criar novos despachantes para as suas repartições fiscais, aumentar o quadro dos existentes ou admitir novos elementos nas vagas que se abrirem nesses quadros.

Art. 50 — Na exportação exterior, a declaração de venda que o exportador tem de apresentar, dentro de cinco dias da operação, à Fiscalização Bancária, será extraída em mais uma via que, numerada e autenticada pela referida repartição, acompanhará depois a guia de exportação quando houver de ser pago o impôsto correspondente a esta na repartição arrecadadora do Estado

Parágrafo único — A declaração de venda à Fiscalização Bancária faz prova plena, perante a repartição arrecadadora estadual, da data da venda, para o efeito da aplicação da pauta dessa data ao impôsto de exportação, vedado ao Estado o uso de documento especial para o referido fim

Art 51 — Na importação exterior, o despacho aduaneiro, ou nota, a que se refere o artigo 7 º do Decreto-lei federal n º 2 878, de 18 de dezembro de 1940, passa a ter o nome de "guia de importação"

Art 52 — O Ministério da Fazenda e as Secretarias de Fazenda dos Estados, respeitado o disposto neste decreto-lei, poderão expedir instruções complementares no sentido de tornar efetiva a exigência e a fiscalização da guia

Art 53 — Ficam adotados os três modelos anexos para a guia de exportação exterior, interestadual e intermunicipal, respectivamente

Parágrafo único — Êsses modelos poderão ser modificados em qualquer tempo, por proposta do Ministério da Fazenda, ouvido o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Art 54 — O presente decreto-lei, do qual se tirarão separatas para a venda ao público, entrará em vigor no dia 1 º de janeiro de 1944

Art. 55 — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as do Decreto n º 15 813, de 13 de novembro de 1922

_____VIA

1ª Via – Rep. arrecadadora do Estado
2ª Via – Dep de Estatística do Estado
3ª Via – Transportador
A 3ª Via acompanhará a mercadoria até o destino, onde será entregue à rep. arrecadadora do Estado.

EXPORTAÇÃO INTERESTADUAL

DA

BAHIA, BRASIL

GUIA Nº
Não utilize êste quadro
LIV _____ FL _____
Rubrica

N.º do registro do expedidor na Recebedoria / Coletoria Estadual de _____

Data _____

Expedidor _____ Procedência _____

Endereço _____ Destino _____

Destinatário _____ Trânsito por _____
Localidade de baldeação

Endereço _____ Via _____
Marítima, fluvial, férrea, rodoviária, aérea, postal

Consignatário _____ Veículo _____
Nome do consignatário na localidade de baldeação — Nome do vapor, barco, avião ou nº do caminhão

Transportador _____ Origem das mercadorias _____
Nome do transportador — Regional, nacional ou nacionalizada

Endereço _____ Obs _____

MARCAS	VOLUMES				ESPECIFICAÇÃO DAS MERCADORIAS	Valor comercial em cruzeiros
	Quantidade	Espécie	PÊSO EM QUILOS			
			Bruto	Líquido		

Autoriz _____ o despachante aduaneiro Sr. _____

a despachar a _____ mercadoria _____ mencionada _____ nesta guia, assumindo inteira responsabilidade por todos os seus atos nela praticados _____

Assinatura do expedidor

PARA USO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS
(Averbações, vistos e certificados)

Ano	Mês	Coletoria	Nº da guia	Exprt.	Origem	Via	Transportador	Destino	MERCADORIAS	Unidade

Codificado por

Perfurado por

Conferido por

Não utilize estes quadros

____VIA
1ª Via — Rep. arrecadadora do Estado
2ª Via — Dep. de Estatística do Estado
3ª Via } Banco do Brasil
4ª Via }
5ª Via — Alfândega
6ª Via — Transportador

EXPORTAÇÃO EXTERIOR

DA

BAHIA, BRASIL

GUIA Nº
Não utilize êste quadro
LIV _____ FL _____
_____
Rubrica

Procedência e data _____ (Localidade, Estado ou Território; dia, mês e ano) **N.º do registro do expedidor na** Recebedoria / Coletoria **Estadual de** _____

Expedidor _____ **Endereço** _____ (Rua, localidade, Estado ou Território) **DESPACHA para**

Destinatário _____ **Endereço** _____ **Consignada a** _____ (Nome do consignatário na localidade de baldeação)

a ___ **mercadoria** ___ **abaixo especificada** ___ **de origem** _____ (Regional, nacional ou nacionalizada) **com destino a** _____ (Localidade, Estado ou Território, País)

em trânsito por _____ (Localidade de baldeação) **por via** _____ (Marítima, fluvial, aérea, férrea, rodovia, postal) **no** _____ (Nome do vapor, barco, aeronave, ou n.º do caminhão)

da emprêsa _____ (Nome do transportador) **cujo endereço é** _____ (Rua, localidade, Estado ou Território) **Obs.** _____

MARCAS	VOLUMES				ESPECIFICAÇÃO DAS MERCADORIAS	Valor comercial em cruzeiros	Pauta	Valor oficial	Taxa	Impôsto de exportação
	Quantidade	Espécie	PÊSO EM QUILOS							
			Bruto	Líquido						

Embarcamos as mercadorias acima em liquidação das seguintes vendas:

Número	Data	Valor venda	Valor Fatura	Frete	Observações

Em aplicação dêstes câmbios liquidaremos os seguintes contratos:

Número	Data	Banco	Moedas	Taxa	N.º Fiscal

Autoriz ___ **o despachante aduaneiro Sr.** _____ **a despachar a** ___ **mercadoria** ___ **mencionada** ___ **nesta guia, assumindo inteira responsabilidade por todos os seus atos nela praticados** _____

Assinatura do expedidor

Ano	Mês	Coletoria	N.º da guia	Export.	Origem	Via	Transportador	Destino	MERCADORIAS	Unidade

Codificado por.

Perfurado por...

Conferido por.

Não utilize estes quadros

BANCO	ESTADO	CIDADE	EXPORTADOR

DESTINO		PRODUTO	UNIDADE	MOEDA
País	Cont.			

PARA USO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS
(Averbações, vistos e certificados)

......VIA

1ª Via – Rep arrecadadora do Estado
2ª Via – Agência Munic de Estatística
3ª Via – Transportador

A 3ª Via acompanhará a mercadoria até o destino, onde será entregue à rep arrecadadora do Estado

EXPORTAÇÃO INTERMUNICIPAL

DA

BAHIA, BRASIL

GUIA Nº

Não utilize êste quadro

LIV .... FL ....

....

Rubrica

N.º do registro do expedidor na Recebedoria/Coletoria Estadual de....................

Data...

Expedidor..

Endereço..

Destinatário..

Endereço..

Consignatário..
Nome do consignatário na localidade da baldeação

Transportador..
Nome do transportador

Endereço..

Procedência..

Destino..

Trânsito por..
Localidade de baldeação

Via..
Marítima, fluvial, férrea, rodoviária, aérea, postal

Veículo..
Nome do vapor, barco, avião ou nº do caminhão

Origem das mercadorias..
Regional, nacional ou nacionalizada

Obs..

MARCAS	VOLUMES				ESPECIFICAÇÃO DAS MERCADORIAS	Valor comercial em cruzeiros
	Quantidade	Espécie	PÊSO EM QUILOS			
			Bruto	Líquido		

PARA USO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS

(Averbações, vistos e certificados)

Ano	Mês	Coletoria	N.º da guia	Exportr.	Origem	Não utilize estes quadros			MERCADORIAS	Unidade
						Via	Transportador	Destino		

Codificado por

Perfurado por

Conferido por

BRASIL

Cálculo da taxa de reprodução Os estudos originais que, com base nos resultados do Censo Demográfico de 1940, vem realizando o Serviço Nacional de Recenseamento, *através de seu Gabinete Técnico*, sob a direção do Professor GIORGIO MORTARA, representam, sem dúvida, valiosas contribuições ao esclarecimento de numerosos aspectos demográficos brasileiros

Entre os vários trabalhos elaborados sob a orientação daquele técnico, encontra-se a execução de um cálculo da taxa de reprodução para as populações de treze Unidades Federadas, estudo êsse que constitui o primeiro exemplo de determinação dessa taxa pelos resultados de um censo demográfico

Conforme explica preliminarmente o Professor MORTARA, a taxa de reprodução, ou coeficiente de BOECK, é o quociente entre o número de uma suposta geração reproduzida e o dos componentes da respectiva suposta geração reprodutora, a que se atribuem em cada idade as taxas de mortalidade e de fecundidade efetivamente observadas em dada população

No que respeita àquelas treze Unidades, ou sejam Acre, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, foram tomadas por base as taxas de mortalidade verificadas no Brasil no período 1890-1920 e as taxas de fecundidade calculadas pelo Censo de 1940, que refletem principalmente a situação dos últimos 30 ou 40 anos anteriores ao último Censo

Para o conjunto das treze Unidades, obteve-se uma taxa de reprodução de 1,866, a qual indica que, numa população em que se mantivessem constantes as condições de mortalidade e fecundidade verificadas, cada grupo de 1 000 nascidos ("geração reprodutora"), no curso de sua existência reproduzir-se-ia em 1 866 ("geração reproduzida"), com um aumento de 86,6 de geração para geração

O estudo adverte que, em virtude da falta de tábuas de sobrevivências regionais, e da falta, também, de dados fidedignos acêrca da mortalidade nas diversas Unidades da Federação, foi adotado para tôdas as Unidades o mesmo padrão de mortalidade e sobrevivência, ou seja o da tábua brasileira de 1890-1920

De acôrdo com o cálculo executado, a taxa de reprodução para as diversas Unidades Federadas é a seguinte: Acre — 2,43; Paraíba — 2,16; Rio Grande do Norte — 2,16; Santa Catarina — 2,08; Paraná — 2,06; Piauí — 2,00; Pernambuco — 1,98; Alagoas — 1,91; Sergipe — 1,90; Bahia — 1,88; Pará — 1,72; Mato Grosso — 1,70; Distrito Federal — 1,27

A taxa de reprodução muito elevada do Acre resulta da coincidência de uma elevada proporção de mulheres prolíficas com um elevado número médio de filhos; e, inversamente, a taxa muito baixa do Distrito Federal decorre da coincidência de uma baixa proporção de mulheres prolíficas com um baixo número médio de filhos Nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, o fator principal da elevada taxa de reprodução consiste no elevado número médio de filhos; nos de Santa Catarina, Paraná e Piauí, na elevada proporção de mulheres prolíficas Nos Estados do Pará e Mato Grosso, a taxa de reprodução é relativamente baixa, principalmente em virtude do baixo número médio de filhos

As qualificações aí empregadas de "elevado" e "baixo" referem-se à situação das Unidades no quadro nacional No quadro internacional, devem ser consideradas muito elevadas taxas como, por exemplo, a do Acre, que excede tôdas as calculadas para outras populações, mesmo com referência a épocas em que a maturidade era mais elevada do que nos últimos tempos A taxa de reprodução calculada para Mato Grosso, conquanto seja a menor dentre todos os Estados considerados, excede as dos países estrangeiros A taxa do Distrito Federal está próxima às dos países europeus considerados relativamente prolíficos, como a Polônia e a Itália As taxas de reprodução calculadas para o conjunto das treze Unidades atingem níveis que não encontram paralelo na Europa e na América do Norte Na própria América Latina parece duvidoso que possam ser encontradas tão altas taxas de reprodução

Consumo de energia Se o consumo "per capita" de energia elétrica em geral é um elemento indispensável em todo balanço que se pretenda fazer do desenvolvimento econômico de um país, região, zona ou localidade, não o é menos o conhecimento da proporção em que entra, no conjunto, a energia como fôrça motriz considerada justamente um dos mais expressivos reflexos da atividade industrial

Nesse sentido, oferecerem especial interêsse os dados estatísticos pelos quais se verifica o consumo de energia elétrica (particular e para fôrça) em dezenove capitais brasileiras, no último trimestre de 1944 e, de forma incompleta, nos quatro primeiros meses de 1945 De início, o que desperta a atenção do observador é o consumo relativamente elevado atribuído às duas maiores capitais, Rio e São Paulo Com efeito, num total de 94 572 kWh, que é o montante da energia consumida pelos particulares em dezenove capitais, no mês de dezembro, sòmente êsses dois centros econômicos figuram com 85 207kWh, ou sejam, exatamente, 90% do total. A São Paulo correspondem 45 463kWh, incluindo-se aí a energia consumida nas repartições públicas, e ao Rio 36 155 kWh, exclusive a energia para transporte Seguem-se o Recife, com um consumo mensal de 3 812, inclusive energia para o serviço de bondes; Niterói, com 2 144;

Salvador, com 2 023; Pôrto Alegre, com 1 432; Belo Horizonte, com 731; Curitiba, com 644; Fortaleza, com 642; Belém, com 451, e, em escala inferior, Vitória, com 297; Manaus, com 209; Maceió, com 185; São Luís, com 115; Goiânia, com 106; Natal, com 60; Cuiabá, com 32; e Florianópolis, com 30 O menor consumo de energia como fôrça motriz cabe à capital piauiense, com 19 kWh no referido mês Quanto a Cuiabá, torna-se conveniente acentuar que os dados se referem à energia fornecida e não à consumida, pelo fato de não existirem medidores em tôdas as casas da capital

Outros dados permitem verificar as variações registradas, no consumo das capitais aludidas, no primeiro quadrimestre de 1945 Examinando a situação do Rio e São Paulo, observa-se, no final do período, um aumento em relação a dezembro, de 2 021 kWh para São Paulo e de 2 425 para o Rio Com exceção de Cuiabá, Florianópolis, Recife, Fortaleza e Teresina, as demais capitais logaram aumento no consumo de energia, feita exclusão de Belo Horizonte, Florianópolis e Goiânia, sôbre as quais não existem dados referentes a abril Relativamente a Goiânia, adverte-se que no final do quadrimestre a cidade estava sem energia elétrica em virtude do acidente verificado na usina, provocado pelas enchentes Entretanto, os dados relativos ao mês de março mostram que ocorreu ali um aumento de 21 kWh

Empréstimos bancários Conforme os dados compilados pelo Serviço de Sistematização da Secretaria-Geral do I B G E, os efetivos de empréstimos realizados nas capitais dos Estados e dos Territórios, nos três primeiros meses do ano corrente, eram, respectivamente, de Cr$ 30 609 052 000 00, Cr$ 30 994 127 000,00 e Cr$ 27 396 949 000,00 Discriminando-se os empréstimos pelas várias regiões fisiográficas do país, verifica-se que à região Norte correspondem os totais, em milhares de cruzeiros, de 279 134, 271 457 e 279 002; à região Nordeste, 1 537 564, 1 569 128, e 1 565 340; à região Este, 21 636 145, 21 995 569 e 18 467 091; à região Sul, 7 024 441, 7 001 752 e 6 924 199; e à região Centro-Oeste, 131 768, 156 221 e 161 317

Os maiores efetivos de empréstimos cabem, como se pode ver, às zonas do Este e Sul, e nessas, ao Rio de Janeiro e São Paulo Basta ver, tomando como referência o último mês do trimestre, que, numa massa de empréstimos de 18 467 091 e 6 924 199, tocam à primeira capital 16 163 817 e à segunda 6 068 216 milhares de cruzeiros Isto quer dizer que sòmente êsses dois centros econômicos do país concentram mais de 70% da massa total de empréstimos realizados nas diferentes capitais As cifras mais baixas correspondem ao Centro-Oeste

O movimento de depósitos bancários foi, também, apreciável no referido trimestre, mantendo-se em linha francamente ascendente Em milhares de cruzeiros, os efetivos dos depósitos em conta de movimento eram, em janeiro, de 12 416 788; 12 456 430 em fevereiro, e 12 646 659 em março Predominam as zonas do Este e Sul, e nessas, ainda, o Rio de Janeiro e São Paulo, com cifras, no final do trimestre, de 5 633 407 e 5 707 302 Em outras palavras, num total de 12 646 659, as duas capitais entram com o contingente de 10 758 476 milhares de cruzeiros

Igualmente, é manifesta a preponderância das duas zonas e das duas capitais quanto aos depósitos populares e limitados Assim, num montante de depósitos, nos três primeiros meses de 1945, de 2 406 752, 2 454 848 e 2 518 730 milhares de cruzeiros as duas zonas figuram, respectivamente, com 1 562 830, 1 590 004 e 1 627 373 e 416 075, 426 525 e 437 248 milhares de cruzeiros Dêsses totais, correspondem ao Rio de Janeiro, nos três citados meses, os efetivos de 1 080 061, 1 096 827 e 1 115 830, e a São Paulo, 316 838, 325 435 e 334 044 milhares de cruzeiros É de notar que, relativamente elevadas em relação às demais capitais, as cifras de depósitos populares e limitados na capital bandeirante colocam-se muito abaixo daquelas observadas no Rio de Janeiro

Os efetivos totais de depósitos a prazo são, também, impressionantes, apresentando-se, no primeiro trimestre, em franca ascensão Assim, de 8 016 838 milhares de cruzeiros em janeiro, passavam a 8 051 550 em fevereiro e a 8 202 190 em março Como nos demais casos, são ainda as zonas do Este e Sul as duas primeiras colocadas, com totais respectivos de 5 222 727, 5 170 030 e 5 245 091 e 2 186 732, 2 247 399 e 2 323 467 milhares de cruzeiros Tomando por base o último mês, observa-se que, num total de 8 202 190, sòmente ao Rio de Janeiro correspondem 4 431 310 e a São Paulo 1 834 872 milhares de cruzeiros

Adverte-se que o levantamento dos dados em aprêço inclui algumas agências de bancos no interior dos Estados, ao passo que exclui o movimento de alguns bancos em determinadas capitais

Produção industrial básica A produção industrial de utilidades básicas no Brasil, representada pelo carvão de pedra, ferro gusa, ferro laminado, aço e cimento, expressava-se, já em 1940, por um índice relativamente alto, em comparação com a média mensal de 1935-36 Atribuído à média observada nesse biênio o índice 100, vê-se êsse número elevado, no ano referido, para 222; em 1941, para 244; em 1942, para 251; em 1943, para 269, e em 1944 para 300

O ponto culminante foi atingido no mês de agôsto de 1944, quando a produção industrial básica atingiu o índice 341, sempre em relação ao índice 100 correspondente ao biênio 1935-36 Em toneladas, a produção de carvão de pedra, ferro gusa, ferro laminado, aço e cimento foi, respectivamente, de 168 184, 27 908, 14 265, 23 737 e 72 020 A partir dêsse mês, entretanto, verifica-se ligeiro declínio na produção, que se vai acentuando, aos poucos, até se apresentar, em dezembro, com o índice 298

Dados complementares, referentes aos quatro primeiros meses de 1945, e ainda inéditos, não permitem maior otimismo no que se refere à produção industrial básica Os índices correspondem a 227 em janeiro, a 231 em fevereiro, a 287 em março e a 249 em abril, apresentando-se a produção como se vê, numa posição pouco acima da de 1941 e inferior à de 1942.

Com exceção do carvão de pedra, todos os produtos experimentaram decréscimo mais ou menos acentuado, notadamente o ferro gusa, que figura como o mais responsável pelo declínio Basta ver que, tendo alcançado o seu ápice em agôsto de 1944, ou sejam 27 908 toneladas, baixou em abril do corrente ano para 18 647 toneladas A produção de ferro laminado, que atingiu 14 265, desceu para 10 600 A de aço, que alcançou 23 737, passou para 17 000 A de cimento, que foi de 72 020, declinou para . 58 300 toneladas

Vendas comerciais e industriais Os inquéritos econômicos que, por fôrça das exigências relacionadas com a defesa nacional, vêm sendo realizados desde fins de 1942, representando o primeiro esfôrço sistemático para o conhecimento, embora parcial, da extensão e da importância da circulação das riquezas em nosso país, revelam que o número médio dos estabelecimentos atacadistas, com valor anual de vendas não inferior a 100 000 cruzeiros, no curso de 1944, foi de 13 928, dos quais 6 805 comerciais e 7 123 industriais Discriminando-se os estabelecimentos segundo as regiões fisiográficas em que se acham situados, verifica-se que os números maiores correspondem às regiões do Sul e de Leste Assim, a região do Norte figura com 672; a do Nordeste, com 1 334; a de Leste, com 5 259; a do Sul, com 6 616, e a do Centro-Oeste, com 47

Na região Sul, São Paulo ocupa o primeiro lugar, sendo de 5 756 o número médio dos estabelecimentos observados na capital bandeirante Vem, a seguir, o Distrito Federal, que é o segundo grande centro econômico do Brasil, com 4 084 estabelecimentos Êsses dois principais mercados contribuiram com 70,39% para o número dos estabelecimentos observados; Recife, Pôrto Alegre, Salvador e Belo Horizonte, com 14,61%; Belém, Curitiba, Fortaleza, Manaus e Maceió, com 10,73%, e os restantes dez centros, com 4,27%

O total das vendas realizadas por êsses estabelecimentos foi de 65 669 milhões de cruzeiros, cabendo aos comerciais 38 038 milhões e aos industriais 27 631 Pela importância do movimento, o centro de São Paulo ocupa também o primeiro lugar, figurando no inquérito com um volume de vendas no valor de 29 005 milhões de cruzeiros Em segundo lugar, figura o Distrito Federal, cujos estabelecimentos compreendidos no inquérito efetuaram vendas no total de 21 249 milhões de cruzeiros Entre os demais centros, destacam-se quatro com valor de vendas superior a 1 bilião de cruzeiros; seis com valor superior a 1/2 bilião, e os outros dez centros, com um valor total de vendas de apenas 1 600 milhões de cruzeiros No conjunto dos estabelecimentos observados, o valor médio anual de vendas por estabelecimento foi muito maior nos estabelecimentos comerciais, onde ascendeu a 559,0 milhares de cruzeiros, do que nos industriais, onde atingiu apenas a 387,9 milhares

Os números acima se referem ao Distrito Federal e às capitais dos Estados, inclusive do Território do Acre, bem como aos municípios de Santo André e São Gonçalo, o primeiro computado nas cifras relativas a São Paulo, e o segundo nas concernentes a Niterói

Construções civis nas capitais Ao contrário do que faziam supor certas previsões menos otimistas, o movimento de construções civis nas duas mais importantes capitais brasileiras, Rio e São Paulo, não experimentou, nos últimos meses da guerra, qualquer perturbação em seu ritmo. Os dados colhidos sôbre o movimento de construções civis licenciadas em vinte e duas capitais brasileiras, nos últimos três meses de 1944 e nos três primeiros de 1945, permitem essa conclusão

No primeiro trimestre do ano em curso, o número de construções licenciadas no Rio de Janeiro ascendeu a 1 086 Comparando-se com o movimento do trimestre anterior, quando foram expedidas 922 licenças, verifica-se que houve um acréscimo de 164 construções A área coberta aumentou também consideràvelmente, bastando ver que de 399 503 m² ascendeu a 572 442m² Tanto num como noutro período, São Paulo esteve na dianteira do Rio, no que concerne ao número de obras licenciadas, que foi ali de 1 742, no primeiro, e de 1 728, no segundo Em que pese, entretanto, ao número muito mais elevado de construções licenciadas em São Paulo, a área coberta é bastante inferior à do Rio, expressando-se, no último trimestre de 1944, pelo total de 262 831 m² e, no primeiro de 1945, pelo de 242 465 m² A conclusão lógica e imediata a extrair do simples confronto dos dados é que as construções civis no Rio são de maiores dimensões do que as de São Paulo

Comparativamente elevado é o movimento de construções no Recife, onde, só nos últimos três meses de 1944, foram licenciadas 504 construções, ao passo que na capital baiana, em igual período, o foram apenas 139; em Pôrto Alegre, 188; em Belo Horizonte, 85; em Fortaleza, 131, sem falar de outras capitais menos importantes

As capitais onde se construiu menos, nesse período, foram Rio Branco e Vitória, com 4 prédios cada A seguir, vêm Manaus e Cuiabá, com 6 cada; Florianópolis, com 13, e Teresina, com 14

Goiânia, a mais jovem das capitais brasileiras, teve, nesse trimestre, 46 construções licenciadas.

É de notar que a estatística se refere ùnicamente a prédios, excluídas dessa designação as construções de tipo proletário, pelo fato de que o volume das construções dêsse tipo e seu desenvolvimento se acham numa dependência acentuada de fatôres não exclusivamente econômicos Vem a propósito referir terem sido concedidas, ao I A P I , em dezembro de 1942, 1 885 licenças para construções dessa natureza, enquanto a média mensal nos primeiros meses do referido ano foi de 189, apenas

Constitui, portanto, um índice mais expressivo do desenvolvimento econômico o total das construções diminuído do número das do tipo proletário.

Valor dos estoques em 1944

A divulgação dos dados coligidos nos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional permite o conhecimento de interessantes aspectos de nossa vida econômica Inquirindo sôbre a situação e o movimento de 13 928 estabelecimentos comerciais atacadistas e industriais sujeitos à declaração, com valor anual de negócios não inferior a 100 000 cruzeiros, recolheram as pesquisas importantes informações sôbre o valor dos estoques, pagamentos ao pessoal e pagamentos de impostos no ano de 1944

De acôrdo com os dados colhidos, o valor dos estoques de produtos sujeitos à declaração, no Rio de Janeiro e nas capitais dos Estados, inclusive do Território do Acre, foi, em 1944, de 4 627 milhões de cruzeiros, em média. A tendência para o aumento manifesta-se evidente pela comparação entre a cifra de 3 940 milhões de cruzeiros, apurada em 31 de dezembro de 1943, e a de 5 576, em 31 de dezembro de 1944. Revela-se uma absoluta preponderância dos dois centros maiores — São Paulo e Distrito Federal — cujos estoques apresentaram, no ano passado, o valor de 3 350 milhões de cruzeiros A quota de São Paulo, 44,34%, excede fortemente a do Distrito Federal, 28,07% Aos quatro centros situados em plano imediato — Recife, Pôrto Alegre, Salvador e Belo Horizonte — cabem 16,10% do valor total dos estoques. Aos seis centros do terceiro plano — Belém, Niterói, Curitiba, Fortaleza, Manaus e Maceió — 17,61%; e aos dez centros restantes, apenas 3,88% Discriminando-se entre os estabelecimentos sujeitos à declaração de estoques, as duas grandes categorias, verifica-se que os estabelecimentos comerciais contribuiram com 3 725 milhões de cruzeiros, e os industriais com 902, para o valor total de 4 627 milhões, média do ano de 1944

A distribuição do valor dos estoques segundo as classes de produtos mostra que mais de seis décimos do valor total, 61,47% na média de 1944, são representados pelos estoques de matérias e produtos têxteis (inclusive as matérias corantes usadas pela indústria têxtil) Entre as demais classes, salientam-se as dos produtos alimentares, com 14,15% do valor total; a dos produtos diversos, com 8,50%, e a dos materiais de construção (inclusive os metálicos), com 7,17% Tôdas as demais classes de produtos representam apenas 8,71% do valor total dos estoques, sendo a principal a dos metais e produtos metalúrgicos (exclusive os materiais de construção), com 4,24%.

Comparando-se a situação dos estoques no fim de 1944 com a existente no fim de 1943, nota-se um sensível aumento da quota de materiais e produtos têxteis, a que se contrapõem diminuições relativamente importantes, sobretudo nas quotas de metais e produtos metalúrgicos, dos combustíveis e dos produtos químicos

Do valor total dos pagamentos ao pessoal — 5 444 milhões de cruzeiros —, 1 528 milhões correspondem aos estabelecimentos comerciais e 3 916 milhões aos industriais.

Os pagamentos de impostos ascenderam a 3 331 milhões de cruzeiros, dos quais 1 267 cabem aos estabelecimentos comerciais e 2 064 aos industriais

Produção brasileira de mandioca

Genuinamente brasileira, a mandioca é uma planta encontrada em todos os quadrantes do território nacional. Na opinião dos técnicos, pode ser explorada econômicamente em todo o país As temperaturas ótimas para o seu cultivo são as que ficam entre o mínimo de 16° e o máximo de 38° centígrados Quanto à altitude, sua exploração se faz com resultados compensadores desde o litoral aos terrenos de mais de 500 metros acima do nível do mar A "manihot utilíssima" presta-se aos mais diversos fins, e serve tanto para forragem, como para a fabricação de farinha destinada à alimentação popular, álcool-motor, polvilho, aguardente, e outros produtos

De acôrdo com os dados até agora colhidos sôbre a nossa produção agrícola, a produção média anual de mandioca no qüinqüênio de 1939-43, foi de 7 830 880 toneladas, ou sejam cêrca de 18% da média anual da produção brasileira, representada por 21 produtos O ponto mais elevado no curso da produção de mandioca foi atingido precisamente no último ano do período, 1943, quando produzimos 9 023 637 toneladas, no valor de Cr$ 852 427 000,00, o que significa uma diferença a mais, em relação a 1939, no valor de Cr$ 243 177 000,00 A área total coberta pela cultura da mandioca, nesse ano, era de 659 885 hectares

Em 1942, a maior área em cultivo correspondia ao Rio Grande do Sul, com 102 332 hectares, e uma produção de 769 131 toneladas. Enquanto isso, a Bahia, com uma área de 88 032 hectares, batia o "record" da produção brasileira, eqüivalente, para aquêle Estado, a .. 1 249 870 toneladas, disparidade que deve ser levada à conta, presumìvelmente, do elevado teor de produtividade das terras baianas, mais aptas para a cultura da mandioca Basta ver que, enquanto no Rio Grande do Sul a produção por hectare foi de 7 291 toneladas, na Bahia alcançou 14 198, ou seja quase o dôbro

Ainda no ano seguinte, a liderança na cultura dessa euforbiácea coube à Bahia, que figura nas estatísticas com uma produção estimada em 1 250 000 toneladas Ligeiramente abaixo da Bahia, colocou-se, nesse ano, o Estado de São Paulo, cuja área plantada duplicou em relação a 1942, apresentando-se, no ano seguinte, com uma produção de 1 241 840 toneladas Vêm, a seguir, Minas Gerais, 895 050; Santa Catarina, 849 623; Pernambuco, 719 491; Rio Grande do Sul, 557 685; Sergipe, 432 202; Alagoas, 409 710; Rio de Janeiro, 353 770; Mato Grosso, 300 000; Ceará, 274 680; Pará, 270 000; Paraíba, 261 954; Goiás, 208 530; Rio Grande do Norte, 169 900; Paraná, 146 397; Maranhão, 120 000; Piauí, 116 715; Amazonas, 38 590, e, finalmente, o Território do Acre, com 37 500 toneladas

Casamentos no Distrito Federal Uma estatística levantada pelo Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal, sôbre casamentos, ocorridos no período de 1937 a 1944, mostra, sobretudo, o declínio que, a partir de 1937, vem sendo registrado no número de matrimônios O assunto já tem sido objeto de comentários, nos quais se procura focalizar as causas prováveis da diminuição, que uns atribuem à guerra, com o seu cortejo inevitável de incertezas econômicas, enquanto outros chegam francamente a associar a uma possível decadência da instituição matrimonial

Deixando de lado êsse aspecto da questão, vejamos o ritmo do movimento de nupcialidade no Distrito Federal, no período de oito anos Em 1937, realizaram-se 12 241 casamentos; em 1938, 10 385; em 1939, 11 057; em 1940, 10 020; em 1941, 9 563; em 1942, 9 791; em 1943, 8 927, e em 1944, 10 646 A cifra mais elevada corresponde, como se pode ver, ao primeiro ano do período, dois anos antes da deflagração do conflito na Europa O declínio acentua-se a partir de 1938, atingindo o ponto crítico no decorrer dos anos de 1941, 1942 e 1943, coincidentes com a fase mais aguda da guerra O número mais baixo cabe, conforme se verifica, ao ano de 1943 Entretanto, no ano seguinte voltava a reanimar-se o movimento, registrando-se a maior ocorrência de matrimônios depois de 1937.

A discriminação do número de casamentos, segundo os meses, permite verificar que se realizaram mais enlaces em janeiro, maio, junho, julho, setembro e dezembro, o que parece significar uma deliberada preferência dos candidatos ao matrimônio Apesar de caber a dezembro o índice mais elevado, é de notar o brusco aumento que se verifica nos meses de maio, junho, julho e setembro, principalmente maio O mês mais pobre em uniões conjugais é justamento agôsto, quando o movimento experimenta brusco descenso, fato que deve ser explicado pela crença popular de que êsse mês é o mais impróprio para qualquer empreendimento importante Assim, por exemplo, de 1 098 em julho de 1944, o total de casamentos realizados caiu para 471 em agôsto do mesmo ano

O *record*, ainda no ano passado, coube ao mês de dezembro, no decurso do qual se realizaram 1 480 casamentos Em seguida, coloca-se o mês de maio, com 1 135 Examinando-se o período em aprêço, observa-se que o primeiro lugar corresponde ainda a dezembro, o segundo a maio, o terceiro a setembro, que podem ser considerados, por isso, os meses preferidos pelos que contraem núpcias no Distrito Federal

ESTRANGEIRO

Natalidade na Europa Os especialistas em demografia dividem o período de 1911 a 1943 em quatro fases distintas, que se refletem nas taxas anuais de natalidade dos países europeus

Na fase inicial, a que precedeu a Primeira Guerra Mundial, o número de nascimentos achava-se em declínio na maioria dos países, registrando-se coeficientes de 25 a 40, ou mesmo de 20 nascimentos por mil habitantes, como ocorria na França

Nos anos da Grande Guerra n º 1 observou-se um brusco decréscimo nos países beligerantes e atenuado nos países neutros

No período compreendido entre as duas guerras mundiais, verificou-se, de início, aumento de natalidade, que logo cessou, voltando a manifestar-se a habitual tendência descendente em todos os países europeus As taxas para os países da Europa Ocidental oscilaram entre 14 e 33 Depois de 1934, ocorreram modificações mais acentuadas em certos países, por fôrça de acontecimentos políticos e militares

Começa, então, a última fase, a da guerra nazista Nos países escandinavos, Países Baixos e Suíça, a tendência crescente da natalidade, manifestada em 1934-38, tornou-se mais positiva. Na Inglaterra, Escócia, Irlanda, depois de um pequeno decréscimo em 1940, os coeficientes aumentaram apreciàvelmente; na França e na Bélgica a queda, em 1940, foi maior, com a recuperação em 1942 e 1943, surpreendente, na verdade, se forem levadas em consideração as condições de vida que prevaleciam nos países ocupados pelo inimigo. Na Itália, Alemanha e Áustria a natalidade baixou consideràvelmente em 1941 e 1942, depois de haver chegado a um nível muito elevado, em conseqüência de medidas especiais aplicadas; na Bulgária, Hungria e Rumânia continuou a manifestar-se a tendência decrescente registrada antes da guerra, o mesmo ocorrendo em Portugal e Espanha depois de um aumento efêmero após a guerra civil de 1940 Na Polônia, os dados disponíveis, se bem que incompletos, indicam uma redução considerável de nascimentos nas cidades, o que se atribui ao êxodo das populações e às severas restrições impostas ao matrimônio

Os elementos que aí ficam, extraídos de relatório mensal do Bureau Sanitário Pan-Americano, não indicam a situação de outros países europeus além dos mencionados Faltam indicações, assim, quanto à Grécia, Iugoslávia e Rússia, justamente onde foram mais profundas as conseqüências da guerra

Taxas de desconto dos Bancos Centrais No momento em que se cogita da organização de um Banco Central no país, para o que, como preliminar, já se acha em funcionamento a Superintendência do Crédito e da Moeda, têm tôda oportunidade os elementos coligidos pelo Serviço de Divulgação da Secretaria-Geral do I B G E sôbre as taxas de desconto dos Bancos

Centrais em quarenta países e regiões A fonte dos dados ora oferecidos à divulgação é a Sociedade das Nações, que lhes deu publicidade em seu órgão trimestral

As datas em que as taxas bancárias constantes dessa publicação se achavam em vigor, nos diferentes países, não apresentam uniformidade, de modo a permitir o conhecimento das variações que porventura se tenham verificado Não é de presumir, entretanto, que variassem sensivelmente, nos últimos tempos, a ponto de revelar contrastes chocantes quando consideradas de per si A data mais recuada corresponde a 4 de julho de 1932, servindo de referência a última operação realizada pelo Banco Central da Bolívia A mais recente, isto é, 9 de fevereiro do ano corrente, assinala o encerramento das operações de igual natureza na Suécia

A estatística aponta os Estados Unidos como o país onde é mais baixa a taxa de descontos, ou seja, exatamente de 1%, tomando-se por base a taxa cobrada pelo Banco de Reserva Federal, em Nova Iorque, e a média aritmética simples das taxas diárias de doze bancos da Reserva. Isso para as operações ordinárias, porquanto, a partir de 30 de dezembro de 1942, os bancos da Reserva Federal passaram a fazer empréstimos garantidos por títulos do Estado com vencimento ou reembolsáveis dentro de um ano, ou menos, à razão de meio por cento

No outro extremo da escala, está a Grécia, onde, em conseqüência das perturbações econômicas que ali se verificaram, a taxa de descontos subiu de 6 para 11 por cento

Quatro países apresentam taxas muito favoráveis, não excedentes de 1,50, ou sejam: Canadá, Nova Zelândia, Suíça e Bélgica Bastante módicas, também, são as taxas em vigor na França (1,65%), no Reino Unido (2%), na Irlanda (2,50%), na Holanda (2,50%), em Portugal 2,50%), e na Suécia (2,50%) Há oito países onde a taxa é de 3% — Eslováquia, Salvador, União Sul-Africana, Costa Rica, Hungria, Noruega, Índia, Índias Neerlandesas

Favoráveis, ainda, são as taxas vigorantes na Argentina (3,50%), na Dinamarca (4%), na Rumânia (4%), na Turquia (4%), na Iugoslávia (4%), e no México (4,50%) Afastada dêsse nível médio e próxima à mais elevada está a taxa correspondente ao Irã, país onde se cobram 7% nas operações de desconto

Reconversão industrial A posição da atividade industrial dos Estados Unidos na segunda metade do ano em curso, isto é, nos meses subseqüentes ao fim da guerra na Europa, caracteriza-se de modo geral por um lento, mas gradativo e seguro movimento de reconversão E' o que se depreende da publicação *Survey of Current Business*, do Bureau de Comércio Interno e Externo, do Departamento de Comércio dos Estados Unidos A partir da rendição alemã, a produção de artigos bélicos decresceu com certa moderação, principalmente no que concerne ao capítulo das munições Um tanto mais acentuada foi a redução havida quanto às armas pesadas — navios, tanques, aviões e canhões

Os equipamentos, de modo geral, acompanham as munições, no decréscimo lento da produção E enquanto não houver um decréscimo bastante significativo, o que só se atingirá, segundo parece, no último mês de 1945, no que diz respeito a disponibilidades razoáveis de instalações industriais, matérias primas e energia, a reconversão terá de operar-se em ritmo vagaroso Convencionando o índice 100 para a produção do período de janeiro a abril, assim podem ser figuradas as expressões numéricas, relativas ao labor das indústrias de guerra em 1945, segundo dados fornecidos pelo "War Production Board":

ESPECIFICAÇÃO	MÉDIA MENSAL		Setembro	Dezembro
	Janeiro a Abril	Maio a Julho		
Aviões	100	89	74	70
Navios	100	88	74	55
Canhões	100	78	50	42
Munições	100	93	80	90
Tanques e outros veículos de combate	100	86	58	54
Equipamento de comunicações e rádio	100	91	84	77
Outros equipamentos	100	101	96	84

A reconversão terá de condicionar-se, por outro lado, a fatôres circunstanciais, e daí a margem deixada aos planos concebidos, impondo-se aos mesmos a indispensável flexibilidade para atender aos imprevistos Sabe-se que a desmobilização caminha a largos passos, no país, sendo bastante elevada a média mensal de homens licenciados das fôrças armadas que retornam à vida civil Ao mesmo tempo, as indústrias bélicas vêm dispensando entre 250 e 300 mil trabalhadores, desde abril Em julho, o total de operários nessas indústrias era de 8 milhões, que representa a cifra mais baixa nos últimos três anos, sendo que as reduções foram mais fortes nas fábricas de aviões e canhões e nos estaleiros, afetando, de preferência, os trabalhadores do sexo feminino

Há sinais evidentes de que muitos dêsses trabalhadores de guerra serão absorvidos sem qualquer demora em outras indústrias, como nas do grupo têxtil, por exemplo, que depois de dois anos e meio, voltaram a tomar certo vulto a partir de junho

População argentina A Argentina constitui, no conjunto das nações latino-americanas, exemplo típico de país que, não obstante a sua característica predominantemente agro-pastoril, dispõe de uma elevada população urbana, numa proporção sôbre a população rural pouco menor do que na Alemanha, Grã-Bretanha e Itália, e maior do que na França Sob o influxo do crescente desenvolvimento industrial, êsse processo de urbanização tende a acentuar-se cada vez mais, em virtude dos deslocamentos, em massa, de populações rurais para as cidades.

Consoante os dados coligidos pela Diretoria do Censo Escolar da Argentina, de um total de 13 770 000 pessoas recenseadas em 1943, 61,1%

representam a população urbana, considerando-se como tal os habitantes das cidades e povoações com mais de 2 000 habitantes Já no ano de 1914 a Argentina acusava um acréscimo de população urbana sôbre a rural, calculado em 2,7%

As províncias que dispõem de maior população urbana são: Buenos Aires (68%), Santa Fé (57%), Córdoba (50%), San Juan (49%) e Mendoza (48%) Na província de Buenos Aires, onde, em 1869, quando do censo então realizado, havia uma proporção de 17 habitantes na zona urbana para cada 100, essa percentagem passou, em 1895, a 35, em 1914 a 54, e em 1943 a 68, ao passo que a população rural diminuiu paralelamente de 83 para 32% Tucuman, que contava apenas com 16%, passou a 42%; Córdoba, de 20 a 50%; Mendoza, de 12 a 48% Também nos Territórios cresceram os índices de urbanização. Em Chubut, por exemplo, onde, em 1895, não havia, pràticamente, população urbana, esta representa, na atualidade, 36% da população Igual processo se observa no Chaco, em Formosa, La Pampa e Rio Negro, às quais correspondem, respectivamente, 27, 23, 27 e 26% da população urbana. Apenas nas jurisdições de Catamarca, Entre-Rios e Missões a relação entre a população urbana e a rural se tem mantido mais ou menos constante

O exame das taxas revela que a maior natalidade ocorre justamente entre as famílias rurais Enquanto na zona urbana a taxa é de 27,8 nascimentos para cada 1 000 habitantes recenseados, e, na semi-urbana, de 36,6, na zona rural atinge a 39,5 A zona rural, com apenas 5 350 000 habitantes, fornece anualmente ao país mais de 162 000 nascimentos, ao passo que a urbana, com 8 417 000 habitantes, contribui sòmente com 156 000

A maior fertilidade se encontra entre as mulheres que vivem no campo Basta ver que, enquanto a taxa para as cidades é de 121,8 nascimentos em cada 1 000 mães recenseadas, na zona rural eleva-se a 216,4

A população alfabetizada, segundó o censo escolar, é, aproximadamente, igual a 70% do total De 5 802 470 pessoas compreendidas entre 0 e 21 anos, 3 129 771 viviam na zona urbana, 412 848 na zona semi-urbana e 2 260 215 na zona rural As taxas mais altas de deserção escolar e as mais baixas de freqüência à escola correspondem também à população rural em idade escolar Como causas preponderantes, apontam-se as grandes distâncias, o baixo nível de vida das populações rurais e a negligência dos pais, o que estaria a indicar, segundo a mesma fonte oficial argentina, a necessidade de uma ação conjunta de educação e assistência social

A tuberculose nos Estados Unidos

A guerra não trouxe alterações na média de mortalidade por tuberculose, nos Estados Unidos Os índices não apresentam variações dignas de nota, mantendo-se, nos anos de guerra, desde 1939, o ritmo decrescente dos óbitos provocados pela tuberculose. Assim é que, por 100 000 habitantes, 47,1 faleceram vitimados por essa doença em 1939; 45,8 em 1940; 44,5 em 1941; 43,1 em 1942; e 42,6 em 1943 E se recuarmos, no tempo, veremos que o declínio da mortalidade pela tuberculose, naquele grande país, se vem acentuando progressivamente Em 1910, a tuberculose fêz 153,8 vítimas por 100 000 habitantes Desde então, o coeficiente vem caindo, tendo acusado, em 1943, os mais baixos índices, o que corresponde, necessàriamente, à eficiência e vigor com que os programas sanitários são ali executados A constância do decréscimo constitui a mais segura e concludente prova de que a redução do obituário por tuberculose decorre da prática de uma tenaz e racional política de combate ao mal Os coeficientes relativos aos anos que assinalam os fins dos decênios mostram: 1910, 153,8 (por 100 000 habitantes); 1920, 113,1; 1930, 71,1; e 1940, 45,8 óbitos

Contudo, os norte-americanos não consideram o seu país livre dos efeitos da guerra, quanto à mortalidade por tuberculose Baseiam o receio na circunstância de que a presença de numerosas fôrças no ultramar possa concorrer para um eventual aumento do coeficiente Admitem que os membros das fôrças armadas em serviço fora do país podem contrair a moléstia; e, como a tuberculose em geral assume a forma crônica, os óbitos verificar-se-ão nos Estados Unidos, onde os doentes chegarão naturalmente com precários índices de resistência orgânica e limitadas probabilidades de cura

Uma verificação curiosa é a que ressalta das cifras referentes à mortalidade por tuberculose entre os negros: em 1943, morreram 112,9 indivíduos de côr, nos Estados Unidos em cada grupo de 100 000 Entre os brancos, o coeficiente apenas alcançou 34,3

As mulheres são menos atingidas do que os homens: 24,7 mulheres brancas e 100,0 mulheres de côr, contra 44,4 homens brancos e 126,4 homens de côr

De grande interêsse seria conhecer a distribuição do obituário de acôrdo com as profissões e o nível de vida, o que, todavia, não menciona o excelente sumário estatístico *Tuberculosis Mortality in the United States in 1943* — Department of Commerce, Bureau of the Census, do qual o Serviço de Divulgação do I B G E extraiu êstes dados

A média de 42,6 por 100 000 habitantes registrada em 1943, nada revela da grande variação observada nas médias estaduais Enquanto o coeficiente, no Utah, foi de 11,2, no Arizona subiu a 98,2 A distribuição geográfica da tuberculose, nos Estados Unidos, indica duas largas faixas de baixo e elevado índice de mortalidade A área da taxa obituária relativamente alta começa na costa do Pacífico e se estende pela zona continental, abrangendo as regiões meridionais Inclui os Estados de Califórnia (45,7), Nevada (62,1), Arizona (98,2), Novo México (66,1), Texas (47,9), Louisiana (50,5), Arkansas (50,2), Tennessee (66,9), Kentucky (65,3), Virgínia (47,1), Maryland (61,0) e o Distrito de Colúmbia (59,9)

A outra faixa, onde bem mais reduzida é a mortalidade por tuberculose, também começa no litoral do Pacífico — secção setentrional —,

mas não chega até o Atlântico; termina na região dos grandes lagos, compreendendo larga área das regiões centrais do país Reune os seguintes Estados: Oregon (21,9), Idaho (18,7), Wyoming (14,5), Utah (11,2), North Dakota (22,7), South Dakota (30,5), Nebraska (16,9), Kansas (19,4), Minnesota (27,9), Iowa (17,0) e Wisconsin (25,8) Nos demais Estados, a maioria dos quais agrupando-se nas áreas centro-orientais e do Atlântico, as taxas oscilam entre 35 e 45 indivíduos, por 100 000 Não será fácil investigar e definir, com exatidão, as causas dessa acentuada desigualdade. E isso justamente é o que salienta a publicação autorizada da qual foram extraídos os dados acima, em que vêm referidos os seguintes fatôres provàvelmente responsáveis pelo desnível: variações no diagnóstico, diferenças de profissões e sistemas de vida, composição racial das populações, com maior ou menor proporção de negros Nenhum dêsses capítulos, no entanto, foi objeto de acuradas observações, ou, se o foi, os resultados dos estudos não constaram daquele interessante e tão elucidativo relatório

Como no Brasil, onde o obituário da tuberculose pulmonar alcança, infelizmente, cifras das mais altas entre os países civilizados, nos Estados Unidos é muito reduzida a incidência da moléstia fora do sistema respiratório Para os 42,5 indivíduos que faleceram por tuberculose, em 1943, apenas 3,4 foram atingidos por outras formas da doença que não a pulmonar Aliás, os dados existentes (média dos anos de 1939 a 1941) revelam que a tuberculose é mais freqüente no sistema respiratório em nosso país do que nos Estados Unidos Tomemos, para confronto, o próprio Distrito Federal: para 327,05 óbitos, em 100 000 habitantes, 315,43 foram causados por tuberculose do sistema respiratório; apenas 11,62 tiveram como causa outras modalidades do mal

A comparação, porém, em outros têrmos, nos deixa em situação humilhante O próprio Distrito Federal, sendo embora uma das zonas mais afetadas pela tuberculose, no Brasil, é sobrepujado nesta sombria "performance" por outros centros urbanos do país, como o Recife, Salvador, Pôrto Alegre e Belém Na capital pernambucana, de acôrdo com a média do triênio 1937-1939, a tuberculose ceifou 502 indivíduos, em 100 000 Salvador, porém, levou a palma neste páreo trágico, pois o número de vítimas chegou a 518.

Como se vê, não será possível estabelecer confrontos entre o que se passa entre nós, a êste respeito, e nos Estados Unidos, país que ocupa uma posição invejável no terreno da defesa sanitária, enquanto o lugar que nos cabe é ainda entre nações menos avançadas sob tal aspecto ,

Telefones Segundo dados recolhidos do *Telephone Statistics World,* de 1 de abril de 1942, havia, no mundo, 44 189 669 telefones

De acôrdo com a estimativa que aí se encontra, referente a datas que variam de 1-1-1939 a 31-3-1941, cabem à África 451 460 telefones; à América do Norte e Central, 23 489 349; à América do Sul, 1 025 000; à Ásia, 2 000 000; à Europa, 15 900 000, e à Oceania, 1 070 000

O Egito figura na estatística com 67 893 telefones; a União Sul-Africana, com 232 885; Cuba, com 68 483; Pôrto Rico, com 17 987; Canadá, com 1 461 038; Estados Unidos, com . . 21 928 182; México, com 178 726; Argentina, com 460 857; Bolívia, com 2 621; Brasil, com 290 910; Chile, com 90 943; Colômbia, com 42 233; Equador, com 7 600; Paraguai, com 3 800; Peru, com 35 151; Uruguai, com 46 656; Venezuela, com 31 856; China, com 160 000; Índia Britânica, com 83 378; Japão, com 1 367 958; Alemanha, incluindo a Austria e a região dos Sudetos, com 4 226 504; Bélgica, com 428 752; Bulgária, com 31 225; Dinamarca, com 459 757; Espanha, com 336 448; Finlândia, com 186 573; França, com 1 622 680; Grã Bretanha e Irlanda do Norte, com 3 348 000; Grécia, com 54 404; Holanda, com 461 424; Hungria, com 179 115; Irlanda, com 46 726; Itália, com 638 815; Iugoslávia, com 72 000; Noruega, com 250 000; Portugal, com 75 803; Rumânia, com 92 107; Rússia, inclusive Sibéria e Repúblicas Associadas, com 1 272 500; Suécia, com 908 653; Suíça, com 474 038; Austrália, com 704 868; Havaí, com 41 568; Ilhas Filipinas, com 33 923; Nova Zelândia, com 228 346 Outros países — 1 217 722

A estatística detalha o número de telefones para cada cem habitantes dos países mencionados, cabendo aos Estados Unidos a relação de 16,56; à Argentina, 3,46; ao Brasil, 0,65; ao Uruguai, 2,20; à União Soviética, 0,75; à Suécia, 14,26; à Nova Zelândia, 13,96; à Suíça, 11,23; à Grã Bretanha e Irlanda, 7,00; ao Japão, 1,89; à Holanda, 5,23; à Austrália, 9,97; ao Havaí, 9,64.

Estatística vital Uma interessante pesquisa sôbre estatística vital foi realizada pelo "Bureau of the Census", dos Estados Unidos, em tôrno das taxas de mortalidade verificadas naquele país, por estado civil, raça e sexo, consideradas, também, em separado, as áreas urbana e rural A base dessa pesquisa foi constituída pela população encontrada em 1940, de acôrdo com o 16º recenseamento daquele país, então efetuado, e o seu principal objetivo consistiu em determinar as taxas de mortalidade incidentes em cada rubrica do estado civil, conforme a seguinte discriminação: solteiros, casados, viúvos, divorciados e, em pequeno número, os de estado civil não esclarecido

Num total de 1 417 269 pessoas mortas nos Estados Unidos, em 1940, incluindo as idades inferiores a 20 anos, 342 810 eram solteiros, 629 376 casados, 402 536 viúvos, 27 370 divorciados e 14 677 de estado civil não identificado. As percentagens são, portanto, como segue: 24,2 % de solteiros; 44,4 % de casados; 28,4 % de viúvos, 2,0 % de divorciados; e 1,0 % de pessoas cujo estado civil não pôde ser esclarecido Aparentemente, a taxa maior cabe aí aos casados, mas o exame dos diferentes grupos, levando em conta a proporção de cada um na população global, mostra que a mortalidade entre os homens solteiros é 41 % mais elevada do que entre os casados; entre os viúvos e divorciados,

o excesso sôbre os casados ainda é bem maior, ou sejam, respectivamente, 92 e 115 % Quanto às mulheres, morrem 17 % mais solteiras, 51 % mais viúvas e 73 % mais divorciadas.

Como se vê, os indivíduos casados de ambos os sexos e tôdas as idades apresentam as menores taxas de mortalidade, havendo uma exceção, porém, no que se refere às mulheres casadas, entre as idades de 20 e 24 anos, mais sujeitas aos riscos do puerpério

Quanto à distribuição pelas áreas urbanas e rurais, é sabido que nas primeiras as taxas de mortalidade são mais altas; na pesquisa em apreciação, as percentagens encontradas para o total dos indivíduos acima de 20 anos mantêm-se aproximadamente as mesmas E, no que se prende à raça, os "não brancos" (e a estatística deve referir-se, aí, aos negros e mestiços), apresentam as taxas superiores, guardando, contudo, proporções idênticas às observadas na população branca, no que concerne ao estado civil, sexo e idades

Os possíveis *fatôres de diferenciação* na mortalidade, conforme o estado civil, são apontados na parte final do estudo em questão Embora a finalidade do inquérito não tenha sido balancear êsses fatôres, torna-se oportuno citar os mencionados nas conclusões do trabalho a que nos referimos Em primeiro lugar, a mais elevada taxa de mortalidade entre os solteiros, em face da que prevalece entre os casados, explica-se pelo fato de que o casamento representa, em si mesmo, um processo de seleção Em geral, os indivíduos portadores de defeitos físicos ou doenças crônicas são menos propensos ao casamento Também, entre os solteiros encontra-se uma proporção mais sensível de óbitos motivados por acidentes É que as pessoas sem as *responsabilidades dos encargos* de família se inclinam mais para as ocupações perigosas Além disso, é compreensível que os casados adotem uma auto-proteção mais acentuada, em todos os sentidos, para a manutenção da saúde — na dieta alimentar, no trabalho e nos divertimentos

Fatôres diferentes, por outro lado, podem igualmente justificar as taxas de mortalidade maiores entre os viúvos e divorciados, tais como a seleção natural determinada por novo casamento, situações econômicas menos favoráveis e a perda da influência estabilizadora da vida familiar As infecções contraídas do cônjuge falecido podem desempenhar, também, um papel apreciável na mortalidade dos viúvos, sobretudo no tocante à transmissão da tuberculose

Custo de vida e mortalidade em Pôrto Rico O *Monthly Statistical Report*, órgão estatístico do Govêrno de Pôrto Rico, em seu número relativo ao primeiro trimestre do ano corrente, publica interessantes dados sôbre as condições gerais de vida naquela possessão estadunidense, destacando-se o capítulo referente ao nível de custo das utilidades e à saúde pública A comparação permitida pelos algarismos constantes do *Monthly Statistical Report* mostra, em primeiro lugar, que, entre os anos de 1941 e 1945, o custo dos alimentos e utilidades em geral sofreu um aumento de 44,6 %. Considerada a situação em que se debatem muitos países latino-americanos, onde a percentagem dêsse acréscimo ultrapassa de 200 a 300, não há como deixar de reconhecer a satisfatória posição de Pôrto Rico, neste particular Separadamente, os acréscimos se distribuem como segue: alimentos, 53,3 %; artigos de vestuário, 45,6 %; aluguéis, 4,9 %; facilidades domésticas, 46,3 %; outras utilidades não especificadas, 36,4 %

Para dar uma idéia mais aproximada das condições vigorantes em Pôrto Rico, quanto ao *custo da vida*, a publicação apresenta um quadro relativo às alterações no poder de compras dos portorriquenhos, durante o qüinqüênio em apreciação Considerando o nível do poder aquisitivo no índice 1 000, em março de 1941, no mesmo mês de 1945 situava-se êle em 692, sendo 652 para os alimentos, 687 para artigos de vestuário, 953 para aluguéis, e 684 para utilidades *domésticas*

No plano da estatística sanitária, merece referência a taxa anual de mortalidade causada por certas doenças, como a tuberculose (350 por 100 000 habitantes), a gastro-enterite em crianças *com menos de dois anos* (364); a bronco-pneumonia (113), as doenças do coração (171) e a própria malária (78) Êsses números dizem respeito ao mês de março de 1945, não constando da publicação os elementos indispensáveis ao paralelo com os anos anteriores

A média anual da mortalidade, por 1 000 habitantes, foi de 16,1 em todo o período de 1940 a 1944, tendo decrescido, porém, êste ano, para 13,8 Quanto à taxa da mortalidade infantil, expressa-se em 101,1 por 1 000 no decorrer do último qüinqüênio, e 99,4 em 1845

Problema de reconstrução na França A enorme extensão dos danos sofridos pela França, em conseqüência da ocupação alemã, pode ser expressa no fato de que *1 500 000 casas, 200 000* estabelecimentos industriais e 40 000 a 50 000 propriedades rurais foram destruídos ou ficaram em ruínas O prejuízo correspondente a essa devastação é calculado em 2 000 biliões de francos

A reconstrução, conforme declarações do Ministro da Reconstrução e Planos de Cidades, Sr RAOUL DAUTRY, divulgadas no Exterior através de um despacho procedente de Paris, compreende muitos problemas, dentre os quais o primeiro consiste em *limpar o caminho*

Para se ter uma idéia das necessidades da França, basta considerar que os seus suprimentos de carvão, que, em tempos normais, se elevavam a 40 milhões, e apenas chegavam para cobrir 2/3 das exigências, estão atualmente reduzidos a 24 milhões E o carvão, como se sabe, é fundamental para a reconstrução da economia francesa A própria edificação de novas casas depende do problema do carvão, utilizado para a fabricação de materiais, tais como o cimento, os tijolos e as telhas Em virtude da escassez de carvão, foi necessário reduzir a produção de materiais, o que impossibilitou o desenvolvimento das construções

Para o alojamento de 1 500 000 pessoas, que sofreram, ao desabrigo, um inverno rigoroso, tornou-se indispensável a construção de casas

de madeira, bem como estábulos e celeiros. O Sr DAUTRY informou haver conseguido colocar encomendas nos Estados Unidos para a aquisição de 5 000 barracas de acampamento, esperando colocar outros pedidos da mesma natureza Além disso, foram estabelecidas negociações com a Suíça para a entrega de centenas de cabanas

O Ministério da Reconstrução revelou, ainda, que numa viagem de inspeção recentemente empreendida aos distritos do país, viu, nas proximidades de Baden, serrarias perfeitamente equipadas e repletas de matérias primas Encontrou, também, grande estoque de telhas, vidro comum e cristal artificial O Ministro pensa que a França poderia receber, num futuro próximo, como reparação, grande quantidade de cabanas, parte das quais poderia vir da Alemanha.

Relativamente à questão do plano de cidades, o Sr DAUTRY está prestando particular atenção ao problema do congestionamento das cidades e fábricas Para a construção de padrões, o Departamento de Reconstrução está estudando alguns modêlos usados em áreas territoriais Segundo se sabe, nos Estados Unidos estão-se desenvolvendo seis tipos de casas pré-fabricadas, e a Grã-Bretanha, igualmente, está trabalhando nesse sentido

O Sr DAUTRY informa que, em setembro, se verificará, nas regiões que sofreram as conseqüências da invasão alemã, uma exposição de tipos de construção francesa, inglêsa e norte-americana

Moçambique em 1944

O Boletim Trimestral de Estatística de Moçambique, que se edita em Lourenço Marques, publica, em seu número referente ao quarto trimestre de 1944, interessantes dados sôbre aquela colônia portuguêsa De acôrdo com o censo de 1940, a população de Moçambique elevava-se a 5 085 630 habitantes, dos quais 5 030 179 indígenas e 55 451 não indígenas, distribuídos por uma superfície de 77 125 quilômetros quadrados A população não indígena inclui a 1 776 indivíduos de raça africana, considerados não indígenas, nos têrmos do diploma legislativo da Colônia, de 1927 A densidade da população do território era, naquele ano, de 6,60 habitantes por quilômetro quadrado.

Os produtos exportados por Moçambique, no ano passado, foram matérias primas de origem animal, vegetal e mineral, produtos químicos, substâncias medicinais e para perfumaria, bebidas e manufaturas Dentre os numerosos itens correspondentes a essas classes de mercadorias, destacam-se os couros em bruto ou preparados, peles em bruto, sêcas e verdes, algodão, sizal, borracha, sumaúma, madeiras em bruto, para tanoaria, marcenaria ou construção, óleos vegetais derivados do amendoim, copra, mafurra, rícino; sementes e frutos oleaginosos e algodão, castanha de caju, napupa, gergelim; carvão de pedra, cimento e pozolanas, ouro, cloreto de sódio, columba, cera bruta ou preparada, cerveja, batatas, feijão, massas alimentícias, moluscos, peixe fresco, conservado pelo frio ou apenas salgado, açúcar, chá, ananazes, bananas, cocos, laranjas, toranjas, produtos hortícolas frescos Entre os produtos exportados de maior valor figuram o algodão, o açúcar (amarelo e branco), a copra, as fibras de sizal, acompanhados, à distância, pelas madeiras, sementes de amendoim e o chá Tôda a exportação de sizal de 1944 se destinou aos Estados Unidos A Suécia e a Suíça figuram como os maiores compradores de copra Os outros mercados de destino foram a metrópole portuguêsa, Rodésias, União da África do Sul, Índia Britânica, São Tomé, Príncipe, Angola, Egito, Niassalândia, Índia, Arábia e Mesopotâmia, Pérsia, Guiné, África Equatorial Francesa, Inglaterra, Holanda e Marrocos (Tânger)

Os principais produtos importados pela Colônia, fôram os tecidos de algodão, os vinhos tintos, o carvão de pedra, a farinha de trigo, o milho em grão, os combustíveis líquidos e óleos lubrificantes, material circulante para caminhos de ferro, canhamaços e grosserias Moçambique adquiriu ao Brasil, no ano em aprêço, 45 283 000 metros de tecidos

BIBLIOGRAFIA

FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOS MUNICÍPIOS — Frederico Herrmann Jr. — São Paulo, 1945.

O desenvolvimento progressista e harmonioso do Município como entidade econômica, social e cultural, é a idéia básica encontrada neste trabalho da autoria do Sr. FREDERICO HERRMANN JR O crescimento da população urbana, gerando problemas de engenharia que compreendem a criação de espaços livres para ruas e praças; a necessidade de aplicação de processos racionais de organização e administração; as exigências decorrentes do padrão de vida, tais como os serviços de iluminação, transportes coletivos, abastecimento de água, rêde de esgôtos, socorros públicos contra perigos de fogo e de inundações, ensino em diversos graus etc.; o desenvolvimento de instituições de assistência hospitalar e social destinadas a melhorar as condições humanas afetadas por causas sociais e econômicas, — tais são, em suas linhas principais, os problemas estudados nesta obra.

Segundo o A , da ação conjugada e coordenada dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais estaria a depender a execução de uma série de medidas administrativas, objetivando assegurar condições normais de existência aos municípios Conquanto a maior parte dos serviços municipais não ofereça ponto de referência para que se possa aquilatar o grau de eficiência com que são conduzidos pelos administradores, torna-se necessário que a administração econômica e financeira dos serviços públicos se paute pelos princípios em vigor nas emprêsas de caráter econômico

O Sr HERRMANN JR estuda o problema do crescimento horizontal das cidades, cujas causas devem ser procuradas, de um lado, na iniciativa dos pequenos proprietários que procuram solucionar o problema da habitação em lugares ainda não atingidos pela valorização e onde a carga fiscal e as exigências das posturas municipais não constituem entrave à adoção de tipos de construção mais simples, e, do outro lado, em maior escala, no loteamento dos terrenos para fins especulativos, pelos grandes proprietários Aumentando a extensão das cidades, aumentam simultâneamente as exigências relativas aos serviços públicos de iluminação, limpeza pública, água, esgotos, transportes, suscitando problemas que nem sempre podem ser solucionados, por motivos de ordem técnica e econômica Tratando-se de fenômeno mundial, já tem sido o mesmo objeto de legislação especial nos países de industrialização mais avançada Ao seu ver, seria de grande alcance, entre nós, onde já se nota a ocorrência do fenômeno, uma legislação preventiva no sentido de impedir a exploração capitalística de possuidores de terrenos não cultivados, como um dos meios de evitar o crescimento desproporcional da despesa pública com a manutenção de serviços em condições anti-econômicas.

O A. refere-se ao projeto de lei sôbre urbanismo formulado, há tempos, pelo Professor AGACHE, para ser aplicado em todo o Brasil. O referido projeto inspirava-se nas legislações francesa, inglêsa e alemã, visando a obrigar as cidades de dez mil habitantes, com crescimento mínimo anual de 4%, a adotar planos de urbanização em que estivessem compreendidas aquelas limitações. Para disciplinar o crescimento físico das cidades, o Sr. HERRMANN JR. lembra a necessidade de medidas complementares consubstanciadas num plano regulador, trazendo à apreciação o famoso "City planing", de W B. MUNRO, ou seja a ciência de dispor cidades ou partes de cidades de modo a torná-las mais convenientes e atrativas como sítios de habitação humana. O "City planing" compreende a criação de facilidades de transportes locais, inclusive linhas subterrâneas e aeroportos, plano geral de ruas e praças, localização de subúrbios novos e subdivisões, escoamento de águas pluviais, disposição de edifícios públicos, parques e recreios, abastecimento de água, canalização de águas servidas e esgotos, contrôle da propriedade particular por meio do "zoning", incentivo à construção de prédios residenciais, estabelecimento de regime financeiro compatível com as necessidades e possibilidades coletivas, organização administrativa racional

O resto do texto é destinado ao estudo dos problemas de organização administrativa, nos seus vários aspectos, finanças e consórcios municipais As idéias gerais do A sôbre os consórcios resumem-se na cooperação dos municípios para a realização de serviços públicos, em intensidade e condições econômicamente satisfatórias Essa cooperação traduz-se pràticamente na exploração econômica, pelas cidades pertencentes a uma mesma região geo-econômica, de serviços de iluminação, telefones, água-corrente, estradas municipais, hospitais, engenhos centrais; compra de materiais de lei, armazenáveis e de consumo corrente, como asfalto, cimento, gasolina, paralelepípedos, ferro em barra, etc , de maneira a reduzir eficazmente o custo da administração.

PANORAMA DA CULTURA NORTE-AMERICANA — William Rex Crawford — São Paulo, 1945.

O Professor WILLIAM REX CRAWFORD, que até pouco tempo exerceu, com brilho e eficiência, as funções de adido cultural junto à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, reuniu em volume as conferências que entre nós pronunciou sôbre a vida cultural norte-americana.

O livro, editado em São Paulo, tem o título de *Panorama da Cultura Norte-Americana* e, na verdade, é uma visão tanto quanto possível condensada e geral — mas sem perder de vista certos dêtalhes e contornos essenciais à apreciação do conjunto — das atividades culturais estadunidenses, que o leitor brasileiro encontra em suas páginas.

Na primeira parte, de ciências sociais, o Professor CRAWFORD passa revista à vida cultural dos Estados Unidos, nos seguintes aspectos: o clima intelectual, a psicologia, a geografia, a antropologia, a sociologia, a economia política, a ciência política, o direito e a história No fim de cada capítulo, são apresentadas relações bibliográficas organizadas no sentido de proporcionar esclarecimentos mais detalhados e completos sôbre os assuntos tratados

No capítulo dedicado à Sociologia, matéria em que se especializou o A , e de que é Professor na Universidade de Pensilvânia, há, de passagem, uma referência à metodologia estatística, em um comentário da obra sociológica de GEORGE LUNDBERG Diz, textualmente, o Professor CRAWFORD, a certa altura: "Doutra parte, havia (nos Estados Unidos) a glorificação da metodologia, sobretudo da técnica estatística por GEORGE LUNDBERG, no livro *Social Research* (1929), e o mesmo autor ia depois comparar a sermões a sociologia dos tempos "prebaconianos" (quer dizer, pré-LUNDBERG) LUNDBERG afirmou que "tempo chegará em que, para viver com inteligência na sociedade moderna, será tão necessário pensar em têrmos médios, percentagens, desvios, quanto saber ler e escrever"

Adiante, menciona uma "compilação notável dos métodos usados no passado, trabalho de autoria de STUART A RICE, uma das mais destacadas figuras da Estatística norte-americana e Primeiro Vice-Presidente do Instituto Interamericano de Estatística, com o título *Methods in Social Science* e obedecendo a diretrizes do "Social Science Research Council"

Ainda nesse capítulo, o A cita o sociólogo brasileiro GILBERTO FREYRE, quando alude à ecologia humana, que situa no campo da psicologia social "O ponto de vista ecológico" — escreve o Professor CRAWFORD — "é conhecido no Brasil com a obra de GILBERTO FREYRE, sobretudo *Nordeste*"

A segunda parte do livro, intitulada "A cultura artística", consta de três capítulos, referentes aos seguintes temas: o teatro norte-americano; a música na vida norte-americana de hoje; e a arte nos Estados Unidos Também aqui a bibliografia apresentada é ampla, encontrando-se uma extensa relação de discos de música norte-americana, tanto sob o aspecto erudito como sob o popular

---

IMPORTÂNCIA DO AÇÚCAR — Ademar Vidal — Rio de Janeiro, 1945

A vasta e interessante bibliografia açucareira acaba de ser enriquecida com a publicação dêste ensaio da autoria do Sr ADEMAR VIDAL, *A Importância do Açúcar*, em que, ao lado de observações de natureza sociológica sôbre a influência da *saccharum* em nosso passado econômico e social, se fixam alguns dos aspectos mais atuais do problema A traços largos e seguros e em estilo sóbrio e agradável, o A esboça a evolução da economia do açúcar no Brasil, detendo-se, por vêzes, na apreciação de algumas fases marcantes dessa evolução A civilização canavieira nos aparece aí com todos os seus altos e baixos, desde os primitivos engenhos coloniais até as modernas concentrações açucareiras.

Conduzindo-nos à atualidade, descreve o quadro sombrio que se apresentava até alguns anos atrás, quando a agro-indústria do açúcar vivia entregue à sua própria sorte, em completo abandono, enfrentando os imprevistos das crises e as incertezas do mercado, influenciado pelas manobras dos agentes empenhados na desmoralização dos preços e do consumo Sob tais condições, tanto a lavoura como a indústria necessitavam de um órgão que se colocasse na defesa de seus interêsses "Daí" — escreve o A — "surgiu o Instituto com os seus passos trôpegos, passos de recém-nascido, mas que logo, passados os primeiros tempos de luta e tenacidade organizadora, viu consolidada a sua posição no organismo administrativo do país O que era antes vida à parte, junto de uma grande instituição bancária, pouco se demorou nessa postura, logo se tornando inteiramente independente e sem precisar mais dos elos anteriores de garantia para a subsistência autárquica Impôs um programa de ação Entrou na fase fiscalizadora e arrecadadora Vieram os decretos orientados pelo bom senso econômico A sua vontade foi logo compreendida e respeitada por tôda a classe, agora dispondo de um comando forte e sabendo para onde dirigir os destinos do barco, então desarvorado"

O A ressalta o grande alcance dêsse código rural que é o Estatuto da Lavoura Canavieira, que veio amparar direitos adquiridos e delimitar deveres nas áreas de produção açucareira

Outros aspectos da política do açúcar são detalhadamente examinados no livro, em que podem ser encontrados, ainda, interessantes dados estatísticos sôbre a produção e o comércio dessa riqueza nacional

---

ECONOMIC STABILITY IN THE POST-WAR WORLD — Sociedade das Nações — Genebra, 1945

A estabilidade econômica do mundo de após-guerra foi o tema de nova e importante publicação da Sociedade das Nações, que compreende a segunda parte do Relatório da delegação encarregada do estudo das depressões econômicas Trata-se de um trabalho de envergadura e cujo plano abrange os mais diferentes aspectos da economia mundial, antes e durante a guerra, bem como as perspectivas futuras A primeira parte do estudo teve o título "Transição da guerra para a economia da paz", enquanto a segunda parte, a que se refere o novo volume, intitula-se "Estabilidade econômica no mundo de após-guerra", trazendo ainda o seguinte sub-título: "Condições de prosperidade, depois da transição da guerra para a paz"

Esta segunda parte está dividida em vinte e um capítulos, agrupados em duas amplas secções Há, também, um prefácio, seguido de uma introdução, na qual são estabelecidos a

natureza do problema contemporâneo e seus aspectos internacionais, os objetivos gerais da política e a importância das políticas de transição.

A natureza das depressões é definida e analisada na primeira secção, em que são examinados os fatôres estruturais, tais como as influências demográficas, aumento das rendas "per capita", intervenção mais efetiva do Estado e outros A seguir, são estudados demoradamente os tipos de depressão, o mecanismo das flutuações cíclicas, o papel estratégico dos investimentos, os efeitos das depressões na produção primária.

A outra secção estuda as políticas contra a depressão e estende-se em considerações que incluem os seguintes assuntos, todos de palpitante interêsse para a ordenação econômica do mundo de após-guerra: contrôle das despesas, constituição das despesas nacionais, despesas com os bens de consumo imediato, não duráveis, investimentos privados, política de crédito e estabilização total da despesa, gastos públicos e política fiscal, investimentos estrangeiros, emprêgo e inflação, desemprêgo em áreas determinadas e nas indústrias, influência do desemprêgo na depressão crônica, efeitos monetários internacionais das medidas internas contra a depressão, medidas contra a depressão nos países produtores de matérias primas e alimentos

As conclusões enchem todo um capítulo, oferecendo largo campo de observações e meditação aos estudiosos dos fenômenos econômico-financeiros

O volume insere numerosos diagramas e tábuas estatísticas ilustrativas do texto e que, além de ajudarem a acompanhar o pensamento dos autores, constituem elementos elucidativos para a devida compreensão das soluções preconizadas.

INDUSTRIALIZAÇÃO DA PARAÍBA — José Joffily Bezerra — A União Editora — João Pessoa, 1945.

A industrialização de nossas fontes de riqueza é um tema que, evadindo-se dos estreitos limites em que se mantinha, até bem pouco tempo, começa a preocupar sèriamente determinados setores da administração pública brasileira A história colocou-nos em face do dilema segundo o qual ou o Brasil marcha decididamente para se transformar num país industrial ou estará condenado a regredir em meio às mais impressionantes condições de atraso econômico Não há, entretanto, que hesitar quanto ao caminho a seguir. O Brasil, coerente com sua decidida vocação histórica, marcha pela senda do desenvolvimento industrial, de que a usina siderúrgica de Volta Redonda, em fase de ultimação, constitui o mais expressivo indício Com o lançamento, entre nós, dos fundamentos da grande indústria, novas e imprevisíveis perspectivas se abrem ao nosso país Tal é o pensamento que orienta o Sr JOSÉ JOFFILY BEZERRA, Secretário da Agricultura do Estado da Paraíba, ao esquematizar, com a visão de administrador estudioso, as possibilidades de aproveitamento das riquezas do solo e subsolo daquele Estado, na palestra que, pronunciada no dia 1 º de maio do ano em curso, durante as comemorações do nono aniversário da Escola de Agronomia do Nordeste, foi agora editada em folheto

A crítica que faz ao nascente industrialismo brasileiro revela o que há de falso e insubsistente no conceito protecionista que empolga certos círculos industriais, consubstanciado no levantamento de barreiras alfandegárias às mercadorias manufaturadas no Exterior. Com raras exceções, acentua o A., falta aos nossos homens de indústria, em geral egressos do comércio, uma justa visão dos problemas econômicos Assim, o fabricante de tecidos vive a queixar-se do fabricante de lançadeiras, êste se queixa do fabricante de correias, o qual, por sua vez, se queixa do de mancais; o fabricante de mancais se queixa do fabricante de ácido sulfúrico, e todos, a uma só voz, clamam contra o desestímulo do operário, que rotulam com o nome de preguiça, "um problema social de raízes tão profundas e ao qual estão ligadas questões de educação, de carência alimentar" Todavia, o que êsse tipo de industrial não percebe é que, para a elevação da produtividade da mão de obra, é preciso renovar o equipamento de suas fábricas, introduzir a produção em série Aponta, a seguir, as contradições que encerra o problema da industrialização num país cuja massa camponesa ainda não está fixada ao solo, principalmente no Nordeste, onde o fenômeno da sêca contribui para o maior desajustamento da sociedade agrária Situando no campo brasileiro as bases econômico-sociais da industrialização, mostra o A a necessidade de uma política conducente à elevação da capacidade aquisitiva do proletariado rural e do próprio dono da terra

Os principais problemas da Paraíba são aí focalizados com extraordinário senso de objetividade, vindo em primeiro lugar o papel que, no processo industrial daquele Estado, está chamada a desempenhar a eletricidade, dentro das perspectivas de aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso e da utilização do potencial hidro-elétrico do próprio Estado

O A passa revista aos vários aspectos da economia paraibana, como é o caso da cultura da cana, cuja produtividade poderia ser elevada mais ainda através do emprêgo dos modernos processos de irrigação e de adubação química, visando à recuperação das terras empobrecidas. A fim de estimular o aproveitamento das áreas excedentes nas grandes propriedades, preconiza uma reforma no sistema de cobrança do impôsto territorial, instituindo-se uma tributação tanto mais suave quanto mais racional fôsse o aproveitamento dos solos, até que as propriedades se libertassem totalmente do ônus fiscal Recomenda o mesmo processo para as grandes propriedades pastoris, na zona úmida da Paraíba Mediante o impôsto regressivo, poderia o Estado, ao fim de algum tempo, organizar, sem maiores despesas, rigoroso cadastro agropecuário, com o levantamento topográfico das propriedades A redução anual do ônus tributário seria feita em proporção com o valor e a variedade dos elementos informativos apre-

sentados e referendados, alguns, por profissionais credenciados perante o Departamento Estadual de Estatística Semelhante sistema possibilitaria aos governantes conhecer e acompanhar, com precisão, o grau das necessidades da Paraíba, traçar seus planos de financiamento à lavoura, à produção animal e vegetal, etc

As culturas do algodão, do agave, do caroá, do abacaxi, foram examinadas, em relação com as possibilidades de aperfeiçoamento dos processos e da industrialização O capítulo relativo à mineração focaliza, além daquelas riquezas cuja exploração foi intensificada pelo esfôrço de guerra, como o tântalo, o berilo, o bismuto e o tungstênio, a ocorrência do minério de estanho, da apatita e da antracite

O trabalho do Sr JOSÉ JOFFILY BEZERRA é encerrado com um ligeiro estudo das possibilidades econômicas das zonas do Brejo e do Litoral, incluindo sugestões relativas ao reconhecimento dos rios litorâneos da Paraíba e de seus trechos navegáveis, desaçoreamento dos leitos e desobstrução das barras

---

RODOVIA CÁCERES — PÔRTO ESPERIDIÃO — VILA BELA (GUAPORÉ) — Major Clodoaldo de Oliveira Bastos — Rio de Janeiro, 1945

A posse efetiva das terras que demoram no ocidente brasileiro; o aproveitamento em larga escala das riquezas que até agora permanecem inexploradas; o povoamento; a valorização do elemento humano, tais são os problemas cuja solução está a depender, em grande parte, da ligação econômica dos centros de produção, de distribuição e de consumo Daí a importância excepcional de que se reveste, para todos nós, a construção, por iniciativa do Exército Nacional, da rodovia destinada a estabelecer ligação rápida e permanente entre a cidade de Cáceres, Pôrto Esperidião e a localidade de Vila Bela, no Território do Guaporé

Tomando como tema essa obra, de extraordinário alcance, o Major CLODOALDO DE OLIVEIRA BASTOS realizou recentemente, no Instituto de Colonização Nacional, uma conferência divulgada em edição mimeográfica Trata-se de um depoimento vivo, palpitante, cheio de interêsse, mais ainda porque o A se encontrava dirigindo os trabalhos de construção daquela rodovia no extremo oeste matogrossense

Encarecendo o significado da ligação entre as bacias do Amazonas e do Prata, mostra que essa rodovia, uma vez concluída, possibilitará o escoamento, rumo ao sul do País e ao Exterior, de tôda uma considerável produção de borracha e ipecacuanha do Alto Guaporé e adjacências, além de outros produtos e materiais de natureza várias, tais como a chinchona ou quina verdadeira, o babaçu, o cristal de rocha (quartzo), a malaquita (minério de cobre), a castanha, a baunilha, peles e couros de animais silvestres, enfim tôda uma riqueza que até o momento continua isolada à falta de meios de circulação Nas condições atuais, a borracha é obrigada a fazer um percurso de milhares de quilômetros pelo vale amazônico, levando meses para atingir os grandes centros industriais do país, ou sejam São Paulo e Distrito Federal A abertura daquela estrada permitirá que não só a borracha, mas outros produtos de grande valor econômico, alcancem aquêles centros, através do rio Paraguai e das linhas ferroviárias do noroeste brasileiro, com relativa rapidez, maior segurança e custo incomparàvelmente menor

Tôdas as riquezas atrás referidas são minuciosamente examinadas pelo A , que ilustra as suas assertivas com numerosos dados estatísticos Constam ainda dêsse trabalho uma descrição geográfica da zona percorrida pela rodovia e informações de caráter técnico, além de uma exposição das dificuldades relacionadas com a mão de obra e alimentação do pessoal

Acompanha o folheto um mapa na escala de 1:6 000 000 representando o trajeto Cáceres-Pôrto Esperidião

---

LATIN AMERICAN PERIODICALS — The Library of Congress, Washington, 1944.

Consideradas, nos Estados Unidos, como excelentes fontes de estudos sôbre os assuntos relacionados com a vida intelectual, social e econômica da América Latina, são as revistas e publicações periódicas editadas nos países desta parte do hemisfério

Um apreciável roteiro sôbre as publicações em aprêço é o que está contido no livro *Latin American Periodicals currently received in the library of Congress and in the library of the Department of Agriculture*

Trata-se de um bem organizado índice, que inclui boletins, revistas, memórias, e anuários, de natureza cultural, científica e social, publicados por sociedades, academias, instituições educacionais, departamentos e órgãos governamentais, bancos, câmaras de comércio e associações diversas do Brasil e da América Espanhola, desde que habitualmente recebidos na Biblioteca do Congresso e na do Departamento de Agricultura

O trabalho de sistematização foi levado a efeito em ordem alfabética, aparecendo o título e sub-título de cada publicação, data do primeiro número, caráter da periodicidade, métodos de enumeração (época, volume, tomo, série, ano, semestre, trimestre, número ou fascículo, conforme o caso), diretor, editor, administrador ou secretário, preços, notas bibliográficas e breves comentários de esclarecimentos sôbre o caráter e fins de cada publicação

A parte dedicada ao Brasil é das mais extensas, encontrando-se referências à REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA e à *Revista Brasileira de Geografia* Aqui transcrevemos a parte que diz respeito à nossa REVISTA: "Substitui a *Revista de Economia e Estatística* (fundada em 1936), cuja publicação cessou em abril de 1940 Esta publicação está destinada a tornar-se uma das revistas de fato mais importantes, no gênero Cuidadosamente editada e

excelentemente impressa, ela exerce uma função vital no campo da estatística técnica e aplicada, no Brasil

Insere editoriais e artigos assinados, sempre de alto valor, sôbre todos os problemas da teoria estatística, bem como econômicos e sociais. As mais importantes secções especializadas são: Informações gerais, Bibliografia, Legislação e Séries Estatísticas "

A seguir, a parte relativa à *Revista Brasileira de Geografia*:

"O Conselho Nacional de Geografia participa da União Geográfica Internacional Veja-se a apresentação e o "Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia", no primeiro número da *Revista*, em janeiro de 1939 A cada artigo, segue-se um resumo em Francês, Inglês, Alemão, Espanhol, Italiano e Esperanto

Publica artigos descritivos e técnicos sôbre Geografia do Brasil com fotografias e mapas Também possui uma secção dedicada às atividades do Instituto e de outras organizações e sociedades similares, bem como a conferências nacionais e internacionais, notícias de pesquisas e explorações em andamento no Brasil, encontrando-se uma parte de legislação de utilidade para os geógrafos De especial interêsse são as descrições e sínteses dos boletins de outras sociedades filiadas ao C N G e relações de livros sôbre geografia, publicados no Brasil "

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Rio de Janeiro, 1945

Em edição comemorativa do oitavo aniversário da administração do Prefeito HENRIQUE DODSWORTH, o Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal entregou à circulação um volume com o resumo das atividades da Prefeitura no decorrer do último ano A publicação aludida passa revista aos principais aspectos da obra administrativa do Prefeito DODSWORTH, como sejam as grandes reformas urbanísticas, o desenvolvimento da rêde hospitalar e educacional, além de uma série de empreendimentos levados a efeito nos diversos setores do govêrno da cidade Encontram-se aí itens do maior interêsse para quem deseje inteirar-se não só das realizações, como das perspectivas de trabalho da atual administração da capital da República

As notícias relativas às atividades do Departamento de Educação e Cultura informam que foi criado e se acha em funcionamento o Serviço de Educação Pré-Vocacional e que também funcionam, para o magistério, cursos de aperfeiçoamento técnico em trabalhos manuais, economia doméstica, desenho aplicado e orientação pré-vocacional, achando-se matriculados nesses cursos 400 professôres O Serviço de Instalações Escolares continua a desenvolver suas atividades, com a construção das seguintes escolas: Canadá, com capacidade para 1 000 alunos; J I Campos Sales, 700 alunos, Republica do Perú, 1 500 alunos Inaugurar-se-ão em breve a Escola Rio Branco, com capacidade para 2 000 alunos, e a Presidente Roosevelt, para 1 500.

O volume apresenta, ainda, excelentes gráficos e quadros demonstrativos sôbre casamentos realizados no Distrito Federal, no período de 1937 a 1944; arrecadação dos principais impostos; motivos; índices de crescimento do Distrito Federal; preços médios e números índices dos preços médios dos gêneros alimentícios nas feiras livres; logradouros públicos; transporte de passageiros; movimento de consultas à Biblioteca Municipal; movimento dos ambulatórios, enfermarias e socorros urgentes; movimento geral de vacinação e revacinação

Um dos trabalhos que mais recomendam a eficiência dos serviços estatísticos da Prefeitura, sob a direção do Sr SÉRGIO NUNES MAGALHÃES JÚNIOR, é a conclusão das Tábuas Itinerárias do Distrito Federal, compreendendo meios de transporte, quilometragem, tempo e custo da passagem.

MORTALIDADE INFANTIL EM SANTA CATARINA — Benoni Laurindo Ribas e Miguel Sales Cavalcanti — Florianópolis, 1945

Em um trabalho apresentado à Sociedade de Higiene e Saúde Pública de Santa Catarina, em abril de 1945, e agora oferecido à publicidade, sob o título *Aspecto Excepcional da Mortalidade Infantil em Santa Catarina*, os DRS BENONI LAURINDO RIBAS e MIGUEL SALES CAVALCANTI divulgam os resultados a que chegaram através do estudo dos dados coligidos pelo Serviço de Bio-estatística do Departamento de Saúde Pública daquele Estado

Conforme a elaboração a que procederam, o coeficiente máximo de mortalidade infantil encontrado no Estado de Santa Catarina foi, nos últimos cinco anos, de 302 por 1 000 e corresponde ao município de Pôrto Belo, situado numa zona destituída de qualquer recurso assistencial que não seja o socorro periódico do Departamento de Saúde Pública. Êsse coeficiente é seguido, à distância, por outros ainda excessivos, correspondentes a áreas em que o baixo nível econômico das populações cria sérios obstáculos à sobrevida Encontram-se nesse caso Laguna, com o coeficiente médio qüinqüenal de 265, e São Francisco, com o de 248 Apurando valores mais modestos, relativos a quatro outros municípios, conseguiram determinar o coeficiente da mortalidade infantil para o conjunto do Estado, situado ainda acima de 100, quando o nível dos municípios está abaixo dêsse valor

O município de Urussanga, com uma população aproximada de 18 000 almas, dispersas numa área de 903 quilômetros quadrados, mostra-se com o coeficiente médio de 35,4 no período 1939-1943, lembrando os de 31 e 32 apurados na Nova Zelândia em 1920 e 1934

A média encontrada para o qüinqüênio aludido foi de 29,2, resultado que, conforme observam os autores do trabalho, pode ser considerado inédito e surpreendente, ultrapassando, sensivelmente, as condições habituais de nossas possibilidades demográficas. Para medir a intensidade do fenômeno, compulsaram os A. A.

coeficientes considerados padrão, por se acharem abaixo de 50, que é o limite teórico estabelecido para distinção entre a mortalidade infantil fraca e a moderada:

Roterdão	45,8
Nova Iorque	44,0
Zurique	40,8
Estocolmo	40,6
Amsterdam	40,6
Wellington . . .	39,6
Oslo	35,0

O trabalho esclarece que o coeficiente de Nova Iorque se refere ao ano de 1937, os de Oslo e Estocolmo a 1934, e os demais dizem respeito ao qüinqüênio 1925-1929

Os A A destacam a posição excepcional do município de Urussanga, com o coeficiente de 29,2 por 1 000, e chamam a atenção dos estudiosos para o fenômeno, que, a seu ver, está a exigir demorada investigação, a fim de que sejam determinadas as suas causas Pedem ainda o interêsse dos técnicos para os valores atribuídos aos municípios de Rodeio, cuja média de mortalidade no qüinqüênio foi de 49,8; Timbó (47,6), Rio do Sul (55,0), Araiangua (55,0), Imaruí (65,2) e Xapecó (58,0) Observam, a propósito, que o município de Imaruí não possui médico, nem hospital, servindo-se a sua densa população, nas suas necessidades, dos recursos assistenciais de cidades próximas Às vêzes, conforme assinalam, é flagrante a divergência dos coeficientes de dois municípios vizinhos, como é o caso de Imaruí e Laguna, com os coeficientes médios de 65 e 265, respectivamente

---

BIBLIOGRAPHY OF SELECTED STATISTICAL SOURCES OF THE AMERICAN NATIONS — Inter American Statistical Institute — Washington, D C , maio de 1945

Com o objetivo de reunir e sistematizar um índice bibliográfico das matérias estatísticas oriundas dos países americanos, o Instituto Interamericano de Estatística organizou a edição preliminar de um trabalho que, conforme se esclarece, representa por enquanto um "esquema preliminar em circulação, para obter comentários e crítica"

É o que se encontra na comunicação contida na segunda página do volume, dirigida a quantos o receberem, e firmada pelo eminente estatístico Sr Halbert L Dunn, Secretário Geral do Instituto

Trata-se de uma publicação sobremodo útil, como roteiro bibliográfico em assuntos estatísticos ou a êles relacionados — "um guia das principais matérias estatísticas das vinte e duas nações americanas, incluindo dados, análise, metodologia, leis e organização das entidades de Estatística"

A parte principal é constituída por uma lista numérica, na qual cada publicação aparece devidamente identificada e anotada, de acôrdo com o número de entrada no Arquivo de Fontes Estatísticas A informação que se fornece nessa lista abrange, para cada publicação, o autor ou órgão editor, o título, o lugar e data da publicação, o número de páginas ou de volumes e seus títulos, com comentário breve sôbre seu conteúdo Se se trata de publicação em série, a informação inclui a sua freqüência, a data em que teve início e o último número recebido pelo Instituto Interamericano de Estatística.

O critério adotado para a seleção das matérias e sua inclusão no índice obedece às seguintes diretrizes, conforme está explicado no volume:

"1 — A matéria deve ter, em geral, uma relação direta com os assuntos utilizados ou investigados pelos estatísticos, organizações de estatística e outras entidades ligadas ao uso de informes de caráter estatístico

2 — As referências a matérias que apenas se relacionam de modo indireto com as utilizações mencionadas devem limitar-se a obras que permitam orientação e que ajudem a interpretar os dados estatísticos

3 — Em geral, a regra deve ser a de selecionar antes o mínimo do que o máximo A seleção deve limitar-se ao material cuja utilidade seja quase certa, e não ao que tenha uma utilidade possível

4 — Terão preferência os dados generalizados e compactos, as fontes e referências metodológicas e os estudos analíticos de autoridades nas matérias respectivas

5 — As obras que tratam das nações do hemisfério ocidental devem ter preferência sôbre o material relativo a outras partes do mundo As que se referem às nações latino-americanas devem ser mais completas do que as dos Estados Unidos e Canadá

6 — As matérias nacionais ou internacionais devem ter precedência sôbre as locais (estaduais ou municipais), exceto quanto ao especificado nos itens 7 e 8

7 — As referências a matérias muito detalhadas ou de divisões muito pequenas, e a classificações geográficas do mesmo tipo, só devem ser incluídas na seleção se apresentarem ao estatístico um interêsse acima do ocasional

8 — Devem ser preferidas obras modernas às antigas Assim, a antiguidade será um fator influente na seleção Há, decerto, importantes exceções, como as de trabalhos antigos contendo informações acêrca de largo período, ou tratados metodológicos cujo valor não diminuiu com o tempo "

A impressão do volume, em sua forma definitiva, será efetuada um ano depois da publicação da edição preliminar Na organização dêsse índice útil e necessário, colaboraram técnicos argentinos, brasileiros, chilenos, colombianos, panamaenhos, peruanos e estadunidenses, os quais, durante o preparo do trabalho, estagiavam no Instituto Interamericano de Estatística, como foi o caso dos nossos compatriotas Professôres Otávio Alexander de Morais e Milton da Silva Rodrigues

---

ELEMENTOS DE CIÊNCIA DAS FINANÇAS — ELEMENTOS DE ECONOMIA BANCÁRIA — Coriolano M Martins — São Paulo, 1945

Mais uma contribuição ao estudo da ciência das finanças resulta da recente edição de um novo volume da série econômica da Editora Atlas S/A

O A baseia o seu estudo da ciência das finanças nas regras clássicas do liberalismo econômico, que êle deseja restaurado na inteireza de suas formas políticas democráticas

O trabalho do Sr CORIOLANO M MARTINS acha-se dividido em cinco partes, nas quais trata largamente de questões relacionadas com o orçamento, despesa e dívidas públicas Sem prejuízo da orientação metodológica que imprimiu à obra, o A detém-se na apreciação de vários aspectos da política financeira do Brasil, até a implantação do regime de 1937

Apreciando as relações das finanças com a Estatística, o A reproduz o conceito de CHEVALIER, segundo o qual a Estatística é o barômetro das finanças, ou a sua essência

O exame de gráficos demonstrativos da renda industrial; a exposição ordenada da legislação tributária brasileira; o histórico da dívida pública do Brasil e seu esbôço atual, constituem, a par dos princípios e definições que se alinham em todo o texto, elementos de interêsse para quantos se dedicam ao estudo aplicado da ciência das finanças

Do mesmo economista é o volume *Elementos de Economia Bancária*, penetrando numa das mais importantes especializações da ciência de ADAM SMITH Nesse trabalho, encontrarão os interessados precioso material acêrca de numerosos problemas relacionados com o crédito

O Sr CORIOLANO M MARTINS dedica longo capítulo ao estudo do Banco Central de Reservas do Brasil, assunto que tem sido objeto de acalorada controvérsia No seu modo de ver, a criação de tal organismo implicaria pesado ônus para o erário, só se justificando a sua existência em função de "um gráu ótimo de ordem econômica, capaz de garantir o ajustamento da ordem financeira" Eis porque, em vez do Banco Central, preconiza a criação de carteiras de financiamento e redesconto destinadas a proporcionar recursos à produção, principalmente a agrícola

O sistema de crédito oficial norte-americano, representado pelos Bancos de Reserva Federal, é minuciosamente estudado pelo A , que aprecia a sua evolução em conseqüência dos efeitos da Grande Guerra e do "crack" financeiro de 1929

Estudando o problema da organização do crédito agrícola no Brasil, recomenda a criação de bancos sediados nas capitais dos Estados, assistidos por uma rêde de caixas regionais, com sede nas cidades centros de zona e jurisdição restrita às localidades vizinhas

Além dêsses, os leitores encontrarão ainda úteis estudos sôbre os bancos de exportação e importação, bancos de emissão, bancos de depósitos e de descontos e "clearings" internacionais

---

RELATÓRIO — (ANO DE 1943) — Ministério das Relações Exteriores — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1944

O relatório apresentado ao Sr Presidente da República pelo então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador OSVALDO ARANHA, sôbre os trabalhos de sua pasta durante o ano de 1943, contém matéria do maior interêsse, além daquela que é própria das exposições em tôrno dos serviços administrativos É que 1943 foi o ano dos nossos preparativos para participar da guerra com fôrças de terra no teatro de operações europeu Nestas condições, intensa foi, necessàriamente, a atividade do Brasil, no tocante às suas relações com o estrangeiro Tivemos de concluir entendimentos de transcendente importância com Chefes de Estado e órgãos oficiais dos países aliados, e não sòmente no terreno especificamente militar, como também no político, econômico e, até, social.

Tôdas as fórmulas em que se encaminharam êsses entendimentos tiveram em nossa estrutura diplomática o seu agente essencial ou, em outros casos, a sua colaboração imediata Missões variadas saíram do Brasil, destinando-se principalmente aos Estados Unidos e ao Norte da África Incessante foi, a êste respeito, o trabalho das repartições integrantes do Itamarati, tanto no país, como no Exterior, através das embaixadas, consulados e sedes outras de representação diplomática

O relatório compreende uma Introdução e uma Exposição Na primeira, explicam-se os motivos que nos levaram à guerra contra a Alemanha e a Itália, estando focalizado, sob o aspecto militar, o valor das medidas adotadas em Natal, no que se refere ao afastamento do perigo submarino e à consolidação e ampliação das vantagens estratégicas, para as Nações Unidas, dos desembarques no Norte da África.

No capítulo das relações internacionais, encontram-se elementos de grande valor informativo, como o texto das notas e mensagens trocadas entre o Govêrno Brasileiro e os estrangeiros, durante aquêle ano histórico

O relatório, que abrange um amplo volume de 288 páginas, ainda expõe os assuntos relativos ao intercâmbio econômico com o Exterior e à conclusão de acordos, convênios e tratados comerciais A demarcação de fronteiras constitui outro capítulo interessante, bem como a relação dos atos internacionais firmados pelo Brasil em 1943, o encontro dos Presidentes ROOSEVELT e GETÚLIO VARGAS, em Natal, e seus efeitos, a cooperação intelectual com as nações americanas, além de pormenorizado relato dos serviços de cunho administrativo

---

BOLETIN INFORMATIVO — Universidade do Chile — Santiago, abril de 1945.

Além da publicação dos *Anais*, órgão literário e científico oficial, e de seu boletim administrativo, que aparece em períodos mais largos, a Universidade do Chile passou a editar o *Boletin Informativo*, cujo primeiro número acaba de circular no Exterior.

O *Boletin*, conforme explicam os seus editores, é destinado a fornecer ao grande público informações úteis sôbre tôdas as atividades universitárias, sejam administrativas, docentes e científicas, sejam literárias, artísticas ou de extensão cultural

Êste primeiro número contém matéria variada, constante de informações sôbre os diversos serviços, crônicas, notas e minutas de decretos Dentre as informações aí divulgadas, despertam especial interêsse as que dizem respeito às Escolas de Temporada, no Chile, como secção do Departamento de Extensão Universitária, com o objetivo de colocar a Universidade em contacto direto com os cidadãos chilenos e com os estudantes estrangeiros que acorrem às suas aulas para informar-se sôbre a história, a geografia e as condições atuais do país São de três tipos as Escolas de Temporada: Escola de Verão, Escola de Outono e Escola de Inverno, ministrando-se nelas três cursos: *a*) cursos de post-graduados, para aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos nas últimas investigações das diferentes especialidades; *b*) cursos de complementação, que têm por objetivo proporcionar, aos alunos das várias Faculdades, maiores conhecimentos de sua especialidade; *c*) cursos de extensão, cuja finalidade é difundir os benefícios da cultura a todos aquêles que tenham particular interêsse em adquirir noções claras e precisas sôbre alguns ramos do saber Desde janeiro de 1936 que as Escolas de Temporada vêm funcionando regularmente e com uma crescente afluência de alunos, tanto chilenos como americanos As cadeiras da Escola de Verão são regidas por eminentes professôres de universidades européias, norte-americanas, sul-americanas e chilenas O número de alunos dessa Escola atingiu, êste ano, a 1 167 Os alunos das Escolas de Temporada estão representados por estudiosos de tôdas as profissões, predominando os professôres, atraídos pelos cursos de aperfeiçoamento especialmente criados para êles Atendendo a esta circunstância, o antigo Ministro da Educação, Sr BENJAMIN CLARO VELASCO, baixou um decreto pelo qual se consideram tais cursos como antecedentes para a Fôlha de Serviço dos professôres

A Escola de Outono, que funciona de 16 de abril a 9 de junho, ministrará cursos de cultura geral, comerciais e de idiomas, mantendo, além disso, classes técnicas

---

PROBLEMAS BRASILEIROS — Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres — Rio de Janeiro, julho de 1945

O interêsse que cada vez mais desperta o movimento doutrinário e de ação prática inspirado na obra sociológica de ALBERTO TÔRRES, estava a exigir um instrumento de expressão capaz de difundir, pùblicamente, as diretrizes que norteiam as múltiplas atividades de seus adeptos Essa aspiração acaba de ganhar fôrma com a publicação da revista *Problemas Brasileiros*, destinada a divulgar os "Anais Torreanos" e as idéias que têm como inspirador aquêle grande vulto de patriota, cuja vida foi um exemplo de dedicação aos magnos problemas nacionais Fazendo a apresentação do primeiro número, a redação da revista, constituída pelos Srs EDGARD TEIXEIRA LEITE, RAFAEL XAVIER, J C BELO LISBOA, WALDEMAR LOPES, NOÊMIO VELOSO DE SOUSA E SILVA e LUIZ PINTO, evoca, em rápidos traços, o ambiente em que surgiu a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres

"A Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres é de 1933 Foi fundada quando o Brasil, cansado de desacertos e das imprudências administrativas de muitos dos seus filhos, reivindicou os seus direitos republicanos e democráticos, pela fôrça das armas

"Os problemas que a revolução de 1930 ia articular, os problemas que exigiam solução imediata, para que não falhassem os seus objetivos renovadores, todos êles, da maneira mais clara, estavam previstos, esquematizados e estudados, tanto social como política e administrativamente, na obra de ALBERTO TÔRRES

"O pensamento para a ação" era o que se pretendia, para uma nova fase política e social E logo um pugilo de idealistas, dos que queriam o progresso e o engrandecimento do Brasil, pensaram em criar um órgão que superintendesse, eqüidistantemente das competições de caráter partidário, e com a fôrça na opinião nacional e popular, os interêsses e as questões que viessem afetar, desenvolver e impulsionar econômica e socialmente a nação, sem espírito de jacobinismo, mas também sem as fraquezas e as transigências que amorinam, fazem recuar e entibiam a administração e a ordem"

Segue-se uma farta e variada colaboração, a começar por um ensaio da autoria do Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, sob o título "Novos objetivos para a educação do Brasil"

Em artigo intitulado "Organização Econômica do Brasil", o Coronel JUAREZ TÁVORA, depois de passar revista aos fundamentos em que assenta a moderna economia capitalista, preconiza, para o caso brasileiro, a organização dos produtores sôbre a base do sindicalismo cooperativista

A revista reproduz uma palestra pronunciada pelo Sr RAFAEL XAVIER, em Itanhandu, Minas Gerais, em 15 de julho de 1934, sôbre "O Município na organização nacional", tema que continua a revestir-se de grande atualidade

O Sr PAULO LIRA assina um artigo sob o título "O campo e a usina", no qual examina a importância dos problemas agrícolas ou rurais, em conexão com o surto industrial brasileiro

Expondo os resultados de sua experiência de vinte anos em contacto diário com os problemas do campo, o Sr J C BELO LISBOA, antigo diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais, escreve páginas de vivo realismo sôbre a vida rural, subordinadas ao tema "Fazenda Organizada"

Assinam ainda outros trabalhos os Srs CASTRO BARRETO, NOÊMIO VELOSO DE SOUSA E SILVA, NEGALGIO RODRIGUES, CARLOS XAVIER PAIS BARRETO, ALVIM PESSOA, LUIZ PINTO e AGENOR AUGUSTO DE MIRANDA, êste último sôbre a ligação do Nordeste ao planalto central do Brasil

---

REVISTA OFICIAL DEL MINISTERIO DE COMERCIO — Vol VIII, nº 46 — Havana, Cuba, 1945

Tendo interrompido sua publicação durante algum tempo, reaparece agora, sob formato inteiramente novo e com um conteúdo bastante melhorado, a *Revista Oficial del Ministerio de Comercio*, de Cuba Sem apresentar caráter estritamente técnico, a revista oferece matéria variadíssima, contendo informações de interêsse sôbre vários aspectos das atividades comerciais naquele país

No artigo intitulado "Sentido y Funcion del Ministerio de Comercio", o titular da pasta, ministro ALBERTO I ALVAREZ, esboça as linhas gerais do programa ministerial para o pós-guerra, no qual se acha prevista a reforma dos serviços administrativos, que passarão a contar com dois novos organismos, a Direção de Investigações Econômicas e a Direção de Fomento e Expansão Fabril A primeira dessas organizações se destinará a prover às exigências de uma economia cientificamente organizada, mediante a execução de estudos censitários e estatísticos; a segunda, a despertar, patrocinar e orientar o espírito de iniciativa industrial, colocando à disposição dos interessados todos os recursos de que necessitem para o desenvolvimento de suas emprêsas O articulista acentua os benefícios prestados ao povo nessa nova fase administrativa, como sejam, a liquidação do câmbio negro, as medidas tomadas para enfrentar a crise de abastecimentos de certos artigos e produtos essenciais, a criação da Agência de Importação e Exportação e o Bureau de Regulamentação de Preços e Abastecimentos

A propósito da realização do XII Congresso Nacional de Retalhistas, na cidade de Sagua la Grande, a revista reproduz o discurso pronunciado no ato de encerramento pelo Sr CÉZAR M CAZAS, encarregado da supervisão das atividades do pequeno comércio

A revista publica ainda extensa relação de decretos e resoluções dos Ministérios do Comércio e da Fazenda, do Bureau de Regulamentação de Preços e Abastecimentos e da Agência de Importação e Exportação, além de quadros estatísticos referentes à exportação cubana no qüinqüênio de 1940-1944 Outras informações de interêsse são aí encontradas, como, por exemplo, notas sôbre a exportação do fumo, turismo, movimento da propriedade industrial e seguros Encerra o volume um artigo sôbre a industrialização da América Latina, da autoria do Sr C C MARTÍN

BOLETIM ECONÔMICO — Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, 1945.

O *Boletim Econômico* que mensalmente edita o Ministério das Relações Exteriores, pode ser incluído, sem favor algum, entre as nossas melhores publicações, no gênero, constituindo, já hoje, leitura obrigatória de quantos acompanham a marcha dos acontecimentos econômicos, tanto no país como no Exterior.

O sumário do número de abril do ano corrente, desdobra-se numa série de notícias, quadros demonstrativos, gráficos e notas do maior interêsse Abre a matéria uma informação sôbre a agricultura e a pecuária na União Soviética, com elementos estatísticos relativos às áreas cultivadas, além de um quadro comparativo da produção agrícola naquele país e no Brasil

O *Boletim* revela os estudos que estão sendo feitos nos Estados Unidos em tôrno da cêra de carnaúba, aludindo a um importante trabalho do Sr NELSON S KNAGGS, publicado na revista *The New York State Pharmacist*, no qual aprecia os aspectos histórico e industrial do produto brasileiro e as perspectivas de novos e numerosíssimos usos técnicos para êsse corpo graxo

Outra informação de interêsse é a que diz respeito às pesquisas sôbre as plantas gomíferas, no Estado da Flórida, e as possibilidades de cultura da borracha natural na zona pantanosa daquela unidade federada norte-americana

A parte do sumário relativa ao exterior encerra, ainda, úteis informações sôbre os cartéis nos Estados Unidos, comércio russo, preço do ferro gusa, produção de aço, venda de navios, finanças da Grã-Bretanha, operações de "land-lease", produção bélica, industrialização da China, reservas de bauxita, entrega de penicilina ao comércio, produção de óleo de tungue, projetos da Pan-American Airways, indústria cinematográfica, agricultura e pecuária na Califórnia, exportação canadense, cultura de milho e safra de trigo na Argentina, quadros sôbre o comércio exterior da Argentina em 1944 e intercâmbio brasileiro-argentino no mesmo ano, movimento marítimo, borracha, centeio e chá do Peru, desenvolvimento do comércio exportador da Grã-Bretanha, saldos devedores em libras esterlinas, açúcar na Guatemala etc

A parte dedicada ao Brasil é precedida de uma notícia sôbre a política do açúcar, ilustrada com um gráfico da produção das safras de 1943-44 e 1944-45 Seguem-se informações sôbre os serviços portuários, o algodão no Estado de São Paulo, o pacto algodoeiro internacional, a comissão brasileiro-americana de gêneros alimentícios, a caça no Brasil, a nova divisão regional do país, consumo de derivados de petróleo, produção de mentol, mangaba, bracatinga, taquaraçu, goma de angico, goma de mascar, mucabá, castanha de caju e maniçoba Publica também uma estimativa dos valores em toneladas de produção efetiva dos minérios brasileiros a vigorar no curso de 1945, bem como notícias sôbre a quina, energia hidráulica no oeste, construção de silos, limitação da área da cultura da menta, fábricas de óleo de Pernambuco, veículos a gasogênio, carnaúba, no Rio Grande do Norte, mercado de laranjas, comércio de couros, criação do peixe-boi nas lagoas e açudes, borracha do Guaporé

Encerrando a presente edição, encontra-se ainda uma análise dos resultados do censo demográfico, com a estimativa da população alfabetizada de 18 anos e mais, em 1º de janeiro de 1945, constante de dois comunicados do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento.

Com êsse número, o *Boletim Econômico*, organizado na Divisão Econômica e Comercial do Itamaratí, pela Secção de Informações e Estatísticas, cujo chefe é o Sr Cônsul CARLOS ALBERTO GONÇALVES, representante do Ministério das Relações Exteriores na Junta Central do Conselho Nacional de Estatística, inicia nova fase com melhor apresentação gráfica e mais apurada seleção de matéria, além do propósito de circular com a mais rigorosa pontualidade

---

COMMERCIAL PAN AMERICAN-BRAZILIAN FUEL AND POWER — Number 5 — Pan American Union — Washington, D C, maio de 1945

O nº 5 dessa revista é dedicado à publicação de um estudo de autoria do Sr JOHN F HENNESSEY JR, em tôrno das disponibilidades brasileiras em combustíveis e potencial hidro-elétrico

O A passa revista ao ritmo ascensional da produção carbonífera do Brasil e a marcha dos trabalhos de pesquisa e exploração dos depósitos de petróleo, para chegar a conclusões otimistas e encorajadoras sôbre o desenvolvimento industrial do país, apoiado pelos próprios combustíveis nacionais Quanto ao potencial hidro-elétrico, tece o A considerações igualmente animadoras, frisando a privilegiada posição que ocupamos entre as regiões mais bem dotadas do mundo, nessa ordem de recursos naturais

Falando da produção carbonífera, concentrada nos Estados sulistas, o Sr HENNESSEY diz que a guerra constituiu forte estímulo para a intensiva exploração de nossas reservas Grande importador de carvão, viu-se o Brasil em dificuldades ao ser deflagrada a guerra; e apesar de não satisfazer aos elevados padrões de qualidade do artigo importado, passou o carvão nacional a desempenhar um papel relevante na movimentação dos transportes e das indústrias O A ilustra as suas apreciações com algumas cifras, e embora o faça sem maiores discriminações, o quadro que apresenta revela, de fato, o notável aumento da produção, o que representa, ainda segundo o Sr HENNESSEY, um esfôrço digno de menção, dadas as dificuldades de extração e transporte do combustível Assinala que o custo, comparativamente baixo, do artigo estrangeiro, aliado à sua superior qualidade, muito concorreu para retardar a exploração das nossas minas Mas, acredita que, mesmo terminada a guerra, a produção não cairá: primeiro, porque os índices de qualidade só tendem a melhorar; e, por fim, em virtude da considerável melhoria das possibilidades de consumo, citando, a propósito, o desenvolvimento da produção siderúrgica no país Em resumo, o A mostra que, das 2 500 000 toneladas métricas do consumo médio, nos anos imediatamente anteriores à guerra, nada menos de 1 700 000 ainda eram procedentes do Exterior, em 1937 Em 1943, o carvão estrangeiro entrou apenas com uma quota de 600 000 toneladas métricas, no consumo nacional; em conseqüência, a produção, nesse mesmo período, orçou em cêrca de 2 000 000 de toneladas métricas

A respeito do petróleo, o A não se mostra menos otimista, nada obstante a insignificante produção atual, limitada a pouco mais do que à fase de experimentação do óleo extraído na região de Lobato, na Bahia Prevê, contudo, uma solução satisfatória para o nosso problema petrolífero, mas a longo prazo, porque "a despeito das vastas possibilidades do Brasil em recursos naturais, inclusive petróleo, os grandes depósitos dêste produto vital ainda não foram descobertos para exploração em larga escala" No entanto, acha que já vamos relativamente adiantados neste capítulo, e ainda aqui são alinhadas cifras elucidativas, referentes à produção petrolífera do país em 1940, quando conseguimos extrair do nosso sub-solo 100 000 toneladas de óleo, quantidade, todavia, muito baixa, pois no ano anterior as importações haviam sido de 1 300 000 toneladas

Finalizando as suas observações sôbre o petróleo, o A apresenta as seguintes áreas como possuidoras de grande potencialidade no desenvolvimento da produção petrolífera do Brasil: o litoral, especialmente na altura da Bahia, o alto Amazonas e a bacia do Paraná

Referindo-se ao potencial hidro-elétrico, frisa o A que, dispondo de 19 519 000 H P — em quarto lugar, portanto, depois da Rússia, Estados Unidos e Canadá — o Brasil ainda está longe de um aproveitamento conveniente dessa riqueza E salienta que a exploração de nossas fontes de energia hidráulica corresponde a uma necessidade de primeira urgência para o êxito de nossa industrialização, dada a precariedade da situação do país quanto aos suprimentos de "fuel oil"

Ilustra a existência dêsse potencial, relacionado com o consumo, através do seguinte quadro:

PAÍSES	Potencial elétrico em Kilowatts	Consumo anual «per capita»
Rússia	50 000 000	(x)
Estados Unidos	25 045 000	1 070
Canadá	19 000 000	2 330
Brasil	14 366 000	65,5
Noruega	12 000 000	2 779
França	5 835 000	416
Japão	5 650 000	(xx)
Suécia	2 893 000	1 174
Suíça ..	2 400 000	1 680
Finlândia	1 040 000	(xxx)

O consumo da Rússia, Japão e Finlândia, ao que diz o A, não é conhecido em têrmos exatos, não existindo, por outro lado, estimativas que se aproximem da realidade com margens mínimas de êrro No entanto, como quer que seja, nesses países o aproveitamento da energia hidro-elétrica pode ser considerado bastante elevado.

JORNADAS (ns 14 e 16) — El Colegio de Mexico — Mexico, 1945.

Dedicado à investigação contínua e sistemática da realidade social americana, o Centro de Estudios Sociales, do Colegio de México, vem realizando uma série de discussões de seminário sôbre problemas básicos da guerra e do após-guerra, cujos resultados são regularmente divulgados na revista *Jornadas*, editada sob os auspícios daquele Centro Os ns 14 e 16 dessa publicação reproduzem, respectivamente, dois excelentes trabalhos, que representam, sem dúvida, uma contribuição do pensamento mexicano ao exame de questões do mais alto interêsse

O n° 14 consta de um ensaio da autoria do Sr AGUSTIN YANEZ, intitulado "El contenido social de la literatura iberoamericana", no qual focaliza o problema da mestiçagem como a nota mais constante e predominante no conjunto da literatura latino-americana De conformidde com o A , não só no estilo, mas até mesmo em seus princípios, a autêntica literatura da América Latina é mestiça, condicionada como está pela realidade específica do Novo Mundo e pelo processo vital correspondente "A mestiçagem sociológica e cultural" — escreve o Sr AGUSTIN YANEZ — "precede à étnica As *Cartas de Relación* de HERMÁN CORTÉS, a *História de la Nueva España* de BERNAL DÍAZ DEL CASTILLO, *Apologética História* de BARTOLOMÉ DE LAS CASAS, os *Naufrágios* de ALVAR NÚNEZ CABEZA DE VACA, as crônicas peruanas de PEDRO CIEZA DE LEÓN, a *Suma y narración de los incas* de JUAN DE BETANCOS, *La Argentina* de MARTÍN DEL BARCO CENTENERA, constituem algumas das maiores amostras dessa mestiçagem: terra e vida estranhas que se fazem próprias, nas quais se fundem o suor, o sangue, a cobiça, a dor e o amor próprio, e das quais vai surgindo a forma real produzida em sonhos e esforços, talvez com a fisionomia que não se desejava "

Ainda como resultado de uma dessas discussões de seminário, o número 16 de *Jornadas* publica um estudo do Sr XAVIER MARQUEZ sob o título "Possibilidad de bloques económicos en América Latina", tema de grande interêsse, tanto mais que aí são encarados aspectos da maior atualidade, como, por exemplo, os acordos sôbre mercadorias, integração industrial e diversificação econômica, e união aduaneira, incluindo o exame do problema dos excedentes, dos cartéis internacionais e da divisão internacional do trabalho

O sumário das edições anteriores indica uma série de publicações, dentre as quais mencionamos aqui as seguintes: *Prólogo al estudio de la guerra*, de JOSÉ MEDINA ECHEVARRÍA; *Los principios de la guerra*, de TOMÁS SÁNCHEZ HERNÁNDEZ; *La geopolítica*, de JORGE A VIVÓ; *La presión demográfica*, de GILBERTO LOYO; *El hombre, náufrago del siglo XX*, de JORGE ZALAMEA; *Los efectos sociales de la guerra*, de VICENTE HERRERO; *Los efectos económicos de la guerra*, de JOSUÉ SÁENZ; *La disponibilidad de materias primas*, de MANUEL CHAVARRÍA; *La prevención de la guerra*, de MANUEL PEDROSO.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO E SUA HISTÓRIA — José de Sousa Soares — Rio de Janeiro, 1945.

O poder de fixação que o Município exerce, a sua fôrça de coesão como célula da vida nacional, são elementos de que está impregnada a extensa crônica que faz o Sr JOSÉ DE SOUZA SOARES, no volume intitulado *São Sebastião do Paraíso e sua história* O trabalho está dividido em grande número de capítulos, nos quais traça o A a história de São Sebastião do Paraíso, desde o estabelecimento do núcleo da primitiva vila, com a construção de uma capela votiva, até os dias presentes

O Sr SOUZA SOARES esclarece, com a transcrição de documentos e o concurso da tradição oral, as circunstâncias que cercaram a origem do Município e a criação da paróquia e da comarca, divulgando, ao mesmo tempo, valiosas informações sôbre as atividades da câmara municipal e das administrações locais, desde o Primeiro Império Há, em *São Sebastião do Paraíso e sua história*, reminiscências do A sôbre figuras tradicionais do Município, bem como numerosas biografias de filhos do lugar que mais se destacaram no amor ao torrão natal

---

D S P — UM ANO DE EXISTÊNCIA — Vitória, 1945

A organização administrativa do Espírito Santo, levada a efeito pelo Interventor JONES DOS SANTOS NEVES, incluiu a criação do Departamento do Serviço Público, a exemplo do que já haviam feito os governos de outros Estados O órgão coordenador espiritossantense foi instalado em outubro de 1943 e, no curto prazo de pouco mais de um ano, sua atuação em favor do serviço público foi digna de louvores E' o que se depreende da leitura da publicação *D S P — Um ano de existência*, editada em Vitória, e na qual aparecem interessantes dados sôbre a situação geral do funcionalismo, antes e depois da criação do Departamento do Serviço Público

Entre as atividades do D S P do Espírito Santo, em seu primeiro ano de vida, figuram os trabalhos de organização orçamentária para 1945, a sistematização dos serviços referentes à administração do pessoal, com o respectivo contrôle de direitos e responsabilidades, o estabelecimento de novas bases para o critério de promoção dos funcionários em sentido vertical — ou seja, da ascensão na escala dos padrões de vencimentos, — e, finalmente, instituição de um curso de aperfeiçoamento.

A publicação faz referência, também, à padronização, aquisição e contrôle do material, tarefa atribuída ao D S P , bem como insere gráficos ilustrativos das aprovações nos concursos de habilitação, melhoria de vencimentos e uniformização dos materiais empregados e consumidos nas repartições estaduais.

D S P — Um ano de existência estampa numerosos diagramas e fotografias

---

LIMITES ENTRE A PARAÍBA E O RIO GRANDE DO NORTE — *Nestor Lima* — Natal, 1945.

Em opúsculo editado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Rio Grande do Norte, o Departamento Estadual de Estatística daquela unidade da Federação divulga a conferência pronunciada pelo Sr NESTOR LIMA perante a Associação Potiguar, no Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1944, a propósito dos limites entre a Paraíba e o referido Estado.

Declara, de início o A que não existe pròpriamente uma questão de limites entre os dois Estados, em tôrno de uma área conhecida e mais ou menos configurada, objeto de reivindicações, tratando-se apenas de dirimir dúvidas quanto à linha de limites, surgida após o Decreto-lei federal n° 311, de 2 de março de 1938, que traçou normas para a organização territorial dos municípios brasileiros, já na vigência da carta política de 10 de novembro de 1937 Graças à iniciativa da comissão revisora da Paraíba, algumas dessas dúvidas foram solucionadas pelas próprias autoridades municipais, restando apenas tornar mais claros os limites mediante o seu reconhecimento e identificação, de acôrdo com os decreto-leis estaduais n° 1 164, de 15 de novembro de 1938 (Paraíba), e n° 603, de 31 de outubro de 1938 (Rio Grande do Norte).

O Sr NESTOR LIMA refere-se, a propósito, às declarações do Desembargador JOSÉ FERREIRA DE MORAIS, em carta ao Cônego MATIAS FREIRE, segundo as quais "êsses limites variavam para atender certas circunstâncias de ordem pessoal ou política Cidadãos havia que, por serem proprietários nas vizinhanças da linha divisória, se eximiam do serviço do juri, do pagamento dos tributos estaduais e municipais, dizendo-se habitantes do Estado vizinho, e os dêste usavam do mesmo expediente"

O folheto transcreve, em anexo, a distribuição das teses e trabalhos da Comissão de Coordenação e Iniciativas do X Congresso Brasileiro de Geografia, com o parecer do relator sôbre o trabalho referente aos limites territoriais entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba; o decreto da Interventoria Federal, no primeiro dêsses Estados, aprovando as bases do acôrdo, para reconhecer e assinalar os referidos limites, e bem assim outros documentos elucidativos

---

ANUÁRIO PLUVIOMÉTRICO (Bacia do Paraíba) — Imprensa Oficial — São Paulo, 1945.

A importância dos estudos relativos ao regime dos nossos cursos d'água é tanto maior quanto do seu perfeito conhecimento estão a depender numerosos empreendimentos, como sejam, para só mencionar alguns, a navegação, a defesa dos aglomerados humanos marginais, o saneamento, as obras de arte

Embora se trate de matéria que, por sua própria natureza, exige tempo e continuidade de esforços, a sistematização dêsses estudos, entre nós, vem já produzindo resultados altamente expressivos e satisfatórios Outra não é a impressão que decorre da leitura do n° 4 do *Anuário Pluviométrico,* entregue à publicidade pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, no qual se acham expostos os resultados dos estudos e observações sôbre a bacia do Paraíba, a cargo dos serviços do 1.° Distrito, sob a orientação técnica do engenheiro FRANCISCO RIBEIRO FILHO. "Por sua situação geográfica" — escreve no prefácio, referindo-se àquela bacia, o Sr ANTONIO ALVES DE SOUZA, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral — "é uma das mais importantes de nosso País Drena uma região que se estende por três dos mais importantes Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro Seus rios, notadamente o principal — o Paraíba — desempenharam papel importante nos albores da nossa civilização No tempo do Império, foi em grande parte dessa região que se apoiou a economia brasileira. Sofreu colapso com a Abolição. Vai retomando agora seu antigo prestigio pelo desenvolvimento industrial, que se ampliará com Volta Redonda e que tomará vulto à medida que forem sendo aproveitadas mais extensiva e intensivamente seus recursos em energia hidráulica, os quais terão aplicação em indústrias várias, que certamente se estabelecerão nas proximidades de Volta Redonda, no suprimento das populações que crescerão em conseqüência, e na agricultura que tudo indica terá de ser intensificada em vales próximos de centros consumidores da importância do Rio de Janeiro e São Paulo"

O trabalho é uma apresentação de informes sôbre aquela importante bacia, estudando-se aí o regime dos rios que a formam, bem assim a fisiografia e a geologia da região em que se acha situada. Além dos dados concernentes ao regime das águas, encontram-se notícias do mais alto interêsse científico sôbre os aspectos físicos da paisagem e o terreno em que se desenrolam os fenômenos hidrológicos

Contém ainda o *Anuário* uma apreciação geral sôbre o estado atual dos estudos hidrométricos, bem como a descrição do critério adotado naqueles estudos e da significação de certas expressões técnicas.

O volume está fartamente ilustrado com fotografias, gráficos, diagramas e mapas.

JOURNAL OF THE AMERICAN STATISTICAL ASSOCIATION — Washington, junho de 1945

E' o seguinte o sumário do número dessa publicação especializada, correspondente ao mês de junho último: "The WPB Index of War Production", de MORRIS A COPELAND, JEROME JACOBSON e HERMAN LASKEN; "Training at the Professional Level for Statistical Work in Agriculture and *Biology*", de W G COCHRAN; "Training to Supply the Demand", de FRANCIS G CORNELL; "On the training of Staticians", de MÍLTON DA SILVA RODRIGUES; "Wartime Changes in Urban Wage Relationships", de ROBERT J MYERS; "The Revised Census Series of Current

Employment Estimates", de A Ross Eckler; "Expanding Local Postwar Employment Data to Produce State Estimates", de Harris P Dawson, Jr; "Experiment in the Measurement of Unpaid Family Labor in Agriculture", de Louis J Ducoff e Gertrude Bancroft; "An Application of the Control Chart Method to the Testing and Marketing of Foods", de Sophie Marcuse; "The Use of Discriminant Functions in Comparing Judges'Scores Concerning Potatoes", de William Dowell Baten; "The Federal Government's Statistical Program for Reconversion and Postwar Adjustment": "A Round Table", de M Joseph Meehan, Rufus S Tucker, Leon E Truesdell, Conrad Taeuber e N Arnold Tolles; "Problems of Integrating Federal Statistics: A Round Table", de Stuart A Rice, A Ford Hiurichs, Howard R Tolley e Philip M Hauser; "Management of Field Work and Collection of Statistics: a Round Table", de Joseph C Bevis, William McPeak e A Ross Eckler; "Calculation of Chi-Square for Complex Contingency Tables", de H W. Norton; "A Common Error Concerning Kurtosis", de Irving Kaplausky

O número em referência noticia o falecimento do Presidente Roosevelt, com a transcrição das mensagens de pesar enviadas pelo Sr Valentim Bouças, Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, e pelo Sr M A Teixeira de Freitas, Presidente do Instituto Interamericano de Estatística

---

ECONOMETRICA — Econometric Society — Chicago, julho de 1945

O número de julho dêste ano da revista *Econometrica,* publicada trimestralmente pela Econometric Society, com sede na Universidade de Chicago, apresenta o seguinte sumário: "Regional Variation in Cyclical Fluctuation Viewed as a Frequency Distribution", de Rutledge Vining; "Mortality Characteristics of Physical Property Based upon Location Life Table and Re-Use Ratios", de C. B Benson e B. F. Kimball; "The failure of the Unit-Summation Procedure as a Group Method of Estimating Depreciation", de Bradford F Kimball; "Nonparametric Tests against Trend", de Henry B Mann; "Nonlinearity in the Relation Between Iuput and Output: The Canadian Antomobile Industry, 1918-1930", de Victor E Smith; e "Price and Volume", de Charles W Cobb

---

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ASSEMBLÉIA GERAL

Ementário das Resoluções aprovadas em julho de 1945

Resolução n º 268, de 6 de julho de 1945
Consigna aplausos ao Conselho Nacional de Geografia e formula um apêlo à sua Assembléia Geral

Resolução n º 269, de 6 de julho de 1945
Aprecia a atuação da Sociedade Brasileira de Estatística e formula sugestões sôbre o desenvolvimento de suas atividades

Resolução n º 270, de 7 de julho de 1945
Aplaude a realização, pelo Serviço de Estatística da Produção, do inquérito sôbre unidades de medir em uso no país e reitera sugestões em favor do prevalecimento do sistema métrico decimal

Resolução n º 271, de 7 de julho de 1945
Ratifica as deliberações das Juntas Executivas do Conselho e dá outras providências

Resolução n º 272, de 17 de julho de 1945
Registra a satisfação do Conselho pelo encerramento da campanha das "Tábuas Itinerárias Regionais" e dispõe sôbre a imediata elaboração das "Tábuas Itinerárias Brasileiras"

Resolução n º 273, de 17 de julho de 1945
Apresenta congratulações à Liga Esperantista Brasileira, pelo êxito do X Congresso Brasileiro de Esperanto, e dá outras providências

Resolução n º 274, de 17 de julho de 1945
Dá nova composição ao corpo de Consultores Técnicos do Conselho e rende homenagem à memória dos titulares desaparecidos.

Resolução n º 275, de 17 de julho de 1945
Consigna um voto de aprêço à Divisão de Educação Física e encaminha providências para o levantamento da estatística da educação física

Resolução n º 276, de 18 de julho de 1945
Dispõe sôbre a consolidação das Resoluções dos órgãos deliberativos superiores do Conselho

Resolução n º 277, de 18 de julho de 1945.
Institui os "Atos do Presidente" e dá outras providências.

Resolução n º 278, de 18 de julho de 1945
Dispõe sôbre o restabelecimento da gratificação *pro-tempore* aos servidores da Secretaria-Geral do Instituto

Resolução n º 279, de 19 de julho de 1945
Presta homenagem ao Presidente do Instituto e formula vários votos.

Resolução n º 280, de 19 de julho de 1945
Consigna o apoio do Instituto a medidas em prol da educação nacional e dá outras providências

Resolução n º 281, de 19 de julho de 1945
Formula um voto a respeito do IX Congresso Brasileiro de Educação e divulga sugestões da Estatística sôbre os principais problemas educacionais do país

Resolução n º 282, de 19 de julho de 1945
Homologa expressamente a Resolução Especial e Conjunta baixada no "Dia do Estatístico" pelos órgãos de direção permanente do Instituto

Resolução n º 283, de 23 de julho de 1945
Expressa os agradecimentos do Conselho aos servidores municipais de estatística

Resolução n º 284, de 23 de julho de 1945
Determina providências para a instituição de registros dos fatos que são objetos de inquéritos estatísticos.

Resolução n º 285, de 23 de julho de 1945
Faz recomendações sôbre as estatísticas das despesas públicas com a educação e a saúde

Resolução n º 286, de 23 de julho de 1945
Dispõe sôbre a criação, nas repartições centrais regionais do sistema, de uma Secção de Estudos e Análises

Resolução n º 287, de 23 de julho de 1945
Registra o reconhecimento do Conselho ao Departamento dos Correios e Telégrafos e dá outras providências

Resolução n º 288, de 23 de julho de 1945.
Dispõe sôbre a constituição e o funcionamento das Juntas Regionais do Conselho e dá outras providências

Resolução n º 289, de 23 de julho de 1945
Exprime congratulações e manifesta reconhecimento ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia

Resolução n º 290, de 23 de julho de 1945
Fixa o plano da Campanha Estatística de 1946

Resolução n º 291, de 23 de julho de 1945
Exprime os agradecimentos do Conselho ao Instituto Brasileiro de Mecanização pela criação do Curso de Estatística Bulhões Carvalho

Resolução n º 292, de 23 de julho de 1945.
Recomenda a leitura do trabalho *Investigações sôbre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si* e rende homenagem à memória de seu autor

Resolução n º 293, de 23 de julho de 1945
Formula um apêlo sôbre a criação, no Ministério da Viação e Obras Públicas, de um órgão central de estatística

Resolução n º 294, de 23 de julho de 1945
Registra o reconhecimento do Conselho à colaboração das autoridades eclesiásticas e formula sugestões

Resolução n º 295, de 23 de julho de 1945
Dispõe sôbre a "guia de exportação".

Resolução n º 296, de 23 de julho de 1945
Registra as iniciativas e realizações do Instituto Interamericano de Estatística e consigna apelos e aplausos

Resolução n º 297, de 23 de julho de 1945
Adota a divisão regional do País estabelecida pela Resolução n º 143 do Conselho Nacional de Geografia e dá outras providências.

Resolução n º 298, de 23 de julho de 1945
Elege os membros das Comissões Técnicas do Conselho e dá outras providências

Resolução n º 299, de 23 de julho de 1945.
Dispõe sôbre a elaboração da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias e dá outras providências

Resolução n º 300, de 23 de julho de 1945
Sugere medidas legislativas referentes à economia administrativa do Instituto.

Resolução n º 301, de 23 de julho de 1945
Aprova as contas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Resolução n º 302, de 23 de julho de 1945
Recomenda o concurso de todos os órgãos do Instituto aos serviços eleitorais.

Resolução n º 303, de 24 de julho de 1945
Determina providências para a integração no Instituto, a título efetivo, dos serviços geográficos e estatísticos dos novos Territórios

Resolução n º 304, de 24 de julho de 1945
Dispõe sôbre a elaboração de organogramas da administração pública nacional

Resolução n º 305, de 24 de julho de 1945
Registra pronunciamentos atinentes à vida do Instituto e aos interêsses do país, em geral.

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

RESOLUÇÃO N º 216, DE 7 DE JUNHO DE 1945

Ratifica instruções da Secretaria-Geral do Instituto para a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a autonomia dos órgãos centrais regionais do Instituto é equivalente à dos órgãos centrais federais;

considerando que essas autonomias devem harmonizar-se flexìvelmente segundo os princípios federativos que informam o Instituto, não podendo ser invocadas para deliberações que suspendam ou inibam a atuação solidária e mùtuamente supletiva dos seus diferentes órgãos;

considerando, porém, que, achando-se devidamente resguardados os interêsses da estatística nacional em virtude do próprio mecanismo de ação supletiva de que o Instituto foi dotado para poder assegurar a normalidade da sua atuação em benefício comum dos Governos seus co-instituidores, a livre determinação que prevalece para os órgãos federados, quando não contrária aos princípios institucionais da Convenção Nacional de Estatística, poderá tomar a forma de limitada ou temporária abstenção relativamente a alguns dos encargos normais dos sobreditos órgãos;

considerando que essa abstenção poderá decorrer de expressa e fundamentada Resolução da Junta Regional, quanto a qualquer dos elementos do sistema que supervisiona, ou de deliberação do Diretor do DEE, no que estritamente a êste órgão disser respeito;

considerando que foi regularmente prevista, assim, na Circular IG/7, de 27 de abril, distribuída pela Secretaria-Geral, a declinatória total ou parcial, dos órgãos centrais regionais, quanto às responsabilidades de direção técnica e ao trabalho de crítica que lhes foram atribuídos como incumbências normais decorrentes da eminente posição que lhes cabe na estrutura do Instituto;

considerando que, segundo êste mesmo princípio, é legítimo que essa declinatória também se manifeste expressa ou tàcitamente pelos diretores dos Departamentos Regionais de Estatística quanto à autoridade de chefia que lhes é conferida, deixando de presidir ou participar dos trabalhos da respectiva Comissão Regional de Estatística Municipal;

considerando, porém, que as conseqüências das deliberações concernentes às mencionadas abstenções devem ser previstas e atendidas de forma que não se venham a prejudicar os interêsses da estatística nacional no seu duplo aspecto estadual e federal;

considerando, todavia, que o voluntário afastamento do sistema regional da supervisão das campanhas nacionais não deve privar os seus órgãos da colaboração das Agências Mu-

nicipais de Estatística, estando estas colocadas sob a responsabilidade do Instituto por intermédio das Inspetorias Regionais, e, portanto, a serviço de todos os centros de trabalho que formam o sistema estatístico brasileiro;

considerando, ainda, que ao sistema regional deve permanecer facultado reassumir a participação, em tôda a coleta municipal, que lhe é agora atribuição normal, e que se traduz através da autoridade do Diretor do D E E. como Presidente da C R E M ;

considerando, por outro lado, que a Junta Executiva do Conselho no Estado do Amazonas, em sua Resolução n º 123, de 23 de maio último, sugere a esta Junta a suspensão provisória das instruções contidas na já referida Circular IG/7, bem assim a eliminação do item IV do mencionado documento;

considerando que a mesma Junta se orientou, nesse pronunciamento, tanto na forma quanto no fundo, exatamente pelo princípio de coordenação federativa que fundamenta tôda a vida do Instituto e deve, assim, ser zelosamente salvaguardado por todos os órgãos dêste, dentro das respectivas esferas de atribuições;

considerando, ainda, que as ponderações do órgão representante são em princípio procedentes e sustentam, quanto à autonomia do sistema regional, o mesmo ponto de vista desta Junta, à qual também incumbe zelar por uma justa autonomia em equivalentes e coordenadas condições, não só para o sistema federal, mas também e nos devidos têrmos, quer para o sistema estadual, quer para o sistema municipal;

considerando, porém, que a interpretação dada pela Junta Regional do Amazonas ao disposto na circular questionada, tem por base, principalmente, a suposição de que a interferência direta de outros órgãos, que não o Departamento Estadual, na crítica e apuração dos inquéritos regionais, teria lugar por meio da intervenção a que alude o Decreto-lei n º 4 736, de 23 de setembro de 1942;

considerando, entretanto, que o disposto no § 2 º do art 15 do Decreto-lei n º 4 736, citado, constituiu medida de emergência, pela qual o Govêrno visou apenas atribuir à direção central do Instituto, em circunstâncias excepcionais, tôda a responsabilidade pelo êxito dos inquéritos imediatamente relacionados com a mobilização econômica e militar do país — o que não tem mais necessidade de aplicação, uma vez que o novo regime de cooperação decorrente dos Convênios de Estatística Municipal dotou o Instituto de recursos de ação capazes de remover tôdas as dificuldades ocorrentes;

considerando, em conseqüência, que desaparece dêste modo o fundamento principal da representação em aprêço, não subsistindo igualmente o seu fundamento quanto aos serviços de estatística relacionados com a segurança nacional, uma vez que não ocorre, nas instruções em causa, nenhuma disposição que entorpeça as atividades da Secção de Estatística Militar, dado que esta se rege por legislação específica em virtude da qual permanece estreitamente vinculada, como de mister, por um lado, aos órgãos militares regionais, e por outro lado, ao Serviço Central de Estatística Militar, da Secretaria-Geral do Instituto;

considerando, finalmente, a necessidade de algumas medidas complementares ou de emergência que assegurem a continuação e eficiências das campanhas estatísticas enquanto prevalecerem as circunstâncias que impedirem a implantação do seu regime regular de execução;

RESOLVE:

Art 1 º — Ficam expressamente ratificadas as instruções baixadas pela Secretaria-Geral, sob prévia aprovação desta Junta, na Circular IG/7, de 27 de abril do ano em curso, para regular as relações entre os órgãos centrais de estatística — federais e regionais — e as Inspetorias de Estatística Municipal criadas, na forma dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, pela Resolução n º 191

Art 2 º — Ficam as referidas instruções anexadas à presente Resolução, devendo conformar-se sua aplicação, porém, ao disposto nos artigos seguintes, pelos quais são expressamente ressalvados os princípios invocados pela Junta Regional do Amazonas e é, ao mesmo tempo, assegurada a execução das Campanhas Nacionais.

Art 3 º — Fica declarada pràticamente perempta, por haverem desaparecido os motivos que a originaram, a autorização concedida por lei ao Secretário-Geral do Instituto para intervir nos órgãos regionais com o objetivo de assegurar a execução dos trabalhos necessários à mobilização militar e econômica do país

Art 4 º — A ação direta da Secretaria-Geral do Instituto ou dos órgãos centrais federais de estatística, quando ocorrente em virtude de representação expressa da Junta Regional ou de abstenção do diretor do D E E quanto ao exercício da Presidência da C R E M , limitar-se-á à crítica dos formulários — que compete originàriamente ao D E E — não interferindo, de forma alguma, nem na economia nem nas atividades desta repartição

§ 1 º — A abstenção prevista neste artigo só se considerará efetivada depois de expressa comunicação, por escrito, ao Inspetor Regional Na hipótese, porém, do Diretor do D E E deixar de comparecer a quatro reuniões consecutivas da C R E M ou de convocá-la durante quinze dias, sem qualquer comunicação à Inspetoria Regional ou à Secretaria-Geral do Instituto, valerá o fato, para os devidos efeitos, como deliberado afastamento dos trabalhos do aludido órgão, interrompendo-se a subordinação técnica da I R ao D E E

§ 2 º — Se parecer possível ou conveniente alguma ocasional colaboração do Departamento, durante o período de afastamento do seu diretor dos trabalhos da C R E M , esta colaboração se solicitará por meio de ofício Enquanto permanecer êsse regime de emergência, também mediante correspondência será encaminhado ao D E E qualquer expediente que lhe fôr destinado

§ 3 º — As Inspetorias Regionais atenderão, na medida do possível, a qualquer solicitação escrita do D E E relativa a esclarecimentos

sôbre os dados fornecidos ou a qualquer outra forma de cooperação em benefício dos seus objetivos.

Art 5º — Desaparecidos os motivos que determinarem a abstenção dos órgãos regionais, a autoridade de que houver partido a deliberação sustada (o Presidente da J E R ou o Diretor do D E.E) comunicará o fato à Secretaria-Geral Instruções serão dadas imediatamente ao Inspetor Regional para que reintegre a I R na subordinação técnica ao D E E, reassumindo o seu Diretor a presidência da C R E M.

§ 1º — Durante o período em que a direção técnica da coleta municipal não estiver sendo exercida pelo Diretor do D E E, ou não esteja tal órgão colaborando de qualquer forma nos trabalhos das Campanhas Nacionais, os resultados destas, todavia, continuarão, em igualdade de condições, à disposição da União e do Estado.

§ 2º — Para êsse fim os cadernos das Campanhas Nacionais continuarão a ser enviados ao D E E não participante do trabalho de crítica, fazendo-se tal remessa ao mesmo tempo e nas mesmas condições em que se fizer à Secretaria Geral

§ 3º — Mesmo enquanto o D E E não estiver colaborando na Campanha Nacional, a I R continuará a providenciar sôbre a colaboração devida aos trabalhos de coleta da Campanha Regional, atendendo às instruções respectivas

Art 6º — Enquanto não puder a C R E.M funcionar sob a presidência do Diretor do D E E, realizará seus trabalhos sob a presidência do Inspetor, tendo como vogais o Assistente Técnico e o Secretário da Inspetoria Regional

Art 7º — Obedecidos os princípios fundamentais consagrados na legislação do Instituto, e assegurado o atendimento das exigências que determinaram a assinatura dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, fica a Secretaria-Geral autorizada a modificar as instruções baixadas na Circular IG/7 Essas modificações terão por objetivo tornar mais explícitos ou mais detalhados quaisquer dispositivos cuja interpretação, pelos Departamento ou Inspetorias Regionais, não tenha correspondido satisfatòriamente ao seu exato sentido ou aos seus fins

Parágrafo único — Enquanto não fôr comunicada a nova redação formulada na conformidade dêste artigo, continuarão a ser cumpridas, nos seus precisos têrmos, tôdas as instruções aprovadas para regular o funcionamento das Inspetorias, devendo ser transmitidas por via telegráfica ou postal as instruções subsidiárias que devam prevalecer provisòriamente até que se resolvam de modo definitivo as dúvidas suscitadas.

Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1945, ano 10º do Instituto — Conferido e numerado. ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria do Instituto — Visto e rubricado M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário Geral do Instituto — Publique-se JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto.

CIRCULAR
A QUE ALUDE A RESOLUÇÃO Nº 216

"Senhor Inspetor,

Tanto nos atos legislativos e convencionais que regulam o novo regime para a coleta dos dados necessários à estatística geral brasileira, quanto nas Resoluções do Conselho Nacional de Estatística que foram aprovadas completamente, ficaram estabelecidos os princípios gerais que devem prevalecer nas relações entre os órgãos centrais regionais do sistema — os Departamentos Estaduais de Estatística — e as Inspetorias Regionais de Estatística Municipal Tais princípios, que estão plenamente conformes e mesmo se confundem com os que constituem os fundamentos do Instituto, visam, essencialmente, a instituição de um perfeito sistema técnico-administrativo para os serviços estatísticos brasileiros, sem prejuízo, todavia, da autonomia das três órbitas administrativas co-interessadas nas finalidades dêsse sistema.

2 Em decorrência do preceito básico de que a autonomia das repartições estatísticas, longe de ser suprimida, deve ser convenientemente articulada e unificada para a consecução dos objetivos comuns, ficou assentado, em referência a cada Unidade da Federação, que as Inspetorias Regionais — como delegatárias do Instituto, e, nessa qualidade, representando coletivamente o Govêrno Federal e os Governos Estaduais e Municipais — fôssem encarregadas da administração das Agências, e por meio destas, da coleta de dados estatísticos no âmbito municipal, competindo aos Departamentos de Estatística — aos quais ditas Inspetorias se subordinarão diretamente, sob o ponto de vista técnico, — a execução das demais fases dos levantamentos regionais compreendidos nos planos nacionais de pesquisa

3. Essa distribuição de encargos, prevista nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e na legislação dêles decorrentes, implica no reconhecimento de que a orientação e unificação das atividades das Agências, — a serviço, primeiro, do próprio Estado, e a seguir da União Federal, ou, ao inverso, na hipótese do Estado eventualmente não poder atender à responsabilidade principal que lhe é atribuída — cabe precipuamente às Inspetorias Regionais

4 A articulação e harmonização das atividades dos referidos órgãos (Departamentos e Inspetorias), assim caracterizadas de maneira bem nítida, se processam por intermédio da Comissão Revisora de Estatística Municipal. Esta, em conseqüência, não se investe em funções características de um corpo deliberativo, pois que se incumbirá apenas de trabalhos de natureza especificamente *executiva* E' assim que, em verdadeiro trabalho de equipe, o Diretor do Departamento de Estatística, o Inspetor e o Assistente Chefe da I R, tomarão conhecimento do plano de atividade a ser executado conjuntamente pelos diferentes órgãos do sistema regional; estudarão instruções que devam ser transmitidas aos Agentes; promoverão, de acôrdo com as respectivas competências, tôdas as medidas que forem necessárias para assegurar as indispensáveis condições de eficiência às Agências; estabelecerão um sistema para o regular e efetivo contrôle das informações coletadas; examinarão o aspecto formal do trabalho de cada servidor e, mais aprofundadamente, a crítica que lhes deve ser dirigida em relação ao material coletado; acompanharão a atuação de cada Agente, propondo o seu afastamento, quando fôr o caso; e, finalmente, exercerão tôdas as atividades que forem necessárias ao regular funcionamento dos serviços municipais de estatística

5. A fim de evitar interpretações divergentes sôbre as diretivas já aprovadas, julgou a Secretaria-Geral de bom alvitre, com fundamento nos referidos preceitos e tendo em vista a execução das campanhas nacionais e regionais de estatística, estabelecer — o que é feito nos itens que se seguem —, alguns princípios gerais e esclarecimentos complementares para regular as relações entre os D E E e as I R

I — Não obstante continuar a Junta Executiva a ser o órgão superior do sistema estatístico regional, incumbe à C.R E M tôda

atividade relacionada com a orientação e articulação da coleta, crítica e revisão técnica dos informes relativos aos Municípios Assim sendo, é de esperar que as reuniões da Comissão mereçam dos seus membros o máximo interêsse e decorram num ambiente de elevada cordialidade e perfeita colaboração Os planos do Instituto terão, por certo, nos componentes da C R E.M, assistidos e orientados tècnicamente pelo Presidente, os melhores executores Os assuntos de mútuo interêsse dos órgãos representados na Comissão, devem ser tratados nas reuniões, mencionando-se, no "resumo de trabalhos", os entendimentos havidos, de sorte que se restrinja ao estritamente necessário a troca de correspondência entre os dois serviços Com o objetivo de estabelecer as providências requeridas pela integral execução, no Estado ou Território, da "campanha nacional de estatística", mas dependentes de outros órgãos da administração regional além do Departamento de Estatística, poderá o Presidente da C R E M, não obstante sua posição de principal responsável pelas atividades do sistema regional, convidar os diretores dos serviços filiados interessados na matéria a tomar parte nas reuniões da Comissão, facilitando-se assim os entendimentos precisos

II — Com a finalidade de evitar a ocorrência de qualquer duplicidade de trabalho, as Inspetorias Regionais não efetuarão, em *hipótese alguma*, apurações de levantamentos estatísticos gerais Ficam excluídas dessa restrição, como é óbvio, as estatísticas das suas próprias atividades e as que se tornem indispensáveis ao contrôle da arrecadação do sêlo de estatística

III — Encontrar-se-ão em perfeito pé de igualdade, no que concerne ao recebimento do material informativo proveniente dos municípios, a União e o Estado ou Território Tanto os Serviços Federais como os Departamentos Regionais (salvo os casos especiais que serão mencionados) receberão por intermédio do Inspetor, em primeira mão, uma via dos cadernos ou questionários avulsos (e anexos) das *campanhas nacionais* O órgão federal interessado no inquérito abster-se-á, entretanto, salvo os casos previstos nestas instruções, de efetuar *apurações definitivas* antes de receber dos Departamentos Regionais, não a outra via, devidamente corrigida, do instrumento de coleta adotado, e sim — o que é mais fácil e mais prático — cópias dos mapas primários das apurações efetuadas por estas repartições *Justifica* a rápida e imediata remessa ao Rio dos dados estatísticos coletados, a pressão que exercem sôbre os Serviços Centrais de Estatística os diferentes órgãos da administração federal, com o fim de obter informações avulsas as mais variadas em relação à vida nacional, sempre com o requisito de urgência e ainda sob a condição de serem atuais, embora provisórias, incompletas ou sujeitas a retificações Os instrumentos de coleta utilizados na execução do "plano nacional" que forem remetidos *diretamente* pela Inspetoria à Secretaria-Geral ou aos Serviços Centrais Federais (não submetidos à crítica do D E E., por conseguinte), poderão ser utilizados *exclusivamente* para fins de cadastros, estimativas, amostras, ou informações avulsas de emergência As apurações definitivas ficarão, obrigatòriamente, na dependência dos esclarecimentos que o D E E prestará quando encaminhar as cópias dos mapas primários de apuração

IV — Sem embaigo do princípio geral estabelecido no item precedente, será facultada aos órgãos centrais federais do sistema a apuração definitiva dos dados constantes da via do instrumento de coleta em seu poder, depois de efetuada a respectiva crítica e promovida pela Inspetoria a correção dos informes, sempre que o Departamento, por motivos ocasionais que a Junta Regional não pudei remover em tempo hábil, se declare *impedido* de efetuai a remessa dos seus mapas de apuração nas condições de prazo e compreensão necessárias

V — Para os efeitos das presentes recomendações entendem-se por "plano estatístico nacional" ou "campanha estatística nacional", os levantamentos estatísticos que, sob a responsabilidade conjunta e solidária dos órgãos das três ordens administrativas da República integrados no sistema do Instituto, devem ser realizados anualmente em todo o país As pesquisas ora referidas compreendem:

a) os inquéritos efetuados mediante utilização dos Cadernos A, B, C e D;

b) os inquéritos de iniciativa das repartições centrais federais de estatística realizados avulsamente (custo da vida, preços, inscrições hipotecárias, assistência hospitalar, cultos, etc), ou sujeitas a regime especial quer em decorrência de lei federal (registro civil, comércio exterior, registro industrial, produção da carne, inquéritos econômicos, etc) quer de acôrdo interadministrativo (ensino);

c) os inquéritos a serem efetuados por meio de questionários especiais elaborados pelas repartições centrais regionais e que, por sua natureza, possam ser de utilidade para a complementação ou suplementação dos informes coletados diretamente pelos órgãos federais

VI — Constituem a "campanha estatística regional", para cada Unidade da Federação, tôdas as indagações estatísticas do "plano nacional" que se realizarem em seu território, acrescidas dos inquéritos especiais que a Junta Regional de Estatística aprovar ou determinar e que, lançados sob a responsabilidade daquele órgão, devam abranger tôdas as circunscrições administrativas, ou várias delas, escolhidas sob critério de zoneamento ou de seleção representativa

VII — Existirá uma "campanha municipal de estatística" sempre que o Govêrno de uma municipalidade faça realizar, por órgãos especializados ou pela Agência de Estatística, mediante entendimento com o Instituto, inquéritos locais, obedientes a um plano prèviamente traçado, que excedam a compreensão do "plano regional" respectivo

VIII — Assim como a "campanha regional" não poderá restringir a "nacional", nem compreender inquéritos paralelos aos que estiverem previstos nesta, da mesma forma nenhum "plano municipal" poderá interferir com o "plano regional", limitando ou duplicando as pesquisas neste compreendidas Assim, o princípio da unidade e harmonia entre as atividades das repartições estatísticas brasileiras sempre prevalecerá, mas sem prejuízo da livre e legítima expansão dos programas que os Estados e os Municípios quiserem fixar para os seus levantamentos e inquéritos de qualquer natureza

IX — A Agência Municipal de Estatística está na obrigação de atender, em princípio, nos têrmos da legislação a ela pertinente, a quaisquer pedidos de informes estatísticos sôbre a respectiva comuna e a preencher ou fazer preencher *todos* os questionários que sejam necessários aos diferentes órgãos da administração pública. Sua interferência, porém, na coleta estatística de interêsse para os órgãos do Instituto, obedecerá às seguintes normas:

1 constituirá sua atividade normal em tudo que se referir ao preenchimento dos Cadernos (e respectivos questionários complementares) das Campanhas Estatísticas;

2 será condicionada a prévio entendimento dos órgãos interessados com a Secretaria-Geral do Instituto, nos demais inquéritos compreendidos não sòmente no "plano nacional", como também no "plano regional" ou no "plano municipal";

3 realizar-se-á obrigatòriamente, sempre que se trate de atender a pedidos de esclarecimento, de revisão de cadastros ou de informações avulsas, que lhe forem *dirigidos pelos "órgãos centrais" do* Instituto, sejam os federais, sejam os regionais, ou pelo Prefeito Municipal

X — A distribuição do material indispensável à execução de qualquer levantamento estatístico por intermédio da Agência de Estatística, será feita, em regra, pela Inspetoria, que

o receberá já dos órgãos centrais e filiados — federais e regionais — do sistema, já de repartições outras ou de entidades particulares. Se, entretanto, à vista de condições ocorrentes em determinada Unidade da Federação ou em certa época, decidir a C R E M que a distribuição se faça diretamente pelo Departamento ou pela repartição regional interessada, serão adotadas as providências para efetivar essa medida de execução Na hipótese de não ser confiada à Inspetoria a distribuição dos questionários, instruções, fichas de registro, etc, deverá o órgão que efetuar a remessa dar conhecimento do fato ao Inspetor, para fins de contrôle, discriminando o que foi enviado e indicando precisamente a data e o número dos respectivos documentos fornecidos pelo correio ou pelas emprêsas de transporte. Tôda a correspondência relativa aos inquéritos municipais realizados no regime de colaboração será feita pelo Inspetor; ou então, caso fique assim expressamente convencionado em reunião da C R E M, caberá ao órgão regional diretamente interessado na coleta, que, entretanto, dará conhecimento do assunto ao Inspetor

XI — Caberá ao Inspetor Regional, qualquer que seja o modo por que deva a Agência interferir na execução de inquéritos estatísticos, determinar tôdas as providências que julgue necessárias, ou sejam aprovadas pela C R E M, para assegurar a regularidade, a eficiência e a rapidez da coleta de dados no âmbito territorial de cada Município Sendo o principal responsável pela administração dos serviços municipais de estatística, deverá o Inspetor ter conhecimento de todos os pedidos, reclamações, crítica, elogios, etc. dirigidos aos Agentes, não só para fins de registro nos assentamentos individuais de cada um dêsses funcionários, como também para promoção de medidas capazes de melhorar a situação do serviço, se fôr o caso, ou de premiar o esfôrço do servidor (instruções especiais, estágio, remoção, dispensa; promoção etc)

XII — Aplicam-se integralmente aos Cadernos A, B e C (e aos questionários avulsos que os complementam), as normas referidas no item III para regular o encaminhamento dos instrumentos de coleta aos órgãos centrais federais e regionais de estatística Nessas condições, recebidos *dois* dos três exemplares de cada caderno (ou questionário avulso) *já preenchidos* pelo Agente (um exemplar ficará no arquivo da Agência), e verificado que o preenchimento se apresenta satisfatório e correto sob o *ponto de vista formal*, encaminhará o Inspetor um ao Departamento de Estatística (em sessão da C R E.M) e outro (pelo Correio e sob registro) à Secretaria Geral do Instituto, — *dentro do menor prazo possível* Os Serviços Federais de Estatística, de posse das fôlhas que lhes serão encaminhadas pela S G, atualizarão os seus cadastros, e realizarão os estudos que lhes convierem, enquanto aguardam os mapas primários da apuração regional que cabe aos Departamentos realizar depois de escoimado o material coletado de todos os enganos, omissões, erros, etc Essa apuração será, em princípio, a que deverá prevalecer, e poderá ser desde logo divulgada, mas "sujeita a retificações", até que a confirme ou retifique a "apuração nacional" a cargo dos órgãos federais Se a "revisão nacional" das "apurações regionais" nestas encontrar enganos, omissões ou incoerências, pedirá o órgão apurador à repartição regional de origem os devidos esclarecimentos ou as providências ainda necessárias para a retificação, entendendo-se sempre êsse trabalho revisor como de grande urgência Declarando-se o órgão regional impossibilitado momentâneamente de atender a essa revisão, o órgão apurador se dirigirá diretamente às Agências, comunicando àquele, ulteriormente, os resultados revistos

XIII — Em relação ao Caderno C, cumpre esclarecer que a coleta dos informes não referentes ao Município da Capital continuará a constituir encargo direto e exclusivo do Departamento de Estatística, o qual encaminhará à Secretaria Geral cópia autenticada dos respectivos questionários, já devidamente criticados Quanto às fôlhas relativas à Capital, seguir-se-ão as normas referentes aos demais cadernos, isto é, efetuada a coleta, o I.R. entregará o correspondente material ao D E.E para crítica e apuração provisória, encaminhando à S G, ao mesmo tempo, a via destinada aos órgãos federais — A coleta dos dados estatísticos relativos à produção agro-pecuária continuará a processar-se, de acôrdo com as normas aprovadas pela J E C., mediante preenchimento e remessa — ao S E P e ao D E E — das fôlhas do Caderno D A via do formulário destinada ao D E E passará, todavia, a ser entregue por intermédio da I R, para o fim de apreciação pelo Inspetor (e competente registro nos assentamentos funcionais) da pontualidade e zêlo com que o Agente se desincumba desta fundamental responsabilidade

XIV — Todos os demais instrumentos de coleta utilizados na realização do "plano estatístico nacional", quando distribuídos por intermédio da Inspetoria, serão obtidos pelo menos em duas vias, uma das quais será expedida diretamente à Secretaria-Geral do Instituto ou à repartição federal interessada, devendo a outra ser apresentada ao Diretor do Departamento de Estatística em reunião da C R E M Não obstante o princípio geral ora enunciado, devem prevalecer em relação a alguns inquéritos — tanto no que se refere à coleta, quanto no que concerne à aplicação das normas reguladoras da apuração, — as recomendações especiais formuladas a seguir:

a) A apuração dos inquéritos sujeitos a regime especial e de iniciativa dos serviços centrais federais de estatística (registro industrial, ensino, registro civil, etc) pertencerá, em princípio, à própria repartição lançadora Poderá ser deferida às repartições regionais, todavia, mediante acôrdo, a responsabilidade integral da apuração dessas estatísticas federais na parte relativa à respectiva Unidade Política. Ocorrendo esta hipótese, a operação deve processar-se obedientemente aos modelos e normas adotados pelo órgão federal interessado. Não sendo estabelecido o acôrdo, poderá a repartição regional — do modo como foi esclarecido no item III em referência aos Cadernos A, B e C — efetuar as apurações de seu interêsse e utilizar os resultados correspondentes, ressalvando, porém, em qualquer divulgação, a circunstância de serem os dados ainda provisórios, sujeitos à revisão final do serviço federal competente O acôrdo ora referido poderá abranger, também, encargos relacionados com a coleta, ou restringir-se mesmo apenas a esta parte do levantamento E' assim que, havendo conveniência para o serviço, poderá cada órgão federal combinar com os regionais que a remessa da via dos instrumentos de coleta que lhe fôr destinada seja feita sòmente depois que êstes estiverem criticados e retificados os respectivos dados. Esta providência, por certo, deverá ser adotada sempre que os questionários utilizados sejam de tal modo complexos ou em tal quantidade que a elaboração dos "mapas primários de apuração", com a individualização total de cada elemento objeto de inquérito, se torne impraticável ou desaconselhável (exemplos: registro industrial, questionários do ensino não primário, etc)

b) Independentemente do acôrdo previsto no item anterior, mas sujeita a divulgação às observações sôbre o caráter provisório dos dados, poderão as repartições centrais regionais apurar os questionários dos inquéritos avulsos dos serviços federais, isto é, não sujeitos a regime especial (custo da vida, transmissão de propriedades, falências e concordatas, salários, preços, assistência social, etc)

c) A coleta dos elementos necessários à estatística da produção da carne — e a qualquer outra levantada mediante utilização dos registros previstos no Decreto-lei n º 4 462 — será realizada segundo os processos que forem recomendados pela repartição federal interessa-

da. A apuração, desde que sujeita a posterior confirmação ou retificação pelo Serviço Federal, poderá ser realizada, entretanto, pelo órgão regional

d) Poderá ser pedida a colaboração do Agente — quer na fase de distribuição dos questionários e da prestação de esclarecimentos ao informante, quer no momento da coleta e da crítica inicial dos mesmos — para a execução de inquéritos lançados por outras repartições filiadas ao sistema regional (estatística do ensino, policial-criminal, etc) ou submetidos a regime especial em virtude de lei estadual (estatística do comércio por vias internas, do registro de veículos, etc)

e) Os "inquéritos econômicos para a defesa nacional", embora, em princípio, constituam incumbência a ser custeada normalmente por conta dos auxílios concedidos aos órgãos regionais para a *execução de encargos dessa natureza, deverão,* enquanto outra cousa não resolver o C N E , ser transferidos à I R , depois de ouvida a S G , não decorrendo daí quaisquer ônus para o Departamento Além da liberação das respectivas verbas que assim será concedida, é facultada ao D E E. a utilização dos dados colhidos nos "inquéritos", desde que seja adotada uma fórmula capaz de evitar atrasos no encaminhamento do material à S G

XV — A Agência de Estatística, segundo foi ressaltado anteriormente e consta da legislação em vigor, tem por finalidade precípua a coleta de dados estatísticos relativos ao município em que está sediada. O contrôle e a crítica dos informes coletados ficarão, assim, de certo modo, confiados a êsse órgão, pois que o definitivo recebimento de qualquer instrumento de coleta deverá efetuar-se sòmente depois de verificado, em exame de extensão e profundidade que variará segundo o inquérito, o seu exato preenchimento pelo informante Em referência, entretanto, à última fase dos levantamentos, — ou seja, a apuração — a interferência das Agências, até que sejam baixadas instruções a respeito, deve restringir-se ao mínimo necessário para atender — ainda assim com a observação quanto à precariedade dos dados — às solicitações que lhe dirigir a Prefeitura Municipal Dêste modo, qualquer pedido de informações sôbre o Município que fôr dirigido à Agência por outra autoridade ou por particulares, deverá ser encaminhada ao I R , que promoverá o que fôr necessário para o seu atendimento. Sem embaigo dessas restrições, a Agência deverá manter perfeitamente em dia os seus cadastros e registros, bem assim a coleção das cópias dos formulários utilizados na coleta, depois de transcritas nestes as correções do Departamento

XVI — À medida que os diferentes inquéritos confiados à atuação conjunta das repartições estatísticas do sistema forem sendo concluídos, o Departamento Regional de Estatística providenciará quanto ao preparo dos respectivos mapas primários de apuração, que serão remetidos, em cópia convenientemente autenticada, à Secretaria-Geral (quando se tratar dos Cadernos A, B e C e seus complementos) ou ao Serviço Federal interessado, nos demais casos Efetuada a tabulação ou a apuração final de sua competência, será enviada a igual destino, do mesmo modo, uma via autenticada Uma vez organizados os serviços municipais de estatística e normalizado o processo de coleta e crítica dos questionários, deverá a totalidade dos mapas primários de cada "campanha", salvo impedimento eventual (que se corrigirá como ficou previsto nesta circular), ser encaminhada aos órgãos federais antes de encerrado o 3 º trimestre do ano em que se houver efetuado a coleta

XVII — Será permitida a utilização, nos inquéritos compreendidos no "plano nacional", de impressos preparados pelos órgãos regionais, desde que os mesmos contenham mais elementos do que os formulários elaborados pelos serviços federais. Para efetivar esta medida será preciso, entretanto, além da decisão da Junta Regional e aprovação da Junta Central, que os formulários usados pelo Departamento sejam entregues ao Inspetor em quantidade suficiente e em tempo hábil, para substituir os modelos federais e sem possibilidade de prejudicar, de qualquer sorte, a execução do "plano nacional"

XVIII — *Encerrada a fase de crítica e* revisão do material coletado por intermédio das Agências de Estatística, e fixados os resultados que devem ser considerados nos planos nacionais e regionais em relação a cada Município, — provisòriamente, se a apuração final depender de repartição federal, ou em definitivo, se esta já houver dado a respectiva aprovação — transmitirá o Departamento os referidos informes às Agências para efeito de lançamento nos registros que as mesmas deverão manter em perfeita corespondência aos das repartições centrais Seria interessante e útil que os Departamentos adotassem a prática de mimeografar ou imprimir os resultados dos inquéritos que fôssem encerrando, incluindo as principais especificações e apresentando os dados discriminadamente por Municípios, não só para distribuição aos órgãos de govêrno, à imprensa e ao público em geral, — como "comunicado", — mas também para oferecer aos Agentes elementos informativos que permitam a comparação entre o seu e os demais municípios do Estado

6 A presente circular foi lida em sessão da Junta Executiva Central do C.N.E. havendo sido os seus têrmos aprovados unânimemente Esta aprovação, como é evidente, além de dar às recomendações desta Secretaria-Geral o cunho de verdadeira "resolução", vincula de um modo especial os diretores das repartições centrais federais às normas estabelecidas, tornando-os responsáveis pela fiel execução dos encargos cometidos aos respectivos serviços pelo regime que agora entra em efetivo vigor Do texto da circular será dado conhecimento não só à Junta Executiva do C N.E. dessa Unidade Federativa e ao Diretor do D E E., como ainda ao Chefe do Govêrno Regional Receberão, do mesmo modo, uma cópia, os responsáveis pela direção dos órgãos que se acham filiados ao Instituto *ex-officio* ou mediante ato expresso de *filiação*

7. Solicito-vos o obséquio de entrar em entendimento com o Presidente da C R.E M. no sentido de reservar uma ou mais reuniões dêsse órgão exclusivamente para o exame da presente circular e das providências que se tornarem indispensáveis para a integral e imediata execução das normas assentadas Ficaria agradecido se, sem embargo das recomendações em vigor para o expediente normal da C.R E M , enviásseis a esta S G uma cópia fiel do registro correspondente a estas reuniões Pediria, do mesmo modo, formulásseis no menor prazo possível as observações que o assunto vos sugerisse "

RESENHA

ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

No período de 3 a 24 de julho estiveram reunidas, nesta capital, as Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia Não se tendo realizado nos dois anos anteriores, em virtude das dificuldades ocasionadas pela guerra, as sessões anuais dessas Assembléias, sua reunião, em 1945, despertou o maior interêsse em todos os círculos administrativos e culturais do país, dela resultando iniciativas importantes, consubstanciadas nas Resoluções votadas

A SOLENIDADE DA INSTALAÇÃO

A sessão solene de instalação verificou-se no dia 3, às 21 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o comparecimento de representantes de Ministros de Estado, bem como de figuras expressivas dos nossos meios sociais e culturais

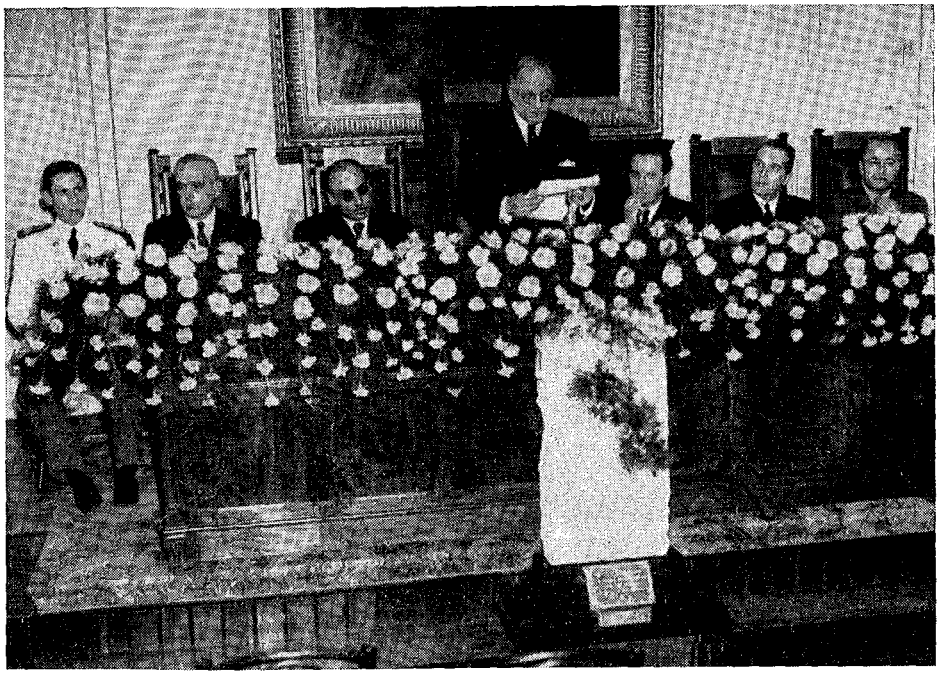
A sessão foi presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, estando a mesa assim constituída: Major Jaír Gomes, representante do Ministro da Justiça; Ministro Orlando Leite Ribeiro, representante do Ministro das Relações Exteriores; Sr Heitor Bracet, diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça; Sr. M A Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do Instituto e do C N E ; Engenheiro Christovam Leite de Castro, Secretário-Geral do C N G ; Professôres Giorgio Mortara e Francis Ruellan, Consultores Técnicos da Comissão Censitária Nacional e do C N G , e Sr Virgílio Correia Filho, Secretário-Perpétuo do Instituto Histórico

Abrindo a sessão, discursou o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, cuja oração está publicada, em separado, neste número da REVISTA A seguir, o Sr Christovam Leite de Castro, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, procedeu à chamada dos delegados da União e das Unidades Federadas, devidamente credenciados para as reuniões do C N G , fazendo o mesmo, logo depois, o Sr M A Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em relação aos delegados às reuniões do C N E

Em seguida, foi dada a palavra ao Engenheiro Flávio Vieira, representante do Ministério da Viação, que falou em nome da ala geográfica do Instituto, na órbita federal

Pela ala estatística, também na esfera federal, falou o Tenente-Coronel Frederico Augusto Rondon, representante do Ministério da Guerra, que assim se expressou:

"Coube ao Representante do Estado-Maior do Exército no alto colégio diretor da ala estatística do I B G E , a honra de vos saudar,



O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, *Presidente do I.B G.E , discursa na cerimônia inaugural da sexta sessão ordinária das Assembléias dos dois Conselhos da entidade*

neste auspicioso momento da instalação da Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística

Dizer o que foram vossos labôres, nos anos transcorridos ao serviço da Pátria, desde a última Assembléia Geral, reunida em Goiânia, entre as galas da fundação da mais nova metrópole brasileira, nas culminâncias do Brasil Central, numa ascensão bem significativa do cunho nacional do certame, até o momento em que deixastes vossos Departamentos regionais, para o cumprimento do novo mandato que ora nos reune, é tarefa que ultrapassa os limites de uma saudação fraternal, a que me devo cingir

Não me furtarei, contudo, ao prazer de uma referência àqueles labôres, no setor que mais de perto me diz respeito, o da Estatística Militar, em que avultaram as realizações da ala estatística do I.B G E

Fixando, em bases amplas e salutares, a colaboração do Instituto com o Estado-Maior do Exército, através de um só esfôrço de unificação nacional, utilizadas ao máximo as virtualidades da Federação, o Decreto n.º 4 181 abriu à Estatística Civil brasileira novos horizontes, proporcionando-lhe condições de profundidade, exatidão e eficiência, em vista dos interêsses da Segurança Nacional

Instrumento de progresso e de cultura a serviço das grandes causas do Brasil, segundo a feliz expressão do eminente Presidente MACEDO SOARES, estava reservada ao I.B G E. missão precípua, na preparação das Fôrças Armadas, para o cumprimento de sua missão constitucional

Empenhastes nesse Setor, Senhores Delegados, o mais belo de vossos esforços, a julgar pelo que foi realizado, em qualidade e volume, não obstante a exigüidade do tempo decorrido, desde o início dêsses trabalhos de uma nova especialização

Na Defesa Nacional, considerada em um sentido mais amplo, por isso que menos adstrito à organização militar do País, permitistes revelações que, por certo, foram ponderadas pelos altos responsáveis por aquela Defesa, mercê da autoridade de que se revestem os inquéritos lançados e seus resultados colhidos sob o sinete de idoneidade que lhes assegurais

A escassez de densidade demográfica em que se exprime o potencial humano, em mais de dois terços de nosso imenso País, é uma daquelas revelações, que ainda mais avulta, se considerarmos que nossas fronteiras terrestres, em esmagadora extensão de mais de uma dezena de milhar de quilômetros, estão compreendidas naqueles dois terços do território nacional Foi uma advertência oportuna que assim lançastes, sob a forma sintética e expressiva dos números e cartogramas, sem floreios nem demasias literárias, como soem proceder os técnicos, sopitando exclamações ditadas por vossos corações brasileiros, que bem sabem avaliar a extensão dos males nacionais, entre os quais não é dos menores, nem dos menos significativos, êsse do desequilíbrio demográfico. Mas cumpristes o vosso dever, fazendo conscientemente o que vos cabia, rendendo-vos à evidência dos resultados de vossas pesquisas e oferecendo êstes aos geopolíticos, entre os quais se contarão, por fôrça da investidura pública, os altos mandatários da Soberania Nacional

Novas advertências, incisivas e patrióticas, encontramos em vossos aludidos trabalhos, quanto às soluções mais ou menos simplistas dos mesmos problemas nacionais decorrentes daquele desequilíbrio demográfico do Brasil, revelando que, no Estado de São Paulo (um dos maiores Estados agrícolas), com 1 157 329 agricultores, registavam-se, em média anual, no decênio de 1930-40, cêrca de 230 000 propriedades agrícolas, das quais pertenciam a brasileiros apenas 153 960, ou sejam 67% De cada 3 proprietários, 1 era, portanto, estrangeiro Os proprietários japonêses equivaliam em número aos portuguêses e aos espanhóis, considerados separadamente, retendo 5% daquelas propriedades

No período acima referido, registou-se, no número de propriedades agrícolas paulistas, um aumento de 70 095, pertencendo, das novas propriedades, 52 140 a brasileiros Participaram dêsse aumento os brasileiros em 75%, os italianos em 6,4%, os espanhóis em 5%, os japonêses em 13% Excederam êstes os europeus, nessa expansão Os portuguêses retiveram a insignificante parcela de 23 propriedades novas

Pusestes as correntes imigratórias e, em particular, a colonização alemã, nos seus verdadeiros têrmos, como expressões demográficas brasileiras 350 000 estrangeiros de língua alemã domiciliaram-se no Brasil, nesses últimos 120 anos Em 1928, sobreviviam dêsse total apenas 53 000 alemães e 26 000 austríacos (79 000 ao todo), compreendendo 0,17% os primeiros e 0,09% os últimos, em relação à população global do nosso País Em 1941, aquêles contingentes estrangeiros podiam ser avaliados, respectivamente, em 100 000 e 30 000 habitantes.

Quanto aos brasileiros de ascendência estrangeira, revelastes que, sòmente no Estado de São Paulo, para 900 000 estrangeiros, havia 1 800 000 brasileiros que tinham ao menos um dos pais estrangeiro, confirmando, portanto, conforme observa o Professor GIORGIO MORTARA, a proporção de 1:2 já encontrada nos Estados Unidos, em 1930

Em relação à descendência alemã, assim considerada, permitistes a conclusão de que orçavam, há um lustro, por mais de 260 000 habitantes, em todo o País

Revelastes, outrossim, que a distribuição dos imigrantes de nacionalidade alemã se vem processando com acentuada predominância na região sul E nos expusestes êste quadro assaz eloqüente, para essa distribuição: no Norte, 260; no Nordeste, 1 675; no Este, 1 751; no Centro-Oeste, 1 893 e, no Sul, 47 290, num total de 52 870 alemães 90% radicaram-se, portanto, no Sul Apenas 0,5% no Norte Dos 1 893 alemães, que constituíram o contingente destinado ao Centro-Oeste, 1 700 radicaram-se no Estado de Minas Gerais

O estudo particular da distribuição dos elementos austríacos da imigração leva-nos a conclusões muito próximas das anteriores, em números percentuais Estudos idênticos, em relação às correntes italiana e eslava, confirmariam aquelas conclusões Em verdade, os europeus se demovem a emigrar, sonhando com um país que lhes ofereça condições melhores de vida E, se entre essas condições o clima não é das menos ponderáveis, se queremos demovê-los a procurar o Brasil, não há impor-lhes regiões estas ou aquelas, menos favoráveis para uma instalação definitiva, por tôda uma existência humana, como é do interêsse de uns e de outros, mas oferecer-lhes glebas promissoras, nas regiões de suas preferências, as quais, não há duvidar, serão aquelas onde, não sòmente o clima e as possibilidades econômicas, mas também o meio social, em que devem integrar-se, lhes seja mais à feição.

Levantadas certas restrições que a prudência havia aconselhado, quando do despertar de nosso nacionalismo, pelos clangores de uma ostensiva preparação bélica no além-mar; suscitadas as novas correntes imigratórias que em breve prazo demandarão nosso litoral, não nos podemos iludir, graças aos avisos salutares e oportunos de vossos números; aquelas correntes demandarão o Sul, em busca do conchego de seus compatriotas já radicados e felizes, nas terras do Brasil Meridional, fora dos rigores tropicais que tanto concorrem para que nosso grande País conserve, em sua maior extensão, o cunho brasileiro de sua civilização, impresso pelo vigoroso espírito bandeirante, que animou os desbravadores, nos primeiros séculos de nossa formação nacional E, nesse outro Brasil, agreste e belo, de nossa imensa hinterlândia, continuará na sua fé que não esmorece, lutando pela sobrevivência individual, que vale a sobrevivência da própria Nação Brasileira, o caboclo, dominador incontrastável do Sertão, com tôdas as suas deficiências sanáveis e virtudes atávicas

Aqui cessa o auxílio conscienciosо de estatísticos, que proporcionastes aos geopolíticos brasileiros, aos quais, estou certo, não passaram despercebidos vossos esforços

Recordando assim vossos trabalhos, nos setores mais acessíveis de vosso imenso campo de ação, tenho a honra de vos apresentar, Senhores Delegados, os votos de boas-vindas da Junta Executiva Central, aos quais acrescento os meus próprios, num preito de entusiasmo e admiração por êste grande Instituto Brasileiro

que vivificais, no constante afluxo da seiva de vossa operosidade, e ampliais, estendendo sua ação benéfica por todo o território nacional"

Discursou, em seguida, pela ala geográfica, na órbita regional, o Sr ULÍSSES UCHÔA BITTENCOURT, delegado do Amazonas A seguir, em nome da ala estatística, na órbita regional, o Sr LOURIVAL CÂMARA, presidente da Junta Executiva Regional de Estatística, de Santa Catarina, e representante dêsse Estado na Assembléia Geral do C N E , pronunciou o seguinte discurso:

"Os que aqui nos encontramos, em função do exercício de comandos regionais, queremos, liminarmente, exteriorizar os nossos melhores sentimentos de gratidão, em face da fidalguia com que nos acolhem os nobres colegas da bancada federal, por seu culto intérprete, cujas palavras, cujas afirmações, cujos conceitos bastante nos sensibilizam, e ao máximo nos desvanecem.

Recebei, colegas federais, com o penhor do nosso agradecimento, a segurança da nossa admiração e a certeza do nosso franco espírito de lealdade, de cooperação, de brasilidade, porque inteiramente desanuviado de particularismos geográficos, de estreitezas regionais, de concepções fragmentárias

Anima-nos, sim, estamos certos, a ambos de dois, a vós e a nós-outros, orientando-nos, envolvendo-nos, conduzindo-nos, o mais intenso fervor federativo, a mais compreensiva idéia da unidade nacional

As manifestações dissentâneas, que porventura se fenomenizarem no curso dos nossos trabalhos, e praza aos céus ocorram elas com freqüência, porque testemunhos de vitalidade intelectual, as manifestações dissidentes, repetimos, não poderão ser traduzidas na diagnose apressada de síndromes estadualistas, mas divergências constitutivas de origem eminentemente técnica, ponderações bem intencionadas quanto à adequacidade da execução de fazeres, evidenciações necessárias de experiências adquiridas

Sobrepairando, porém, a tudo, a vontade indesmentível, de servir ao Brasil em conjunto, integralizado na harmoniosa solidarização, na sinergia consciente das suas parcelas vivas, unificadas, confundidas na igualdade dum ideal

A Assembléia que hoje se instala, em meio a êste espírito magnífico da cooperação de seus constituintes, assume responsabilidades tremendas perante o Brasil Responsabilidades não apenas de ordem técnica, confinadas à área de dinamização da Estatística, mas, e sobretudo, porque mais amplificadas e mais repercutentes de natureza política e social

Crescem, e se agigantam, e se multipartem os ônus derivados da nacionalização dos serviços estatísticos municipais E há de haver de mister dar-lhes, a êstes órgãos, racionalidade de organização, para assegurar-lhes plenitude de funcionamento, normal fisiogenia, e caracterizar-lhes precisamente a determinabilidade do seu coeficiente de ação Da produtividade, do rendimento, da eficiência dêsses órgãos, depende, fundamentalmente, a estabilidade da sinarquia, ou eiiarquia, a que pertencemos, como a garantia de exatidão das estatísticas nacionais

Já se não coadunam às condições atuais do país conjecturalidades numéricas, conseqüentes a matematizações nem sempre felizes, porque induzidas de estimativas deficientes, devidas a órgãos de atividade precária

No estudar a suplementação, ou a complementação das providências já tomadas, relativamente aos serviços municipais, ou no submetê-las a sugestões mais compatíveis, há de a Assembléia encontrar a sua primacial finalidade, logo seguida pela que respeita à instantaneidade e a perfectibilidade das apurações, de sorte possa o Brasil conhecer-se, num dado momento, em função de mensurações contemporâneas É provável se veja nesse intento um acodamento neurótico de chegada ao estado ideal A consideração, entretanto, da grandiosidade da obra realizada pelo Instituto, nestes seus poucos anos de existência, autoriza a formulação daquele plano

É enorme, assim, a responsabilidade técnica da presente Assembléia Geral, tanto mais que a nacionalização ora levada a cabo, e certamente estendida ao âmbito estadual e ao federal, poderá servir de ponto de partida à solução de muitos e complexos problemas nacionais, dentre os quais avultam a educação e a saúde pública Concomitantemente, porém, corre-lhe a de feitio social e político

Precipitados, em alta dose, pela segunda guerra, exsurgem, e se disseminam, e se engravecem, no País, desajustamentos sociais profundos, determinantes de conflitos sombrios, que, se permanecentes, se não solucionados com prudência e tempestividade, motivarão fendilhamentos basilares na sociedade brasileira, comprometendo-lhe a estabilidade, a segurança, a perpetuidade Esfervilham entre nós, criando descrenças, gerando rebeldias, nutrindo incertezas dolorosas, neste presente atormentado, e com tendências de universalizável âmbito, as lutas sociais que já cruciaram outros povos

Preocupado com esta luta, o Instituto já salientou, através de Resolução lapidar, "as muitas e desfavoráveis circunstâncias que tornam extremamente dolorosas e desarmônicas, tanto sob o ponto de vista físico, quanto ainda no aspecto social, moral e cultural, as condições de vida da maior parte das famílias brasileiras, assim nos níveis inferiores, como, também, nos médios"

Naturalmente que estas crises, estas efervescências, estas conjunturas não têm caráter transitivo, nem sintomatizam enfermidades esporádicas, a jeito de sarampos e cataporas da sociedade Conceituá-las nesse terreno seria atribuir-lhes capitalidade de causa, quando, em verdade, refletem elas, e tão só, estados enfermiços, mórbidos, patogênicos de infra-estrutura, das condições econômicas dessa mesma sociedade É de ponderar no caso, sem prevenções

Delegações federais e regionais à sexta sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, presentes à solenidade inaugural das reuniões.

glaciais, nem entusiasmos ebulitivos, a premissa marxista

O Estado Moderno, que não mais pode retroagir ao liberalismo excessivo, ao individualismo anacrônico, mas há de ir tomando virtualidades socializantes, incumbe-lhe, como atribuição indeclinável, conhecer dêsses males, dessas anomalias, dêsses desajustamentos, para, equacionando-os, solucioná-los, pela ação direta e exclusiva, ou pelo intervencionismo conciliador, atendendo a prevalência, natural e humana, do social sôbre o individual, do grupo sôbre o indivíduo, do todo sôbre a parte

Mas, para equacionar fatos sociais, quando passíveis de mensuração objetiva, hão de existir números, há de haver Estatística E números fiéis de boas estatísticas

Daí, aquela tremenda responsabilidade política e social, perante o Brasil, a que, de início, fizemos alusão Responsabilidade não apenas indireta, reflexa, automática, de ministrar números, mas a de dar-lhes vida, interpretá-los e de apresentar ao govêrno "os alvitres que os estudos estatísticos e geográficos sugerirem, relativamente aos grandes problemas nacionais, de modo geral, e, em particular, ao êxito de tôdas as atividades que visem ao progresso da comunidade brasileira no seu conjunto, ou em qualquer dos seus grupos".

Senhores! Os que aqui nos encontramos, em função do exercício de comandos regionais, compreendemos bem a gravidade da hora presente, e bem sentimos a necessidade da cooperação da Estatística na solução dos problemas básicos da sociedade brasileira, para a construção dum amanhã mais justo, mais humano, mais cristão Orgulha-nos, por isso mesmo, e nos exalça, e nos sentimentaliza, a circunstância de sermos, inda que infinitamente pequenos, partícipes dessa cooperação

Aqui estamos, Senhores, para trabalhar pelo Brasil, por um Brasil harmônico na sua grandiosidade, e grandioso na harmonia das suas parcelas"

Antes de encerrar a sessão, o Presidente do I B G E, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, fêz a comunicação de que o Prefeito do Distrito Federal, naquela data, autorizara a desapropriação dos imóveis da área em que será erguido o novo Palácio do Silogeu Brasileiro, cuja construção foi concedida ao I B G E por decreto-lei federal

AS REPRESENTAÇÕES FEDERAIS

Participaram das Assembléias Gerais do I B G E, em 1945, os seguintes membros da Junta Executiva Central do C N E: Dr Heitor Bracet, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Cônsul Carlos Alberto Gonçalves, representante do Ministério das Relações Exteriores; Tenente-Coronel Frederico Augusto Rondon, representante do Ministério da Guerra; Comandante Manuel Pinto Ribeiro Espíndola, representante do Ministério da Marinha; Dr João de Lourenço, representante do Ministério da Fazenda; Engenheiro A R de Cerqueira Lima, representante do Ministério da Agricultura; Engenheiro Mário Gordilho, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Dr Osvaldo Gomes da Costa Miranda, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; e Dr M A Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do C N E e representante do Ministério da Educação e Saúde

Integraram o Diretório Central do C N G: Engenheiro Christovam Leite de Castro, Secretário-Geral do C N G e Diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica; Engenheiro Flávio Vieira, delegado do Ministério da Viação e Obras Públicas; Engenheiro Avelino Inácio de Oliveira, delegado do Ministério da Agricultura; Professor Fernando A Raja Gabaglia, delegado do Ministério da Educação e Saúde; Engenheiro Carlos Soares Pereira, delegado da Prefeitura do Distrito Federal; Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, delegado do Ministério das Relações Exteriores; Engenheiro Péricles de Melo Carvalho, delegado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Ministro Heitor Lira, representante especial do Ministério das Relações Exteriores; Comandante Antônio Alves Câmara Júnior, delegado do Ministério da Marinha; Dr Eugênio Vilhena de Morais, delegado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Professor Delgado de Carvalho, representante especial do Ministério da Educação e Saúde; Dr Ulpiano de Barros, delegado do Ministério da Fazenda; General José Antônio Coelho Neto, delegado do Ministério da Guerra

AS DELEGAÇÕES REGIONAIS

As delegações regionais tiveram a seguinte composição:

Na ala estatística — Acre, João de Mesquita Lara; Amazonas, Júlio Benevides Uchôa; Pará, José Bezerra Duarte; Maranhão, Clodoaldo Cardoso; Piauí, João Bastos; Ceará, Tomaz Gomes da Silva; Rio Grande do Norte, Anfilóquio Câmara; Paraíba, Gentil Cunha; Pernambuco, Paulo Pimentel; Alagoas, Manuel Diégues Júnior; Sergipe, José Cruz; Bahia, Felippe Nery; Minas Gerais, Hildebrando Clark; Espírito Santo, Colombo Arreguy; Rio de Janeiro, Francisco Steele; Distrito Federal, Sérgio Nunes de Magalhães Júnior; São Paulo, Djalma Fofjaz; Paraná: Antônio Ribas; Santa Catarina, Lourival Câmara; Rio Grande do Sul, Maurício Filchtiner; Mato Grosso, Kleber Faria; Goiás, Frederico de Medeiros.

Na ala geográfica — Acre, Osvaldo Lima; Amazonas, Ulísses Bittencourt; Pará, Hugo de Almeida; Maranhão, Clodoaldo Cardoso; Piauí, João Bastos; Ceará, Joaquim Torcápio Ferreira; Rio Grande do Norte, Anfilóquio Câmara; Paraíba, Sizenando Costa; Pernambuco, Mário Melo; Alagoas, Manuel Diégues Júnior; Sergipe, José Cruz; Bahia, Lauro Sampaio; Minas Gerais, Benedito Quintino dos Santos; Espírito Santo, Cícero Morais; Rio de Janeiro, Luís de Souza e Francisco Steele; São Paulo, Djalma Forjaz e Valdemar Lefévre; Paraná, Ângelo Lopes e Antônio Ribas; Santa Catarina, José Nicolau Born e Vítor Peluso; Rio Grande do Sul, Germano Petersen Júnior; Mato Grosso, Octavio Vasconcelos; Goiás, Humberto Ludovico Almeida

Como delegados das entidades privadas de caráter técnico e cultural, participaram da Assembléia Geral do C N G o Engenheiro Virgílio Correia Filho, representante do Clube de Engenharia, e o Professor Francisco de Souza Brasil, representante da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Os serviços de estatística especializada, filiados ao Instituto, tiveram como representante na Assembléia Geral do C N E o Sr Antônio Guia de Cerqueira, chefe da Secção de Estatística do Instituto do Açúcar e do Alcool

AS REUNIÕES ORDINÁRIAS

A partir do dia 4, passaram a funcionar separadamente as Assembléias Gerais dos dois Conselhos, em reuniões ordinárias

A primeira reunião da Assembléia Geral do C N E realizou-se no dia 4, pela manhã, na sede do Instituto, com a presença dos delegados dos sistemas federal e regional, tendo início sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que a transmitiu depois ao Sr Heitor Bracet, delegado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, falaram os Srs Felippe Nery, João Bastos, Francisco Steele, Tomaz Gomes da Silva, Kleber de Faria, Colombo Arreguy, José Cruz e Frederico de Medeiros, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar em virtude do falecimento de brasileiros com reais serviços prestados à estatística do país: Professor Fernando Magalhães, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística; Zaíra Pinto, chefe de secção do Serviço de Estatística da Educação e Saúde; Ildefonso Simões Lopes, antigo Ministro da Agricultura; Higino Cunha, Presidente do Diretório Regional do C N.G no Piauí; Álvaro Afrânio Peixoto, chefe de secção do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política; Matoso Maia Forte, membro do Diretório Regional do C N G no Estado do Rio de Janeiro; Licínio de Souza Almeida, membro da Junta Executiva Central do C N E ; Eurico Rangel, ex-diretor do Serviço de Bioestatística do Departamento Nacional de Saúde; Albino de Oliveira Esteves, assistente do Serviço Nacional de Recenseamento; Antônio Franzer Bhering, antigo funcionário da Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação; General Emílio Fernandes de Souza Docca, Consultor Técnico do C N E ; Professor Heitor Rossi Belache, membro da Junta Regional de Estatística do Espírito Santo; Max Fleiuss, Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Ernesto Pedro dos Santos, funcionário do Departamento Estadual de Estatística do Ceará; Antônio José de Azevedo Amaral, Consultor Técnico do C N E ; e Gerson de Faria Alvim, membro do Diretório Central do C N G.

Na forma do Regimento, procedeu-se à organização das Comissões, que ficaram assim constituídas: Comissão de Orçamento e Contas — Comandante Manuel Ribeiro Espíndola e Srs Júlio Benevides Uchôa, Anfilóquio Câmara, José Cruz, Hildebrando Clark e Francisco Steele; Comissão Técnica, da qual é membro nato o Secretário-Geral do C N E., Srs Osvaldo Gomes da Costa Miranda, Tenente-Coronel Frederico Augusto Rondon, Tomaz Gomes da Silva, Francisco Steele e Maurício Filchtiner; Comissão de Redação Final, da qual também é membro nato o Secretário-Geral do C N E , Srs A R de Cerqueira Lima, Clodoaldo Cardoso, Felippe Nery e Antônio Ribas

Em seguida, foi consultada a casa quanto ao horário que lhe pareceria preferível para as reuniões da Assembléia, ficando decidido, por unanimidade, que as mesmas tivessem início, diáriamente, às 14 horas Como Secretário-Assistente da Assembléia, funcionou, na primeira como nas demais reuniões ordinárias, o Sr Alberto Martins, Diretor da Secretaria-Geral, com a colaboração do Sr Waldemar Lopes, Chefe do Serviço de Divulgação da mesma Secretaria.

SEGUNDA REUNIÃO

No dia 5, às 14,30, verificou-se a segunda reunião ordinária Na ausência eventual do Presidente do Conselho, assumiu a presidência o Sr. Heitor Bracet, que convidou o delegado do Pará, Sr José Bezerra Duarte, para dirigir os trabalhos A ordem do dia constou da apresentação dos seguintes projetos de Resoluções, encaminhados à mesa com o número de assinaturas exigido em disposição regimental: N º 1 — "Aprecia a atuação da Sociedade Brasileira de Estatística e formula sugestões sôbre o desenvolvimento de suas atividades"; N º 2 — "Homologa expressamente a Resolução Especial e Conjunta baixada no Dia do Estatístico pelos órgãos de direção permanente do Instituto"; N º 3 — "Consigna aplausos ao Conselho Nacional de Geografia e formula um apêlo à sua Assembléia Geral"; N º 4 — "Aplaude a realização, pelo Serviço de Estatística da Produção, do inquérito sôbre unidades de medir em uso no país e reitera sugestões em favor do prevalecimento do sistema métrico decimal"; N º 5 — "Ratifica as deliberações das Juntas Executivas do Conselho e dá outras providências"

A seguir, o Sr Júlio Benevides Uchôa, Delegado do Amazonas, procedeu ao resumo verbal de seu relatório anteriormente distribuído aos conselheiros, sôbre as atividades do sistema estatístico daquele Estado, no curso de 1944. Pronunciando-se sôbre o aludido relatório, o Sr. Teixeira de Freitas ressaltou as dificuldades que as condições geográficas oferecem aos levantamentos estatísticos no Amazonas e salientou a competência e dedicação com que o Sr Júlio Uchôa tem sabido vencê-las, de modo a assegurar ao D E E o alto nível de eficiência técnica que tanto o recomenda, no conjunto de serviços centralizados pelo Instituto Depois de referir-se ao espírito de boa vontade e colaboração com que o Interventor Álvaro Maia tem prestigiado as iniciativas da entidade, o Sr Teixeira de Freitas solicitou, com aprovação unânime dos presentes, que fôssem consignados na ata dos trabalhos um voto de congratulações com o Sr Júlio Uchôa, pelas realizações de que dava conta o seu relatório, e outro de agradecimento ao Chefe do Govêrno amazonense, pela assistência dispensada à obra do Instituto

Chegando ao recinto, foi convidado a tomar lugar à mesa o Sr João Carlos Vital, Consultor Técnico do Conselho e Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, a quem o Secretário-Geral, Sr M A Teixeira de Freitas, dirigiu expressiva saudação. Agradecendo a homenagem, o Sr João Carlos Vital manifestou o seu aprêço pela obra que o C N E vem realizando e relatou algumas das experiências empreendidas no Instituto de Resseguros, visando à renovação racional dos métodos de trabalho. Referiu-se às providências já encaminhadas para a organização do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, manifestando o seu duplo empenho de receber a visita dos conselheiros, na instituição que preside, e fazer-lhes, para o fim de receber sugestões, uma exposição sôbre a reforma da previdência social no Brasil. O Presi-

dente agradeceu a gentileza do convite, ficando assentada, depois de ouvida a casa, a realização de uma visita ao I R B e de uma palestra do Sr JOÃO CARLOS VITAL sôbre a lei orgânica dos seguros sociais

A seguir, o Sr FELIPPE NERY, Delegado da Bahia, fêz ampla e documentada exposição sôbre os serviços estatísticos daquele Estado, resumindo, assim, as informações do relatório também já distribuído entre os seus pares A propósito de uma passagem do aludido relatório, falou o Sr CERQUEIRA LIMA, para prestar informes sôbre as satisfatórias condições em que se está procedendo, nos municípios baianos, ao inquérito sôbre gado abatido

Logo após, fêz uso da palavra o Sr TEIXEIRA DE FREITAS, que acentuou, de início, a emoção com que ouvira as agradáveis notícias transmitidas pelo Delegado da Bahia em tôrno da excelente situação em que se encontra presentemente a Estatística naquele Estado Relembrando as múltiplas dificuldades para isso vencidas, referiu-se elogiosamente à hábil e dedicada atuação do anterior Delegado do I B G E Sr AFRÂNIO DE CARVALHO, cujos esfôrços vêm tendo exemplar continuidade através da ação devotada do Sr FELIPE NERY

Apreciando, particularizadamente, as referências do delegado baiano ao regime de mútua colaboração estabelecido entre o Departamento e a Inspetoria Regional das Agências Municipais, confiada ao Sr PAULO DE MESQUITA LARA, estendeu-se o orador em considerações sôbre o acertado critério que o Instituto adotara em relação ao problema da estatística municipal brasileira, procurando resolvê-lo em têrmos capazes de atender aos interêsses das três órbitas de govêrno, respeitado o princípio da livre determinação e da plena autonomia Disse o Secretário-Geral que fôra essa uma solução consentânea com o espírito do regime federativo e na qual está reservado aos Estados um papel da maior importância, como fator de equilíbrio entre os interêsses dos dois outros planos governamentais — o federal e o municipal Manifestou, ainda, o reconhecimento cívico do Instituto pela cooperação que lhe tem dado o Sr Interventor na Bahia, General PINTO ALEIXO, e propôs que êsse reconhecimento fôsse consignado na ata dos trabalhos, como voto do plenário, tendo sido a proposta aprovada por aclamação

TERCEIRA REUNIÃO

A reunião seguinte, efetuada no dia 6, foi iniciada sob a presidência do Secretário-Geral, em virtude da ausência eventual do presidente efetivo, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, bem como de seu substituto legal imediato, Sr HEITOR BRACET

Abrindo a reunião, o Secretário-Geral convidou, para presidir os trabalhos, o Sr PAULO PIMENTEL Constou do expediente a seguinte matéria: comunicação do Sr OSVALDO DA COSTA MIRANDA, Delegado do Ministério do Trabalho, informando ter designado os Srs ALFREDO DE OLIVEIRA PEREIRA e ARI CARLOS DOS REIS E SOUZA para representá-lo nos trabalhos da Assembléia; telegrama do Sr VILHENA DE MORAIS, Diretor do Arquivo Nacional, justificando a sua ausência à sessão inaugural; comunicação dos Serviços filiados ao Instituto, informando haver sido escolhido para representá-los, na Assembléia, o Sr ANTÔNIO GUIA DE CERQUEIRA, Chefe da Secção de Estatística do Instituto do Açúcar e do Álcool

Pelo presidente, foi encarecida a atenção dos conselheiros para duas peças do material que lhes estava sendo distribuído: um estudo do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento sôbre o crescimento da população brasileira, a partir do censo geral de 1940, e a Resolução n º 216, da Junta Executiva Central do Conselho, ratificando instruções da Secretaria-Geral para a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal

Pelos Delegados do Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia, foi comunicado à mesa terem sido escolhidos presidente e relator, respectivamente, da Comissão de Orçamento e Contas, o Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA e o Sr FRANCISCO STEELE; da Comissão de Organização Técnica, o Tenente-Coronel FREDERICO RONDON e o Sr MAURÍCIO FILCHTINER; da Comissão de Redação Final, os Srs CLODOALDO CARDOSO e FELIPPE NERY

Em seguida, procedeu-se à leitura das ementas dos seguintes projetos de Resoluções, encaminhados à mesa com o número de assinaturas exigido em disposição regimental e já distribuídos às diferentes delegações: N º 6 — "Apresenta congratulações à Liga Esperantista Brasileira, pelo êxito do X Congresso Brasileiro de Esperanto, e dá outras providências"; N º 7 — "Exprime os agradecimentos do Conselho ao Instituto Brasileiro de Mecanização pela criação do Curso de Estatística Bulhões Carvalho"; N º 8 — Dá nova organização ao Corpo de Consultores Técnicos do Conselho e rende homenagem à memória dos titulares desaparecidos; N º 9 — "Consigna um voto à Divisão de Educação Física e encaminha providências para o levantamento da estatística da educação física"; N º 10 — "Dispõe sôbre as contas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística"; N º 11 — "Registra a satisfação do Conselho pelo encerramento da campanha das Tábuas Itinerárias Regionais e dispõe sôbre a imediata elaboração das Tábuas Itinerárias Brasileiras", N º 12 — "Torna extensiva aos membros da Junta Executiva Central do Conselho a vantagem de que cogita o artigo 1 º da Resolução n º 218, da mesma Junta"; N º 13 — "Recomenda o uso da régua de cálculo nos serviços de estatística"; N º 14 — "Sugere a reestruturação da carreira de Estatísticos e Estatísticos-Auxiliares nas repartições regionais de estatística"; N º 15 — "Rende homenagem à memória de José Matoso Maia Forte"; N º 16 — "Consigna um pronunciamento sôbre a cooperação prestada pelos Agentes Municipais de Estatística"; N º 17 — "Sugere a criação de registros automáticos, para efeito da estatística militar"; N º 18 — "Sugere a edição das aulas do Curso Bulhões Carvalho"; N º 19 — "Sugere a criação de um serviço de pesquisas e sistematização"; N º 20 — "Sugere a adoção de um esquema para os relatórios dos agentes municipais"; N º 21 — "Sugere providências para a unificação do Registro Industrial para fins civis e militares"; N º 22 — "Consigna homenagens ao Departamento dos Correios e Telégrafos"

Foram submetidos à primeira discussão os projetos números 1, 3, 4 e 5, tendo o Presidente esclarecido que o de número 2 deixara de ser incluído na pauta dos trabalhos em virtude de ainda não se haver efetuado a distribuição do respectivo anexo Os Srs MANUEL DIÉGUES JÚNIOR e FELIPPE NERY, salientando o alcance da atuação que vem sendo exercida pelo Conselho Nacional de Geografia e a Sociedade Brasileira de Estatística, propuseram que a Assembléia dispensasse de todos os interstícios regulamentares os projetos números 1 e 3, referentes àqueles dois órgãos A proposta foi unânimemente aprovada, seguindo-se-lhe a aprovação dos pareceres verbais formulados pelos relatores das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, bem como dos aludidos projetos, que se converteram em Resoluções, sob os números 268 e 269 Encerrada a discussão do projeto nº 4, foi êle encaminhado, sem emendas, à Comissão de Organização Técnica Anunciada a discussão do projeto número 5, falou o Sr LOURIVAL CÂMARA, que apresentou uma sugestão no sentido de ser reconsiderada a redação constante do artigo 6º, inciso quatro, da Resolução nº 164, da J E C , relativamente ao pagamento de gratificação, à conta do auxílio concedido pelo Instituto, por trabalho de caráter extraordinário confiado ao pessoal efetivo, extranumerário ou interino do quadro das repartições beneficiadas Com essa emenda, foi o projeto encaminhado à Comissão de Organização Técnica, nos têrmos do Regimento

O Sr COLOMBO ETIENNE ARREGUY, Delegado do Espírito Santo, fêz um resumo do relatório apresentado sôbre as atividades desenvolvidas pelo sistema estatístico daquele Estado, em 1944 Terminada a exposição do delegado espírito-santense, o Secretário-Geral teceu comentários a respeito, relembrando a atuação do Sr COLOMBO ARREGUY como Delegado Seccional do Recenseamento de 1940, em Minas Gerais, e ressaltando os vários aspectos da meritória atuação que vem realizando no Espírito Santo, à frente do Departamento Estadual de Estatística O orador teve, ainda, referências altamente elogiosas para com os Srs ARMANDO RABELO, MÁRIO FREIRE, TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, DIÉGUES JÚNIOR, DURVAL ARAÚJO, MICHEL SAADE e WILSON GETÚLIO e, ao concluir, solicitou a inserção, na ata dos trabalhos, de votos de agradecimento a êsses devotados colaboradores do Instituto, bem como ficasse a mesa autorizada a dirigir ao Interventor JONES DOS SANTOS NEVES um telegrama de congratulações e agradecimentos pelo interêsse que a sua administração vem dispensando à causa da estatística Aprovada a proposta, o Sr HILDEBRANDO CLARK relembrou o concurso prestado pelo Sr COLOMBO ARREGUY aos trabalhos censitários mineiros, sob a sua direção, referindo-se, em têrmos honrosos, às qualidades de inteligência, devotamento e patriotismo daquele seu antigo colaborador

Tendo de retirar-se, o Sr PAULO PIMENTEL convidou a presidir a mesa o Sr TOMAZ GOMES DA SILVA, Delegado do Ceará, que, dando continuidade aos trabalhos, concedeu a palavra ao Sr José BEZERRA DUARTE, representante do Pará, a fim de fazer o resumo do respectivo relatório Após esclarecer que, ao contrário da maioria dos seus colegas, não tinha a responsabilidade da direção do Departamento Estadual de Estatística, passou o Delegado paraense a ler o relatório apresentado pelo atual Diretor daquela repartição, Sr ORION KLAUTAU, e no qual se acham pormenorizadamente referidas tôdas as atividades do último exercício

A propósito das informações constantes do referido trabalho, quanto ao mau êxito, naquele Estado, do inquérito realizado por meio do Caderno D, relativamente à produção agrícola, falou o Sr José CRUZ, Delegado de Sergipe, que expôs os excelentes resultados obtidos nesse Estado com a adoção do "processo estimativo" de sua autoria e manifestou a convicção de que, se também adotado no Pará, êsse processo conduziria a resultados igualmente satisfatórios O Sr CERQUEIRA LIMA fêz considerações a respeito, ressaltando as dificuldades que decorrem, no caso, para o Estado do Pará, tanto pela extensão territorial, como em virtude da escassez dos meios de transporte e comunicações, e demonstrou o propósito de, após ouvir os relatórios de todos os Delegados regionais, examinar mais amplamente o problema da estatística agrícola, rebatendo, se possível, as objeções levantadas contra o processo instituído com o Caderno D

Comentando o relatório que acabava de ser lido, o Secretário-Geral alongou-se em considerações sôbre a importância daquela estatística e a necessidade de serem vencidos os obstáculos que se opõem à sua normalização, manifestando, ainda, o regozijo da direção do Instituto pela fase de auspiciosa renovação que atravessa a Estatística no Pará Propôs o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, por fim, a inserção, na ata, de votos de felicitações e agradecimentos aos Srs Interventor MAGALHÃES BARATA e ORION KLAUTAU, e de pronto restabelecimento do antigo diretor, Sr ADELINO VASCONCELOS, bem como solicitou fôssem consignadas suas palavras de aprêço e simpatia pela esclarecida e inteligente atuação que o Sr José BEZERRA DUARTE vinha tendo na Assembléia

A essa altura, o Presidente lembrou que tem sido praxe, em tôdas as sessões do Conselho, a ida de uma comissão ao Conselho Nacional de Geografia, para exprimir à respectiva Assembléia as saudações fraternais dos componentes da ala estatística do Instituto A fim de dar cumprimento a essa grata missão, levando ainda ao C N G o autógrafo da Resolução votada na véspera a respeito de seus trabalhos, foi designada uma comissão constituída dos Srs Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, JÚLIO UCHÔA, CLODOALDO CARDOSO, ANFILÓQUIO CÂMARA, COLOMBO ARREGUY, FREDERICO MEDEIROS e MAURÍCIO FILCHTINER

QUARTA REUNIÃO

A quarta reunião da Assembléia do C N E começou sob a presidência do Embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES, que propôs, ao assumir a direção dos trabalhos, a inserção, na ata, de um voto de profundo pesar com a Marinha de Guerra do Brasil, pelo sinistro do cruzador "Bahia"

Sôbre o mesmo assunto, falou, após, o Sr M A Teixeira de Freitas, que fêz uma proposta no sentido de que todos, de pé, guardassem um minuto de silêncio em homenagem à memória das vítimas do triste acontecimento Dessa homenagem, ainda por indicação do Secretário-Geral, foi cientificado o Ministro da Marinha, Almirante Aristides Guilhem Falou, então, o Comandante Ribeiro Espíndola, que, em nome da Marinha, apresentou agradecimentos aos membros da Assembléia Em seguida, o Presidente convidou o Comandante Espíndola a assumir a direção dos trabalhos

A primeira parte da ordem do dia constou da discussão dos projetos de números 6 a 22, que haviam sido encaminhados à mesa e distribuídos aos conselheiros, três dias antes O Comandante Ribeiro Espíndola pediu preferência para a discussão do projeto número 15, que "rende homenagem à memória de José Matoso Maia Forte", o qual foi encaminhado, sem emendas, à Comissão de Organização Técnica Pelo Sr Felippe Nery foi solicitada urgência para a discussão do projeto n º 12, que "torna extensiva aos membros da Junta Executiva Central do Conselho a vantagem de que cogita o artigo 1 º da Resolução n º 218, da mesma Junta" O Sr Cerqueira Lima agradeceu a intenção da bancada regional, ao ter a iniciativa do referido projeto, e fêz ponderações sôbre as vantagens em causa, acentuando parecer-lhe as mesmas desnecessárias Falou ainda o Sr. Lourival Câmara, para apresentar uma emenda, com a qual foi o projeto encaminhado à Comissão de Organização Técnica

Ao ser anunciada a discussão do projeto n º 6, que "apresenta congratulações à Liga Esperantista Brasileira, pelo êxito do X Congresso Brasileiro de Esperanto e dá outras providências", fêz uso da palavra o Secretário-Geral, que teceu considerações sôbre o uso do Esperanto como recurso para ampliar as possibilidades de divulgação da Estatística Brasileira, no Estrangeiro

Encaminhado, sem emendas, o projeto à Comissão de Organização Técnica, o Sr Manuel Diégues Júnior propôs que fôsse incorporado ao projeto n º 7 o de n º 12, visto se referirem, ambos, ao Curso Bulhões Carvalho, — o primeiro exprimindo os agradecimentos do Conselho ao Instituto Brasileiro de Mecanização, pela iniciativa da criação do referido Curso, e o segundo, sugerindo a edição das respectivas aulas Aprovada a proposta, foram os projetos encaminhados, sem emendas, à Comissão de Organização Técnica Tiveram idêntico encaminhamento sem emendas, os projetos ns 8, 9, 11, 13 e 14 Por sugestão da mesa, foi adiada a discussão do projeto n º 10, que "dispõe sôbre as contas do Instituto"

Seguiu-se a discussão do projeto n º 16, que "consigna um pronunciamento sôbre a cooperação prestada pelos Agentes Municipais de Estatística" Participaram do amplo debate em tôrno dêsse projeto os Delegados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Piauí, Pará, São Paulo, Mato Grosso e Paraíba O Cônsul Carlos Alberto Gonçalves propôs a retirada do projeto, visto não ter o mesmo razão de ser, como se estava verificando pelas conclusões da discussão. Falou, em seguida, o Secretário-Geral, que acentuou o interêsse de que se revestia o debate para a direção do Instituto como esclarecimento sôbre a atuação dos Agentes Municipais de Estatística Demonstrou a possibilidade de se conciliarem os pontos de vista das duas correntes formadas no plenário, pró e contra o projeto, e sugeriu que fôsse o mesmo encaminhado à Comissão de Organização Técnica, a fim de que esta lhe desse a forma capaz de atender àqueles pontos de vista A sugestão foi aprovada, sendo o projeto encaminhado à referida Comissão com uma emenda apresentada pelo Sr Manuel Diégues Júnior

A propósito do projeto n º 16, que "sugere a criação de registros automáticos, para efeito da Estatística Militar", falou, ainda, o Secretário-Geral, ressaltando a importância da matéria e dizendo do empenho do Instituto em proporcionar às nossas Classes Armadas os elementos estatísticos imprescindíveis à mobilização militar do país Manifestou o Tenente-Coronel Frederico Rondon, nessa ocasião, o regozijo do Exército pelo interêsse que o Conselho vem dispensando ao assunto Com uma emenda do Sr Cerqueira Lima, foi o projeto encaminhado à Comissão de Organização Técnica

Foi logo depois anunciada a discussão do projeto n º 19, que "sugere a criação de um serviço de pesquisas e sistematização", falando o Sr Lourival Câmara, que acentuou o mérito da iniciativa e apresentou uma emenda no sentido de que o apêlo constante do artigo primeiro seja dirigido às Juntas Regionais do Conselho, e não aos governos estaduais A pedido do Secretário-Geral, pronunciaram-se os Delegados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Amazonas e Rio Grande do Sul, que prestaram informações à casa acêrca da existência, ou não, nos respectivos Departamentos Estaduais de Estatística, de órgãos com finalidades idênticas às do serviço de que cogita o projeto

Fêz, então, o Sr M A Teixeira de Freitas, longa exposição sôbre a matéria, acentuando o interêsse que o Instituto lhe vem dispensando e aludindo às providências já encaminhadas para a criação, na Secretaria-Geral, de um gabinete de análises estatísticas O orador ressaltou, a êsse respeito, o alto mérito da atuação do Professor Giorgio Mortara na Chefia do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, encarecendo a significação dos estudos já realizados sôbre a demografia brasileira Falou, por fim, o Sr Francisco Steele, autor do projeto, que explicou as razões de sua iniciativa, referindo as solicitações feitas ao D E E, pelo Interventor de seu Estado, de estudos especializados, visando ao encaminhamento de iniciativas de natureza econômica e social A criação, em cada Departamento, de serviços especialmente destinados a êsse fim, tornaria mais ampla e eficiente essa contribuição, em proveito dos próprios serviços de estatística Com a emenda do Sr Lourival Câmara, foi o projeto encaminhado à Comissão de Organização Discutiram-se, em seguida, os projetos ns 20, 21 e 22, que foram encaminhados, sem emendas, à Comissão de Organização Técnica.

QUINTA REUNIÃO

A quinta reunião, efetuada no dia 10, iniciou-se sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que, tendo de ausentar-se, convidou a presidí-la o seu substituto legal, Sr HEITOR BRACET O primeiro orador do dia foi o Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, que solicitou constasse da ata anterior a declaração pela qual tornara suas as palavras de regozijo e agradecimento do Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, pelo interêsse que o Conselho vem dispensando ao problema da Estatística Militar

Após, fêz uso da palavra o Sr FRANCISCO STEELE, para propor um voto de profundo pesar pelo falecimento do Almirante ARI PARREIRAS, que, quando chefe do govêrno fluminense, tão grandes serviços prestara à causa da Estatística Associando-se à homenagem, falou também o Sr. ANFILÓQUIO CÂMARA, em nome do seu Estado, o Rio Grande do Norte, ressaltando a obra do ilustre marinheiro, quando na direção da Base Naval de Natal O Presidente declarou, então, que a mesa se solidarizava a essas justas homenagens e convidou os presentes a se conservarem de pé, durante um minuto, em silêncio Em nome da Marinha, o Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA agradeceu essas manifestações de pesar

O Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, em seu nome e no dos demais membros da Comissão designada em reunião anterior, deu notícia da visita feita à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, durante a qual transmitira as saudações da ala estatística o representante do Maranhão, Sr CLODOALDO CARDOSO

O Sr FREDERICO MEDEIROS propôs, a seguir, a designação de uma comissão para representar o Conselho, na chegada do General MASCARENHAS DE MORAIS, Comandante da Fôrça Expedicionária Brasileira. Manifestando o seu agrado em atender à solicitação do Delegado de Goiás, o Presidente designou, além do proponente, os Srs Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, SIZENANDO COSTA e ANTÔNIO RIBAS, para integrarem a referida Comissão.

Na ordem do dia, o Sr MAURÍCIO FILCHTINER procedeu à leitura do relatório apresentado pelo diretor do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, sôbre as atividades desenvolvidas durante o ano de 1944 Concluída a leitura, o orador estendeu-se em considerações, ouvidas com grande interêsse pelo plenário, sôbre os trabalhos a cargo do D E E e das Agências que lhe são subordinadas tècnicamente, ressaltando, por outro lado, os propósitos de cooperação e boa vontade da Estatística sulriograndense, em relação ao Instituto e a seus órgãos centrais federais Referiu-se ainda o Sr MAURÍCIO FILCHTINER, em têrmos altamente elogiosos, à atuação do antigo Delegado do Instituto no Rio Grande do Sul, Sr PEDRO BARRETO FALCÃO, e às qualidades de técnico e administrador do atual Diretor, Sr MEM DE SÁ

Fazendo comentários em tôrno da oração do Sr MAURÍCIO FILCHTINER, o Secretário-Geral lembrou os antecedentes da fecunda colaboração estabelecida entre o Instituto e o Rio Grande do Sul, recordando a atuação do respectivo delegado, Sr RAUL PILLA, nos trabalhos da Convenção Nacional de Estatística, e acentuando que é aquêle Estado o pioneiro na iniciativa da organização de sub-agências municipais de Estatística, cuja rêde constituirá um magnífico refôrço ao sistema criado pelo I.B G E graças aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. O Sr TEIXEIRA DE FREITAS teve ainda expressões elogiosas à inteligente e devotada atuação dos Srs PEDRO BARRETO FALCÃO, MEM DE SÁ e MAURÍCIO FILCHTINER, e, concluindo, propôs votos de congratulações e agradecimentos ao Interventor ERNESTO DORNELLES e ao antigo e atual Diretores do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul

Aprovada a proposta, reassumiu, nessa ocasião, a presidência da mesa o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, tendo a seu lado o Sr JOÃO CARLOS VITAL, Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, convidado para fazer uma exposição sôbre a organização do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil A essa altura, o Sr CLODOALDO CARDOSO usou da palavra para manifestar a excelente impressão dos membros da Assembléia que haviam visitado, dias antes, a sede do I R B, mostrando-se encantado com o que lhes fôra dado apreciar Em seguida, o Sr JOÃO CARLOS VITAL deu início à sua palestra, encontrando-se presentes não só os conselheiros da ala estatística, como também os da ala geográfica e altos funcionários do I B G E

A exposição feita pelo ilustre técnico abrangeu os objetivos da nova instituição e seus planos de aplicação das reservas dos atuais institutos de previdência, acentuando o orador quanto a Estatística e a Geografia seriam chamadas a colaborar na execução dêsses arrojados planos Comentando a legislação do Instituto dos Serviços Sociais e vários aspectos da vida econômica e social comum a todo o país ou peculiares a seus Estados, falaram os delegados de diversas Unidades Federadas e, por último, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS Depois de declarar, em nome da direção dos serviços estatísticos e geográficos, o propósito, que todos os órgãos alimentam, de colaborar com o maior entusiasmo na realização das finalidades da instituição centralizadora do sistema de previdência do país, apreciou as idéias defendidas, sôbre a assistência social, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em resoluções e pronunciamentos que alcançaram expressiva repercussão Concluiu afirmando o reconhecimento das Assembléias às demonstrações de aprêço e confiança oferecidas pelo Sr JOÃO CARLOS VITAL e testemunhando a fé que todos nutrem nas sábias diretrizes da nova política de previdência social, que visa o progresso do Brasil e a solução dos grandes problemas nacionais mediante a valorização do homem brasileiro e a revitalização do município

O Presidente agradeceu ao Sr JOÃO CARLOS VITAL a brilhante exposição feita e deu ciência à casa de um convite da Sociedade Brasileira de Estatística, em colaboração com a Companhia Siderúrgica Nacional, para uma excursão a Volta Redonda, oferecida às Delegações federais e estaduais nas Assembléias dos dois Conselhos

SEXTA REUNIÃO

Logo após declarar aberta a sexta reunião, verificada no dia 11, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares convidou o Sr Djalma Forjaz, Delegado do Estado de São Paulo, para dirigir os trabalhos

Na ordem do dia, o Sr Manuel Diégues Júnior, representante de Alagoas, fêz minuciosa exposição sôbre as atividades desenvolvidas pelo sistema estatístico daquele Estado, ressaltando, sobretudo, como fatôres dos resultados obtidos, o apoio do govêrno alagoano e o estreito regime de cooperação mantido em suas relações com a Secretaria-Geral do Instituto e os serviços estatísticos centrais federais, bem como a dedicação do funcionalismo do D E E de Alagoas Tecendo comentários sôbre o Relatório do Delegado alagoano, o Secretário-Geral teve expressões elogiosas para com a atuação do Sr Manuel Diégues Júnior e focalizou amplamente vários aspectos de suas iniciativas e realizações, como delegado do Instituto Concluiu propondo, com aprovação unânime da casa, a inserção, na ata dos trabalhos, de votos de congratulações com o Interventor Ismar de Góis Monteiro, de aplausos ao trabalho realizado pelo delegado de Alagoas, e de louvor ao funcionalismo do respectivo Departamento Estadual de Estatística

Falou, depois, o Sr Heitor Bracet, agradecendo as referências do Sr Manuel Diégues Júnior à colaboração recebida do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política O orador aludiu às providências que lhe pareceu oportuno encaminhar, na qualidade de membro da Comissão incumbida de proceder aos estudos para a reforma do Registro Civil, a fim de que tivessem imediato prosseguimento os trabalhos da mesma Comissão Acentuou, ainda, que dado o interêsse demonstrado pelo Ministro da Justiça, tudo leva a supor que a reforma venha a ser decretada dentro em breve

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr José Cruz, Delegado de Sergipe, que começou a sua exposição exprimindo à Assembléia as saudações do Chefe do Govêrno de Sergipe e de seu Secretário-Geral, Sr Francisco Leite Neto Fêz, a seguir, um amplo relato, ouvido com o maior interêsse pela casa, sôbre os trabalhos levados a efeito pela Estatística Sergipana, acentuando, a êsse respeito, o constante apoio recebido daquelas altas autoridades estaduais, bem como do Arcebispo de Aracaju e da Secretaria-Geral do Instituto

O Sr Teixeira de Freitas apreciou as informações transmitidas pelo delegado de Sergipe ao plenário, manifestando, então, o apreço da direção do Instituto ao trabalho que o Sr José Cruz vem realizando Após outras considerações, aludiu ao êxito que o Departamento Estadual de Estatística tem conseguido no levantamento das estatísticas agrícolas do Estado por meio do "método José Cruz", e terminou propondo que se fizesse inserir na ata os votos de praxe, dirigidos, dessa vez, ao Interventor Maynard Gomes, ao Sr Francisco Leite Neto, cujo interêsse pela obra do Instituto vem sendo demonstrada de tantas maneiras, e ao próprio Diretor do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe.

SÉTIMA REUNIÃO

A sétima reunião verificou-se no dia 12, iniciando-se sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que, logo após abrir os trabalhos, passou a direção ao Sr Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, Delegado do Distrito Federal

Na ordem do dia, o Sr Djalma Forjaz, Delegado de São Paulo, fêz pormenorizada exposição, ouvida com o maior interêsse pela casa, sôbre os trabalhos realizados pelo Departamento Estadual de Estatística daquele Estado, salientando a prestigiosa assistência recebida do Chefe do Govêrno paulista e o regime de cooperação mantido com o Instituto O Sr Cerqueira Lima teceu considerações acêrca de relatório apresentado pelo Sr Djalma Forjaz, congratulando-se com êsse Delegado, em nome da Assembléia, pelas iniciativas que tem pôsto em prática e requerendo, com aprovação unânime do plenário, um voto de agradecimento ao Interventor Fernando Costa

O Sr M A Teixeira de Freitas manifestou o seu pesar por se haver ausentado do recinto, solicitado por assuntos que exigiam imediata solução, quando o Sr Djalma Forjaz procedia à leitura do seu relatório Depois de acentuar que o seu pensamento já havia sido traduzido nos votos propostos pelo Sr Cerqueira Lima, o orador exprimiu agradecimentos ao Delegado de São Paulo pelas amáveis referências que lhe fizera e pelo fato de haver dado à Biblioteca do seu Departamento o nome do Secretário-Geral do Instituto

Ressaltou, a seguir, a circunstância, altamente honrosa para a Estatística paulista, de haver o comandante da 1ª Região Militar sugerido ao Chefe da Secção de Estatística Militar do Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal, recém-criada, uma visita à mesma Secção do Departamento de São Paulo, acentuando que, no conceito das altas autoridades militares, a modelar organização daquela S E M oferece os melhores padrões para qualquer serviço de finalidade idêntica

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr João Bastos, delegado do Piauí, para a leitura do respectivo relatório sôbre as atividades e as pesquisas estatísticas do D E E daquele Estado, durante o ano passado Prestando um dopoimento de responsável por importante setor do sistema estatístico federal, o Sr Cerquelra Lima ressaltou a operosidade e dedicação do delegado do Piauí, com quem se congratulou em nome da Assembléia, propondo um voto de agradecimento ao Interventor Leônidas de Melo

Aprovada unânimemente a proposta do representante do Ministério da Agricultura, foi concedida a palavra ao Sr Sizenando Costa, delegado da Paraíba, que fêz expressivo resumo do relatório apresentado sôbre a situação da estatística em seu Estado, acentuando as realizações levadas a efeito e enumerando as deficiências que ainda cumpre anular Comentando a exposição do Sr Sizenando Costa, falou o Sr Manuel Diégues Júnior, que pôs

em relêvo as realizações do Departamento Estadual de Estatística paraibano, salientando, principalmente, a sinceridade do relato efetuado pelo delegado da Paraíba Depois de dirigir um apêlo ao Sr SIZENANDO COSTA, no sentido de que, apesar dos seus quarenta anos de vida pública, continue a prestar à Estatística Brasileira o valioso concurso que até agora lhe tem dado, propôs, com a aprovação do plenário, um voto de agradecimentos ao Interventor RUI CARNEIRO e ao Secretário da Segurança Pública do Estado, bem como outro de congratulações com o Diretor do Departamento Estadual de Estatística da Paraíba

OITAVA REUNIÃO

A oitava reunião verificou-se no dia 12, passando o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES a direção dos trabalhos, logo após iniciados, ao Sr SIZENANDO COSTA, delegado da Paraíba No expediente, o Sr COLOMBO ARREGUY comunicou à mesa haver a comissão designada para representar o Conselho na chegada do General MASCARENHAS DE MORAIS dado cumprimento àquela missão

Na ordem do dia, o Sr FREDERICO MEDEIROS, Delegado de Goiás, fêz um resumo do relatório referente às atividades desenvolvidas, em 1944, pelo D E E goiano, despertando o maior interêsse da casa Acentuando o permanente apoio do Interventor PEDRO LUDOVICO àquele setor de sua administração, informou o Sr FREDERICO DE MEDEIROS que o seu Estado figura, agora, em nono lugar, entre os que mais dispendem com os serviços estatísticos regionais. O Sr. COLOMBO ARREGUY fêz diversas considerações sôbre o relatório do Delegado de Goiás, e concluiu propondo, com aprovação unânime dos presentes, a inserção, na ata, de um voto de congratulações com o Interventor PEDRO LUDOVICO, pela assistência que tem dispensado à Estatística do seu Estado

Falou, em seguida, o Sr LOURIVAL CÂMARA, delegado de Santa Catarina, que, inicialmente, apresentou suas despedidas à casa, visto regressar ao seu Estado por motivo de saúde, e comunicou que, na sua ausência, passaria a participar da Assembléia, como representante catarinense, o Sr ANTÔNIO PAULINO LIMPO TEIXEIRA DE FREITAS O orador fêz longa exposição sôbre os trabalhos que estão sendo realizados sob sua responsabilidade, com o objetivo de assegurar a maior eficiência às pesquisas estatísticas, inclusive quanto à intensificação de diversos levantamentos, no tempo e no espaço Ressaltou, por outro lado, o invariável interêsse com que o chefe do govêrno estadual, Sr NEREU RAMOS, acompanha as atividades do Departamento, provendo-o de todos os recursos para que possa concretizar integralmente as finalidades técnicas e culturais do seu programa de ação.

Comentando a exposição do delegado catarinense, o Sr M A. TEIXEIRA DE FREITAS focalizou as iniciativas levadas a cabo, salientando, sobretudo, as corajosas experiências do Sr. LOURIVAL CÂMARA, bem como do seu antecessor na direção do Departamento, Sr VIRGÍLIO GUALBERTO, no empenho de alargar e aprofundar o mais possível as pesquisas referentes aos vários aspectos da vida regional Concluída a oração do Secretário-Geral, o plenário aprovou, com uma salva de palmas, o voto de congratulações pelo mesmo proposto

Usou da palavra, a seguir, o Sr FELIPPE NERY, para comunicar à mesa haver a Comissão de Planejamento Econômico aprovado, poucos minutos antes, o projeto apresentado pelo Ministro APOLÔNIO SALES, para o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso O orador estendeu-se em considerações sôbre o relevante significado econômico e social do empreendimento e propôs que se dirigisse ao titular da pasta da Agricultura uma mensagem de congratulações pelo êxito que vai alcançando a sua patriótica iniciativa, tendo sido a proposta aprovada

NONA REUNIÃO

No dia 16, realizou-se a nona reunião, tendo assumido a direção dos trabalhos, na ausência eventual do Presidente, o Sr A R DE CERQUEIRA LIMA. Aberta a sessão, falou o Sr COLOMBO ARREGUY, sugerindo à mesa que fôssem tomadas providências no sentido de acelerar o ritmo dos trabalhos, a fim de que não viesse a verificar-se retardamento no retôrno dos delegados regionais às respectivas repartições, nas quais, na maioria dos casos, estavam sendo solicitados por encargos de natureza urgente Declarando que o alvitre seria tomado em consideração, o Presidente convidou o Sr MAURÍCIO FILCHTINER a presidir a reunião

Na ordem do dia, foram lidos e aprovados os pareceres apresentados pela Comissão de Organização Técnica aos projetos números 4, 5, 6, 8, 9 e 11, que foram encaminhados à Comissão de Redação Final

O Sr SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, delegado do Distrito Federal, fêz uma exposição sôbre as atividades desenvolvidas, em 1944, pelo Departamento de Geografia e Estatística, sob a sua direção. O orador enumerou os trabalhos executados durante êsse período e referiu-se à atual estrutura da sua repartição, que compreende dez serviços, focalizando, por fim, no capítulo dedicado às conclusões gerais, algumas sínteses dos resultados dos levantamentos, no último ano, em confronto com os anteriores Comentando o relatório, discursou, em seguida, o Sr Secretário-Geral, que apreciou demoradamente as diversas realizações do Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal, acentuando o mérito de que se revestem, uma vez que, mesmo na Capital da República, ainda não é satisfatória a receptividade da população quanto aos inquéritos estatísticos Concluindo, propôs, com aprovação unânime, que se consignasse na ata um voto de congratulações com o Prefeito HENRIQUE DODSWORTH, bem como outro, de aplausos, ao Sr SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR.

A seguir, o Presidente convocou a Comissão de Redação Final para reunir-se no dia seguinte, pela manhã, e levantou os trabalhos, para que se aguardasse a chegada dos representantes da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, designando, antes, uma comissão composta dos Srs RIBEIRO ESPÍNDOLA, ARI CARLOS SOUZA, JOSÉ BEZERRA DUARTE e FREDERICO MEDEI-

ros, para introduzir no recinto os visitantes Reabeita a sessão, logo depois, já com a presença da delegação do Conselho Nacional de Geografia, foi a mesma saudada, em nome dos delegados da região Norte, pelo Sr Júlio Uchôa, do Amazonas; do Nordeste, pelo Sr Sizenando Costa, da Paraíba; do Leste, pelo Sr Felippe Nery, da Bahia; do Sul, pelo Sr Carvalho e Silva, de São Paulo; e do Centro-Oeste, pelo Sr Kleber de Faria, de Mato Grosso

Usou da palavra, em seguida, o chefe da delegação visitante, Coronel Renato Barbosa, delegado do Ministério das Relações Exteriores no C N G , que fêz entrega à mesa de uma Resolução, sob o n º 143, votada pela Assembléia Geral do mesmo Conselho, estabelecendo a divisão regional do país, mediante o agrupamento de municípios, e dando providências para a generalização do seu uso Respondendo à saudação da ala estatística, discursaram os Srs Hugo Almeida, pelo Norte; Mário Melo, pelo Nordeste; Cícero Morais, pelo Leste; Coronel Sena Dias, pelo Sul; e Virgílio Correia Filho, pelo Centro-Oeste Por último, falou o Secretário-Geral, ressaltando o belo sentido da confraternização das duas alas do Instituto e concitando os geógrafos e estatísticos a prosseguirem, unidos, em seu trabalho, pela glória e grandeza do Brasil Antes de encerrar a sessão, o Presidente agradeceu a visita da delegação do Conselho Nacional de Geografia e acentuou a importância do trabalho de que a mesma tinha sido portadora

Adotando uma divisão regional do país, em bases científicas, de acôrdo com os mais recentes e criteriosos estudos e observações geográficas, a Resolução n º 143 fixa o quadro territorial estabelecendo o agrupamento adequado dos Municípios brasileiros, segundo as suas características fisiográficas e humanas Êsse feliz critério atende tanto à realização e segura continuidade dos estudos geográficos, quanto às conveniências da administração, cujas atividades de caráter regional se desdobram, via de regra, por municípios

A Resolução divide o Brasil em 5 grandes regiões, 30 regiões, 83 sub-regiões e 198 zonas geográficas, estas últimas formadas de agrupamentos de Municípios Por outro lado, uma segunda divisão foi feita, em zonas geográficas municipais, quanto a cada Unidade Política da Federação A fim de promover a generalização do uso dessa divisão racional pela administração pública do país, a presidência do I B G E encaminhará o assunto à Presidência da República, bem como representará aos Chefes dos Governos das Unidades Federadas, no sentido da adoção e difusão das distribuições regionais dos respectivos Municípios

Todavia, a Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Cartografia do C N G prosseguirá nos estudos de divisão regional, para, em momento oportuno, desdobrar os agrupamentos de zonas por distritos, numa expressão mais minuciosa das características das Unidades geográficas brasileiras, fisiográficas e humanas Ainda estabelece a importante Resolução o reexame qüinqüenal pela Assembléia do quadro regional ora aprovado, a fim de atualizá-lo, sobretudo em face das novas divisões territoriais das Unidades Federadas, a serem fixadas pelos respectivos Governos regionais em leis gerais nos anos de terminação 8 e 3, de acôrdo com o que se acha contido na lei nacional n º 311

A outra Resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, de n º 135, exprime congratulações pelas oportunas e fecundas realizações do I B G E O seu texto é o seguinte:

"A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições, e considerando as numerosas e felizes realizações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de que dá excelente síntese a Resolução Especial e Conjunta aprovada em 29 de maio de 1945 pelos colégios dirigentes do Instituto,

RESOLVE:

Art 1 º — A Assembléia referenda, com aplausos, a Resolução Especial aprovada em 29 de maio de 1945 conjuntamente pela Comissão Censitária Nacional, pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e pelo Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, e, por lhe reconhecer os méritos de síntese magnífica das realizações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, insere a mencionada Resolução nos Anais da Assembléia, incorporando-a na presente Resolução, de que fica fazendo parte integrante

Art 2 º — A Presidência do Instituto consigna a Assembléia as mais justificadas congratulações pelo muito que a instituição tem podido realizar, e que tanto tem elevado seu conceito e renome nos meios culturais, técnicos e administrativos do País e do estrangeiro; e, pessoalmente, a S. Excia , o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a Assembléia rende sincero e profundo preito de admiração e respeito pela sua atuação prestigiosa, esclarecida e eficiente na direção suprema do Instituto, e faz ardentes votos, inspirada em altos sentimentos cívicos, para que nessa direção permaneça o mais longo tempo possível

Art 3 º — Em reconhecimento à notável obra que vem desenvolvendo a ala estatística do Instituto, de que tanto se têm beneficiado a cultura, a técnica, a ciência e a administração do País e em agradecimento à colaboração prestimosa e esclarecida que tem dispensado ao Conselho Nacional de Geografia, em uma compreensão nítida da íntima relação com que no País se entrosam os problemas geográficos e estatísticos, a Assembléia registra ao Conselho Nacional de Estatística saudações mui cordiais e fraternas, de profunda admiração e estima, e lhe formula votos os mais calorosos por que prossiga vitoriosamente na sua senda patriótica de desvendar, em números atuais e precisos, o Brasil aos brasileiros, para que êstes melhormente o possam conduzir aos seus destinos gloriosos

Art 4.º — Reconhece a Assembléia a gigantesca tarefa que cumpriu e ainda está cumprindo o Serviço Nacional de Recenseamento e, por isso, consigna à douta Comissão Censitária Nacional aplausos jubilosos pela grandiosa realização que foi indiscutivelmente a operação censitária de 1940, e que constituiu lídima vitória da cultura nacional, resultante do esfôrço compreensivo dos brasileiros

Art 5 º — Para maior significação do presente pronunciamento, será constituída uma comissão de delegados representantes de Estados das cinco regiões do País, sob a presidência dum delegado federal, a fim de levar pessoalmente, em nome da Assembléia, às instituições mencionadas as homenagens que ora lhes são justamente tributadas"

DÉCIMA REUNIÃO

A décima reunião efetuou-se no dia 17, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares que, ao abrir a sessão, con-

vidou a tomar lugar à mesa os Srs Professor DELGADO DE CARVALHO, CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO e JORGE ZARUR, respectivamente Consultor Técnico, Secretário-Geral e Assistente do Conselho Nacional de Geografia

No expediente, o Secretário-Geral fêz considerações sôbre a excelente impressão que a todos causara a visita à usina de Volta Redonda, acentuando a relevante significação econômica e social do empreendimento e os magníficos resultados que dêle advirão para o Brasil Propôs, em seguida, com aprovação unânime da casa, que fôsse dirigida uma mensagem, transmitindo essas impressões, bem como os agradecimentos dos membros da Assembléia, pela excelente acolhida que lhes fôra dispensada, tanto ao presidente da Companhia Siderúrgica Nacional como ao Diretor-Técnico da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Coronel EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA

Em seguida, o Presidente convidou o Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, Delegado de Alagoas, a presidir os trabalhos do dia Logo após, falou o Sr JORGE ZARUR, fazendo longa exposição, ilustrada com a apresentação de mapas e outros trabalhos, sôbre os critérios técnicos e científicos adotados pelo Conselho Nacional de Geografia, para a fixação da divisão regional do país, mediante o agrupamento de municípios Formulando consultas ou sugestões sôbre a divisão adotada, fizeram uso da palavra os Srs JOSÉ BEZERRA DUARTE, CERQUEIRA LIMA e PAULO PIMENTEL. A seguir, o Sr TEIXEIRA DE FREITAS apreciou vários pontos das objeções levantadas, ressaltando o mérito do trabalho realizado pelo Conselho Nacional de Geografia e manifestando o reconhecimento da ala estatística por aquela valiosa contribuição Agradecendo as palavras do Secretário-Geral, discursou o Sr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, que salientou a conveniência de que o trabalho apresentado, cuja divulgação se fará sob a responsabilidade do Instituto, seja uma resultante da estreita colaboração dos dois Conselhos Terminada a oração do Secretário-Geral do C N G retiraram-se os representantes dessa ala do I B G E

Em prosseguimento aos trabalhos normais da Assembléia, foram lidas pelo Secretário-Assistente as seguintes ementas dos quatro novos projetos encaminhados à mesa e já devidamente distribuídos às várias delegações: n° 26, que "dispõe sôbre a institutição da comunicação de crime ou contravenção, para fins de estatística policial-criminal"; n° 27, que "dispõe sôbre a consolidação das Resoluções dos órgãos deliberativos superiores do Conselho"; n° 28, que "institui os "Atos do Presidente" e dá outras providências"; n° 29, que "dispõe sôbre o restabelecimento da gratificação "pro-tempore" aos servidores da Secretaria-Geral do Instituto" Entraram em primeira discussão, sendo encaminhados, após, à Comissão de Organização Técnica, o último dêles com uma emenda do Sr PAULO PIMENTEL, os projetos sob os números 23 a 25, inclusive

Foram aprovados os pareceres da Comissão de Redação Final aos projetos números 4, 5, 6, 8, 9 e 11, que se converteram nas Resoluções de números 270 a 275, inclusive

Após, o Sr CLODOALDO CARDOSO procedeu ao resumo do relatório alusivo às atividades do Departamento de Estatística do Maranhão, em parte correspondente à gestão do antigo diretor, Sr. DJALMA FORTUNA, e parte à do atual titular, Sr. CÁSSIO REIS COSTA Concluído o resumo, o Sr CLODOALDO CARDOSO fêz breve exposição em tôrno dos serviços estatísticos no seu Estado, acentuando, sobretudo, a existência nos círculos governamentais do Maranhão, da "mentalidade estatística" imprescindível ao êxito daqueles serviços O Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS comentou as informações levadas ao conhecimento do plenário, destacando várias das iniciativas devidas ao Departamento Estadual de Estatística maranhense e propondo se consignassem na ata as manifestações de reconhecimento do Conselho ao antigo Chefe do Govêrno daquele Estado e ao ex-Diretor do Departamento, pelas realizações verificadas durante as respectivas gestões, e votos de confiança e agradecimentos aos atuais Interventor Federal e diretor da repartição, pelo muito que já fizeram e continuarão a fazer, em favor do crescente aperfeiçoamento da Estatística no Maranhão

O Presidente comunicou haver sido encaminhada à mesa mais uma indicação, subscrita por todos os conselheiros presentes, no sentido de ser convidado o Professor JORGE KAFURI para proceder à leitura, na íntegra, da conferência que escreveu para o Curso de Informações do Conselho, e que, em virtude do adiantado da hora, apenas resumira na sessão realizada no Silogeu Brasileiro Para levar o convite ao Professor KAFURI, e dar-lhe conhecimento da indicação apresentada, o Presidente designou uma comissão constituída pelos delegados do Pará, Espírito Santo e Santa Catarina.

DÉCIMA-PRIMEIRA REUNIÃO

Na ausência eventual do Presidente, bem como do seu substituto legal imediato, assumiu a presidência da décima-primeira reunião o Secretário-Geral, que justificou a convocação do plenário, apesar de tratar-se de feriado nacional, em virtude da escassez de tempo para o encerramento das atividades no período fixado Em seguida, convidou o Sr FELIPE NERY, Delegado da Bahia, a presidir os trabalhos

No expediente o Sr COLOMBO ARREGUY comunicou à mesa que a comissão incumbida de levar ao Professor JORGE KAFURI a indicação aprovada na sessão anterior havia desempenhado a missão, tendo encontrado a melhor acolhida o apêlo formulado no sentido de que o ilustre mestre fizesse, no dia seguinte, a leitura de sua conferência sôbre "Economia e Estatística"

Fêz uso da palavra o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, que se congratulou com a casa pelo regresso do primeiro escalão da Fôrça Expedicionária Brasileira, exaltando o heroísmo dos nossos soldados Atendendo ao pedido do orador, o plenário homenageou, de pé, os expedicionários, com uma salva de palmas

Na ordem do dia, o Sr JOÃO DE MESQUITA LARA, Delegado do Território do Acre, pediu e obteve o adiamento da discussão do projeto n° 26, visto o assunto interessar ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, cujo Diretor, entretanto, não se achava presente

A pedido do Sr MAURÍCIO FILCHTINER, Delegado do Rio Grande do Sul, foi concedida dispensa de interstício, sucessivamente, aos projetos ns 27, 28 e 29, prevalecendo, quanto ao segundo, as emendas apresentadas pelos Srs CLODOALDO CARDOSO e M A TEIXEIRA DE FREITAS Ouvidos os pareceres favoráveis dos relatores das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, foram os referidos projetos transformados nas Resoluções n° 276, que "dispõe sôbre a consolidação das Resoluções dos órgãos deliberativos superiores do Conselho"; n° 277, que "institui os "Atos do Presidente" e dá outras providências"; e n° 278, que "dispõe sôbre o restabelecimento da gratificação "pro-tempore" aos servidores da Secretaria-Geral do Instituto".

Foi dada a palavra, em seguida, ao Sr ANFILÓQUIO CÂMARA, que fêz expressivo resumo das atividades do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Norte, no decorrer do ano passado, enumerando as diversas estatísticas levantadas e as publicações entregues à circulação Concluindo sua exposição, ouvida com real interêsse, apresentou despedidas aos seus pares, dado o propósito de afastar-se do serviço público e, conseqüentemente, da atividade estatística, por aposentadoria O Presidente manifestou o pesar da casa pela deliberação do Sr ANFILÓQUIO CÂMARA, a cuja atuação, em prol da Estatística, fêz elogiosas referências

Ao iniciar o seu comentário sôbre o relatório do Delegado do Rio Grande do Norte, o Sr. M. A TEIXEIRA DE FREITAS aproveitou a oportunidade para um esclarecimento sôbre o emprêgo da palavra "nacionalização", para exprimir a nova situação das Agências Municipais de Estatística em virtude do contrôle administrativo do Instituto. O orador estendeu-se, então, em considerações sôbre o exato sentido do consórcio federativo decorrente dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, em virtude dos quais as Agências passaram a trabalhar em igualdade de condições para as três ordens de govêrno — a municipal, a estadual e a federal Concluiu manifestando a convicção de que nenhuma outra palavra poderá traduzir melhor do que "nacionalização" a mudança verificada por fôrça dos aludidos Convênios

Apreciou, em seguida, os diversos aspectos da exposição feita pelo Sr ANFILÓQUIO CÂMARA, pondo em relêvo o mérito dos trabalhos executados Manifestando o profundo pesar do Instituto pelo afastamento do Sr. ANFILÓQUIO CÂMARA, o Secretário-Geral solicitou que lhe fôsse prestada a homenagem de uma salva de palmas, bem como ficasse a mesa autorizada a transmitir um telegrama de congratulações e agradecimentos ao Govêrno do Estado.

Foi dado conhecimento à casa de um convite formulado pelo Sr VALENTIM BOUÇAS, Presidente do Instituto Brasileiro de Mecanização, para o almôço a ser oferecido por êsse órgão, por motivo de encerramento do Curso de Estatística Bulhões Carvalho, e do programa de trabalhos e reuniões nos dias imediatos

O Sr FELIPE NERY, por fim, manifestou a sua satisfação pelo fato de, havendo formulado, em palestra com o Secretário-Geral, uma ressalva quanto à propriedade da expressão "nacionalização das Agências Municipais de Estatística", ter proporcionado à casa o ensejo de ouvir tão judicioso e convincente esclarecimento a respeito.

DÉCIMA-SEGUNDA REUNIÃO

A décima-segunda reunião verificou-se no dia 19, iniciando-se sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES que, usando da faculdade regimental, convidou o Sr HEITOR BRACET, seu substituto legal imediato, a assumir a direção dos trabalhos

No expediente, o Sr FELIPE NERY justificou um projeto de Resolução, assinado por todos os presentes, no qual se presta homenagem ao Presidente do Instituto e são formulados vários votos O orador ressaltou o sentido de justiça daquela iniciativa das delegações regionais e, dando conhecimento à mesa dos pareceres favoráveis das Comissões, requereu que, com dispensa de todos os interstícios, fôsse o projeto aprovado, para converter-se imediatamente em Resolução O Presidente declarou que a manifestação de aplausos, no plenário, às palavras do orador, e o fato de estar o projeto assinado por todos os delegados presentes, tornavam dispensável nova consulta à casa, por parte da mesa Nestas condições, considerava o projeto convertido em Resolução, sob o n° 279. A declaração foi recebida com salva de palmas.

Achando-se na casa o Professor JORGE KAFURI, o Presidente convidou-o a tomar lugar à mesa, a fim de proferir a sua conferência sôbre o tema "Economia e Estatística" e que foi ouvida em ambiente de vivo interêsse Após a conferência, discursou o Sr Secretário-Geral, que se estendeu em considerações acêrca de alguns pontos focalizados pelo Professor KAFURI. Encerrando essa parte da reunião, o Presidente declarou que, invertendo a praxe usada em ocasiões como aquela, deixava de exprimir agradecimento à assistência, tão certo estava de que essa é que estimaria agradecer à mesa a oportunidade de ouvir a magistral lição do Professor JORGE KAFURI; e, dando prosseguimento aos trabalhos normais da sessão, convidou o Sr José CRUZ, representante de Sergipe, a assumir a presidência da mesa

Passou-se, em seguida, à primeira discussão do projeto n° 26, para o qual pediu urgência o delegado do Ministério da Justiça. O Sr. FELIPE NERY, na qualidade de responsável pela apresentação do projeto, requereu à mesa fôsse o mesmo retirado, tendo em vista certos esclarecimentos que a respeito lhe prestara o Sr HEITOR BRACET Êste, por sua vez, objetou que não lhe parecia razoável a providência requerida pelo Delegado da Bahia, convindo apenas que a Comissão de Organização Técnica, ao examinar o projeto, não perdesse de vista a legislação federal em vigor, relativamente à estatística policial-criminal O Sr FELIPE NERY esclareceu que, com o seu pedido, visava acelerar a marcha dos trabalhos e permitir um estudo mais amplo da matéria, em decorrência das considerações articuladas pelo Sr HEITOR BRACET, cuja autoridade, no caso, era o primeiro

a acatar Submetida à votação, foi o requerimento do representante baiano unânimemente atendido

A seguir, o Secretário-Assistente procedeu à leitura dos seguintes novos projetos de Resolução, encaminhados à mesa com o número de assinaturas exigido pelo Regimento: nº 30, que "consigna o apoio do Instituto a medidas em prol da educação nacional e dá outras providências"; nº 31, que "formula um voto a respeito do IX Congresso Brasileiro de Educação e divulga sugestões da Estatística sôbre os principais problemas educacionais do país"; nº 32, que "consigna um voto de congratulações e exprime propósitos de colaboração, em face das recentes providências de natureza política encaminhadas pelo Govêrno"; e nº 33, que "exprime congratulações e manifesta reconhecimento ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia"

Pelos Srs MANUEL DIÉGUES JÚNIOR e KLEBER DE FARIA foi pedida a dispensa de interstícios para os projetos ns 31 e 30, respectivamente Aprovada a proposta, bem como os pareceres favoráveis dos relatores da Comissão de Organização Técnica e de Redação Final, foram os referidos projetos convertidos em Resoluções, sob os números, respectivamente, de 280 e 281

Aprovados os pareceres da Comissão de Organização Técnica, mandando arquivar os projetos ns 13, 15, 20 e 21, e aprovar, com emendas, os de ns 7 e 23, foram êstes encaminhados à Comissão de Redação Final

O representante do Ceará, Sr TOMAZ GOMES DA SILVA, fêz um resumo do relatório apresentado sôbre as atividades do Departamento de Estatística daquele Estado Finda a exposição, falou o Sr SIZENANDO COSTA, para congratular-se com o seu colega cearense pelos resultados conseguidos, apesar das deficiências apontadas O Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS comentou vários pontos do relatório, acentuando sobretudo o problema do levantamento das correntes internas de comércio e a necessidade de instituição da "Guia Nacional de Exportação" Ao concluir, propôs com aprovação unânime da casa, que se consignasse um voto de aplausos ao Sr TOMAZ GOMES DA SILVA pelos resultados de seus esforços, apesar das deficiências sinceramente referidas em seu relatório, e outro de agradecimento ao Interventor MENEZES PIMENTEL, pelo apoio que sempre lhe mereceu a obra do Instituto

O Presidente fêz a comunicação de que, no dia seguinte, devia visitar o Conselho Nacional de Geografia o Interventor RUI CARNEIRO, da Paraíba, designando, para representar a ala estatística nas homenagens que fôssem prestadas, uma comissão composta dos Srs Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, JOÃO BASTOS e CLODOALDO CARDOSO

DÉCIMA-TERCEIRA REUNIÃO

No dia 20, realizou-se a décima-terceira reunião, presidida, de começo, pelo Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que, logo após abrir a sessão, convidou a dirigir os trabalhos o delegado de Minas Gerais, Sr HILDEBRANDO CLARK No expediente, o Sr MAURÍCIO FILCHTINER esclareceu que, tendo chegado com atraso à reunião do dia anterior, não tivera a satisfação de apôr sua assinatura ao projeto encaminhado à mesa pelas delegações presentes, em homenagem ao Presidente do Instituto, projeto que viera a converter-se na Resolução nº 279 Pedia à mesa, pois, que fizesse constar da ata a sua integral solidariedade àquela homenagem

Em seguida, fêz uso da palavra o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, para esclarecer que, estando a certa distância da mesa, em palestra com o Sr VALENTIM BOUÇAS, ao ser votada a Resolução em aprêço, não se inteirara dos seus têrmos exatos Agradecendo embora a homenagem, submetia à consideração do plenário um novo projeto de Resolução, pela qual a Assembléia reconheceria que a obra executada pelo Instituto foi devida, sobretudo, aos ilustres chefes das três alas, Srs MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO e JOSÉ CARNEIRO FELIPPE

O Sr FELIPPE NERY teceu considerações sôbre os objetivos e o espírito de justiça da iniciativa que dera lugar à Resolução anterior, manifestando, por igual, o aprêço das várias delegações à benemérita e patriótica atuação dos três ilustres brasileiros referidos no projeto do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES O Sr PAULO PIMENTEL propôs que, sem prejuízo da Resolução votada na véspera, a qual havia obedecido aos mais nobres sentimentos de justiça, fôsse aprovado o novo projeto, uma vez que todos o reconheciam igualmente justo

Pediu a palavra, a seguir, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, que apreciou, em têrmos calorosos, a atuação do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES na presidência do Instituto, exaltando as suas excepcionais qualidades de homem público e o inexcedível patriotismo com que tem servido à causa da Estatística e da Geografia Impunha-se, por conseguinte, como imperativo de justiça e gratidão, que a Assembléia não obnubilasse a beleza do seu gesto, que fôra tão espontâneo e feliz, estendendo aos comandados o que, de inteiro direito, caberia, acima de tudo, à pessoa do comandante Voltou a fazer uso da palavra o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que insistiu pela aprovação do seu projeto, nos têrmos em que fôra apresentado Falou novamente o Sr TEIXEIRA DE FREITAS, pondo em relêvo os elevados sentimentos de generosidade e modéstia que inspiravam a atitude de S Excia e pedindo à casa que, com o calor de suas palmas, ratificasse integralmente a merecida homenagem prestada ao condutor dos destinos do Instituto, tendo o plenário abafado com seus aplausos as últimas palavras do orador O Sr RIBEIRO ESPÍNDOLA pediu que se consignasse na ata o seu voto favorável ao não arquivamento do novo projeto

Antes de passar à outra parte da ordem do dia, o Presidente convidou para tomar lugar à mesa o Sr ARMANDO RABELO, antigo Diretor do Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo A seguir, anunciou a primeira discussão do projeto nº 2, que havia sido adiada, em virtude da não distribuição do respectivo anexo, tendo o Sr MAURÍCIO FILCHTINER pedido dispensa de interstícios, para imediata votação dos pareceres da Comissão de Organi-

zação Técnica e de Redação Final Aprovada a proposta, bem como os dois pareceres formulados verbalmente pelos respectivos relatores, converteu-se o projeto em Resolução, sob o n.º 282 Anunciada a discussão do projeto n.º 32, o Sr. Secretário-Geral, alegando que o assunto comportava mais detido exame, solicitou fôsse a mesma adiada

Anunciado o projeto n.º 33, ao qual nenhuma emenda foi apresentada, o Sr Relator da Comissão de Organização Técnica pediu e obteve dispensa de interstícios, apresentando parecer favorável à sua imediata aprovação tal como se achava redigido Aprovado o parecer, foi o projeto encaminhado à Comissão de Redação Final, à qual foram também presentes, depois da aprovação do plenário, os substitutivos propostos pelas Comissões de Organização Técnica aos projetos ns 16, 17, 19 e 22

Para introduzir no recinto o Professor Roger Bastide, da Universidade de São Paulo, o Presidente designou uma comissão composta dos Srs Heitor Bracet, Cerqueira Lima, Sérgio Nunes de Magalhães Júnior e Felippe Nery O Professor Bastide, convidado a proferir, sôbre o tema "A Estatística e a História", uma das conferências do Curso de Informações promovido pelo Conselho, foi apresentado à casa, em breves palavras, pelo Professor Delgado de Carvalho, e discorreu longamente em tôrno do tema escolhido, recebendo, ao terminar, calorosos aplausos Após a conferência, o Presidente agradeceu, em nome dos presentes, a acolhida dispensada ao convite do Instituto, e congratulou-se com todos pelo brilho das palavras e conceitos do conferencista

DÉCIMA-QUARTA REUNIÃO

A décima-quarta reunião foi levada a efeito no dia 21, tendo assumido a Presidência o Secretário-Geral, em virtude da ausência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares e de seu substituto legal Logo depois de abrir os trabalhos, o Secretário-Geral convidou a presidí-los o Tenente-Coronel Frederico Rondon

Lidos e submetidos à votação, foram unânimemente aprovados os projetos sob os ns 12, 24, 25 e 33, os quais foram encaminhados à Comissão de Redação Final Falou, logo após, o Sr Francisco Steele, que fêz expressivo resumo do relatório das atividades do Departamento de Estatística do Rio de Janeiro, prestando interessantes informações sôbre os trabalhos a cargo da repartição e as diferentes realizações verificadas durante o período sob exame Comentando a exposição do delegado fluminense, o Secretário-Geral apreciou várias das informações trazidas ao plenário, acentuando o alto nível de aperfeiçoamento já atingido pela Estatística do Estado do Rio Concluindo sua oração, o Secretário-Geral propôs, com aprovação unânime, que se fizesse constar da ata um voto de aplausos ao Sr Francisco Steele e aos seus colaboradores do D E E. do Estado do Rio, bem assim os agradecimentos do Conselho ao Interventor Amaral Peixoto e ao Secretário do Govêrno, Sr Dermeval Morais, pelo apoio invariàvelmente assegurado aos serviços estatísticos regionais

O Sr. Paulo Pimentel, delegado de Pernambuco, resumiu o relatório apresentado sôbre os trabalhos a cargo do Departamento de Estatística daquele Estado e dos demais órgãos integrantes do sistema regional. À margem dos informes prestados, o orador estendeu-se em oportunos comentários em tôrno de diversos problemas de interêsse para a estatística brasileira, pondo em destaque, principalmente, a situação de dependência em que os mesmos se encontram, quanto a vários outros fatôres, inclusive a existência, nas diferentes Unidades Federadas, de maiores ou menores recursos financeiros.

Concluída a exposição do Sr Paulo Pimentel, que foi ouvida com o maior interêsse, usou da palavra o Sr M A Teixeira de Freitas, manifestando o seu regozijo ao verificar a perfeita integração do Departamento de Estatística de Pernambuco no sistema centralizado pelo Instituto Após estender-se em considerações sôbre diversos pontos do relatório do delegado de Pernambuco, o Secretário-Geral propôs que se consignassem na ata dos trabalhos votos de congratulações e agradecimentos em relação ao antigo e ao atual Interventores naquele Estado, Srs Agamenon Magalhães e Etelvino Lins, ao Prefeito do Recife, Sr Novais Filho, ao antigo Diretor de Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura do Recife, Sr Souza Barros, e, bem assim, votos de louvor e aplausos ao Sr Paulo Pimentel, pelos felizes resultados da sua competente e devotada atuação como Diretor do órgão central da estatística pernambucana.

O Sr. Francisco Steele pediu que se consignasse em ata um detalhe omitido no resumo do seu relatório e que desejava referir em homenagem aos Agentes Municipais de Estatística verdadeiramente integrados em sua importante missão. Aludia à circunstância de, tanto o Sr. Emil Roure, Inspetor Regional do seu Estado, como o Assistente Técnico e o Secretário da Inspetoria, terem iniciado a sua carreira estatística exercendo as funções de Agentes

Propôs o Secretário-Geral, sendo aprovado, que se consignasse em ata um voto de agradecimento ao Presidente da República por haver assegurado, em recente decreto-lei, preferência ao pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento, na admissão de elementos para os serviços eleitorais.

Referiu-se ainda o Secretário-Geral à agradável excursão proporcionada às várias Delegações pela Prefeitura do Distrito Federal e propôs, com aprovação da casa, que se expedissem telegramas de agradecimentos e congratulações ao Prefeito Henrique Dodsworth e aos Srs Edison Passos e Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, respectivamente, Secretário da Viação e Diretor do Departamento de Geografia e Estatística, bem como ao Sr Edgar Romero, Secretário do Interior

DÉCIMA-QUINTA REUNIÃO

A décima-quinta reunião ordinária realizou-se no dia 23, começando sob a presidência do Sr. Heitor Bracet, em virtude da ausência eventual do Embaixador José Carlos de Macedo Soares Aberta a sessão, o Presidente con-

vidou o Sr COLOMBO ARREGUY a assumir a direção dos trabalhos. Com inversão da ordem do dia, foi concedida a palavra ao Sr O G. COSTA MIRANDA, Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, e representante do Ministério do Trabalho na Assembléia, que fêz interessante relato sôbre os diversos levantamentos estatísticos a cargo do mesmo Serviço, detendo-se, de preferência, no exame das dificuldades apresentadas à execução, em perfeitas condições de eficiência, do Registro Industrial.

Em tôrno das informações prestadas pelo orador, manifestaram-se vários conselheiros, travando-se animado debate sôbre os problemas postos em foco Usou da palavra, por fim, o Sr MAURÍCIO FILCHTINER, que comentou o relatório que se acabara de ouvir, fazendo considerações sôbre algumas das deficiências apontadas em relação ao Registro Industrial e concluindo pela proposta, com aprovação unânime do plenário, de que fôssem consignados na ata um voto de aplausos ao Sr COSTA MIRANDA e outro de congratulações com o Minsitro MARCONDES FILHO, pelas realizações do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho O Sr. FRANCISCO STEELE congratulou-se com o Diretor do aludido Serviço pela sugestão feita quanto ao desenvolvimento de uma campanha de propaganda em favor da organização da contabilidade das emprêsas informantes Antes de retirar-se, o Sr COSTA MIRANDA convidou os delegados presentes para uma visita ao S E P. T

Em seguida, coube ao Sr HILDEBRANDO CLARK fazer o resumo do relatório referente às atividades do Departamento de Estatística de Minas Gerais Concluindo suas observações sôbre os trabalhos levados a efeito nos diferentes campos da pesquisa estatística, o orador fêz duas comunicações à casa, a respeito das recentes providências do govêrno mineiro, quanto à melhoria dos registros municipais e à assistência à família do funcionário público Por último, dirigiu palavras de agradecimentos à direção do Instituto e de fraternal saudação às delegações presentes

Antes de facultar a palavra a quem desejasse comentar o relatório do delegado mineiro, o Presidente declarou que, tendo tido a ventura de trabalhar com o Sr HILDEBRANDO CLARK na campanha censitária de 1940, queria testemunhar, mais uma vez, o esfôrço, o devotamento e o patriotismo do delegado de Minas Gerais, na execução das tarefas que lhe são atribuídas

Falou, a seguir, o Secretário-Geral, que apreciou em têrmos bastante elogiosos a dedicada atuação do Sr HILDEBRANDO CLARK, à frente do Departamento de Estatística de Minas Gerais, propondo, com aprovação unânime do plenário, que se consignasse na ata um voto de aplausos e felicitações àquele delegado e seus dedicados colaboradores, e outro de congratulações com o Governador BENEDITO VALADARES, pela assistência que vem dispensando à causa da Estatística

O Sr KLEBER DE FARIA, delegado de Mato Grosso, fêz uso da palavra, então, para discorrer sôbre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Estatística do seu Estado, ressaltando as dificuldades que se prendem à extensão territorial, carência de vias de comunicação e outras peculiaridades regionais Novamente com a palavra, o Secretário-Geral apreciou os esforços do representante de Mato Grosso, lamentando que motivos de saúde não lhe permitissem continuar, como delegado do Instituto, na direção do Departamento de Estatística do Estado. Concluindo, propôs que se consignassem na ata os votos de congratulações do Conselho com os Srs JÚLIO MÜLLER e JOÃO PONCE DE ARRUDA, respectivamente Interventor Federal e Secretário-Geral de Mato Grosso

Logo após, foram lidos e aprovados sem discrepância os pareceres da Comissão de Redação Final sôbre os projetos ns 16, 17, 23, 19, 22, 24, 33, 25 e 7, os quais se converteram nas seguintes Resoluções: n° 283 — que "expressa os agradecimentos do Conselho aos Serviços Municipais de Estatística"; n° 284 — que "determina providências para a instituição de registros dos fatos que são objeto de inquéritos estatísticos"; n° 285 — que "faz recomendações sôbre as estatísticas das despesas públicas com a educação e saúde"; n° 286 — que "dispõe sôbre a criação, nas repartições centrais regionais do sistema, de uma Secção de Estudos e Análises"; n° 287 — que "registra o reconhecimento do Conselho ao Departamento dos Correios e Telégrafos e dá outras providências"; n° 289 — que "exprime congratulações e manifesta reconhecimento ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia"; n° 290 — que "fixa o plano da Campanha Estatística de 1946"; e n° 291 — que "exprime os agradecimentos do Conselho ao Instituto Brasileiro de Mecanização pela criação do Curso de Estatística Bulhões Carvalho"

Pelos delegados de Goiás, Bahia e Alagoas, foi pedida dispensa de interstícios, sucessivamente, para os projetos ns 34, 35 e 36, encaminhados à mesa com o número de assinaturas exigido pelo Regimento Aprovados os pareceres verbais dos relatores das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, foram os aludidos projetos convertidos nas seguintes Resoluções: n° 292 — que "recomenda a leitura do trabalho *Investigações sôbre os Recenseamentos da população geral do Império e de cada Província de per si* e rende homenagem à memória do seu autor"; n° 293 — que "formula um apêlo sôbre a criação, no Ministério da Viação e Obras Públicas, de um órgão central de estatística"; e n° 294 — que "registra o reconhecimento do Conselho à colaboração das autoridades eclesiásticas e formula sugestões".

Anunciada a discussão do projeto n° 37, o Secretário-Geral justificou a sua apresentação e requereu dispensa de interstícios O Sr FRANCISCO STEELE pediu esclarecimento sôbre o mecanismo de recolhimento das guias de exportação de que cogita o projeto, tendo o Sr MESQUITA LARA dado as explicações solicitadas Com os pareceres favoráveis dos relatores das duas Comissões, foi o mesmo convertido na Resolução, sob n° 295 — que "dispõe sôbre a guia de exportação"

O mesmo ocorreu com o projeto n° 38 que, dispensados os interstícios regimentais, por solicitação do Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, se converteu na Resolução n° 296 — que "registra

as iniciativas e realizações do Instituto Interamericano de Estatística e consigna apelos e aplausos"

Encontrando-se no recinto, foi convidado a tomar lugar à mesa o Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, antigo delegado do Instituto no Espírito Santo e atual Secretário do Govêrno daquele Estado

O delegado de Goiás pediu dispensa de interstícios para o projeto n º 39, sôbre o qual o Secretário-Geral prestou esclarecimentos, demonstrando a conveniência da sua aprovação, mesmo que, de futuro, viessem a ser sugeridas modificações nos critérios fixados para a divisão regional do país O Presidente solicitou os pareceres dos relatores das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, que opinaram favoràvelmente à aprovação Converteu-se o projeto, depois de consultada a casa, na Resolução n º 297 — que "adota a divisão regional do país estabelecida pela Resolução n º 143 do Conselho Nacional de Geografia e dá outras providências"

Anunciada a discussão do projeto n º 40, o Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR informou a casa a respeito das iniciativas que tivera, na qualidade de membro da Comissão de Estatística da Assistência Social, eleito na Quarta Sessão da Assembléia, com o objetivo de dar cumprimento ao programa traçado às Comissões Apresentou o Sr DIÉGUES JÚNIOR uma emenda, no sentido de ser recomendado aos novos membros das Comissões o estudo da tese encaminhada ao I Congresso Brasileiro de Economia pelos Srs TEIXEIRA DE FREITAS e JOÃO DE MESQUITA LARA O Sr SIZENANDO COSTA, delegado da Paraíba, solicitou a dispensa dos interstícios regimentais e a aprovação do projeto com a emenda apresentada pelo representante alagoano O Sr MAURÍCIO FILCHTINER, membro da Comissão de Organização Técnica, emitiu parecer no mesmo sentido, com restrição, porém, quanto ao seu nome para membro da Comissão de Estatísticas Demográficas, sugerindo que fôsse o mesmo substituído pelo de outro elemento do seu Estado Ouvido o parecer do relator da Comissão de Redação Final, foi o projeto aprovado com a emenda do Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, passando a constituir a Resolução n º 298 — que "elege os membros das Comissões Técnicas do Conselho e dá outras providências"

Dispensado dos interstícios regimentais, a pedido do delegado do Rio Grande do Sul, e depois de aprovados os pareceres favoráveis das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, foi o projeto n º 41 convertido na Resolução n º 299 — que "dispõe sôbre a elaboração da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias e dá outras providências"

Anunciada a discussão do projeto n º 42, falou o Secretário-Geral, que justificou fundamentadamente, após pedir dispensa dos interstícios regimentais, as providências de que o mesmo cogitava, quanto à equiparação da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, com a derrogação do disposto na legislação do Instituto relativamente à Secretaria-Geral dêste último; ao provimento dos cargos de Secretário por livre escôlha do Presidente, não podendo os respectivos titulares exercer a direção de qualquer outro serviço; e ao estabelecimento da norma de proceder-se à inspeção anual das duas Secretarias Sôbre a matéria, pronunciaram-se os Srs FRANCISCO STEELE, FELIPPE NERY, PAULO PIMENTEL, MAURÍCIO FILCHTINER, DIÉGUES JÚNIOR e Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, tendo o último sugerido a conveniência de serem os Secretários-Gerais dos dois Conselhos nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação do Presidente do Instituto, e bem assim de criar-se o Gabinete da Presidência, como órgão de assistência técnica desta última nos assuntos que interessarem um ou outro dos Conselhos

Amplamente examinada a matéria, prevaleceu a decisão de considerar-se aprovado o projeto n º 42, tal como fôra apresentado Assim sendo, converteu-se o mesmo na Resolução n º 300, que "sugere medidas legislativas referentes à economia administrativa do Instituto", ficando, porém, o Secretário-Geral autorizado pelo plenário a dar à alínea *c* do artigo 2 º a redação mais consentânea com os pontos de vista expostos relativamente à aprovação das contas do Instituto

O projeto n º 32, pôsto em discussão sob a forma de substitutivo, foi aprovado, após a dispensa dos interstícios regimentais, com uma emenda do representante do Rio Grande do Sul, convertendo-se na Resolução n º 302 — que "recomenda o concurso de todos os órgãos do Instituto aos serviços eleitorais"

O Tenente-Coronel FREDERICO RONDON aludiu às referências feitas por vários delegados, nos respectivos relatórios, à valiosa colaboração da mulher nos serviços estatísticos, e pediu que se consignasse na ata o vivo reconhecimento da Assembléia às funcionárias do Instituto

O Presidente transmitiu à casa um convite da Sociedade Brasileira de Higiene, para a sessão, a realizar-se na Associação Brasileira de Imprensa, em homenagem à memória de EURICO RANGEL, antigo Diretor do Serviço Federal de Bioestatística, e designou uma comissão composta dos Srs ANFILÓQUIO CÂMARA, ADIR GUIMARÃES e JOSÉ CRUZ, para representar a Assembléia na inauguração dos Seminários de Estudos Geográficos, de iniciativa do Conselho Nacional de Geografia.

Em seguida, comunicou que estava sendo distribuído aos participantes da Assembléia a edição especial, que lhes fôra dedicada, da interessante publicação do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, intitulada *Curiosidades Estatísticas da Terra Carioca* Depois de elogiar o trabalho em questão, o Presidente exprimiu os agradecimentos da mesa ao Sr SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, Diretor daquele Departamento Por fim, comunicou o encerramento, no dia seguinte, às 21 horas, no Edifício do Silogeu Brasileiro, da sessão da Assembléia Geral do corrente ano, convidando a fazer uso da palavra, em nome, respectivamente, das representações federal e regional, os Srs Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, delegado do Ministério da Marinha, e DJALMA FORJAZ, delegado de São Paulo

DÉCIMA-SEXTA REUNIÃO

A décima-sexta e última reunião ordinária foi aberta sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que logo depois a transmitiu ao Sr A R DE CERQUEIRA LIMA, representante do Ministério da Agricultura

No expediente, o Sr FRANCISCO STEELE salientou a decisiva cooperação da imprensa periódica do país para os objetivos da estatística geral brasileira, propondo um voto de agradecimento e aplausos da Assembléia, na forma de um telegrama dirigido à Associação Brasileira de Imprensa Seguiu-se com a palavra o Secretário-Geral, que exaltou o apoio e a colaboração prestada pela imprensa à causa da estatística, tendo sido aprovado o voto proposto pelo delegado do Estado do Rio de Janeiro O delegado de Minas Gerais, Sr HILDEBRANDO CLARK, referiu-se ao apoio da Igreja e dos diversos cultos, na elaboração da estatística religiosa, para propor, com a aprovação da Assembléia, um voto de agradecimento às entidades religiosas, consignado em um telegrama a ser dirigido ao Sr Arcebispo Metropolitano O Sr TEIXEIRA DE FREITAS falou, secundando o Sr HILDEBRANDO CLARK e aludindo à importância da contribuição da Igreja em favor das realizações estatísticas

Para pôr em relêvo a renovação dos métodos da administração pública, discursou o Sr COLOMBO ARREGUY, delegado do Espírito Santo, louvando a atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público e propondo que fôsse transmitido ao Sr LUÍS SIMÕES LOPES, Presidente daquele órgão, um telegrama de agradecimentos à colaboração do mesmo para o êxito dos trabalhos estatísticos Aprovada a proposta, falou o Sr TEIXEIRA DE FREITAS, apoiando conceitos do Sr ARREGUY A seguir, o Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, delegado de Alagoas, enalteceu a colaboração das pastas militares à causa da estatística nacional, propondo, com aprovação da Assembléia, um voto especial de agradecimentos, tendo em vista também a prestigiosa cooperação das classes armadas na realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal O Sr KLEBER DE FARIA, delegado de Mato Grosso, referiu-se à visita dos membros da Assembléia ao Instituto de Resseguros do Brasil, e à visita que o Sr JOÃO CARLOS VITAL, seu Presidente, efetuara ao plenário, aludindo às corajosas experiências do Presidente do I R B em matéria de assistência social O orador solicitou que fôsse consignado na ata um voto de aplausos ao Sr JOÃO CARLOS VITAL, o qual teve a aprovação da Assembléia

Logo após, o Sr JOÃO DE MESQUITA LARA, delegado do Acre, fêz um sucinto relato das atividades estatísticas naquela Unidade Federada Comentando as informações prestadas, discursou o Sr JOSÉ BEZERRA DUARTE, pondo em foco as dificuldades que se apresentam aos levantamentos estatísticos no Território do Acre e manifestando as congratulações e os agradecimentos da Assembléia à direção do Departamento de Geografia e Estatística e ao Governador do Território

Falou, a seguir, o Sr OTÁVIO ALEXANDER DE MORAIS, que justificou a ausência do Sr JOÃO DE LOURENÇO, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira e delegado do Ministério da Fazenda, e, como substituto do mesmo, fêz uma exposição das atividades do referido Serviço Pronunciou-se a respeito o Sr FRANCISCO STEELE, tecendo louvores àquela repartição e solicitando, com o apoio da Assembléia, um voto de congratulações com o Ministro da Fazenda, o Sr JOÃO DE LOURENÇO, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, e seus altos auxiliares, especialmente o orador que o precedera O Secretário-Geral realçou a atuação do Sr O. ALEXANDER DE MORAIS nos Estados Unidos, onde êsse devotado e competente funcionário permaneceu em estágio, durante certo prazo, junto ao Instituto Interamericano de Estatística, tendo ali oportunidade de elevar o nome da Estatística Brasileira, graças aos valiosos serviços que prestou com notável proficiência O Sr COLOMBO ARREGUY teve palavras de exaltação à obra do Sr LÉO DE AFFONSECA, que foi Diretor, por longos anos, do Serviço especializado do Ministério da Fazenda A Assembléia prestou, nessa ocasião, uma homenagem àquele denodado batalhador da estatística brasileira, designando, para fazer-lhe uma visita de cumprimentos, uma comissão constituída dos Srs O ALEXANDER DE MORAIS, HILDEBRANDO CLARK, DJALMA FORJAZ e FRANCISCO STEELE Voltou a falar o Sr ALEXANDER DE MORAIS, para agradecer as referências elogiosas à sua pessoa, que acabara de ouvir, transferindo-as ao Sr LÉO DE AFFONSECA, em quem deveriam recair todos os aplausos pelos rumos traçados à estatística econômica brasileira e à formação de vários profissionais, entre os quais o orador

Passando a direção dos trabalhos ao Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, discorreu o Sr CERQUEIRA LIMA sôbre o andamento dos inquéritos a cargo do Serviço de Estatística da Produção, destacando resultados que estão sendo obtidos, no sentido de crescente aperfeiçoamento, graças, inclusive, aos esforços dos seus auxiliares e à cooperação dos demais órgãos do I B G E O Sr MAURÍCIO FILCHTINER teceu comentários elogiosos sôbre a organização e o ânimo realizador do S E P , solicitando que constasse da ata a circunstância de que, doente como se encontrava, o Sr CERQUEIRA LIMA comparecera ao plenário para dar conta da marcha dos importantes trabalhos confiados ao Serviço que dirige O orador propôs, também com aprovação da Assembléia, que fôsse consignado na ata um voto de agradecimentos ao Ministro da Agricultura, pela assistência proporcionada àquela repartição O Diretor do S E P agradeceu as referências do delegado do Rio Grande do Sul, as quais haviam tido a solidariedade do plenário, dizendo que os trabalhos efetuados não eram obra sua, mas, sobretudo, dos seus auxiliares, funcionários competentes e dedicados

Em seguida, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, na qualidade de Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, deu conta dos trabalhos realizados pelo referido órgão, recordando as origens da repartição e as dificuldades vencidas em sua fase inicial Através de um retrospecto histórico, o orador focalizou as providências que, partindo da experiência adquirida com o Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais e Conexas, deram lugar à

criação do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Aludiu aos diversos órgãos do Ministério, que ora executam o largo plano inicial dos trabalhos do S.E.E.S , antigo Serviço de Estatística e Informações, e relembrou as realizações do Serviço, que se tornarem possíveis graças ao apoio e cooperação do I B G E e das repartições regionais e, bem assim, à dedicação do funcionalismo Concluiu formulando agradecimentos a todos quantos o auxiliaram, não só no S E E S , como também nas diferentes etapas da organização da Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Neste passo, teve palavras de louvor e agradecimento para com os Srs Benedito Silva e Alberto Martins, seus colaboradores imediatos, como diretores da Secretaria-Geral do I B G E, o primeiro na fase inicial e o segundo posteriormente e ainda agora Mencionou também, com expressões de gratidão e saudade, o esfôrço e a abnegação de D Zaíra Pinto, no S E E S O Sr Teixeira de Freitas fêz um apêlo aos representantes estaduais, no sentido de serem adotadas providências para maior aceleramento das remessas dos dados estatísticos de ensino e disse aproveitar a oportunidade para amplos agradecimentos pessoais, em virtude do provável encerramento de sua vida pública antes que volte a reunir-se a Assembléia

Discursou, após, o Sr Colombo Arreguy, manifestando os aplausos da Assembléia à exposição do Sr Teixeira de Freitas, com quem a casa se congratulou com especial entusiasmo, dirigindo também protestos de reconhecimento ao Sr Ministro da Educação Ao cabo das palavras do delegado espírito-santense, a Assembléia saudou, de pé, o Sr Secretário-Geral, com uma salva de palmas Ainda prestando uma homenagem ao Secretário-Geral do I B G E , falaram pelas bancadas federal e regional os Srs. Otávio Alexander de Morais e José Bezerra Duarte A requerimento dêste último, foi aprovado um voto de agradecimentos e vivo aprêço ao pessoal da Secretaria-Geral do Instituto, pela assistência prestada aos delegados Voltando a falar, por solicitação do Sr Alberto Martins, o Secretário-Geral agradeceu os louvores, que declarou merecidos, aos auxiliares da repartição, referindo-se com expressões de carinho ao Sr Virgílio Costa, presentemente afastado de suas funções na Secretaria-Geral, por motivo de doença

Na ausência do Sr Heitor Bracet, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, o Sr Teixeira de Freitas fêz um relato das atividades daquele órgão do Ministério da Justiça

O Sr Sizenando Costa, delegado da Paraíba, estendeu-se em considerações acêrca dos problemas educacionais no Brasil Citou, a propósito, os trabalhos que, em tôrno dêsses importantes problemas, têm sido publicados pelo Sr M A Teixeira de Freitas Comentando o resumo dos trabalhos do S E D M P , o orador teceu comentários sôbre os serviços do Registro Civil e propôs, com aprovação da Assembléia, um voto de louvor ao Sr Heitor Bracet e seus auxiliares, e o envio de um telegrama de congratulações ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores

Conforme declaração feita pelo representante dos Serviços filiados ao Conselho, Sr Antônio Guia de Cerqueira, Chefe da Secção de Estatística do Instituto do Açúcar e do Álcool, não foi lido o relatório daqueles órgãos em virtude de só recentemente haver sido empossado o mesmo delegado.

Foram ainda aprovadas duas Resoluções, cujos projetos se achavam assinados pela maioria absoluta dos conselheiros: uma, a de n º 303, recomendando sejam apressadas as providências que integrem, no I B G E., a título efetivo, os serviços geográficos e estatísticos dos novos Territórios, e a outra, de n º 304, dispondo sôbre a elaboração dos organogramas da administração pública nacional Também recebeu a aprovação da Assembléia a indicação do Sr Manuel Diégues Júnior, no sentido de ser elaborada pela Secretaria-Geral a Resolução n º 305, formulando votos de congratulações aos podêres públicos — federais, regionais e municipais —, pelo êxito que vem assinalando as atividades do Instituto, e registrando pronunciamentos atinentes à vida do I B G E e aos interêsses do país, em geral, tudo nos têrmos de pronunciamentos da Assembléia, conhecidos no decorrer dos trabalhos

Por fim, o Presidente designou, para assinar a ata daquela última reunião ordinária, uma comissão composta dos Srs Antônio Guia de Cerqueira, representante dos serviços filiados ao Instituto; Heitor Bracet, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política; Cerqueira Lima, representante do Ministério da Agricultura; Otávio Alexander de Morais, representante do Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira; Manuel Diégues Júnior, delegado de Alagoas; João de Mesquita Lara, delegado do Território do Acre; Tomaz Gomes da Silva, delegado do Ceará; Francisco Steele, delegado do Estado do Rio de Janeiro; e Sérgio Magalhães Júnior, Diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal

A SOLENIDADE DO ENCERRAMENTO

A solenidade de encerramento das Assembléias Gerais do C N E e do C N G verificou-se no dia 24, às 21 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Edifício do Silogeu, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, com a presença de autoridades, representantes de instituições culturais e técnicas e numerosa assistência

Aberta a sessão, o Sr M A Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, leu o seguinte discurso-relatório sôbre os trabalhos da Assembléia Geral do C N E :

"Determina o regimento do Conselho que o Secretário resuma, ao têrmo dos trabalhos de cada sessão ordinária ou extraordinária, o que nesta se houver passado

É, pois, o que venho fazer Mas o retrospecto que vos devo não há de ser, apenas, a apresentação do ementário das Resoluções aprovadas. Pelo contrário, procurará estabelecer, em síntese, o panorama geral dos trabalhos realizados, das idéias agitadas, das observações levadas a efeito, coletivamente, no programa social e cultural da presente sessão

Ora, esta reunião do Conselho, deixando atrás de si um longo período dentro do qual ficou a nossa participação na guerra mundial, focalizou, como era de esperar, não só pela palavra do seu Presidente, na sessão de abertura dos trabalhos, como através dos debates ocorridos, dos temas versados e das resoluções tomadas, uma larga prospecção dos princípios institucionais da entidade e do seu comportamento prático, bem assim das atividades dos seus diferentes órgãos, fixando-lhes nitidamente as responsabilidades novas que lhe cabem Responsabilidades que decorrem tanto da própria trajetória das suas anteriores realizações, quanto ainda dos novos recursos de ação que lhe foram propiciados e das exigências novas que lhe formula o atual momento histórico da vida nacional.

Por conseguinte, resumirei, de início, essa prospecção. Fá-lo-ei, porém, na mais breve forma possível, tomando em conta tudo que foi objeto de estudos ou deliberação do Plenário

O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO SISTEMA — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística há de apoiar-se, invariàvelmente, no princípio de cooperação interadministrativa. Pondo-o em prática nas relações entre a União Federal, as suas Unidades Políticas e os respectivos Municípios, visa à articulação das atividades públicas com a iniciativa privada, em tudo quanto, por um lado, constituir interêsse público em matéria de levantamentos geográficos ou estatístico-censitários, e, por outro lado, depender, concomitante e necessàriamente, das três órbitas de govêrno que se diferenciam na estrutura política da federação brasileira

Na aplicação dêsse princípio são reconhecidas em sua plenitude — e ficam integralmente resguardadas — as autonomias específicas que se defrontam Estas, porém, em virtude da sua própria razão de ser, exprimem-se exatamente segundo o princípio de auto-limitação esclarecida e consciente, que é a fonte do sistema de vínculos jurídicos de cujo entretecimento decorre, nas relações entre Governos, tôda diferenciação harmoniosa de atribuições específicas e de interdependências quanto aos fins comuns

O princípio de cooperação resguarda, assim, a auto-determinação, tanto quanto os peculiares interêsses de cada um dos sub-sistemas de órgãos a que se aplica, na economia do Instituto, por mútua inteligência e compreensão dos seus comuns interêsses e objetivos A êsses órgãos assegura a perfeita autonomia e especificidade de ação, quando isso seja necessário, mas em condições que amparam suas atividades com uma assistência recíproca, ao mesmo tempo complementar e supletiva Disto resultando que cada uma das atividades serve a tôdas as demais, enquanto também é por tôdas elas auxiliada e servida

A ESTRUTURA FEDERATIVA DO SISTEMA — Criado como decorrência lógica do princípio federativo que preside a vida política da Nação Brasileira, e baseando-se no estatuto político-administrativo, convencionalmente firmado em 11 de agôsto de 1936, no qual se harmonizaram as prerrogativas do Poder Legislativo e as responsabilidades do Poder Executivo, o sistema nacional em que se erige o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é de natureza essencialmente associativa. Todos os seus órgãos estão articulados entre si, mantendo o indispensável sentido de unidade que a cooperação subentende e a soberania da Nação exige Formam, porém, três sub-sistemas — o federal (da União), o regional (dos Estados e Territórios) e o local (dos Municípios), os quais, sem prejuízo da sua proeminente missão no processo unificador da estatística e da geografia nacionais, atendem, entretanto, como elementos integrantes das administrações superintendidas pelas respectivas órbitas de govêrno, — e para isso dispondo da necessária autonomia — aos peculiares objetivos de cada uma delas Fazem-no, porém, com uma capacidade tresdobrada, já em virtude da perfeita colaboração que os diferentes Governos recebem dos demais já pela assistência larga, oportuna e próvida que a economia geral do sistema, manejada pelos órgãos de comando que a todos os governos representa e de todos promana, reserva a cada um dos elementos componentes da instituição Isto é: na medida das suas responsabilidades em cada momento, ou na conformidade das circunstâncias eventualmente desfavoráveis com que se defronte

Êsses sub-sistemas, por sua vez, desdobram-se segundo o binômio fundamental do Instituto, abrangendo os órgãos de geografia e estatística, distintos entre si em graus diferentes de autonomia administrativa, segundo as características de cada administração, mas sempre solidários na ação comum que seus objetivos reclamam

Mas, vai além a flexibilidade do sistema, pois abrange êste em cada órbita de govêrno e em cada um dos planos administrativos em que atua, órgãos de ação geral e centralizada. Tudo conforme indicarem as circunstâncias e a livre determinação dos governos

Em um passo ainda mais avançado, a capacidade coordenadora e suplementadora do sistema virtualiza-se ao máximo quando permite e facilita, em têrmos gerais ou particulares, e sob caráter permanente ou transitório, mútuas delegações de poderes entre os seus órgãos, tornando o regime federativo — sem deixar de o ser — também um regime de vasos comunicantes, no qual fica assentada uma estrutura rigorosamente orgânica Destarte, quando primarem os interêsses nacionais sôbre os regionais e locais, será possível aos respectivos governos, sem se verem privados das prerrogativas de autonomia que lhes são inerentes, agir por meio de delegações a um órgão central do sistema. E êste, como entidade que é por êles próprios instituída, torna-se, por êsse meio, um instrumento legítimo de cada um dos governos associados, cujos interêsses aquêle órgão comum não descuidará no exercício dos poderes delegados no pacto político do sistema, ou especificamente atribuídos, por atos convencionais complementares. em nome dos superiores interêsses que condicionam a vida nacional

Por fim, tanto do ponto de vista estrutural como do funcional, é resguardado o contrôle do sistema e a sua orientação deliberativa de ordem geral, por parte dos governos co-instituidores, os quais, por meio de prepostos seus, dirigem em comum, não só o sistema considerado como um todo, mas especialmente a parte dêle que permanecer sob sua direção administrativa, ou que, independentemente dessa subordinação, atuar no âmbito de sua jurisdição territorial

ORIENTAÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO — De modo geral e em relação aos seus dois campos de atividade, ao Instituto devem caber três ordens de realizações, como já o apontou a palavra do seu Presidente: levantamentos (de cadastros, censitários ou outros), — isto é, trabalhos de pesquisa externa; sistematizações, — ou sejam trabalhos de comparação primária, no tempo e no espaço, e análises interpretativas ou indutivas, — como objetivos de trabalhos sob a forma de pesquisa interna.

Os primeiros são estudos de prospecção, cadastro e arrolamento (censitário ou outro), representativos ou "referenciais", tanto gráficos como numéricos

Os segundos, já em números e gráficos de caráter sintético, combinatório ou comparativo, cotejam, confrontam, definem as intensidades e as densidades, tanto do ponto de vista estatístico como dinâmico, dos fenômenos que traduzem o metabolismo do corpo social; podem ser considerados como contribuições "conferenciais"

Os terceiros, finalmente, em números e gráficos de uma terceira ordem, como elementos sinaléticos específicos, investigam as determinantes e correlações das causas *coagentes* e as características das situações *coexistentes*, visando a interpretar os fatos geo-sociais ou geo-políticos, e prever-lhes as conseqüências, os desdobramentos, ou as variações, em face das contingências naturais ou das fôrças sociais, espontâneas ou dirigidas, a que ficarem sub-

Durante a reunião solene de encerramento da sessão das Assembléias em 1945, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, *Secretário-Geral do Instituto, lê o discurso-relatório sôbre os trabalhos do Conselho Nacional de Estatística*

metidos E aí estarão as mensurações, representações e interpretações finais, de natureza "inferencial", quer dos fatos geo-humanos quer dos sócio-políticos

As atividades voltadas para o primeiro dos referidos objetivos já estão suficientemente desenvolvidas, quer através de amplas investigações realizadas pelo Recenseamento de 1940, quer pelas "Campanhas Estatísticas" anuais, quer ainda pelas "Campanhas Geográficas" já lançadas Destas, umas totalmente realizadas, outras apenas iniciadas —, tais como: a das coordenadas geográficas das sedes municipais; a das altitudes das cidades e vilas; a da organização dos mapas municipais; a dos levantamentos de áreas ou pontos importantes mas imperfeitamente conhecidos; a das monografias municipais; a da rêde nacional de triangulação geodésica

Os esforços voltados para a síntese e a comparação tomam corpo dia a dia Traduzem-se nas totalizações do Recenseamento e na comparação destas com as dos recenseamentos anteriores e com os elementos da estatística não censitária, que dão margem a confrontos úteis Exprimem-se também pelas fôlhas da carta geral do Brasil e pelos mapas regionais que o Conselho de Geografia está elaborando com rapidez e perfeição crescentes Os Repertórios Estatísticos, as Sinopses Estatísticas Regionais, os Anuários do Brasil e dos Estados, o *Boletim Estatístico* e as publicações estatísticas dos Estados e Municípios constituem as fontes já bastante ricas em que tais resultados da estatística brasileira, tanto em seus números brutos quanto em seus índices, podem ser buscados Por outro lado, as publicações do Conselho de Geografia, seja o seu *Boletim Geográfico*, sejam os trabalhos especializados — tais como *O Rio dos Tocantins, Amazônia Brasileira, O Homem e o Brejo, Tipos e Aspectos Brasileiros*, apresentam-se como contribuições geográficas do segundo grau

No que concerne, finalmente, às pesquisas internas, isto é, aos trabalhos de gabinete e de laboratório, não é menos expressiva a obra realizada Já se alinham, nesse terreno, não poucas e valiosas contribuições científicas As de natureza geográfica se concretizam em investigações especializadas, tais como as que já foram feitas sôbre o vale do Rio São Francisco, além de muitas outras de alcance mais restrito, resumindo pesquisas de explorações geográficas levadas a efeito com os devidos requisitos técnicos Entre elas se contam as que estão introduzindo em nossas investigações geográficas os modernos métodos e processos Os trabalhos de caráter estatístico nessa categoria, constam principalmente, das "análises" e "estudos" que o Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, sob a proficiente orientação do Professor MORTARA, está executando. São contribuições, estas, de primeira ordem, pois abordam de forma inédita, na América, interessantíssimos estudos demográficos Além delas, entretanto, se apresentam também os comunicados, estudos, monografias, tertúlias, conferências, que o Instituto vem organizando ou promovendo, e que já trataram de numerosos aspectos geográficos, econômicos e sociais

O Instituto, no entanto, conta ainda um outro setor de atividades São estas as que visam a auxiliar o Govêrno e a administração do país, na realização de reformas a que a estatística e a geografia estão ligadas, ou na formulação de planos de reorganização que não se podem delinear, nem mesmo executar, sem o concurso das contribuições geográficas e estatísticas Para manter a mesma filiação semântica já adotada nas anteriores palavras de que nos utilizamos nessa enumeração, — e como já o fêz também o Presidente do Instituto, — qualifiquemos de "transferenciais" a essas atividades de sentido reconstrutivo, uma vez que elas visam a *transferir* valores de um sistema para outro, de acôrdo com certas diretrizes, premissas ou postulados, seja de um determinado campo de observação ou experiência para outro que se queira modificar ou instituir, seja, ao inverso, de um esquema teórico para o plano da realidade, segundo uma controlada transposição

No campo geográfico devem ser assim consideradas as atividades das duas campanhas da revisão do quadro territorial, já inteiramente executadas Delas decorreu a sistematização racional que êsse quadro hoje apresenta, não obstante certas ocasionais quebras dos seus princípios, que infelizmente o Conselho Nacional de Geografia não pôde evitar, mas se deve desejar não se repitam Com êsse êxito obteve o Brasil a melhoria e a exata descrição das divisas intermunicipais e interdistritais, bem como uma sistemática rigorosa para fixar as categorias das sedes dos municípios e distritos, racionalizar e simplificar a toponímia das circunscrições judiciárias e das respectivas cidades e vilas, evitando por êsse modo as tão prejudiciais repetições de nomes no quadro primário do circunscricionamento territorial

No setor estatístico, pode-se aludir à Resolução que fixou as sugestões do Instituto com relação ao amparo à família Visaram tais sugestões, em primeiro lugar, a promover o início de uma obra assistencial verdadeiramente democrática — pois que abrangente, em forma justa e equitativa, de tôda a população Mas, tiveram em mira, também, provocar um impulso de reorganização ampla e renovadora do funcionalismo brasileiro Reorganização de tal profundidade e alcance, que o levasse à altura da complexa missão que lhe deve caber nesta fase da vida nacional Pois, em verdade, será o funcionalismo público o responsável imediato pela execução das medidas fundamentais de recomposição dos quadros e atividades sociais que o Brasil não tardará a empreender sob a inspiração de sua própria índole, do determinismo de sua história, e daquelas exigências de eqüidade e justiça, que vão avassalar dominadoramente o mundo do após-guerra, cujos pórticos já estamos transpondo

Dessa Resolução, como é sabido, resultou para o Instituto a bênção apostólica do Santo Padre Pio XII E não será difícil ver que o seu pensamento já está em via de realizar-se através de um feliz e oportuno diploma legislativo Refiro-me ao que criou o Instituto de Serviços Sociais, do qual podemos esperar se torne a peça mestra do sistema assistencial que vai preparar "a nova ordem social brasileira".

Não esqueçamos, porém, os elementos valiosos graças aos quais a estatística brasileira já facultou também aos poderes competentes, adequadas sugestões sôbre a planificação da educação nacional de alcance popular (o ensino primário e o profissional), em têrmos de torná-la eficiente e, de fato, uma educação para todos No 1º grau, gratuita e assistencial; mas, no que concerne à modalidade técnica e profissional, ou do 2º grau, já não sòmente gratuita e assistencial, senão também capaz de assegurar trabalho remunerado — e remunerado com liberalidade — em condições de garantir de forma socialmente satisfatória, a subsistência dos alunos Isto sem distinção de sexo, de raça, de religião ou de discriminação social de qualquer espécie

Por fim, refiramos as sugestões que a geografia e a estatística brasileiras já deixaram formuladas em documentos vários — uns publicados, outros não — sôbre problemas de reestruturação político-administrativa do país em condições mais ajustadas aos princípios de justiça e eqüidade, de ordem, de equilíbrio e de racionalização Princípios sem os quais a vida das coletividades humanas tenderá a desajustamentos crescentes, que acabam explodindo em profundas subversões, nas quais se sacrificam, inglória e tràgicamente, os mais preciosos valores da espécie — vidas, cultura, civilização, felicidade humana. E para que êsse sacrifício? Para criar, em substituição, outras ordens não menos periclitantes Portanto, também fadadas a novas deformações e desabamentos

Merecem assinalados, por isso mesmo, os conjuntos de informações e de dados que permitem, já não apenas fixar as diretrizes orgânicas, capazes de merecer o sufrágio unânime da Nação, senão ainda de conseguir fácil execução, no que se refere ao desdobramento e recomposição racional do quadro territorial brasileiro, mercê da instituição de uma nova entidade política destinada a exprimir de modo mais firme e significativo a autonomia local A nova entidade seria o elemento componente dos Estados Federados, em cuja estrutura êsse novo organismo, grupando, articulando, consorciando os nossos débeis municípios, ficaria hàbilmente incluída Da mesma forma que os atuais Estados Federados por sua vez se inserem, fazendo com isto a grandeza do Brasil, na composição da União Federal, ou Estado Soberano, que é o país no seu conjunto

Entretanto, não foi esta uma sugestão unilateral ou isolada Outros planos esboçaram a geografia e a estatística, segundo os objetivos que lhes foram propostos e na conformidade de vários pensamentos de recomposição do país em moldes mais orgânicos, mas sempre dentro dos postulados intangíveis da forma democrática e federativa de govêrno. Dentre êles são principais: o da interiorização da Capital da República, segundo um plano de execução extremamente fácil e que pelo seu desenvolvimento traria, concomitantemente às vantagens políticas que todos percebem nessa medida, outras muitas — e não menores — que poderiam decorrer do seu *modus faciendi;* o do reajustamento social das populações inaproveitadas na composição viciosa das metrópoles, ou no isolamento dos sertões abandonados; o das convenções intergovernamentais, para conduzir a ação solitária dos governos nos grandes campos de comum interêsse — educação, saúde, rodoviação, fomento econômico, organização administrativa, arrecadação tributária; o da multiplicação, convenientemente distribuídos, daqueles poderosos e tão necessários centros urbanos que, pela intensidade do seu dinamismo econômico e cultural, possam constituir, em cada zona, os mercados próximos, e, ainda, preparar e manter a numerosas elites de que o país há mister De sorte que tais metrópoles se tornem, assim, focos de civilização, de cultura e de progresso; — portanto, pontos de apoio para a definitiva ocupação e desbravamento da hinterlândia brasileira

A par disso, o plano de reconstrução do quadro ministerial, em quatro grandes setores — o da Economia, o da Assistência, o da Defesa e o da Soberania, — cada um dos quais composto de três ministérios O primeiro, abrangendo a produção, os transportes e comunicações e o comércio O segundo, compreendendo a saúde, o trabalho e a cultura O terceiro, formado pela defesa terrestre, pela defesa naval e pela defesa aérea. E o quarto, distinguindo as finanças, a ordem jurídico-política e as relações exteriores Além do que, e completando a estrutura governamental, ao lado do Departamento Administrativo do Serviço Público e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Gabinete Técnico do Presidente da República, ou o Departamento do Govêrno (subordinado diretamente ao Chefe da Nação) Órgão, êsse último, destinado a documentar, articular e controlar o preparo e a execução dos planos de govêrno e suas modificações, evitando as soluções de continuidade e a dispersão de esforços que até hoje se observam, em proporções inavaliáveis, na sucessão dos períodos presidenciais e dentro até do mesmo período, exatamente por nos faltar um mecanismo de esta-

bilização e continuidade das diretrizes governativas que resultam, quer das medidas legislativas, quer do exercício normal do Poder Executivo

A NACIONALIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS MUNICIPAIS — Êsse continuado estudo da realidade brasileira, para fundamentar melhor suas conclusões e fornecer as mensurações cada vez mais detalhadas, atuais e verídicas que constituem o escopo principal da instituição, carecia de apoiar-se em um trabalho de pesquisa direta, inteiramente digno de fé e obediente a um programa técnico adequado e de execução uniforme em todo o País. Para isso era preciso conseguir-se que as Agências Municipais de Estatística se *nacionalizassem* sob duplo ponto de vista Primeiro, passando a ser, de órgãos exclusivamente municipais, também órgãos estaduais e federais, de sorte que atendessem simultâneamente, e em igualdade de condições, sem ser preciso desdobrá-las em cada Município, às três ordens governativas que formam o Govêrno da Nação Brasileira — a federal, a estadual e a municipal E em segundo lugar, realizando suas pesquisas não conforme planos exclusivamente locais, ou mesmo regionais, mas sim de compreensão geral, isto é, de âmbito nacional

Êsse duplo objetivo só poderia, evidentemente, ser atingido se tôdas as Agências Municipais de Estatística ficassem sob uma administração única, *sem embargo de continuarem* a ser órgãos da administração municipal E isto postulava, por um lado, a delegação dessa competência administrativa, por parte dos Govêrnos Municipais; e do outro que a entidade a que fizessem a delegação, nem fôsse de direito privado, nem fôsse mesmo um dos governos co-interessados O que indica desde logo a solução lógica que haveria de prevalecer O I B G E é essa entidade a que a delegação *podia* ser feita e *convinha* que o fôsse *Podia*, porque é pessoa jurídica de direito público, emergente de um pacto político-administrativo, e não se confunde por isso mesmo com os governos que o instituíram, se isoladamente considerada, mas a *todos representa e em nome de todos age*, realizando, como mandatário coletivo, fins comuns E *convinha*, porque os objetivos do I B. G E foram exatamente os de assegurar à Nação — e, portanto, em condições de igual eficiência, à União, aos Estados e aos Municípios, — o conhecimento exato da realidade nacional; e não se compreenderia que não se lhe desse o único meio de realizar a sua finalidade

Daí os Convênios de Estatística Municipal, entre a União, os Estados e os Municípios, que *nacionalizaram* naquele duplo sentido a coleta municipal, evitando definitivamente que a ação exclusiva de uma ordem de govêrno, ou mesmo a ação concomitante das três, sem a articulação devida, anulasse em grande parte, como aconteceu até o presente, os enormes esforços que Municípios, Estados e União, segundo orientações erráticas, ora sob o predomínio dos interêsses ou fins da União, ora para benefício pràticamente exclusivo dos Estados, vinham dedicando à coleta do material informativo necessário à estatística brasileira.

A *presente sessão do Conselho considerou* a fundo a situação emergente da nova ordem de coisas E o seu pronunciamento foi unânime e altamente expressivo, no reconhecer que, pela execução fiel dos Convênios, está o Brasil iniciando vitoriosamente a fase normal da estatística brasileira no que depende da "coleta municipal" Isto é, da coleta referente aos fatos, sejam de ordem *privada*, sejam de ordem pública, relacionados com os serviços de qualquer das órbitas de Govêrno, que devam ser perquiridos município a município, *localmente*, e de maneira uniforme em todo o País, ou em cada Unidade da Federação; ou então, da coleta que, ultrapassando a compreensão tanto da "campanha estatística nacional" quanto da "campanha estatística regional", seja exigida apenas pelos interêsses da administração municipal Compreensão essa que exclui da "coleta municipal", passando-os para a "coleta regional", ou para a "coleta federal", os fatos que, não tendo aquela característica, fôssem pesquisados junto a órgãos ou serviços respectivamente de âmbito regional (finanças estaduais e ensino primário, por exemplo) ou de âmbito federal (tais como as finanças federais e o comércio internacional)

Essa compreensão do problema, que a atual sessão do Conselho consagrou, tem importância capital para os destinos do Instituto A coleta estatística serve em primeiro lugar aos municípios, e depois, à União e às Unidades Federadas; mas em igualdade real de condições, por intermédio das Inspetorias Regionais, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral da entidade, e tècnicamente aos Departamentos Regionais de Estatística E assim ficam estabelecidos de maneira definitiva os alicerces de um magnífico edifício, cuja cúpula se erguerá vitoriosa, quando aquela "nacionalização" das Agências Municipais puder sugerir ao Brasil, por um novo acôrdo, entre a União e as Unidades Federadas, a unificação administrativa integral da rêde nacional de órgãos estatísticos, formada, de um lado, pelas Agências, que são as repartições periféricas do sistema, e por outro, pelos departamentos centrais — isto é, os federais e os regionais Objetivo êsse que, quando atingido, dará corpo e configuração definitiva a esta grandiosa concepção técnico-política do Presidente GETÚLIO VARGAS.

AS DELIBERAÇÕES VOTADAS — Eis aí a empolgante perspectiva que nos deixam os trabalhos da presente sessão do Conselho Nacional de Estatística

Mas, cumpre agora resumir a matéria legislada pelo Plenário no campo específico da sua competência

Os trabalhos correram no melhor ambiente de interêsse, mútua compreensão e espírito construtivo

Foram votadas 38 Resoluções, — uma das quais criou as deliberações especiais, intituladas "Atos do Presidente", decorrentes do voto da maioria de uma das bancadas do Conselho (*a federal ou a estadual*) e do *placet* da presidência, quando a outra bancada tiver motivos para não se manifestar E também foi votada a Indicação nº 1, sôbre assunto de economia interna do Conselho. Além disso, foram feitos relatórios dos trabalhos realizados nos respectivos setores de responsabilidade, por todos os delegados, tanto federais como regionais *Êsses relatórios submeteram-se* a debate e deram lugar a votos e mensagens congratulatórios aos chefes dos Governos que o Instituto solidariza, focalizando importantes objetivos da Geografia e da Estatística

Diversas homenagens foram prestadas:

— de saudade, — aos ibgeanos da ala estatística desaparecidos entre a última e a presente reunião, a saber: ANTÔNIO FRANZEN BHERING, Professor FERNANDO MAGALHÃES, Professor HIGINO CUNHA, Dr ILDEFONSO SIMÕES LOPES, ÁLVARO AFRÂNIO PEIXOTO, *Ministro JOSÉ MATOSO MAIA* FORTE, Professor LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA, Dr EURICO RANGEL, ALBINO ESTEVES, General SOUSA DOCCA, Professor HEITOR ROSSI BELACHE, Dr MAX FLEIUSS, ZAÍRA PINTO, ERNESTO PEDRO DOS SANTOS, ANTÔNIO JOSÉ DE AZEVEDO AMARAL, GERSON DE FARIA ALVIM;

— de boas-vindas e gratidão cívica, — à Fôrça Expedicionária Brasileira;

— de agradecimento, — às Fôrças Armadas, na pessoa dos Exmos. Titulares dos Ministérios Militares; à Igreja Católica, na pessoa de S Revma o Senhor Arcebispo do Rio de Janeiro; e à Imprensa, representada pela Associação Brasileira de Imprensa;

— de aprêço pela notável obra construtiva que realizam, — ao Departamento Administrativo do Serviço Público e ao Instituto de Resseguros do Brasil

Foram ainda votadas congratulações com o Govêrno e em especial com S Excia o Ministro APOLÔNIO SALES, pela aprovação do Plano de aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso E aos promotores das homenagens prestadas ao Conselho se formularam votos de cordial agradecimento

De modo particular, porém, levou o Conselho o tributo do seu reconhecimento e aprêço

ao Conselho Nacional de Geografia, dêste recebendo a mais cativante retribuição, quando nos trouxe a Resolução sôbre a divisão fisiográfica do país, que lhe pedíramos, num cordial apêlo, em nossa primeira deliberação dêste ano

*

Examinando agora especialmente o que diz respeito às Resoluções, consideremos em primeiro lugar as que formularam normas internas para a vida do Instituto, ou regularam assuntos de natureza técnica

São elas:

— a de n.º 271, que ratificou as deliberações das Juntas Executivas dos Conselhos;

— a de nº 272, relativa à elaboração das "Tábuas Itinerárias Brasileiras";

— a de nº 274, *dando nova composição ao* corpo de Consultores Técnicos do Conselho;

— a de nº 276, mandando consolidar as Resoluções do Conselho;

— a de nº 277, instituindo os "Atos do Presidente";

— a de nº 278, tomando medidas para encaminhar o restabelecimento da gratificação *pro tempore* aos servidores da Secretaria do Conselho;

— a de nº 282, que homologa a Resolução especial e conjunta, baixada no "Dia do Estatístico" pelos órgãos permanentes da direção do Instituto;

— a de nº 283, exprimindo agradecimentos do Conselho aos servidores municipais da estatística brasileira;

— a de nº 284, determinando providências para a instituição de registros dos fatos que são objeto de inquéritos estatísticos;

— a de nº 285, formulando recomendações sôbre as estatísticas das despesas públicas com a educação e a saúde;

— a de nº 286, que sugere a criação, nas repartições centrais regionais, de uma secção de estudos e análises;

— a de nº 288, dispondo sôbre a constituição e o funcionamento das Juntas Regionais do Conselho;

— a de nº 290, que fixa o plano da "Campanha Estatística" de 1946;

— a de n.º 293, relativa à criação, no Ministério da Viação e Obras Públicas, de um órgão central de estatística;

— a de nº 295, dispondo sôbre a "Guia de Exportação";

— a de nº 297, adotando a divisão regional do país estabelecida pelo Conselho Nacional de Geografia;

— a de nº 298, que elege os membros das Comissões Técnicas do Conselho;

— a de nº 299, relativa à elaboração da "Nomenclatura Brasileira de Mercadorias";

— a de nº 300, que sugere medidas legislativas referentes à economia administrativa do Instituto, visando a atribuir à Secretaria do Conselho de Geografia tôdas as prerrogativas de que goza a Secretaria do Conselho de Estatística;

— a de nº 301, que aprova as contas do Instituto;

— a de nº 302, que determina todo o concurso dos órgãos do Instituto aos Serviços Eleitorais;

— a de nº 303, dispondo sôbre os serviços do Instituto *nos novos Territórios*

Considerando, no segundo grupo, os aplausos, congratulações e sugestões a diferentes entidades, a respeito de atividades que se relacionam com os trabalhos técnicos do Conselho, verificamos que foram votadas ainda as seguintes Resoluções:

— a de nº 268, consignando aplausos ao Conselho Nacional de Geografia e dirigindo-lhe um apêlo relativo à divisão do país em zonas fisiográficas;

— a de nº 269, apreciando a atuação da Sociedade Brasileira de Estatística e sugerindo o desenvolvimento das suas atividades, por meio de centros regionais de estudos;

— a de nº 270, aplaudindo o inquérito do Serviço de Estatística da Produção sôbre unidades de medir em uso no país e reiterando sugestões em favor do prevalecimento do sistema métrico decimal;

— a de nº 273, exprimindo congratulações à Liga Esperantista Brasileira, pelo êxito do Décimo Congresso Brasileiro de Esperanto e dispondo sôbre o uso do idioma internacional nas publicações do Instituto;

— a de nº 275, consignando um voto de apreço ao programa de trabalho da Divisão de Educação Física e encaminhando providências para o levantamento da estatística dêsse setor de atividades educacionais;

— a de nº 280, consignando o apoio do Instituto às medidas em prol da educação nacional encaminhadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;

— a de nº 281, formulando um voto congratulatório a respeito do Nono Congresso Brasileiro de Educação e divulgando sugestões da Estatística sôbre os principais problemas educacionais do país;

— a de nº 287, que registra o reconhecimento do Conselho ao Departamento dos Correios e Telégrafos;

— a de nº 291, que exprime agradecimentos do Conselho ao Instituto Brasileiro de Mecanização relativamente à criação do Curso de Estatística Bulhões Carvalho, estabelecendo disposições sôbre o assunto;

— a de nº 294, registrando o reconhecimento do Conselho à colaboração das autoridades eclesiásticas e formulando sugestões sôbre o levantamento da estatística religiosa;

— a de nº 296, registrando as iniciativas e realizações do *Instituto Interamericano de* Estatística, consignando-lhe apelos e aplausos do Conselho;

— a de nº 304, sugerindo a organização de organogramas dos sistemas administrativos dos Estados e Municípios;

— a de nº 305, consignando pronunciamentos em relação a diversas entidades a propósito de importantes realizações nacionais ou de problemas ou serviços relacionados com a estatística

Além destas, também foi votada uma Resolução — a de nº 292 — recomendando a leitura do trabalho *Investigações sôbre os Recenseamentos da População Geral do Império e de cada Província de per si*, e rendendo homenagem à memória do seu autor, JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA

Finalmente, votou o Conselho duas outras Resoluções, as de ns 289 e 279, que pedirei licença para ler em complemento ao presente Relatório

A primeira exprime congratulações do Conselho e manifesta seu reconhecimento ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia A segunda presta homenagem ao Presidente do Instituto e formula vários votos

PROGRAMA SOCIAL — Por iniciativa, ora de um, ora de outro Conselho, ou em virtude de convite a ambos feito pela Sociedade Brasileira de Estatística, pelo Instituto Brasileiro de Mecanização, pelo Instituto de Colonização Nacional, ou pela Prefeitura do Distrito Federal, tivemos um interessante programa social e cultural

Foram agradáveis e proveitosas excursões as que realizamos a Petrópolis e a Volta Redonda Ali fomos gentilmente hospedados pela emprêsa do "Hotel Quitandinha" E em Volta Redonda, a acolhida e os esclarecimentos que nos prestou o ilustre diretor técnico da Companhia Siderúrgica Nacional, o Coronel EDMUNDO MACEDO SOARES E SILVA, permitiram-nos bem avaliar a transcendente transformação econômica que naquele grande centro de trabalho se está preparando para o Brasil

A mais profunda impressão causou ao Plenário a visita ao Instituto de Resseguros do Brasil O que ali observaram os Senhores Conselheiros, deixou-lhes a certeza, conforme ficou declarado, de que a instituição, além de servir admiràvelmente aos seus fins, também está fazendo, no tratamento dispensado ao seu funcionalismo, uma das mais profundas e completas experiências sociais, em conformidade, aliás, com os princípios que o Conselho de Estatística vem preconizando para todo o funcionalismo público Em sessão, o Conselho também recebeu o Dr JOÃO CARLOS VITAL, presidente do Instituto de Resseguros, que expôs, merecendo irrestritos aplausos, a orientação a que obedecem os seus

estudos relativos ao Instituto de Serviços Sociais do Brasil

Também constituiu memorável acontecimento da vida ibgeana a presença dos dois Conselhos na cerimônia e festa de encerramento do Curso de Aperfeiçoamento Bulhões Carvalho, organizado em excelentes condições técnicas pelo Professor JORGE KAFURI e oferecido gratuitamente a uma centena de estatísticos daqui e dos Estados, pelo Sr. VALENTIM BOUÇAS, na dupla qualidade de Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística e da organização técnico-estatística, o Instituto Brasileiro de Mecanização

A exposição que nos fêz o Dr ÉDISON PASSOS sôbre os planos urbanísticos desta bela metrópole foi uma lição rica de ensinamentos, que se completaram com a excursão e a linda festa que nos ofereceu Sua Excelência, o Prefeito HENRIQUE DODSWORTH. Encerrando sua grata recepção no recanto maravilhoso, que é o Parque da Cidade, deu-nos momentos de agradável e útil entretenimento a palavra amável do eminente Secretário de Obras Públicas e Viação do Distrito Federal Como Presidente do Clube de Engenharia, Sua Excelência ainda nos distinguiu com o convite, que nos oferece bela oportunidade de trabalho, para colaborarmos no preparo do próximo Congresso de Engenharia e Indústria, cuja organização está sendo promovida pela entidade a que preside Durante essa excursão e o almôço que a encerrou, ouvimos também as solícitas informações de um dos nossos, o Dr SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES, que nos ofereceu excelentes publicações sôbre a grande obra de govêrno que se vem realizando no Distrito Federal

Revestiu-se de significação cívica, técnica e social, a recepção que ofereceu ao Conselho, nos salões do Clube Militar, o Instituto de Colonização Nacional, entidade hoje filiada ao I B.G E A sessão foi presidida por S Excia. o General POMPEU CAVALCANTI Saudou os senhores Conselheiros a palavra amiga do grande batalhador pela colonização da hinterlândia brasileira, o Coronel FREDERICO RONDON Outro distinto ibgeano, antigo membro da Junta de Estatística do Distrito Federal, o Major MONDINI BELLETI, trouxe-nos a mais agradável surprêsa: um substancioso estudo, tão brilhante na forma quanto no fundo, sôbre a missão da estatística nos Estados modernos Encerrando a festa, a arte admirável da jovem pianista e distinta sócia do Instituto de Colonização Nacional, Senhorita ESTER NAIBERGER, proporcionou aos convidados momentos de inesquecido encantamento

Referimos, por fim, as conferências dêste ano, no Curso de Informações que o Instituto dedica aos Conselhos de Estatística e de Geografia durante o período de suas sessões Também foram figuras de grande relêvo, os professôres de 1945 Penso exprimir o sentimento unânime do Conselho de Estatística, declarando magistrais as eruditas dissertações que ouvimos dos Professôres EVERARDO BACKHEUSER, JORGE F KAFURI e ROGER BASTIDE As palavras dêsses mestres examinaram as relações da Estatística respectivamente com a Geo-política, a Economia e a História E não menos grata foi a impressão que nos deixaram as lições magníficas dos Professôres ALÍRIO DE MATOS, CÂNDIDO DE MELO LEITÃO e JORGE ZARUR sôbre os temas geográficos que versaram com grande saber

CONCLUSÃO — Eis aí, Senhores Conselheiros, o que debatemos e realizamos êste ano. Fecundo foi o vosso labor E admirável foi a atmosfera de mútua confiança em que decorreram os trabalhos do Conselho

As palavras do nosso eminente Presidente, procurando criar o clima propício para que nossos esforços correspondessem ao que dêles espera a Nação, não foram pronunciadas em vão Sentimos bem as responsabilidades que nos cabem, e realizamos os nossos fins segundo uma mentalidade compreensiva, homogênea e esclarecida, que certamente nos assegurará o êxito desejado

Com êsse pensamento de confiança nos destinos do nosso Instituto, e firmados na mais estreita solidariedade, vamos contribuir para que a estatística brasileira atinja ràpidamente os seus belos e nobres objetivos "

Em seguida, o Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, procedeu à leitura do seu discurso-relatório em tôrno das atividades da Assembléia Geral daquele Conselho e cujo texto se encontra noutro local dêste número

Falando em nome das delegações regionais à Assembléia Geral do C N E , o Sr DJALMA FORJAZ, delegado de São Paulo, pronunciou o seguinte discurso:

"Cabe-me neste momento, em nome dos componentes do sistema regional de estatística, dirigir as nossas saudações aos componentes do sistema federal

Mal fizeram os meus ilustres colegas do sistema regional em escolher-me, entre tantos outros com melhores títulos, para êsse honroso mister; levo a escolha, porém, à conta não só de sua generosidade, como também do fato de que não é a minha pessoa a contemplada, mas sim o Estado de São Paulo, que represento

Acaba de reunir-se pela sexta vez a Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, cujo objetivo, em obediência a uma determinação legal, foi imprimir a sua orientação ânua aos serviços nacionais por êles superintendidos

Esta data é, como não podia deixar de ser, uma grata efeméride para todos aquêles que constituimos, por assim dizer, a família dos estatísticos e geógrafos nacionais É a data final daquela tertúlia em que todos nós, como que sentados em tôrno de uma mesa redonda, contamos uns aos outros quais foram, na tarefa empreendida, os nossos triunfos e as nossas decepções Em que pesamos os resultados de uns e outros, e porisso mesmo, fazendo um retrospecto do que produzimos em nossos setores particulares alcançamos, simultâneamente, uma visão de conjunto da obra geral realizada Em que, transmitindo-nos recìprocamente as impressões oriundas de nossa experiência pessoal, tornamo-la frutífera não apenas para nós, mas para todos Em que, finalmente, traçamos as diretrizes comuns para a tarefa por vir

Em suma, encerra-se hoje uma assembléia em que comungamos nos mesmos ideais, em que nos estimulamos recìprocamente com os resultados benéficos de nossos esforços, e nos confortamos uns aos outros pela certeza da compreensão mútua que nos acalenta

É, assim, imensamente grande a satisfação pessoal de que me sinto possuído, à semelhança, com certeza, de todos aquêles que tenho a honra de representar, ao saudar cordial e festivamente a todos os membros do sistema federal do Instituto

Vós, — que por estardes no centro dêste grande organismo, melhor auscultais, pulsando, o seu coração, e por estardes em contacto permanente com as suas partes componentes, melhor percebeis as suas tendências gerais, — sois, por excelência, os representantes desta nossa grande coletividade Saudando-vos, pois, na verdade nada mais fazemos do que saudar o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Recebei, assim, não só por vós pessoalmente, como nessa qualidade, a manifestação da sincera e cordial amizade dos componentes do sistema regional, a quem tanto servis com os benefícios de uma orientação geral despida de particularismos.

Estrutura federativa — Permiti, Senhores, que aproveite esta oportunidade para apreciar mais de perto, um característico de nosso organismo nacional que, em minha modesta opinião, é dos principais fatôres de seu sucesso e de sua vitalidade. Se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fruto do idealismo de um TEIXEIRA DE FREITAS e da tenacidade de um JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, em nove anos de vida, tornou-se a sólida realidade que hoje é, creio não errar, Senhores, atribuindo êsse fato, em grande parte, a êsse característico Quero referir-me à significativa circunstância de que o Instituto nasceu sob um influxo de sadio respeito à autonomia e personalidade de cada uma das unidades da federação

Numa época em que condições especiais da evolução do Brasil e do mundo indicavam entre nós a necessidade de um reforço da autoridade central, e de uma maior disciplina da liberdade, o Instituto, à semelhança de um traço de união entre o passado e o futuro, como que num solene prognóstico e numa afirmação de confiança, nascia com uma estrutura rigorosamente federativa Numa época em que a autoridade central se ampliava, com inegável sacrifício da personalidade das partes componentes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como que sentindo, através da cinza fria e inerte, a braza cálida e palpitante da alma nacional, nascia de uma convenção, e se estruturava como uma fôrça que vinha da periferia para o centro e não do centro para a periferia

Não percamos de vista, Senhores, que o Brasil é um gigante heterogêneo Estendendo-se das regiões equatoriais, no hemisfério norte até as planícies frias dos Pampas, encerra, no seu bojo, tôdas as diversidades da natureza Desde o primitivismo da pedra polida dos Chavantes, até as sociedades *rafinées* das grandes capitais Desde a caça e pesca até os setores altamente industrializados Contém todos os climas e tôdas as raças Tôdas as culturas e todos os estágios de civilização Todos os níveis de solo, desde os pântanos litorâneos até os planaltos ondulantes e frígidos O Brasil é todo um mundo, dentro de uma parte esquecida do mundo E é seu destino, estou convencido disso, tornar-se cada vez mais a sede da humanidade por excelência, onde só poderão subsistir as qualidades do homem, independentes das diferenças de costumes, de raça, de língua, de religião, que em tantos lugares do planeta o infelicitam

Não é possível, nesse vasto e diverso território, habitado por gentes tão diversas, implantar um organismo que deixe de dar liberdade a cada uma das suas partes componentes para se enquadrar no todo com respeito, e não esmagamento, de suas peculiaridades locais Não é possível conceber, no Brasil, organização nacional que, nos pampas gaúchos, deixe de se manifestar à moda gaúcha, ou nos altiplanos de Minas, à moda mineira .

Permiti que vos cite um exemplo do plano mundial Compare-se a unidade maciça e o racismo alemães, com a unidade multiforme e o humanismo americanos Que bloco demonstrou maior vitalidade e energia: o da humanidade mecânica, produzida em série, ao gôsto germânico, ou o do conglomerado variado, animado por um fim comum, tipo "yankee"?

Uniformizar e unificar — Nesta data em que se encerra a sexta sessão da Assembléia Geral dos Conselhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, rejubilemo-nos com a estrutura que o caracteriza: a da federação Rejubilemo-nos pela sábia tendência que tem presidido os seus destinos, de respeito à personalidade de cada unidade componente Rejubilemo-nos, Senhores, com o anseio de uniformidade que permanentemente nos tem animado, buscada sempre, entretanto, no pressuposto da conservação e do respeito à personalidade de cada parte

Permiti que formule os votos ardentes do sistema regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para que essa orientação, em vez de modificar-se, cada vez mais se solidifique e aperfeiçoe Ela não significa o enfraquecimento dos liames que ligam as partes componentes do todo, ou a diminuição do papel de relêvo que na manutenção dêsses liames, desempenham os órgãos centrais Muito pelo contrário, ela fortalece êsses liames, e empresta ao vosso papel, caros membros do sistema federal, uma auréola de glórias, revestida de um brilho muito mais significativo e especial E' muito mais difícil, muito mais produtivo, uniformizar do que unificar

Não é agora, quando o Brasil, cessado o império das condições especiais que o orientaram para o lado oposto, retorna à plenitude de sua tradição democrática e federativa, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística há de involuir para o unitarismo Isto seria o mesmo que decretar a sua inviabilidade nos dias vindouros.

Exmos. Srs membros do Sistema Federal de Estatística Os membros do sistema regional, que tenho, neste momento, a imerecida e enternecedora honra de representar, vos reiteram as suas saudações certos de que de nossa mútua compreensão e espírito de camaradagem hão de continuar a brotar os frutos que mantenham o Instituto no elevado nível de eficiência e relêvo que sempre foi um dos seus apanágios, para utilidade e glória do Brasil"

Em nome dos delegados federais no Conselho Nacional de Estatística, assim se pronunciou o Sr Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, representante do Ministério da Marinha:

"Chegamos ao fim da jornada que vimos fazendo, para a coordenação de movimentos em prol de uma estatística capaz de indicar, com precisão, o rumo do Brasil no sentido de figurar, em breve, no consenso universal, como potência que deve ser, pela vastidão de seu território, pela riqueza de seu solo e pelo valor de seus filhos

Chegamos à meta em que o imperativo do dever nos indica o momento da despedida e fui eu o indicado para vos apresentar os votos de boa viagem

Muito quisera dizer-vos, mas a minha incapacidade para orador me impede de fazê-lo, porém tudo o que eu dissesse ainda seria pouco para exprimir o muito que nós, delegados federais, vos apreciamos como grandes soldados do exército estatístico, como membros preeminentes da família ibgeana

O Brasil muito vos deve e muito mais vos deverá se continuardes nessa labuta árdua, mas patriótica, de reunir os elementos necessários

O Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, *representante do Ministério da Marinha, discursa em nome dos delegados federais, apresentando saudações de despedidas às delegações regionais*

de que tanto êle carece para seu progresso e para a defesa de sua soberania.

Lembrai-vos sempre de que sois, como soldados, comandantes de importantes setores e que a vossa derrota será a nossa derrota, o desmoronamento do I B G E — essa obra maravilhosa que TEIXEIRA DE FREITAS idealizou, o Presidente VARGAS criou e MACEDO SOARES vem sàbiamente consolidando e ampliando.

Sempre que tiverdes dificuldades, lembrai-vos de que, quando não se pode fazer tudo que se deve, deve-se fazer tudo que se pode O desânimo é sentimento dos fracos, e sois bastante fortes para enfrentar os nossos piores inimigos: a ignorância de uns e a displicência de outros, na maioria desconhecedores da elevada e patriótica missão do I B G E

Ide para vossos Estados e que, no aconchego do lar que vos espera, possais recordar as boas horas que, em trabalhos ou passeios, junto vivemos nêsses vinte dias que nos pareceram vinte minutos

Com a saudade, fica-nos a esperança de um próximo encontro, e assim eu vos digo: Até breve, meus camaradas de ideal"

Discursaram, ainda, pela ala geográfica do Instituto, os Srs MÁRIO MELO, delegado de Pernambuco, em nome das representações regionais, e PÉRICLES DE MELO CARVALHO, representante do Ministério do Trabalho, em nome da bancada federal

CURSOS DE INFORMAÇÕES DO C N E

Durante o período das Assembléias Gerais do C N E e do C N G, os dois Conselhos fizeram realizar os seus Cursos de Informações dedicados aos integrantes dos colégios das duas alas do I B G E Foram conferencistas, no Curso de Informações do Conselho de Estatística, os Professôres EVERARDO BACKHEUSER, JORGE F KAFURI e ROGER BASTIDE, que pronunciaram conferências examinando as relações da Estatística com a Geo-Política, a Economia e a História Enquanto isso, versaram temas geográficos os Professôres ALLYRIO DE MATOS, CÂNDIDO DE MELO LEITÃO e JORGE ZARUR Tôdas as conferências foram ouvidas com grande interêsse e proveito pelos frequentadores dos Cursos

As primeiras aulas verificaram-se no dia 11, tendo sido conferencistas os Professôres EVERARDO BACKHEUSER, que discorreu sôbre o tema "Geo-Política e Estatística", e ALLYRIO DE MATOS, que, tendo regressado recentemente dos Estados Unidos, falou sôbre "A Cartografia", expondo observações colhidas nessa especialização geográfica, naquele país O curso prosseguiu, dias depois, com as conferências dos Professôres JORGE KAFURI e CÂNDIDO DE MELO LEITÃO, versando o primeiro sôbre "Economia e Estatística" e o segundo sôbre a "Biogeografia" Por último, os Professôres JORGE ZARUR e ROGER BASTIDE se ocuparam, respectivamente, dos temas "As Análises Regionais" e "Histoire et Statistique".

As conferências do Curso de Informações do C N E acham-se publicadas, em separado, noutro local dêste número da REVISTA

EXCURSÃO A PETRÓPOLIS

No dia 8 de julho, domingo, a convite da emprêsa Hotel Quitandinha S. A, que lhes ofereceu hospedagem, os delegados às Assembléias Gerais do C N.E. e do C N G. fizeram uma excursão à cidade de Petrópolis.

Os excursionistas, entre os quais se incluíram senhoras dos delegados e funcionários do I B G E, visitaram os locais de maior interêsse turístico da cidade, inclusive a Catedral e o Museu Imperial O regresso verificou-se na manhã do dia imediato

EXCURSÃO E ALMÔÇO OFERECIDOS PELA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

A Prefeitura do Distrito Federal, numa homenagem aos delegados estaduais e federais às Assembléias Gerais do C N E e do C N G, ofereceu-lhes, no dia 21 de julho, uma excursão aos pontos de interêsse turístico desta Capital, bem como um almôço, que se verificou no Parque da Cidade, na Gávea

Os homenageados foram recebidos às 9,30 horas, pelo Sr. ÉDISON PASSOS, Secretário da Viação e Obras Públicas da Municipalidade, na sede da Comissão do Plano da Cidade, sendo-lhes prestados, nessa ocasião, minuciosos esclarecimentos sôbre as obras em realização ou projetadas para o desenvolvimento urbanístico do Rio de Janeiro.

Em seguida, acompanhados do Sr SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, Diretor do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura, e de altos funcionários da administração municipal, estiveram no Jardim Zoológico da Quinta da Boa Vista e no Museu do Parque da Cidade, na Gávea.

O almôço foi servido nesse último local, às 13 horas, discursando, em nome do Prefeito HENRIQUE DODSWORTH, para oferecê-lo, o Sr ÉDISON PASSOS, e, em agradecimento, o Sr FELIPPE NERY, delegado da Bahia à Assembléia Geral do C N E

Na qualidade de Presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o Sr. ÉDISON PASSOS, antes do regresso dos excursionistas, solicitou a cooperação dos estatísticos e geógrafos de todo o país para o maior êxito do II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, promovido por aquela associação, e que se destina ao estudo de importantes aspectos do planejamento do progresso nacional.

VISITA AO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA E PREVIDÊNCIA DO TRABALHO

A convite do Sr OSWALDO GOMES DA COSTA MIRANDA, Diretor do Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho, os delegados à Assembléia Geral do C N E efetuaram uma visita àquela repartição, na tarde do dia 25 de julho

Recebidos no gabinete de trabalho do Diretor do S E P T, com êste mantiveram interessante palestra, antes de passar às várias dependências da repartição. Ventilaram-se assuntos relacionados com a boa marcha dos levantamentos estatísticos no país, havendo o Sr. COSTA MIRANDA relembrado as viagens que realizou através do Nordeste, onde teve ensejo de fazer variadas e proveitosas observações de índole sociológica Apreciou os aspectos econômicos da vida nordestina, expondo aos representantes regionais no C N E as impressões que lhe deixaram os processos de desenvolvimento e evolução do trabalho agrícola e industrial nas zonas percorridas.

No decurso dessa oportuna palestra, foram focalizados, pelos delegados estaduais presentes, diversos problemas ligados à reabilitação econômica de largos trechos do "hinterland" brasileiro, havendo o Sr José Bezerra Duarte, representante do Pará, discorrido sôbre as dificuldades provenientes da grande extensão territorial do país, na efetivação em tempo útil dos inquéritos estatísticos em geral — dificuldades, aliás, que longe de trazer desânimo, antes estimulam todos quantos se acham interessados no encaminhamento das soluções mais adequadas.

Em seguida, o Sr Costa Miranda conduziu os visitantes às diferentes secções do Departamento de Apuração Mecânica, onde todos tiveram ensejo de examinar arquivos, verificar os cartões de tipos diversos e assistir ao trabalho das equipes de funcionários nas máquinas apuradoras O Sr Costa Miranda prestou tôdas as explicações e esclarecimentos que se fizeram necessários, sôbre a organização e ritmo de trabalho da sua importante repartição.

Terminada a visita, que deixou a melhor impressão, foram servidos café e refrescos aos delegados

ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

No período em que se reuniu a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, funcionou também a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia Não se tendo verificado desde 1942, por motivo das dificuldades de transportes trazidas pela guerra, as sessões das Assembléias Gerais do Instituto, sua realização, êste ano, produziu, no tocante ao C N G, os mesmos animadores resultados registrados quanto ao C N E

Durante o interregno de três anos, havido entre a última reunião e a de 1945, funcionaram todos os órgãos componentes da estrutura do sistema de serviços geográficos do I B G E e, em todos os setores, tiveram satisfatória execução as diversas campanhas lançadas pelo Conselho Nacional de Geografia. Esta foi uma das comprovações essenciais ressaltadas na Assembléia Geral de julho último, através da leitura dos relatórios apresentados pelos delegados de tôdas as Unidades Federadas.

Em primeiro lugar, deve ser destacada como uma das deliberações da mais alta importância da Assembléia Geral do C N G, a aprovação do quadro regional do Brasil, segundo a divisão do território nacional em 5 grandes regiões, 30 regiões, 82 sub-regiões e 198 zonas geográficas, sendo estas últimas formadas de acôrdo com um critério científico de agrupamento dos Municípios, em obediência, a um tempo, das características fisiográficas e humanas, atendendo-se, dêsse modo, às conveniências da administração, cujas atividades de caráter regional via de regra se desdobram por municípios Representa essa nova divisão — conforme assinalou, em seu relatório, o Secretário-Geral do C N G — um notável avanço na metodização regionalista dos estudos brasileiros

Os trabalhos deliberativos da Assembléia-Geral do C N E resultaram em 43 Resoluções, dispondo sôbre assuntos técnicos, administrativos e concernentes às relações do órgão com instituições nacionais e estrangeiras, bem como para efeitos de representação Entre as últimas, ressaltam as que consignam aplausos pelo êxito do X Congresso Brasileiro de Geografia, sugerindo o local para a realização do próximo Congresso, e da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia.

Ainda quanto à representação do Brasil na Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, bem como na IV Assembléia Geral do mesmo e na III Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, o Conselho aprovou outras Resoluções Também foram objeto de deliberações da Assembléia Geral do C N G a volta do Brasil ao seio da União Geográfica Internacional; a instituição do "Dia do Geógrafo", na data de 29 de maio, para comemoração simultânea com o "Dia do Estatístico"; a indicação do técnico que deverá representar o Brasil na Comissão

Delegações federais e regionais à sexta sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, presentes à solenidade inaugural dos trabalhos

de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; votos de homenagem aos membros do Conselho falecidos desde a última sessão ordinária da Assembléia; e pronunciamentos acêrca dos fatos de interêsse geográfico ocorridos no triênio de 1942-1944

No que concerne ao quadro estrutural do C N G, a Assembléia completou o corpo de Consultores Técnicos e deu composição às quatro Comissões Técnicas Permanentes Pela Resolução n° 172, admitiu como membro integrante do Conselho o Instituto de Colonização Nacional

No importante capítulo dos problemas específicos da Cartografia, a Assembléia autorizou a realização de trabalhos diversos, cuidou do problema da proteção dos marcos geodésicos e sinais geográficos, estudou os assuntos atinentes à impressão de mapas, bem como ao preparo daqueles que serão de interêsse para o Recenseamento Geral de 1950

Por fim, merece uma referência destacada a inauguração dos "Seminários de Estudos Geográficos", com o objetivo de debater e equacionar os problemas nacionais dependentes de *especialização geográfica ou correlata*, a fim de que o Conselho possa contribuir com seus documentários e investigações para as soluções mais adequadas Dêsse acontecimento há noticiário à parte nesta REVISTA

A solenidade de encerramento da Assembléia Geral do C N G verificou-se juntamente com a do C N E, conforme está noticiado noutro local do presente número. Damos, a seguir, o texto do discurso-relatório pronunciado nessa ocasião pelo Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia:

"Nos anos de 1943 e 1944 não se reuniu a Assembléia Geral do Conselho, em conseqüência dos dois decretos-leis federais que determinaram o adiamento da reunião, devido às dificuldades criadas pela situação do Brasil em guerra Nessas condições, veio a Assembléia reunir-se em 6ª Sessão Ordinária agora em julho de 1945, na hora mesma em que, glorificados e em meio às mais legítimas expansões populares, voltam os heróicos soldados do Brasil, de terra, de mar e do ar, depois de terem escrito no chão, nas águas e nos céus da Europa uma página magnífica de bravura, de vigor e de patriotismo, a realçar no grande livro da História Mundial o nome glorioso da nossa Pátria

Teve, pois, a Assembléia de examinar um conjunto amplo de problemas, que naturalmente se acumulou no triênio, durante o qual a instituição — em fase de evolução — ainda experimentava apreciável progresso

Entretanto, não só o "fator tempo" veio tornar volumosa e complexa a agenda dos trabalhos, senão também, e talvez com maior incidência, delicadeza e complexidade, influiu o "fator transformação", que tanto caracteriza o momento atual: transformação social, em processo no mundo inteiro, pelos efeitos da guerra que ainda dizima populações; transformação política, pela qual o nosso País retoma a sua tradicional feição democrática; transformação técnica, resultante das modernas conquistas, que vêm proporcionando à Geografia novos e surpreendentes recursos

Porque, de fato, cumpria à Assembléia dar aos problemas soluções adequadas à realidade presente, o que exigiu fôssem atendidos, a um tempo: a remuneração e tratamento ao pessoal dentro dum padrão digno; a flexibilidade dos planos e campanhas, prevendo-se uma conveniente adaptação no caso de mudança dos processos administrativos, em conseqüência da variação do regime político; o ajuste às condições brasileiras dos novos métodos e processos da técnica e da ciência geográfica

Realizações no triênio — Foi assim que se deu o reencontro dos técnicos estaduais e federais, ora reunidos, para o estudo dos problemas nacionais de Geografia

Preliminarmente, impunha-se conhecer o que foi realizado durante o triênio 1942-1944, no setor federal e nos âmbitos das Unidades Federadas, tarefa essa que se possibilitou com a leitura dos relatórios oferecidos à consideração da Assembléia, pelos delegados respectivos, sem falta de um só.

Confortador verdadeiramente foi o panorama do conjunto, porquanto se verificou que, dum modo geral, funcionaram os órgãos componentes da complexa estrutura e que, em todos os setores, tiveram satisfatória execução tôdas as campanhas lançadas pelo Conselho durante o interregno

E não foram elas poucas, nem inexpressivas Basta citar as principais: revisão do quadro territorial *brasileiro, mediante simultâneas* e uniformes leis dos Governos das Unidades Federadas; comemoração do "Dia do Município" nas cidades brasileiras; preparo dos novos mapas dos Municípios que, na atual divisão, sofreram alteração de âmbito territorial; eliminação dos nomes iguais de cidades e vilas; revisão da nomenclatura das estações ferroviárias; concursos anuais de monografias de aspectos municipais; II Reunião Panamericana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia; X Congresso Brasileiro de Geografia

Significa isso que vem o Conselho preenchendo a sua finalidade, consistente sobretudo em congregar esforços para se conseguirem resultados uniformes que permitam a obtenção de totais nacionais, a refletirem expressivos aspectos da nossa Geografia

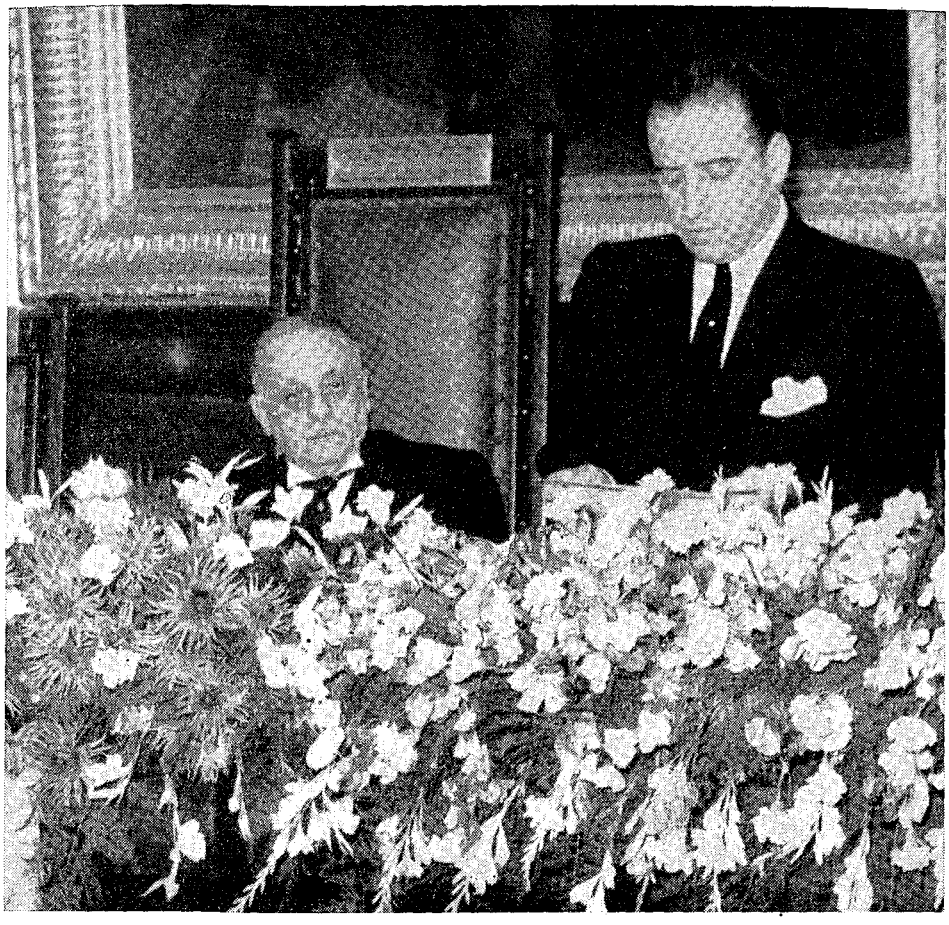
A produção do triênio, sem dúvida considerável, se por um lado trouxe problemas e questões, contribuiu por outro lado com *elementos de solução*, que a *experiência* e *o estudo* proporcionaram.

Ocorre então a pergunta, cuja resposta constitui o escôpo do presente relatório: teria a Assembléia compreendido a magnitude da sua tarefa e assim teria ela equacionado convenientemente os problemas geográficos da atualidade? e se os compreendeu e bem os equacionou, teria ela conseguido soluções satisfatórias?

Prestígio, eficiência e compreensão — De prestígio, de eficiência e de compreensão foi indiscutivelmente a ambiência da Assembléia.

O prestígio decorreu não só das credenciais trazidas pelos delegados, como representantes do Govêrno da União, dos Governos das Unidades Federadas e das instituições culturais integradas no Conselho, mas também das tradições de cultura e de produtividade deixadas pelas sessões anteriores da Assembléia

Daí as homenagens expressivas de que foi alvo a Assembléia Mereceu as visitas dos ilustres Dr. RUI CARNEIRO, Coronel JOAQUIM DE MAGALHÃES BARATA e Dr. ÁLVARO MAIA, dignos governantes dos Estados de Paraíba, Pará e Amazonas, respectivamente, os quais, em saudações espontâneas e significativas, expressaram o aprêço em que têm o Conselho; o digno Ministro da Viação e Obras Públicas, General João DE MENDONÇA LIMA, ofereceu-lhe a exibição de importante filme documentário das obras ferroviárias de ligação do Sul ao Norte do País; proporcionou-lhe o esclarecido Dr. HENRIQUE DE TOLEDO DODSWORTH, operoso Prefeito do Distrito Federal, agradável e proveitosa excursão pela cidade, na qual se evidenciou a grande obra urbanística que vem desenvolvendo a sua administração; uma utilíssima visita às instalações de Volta Redonda lhe foi oferecida pela conceituada Sociedade Brasileira de Estatística, em colaboração com a poderosa Companhia Siderúrgica Nacional; o Conselho Nacional de Estatística, mediante luzida delegação da sua Assembléia Geral, visitou-a, trazendo uma palavra da mais confortadora fraternidade; foi recebida, com efusivas demonstrações de aprêço, pela Assembléia do Conselho Nacional de Estatística, em ambiente de intercâmbio cultural de viva expressão regionalista; acolheu-a o Instituto Brasileiro de Mecanização S A, com a solenidade mui significativa da entrega dos diplo-



O Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, *à esquerda do Presidente do I B G E , Embaixador* JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, *procede à leitura do discurso-relatório da sexta sessão ordinária da Assembléia Geral do C N G , na solenidade do encerramento*

mas aos alunos aprovados no Curso Bulhões Carvalho, de estatística superior; hospedou-a nas suas majestosas instalações a Companhia Hotel Quitandinha S A , que vem executando arrojado plano turístico; o Instituto Nacional do Mate ofereceu-lhe, em tôdas as reuniões plenárias, a saborosa bebida; e o tradicional e secular *Jornal do Comércio* abriu-lhe as colunas respeitáveis, dando acolhida integral ao noticiário das suas atividades.

E, por fim, o venerável e secular Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, depositário das mais legítimas glórias e tradições da cultura nacional, cedeu à Assembléia, não só do Conselho Nacional de Geografia como também do Conselho Nacional de Estatística, êste majestoso salão nobre, para que, em reunião conjunta e solene, se inaugurassem os trabalhos no dia 3 e hoje tivessem êles o seu encerramento

Não deixa de nos emocionar, além da grande honra, essa circunstância feliz de a Geografia e a Estatística se agasalharem na casa da História, como que a insinuar que, conhecendo melhor o seu imenso território, através da Geografia, e a atividade de sua gente, através da Estatística, o Brasil melhormente poderá firmar-se na História

Sábia foi a legislação ao constituir a Assembléia dos técnicos que, na administração federal e nas administrações estaduais, são exatamente os chefes dos serviços geográficos

Essa composição imprime à Assembléia dupla eficiência: uma, de ordem técnica, porque nela se congregam pessoas realmente entendidas em assuntos geográficos e com êles familiarizadas; a outra, de ordem administrativa, não só na planificação das iniciativas em moldes objetivos, como na segurança de que posteriormente as decisões tomadas terão efetiva e eficaz concretização

Assim constituída, reunindo os valores da Geografia ativa do País, a Assembléia agiu com a eficiência que se esperava

Demais, coube-lhe a felicidade de ouvir preleções de alto saber, sôbre assuntos de interêsse e oportunidade, que foram pronunciadas por mestres, no Curso de Informações destinado à Assembléia

Com efeito, o ilustre Professor ALLYRIO HUGUENEY DE MATOS, dissertando sôbre Cartografia, teve oportunidade de apresentar resultados dos estudos que recentemente realizou nos Estados Unidos da América, onde essa técnica atingiu progressos surpreendentes: o preclaro Professor CÂNDIDO DE MELO LEITÃO, em magistral explanação sôbre Biogeografia, ramo da Geografia em que é abalizado especialista, apresentou atualizada e profunda conceituação científica sôbre os fenômenos de expressão territorial, oriundos da vida vegetal e animal; e o culto Professor JORGE ZARUR, sem favor líder entusiasta da Geografia utilitária em nosso País, explicando o método das análises regionais, consolidou a convicção da oportunidade e da importância da sua adoção no Brasil, conforme estabeleceu o Conselho na recente reforma dos seus serviços técnicos e científicos

E, mercê de Deus, a imprimir à ambiência uma nota dominante, houve sobretudo da parte

dos dignos delegados à Assembléia uma compreensão nítida e forte das responsabilidades

Nada de divergências estéreis, nada de unanimidades complacentes, nada de objeções tendenciosas, nada de entusiasmos inconsistentes

Muito ao contrário, em tudo a idéia de colaborar, a preocupação de elaborar, em tudo o anseio de afirmar, o propósito de firmar, a fim de que do esfôrço conjunto surgisse algo de melhor para benefício de todos

Assim, reinou uma cordialidade construtiva, e sobretudo no espírito de todos dominou o sentimento de brasilidade, a unir inteligências e vontades em tôrno dêsse ideal supremo e comum, o do melhor conhecimento do território pátrio

A produção — Chegamos assim ao âmago dêsse relatório, em que procuramos saber qual foi afinal a produção efetiva da Assembléia Como órgão deliberativo supremo, a produção na Assembléia se manifesta através de Resoluções, previstas no Regulamento, com as quais se dão soluções aos problemas e questões submetidos à sua consideração

A atividade multiforme do Conselho pode esquematizar-se, em uma distribuição cômoda de assuntos, na seguinte série de fatos: fatos de representação, aquêles referentes às relações externas do Conselho; fatos de administração, aquêles relacionados com a direção e a gerência da instituição; fatos de estruturação, aquêles relativos à organização do Conselho; fatos de atuação, aquêles representativos das atividades

A Assembléia aprovou várias Resoluções de caráter representativo

Com efeito, tomou deliberações acêrca dos seguintes certames: do X, do XI e do XII Congressos Brasileiros de Geografia, aplaudindo o êxito do primeiro, dispondo sôbre a participação no segundo e sugerindo a sede para o terceiro; da II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, ressaltando o seu êxito e dispondo sôbre os seus resultados; da IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e da III Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, a se realizarem conjuntamente em Caracas, em novembro vindouro, determinando a participação do Conselho em ambas; dos Festejos Euclideanos que se vão realizar na cidade paulista de São José do Rio Pardo; da reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas; do Tricentenário de Tabocas e do Decenário do I B.G E , estabelecendo também a participação do Conselho nesses quatro certames

Dêsses certames e comemorações destacam-se, pela sua importância: no corrente ano os certames de Caracas, promovidos pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, nos quais se dará mais um proveitoso contacto dos técnicos de Geografia e Cartografia dos países americanos; no ano vindouro, em maio, o Decenário da instalação do nosso Instituto, que deverá ser marcado com letras de ouro, e em setembro, o XI Congresso Brasileiro de Geografia, em Belém do Pará, o 3º da nova série patrocinada pelo Conselho

Outros fatos de representação foram objeto de resolução da Assembléia, salientando-se os seguintes: a volta do Brasil ao seio da União Geográfica Internacional, cujas relações se interromperam com a guerra, decidindo-se uma solicitação para que se realize no Brasil um dos próximos Congressos Internacionais de Geografia, promovidos pela União; a instituição do "Dia do Geógrafo", na data de 29 de maio, para comemoração simultânea com o "Dia do Estatístico"; a indicação ao Govêrno da pessoa que deverá representar o Brasil na Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; a homenagem aos membros do Conselho falecidos, desde a última sessão ordinária da Assembléia; pronunciamento acêrca dos acontecimentos de interêsse geográfico ocorridos no triênio 1942-1944

Sob o ponto de vista administrativo, foram importantes e oportunas as decisões da Assembléia, porquanto: aprovou os atos do Diretório Central e dos Diretórios Regionais, depois de os examinar através dos relatórios apresentados; aceitou as contas do Conselho, após minucioso exame a que procedeu uma comissão regimental; e fixou normas para a difusão e venda das publicações editadas pelo Conselho

Entretanto, foi nas decisões quanto à execução do orçamento de 1945 e, sobretudo, quanto à fixação da proposta do orçamento para 1946, que a Assembléia maiores energias dispendeu em assunto administrativo

A previsão das verbas para 1946 ofereceu dificuldades devidas à considerável ampliação dos serviços que se fazia necessária Com efeito, a instalação adequada do Serviço de Geografia e Cartografia, como repartição técnica executiva, criada com o Decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agôsto de 1944, pelo Govêrno Federal, exige recursos grandes, principalmente para o serviço de aerofotogrametria, que, a bem dizer, pode e deve ser considerado um setor à parte, seja pelo seu vulto, seja pela sua especialidade

Dar-se-á assim em 1946 uma verdadeira triplicação: o Conselho, que até agora dispunha duma única repartição central — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica —, passará a ter duas repartições centrais, a Secretaria-Geral, de finalidades administrativa e representativa, e o Serviço de Geografia e Cartografia, com objetivos técnicos e científicos, sendo que êste vale por dois, atenta a natureza e estrutura do setor de aerofotogrametria

Daí a necessidade que teve a Assembléia de propor grande aumento no orçamento vindouro, o que certamente será compreendido pelos órgãos competentes do Govêrno, em face das oportunas e interessantes iniciativas incluídas no programa de trabalhos

Por ser necessário, deu a Assembléia composição aos seus diversos órgãos; assim: elegeu o corpo de Consultores Técnicos, compôs as 4 Comissões Técnicas Permanentes, formou as Comissões regimentais da Assembléia E, na radiosa manhã de hoje, na sua última reunião plenária, a Assembléia enriqueceu a organização do Conselho, admitindo no seu seio mais um elemento de magnífica projeção social e cultural: é que, com a Resolução n º 172, verdadeiro fecho de ouro da sua corrente de deliberações, aprovou a integração, no Conselho, do Instituto de Colonização Nacional, prestigiosa associação que, apesar da curta existência, se impôs à admiração de quantos lhe conhecem os propósitos elevados e a atuação fecunda, conforme os delegados à Assembléia tiveram a ventura de verificar, pessoalmente, durante a recepção com que o Instituto os homenageou

A atuação do Conselho caracteriza-se pela feição técnica e científica dos cometimentos e, nesse particular, foi notável a contribuição da Assembléia

Em primeiro lugar, e por ser da mais alta importância, há que assinalar a aprovação do quadro regional do Brasil, segundo uma divisão do território nacional, em 5 grandes regiões, 30 regiões, 82 sub-regiões e 198 zonas geográficas, sendo essas formadas de agrupamentos de municípios, quadro sistemático em que aquelas zonas se ajustam também dentro dos âmbitos das Unidades Federadas

Representa essa divisão regional, já agora prestigiada com a adoção pelo Conselho Nacional de Estatística, um avanço na metodização regionalista dos estudos brasileiros, não só dos estudos geográficos, senão de todos aquêles que tiveram desdobramento por municípios

E constitui indubitàvelmente uma contribuição inestimável da Geografia, cujos resultados são imprevisíveis, não só pela sistemática dos estudos no bom sentido do regionalismo, senão também por oferecer a todos os pesquisadores um quadro fundamental de agrupamentos racionais, porquanto nêle os Municípios se aglutinam por fôrça das suas características geográficas, fisiográficas e humanas, formando blocos de um sistema real da vida brasileira

No que toca aos problemas da Cartografia, entendida "sensu lato", a Assembléia dedicou-lhe atenção e estudos

Assim: autorizou a realização de trabalhos de levantamento no território do Estado de

Santa Catarina, em regime de cooperação entre o Conselho e o Departamento de Geografia e Geologia do Estado, o que trará benefícios apreciáveis à Cartografia catarinense; cuidou do problema da proteção aos marcos geodésicos e sinais geográficos; tratou com carinho do problema da impressão de mapas, que constitui uma das grandes necessidades da Geografia brasileira; e, com atenção especial, estudou a questão do preparo dos mapas de interêsse para o Recenseamento de 1950, a ser levada avante, em âmbito maior, porquanto coube ao Brasil, — vale dizer ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — liderar nas Américas o movimento em favor da elaboração das cartas censitárias, de acôrdo com as decisões tomadas pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História e o Instituto Interamericano de Estatística

Por isso, teve a Assembléia de se pronunciar acêrca da escôlha do distinto e culto geógrafo brasileiro, Professor JORGE ZARUR, valor excepcional do quadro do funcionalismo técnico do Conselho, para percorrer todos os países das Américas, em missão interamericana, com o objetivo de balancear a situação do problema dos mapas censitários e sugerir ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História e ao Instituto Interamericano de Estatística as medidas mais adequadas, não só ao ativamento dos trabalhos, mas, sobretudo, ao mais conveniente preparo daqueles documentos, obedientes a condições mínimas, segundo padrões internacionais Valho-me da feliz e excepcional oportunidade da presença do eminente compatrício Dr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS que, para honra da cultura brasileira, ocupa, desde a sua instalação, a presidência do Instituto Interamericano de Estatística, a fim de render a Sua Excelência respeitosa homenagem de admiração e aprêço, e de lhe apresentar agradecimentos e aplausos pela maneira esclarecida com que vem orientando o importante e oportuno problema dos mapas censitários

Quanto aos problemas geográficos, nos aspectos científicos e culturais, a Assembléia deteve-se no seu exame, para tomar as seguintes oportunas deliberações: baixou as normas para o Concurso de Monografias de Aspectos Municipais, relativo ao ano de 1946; determinou o estudo da organização de um outro concurso, com o objetivo de recolher contribuições de valor científico, ao invés de simples material informativo que tem sido o apurado no atual concurso de monografias; dispôs sôbre a publicação dos Anais dos Congressos Brasileiros de Geografia ainda inéditos e dos Vocabulários Geográficos das Unidades Federadas, elaborados pelo serviço do *Dicionário Geográfico Brasileiro* da Secção de Documentação da Secretaria-Geral do Conselho, dos quais estão prontos 13 Vocabulários; decidiu também a publicação do primeiro número do *Anuário Geográfico do Brasil*, a ser editado pelo Conselho em 1946; promoveu a elaboração de estudos sôbre os costumes regionais e a obtenção de coleções para o Museu Paisagístico do Brasil, que a Secretaria-Geral organizou, tendo em vista documentar com objetos as paisagens, os tipos e os aspectos do Brasil.

Conclusão — Largas e promissoras são as perspectivas que se abrem à Geografia no Brasil.

De um lado, a Metodologia evoluiu e a Geografia hoje está ao lado da administração e dos pesquisadores, prestando contribuições prontas, efetivas, em favor do solucionamento das questões de tôda natureza, que tenham significação territorial

Ciência ao serviço do Homem, técnica ao serviço do Homem, a Geografia vai perdendo a sua tradicional feição acadêmica, para se tornar uma pesquisa vigorosa, dia a dia, preocupada com os problemas da atualidade nacional

Essa foi, rigorosamente, a atmosfera, êsse foi o sentido da reunião que nos congregava na sede do Conselho ainda há pouco, a fim de participarmos da inauguração dos Seminários de Estudos Geográficos

Uma ventura a mais desfrutou a Assembléia, ao inaugurar essa feliz iniciativa, que tem por objetivo a discussão de problemas nacionais, com a participação dos geógrafos e técnicos nêles especializados, a fim de que o Conselho possa contribuir com elementos, oriundos dos seus documentários e investigações, para as suas melhores soluções

Tarde feliz a de hoje: no Seminário inaugural, destinado ao debate dos "Aspectos geográficos da imigração no Brasil", reuniu o Conselho o ilustre Ministro João ALBERTO, Presidente da Fundação Brasil-Central, o ilustrado Dr ARTUR HEHL NEIVA, Secretário-Geral da mesma Fundação, técnicos do Conselho de Imigração e Colonização, do Departamento Nacional de Imigração e do Conselho Nacional de Geografia, professôres e geógrafos, os quais, sob a presidência esclarecida do nosso estimado presidente, Embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES, examinaram por longo tempo as peculiaridades geográficas do problema, nos seguintes aspectos fundamentais: 1) regiões brasileiras mais favoráveis à imigração branca; 2) regiões européias de onde poderão provir as melhores e mais adaptáveis correntes imigratórias; 3) a imigração dos países latino-americanos para o Brasil

O Seminário de hoje veio evidenciar a necessidade de serem estudadas determinadas regiões do País, sôbre as quais o Conselho preparará mapas e textos, que serão examinados nos próximos Seminários, em que o assunto continuará em estudos, em expressiva e construtiva conjunção de esforços

Por outro lado, alargando os horizontes do porvir, há a evolução animadora, o desenvolvimento progressivo que o Conselho ainda experimenta

No ano de 1946 deverá a instituição receber estrutura conveniente, mediante a instalação adequada dos novos serviços técnicos e científicos

Disso é reflexo expressivo a proposta do orçamento para 1946, aprovada pela Assembléia, a qual, se aceita pelo Govêrno, constituirá fator decisivo para que o Conselho cumpra satisfatòriamente a sua grandiosa missão.

Realmente, uma nova era surgirá, em nosso mundo geográfico, em crescente vitalização: quando equipes de geógrafos qualificados, distribuídas pelas cinco grandes regiões do País, se aplicarem nas análises regionais das zonas ou regiões, de cujo conhecimento a administração necessite para melhor implantação de empreendimentos novos e vultosos; quando turmas de cartógrafos e de gráficos usarem processos simplificados de desenho cartográfico e de reprodução, e oferecerem mapas impressos em abundância, a refletirem o estado atual do conhecimento territorial; quando geometristas, em grupos mais ou menos numerosos, se espalharem pelo País, na afanosa missão da mensuração do território, com o que se aperfeiçoará a carta do Brasil, para benefício de todos; quando houver os técnicos de Geografia e Cartografia, necessários aos trabalhos não só do Conselho, mas de tôdas as demais instituições especializadas, mediante um sistema adequado de formação e de aperfeiçoamento; quando a aerofotogrametria fôr utilizada com tôdas as suas virtualidades, que a tornam o processo de levantamento mais vantajoso e moderno

São essas as perspectivas

Que assim seja, é o voto que fazemos do fundo dalma, na ânsia patriótica de ver um Brasil melhor conhecido, para melhormente ser compreendido e conduzido.

Que assim seja!"

ENCERRAMENTO DO CURSO BULHÕES CARVALHO

Verificou-se no dia 20 de julho, às 11 horas, no Edifício Hollerith, a cerimônia de encerramento do Curso Bulhões Carvalho, destinado ao aperfeiçoamento dos profissionais da estatística e oferecido pelo Instituto Brasileiro de Mecanização, sob o patrocínio do I B G E.

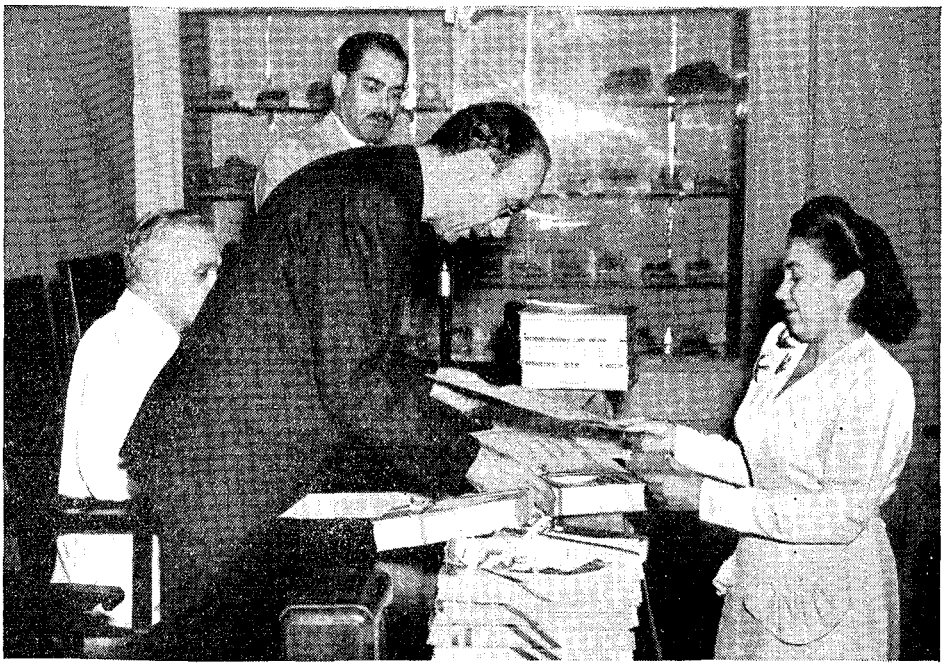
Iniciado em 15 de agôsto do ano passado, o Curso funcionou sob a competente direção do Professor JORGE KAFURI e com a colaboração de vários especialistas da estatística e suas aplicações

A solenidade de encerramento foi presidida inicialmente pelo Sr M A. TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário-Geral do I B G E e Presidente do Instituto Interamericano de Estatística, tendo participado da mesa os Srs VALENTIM BOUÇAS, Presidente do Instituto Brasileiro de Mecanização e da Sociedade Brasileira de Estatística, J CARNEIRO FELIPE, Presidente da Comissão Censitária Nacional, e HEITOR BRACET, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política Após ouvido de pé, por todos os presentes, o hino nacional, falou o Professor JORGE KAFURI, que se referiu às finalidades e ao desenvolvimento do Curso, iniciativa do Sr VALENTIM BOUÇAS, ressaltando o apoio do I B G E e a dedicação dos alunos, bem como a competência e esfôrço dos professôres Concluiu por formular votos no sentido da continuidade do aperfeiçoamento técnico dos alunos, em número de 51, que, naquela ocasião, iam receber os seus certificados de aproveitamento Coube o primeiro lugar, tendo alcançado nota 95, aos alunos HIPÁTIA DAMASCENO FERREIRA, MARCOS VINICIUS DA ROCHA e SÍLVIO DE AZEVEDO LIMA, os quais receberam prêmios oferecidos pelo Sr VALENTIM BOUÇAS Outros prêmios foram entregues aos colocados em 2 º e 3 º lugares

Nesse momento, assumiu a presidência da mesa o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do I B G E, que, depois de congratular-se com os estatísticos premiados, deu a palavra ao orador da turma, Sr SÍLVIO DE AZEVEDO LIMA Discursou, em seguida, o paraninfo, Professor FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA Falou, depois, o Sr TEIXEIRA DE FREITAS, salientando o mérito do empreendimento devido ao Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, congratulando-se com os alunos e apresentando, em nome dos Conselhos do I B G E, os agradecimentos dessa entidade

Em seguida, o Sr VALENTIM BOUÇAS fêz uso da palavra, tendo relembrado, a propósito das considerações feitas pelo Secretário-Geral do I B G E sôbre a introdução, em nosso país, do sistema de estatística mecanizada, a atuação desenvolvida, com êsse objetivo, pelo Sr LÉO DE AFFONSECA, junto ao então Ministro PANDIÁ CALÓGERAS e, bem assim, o empenho de BULHÕES CARVALHO na direção dos trabalhos do Recenseamento Geral de 1920 O Sr VALENTIM BOUÇAS concluiu dizendo que o atual Instituto Brasileiro de Mecanização é a Casa do Estatístico Brasileiro, pois que ao dispor dos estatísticos se encontram todos os serviços ali existentes

Ao encerrar a sessão, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES felicitou o orador, o diretor, os professôres e os alunos do Curso Bulhões Carvalho, afirmando a sua grande satisfação e a dos delegados de todos os Estados



Flagrante da solenidade de encerramento do Curso Bulhões Carvalho, quando o Secretário-Geral do Instituto fazia entrega do diploma e prêmio à aluna classificada em 1º lugar, Srta HIPÁTIA DAMASCENO FERREIRA, *do Maranhão*

às Assembléias Gerais dos Conselhos de Geografia e Estatística, ali presentes, pelo êxito dos trabalhos do Curso

Logo após, verificou-se, no 10º andar do Edifício Hollerith, um cordial almôço, oferecido pelo Presidente do I B M aos convidados

---

Foi o seguinte o discurso pronunciado pelo orador da turma, Sr SÍLVIO DE AZEVEDO LIMA:

"Não fôsse o resultado de um pleito livre, democrático e a bondade excessiva de nossos mestres, êstes responsáveis, talvez, por um ambiente de popularidade, ao qual aliás sempre fui avêsso, ambiente que me levou a uma segunda manifestação de bondade, esta de parte de meus colegas, estaria eu ouvindo o verbo mais autorizado e entusiasta de qualquer judicioso condiscípulo.

Entretanto, aqui me encontro, falando em nome do corpo discente do Curso de Estatística Bulhões Carvalho para agradecer, pois nisto se deveria resumir o sentido de minhas palavras, se eu não tivesse juntado fôlgas para uma audácia — criticar e sugerir

E' tanta a nossa gratidão por quantos nos ofereceram esta singular oportunidade, que agradecerei dirigindo-me, oportunamente, a cada um dos principais responsáveis pela idealização e efetivação dêste curso, o primeiro em nível, dentre os especializados, voltado inteiramente ao aperfeiçoamento do pessoal das diversas repartições de estatística e em adiantamento bem acima do habitualmente observado em nossas escolas e em cursos anteriores

A estatística, disciplina de introdução muito recente, entre nós, datando de tão poucos lustros sua intromissão nos programas escolares que ainda não consta das matérias do Curso Secundário, onde, por sinal, ela deveria ser ministrada adequadamente, figura entre os ensinamentos do Curso Comercial, em nível bastante elementar, e faz parte dos lecionados, em adiantamento médio, de um modo geral, nas Escolas pedagógicas e em certas Faculdades, não tendo, pois, a disseminação que de fato merece, por seu método peculiar e útil à assimilação e à exposição, principalmente das ciências sociais, econômicas e políticas A sua literatura metodológica só agora, em nosso meio, se populariza, já se encontrando obras muito interessantes de especialistas, como KAFURI, FONTENELE, PAGANO, MÍLTON RODRIGUES, VIVEIROS DE CASTRO e outros, que são folheadas mais para satisfação de programas de concurso, para provimento de cargos públicos, do que para formação de técnicos ou por despertar o interêsse de curiosos Entre estas obras nacionais, umas, de real mérito, têm suas edições esgotadas sem que seus autores se animem a reimprimí-las ou são, muitas vêzes, motivo, em vista de sua grande procura, de especulação por parte de editores ou distribuidores gananciosos As de autores estrangeiros, além da dificuldade linguística, são de preços fora do alcance de nossa bôlsa, mesmo quando vertidas para o castelhano, Soube, há poucos dias, que a Sociedade Brasileira de Estatística já tem em prelo ou em preparação o lançamento de boas obras de estatística, de que tanto necessitamos E isto nos anima a fazer pedidos, pois alguém já os realiza com antecipação

Creio, meus Senhores, que agora, solvidas as principais dúvidas e incompreensões de nossa precária cultura autodidata, com as aulas dêste curso que se finda, já é tempo de nos serem fornecidos, em idioma acessível e ao alcance de nossos cruzeiros, os livros de que carecemos E' tempo, senhores autores patrícios, de lançardes no mercado nova edição de vossas obras, pois encontrarfeis, pelo menos, meia centena de gratuitos, sinceros e entusiastas propagandistas Traduzi os modernos estatistas estrangeiros; adaptai-os às nossas reais necessidades, que não são só nossas; trazei para nossa linguagem pátria os ensinamentos especializados de quantos têm aplicado sua cultura e sua inteligência em pról da difusão e aperfeiçoamento do método científico, aquêles que vós tão bem conheceis e que nós ansiamos por fazê-lo, pelo menos mais profundamente do que já o fizemos Esta era a primeira sugestão que vos tinha a fazer

Quanto à segunda, sentimo-nos mais à vontade, pois não nos diz respeito tão diretamente como a primeira

Já obtivemos de vossas mãos favores que nos satisfariam, se fôssemos menos egoístas, mas não somos tanto que os queiramos monopolizar Desejaríamos ver êste curso, que traz o nome de tão saudoso patrício, continuar existindo. A experiência que vos deram as aulas e aproveitamentos subseqüentes devem animar-vos à continuação da obra e à preparação de novas colheitas A estatística é como a economia, ou melhor, como a aritmética, precisa atingir as diversas camadas populares, principalmente as mais cultas, para que com ela ou em seu nome não mais se pratiquem desatinos financeiro-econômicos ou se cheguem às mais absurdas conclusões disparatadas e ao sabor do vento das paixões políticas que, por paradoxo deturpam um método lógico-matemático, desacreditando-o da maioria dos leigos.

Quem vos fala teve a oportunidade de ouvir de dois cavalheiros, de certa cultura, numa troca de opiniões, as mais opostas conclusões com base nos mesmos dados estatísticos da educação brasileira E' óbvio que um ou os dois estavam errados Faltava-lhes o esteio científico indispensável à crítica impessoal e construtiva

Peço-vos que atenteis bem nisso que, por sinal, é fato cotidiano Difundi eficientemente o ensino do método estatístico e teremos, pela participação cada vez mais restrita de simples observadores, a solução inadiável de nossos momentosos problemas.

Há outra sugestão a vos fazer

A estatística não é apenas a reunião e exposição de dados Esta, aliás, tem seu nome e campo próprios; êsses dados pedem interpretação, análise e previsão. Esta é a face verdadeiramente científica É, para alguns a bússola que norteia o destino das nações ou o barômetro que lhes previne a tempestade iminente. Que eu saiba, ainda não se usou nestas acepções, de modo organizado, em nossa terra, tanto no campo econômico como no demográfico e até mesmo no financeiro ou no social

Está nas mãos do I B G E, pelo material feito que oferece o último recenseamento, bem como pelo rico repositório de que o mesmo I B G E é proprietário segundo os diversos levantamentos periódicos que vem realizando, por si ou por intermédio de órgãos filiados, como, ainda, pelo seleto corpo técnico que possui, onde conta com o Professor GIORGIO MORTARA e uma plêiade de brasileiros capazes e esforçados.

Segundo THIELE: "a luta pela vida obriga-nos a consultar oráculos, mas os oráculos modernos devem ser científicos"

Não deixeis que o Brasil se guie, como até hoje, por caminhos tortuosos da dúvida e dirigido por pitonisas improvisadas ou quixotescos predestinados Não deixeis que a nossa pátria se retarde mais na corrida para o futuro, em relação aos demais povos civilizados, se é que desejais, em verdade, vê-la figurar entre os primeiros lugares, não mais em mortalidade infantil, analfabetismo ou pela péssima exploração de seus recursos econômicos; dai-lhe os cuidados médicos indicados — o amparo estatístico, isto é, a determinação do ponto cardial de nossas diretrizes econômicas, políticas e sociais, fixando-o pelo menos temporàriamente, para que no caminho a ser percorrido sejam economizados tempo e espaço Era esta a última e a menos objetiva das sugestões que vos tinha a fazer, pois me dirijo a quem sente a situação, dura tal qual é.

Agora, meus pacientes Senhores, dirigirei a cada um dos três grandes as palavras de louvor e de reconhecimento a que fazem jus

Dr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS! Se me perguntassem, inopinadamente, qual de vossas qualidades a que mais impressiona, eu me sentiria sèriamente perturbado para responder

Idealista de primeira água, votando à pátria, não o amor platônico do pastor da poesia, mas a leal dedicação de todo o vosso ser, só colocando acima dela Deus e seus princípios;

dono de uma modéstia apostólica, vossa vida constituiria um breviário cívico indispensável à nova geração, nesta hora de tanto esbanjamento de cabotinismo; por vossa carreira funcional, de dedicação ao trabalho, inteligência e cultura já merecestes o justo cognome de "funcionário número um do Brasil".

Não é para ferir-vos a sensibilidade que faço estas enumerações; é para indicar aos meus colegas um exemplo digno de ser seguido, para mostrar-lhes o quanto vale um ideal e para provar-lhes que nem tudo está perdido quando por suas cabeças sopra a borrasca do desânimo. Quando isto se aproximar, êles terão presentes o modêlo de vossa vida, que nunca deu quartel a esmorecimentos, mesmo nos momentos mais árduos de vossa existência. Êles terão presente aquela que vos acompanhou quando fizestes o brilhante concurso para o Ministério da Viação e Obras Públicas; quando organizastes e realizastes, em Minas Gerais, o censo de 1920, auxiliando BULHÕES CARVALHO, vosso e nosso mestre, e dirigistes os serviços regionais do Estado montanhês por mais de um decênio; quando participastes da organização do Ministério da Educação e Saúde, dirigindo, depois, o importantíssimo setor que é o Serviço de Estatística da Educação e Saúde; quando possibilitastes o Convênio Interadministrativo; quando sonhastes e realizastes o I B G.E , que para maior felicidade tem na Presidência um símbolo, que é o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES; quando atingistes o alto cargo de Presidente do Instituto Interamericano de Estatística ou quando propondes solução aos intrincados problemas educacionais brasileiros, tinheis e tendes presente a companheira inestimável — a dedicação à boa causa, ao Brasil e a Deus É isto que quero ter junto a mim, e é isto que desejo que meus colegas tenham como companhia, a vossa conselheira inseparável

Sr VALENTIM FERNANDES BOUÇAS Vossos predicados são, como os de TEIXEIRA DE FREITAS, inumeráveis; vossa carreira é brilhante desde o início, quando obtivestes o primeiro lugar, entre os diplomados pela Academia de Comércio de Santos, contando apenas 18 anos de idade Eram a inteligência e aplicação didática que vos serviram e vos servem nos mais diferentes cargos, todos de alta responsabilidade, pelos quais vindes passando, desde vossa ida a Londres, à Conferência Mundial Monetária e Econômica, em 1933 Daí para cá a ascensão foi-se fazendo cada vez mais acelerada, recebendo as mais importantes comissões do Govêrno Federal e representando o Brasil nas diversas reuniões monetárias e econômicas internacionais, sempre com brilho e projeção Os empreendimentos que trazem a marca de vossa iniciativa têm latente o germe da vitória

Entretanto, vossa vida não foi sempre Londres, Santiago, Washington, Bretton Woods ou Chapultepec Lutastes e esta vossa luta só vos fortaleceu Antes de atingirdes o posto de Diretor-Presidente da Serviços Hollerith S A , em nome da qual nos oferecestes êste Curso, amargastes o azedume de uma existência modesta, etapa, como as seguintes, que superastes, tendo por arma o poder da PERSISTÊNCIA Que melhor modêlo posso apresentar a esta turma de funcionários-alunos, precisando vencer nos dias conturbados e traiçoeiros da vida moderna?

Meus colegas, juntai à dedicação de TEIXEIRA DE FREITAS a PERSEVERANÇA de VALENTIM BOUÇAS e agradecei a ambos mais êste favor que êles vos prestam

Assistência à cerimônia de encerramento do Curso Bulhões Carvalho, no auditório do Edifício Hollerith

Professor JORGE FELIPE KAFURI: Em boa companhia e bem armados só nos falta a defesa para os momentos em que nem a conselheira nem o engenho ofensivo nos podem prestar ajuda.

Vós, Professor KAFURI, estais incarnando o que pode haver de melhor escudo — a CIÊNCIA Vossa obra de divulgação da estatística, de parceria com VALENTIM BOUÇAS e TEIXEIRA DE FREITAS, só pode receber de nós, os que ainda sentem sêde de saber, apesar da idade e desilusões, aplausos e agradecimentos

Mestre da Estatística Matemática, mereceste de uma feita, e é êsse o vosso lugar, figurar entre os dois maiores teoristas latino-americanos Vosso tempo precioso foi criteriosamente distribuído entre a cátedra e a aplicação da economia e da metodologia estatística Prático, que sois, não recuastes ao convite de colaborar num dos mais importantes setores da Coorde-

nação da Mobilização Econômica, em dias negros e tempestuosos Expuseste-vos à crítica do grande público, quando em seu próprio benefício. Se não conseguistes a estabilização dos preços, é justo que se reconheça — a derrota não vos pertence. Não falhastes porque a ciência não falha Na contingência em que vos encontrastes até super-homens falhariam Fixar tetos de prêço e mantê-los sem as indispensáveis medidas de equilíbrio é algo que está acima do poder do indivíduo humano Manter o nível de preços de uma determinada categoria de bens de consumo enquanto os utensílios indispensáveis à produção dêsses bens, os salários e os transportes atingiam custos exorbitantes ou escasseavam, só pode ser obra divina A ciência, bem o sabeis, como o ideal, nunca falha Fracassam os homens, principalmente os que são verdadeira negação científica e da vontade de acertar, da liberdade e do Direito, negação do progresso e da renovação A trajetória dêles, por mais curta que pareça, deixa funda cicatriz na sociedade por que passa e aí permanece por longo tempo, o dôbro ou o triplo do período destrutivo, até desaparecer. Felizmente, êles passam como um bólido e o brilho de seu rastro não chega a ofuscar uma consciência como a vossa, de homem livre, probo e idealista

Meus colegas, segui as passadas de JORGE FELIPE KAFURI, na estrada do saber, pois elas levam à imunidade de que necessitais Associai-a aos predicados de VALENTIM BOUÇAS e TEIXEIRA DE FREITAS e assim tereis a melhor fórmula para o sucesso

A êles e ao Embaixador MACEDO SOARES, aos professôres, que durante o período de aulas foram conselheiros e amigos, representando cada um dêles a dedicação, a persistência e a cultura; a todos, enfim, que direta ou indiretamente nos possibilitaram a aprendizagem, em condições jamais imaginadas, pelas vantagens atuais e remotas, os nossos sinceros agradecimentos"

Damos, a seguir, o texto da oração do paraninfo, Professor FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA:

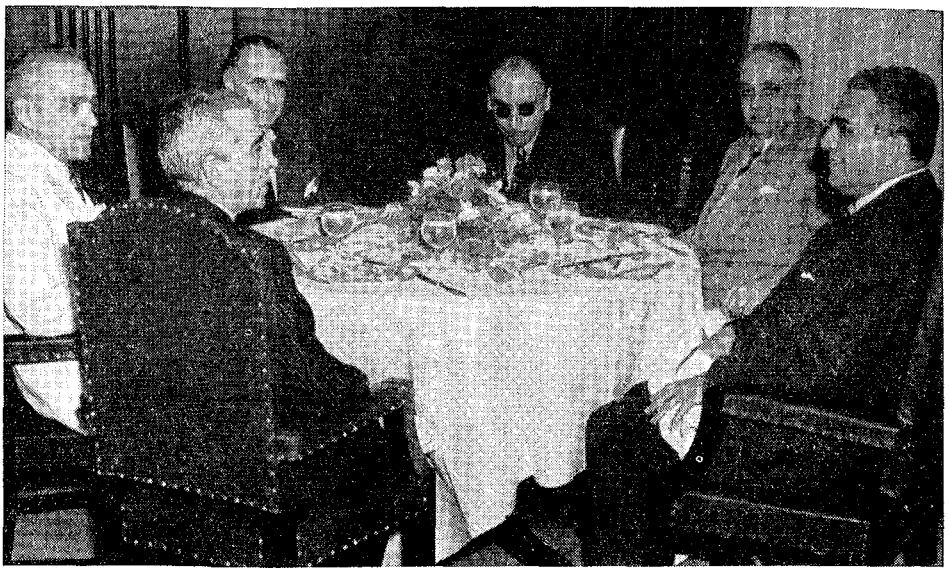
"É sempre grande a responsabilidade caída sôbre quem recebe a incumbência de representar o pensamento de uma coletividade É sempre muito séria a investidura de trazer a público a expressão de um sentimento geral, misto de afeição e de cordialidade, de admiração e de respeito, de entusiasmo e de exoltação, de crítica e de contentamento O pêso da missão é ainda maior quando se trata de traduzir o pensar de uma "elite" que é o expoente de uma juventude, que é o índice expressivo de uma classe laboriosa, inteligente e empreendedora Mais árdua ainda é a tarefa quando alguém se sente distinguido para, em solenidade máxima, ser o intérprete de ideais, de sentimentos e de aspirações A escolha trás desvanecimento ao lado de responsabilidades; trás confôrto e, ao mesmo tempo, receio; oferece uma face sorridente e outra cheia de ansiedade É que o paraninfado da 1ª turma que completa o Curso de Estatística Bulhões Carvalho tem um significado todo especial que vem dar uma nota ímpar neste cortejo de cursos que a curiosidade brasileira, a vontade de progredir do nosso povo e o desejo dos dirigentes em facilitar as aspirações da mocidade realizam anualmente Um curso é sempre um acontecimento auspicioso e um curso como êste, com os objetivos bem marcados, com um traçado magistral e com uma realização completa, torna-se notável e digno de todo o respeito e de tôda a admiração.

Quiseram os alunos que finalizaram êste curso que fôsse eu o paraninfo nesta solenidade Cumpramos as ordens da mocidade

O significado do Curso de Estatística Bulhões Carvalho é bastante grande É indiscutìvelmente um marco no progresso dos conhecimentos estatísticos, em nossas terras. Não teria frutificado no século passado por falta de pessoas que tivessem a visão nítida dos acontecimentos Idênticamente, no começo dêste século De trinta anos para o momento atual, os esforços foram congregados e sentimos como a compreensão do problema é atualmente bem clara e já não deixará mais de progredir.

O grande desenvolvimento da Estatística originou-se principalmente de uma reação ao verbalismo As tendências sociais da antiguidade que, surgindo do formalismo romano, desabrocharam na Idade Média, em ondas de palavras e de frases, afastavam-se cada vez mais do verdadeiro sentido esperado pela humanidade O verbalismo é manifestação residual do pensamento antigo e a Estatística foi o instrumento que trouxe o pensamento para a realidade Caminhou do ideal para o real, em trabalho paciente e lógico, sem afastar a aspiração de melhoria, de adiantamento e de progresso O que importava, outrora, era conceituar belamente, era conceituar sem o imperativo de coadunar-se o pensamento com o que se processava no mundo Hoje, busca-se o conceito irmanado com a realidade Mudam-se para melhor as aparências, abandonando-se a presunção estulta de conhecer a criação das coisas O Homem aproxima-se de Deus, procurando melhor compreender as coisas sem a loucura de querer divinizar-se Afastando-se da lenda de Prometeu e aproximando-se do "Liber sapientiae", o homem se aproxima da verdade, lembrando-se de que "sed omnia in mensura, et numero, et pondere disposuisti". E, assim, na fase histórica que atravessamos, a humanidade está mais solidária com a realidade sem ficar longe também da idealidade Já em 1795, PIERRE SIMON, Marquês de Laplace, antevia, com a genialidade de suas afirmações, que "presque toutes nos connaissances ne sont que probables; et dans le petit nombre des choses que nous pouvons savoir avec certitude dans les sciences mathématiques elles mêmes, des principaux moyens de parvenir à la verité, l'induction et l'analogie se fondent sur les probabilités" Mais de um século levamos todos nós para admitirmos em todos os domínios científicos, a intromissão da Estatística a fim de explicar cabalmente os fenômenos coletivos e de multidão Probabilismo é doutrina que se impõe nos campos de investigação, na atualidade Não é mais possível abandoná-lo, uma vez que, nos tempos que correm, somos obrigados a encarar continuadamente a biologia, a economia e a sociologia E que vem a ser a Biologia, em última análise? Massas de colóides em agitação que formam os seres vivos E a Economia? Massas de bens e de riquezas em movimento E a Sociologia? Massas humanas em deslocamentos contínuos. Massas, coleções, universos que sòmente podem ser explicados e compreendidos pelo método estatístico. Por êle melhor compreendemos o homem, na vida física, na vida econômica e na vida social Biometria, econometria e sociometria são aspectos da Estatística e congregam-se para a apresentação de previsões concernentes à melhoria física, econômica e social das populações humanas Foi por tudo isto que espíritos avisados aos quais rendemos homenagens fundaram o curso de estatística que findou

Encerra-se, hoje, o Curso de Estatística Bulhões Carvalho, após meses seguidos de labor intenso, ininterrupto e eficiente. Aí estão aquêles que mantiveram a fé nos resultados, a confiança nos processos e a persistência no trabalho Recebem, hoje, o prêmio final aquêles que trouxeram vivamente acesa a chama de um ideal, sempre de ânimo forte, intimoratos diante da vastidão das matérias e do encontro com ensinamentos inesperados Chegaram, trabalharam e venceram árduos embates Vão partir, de novo, no retôrno aos Estados longínquos alguns e, outros, a Repartições no próprio Distrito Federal As interrogações que pairavam no espírito dos iniciantes, no começo do curso foram substituídas por outras interrogações Tinham interrogações voltadas para um terreno desconhecido e, agora, estão dirigidas para a aplicação de tudo quanto foi aprendido As primeiras foram respondidas pelo esfôrço conjunto de mestres e de alunos, irmanados no mesmo labor As outras serão respondidas pela iniciativa que os alunos dêste curso já revelaram; serão traduzidas em afirmações pelos conhecimentos adquiridos nos dias de estudo meditado e fecundo; serão resolvidas pelas capacidades reveladas por esta mocidade que hoje se diploma. Temos fé nos resultados e confiança nos executores Fé e confiança nascidas do convívio com êsses alunos e oriundas do conhe-



Mesa principal do almôço oferecido pelo Instituto Brasileiro de Mecanização aos participantes das Assembléias Gerais do I B G E e alunos do Curso Bulhões Carvalho, vendo-se os Senhores Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, VALENTIM BOUÇAS, HEITOR BRACET, M A TEIXEIRA DE FREITAS, *Professor* DELGADO DE CARVALHO *e* DJALMA FORJAZ

cimento das qualidades de que são detentores, qualidades do nosso povo excelente, da nossa gente laboriosa, do nosso Brasil grandioso pelo qual temos trabalhado e por cuja grandeza daremos todos os nossos esforços, todos os nossos pensamentos e até as próprias vidas

Instituído que foi o Curso Bulhões Carvalho, no ano de 1944, recebestes, desde logo, os ensinamentos necessários para o conhecimento do método estatístico No dia de abertura, VALENTIM BOUÇAS, TEIXEIRA DE FREITAS, JORGE KAFURI, GIORGIO MORTARA, CARLOS VITAL vos disseram o que é êsse método de trabalho, o que tem sido no Brasil e tudo quanto pode esperar-se da aplicação contínua dos conselhos que dêle derivam Ouvistes o que foi feito por iniciativa dos pioneiros BULHÕES CARVALHO, TOBIAS MOSCOSO e VALENTIM BOUÇAS

Soubestes das dificuldades dos recenseamentos, dos censos, da análise dos inquéritos e, nesse particular, todos nós nos lembramos do quanto tem feito pelo progresso da Estatística no Brasil, a figura empreendedora e enérgica de VALENTIM BOUÇAS que tem, em pleno domínio, o saber e a ação, e, assim, os congrega em instituições que causam orgulho a qualquer povo Foi VALENTIM BOUÇAS que possibilitou o desenvolvimento da Estatística, trazendo a grande contribuição da mecanografia sem a qual não seria permitida a rápida visão dos resultados censitários, nem a obtenção da farta messe de informações necessárias para a compreensão das fôrças, dos recursos e dos valores de uma nacionalidade

Soubestes o quanto tem feito o Embaixador MACEDO SOARES, benemérito da nossa especialidade, e TEIXEIRA DE FREITAS, apóstolo incansável que sabe congregar dezenas de nomes brilhantes, de homens trabalhadores nessa escola palpitante de vida, de devotamento e de resultados fecundos que é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Assim, pois, alunos do Curso Bulhões Carvalho, aprendestes o valor dêsse instrumento na apreciação dos fenômenos coletivos e nos fenômenos de multidão Vistes que não é possível compreender êsses fenômenos revestidos de alta variação e de profunda complexidade, sem um aparelhamento lógico e matemático capaz de fazer surgir claramente a expressão mais aproximada da heterogeneidade perturbadora que nos rodeia e nos afoga, nos obumbra e nos amedronta, algumas vêzes.

Convencidos pela experiência secular de que não era possível retratar a realidade do ambiente em fórmulas fornecidas pela aplicação conjunta dos métodos que o pensamento antigo nos forneceu, o homem, pacientemente, imaginou um outro entrosamento de métodos e de processos para a compreensão dos problemas de cuja solução dependem a civilização, o progresso e a cultura. O novo instrumento foi a Estatística A Estatística detém as realidades e dá para as mesmas uma interpretação ideal A Estatística colhe os elementos do real e os analisa profundamente Analisa-os e dêles fornece a melhor síntese que ao homem, na sua imperfeição, é dado apresentar. O conhecimento de método estatístico, além do discernimento, da precisão e da profundidade, vem trazer ao espírito do estudioso uma outra qualidade É a qualidade de compreender os problemas biológicos, econômicos e sociais, dentro das possibilidades humanas As leis estatísticas são leis probabilísticas, leis que traduzem aproximações As leis científicas são tôdas aproximadas Tanto melhores, tanto mais próximas da verdade que desejamos alcançar As coisas existem criadas por Deus e delas sòmente vemos as aparências A ciência procura conhecer a essência das coisas, dando-lhe explicações, dissecando-as, pormenorizando-lhes os elementos formadores, indagando-lhes as mais delicadas minúcias, e, por fim, apresenta as leis que devem traduzir a composição das mesmas Todos os resultados são probabilísticos e o que há de maravilhoso, na ciência, é que o homem, sabedor de que não encontrou a verdade, não cessa de buscá-la e fica radiante, sempre que consegue retratar em fórmula, cada vez mais precisa, uma aproximação maior para o que tem em vista explicar Tendes, vós que acabastes êsse curso, um novo instrumento para essas indagações Vamos trocar as despedidas Vamos separar-nos Vamos separar-nos, mas teremos sempre em nossa lembrança as figuras de JORGE FELIPPE KAFURI, diretor do Curso Bulhões Carvalho; do Embaixador MACEDO SOARES e de TEIXEIRA DE FREITAS, que formaram, pelo idealismo, uma organização modelar da Estatística e que encarnam vivamente o I.B G E ; e, "last but not least", de VALENTIM BOUÇAS, êsse benemérito dos estudos estatísticos no Brasil, êsse batalhador incansável cujo nome tive ocasião de mencionar, no primeiro curso oficial de Estatística, em 1927, e a quem só vim conhecer pessoalmente em 1941, êsse brasileiro digno de nossa grandiosa

Pátria, êsse pesquisador que nunca desertou da Estatística, com o seu entusiasmo e a sua assistência, e cuja fisionomia bondosa e encorajadora está tão ligada a êste salão que é um santuário de estudo, de trabalho e de meditação, — para êles —, neste momento em que nos despedimos, peço que se volvam os nossos agradecimentos e a nossa gratidão"

*

Receberam diplomas por conclusão do Curso Bulhões Carvalho os seguintes alunos:

ADÃO PEIXOTO DE OLIVEIRA, ADAUTO DE QUEIROZ GUIMARÃES, ALFREDO ESTEVES SOBRINHO, AMÉLIA XAVIER DE BRITO, AMÉRICA MONTEIRO DE ARAÚJO, ANTONIETA DE AMORIM MAGHELLI, ANTÔNIO RODRIGUES BRANDÃO, ANTÔNIO DA SILVA NEVES, ARISTIDES SIMÕES, ARMANDO GERALDO, CÂNDIDO PONCIANO VON BORELL NEGREIROS, ARY FREIRE CASTELLO, AZARIAS DE ARAÚJO SANTOS JÚNIOR, DELBA MARIA TAVARES, DOMINGOS CÂMARA DE CASTRO, EDGAR DE SOUZA MACHADO, EDITH MENDES DE AGUIAR AZEVEDO, ELZY CARDOSO RODRIGUES SILVA, ERMELINDA CARMEN TAVARES BASTOS, FRANCISCO PEREIRA SANCHES, FREDA CAVALCANTI JARDIM, GILDA MARIA BAENA MACHADO SILVA, GIZONITA FERREIRA LOUREIRO, HIPATIA DAMASCENO FERREIRA, HORMINDA PITALUGA DE MOURA, IDELZUITE TAVARES DE SOUZA, ISMALIA BORGES, JAIR FRAGOSO ALVES DA SILVA, JOEL DE SOUZA MONTELLO, JOSÉ ALBERTO VAN ACKER, JULIETA FERREIRA DO VALE, LÉA NEUENSCHWANDER, LUIZA MEDRADO DE REZENDE, MARCOS VINICIUS DA ROCHA, MARIA ELISA DE VASCONCELLOS, MARIA DE LOURDES DE CASTILHO, MARIA VICTORIA CARNEIRO DA SILVA, MARÍLIA NAVARRO DE ANDRADE, MEYER MARGULIS, NELSON GONÇALVES COELHO, OLGA PIO DA SILVA SANTOS, OLGA VOIGT LIMA, OTTO GIRALDES, REGINA BANDEIRA DE MELLO, SÍLVIO DE AZEVEDO LIMA, SYLVIA DE CASTRO ARAGÃO, TAMARINDO DOS SANTOS, THEOPHRASTO SÁ DE MIRANDA, THEREZA DE JESUS MOITA CAEIRO, WALDEMAR DE SOUZA BORGES, VICENTE NORBERTO DA CRUZ GUANABARINO

REORGANIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Tudo quanto se possa dizer a respeito dos resultados da Conferência Interamericana Sôbre Problemas da Guerra e da Paz, realizada em Chapultepec, México, estará longe de traduzir o extraordinário alcance das decisões aprovadas naquela grande reunião de povos americanos Tendo participado de maneira ativa e eficiente de todos os seus trabalhos, ao Brasil coube a honra de ver aprovadas importantes propostas submetidas à consideração da assembléia, dentre as quais cumpre destacar a que se refere à reabilitação física, econômica, moral e social do homem americano, visando a aumentar-lhe a capacidade de trabalho e ampliar o seu poder de consumo Foi redator da proposta aludida o Sr João CARLOS VITAL, presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais, o qual fundamentou a tese brasileira no princípio segundo o qual "o homem deve ser o centro de interêsse de todos os esforços dos povos e dos governos"

Aprovando o ponto de vista do nosso país concernente aos princípios sociais que devem nortear a ação dos governos americanos e ampliando-o com outros itens inspirados no mais sadio idealismo, a Conferência de Chapultepec consagrou um postulado que, logo a seguir, começaria a produzir, entre nós, os seus primeiros frutos Com efeito, sob a inspiração daquela luminosa declaração, o Govêrno Brasileiro, pouco depois, determinava, em prosseguimento aos estudos de que se originou o projeto de "Lei Orgânica da Previdência Social", a reorganização da previdência social brasileira, de cuja tarefa foi incumbida uma comissão presidida pelo Sr João CARLOS VITAL, Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil e Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística

Desincumbindo-se de seu encargo, a comissão elaborou um projeto de lei orgânica, que veio a ser adotado pelo Decreto-lei n° 7 526, de 7 de maio de 1945, transcrito no final desta notícia Estava criado o Instituto dos Serviços Sociais do Brasil (I S S B), órgão destinado a reestruturar a previdência social no país e promover a sua ampliação coordenada à da assistência social

No decurso da última sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, realizada no período de 3 a 24 de julho, verificou-se a oportunidade de interessantes contactos entre aquêle órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto de Resseguros do Brasil, dos quais resultou, para os estatísticos, o conhecimento dos novos rumos da política social

Na reunião de 5 daquele mês, o Sr João CARLOS VITAL foi alvo de expressiva homenagem, assistindo, da mesa que presidia os trabalhos, a parte das discussões de real alcance técnico e administrativo a que se entregavam os conselheiros, delegados de todos os Ministérios, representando a União, e de todos os Estados e Território do Acre, representando essas Unidades Federadas e respectivos municípios Ao visitante, dirigiu o Sr M A TEIXIRA DE FREITAS, Secretário-Geral do I B G E , eloqüente saudação, enumerando as corajosas iniciativas que o ilustre visitante vem concretizando na entidade que preside, e pondo em relêvo a sua eficiente participação nos trabalhos desenvolvidos em diferentes setores da ação governamental

Agradecendo a homenagem de que era alvo, o Sr João CARLOS VITAL manifestou o seu aprêço pela obra que o I B G E realiza e relatou algumas das experiências empreendidas no Instituto de Resseguros do Brasil Aludiu, por fim, às providências já encaminhadas para a organização do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil e manifestou o seu duplo empenho em receber as visitas dos Srs Conselheiros na instituição que preside e fazer-lhes, para o fim de receber sugestões, uma exposição sôbre a reforma da previdência social no Brasil, segundo as conclusões a que chegou a Comissão

incumbida pelo Sr Presidente da República de proceder ao respectivo estudo

O Sr HEITOR BRACET, delegado do Ministério da Justiça e Presidente da reunião na ausência eventual do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, agradeceu a gentileza do convite, fixando dia e hora para a visita e a exposição referidas.

NA SEDE DO I R B

Às 9 horas do dia 7, os delegados federais e regionais do C N E visitaram o Instituto de Resseguros, sendo recebidos pelo Presidente, chefes de serviços e funcionários

No auditório, o Sr *JOÃO CARLOS VITAL* iniciou uma explanação dos fins, da organização e do funcionamento do I R B, a qual se interrompeu durante o horário do lanche do pessoal do Instituto, a que os visitantes assistiram, prosseguindo depois com minuciosas informações sôbre o sistema de remuneração e assistência a que têm direito os servidores da instituição Demonstrando seu vivo interêsse por essas peculiaridades, os visitantes fizeram várias indagações, mostrando-se excelentemente impressionados não só pela estrutura funcional como pelo alcance social da experiência do I R B É de observar-se que algumas das vantagens asseguradas aos que trabalham no I R B constam de sugestões oferecidas em resolução aprovada pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística na sua sessão de julho de 1939, tais como os aumentos progressivos em função do tempo e dos encargos de família e o abono de Natal.

A propósito do sistema de contagem de pontos para efeito de participação dos funcionários nos lucros, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS observou que se deveria pesar, além dos elementos previstos no regulamento do I R B, a circunstância de ter o servidor prole numerosa, educando-a convenientemente. O Sr JOÃO CARLOS VITAL disse apreciar a sugestão, prometendo adotá-la

Em seguida, os conselheiros percorreram as diversas dependências da sede do Instituto, sempre acompanhados do Presidente e de chefes de serviços, inteirando-se detidamente de particularidades da organização e atividades dos diversos setores de trabalho, assistindo inclusive ao encerramento do expediente e apreciando os detalhes das instalações De tudo recolheram impressão que expressaram em palavras as mais entusiásticas Essa impressão foi posteriormente comunicada, em têrmos eloqüentes, no plenário do Conselho, pelo Sr CLODOALDO CARDOSO, delegado do Estado do Maranhão, dando lugar a aplausos de todos os presentes.

AS FINALIDADES DO I S S B

Após se haverem os membros do Conselho Nacional de Estatística inteirado da legislação referente à organização do Instituto de Serviços Sociais do Brasil, mediante a distribuição, que lhes foi feita, de exemplares do último número da *Revista do I R B.*, compareceu o Sr JOÃO CARLOS VITAL, como Presidente da Comissão encarregada daquela organização, ao plenário do Conselho, para fazer uma exposição a respeito da profunda reforma por que vai passar a previdência social no País

Além do Presidente do I B G E, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, e dos delegados federais e regionais, não só do C N E mas também, em parte, do Conselho Nacional de Geografia, elevado número de funcionários da Secretaria-Geral da entidade que centraliza o sistema estatístico nacional ouviu essa palestra, num ambiente da mais viva atenção

O Sr JOÃO CARLOS VITAL começou frisando a satisfação que sentia ao falar perante os delegados estatísticos de quase todos os Estados do País, aos quais ia dirigir-se para dizer o que é e o que representa o Instituto de Serviços Sociais, bem como explicar os motivos que levaram o Govêrno à sua criação Acentuou que a previdência social começou a ser praticada através do seguro por instituição, por emprêsa, e que, mais tarde, com o advento do govêrno do Presidente GETÚLIO VARGAS, foram estabelecidos entre nós, como pontos fundamentais, o desdobramento e ampliação dêsse setor, por meio da política da organização dos institutos por atividade, uma vez que as emprêsas nem sempre tinham uma massa de associados capaz de proporcionar um seguro compensador A esta altura, fixou a importância da lei dos grandes números, lembrando que, nessas massas, os grupos de idades ainda curtas permitem obter contribuições para fazer frente aos encargos de idades mais avançadas Traçou, a seguir, o quadro da evolução, até 1945, dos Institutos dos Marítimos, dos Bancários, dos Comerciários, dos Transportes, chegando ao de Aposentadoria dos Industriários, de cuja organização foi o próprio orador o encarregado, o qual reune presentemente cêrca de 1 300 000 associados, representando 60 por cento da massa segurada do Brasil

"Temos certa tranqüilidade de espírito" — prosseguiu — "para dar o passo final, que representa a reunião de tôdas as atividades num só Instituto A criação do I S S B é, pois, uma conseqüência, e não pròpriamente um objetivo" Afirmou que a fusão dos Institutos e Caixas numa única entidade é empreendimento absolutamente praticável Disse que os atuários do Ministério do Trabalho, durante os últimos anos, se preocuparam com o estudo da unificação dos benefícios e das contribuições, de sorte que a parte técnica do trabalho se acha grandemente adiantada, mas aí apenas se ajustam à nova lei os planos realizados, tendo em vista uma massa de cêrca de dois milhões de trabalhadores, conservando-se fora do âmbito da previdência social os trabalhadores de diversas outras atividades Aludiu, então, à situação de abandono, neste particular, dos trabalhadores da agricultura, colocados, assim, à margem dos benefícios da previdência social Nestas condições, a lei orgânica do I S S B é estrutural e não administrativa; é uma lei essencialmente "substantiva", que define os rumos fundamentais do ponto de vista do Govêrno, para que todos os brasileiros tenham os mesmos direitos

"Naturalmente" — salientou o orador — "a penetração dessa lei nos sertões do Brasil há de exigir muitos esforços, mas estamos prontos

para fazer tudo quanto fôr possível para atingir o nosso objetivo". Referiu-se à larga experiência já obtida no campo da previdência social, em nosso país "Mas" — continuou — "durante todo êsse tempo, também sentimos que a previdência não podia permanecer divorciada da assistência, e que dificilmente poderíamos convocar a colaboração dos trabalhadores se êles nunca tinham oportunidade de receber benefícios durante o período de sua vida ativa Sòmente quando a invalidez lhes batia à porta ou a morte os levava, é que sentiam as manifestações da previdência, através da aposentadoria ou da pensão. A atual lei estabelece a assistência como corolário da previdência. Considera que a previdência ainda é uma assistência, ou seja, o prolongamento da assistência na invalidez e na morte; para ela, pois, volta à lei suas atenções. E aí reside o aspecto mais sério para um país como o Brasil, onde todos nós que acompanhamos a evolução do nosso movimento demógrafo-sanitário experimentamos as mais tristes e dolorosas realidades na visão dos números fixados nos trabalhos dêsse gênero"

Estendeu-se ainda o Sr. João Carlos Vital na apreciação dos males causados pela incipiência do aparelhamento sanitário em largas faixas do país, o que concorre para arrastar à inatividade uma considerável massa de indivíduos, sem falar nos apavorantes índices de mortalidade infantil. Consideraram, por isso, os organizadores do I S S B, que a previdência e a assistência deveriam ter ainda o aspecto de uma colaboração com tôdas as fôrças vivas da nação, para minorar os efeitos daqueles males. Assim, o I S S B está articulado no sentido de colaborar vivamente na defesa da criança, como no amparo constante da saúde do adulto. Aludiu à indicação da delegação brasileira, aprovada na Conferência de Chapultepec, no que concerne à valorização do homem, "problema que não é apenas brasileiro, mas, latino-americano essencialmente, porque todos os nossos irmãos da América Latina vivem em condições iguais senão piores do que as nossas, com populações debilitadas, incultas e pobres, cujo valor de produção está longe de representar os índices que a capacidade humana pode assegurar".

Prosseguindo, o Sr João Carlos Vital acentuou que "a valorização integral do homem brasileiro, terá reflexos tão profundos na economia nacional, quanto sob o prisma social" A seguir, passou a examinar outro aspecto da atividade do I.S S B : a aplicação de suas reservas Disse que essa aplicação deve ser mantida em nível igual ou superior à taxa constante dos cálculos atuariais dentro do quadro da previdência, capítulo êste que deve ser encarado como um assunto dos mais sérios, "porque a velocidade da arrecadação é maior do que a velocidade da aplicação, arrastando com isso um encaixe bancário que concorre forçosamente para baixar o juro atual previsto".

O Sr João Carlos Vital explicou, em seguida, qual a conduta do I S S.B a respeito: "Parece-nos mais justo e mais interessante para o país que essas reservas tenham uma aplicação no juro médio dos investimentos brasileiros, mas, revertendo, imediatamente, diretamente, sem intermediários, em benefício dos nossos segurados". Aqui, o orador levanta a pergunta: "E qual seria essa aplicação?" Responde êle próprio: "Seria uma aplicação que tivesse uma descarga de consumo maior do que a carga de prêmios. Então todos vêem que essa aplicação terá de abranger o "consumo universal", e como o "consumo universal" é o alimento, o vestuário e a habitação, estabelecemos que ela teria preferencialmente êsse sentido".

Segundo o Sr. João Carlos Vital, o que há nisso de novo é a existência de grandes capitais a serviço do pobre, e não inovações que venham, porventura, perturbar o ritmo da economia do país, o progresso, a prosperidade ou as condições de vida das emprêsas privadas. "O pobre vive à mercê dos intermediários" — observou o Presidente do I R B "O homem da venda, da quitanda, o pequeno agricultor, o pequeno chacareiro são, todos, indivíduos sem recursos, sem técnica. Vivem à espera de um preço que talvez não lhes remunere o trabalho. Os produtos que assim saem de suas mãos, em condições técnicas deficientes, vão de mão em mão, através dos intermediários, crescendo no seu valor de venda, até que chegam ao consumidor demasiadamente caros. O pensamento do I S. S B, portanto, nada tem de intervencionista; é um pensamento supletivo. Pretendemos estimular a produção de utilidades fundamentais, levando os recursos e a boa técnica àqueles produtores e assegurando-lhes um comprador certo e justo na sua remuneração"

O orador passou, então, a discorrer sôbre o valor relativo que tem o dinheiro, na mão do pobre e na do rico. "Cinco mil réis" do pobre — disse — "não são os mesmos do rico, porque com "cinco mil réis" o pobre vai comprar utilidades que passaram através de mãos numerosas e diferentes, enquanto que o rico valoriza o seu dinheiro, dêle extraindo um poder de compra e um poder de juros consideráveis" Mencionou a enorme distância que há entre o sapateiro e o grande fabricante de calçados, focalizando o elevado custo de produção do primeiro E resume o ponto de vista do I S. S B, a respeito: "Tirar da massa de capitais o maior valor possível, em benefício dos associados" Ainda nesse terreno, o I.S S.B poderá oferecer, através de sua estrutura funcional, um modêlo de organização industrial, agrícola ou comercial. "Não vamos tirar às companhias de seguros, acentua, às caixas econômicas, aos institutos de crédito em geral, a possibilidade de fazer negócios individuais As inversões do I S S B visarão a aspectos coletivos, pela melhoria das condições de vida regional."

Aludindo à orientação administrativa que terá o I S S B, o Sr. João Carlos Vital pronunciou-se favoràvelmente ao princípio de centralização do planejamento que inspira a obra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com uma ação por excelência descentralizadora, na execução "Vamos partir do Município para o Brasil" — disse — "porque outro ponto para nós de grande importância é que se costuma tirar tudo do município, dando-se-lhe muito pouco em troca. A previdência social terá êsse escopo: aplicar no Município a tota-

lidade, ou, talvez, acima da totalidade da arrecadação, na valorização da economia municipal" O capital com que irá trabalhar o I S S B será aproximadamente de dois biliões de cruzeiros, e o giro dessa importância reverterá sempre em benefício de uma maior capacidade aquisitiva dos segurados E insistiu: "Há quem pense que vamos ser concorrentes na distribuição comercial das utilidades, quando se pretende apenas dar um suprimento, uma injeção estimuladora na economia dos elementos essenciais à vida Não está em nossos planos fazê-lo senão em caráter supletivo e demonstrativo" A lei terá âmbito nacional, cobrindo todos os brasileiros capazes de produzir, bem como será vasada em têrmos de mais confiança que as anteriores de espécie análoga Concluindo, disse o Sr JOÃO CARLOS VITAL, sob demorados aplausos: "Nossa divisa é esta: tirar de cada um na medida de suas possibilidades, e dar a cada um na medida de suas necessidades"

DEBATES

Submetidas, assim, à crítica da assembléia as linhas gerais da organização do I S S B, fizeram uso da palavra os delegados da maioria das Unidades Federadas, solicitando esclarecimentos e formulando dúvidas que demonstraram o grau de interêsse que o assunto despertara Conhecedores das diversas regiões e das peculiaridades da vida do interior do país, quiseram detalhes da viabilidade de certas medidas em profundidade realmente nacional, recebendo sempre do Presidente do I R B, respostas objetivas e uma ampla afirmação de confiança na realização das finalidades traçadas

O último comentador foi o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, que apreciou com largueza de vistas os problemas de base do país, sobretudo o do desequilíbrio da vida das grandes cidades em confronto com a das localidades mais modestas, ressaltando o muito que poderá fazer o novo organismo centralizador do sistema de previdência social para atacá-los e resolvê-los

Encerrando a reunião, o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, assegurou, em nome da entidade e, de modo especial, dos serviços de estatística de todo o país, plena colaboração aos objetivos do Instituto de Serviços Sociais do Brasil, manifestando, ainda, a grande confiança que inspiram o amplo descortino, o arrôjo e a inspiração patriótica da comissão organizadora do I S S B.

PRONUNCIAMENTOS DO C N E

A propósito da visita dos membros do Conselho Nacional de Estatística ao I R B, foi proposto na última reunião ordinária da Assembléia pelo delegado de Mato Grosso, Sr KLEBER DE FARIA, um voto de agradecimentos e congratulações, comunicado pelo presidente da mesa ao Sr JOÃO CARLOS VITAL no seguinte telegrama:

"Tenho a honra de comunicar a V Excia que por proposta do Sr KLEBER DE FARIA, delegado do Estado de Mato Grosso, foi inserto em ata dos trabalhos da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística um voto de vivo agradecimento e de calorosas congratulações; de agradecimento pela acolhida dispensada no Instituto de Resseguros do Brasil e pela amável visita feita, durante a qual V Excia proferiu interessante palestra sôbre seguros sociais; e de congratulações pela grande obra que o I S S B se propõe a realizar no país, nos domínios da assistência e previdência sociais Atenciosas saudações Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, representante do Ministério da Marinha, eventualmente na presidência dos trabalhos"

Ainda sôbre aquela visita e a exposição feita perante aquêle Conselho pelo Presidente da Comissão organizadora do I S S B, disse o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário-Geral do referido órgão deliberativo do sistema estatístico brasileiro, no discurso que pronunciou por ocasião do encerramento dos trabalhos da Assembléia:

"A mais profunda impressão causou ao Plenário a visita ao Instituto de Resseguros do Brasil O que ali observaram os Senhores Conselheiros, deixou-lhes a certeza, conforme ficou declarado, de que a instituição, além de servir aos seus fins admiràvelmente bem também está fazendo, no tratamento dispensado ao seu funcionalismo, uma das mais profundas e completas experiências sociais, em conformidade, aliás, com os princípios que o Conselho de Estatística vem preconizando para todo o funcionalismo público Em sessão, o Conselho também recebeu o Sr JOÃO CARLOS VITAL, presidente do Instituto de Resseguros, que expôs, merecendo inestritos aplausos, a orientação a que obedecem os seus estudos relativos ao Instituto de Serviços Sociais do Brasil"

Por último, cabe registrar que, em Resolução sob n º 305, aprovada na reunião do dia 24 de julho, a Assembléia Geral do C N E assim se manifestou:

. . ..

"Art 3º — É expresso o caloroso aplauso do Conselho a tôdas as realizações e iniciativas que, sôbre beneficiar, de um modo ou de outro, o desenvolvimento do país, constituíram definitivas aquisições para o progresso econômico e social da Nação, como tais destacando-se, especialmente, as seguintes:

.. .

d) o encaminhamento das providências relativas à criação do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, em cujo plano de ação se incluem medidas do maior alcance para a valorização do homem brasileiro, mediante critérios de justiça social capazes de resolver muitos dos problemas de educação e assistência já devidamente caracterizados nas pesquisas e estudos dos técnicos do Conselho"

★

É o seguinte o Decreto-lei que estrutura os Serviços Sociais do Brasil:

Decreto-lei nº 7 526, de 7 de maio de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art 1º — Os serviços de previdência e assistência social serão assegurados e ministrados pela União com a cooperação dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios e de instituições públicas ou particulares, por intermédio de órgão com os poderes necessários para executar, orientar ou coordenar as atividades pertinentes aos mesmos serviços

Art 2º — Constitui fim precípuo da previdência social garantir a todos os brasileiros, e aos estrangeiros legalmente domiciliados no país, os meios indispensáveis de manutenção, quando não se achem em condições de angariá-los por motivo de idade avançada, invalidez temporária ou permanente ou morte daqueles de quem dependiam econômicamente.

Art 3º — Todo brasileiro ou estrangeiro legalmente domiciliado no país, maior de 14 anos, que exerça atividade remunerada ou afira proventos de qualquer fonte, será segurado obrigatório da previdência social, na forma que a lei determinar

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica aos militares e aos servidores públicos, estaduais e municipais, que estiverem sujeitos a regimes próprios de previdência e assistência social, incluídos porém os servidores de autarquias e órgãos de economia mista

Art 4º — Serão previstos no regime da previdência social seguros facultativos limitados, destinados a reforçar as prestações do seguro social, e custeados exclusivamente pelos próprios segurados

Art 5.º — O custeio dos serviços será atendido mediante contribuição:

a) daqueles que auferem proventos de emprêgo, em percentagem fixada sôbre o montante de seus ganhos;

b) dos empregadores, em quantia igual àquela paga pelos respectivos empregados;

c) daqueles que auferam proventos do exercício de profissão autônoma, em percentagem igual àquela que incide sôbre os contribuintes referidos na alínea *a;*

d) daqueles que auferam rendimentos de quaisquer fontes, em percentagem igual àquela que incide sôbre os contribuintes referidos na alínea *a;*

e) da União, correspondente ao total das constribuições arrecadadas nos têrmos da alínea *a* dêste artigo e mais a quantia mínima de 1% (um por cento) da receita ordinária de cada exercício;

f) dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, correspondente à importância mínima de 1% (um por cento) da respectiva receita ordinária de cada exercício;

§ 1º — As contribuições previstas nas alíneas *a, b, c, d* e *e in principio* se destinam ao custeio dos serviços de previdência e gerais de assistência compreendidos no plano a que se refere o art 27 e as alíneas *e in fine* e *f* ao dos serviços especiais de assistência

§ 2º — Constituirão igualmente fontes de receita dos serviços sociais os rendimentos de suas reservas, bem como quaisquer receitas eventuais

Art 6º — A aplicação das reservas a que se refere o § 2º do artigo anterior asseguradas as condições de garantia e rendimento, visará precìpuamente à melhoria das condições de vida social, atendendo às necessidades mínimas dos segurados e seus dependentes no que concerne à sua alimentação, habitação, vestuário e saúde

Parágrafo único — Os recursos destinados aos serviços especiais de assistência serão obrigatòriamente empregados na proporção de um têrço em qualquer parte do território nacional; um têrço para atender às necessidades dos mesmos serviços nos limites de cada Estado, e um têrço em cada município, proporcionalmente à taxa de contribuição a que se refere a letra *f* do artigo 5º

Art 7º — As prestações concedidas pela previdência e pela assistência social têm a denominação genérica de benefício e podem ser concedidas em dinheiro, utilidades ou serviços, não devendo porém a importância em dinheiro ser inferior a um têrço do valor do benefício

Art 8º — Os benefícios da previdência social terão valor proporcional à média da contribuição individual no triênio que anteceder à respectiva concessão, obedecendo o coeficiente de proporcionalidade a uma progressão decrescente, de modo a se manterem os benefícios nos limites fixados qüinqüenalmente por ato do Poder Executivo

Art 9.º — Os benefícios variarão segundo a condição de família dos segurados, não devendo contudo ser inferiores a setenta por cento (70%) do valor do salário mínimo regional.

Art 10 — A prestação de benefício terá em vista o efetivo amparo econômico do segurado e seus dependentes, perdurando enquanto não possam êles, por motivo de invalidez, idade ou condição doméstica exercer atividade remunerada

Art 11 — Os serviços de assistência social compreenderão as formas necessárias de assistência médico-hospitalar, preventivas ou curativas, e ainda as que se destinam à melhoria das condições de alimentação, vestuário e habitação dos segurados e de seus dependentes

Art 12 — A assistência à família e à infância terá a forma de assistência matrimonial, pré-natal e infantil e será prestada por abonos, serviços ou em utilidades

Art 13 — Os seguros contra acidentes de trabalho e moléstias profissionais serão custeados através de contribuições especiais dos empregadores e ficarão a cargo do órgão incumbido da administração da previdência social, assegurando-se às vítimas ou a seus dependentes, além dos benefícios a que possam fazer jus como segurados, os acréscimos relativos à indenização do dano previsto no plano a que se refere o art. 27

Art 14 — Para os efeitos da previdência e da assistência social, consideram-se dependentes do segurado, na ordem em que vão enumerados:

a) a espôsa, o marido inválido, os filhos, de qualquer condição, se menores de 18 anos ou inválidos, e as filhas solteiras, de qualquer condição, se menores de 21 anos ou inválidas;

b) a mãe e o pai inválido, os quais poderão, mediante declaração expressa do segurado, concorrer com a espôsa ou o espôso inválido;

c) os irmãos menores de 18 anos ou inválidos e as irmãs solteiras menores de 21 anos ou inválidas

§ 1º — A dependência econômica das pessoas indicadas na alínea *a* é presumida e a das demais enumeradas deve ser comprovada

§ 2º — Não terá direito à pensão o cônjuge desquitado, ao qual não tenha sido assegurada a percepção de alimentos, nem a mulher que se encontre na situação prevista no art. 234 do Código Civil.

§ 3º — Em falta de dependentes compreendidos na alínea *a* dêste artigo poderá o próprio segurado inscrever, para os fins de percepção de benefícios, pessoa que viva sob sua dependência econômica e que, pela sua idade, condição de saúde ou encargos domésticos, não possa angariar meios para seu sustento.

Art 15 — Não prescreverão quaisquer direitos ao recebimento de benefícios, prescrevendo apenas, e no período de um ano da data em que se tornar devido, o direito ao recebimento das importâncias respectivas

Art 16 — As atribuições a que se refere o art 1º dêste Decreto-lei serão delegadas pela União a um órgão denominado Instituto dos Serviços Sociais do Brasil (I S S B) com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede na Capital da República e Delegacias e Postos em todo o território nacional

Art 17 — O I S S B gozará das regalias e privilégios da União, tal como a lei os assegura a esta; ou das autarquias federais no que concerne ao gôzo dos serviços públicos

Art 18 — O I S.S B será administrado por um presidente da livre escolha e confiança do Presidente da República e a êste diretamente subordinado

Art 19 — As diretrizes da política administrativa e a orientação técnica do I.S S.B. serão ministradas por um Conselho Técnico, formado de quatro representantes, respectivamente, dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, da Educação e Saúde, da Agricultura e da Fazenda, de dois técnicos livremente designados pelo Presidente da República dentre especialistas em previdência, assistência e economia social, de dois representantes dos segurados, e presidido pelo presidente do I S S B

Parágrafo único — O Conselho Técnico, por seu presidente, poderá dirigir-se a qualquer órgão de administração federal, estadual, municipal, às autarquias, aos órgãos de economia mista ou às instituições particulares, para obter as informações ou esclarecimentos necessários, bem como convocar, para prestá-los, os respectivos dirigentes.

Art 20 — A gestão financeira do I.S.S B. será acompanhada e fiscalizada por uma Junta de Contrôle formada de cinco membros, todos especializados em contabilidade, designados, um

pelo Presidente da República, que a presidirá, outro pelo Tribunal de Contas, outro pela Contadoria-Geral da República, e dois indicados pelos segurados.

Art. 21 — Na administração da previdência e na prestação da assistência, o I.S S B adotará processos que reduzam ao mínimo o tempo e as formalidades necessárias à concessão dos benefícios.

Art 22 — Ficam sujeitos à multa de Cr$ 100,00 a Cr$ 10 000,00 os que infringirem as disposições dêste Decreto-lei ou dos Decretos executivos expedidos em conseqüência dêle, cabendo a sua imposição ao presidente do I.S.S B.

Art 23 — Quaisquer atos de fraude praticados contra o I S.S B., quaisquer atos de malversação de seu patrimônio ou de falsidade tendente à obtenção de benefícios que o mesmo assegura, equiparam-se aos crimes contra a economia popular, cabendo ao Tribunal de Segurança Nacional o processo e julgamento dos responsáveis, que serão considerados incursos nas penas previstas no Decreto-lei n º 369, de 18 de novembro de 1938.

Art. 24 — O Conselho Nacional do Trabalho será órgão de recurso, em ultima instância, das decisões do I S.S B sôbre inscrição, contribuições, multas e benefícios

Art 25 — Será permitido aos funcionários públicos o exercício de funções técnicas ou de direção no I S S B , sem prejuízo dos seus direitos, excluída a percepção de vantagens no cargo

Art 26 — O Presidente da República nomeará uma Comissão Organizadora do I.S S B , que lhe ficará diretamente subordinada e se comporá de um presidente e três membros, técnicos em organização, seguros sociais e economia, assistida por um representante de empregadores e outro de empregados, escolhidos dentre os que, para êsse fim, forem indicados pelas associações sindicais de grau superior, e ainda pelos técnicos que requisitar.

Art 27 — Compete à Comissão Organizadora:

I — realizar inquéritos preliminares e estudos técnicos que julgar devidos, bem como tomar providências necessárias à organização do I S S B ;

II — elaborar:

a) o plano de benefícios, contribuições e seguros facultativos;

b) o plano de aplicação das reservas;

c) o projeto dos estatutos do I S S B.;

III — planejar a implantação dos serviços do I S S B propondo ao Presidente da República a extinção total ou parcial dos serviços, repartições ou instituições, à proporção das necessidades;

IV — exercer supervisão administrativa dos atuais Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, expedindo, para êsse efeito, as instruções que se fizerem necessárias, sem prejuízo das atribuições do Presidente do Conselho Nacional do Trabalho e do Diretor do Departamento de Previdência Social dêsse Conselho, cuja ação se coordenará com a da Comissão;

V — aplicar as multas previstas no art. 22, por infração dêste Decreto-lei e dos atos expedidos em sua conformidade.

Art. 28 — Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua instalação, submeterá a Comissão Organizadora ao Presidente da República o relatório de seus trabalhos, com as conclusões dos estudos realizados, bem como os planos e o projeto aludidos nos itens II e III do artigo anterior, a serem expedidos por Decreto executivo.

Art 29 — Para ocorrer às despesas com os estudos técnicos e demais trabalhos a executar, bem assim com a instalação preliminar do I.S. S B , será posto à disposição da Comissão Organizadora um crédito de Cr$ 5 000 000,00 (cinço milhões de cruzeiros), que correrá pela conta especial "Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Quota de previdência", no Banco do Brasil, e cuja comprovação se fará perante a Junta de Contrôle a que se refere o art 20.

Art 30 — Para a realização dos trabalhos a seu cargo, poderá a Comissão Organizadora requisitar aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões o pessoal, o material, e as instalações que se fizerem mister e contratar técnicos para funções especiais

Art 31 — Os mandatos dos Conselhos Fiscais dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões ficarão prorrogados pelo tempo necessário à implantação dos serviços do I S S B.

Art. 32 — O Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho adotará, desde logo, as providências necessárias para:

I — O levantamento do balanço geral e do inventário de todos os bens dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, na data de 31 de dezembro de 1944;

II — a normalização dos serviços dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões;

III — a atualização das tomadas de contas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, podendo, para êsse fim, comissionar excepcionalmente servidores dessas instituições, estranhos ao quadro de pessoal das interessadas.

Art 33 — A partir da data da vigência dêste Decreto-lei, nenhuma iniciativa que importe em criação ou reforma de serviços, alteração de planos de benefícios ou contribuições, ampliação do quadro de pessoal ou aumento dos respectivos vencimentos, aquisição ou construção de imóveis, assim como aquisição de móveis e utensílios, impressos e material de expediente, salvo os estritamente necessários à manutenção dos serviços, poderá ser tomada, por parte dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, sem prévia audiência da Comissão Organizadora, à qual serão encaminhados os respectivos pedidos, devidamente instruídos, pelo Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 34 — Serão aproveitados no I S S B os servidores das instituições autárquicas que, conseqüente à sua criação, forem extintas, de acôrdo com as conveniências do serviço, a situação e a capacidade de cada um e respeitados os direitos adquiridos.

Art 35 — Os servidores de repartições federais, estaduais ou municipais que forem extintas em conseqüência dêste Decreto-lei, ou cujos serviços passarem para o I S S B , serão aproveitados em serviços de outras repartições federais, estaduais ou municipais, de preferência do mesmo quadro a que pertenciam, sendo facultado o seu aproveitamento no I S S B , a critério dêste ou de sua Comissão Organizadora.

Art. 36 — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945, 124 º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS
AGAMENON MAGALHÃES
HENRIQUE A GUILHEM
EURICO G DUTRA
JOSÉ ROBERTO DE MACEDO SOARES
A DE SOUZA COSTA
JOÃO DE MENDONÇA LIMA
APOLÔNIO SALLES
GUSTAVO CAPANEMA
ALEXANDRE MARCONDES FILHO
JOAQUIM PEDRO SALGADO FILHO."

De acôrdo com o art. 26 do Decreto-lei n º 7 526, o Sr Presidente da República assinou decreto nomeando os membros da Comissão Organizadora do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, a qual ficou assim constituída: JOÃO CARLOS VITAL, Presidente; JOÃO PEREIRA DE LEMOS NETO, OSCAR SARAIVA e AUGUSTO TAVARES DE LIRA FILHO

HOMENAGEM DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO NACIONAL

O Instituto de Colonização Nacional realizou, no dia 18 de julho, uma sessão especial em homenagem às Delegações às Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia A sessão verificou-se na sede do Clube Militar, sob a Presidência do General POMPEU CAVALCANTI, tendo participado da mesa os Srs Coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, M A TEIXEIRA DE FREITAS, DJALMA FORJAZ, HILDEBRANDO CLARK, MAURÍCIO FILCHTINER e Tenente-Coronel FREDERICO RONDON

Dando início à solenidade, o Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, representante do Ministério da Guerra na J.E C do Conselho Nacional de Estatística e diretor-técnico do Instituto de Colonização Nacional, pronunciou o seguinte discurso:

"O Instituto de Colonização Nacional tem a honra e o prazer de receber, em seu grêmio geográfico central, os conselheiros da Geografia e da Estatística, integrantes dêsse magnífico Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, lídima expressão de espírito de organização e brasilidade

Exultamos ao considerar que não é uma visita de mera cortesia esta que recebemos de tão ilustres hóspedes da Cidade Maravilhosa, conspícuos Delegados dos mais altos poderes da República e dos Estados, preclaros técnicos da Geografia e da Estatística; mas a adesão de quase uma centena de brasileiros que, vindos de todos os quadrantes da Pátria, hoje trazem a expressão de sua solidariedade, que muito nos penhora, ao Instituto de Colonização Nacional

Contando, já, em nosso Grêmio, os nomes ilustres por tantos títulos de MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, VIRGÍLIO CORREIA FILHO e DJALMA FORJAZ, consócios fundadores que ilustram e dignificam uma e outra instituição, a solidariedade dos ibgeanos estaria de antemão assegurada e ora esplende aos nossos olhos, nesta noite que se há de tornar memorável, nos fastos de nosso Instituto

Grande afinidade se manifestou, desde os primórdios de nossa vida institucional, entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto de Colonização Nacional — brasilidade ativa, brasilidade em ação, em setores convizinhos, a serviço da mesma causa: a grandeza do Brasil, pela valorização da terra e do homem brasileiros, tanto para a Geografia e a Estatística, quanto para a Colonização Nacional

Valendo-me da intimidade assim justificada, em que vos falo, neste feliz ensejo, nobres consócios geógrafos e estatísticos, ouso mesmo dizer que, na maior parte de nosso grande País, em nossos longínquos Sertões interiores e fronteiriços, nossas atividades hão de se entrelaçar, em simbiose necessária ao êxito comum. Uma sem as outras não teria aplicação imediata, em nossa hinterlândia, ou correria o risco de submergir, sob o volume de dificuldades insuperáveis, que teria de arrostar, para abranger a amplitude do espaço nacional, em tempo útil, compatível com o ritmo de progresso que almejamos, para o nosso grande País, em isocronismo com os povos adiantados da terra, nesta época vertiginosa em que vivemos

Em verdade, porque explorar, levantar, cartografar regiões longínquas de difícil acesso, num País de tão extensas e prementes necessidades geográficas e estatísticas, alhures, em zonas geo-econômicas, para onde gravitam vultosos interêsses nacionais? Porque explorar, levantar, cartografar, dizíamos, Sertões incultos, se não pretendemos povoá-los e desenvolvê-los, despertando riquezas adormecidas, evitando ao mesmo tempo que êsse povoamento e essa expansão econômica se processem fora dos cânones ditados pelos altos interêsses da Nacionalidade? Como evitar êsse desvirtuamento do progresso, senão pela Colonização Nacional?

Essa compreensão, que ora se manifesta de maneira tão auspiciosa quão inequívoca, entre os nossos Institutos, é, portanto, de um elevado sentido nacional e há de concorrer, por certo, para que ambos alcancem, sem maiores delongas, a meta de suas aspirações comuns, na *defesa dos interêsses nacionais vinculados ao progresso dos Sertões e na valorização da terra e do homem do Brasil*, fórmula feliz, na qual se consubstancia êsse ideal de neo-bandeirantismo que anima,vivifica e orienta a nova Brasilidade, dando senso objetivo e atual a nossas tendências atávicas.

Sem êste exórdio, desataviado e singelo embora, poderia parecer incompreensível minha ousadia, ao externar conceitos sôbre a identidade, que se acentua, num sentido crescente, entre o grande Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o nosso ainda pequeno Instituto de Colonização Nacional, neste ensejo alviçareiro, em que recebemos adesões individuais, valiosas em si mesmas, dos brasileiros que integram os Conselhos dirigentes da Geografia e da Estatística, já possuidores de brilhante fé-de-ofício, quando apenas ensaiamos nossos primeiros passos Mas, conhecendo a têmpera e a envergadura moral dos próceres dêsse movimento de expressiva e confortadora solidariedade, não hesitaremos em firmar nossas esperanças num futuro promissor, em que se abrirão para nós, neo-bandeirantes do Brasil, as "cortinas da América"; dessa América jacente, no recinto de nossas fronteiras políticas; dessa América, por tantos motivos querida, de nossos Sertões, que clama pela Civilização, com a mesma veemência com que a repelia, em séculos idos, quando aquela lhe levava, envolto em missangas e lentejoulas, o negror das más intenções do esbulho e da escravidão

Passou-se a fase intermédia, em nosso sertanismo, a do clamor platônico dos corações brasileiros pela redenção dos Sertões, sustando a violência, pondo a barbárie fora da lei, entre essa infeliz humanidade que ainda se agita, sem orientação, ao abandono, em nossas selvas gloriosas

Cumpre à nova geração brasileira tornar realidade aquelas promessas, propiciando a redenção sertaneja, com o espírito de organização, que implica continuidade, nas boas intenções; bravura, nos sacrifícios necessários; técnica, nos moldes a condicionar planos econômicos adequados ao meio e ao momento; generosidade, na assistência ao homem, compreensiva da saúde, da educação e do crédito

Ficaria de bom grado a vos falar, egoisticamente, por tôda a noite, prezados ibgeanos, no ante-gôso da visão que nos prometem as facetas multicôres dessa grande gema, que apenas começamos a lapidar — o Sertão do Brasil — não fôra o prazer ainda maior de ouvir os oradores inscritos para esta esplêndida sessão que, como afirmamos, há de perdurar em nossos corações, com a gratíssima lembrança de vossa presença, nesta Casa de Caxias, e nos anais de nosso Instituto, como um marco luminoso a assinalar o têrmo de uma etapa árduamente vencida e o início de outra, bafejada pelas auras da esperança, rumo ao meio-dia das realizações, para maior glória do Brasil"

A seguir, foi dada a palavra ao Major João BATISTA MONDINI BELLETI, que saudou, em nome do I C N os conselheiros do I.B G E., com a seguinte oração:

"A honra insigne com que me distinguiu o Instituto de Colonização Nacional, determinando que eu, em seu nome, aqui viesse saudar essa plêiade de intelectuais que integram o

Conselho Nacional de Estatística e hoje comparece a esta sessão, mal, muito mal, cabe nas minhas possibilidades oratórias, tal é o relêvo da missão pelas responsabilidades com que arcam os embaixadores estaduais a um congresso de estatística!

Se o verbo com que vos dou as boas vindas a esta casa, nesta saudação, é incolor e frágil, compensa, no entanto, o entusiasmo que é grande e vigoroso, para evocar as imensas realizações da estatística!

Senhores! Nenhuma saudação a congressistas estatísticos, no meu singelo entendimento, pode superar aquela onde se fala de estatística O motivo é simples e é também eloqüente: a estatística não é uma arte, como não é uma ciência, mas o sacerdócio das artes e das ciências a serviço do progresso humano

O homem, sem as artes e sem as ciências, não se faz estatístico

O estatístico, sem entusiamo ou sem vocação, não evolui à dignidade de sacerdote

Um simples e necessário esbôço da concepção filosófica, como introdução ao estudo doutrinário da investigação estatística, para caracterização do seu método como da sua técnica, no conhecimento dos fenômenos considerados individual e coletivamente típicos, nos proporcionará a demonstração inequívoca da supracitada tese, no que consigna seu alcance

Os assuntos, objetos da investigação estatística, são dos mais complexos e variados possíveis

Abrangem, por assim dizer, a atividade humana em tôda plenitude de sua multiplicidade

Não possui, a estatística, um campo próprio de investigação, primado seu Da Matemática à Moral, através das sete ciências clássicas, onde quer que ocorram fenômenos coletivos, aí estará a estatística atuando, qual instrumento, no sentido de interpretar, como convém à direção de emprêgo da atividade humana, a interdependência das causas e efeitos

Apresentados os fatos, tanto na sua variabilidade como na sua multiplicidade coletiva, ante a realidade objetiva das nossas manifestações, é a estatística quem vai dizer o que se passa de *constante na variedade* e, portanto, caracterizar o que chamamos lei no sentido filosófico, pròpriamente

Assim entendida, é como instrumento de investigação na pluralidade dos acontecimentos correlatos nos quais o homem se apresenta no tríplice aspecto de: — ser pensante, ser sociável, ser econômico

Ressaltar, dos reflexos dêsse tresdobrado prisma, a convergência de esforços, ou, mais precisamente, a *Tendência Global* que caracteriza os fenômenos, eis a magna, eis a transcendente primazia estatística

Ser Pensante, o homem raciocina, inventa, constrói

Ser Sociável, o homem organiza coletividades: a princípio, de ordem doméstica; depois, de natureza regional; por fim, de expressão política

Ser Econômico, o homem trabalha, produz consome

Posta, assim, a questão, o objeto de estudo da estatística abrange tôdas as manifestações do homem, seja no domínio do belo — a Poesia; seja no domínio do verdadeiro — a Filosofia; seja no domínio do bem — a Política

Tais manifestações, desde que apresentem pluralidade de acontecimentos, por mais complexos, díspares, contraditórios que sejam, constituem manancial precioso às especulações estatísticas, pelo que uma técnica própria e um método adequado se tornam necessários

A *técnica estatística* impõe normas a serem observadas, pari e passo, às nove diversas e caracterizadas fases em que se trabalham os dados, necessàriamente, da coleta à divulgação

O *método estatístico* pressupõe a existência de fenômenos que, de certo modo considerados, poderão denominar-se fenômenos estatísticos, por sua individualização, sejam os que demonstrem ou apresentem multiplicidade de causas

O objetivo a atingir está no determinar-se a resultante final do sistema que exprime a tendência evolutiva contida nos fenômenos considerados em massa sinérgica, para apreciar o tipo padrão, traduzindo a lei dos grandes números

Imaginemos a necessidade de saber se a população do país, em certo período, cresceu, estacionou, decresceu, e quais as causas determinantes

Os fatôres dinâmicos intercorrentes e múltiplos, como sejam nascimentos e imigrações, mortes e emigrações, só os poderíamos determinar pela aplicação do método estatístico, isto é, o da busca de tôdas as circunstâncias havidas, no global dos acontecimentos, segundo a teoria da correlação das tendências manifestadas no fenômeno demográfico pela expressão dos grandes números

Não podemos apreciar uma questão dessa natureza, julgando fazer estatística pela estatística Não O assunto é sobremodo relevante e apresenta a importância que teve, na época, o problema atribuído a LAVOISIER pelo govêrno francês

Em 1790, o govêrno da França propôs a LAVOISIER calcular, em hectares, a superfície das terras cultivadas, em face das necessidades de uma base ao lançamento equitativo dos impostos

No sentido de se desincumbir da missão, e não possuindo outros dados para elaboração da respectiva estatística, recorreu ao recenseamento dos arados, inferindo do número dêsses instrumentos agrários e da capacidade média de trabalho de cada um dêles a área das terras cultivadas

O processo, como sendo indireto, não poderia deixar de produzir como aconteceu — resultado, senão, aproximado.

A ausência dos fatôres dinâmicos intercorrentes e a apreciação exclusiva dos fatôres estáticos no problema, não permitiram, pelo princípio dos grandes números, as recíprocas e justas compensações, embora verdadeira e estreita a correlação entre o total dêsses instrumentos agrários e as áreas trabalhadas

O objetivo de tôda investigação estatística é não só descobrir, mas precisar a tendência característica dos fenômenos

Num crescendo de observações, o princípio dos grandes números, em breve, revela o constante na variedade, o que equivale a dizer, a lei que preside ao fenômeno

E o estatístico, não podendo prescindir da filosofia — domínio do verdadeiro — conduz a investigação estatística, por um lado, segundo "as hipóteses mais simples, mais simpáticas e mais estéticas" em face "do conjunto de dados a representar"; por outro lado, "subordinando as construções subjetivas aos materiais objetivos", no maior estreitamento possível de relação entre as nossas concepções e as nossas observações

Das considerações feitas até aqui se pode deduzir a natureza do método de investigação estatística, diante das relações de semelhança e sucessão na ordem universal: manifestando-se inicialmente indutivo, nìmiamente objetivo e necessàriamente analítico, até o momento em que se socorre da matemática, êle se torna, depois, claramente dedutivo, esencialmente subjetivo e forçosamente sintético Só então vai ressaltar a natureza dos fenômenos, individual ou coletivamente considerados típicos, reveladores de tendência que preside aos acontecimentos em estudo

A esta altura das investigações estatísticas, já é possível, ao entendimento humano, como acontece no domínio científico, separar os fenômenos dos seres e determinar o Tipo-Padrão, um como modêlo abstrato das tendências, enquadrado no clássico princípio de que a evolução do indivíduo reproduz a da espécie.

Senhores: esta simples digressão pelos domínios da estatística ante seleto auditório e membros do Conselho Nacional de Estatística, inspiração magnífica da cultura e do patriotismo do já tradicional e ilustre colégio, que é o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a minha palavra não traduz senão os motivos da minha simpatia mais expressiva, do meu reconhecimento mais sincero de que lançam, para o futuro, obras de vulto, todos quantos trabalham e aprimoram as irrestritas possibilidades da estatística

Senhores: perlustrando os domínios da ciência no trato dos homens e das coisas, é, hoje, lícito afirmar-se que a razão-concreta exprime os atributos segundo os quais a nossa inteligência apanha as relações entre os sêres

A razão-abstrata revela os atributos com que a nossa inteligência busca as relações entre os fenômenos

Sendo impossível precisar até onde atinge, verdadeiramente, a justa representação, tanto do ser-em-si, como do fenômeno-em-si, subordinada, que está a inexorável relativismo, a posição do estatístico é como a do fiel da balança, entre a razão-concreta e a razão-abstrata no apreciar os sêres, assim como no apreciar os fenômenos

O senso-prático sobremaneira desenvolvido, pelo predomínio da razão-concreta sôbre a razão-abstrata, prejudicar-lhe-ia o alcance das suas investigações, do mesmo modo que lhe falsearia a justeza dessas mesmas investigações, o senso-idealista assás desenvolvido pelo predomínio da razão-abstrata sôbre a razão-concreta

Senhores!

Ainda que sujeitas e fatalmente condicionadas, as nossas conclusões, a tôda uma trama de ações e reações de um sistema nervoso entre a existência do mundo-exterior e as concepções do mundo-interior, o homem, sob a inspiração magnânima da filosofia e ante a ciência positiva, já compreendeu que é filho de seu meio e, ainda mesmo com pesar seu, pertence a seu século

O século em curso é, incontestàvelmente, do domínio da estatística, à luz dos conhecimentos enciclopédicos, seja justificando as ciências dos Espaços, seja examinando as ciências da Terra, seja apreciando as ciências sociais, na razão da complexidade crescente, bem como na ascendente evolução da Humanidade

Os povos tomados da agitação em que se debatem na torrente dos acontecimentos hodiernos, resultantes das verdades e dos erros emanados, sejam das versões negativas, como das ideologias disformes, sejam das tradições religiosas como das simpatias morais, sejam das teorias estravagantes como dos trevários intelectuais, sejam das obcessões de conquista como de interêsses econômicos, terão de voltar às legítimas condições de existência pelo retôrno à tranqüilidade, ao bem estar e à propriedade

E então, professôres, filósofos, cientistas; historiadores, sociólogos, economistas, militares, industriais, jornalistas, terão razões para afirmar as excelências de seus conselhos, verificar ou não as possibilidades de seus êxitos, confiar na efetivação de seus propósitos, pelo alcance e exuberância dos fatos estatísticos

Senhores estatísticos, meus compatrícios de todos os recantos dêste grande e prodigioso país!

Em vos tendo aqui reunidos, para vos saudar numa unção de brasilidade e civismo, nesta assembléia, onde as vozes do egoismo emudeceram, e se revestem de cintilante galhardia e de entusiasmo ardente as nossas convicções num futuro promissor, uma idéia me exulta: Partireis para exercer um grande emprendimento em todos os quadrantes da nossa terra dadivosa, e, com o ânimo robustecido pela relevância do mandato, cumprireis confiantes a vocação do vosso sacerdócio para excelsa grandeza do Brasil"!

Agradecendo a homenagem e saudando, por sua vez, o Instituto de Colonização Nacional, em nome do I B G E , discursou o Sr DJALMA FORJAZ, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, de São Paulo, cujas palavras vão abaixo transcritas:

"É grande a minha satisfação, na qualidade de delegado do Estado de São Paulo, na Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em dirigir as minhas cordiais saudações ao Instituto de Colonização Nacional, em cuja sede temos a honra de nos achar neste momento, em visita

O Instituto de Colonização Nacional é uma sociedade que honra os seus iniciadores, porque veio preencher uma lacuna de grande importância nas organizações sociais de interêsse nacional, e, simultâneamente, dados os seus elevados objetivos, tem um futuro promissor, que lhe reserva um grande desenvolvimento e uma marcada influência na evolução do Brasil.

A extensão dessa lacuna suprida pelo Instituto, avaliamo-la de golpe, quando nos lembramos das vastas extensões do território nacional, outrora sertão, e que foram povoadas por colonos estrangeiros, ali estabelecidos sem nenhum amparo dos nossos antigos governos, e inteiramente livres de qualquer influência nacionalizadora Essas regiões tiveram, no passado, uma acentuada tendência para se transformarem em quistos raciais, em territórios de minorias, acarretando uma série enorme de problemas e dificuldades, de ameaças e perigos para o futuro da nacionalidade a respeito dos quais não precisamos insistir Assinalemos tão sòmente que em certas partes do território nacional o elemento nativo por tal modo foi absorvido, que a língua portuguêsa deixou de ser falada por êle mesmo, e até o ensino oficial se processava em línguas estrangeiras .

O Instituto de Colonização Nacional, em boa hora criado por um grupo de sinceros patriotas, terá uma enorme influência na evolução futura de outros sertões brasileiros, impedindo que se desenhem situações como essa

Executando o seu programa de amparo às populações sertanejas, de pesquisas científicas para conhecimento mais intenso e mais extenso das remotas regiões de nossa grande Pátria, de fomento da economia, e de cuidado pela defesa militar do país, tornar-se-á, sem dúvida alguma, uma garantia do desenvolvimento nacional daquelas regiões.

Não esqueçamos, Senhores, de que a situação internacional que atravessamos vem encontrar o mundo ocupado, de um lado, por numerosíssimas populações em regiões super-industrializadas e super-civilizadas, e por outro lado, por escassas populações disseminadas em território bruto, como o nosso Haverá forçosamente uma tendência poderosíssima pela transmigração daquelas para estas, não só de gente, como também de costumes, de tradições, de modos de vida, de ideais sociais e políticos Em virtude dessa tendência, os sertões brasileiros hão de ser alvo, em futuro próximo, de uma entranhada cobiça, que à semelhança de Proteu há de se revestir das mais variadas formas possíveis

A nós brasileiros compete defender êsses sertões, canalizando essas fôrças externas, depurando-as e controlando-as, de modo que, ao invés de se tornarem em elementos destruidores de nossa nacionalidade, se transformem em tônicos que lhes sejam injetados, para seu melhoramento e revigoração.

Foi sentindo a necessidade de um organismo que centralizasse essa importantíssima missão das fôrças nacionalizadoras, certamente, que os idealizadores dêsse Instituto o criaram

Êle está, assim, destinado a desempenhar o papel de sentinela avançada do nacionalismo brasileiro no nosso pujante, mas primitivo hinterland

Lembro-me de ter lido, não sei onde, a observação de que o pioneiro por excelência dos sertões bravios é sempre o elemento nacional O imigrante alienígena, por mais forte que seja, não resiste ao embate tremendo da natureza bruta É sempre na esteira do sertanejo nacional, que remove o sertão bravio, que se instala o colono. Êste, quando chega, encontra, assim, já lançada no solo a semente brasileira

O Instituto de Colonização Nacional, em boa hora, veio assegurar a permanência dessa semente

Êle veio, assim, concretizar o espírito daquilo de que o braço e o suor do sertanejo já eram a carne: da nacionalidade brasileira.

É, pois, grandemente honrada, que a delegação paulista no Conselho Nacional de Estatística dirige ao Instituto de Colonização Nacional as suas efusivas saudações, e faz os mais ardentes votos para que o futuro não lhe negue aquilo que os brasileiros dêle esperam

Seja-me permitido, nessas saudações, destacar a pessoa do Tenente-Coronel FREDERICO AUGUSTO RONDON, cuja contribuição tem sido das mais importantes para essa grande realidade que é, hoje, o Instituto."

Encerrada a sessão, seguiu-se uma hora de arte, que estêve a cargo da talentosa pianista Srta ESTER NAIBERGER, sócia do Instituto de Colonização Nacional, a qual executou diversos números, vivamente aplaudidos.

EXCURSÃO A VOLTA REDONDA

Durante a realização, nesta capital, em julho do corrente ano, da sexta sessão da Assembléia Geral dos Conselhos do I B G E, promoveu a Sociedade Brasileira de Estatística uma excursão à Usina Siderúrgica de Volta Redonda, sob os auspícios do Instituto e da Companhia Siderúrgica Nacional. Viajando em carro especial, a comitiva, da qual faziam parte o Cônsul CARLOS ALBERTO GONÇALVES, representante do Ministério das Relações Exteriores na Junta Executiva Central do C N E, Major JOHN ENGLEKIRK, assistente do Escritório de Coordenação de Assuntos Interamericanos, Professor BENEDITO SILVA, 1º vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, delegados regionais à Assembléia e altos funcionários do C N E. e C N G, chegou à "Cidade do Aço" às 12 horas do dia 14 daquele mês, sendo recebida pelo Coronel EDMUNDO MACEDO SOARES E SILVA, diretor-técnico da Companhia, e pelo Secretário-Geral do I B G E, Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, que ali se encontrava, com antecipação de poucas horas

Conduzidos de ônibus aos escritórios da Companhia, tiveram os excursionistas ensejo de ouvir do seu diretor-técnico detalhada exposição acêrca da Usina.

Para se avaliar as proporções dessa obra verdadeiramente patriótica, basta considerar que, na sua construção, estão sendo empregados 400 000m³ de concreto, 48 000 toneladas de ferro, 3 000 000 de toneladas de cimento, 370 000 m³ de pedra britada, 2 800 000 m² de madeira e 300 000 m³ de areia O edifício dos laminadores, onde serão instaladas máquinas de modêlo mais recente, terá 1 280 metros de extensão Nos 55 quilômetros de linhas férreas existentes em Volta Redonda, correrão locomotivas de tração e locomotivas-guindastes de 20 e 40 toneladas e 55 vagões O consumo diário de gás da Usina será de 3 910 000 m³, equivalente, aproximadamente, a 10 vêzes o volume consumido normalmente no Rio de Janeiro e 30 vêzes o volume consumido em São Paulo A Usina gastará, no início de seu funcionamento, uma e meia vez mais água do que tôda a cidade do Rio de Janeiro e duas vêzes mais do que a de São Paulo

A fim de atender às necessidades de transporte de minério e de carvão nas linhas da Central, adquiriu a Companhia 370 grandes vagões, e, para completar o seu programa, está agora adquirindo navios que lhe permitam transportar cêrca de 20 000 toneladas de carvão por mês entre os portos catarinenses e o Rio de Janeiro

O problema do carvão foi dos que mereceram exame mais detido dos dirigentes da Companhia. Nos estudos e experiências preliminares, chegou-se à conclusão de que a hulha catarinense fornece coque. Quando coqueificada, essa hulha produz sub-produtos comparáveis, em qualidade e quantidade, aos que são recuperados da hulha importada. Entretanto, considera-se recomendável que a Usina, nos seus primeiros tempos, utilize carvão estrangeiro misturado com carvão nacional nas proporções que a experiência fôr indicando. Espera-se, todavia, que mais para adiante se torne possível substituir completamente o carvão importado pelo carvão nacional A Companhia Siderúrgica já realizou três grandes obras no sul catarinense, recebendo, por doação do Sr. EUVALDO LODI, uma área de 6 000 Ha, com uma reserva de 30 000 000 de toneladas de carvão Minas foram abertas, e a sua produção já está sendo iniciada Construíram-se serrarias, 60 quilômetros de estradas, 450 casas e uma usina termo-elétrica de 200 kw. Essas obras permitirão uma produção de cêrca de 30 000 toneladas de carvão por mês, com serviços bastante mecanizados, e um preço de custo bem inferior ao que é conseguido hoje pelos produtores de carvão

Com o objetivo de se assegurar o suprimento adequado de calcáreo, a Companhia está construindo um ramal de 15 km, na Rêde Mineira de Viação, entre a estação de Campo Belo e as jazidas. Para conseguir minério ao preço mais baixo, e aproveitando uma boa oportunidade, adquiriu propriedades próximas a Lafaiete, com jazidas de ferro e manganês Além disso, está adquirindo outras propriedades, tudo estimado em cêrca de 24 000 000 de cruzeiros.

Com o funcionamento da Usina de Volta Redonda, será possível, utilizando os materiais que foram fornecidos pela mesma, a fabricação de automóveis, navios, canhões, máquinas agrícolas, sem falar nos numerosos sub-produtos imprescindíveis à nossa indústria bélica e química, na produção do ferro gusa, chapas estanhadas e galvanizadas, grandes perfis e trilhos pesados, aços para fins particulares, etc Tornar-se-á possível incrementar a indústria naval, a indústria de estruturas de aço para a construção civil, além de numerosas outras que dependem atualmente da importação de matérias primas

A emprêsa conta com a valiosa colaboração de mais de vinte técnicos especialistas, contratados nos Estados Unidos. Visando a formação de quadros próprios de especialistas, enviou

àquele país vinte e quatro engenheiros e alguns técnicos, mantendo, além disso, um curso prático, em que são aproveitados os elementos que revelam aptidão para as diferentes especializações Conta hoje êsse curso cento e oitenta matriculados, alguns já produzindo satisfatòriamente

Logo após concluídas as instalações, a produção inicial da Usina será de 400 000 toneladas, que se destinarão a atender às exigências do mercado interno

Durante o almôço que aos excursionistas ofereceu a Companhia, fêz uso da palavra o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, que enalteceu a benemérita atuação do Coronel EDMUNDO MACEDO SOARES E SILVA na direção do empreendimento

Agradecendo, o diretor-técnico da Companhia acentuou que a Usina de Volta Redonda só se tornou possível graças ao decidido apoio que lhe dera e continua a dar o Govêrno Federal. Em virtude dêsse apoio é que foi possível levar avante a solução do problema da siderurgia no Brasil, edificando-se, assim, os fundamentos da futura grandeza do país.

Discursou, a seguir, o Ministro SEBASTIÃO SAMPAIO, que também se achava em visita às obras e que apreciou o problema da mineração no Brasil, evocando as figuras que no passado encararam tal questão

Às 15 horas, a comitiva, em ônibus, percorreu tôda a "Cidade do Aço", fazendo minuciosa visita às suas diversas dependências, após o que regressou a esta capital.

SEMINÁRIO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Na sede do Conselho Nacional de Geografia, inaugurou-se, no dia 24 de julho dêste ano, o Seminário de Estudos Geográficos, novo empreendimento cultural e técnico daquela ala do I B G E

A reunião inicial foi presidida pelo Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, tendo a presença de autoridades, técnicos, grande número de intelectuais e estudiosos dos assuntos geográficos.

O assunto que serviu de tema aos trabalhos da primeira sessão do Seminário, despertando o maior interêsse, foi "Aspectos Geográficos da Imigração no Brasil".

Ao abrir as atividades do Seminário, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES esclareceu que iam ser examinados os seguintes aspectos do problema: 1 °) Regiões brasileiras mais favoráveis à imigração branca; 2 °) Regiões européias de onde poderão provir as melhores e mais adaptáveis correntes imigratórias; 3 °) A imigração dos países latino-americanos para o Brasil.

A seguir, o Presidente do I B.G E. pronunciou o discurso que se segue:

"A imigração constitui um dos problemas básicos do país, apresentando-se sob dois aspectos: 1) a política imigratória; e 2) a técnica da imigração, ou seja o estudo do Homem e da Terra A primeira deve ser orientada pela segunda, atendidos os interêsses nacionais.

A geografia é a ciência que estuda as regiões; portanto, é fundamentalmente a ciência do homem e da terra Torna-se, assim, atributo principal do geógrafo fornecer às autoridades encarregadas de executar a política imigratória o material informativo sôbre o homem e a terra

A imigração é um problema de ajustamento do homem à terra, ou melhor, a mudança do homem de uma região para outra. Em outras palavras, a imigração cientificamente orientada procura localizar, em regiões mais propícias, as populações provenientes de países onde as condições físicas ou culturais criaram situações de desajustamento

O geógrafo e o estatístico podem contribuir decisivamente com o seu material científico para a melhor compreensão do problema imigratório, estudando as zonas nacionais mais favoráveis à colonização. Êles também devem investigar a estrutura dos países de imigração, com objetivo de verificar quais as correntes imigratórias que se coadunam melhor com a nossa cultura e se as suas intenções se harmonizam com os interêsses nacionais Portanto, a maior contribuição do geógrafo é apontar, com precisão, pela análise regional, as condições físicas e humanas das zonas geográficas, onde a colonização estrangeira possa ser bem sucedida, tendo em vista as necessidades de redistribuição e equilíbrio da população inteira.

No Brasil, apresentam-se duas áreas distintas para a colonização: uma, a tropical, e outra, a sub-tropical A primeira oferece condições menos propícias à colonização por elementos europeus e será examinada em outro seminário. A segunda zona, menor em área, porém de condições físicas mais favoráveis, desperta no presente o interêsse de muitos povos

Como sabemos, o limite sul matemático dos trópicos, ou o paralelo de 23°30', não corresponde à realidade climática. A região que poderá ser considerada sub-tropical no Brasil torna-se maior, porque as condições de relêvo, direção dos ventos e correntes marinhas modificam os limites teóricos, levando mais para o Norte a zona sub-tropical

SUPAN achava que tôda a área que estivesse abaixo de 20°-C poderia ser considerada subtropical KÖEPPEN julgava que tôdas as regiões de clima C, ou mais frias, poderiam ser consideradas sub-tropicais, e as regiões tropicais seriam as que tivessem a temperatura média do mês mais frio acima de 20°.

MÜLLER e HUNTINGTON, recentemente, delinearam os trópicos pelo isoterma de 21°-C Êsse último critério, que é bastante satisfatório, aumentaria a área sub-tropical brasileira

De acôrdo com êstes princípios, estariam, em linhas gerais, compreendidas na zona subtropical as seguintes áreas brasileiras:

1 — Grande-Região Leste (principalmente)
2 — Grande-Região Sul (na totalidade)
3 — Grande-Região Centro-Oeste (parcialmente

Nessas três grandes regiões acham-se 13 regiões naturais de 83, e 75 das 198 zonas brasileiras É verdade que essas zonas são menores do que as localizadas na faixa tropical e poucas apresentam densidade demográfica inferior a 5 habitantes por quilômetro quadrado.

A área dessas zonas é de mais ou menos 630 000 quilômetros quadrados, o que representa apenas 9% da área do Brasil e cêrca de 30% de tôda a zona sub-tropical.

O Brasil tem uma área de 8 ½ milhões de quilômetros quadrados com cêrca de 5 habitantes por quilômetro quadrado, mas na realidade quase 60% desta área têm apenas 0,5 por quilômetro quadrado

As populações européias podem ser divididas, para fins imigratórios, da seguinte forma:

1 — do Norte, e
2 — do Mediterrâneo.

Do primeiro grupo, os povos que mais emigraram para o Brasil foram principalmente os alemães, poloneses, eslavos e escandinavos Do segundo, são os que constituíram a maioria de nossa população estrangeira, a saber: os portuguêses, italianos e espanhóis Os quesitos que apresento para debate sôbre êste tema, o segundo do seminário, são: podemos e devemos intensificar a imigração do primeiro grupo? Haverá grande procura, da parte dos Nórdicos, pelas terras do Brasil? Quanto aos do Mediterrâneo, acho que todos estamos de acôrdo em que devam vir no maior número possível, uma vez bem organizada a distribuição de terras e a localização dos imigrantes, lado a lado com brasileiros

Quanto ao terceiro tema, parece-me que é muito importante e delicado No momento não se nos apresentam maiores dificuldades, aparentemente, mas, pergunto: será benéfica a imigração em massa vinda do Jíbaro pôrto-riquenho? Precisamos ter em conta que a elevada densidade de população em Pôrto-Rico constitui um dos graves problemas a serem resolvidos pelos Estados Unidos

Terminando estas breves palavras de abertura do Seminário, do qual participam pessoas ilustres e conhecedoras profundas do problema, desejo dizer que o nosso objetivo ao organizá-lo foi ressaltar os aspectos geográficos fundamentais dêste grande problema nacional, e orientar parte dos trabalhos da Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho, a fim de poder, dentro das nossas possibilidades, atender às necessidades de informações geográficas tão importantes e básicas neste assunto"

Ao terminar sua oração, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES pôs em debate os temas referidos, tendo feito uso da palavra o Sr ARTUR HEHL NEIVA, da Fundação Brasil Central e do Conselho Nacional de Imigração, para explicar a maneira pela qual o assunto vem sendo encarado pelos citados órgãos

Falou, a seguir, o Ministro JOÃO ALBERTO, Presidente da Fundação, que, demonstrando amplo conhecimento da matéria, discutiu longamente o problema. Em tôrno dos pontos de vista emitidos pelo orador, opinaram vários especialistas presentes, estendendo-se em considerações sôbre o assunto os Professôres JORGE ZARUR, DELGADO DE CARVALHO, FRANCIS RUELLAN, ARTUR HEHL NEIVA e GAVIÃO GONZAGA, bem como o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES Por fim, e a convite do Presidente do I B G E, o Tenente-Coronel FREDERICO RONDON exprimiu o seu pensamento a respeito, com a reconhecida autoridade que possui no tocante aos problemas da imigração

Mapas e cartogramas enchiam o salão e diante dêles os presentes indicavam as regiões brasileiras mais apropriadas para a colonização, mostrando cada um dos participantes dos debates as características fisiográficas e de ordem étnica ou econômica mais adequadas às diferentes correntes imigratórias

ESTATÍSTICOS BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Regressaram, em abril, dos Estados Unidos, os Professôres OTÁVIO ALEXANDER DE MORAIS e MILTON DA SILVA RODRIGUES Depois de proveitoso estágio na sede do Instituto Interamericano de Estatística, em Washington, o Professor MILTON DA SILVA RODRIGUES visitou as principais universidades daquele grande país, dando execução a um importante inquérito sôbre as facilidades da educação estatística nas Américas Colaborador direto do Comitê de Educação Estatística, em Washington, levou a efeito um programa que abrangeu amplas indagações sôbre os métodos usados na formação e seleção dos vários tipos de pessoal estatístico atualmente empregado nos serviços gerais de estatística do continente O resultado dêsse inquérito será objeto de um estudo a ser publicado na revista *Estadística*, órgão oficial do I I E

O Professor OTÁVIO ALEXANDER DE MORAIS demorou-se em Washington, como representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em estágio na Secretaria-Geral do Instituto Interamericano de Estatística, tendo colaborado nos importantes trabalhos referentes à classificação do Comércio Exterior e à organização de uma relação das mercadorias no comércio internacional Iniciando as suas atividades com o estudo da "Standard Commodity Classification", já elaborada sôbre base decimal por numerosa comissão de especialistas, no Bureau do Censo dos Estados Unidos, e que depois passou a ser estudado na Secretaria-Geral do I I E, para o desenvolvimento de um esquema descritivo de itens individuais, fàcilmente integráveis na estrutura dos sistemas nacionais da classificação adotada nas estatísticas do comércio exterior — o Professor ALEXANDER DE MORAIS visou, em seus trabalhos, à planificação de um "índice de Conversibilidade de Mercadorias no Comércio Exterior" No decurso dessa tarefa, teve ensejo de prestar, numa reunião de técnicos e especialistas dos Estados Unidos e de outros países americanos, informações completas sôbre o progresso dos estudos realizados, recebendo nessa ocasião sugestões que soube aproveitar com proficiência e seguro critério científico Nessa reunião, que se verificou na forma de um seminário, sob os auspícios do Instituto Interamericano de Estatística e organizado pelo Sr THOMAS CORCORAN, Diretor Técnico do I I E, o Sr OTÁVIO ALEXANDER DE MORAIS tratou dos seguintes assuntos, relacionados com o índice: 1) Estudo geral da Lista Mínima de Mercadorias da Liga das Nações; sua origem, finalidade, composição, análise do ponto de vista dos princípios gerais da classificação de mercadorias, aplicação e relação do índice de Conversibilidade à Lista Mínima; 2) Trabalhos práticos sôbre a constituição do índice de Conversibilidade; 3) Tra-

balhos práticos sôbre a aplicação do índice, incluindo críticas, sugestões, novas inclusões, tradução, etc ; 4) Preparo de uma classificação estatística (nomenclatura, princípios gerais da classificação das utilidades, influências das tarifas aduaneiras, classificações nacionais e internacionais, reajustamentos nas classificações atuais e estudo de novas classificações) Por fim, concluiu o representante do I B G E a elaboração do índice, destinado à utilização por tôdas as nações americanas na elaboração de estatísticas comerciais comparáveis

A propósito da brilhante atuação dêsses representantes do sistema estatístico brasileiro nos Estados Unidos, recebeu o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I B G E, do Sr Halbert L Dunn, Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística, expressiva carta, da qual extraímos os seguintes trechos:

"Os Professôres Otávio Alexander de Morais e Milton da Silva Rodrigues acabam de deixar os Estados Unidos de regresso ao Brasil Levam êles os votos de afeto e estima de um grande grupo de amigos e colegas dêste país

O Professor Silva Rodrigues, durante o seu estágio, realizou um inquérito sôbre as facilidades da educação estatística nas Américas Êsse é um elo inicial ao qual esperamos se prenderá uma longa corrente de estudos no sentido de fortalecer a educação estatística e o treinamento dos técnicos estatísticos, neste hemisfério Espera-se que êste inquérito seja publicado mais tarde em *Estadística*, órgão trimestral do I I E

O Professor Morais dedicou-se diligente e fielmente à tarefa de construir um "índice de Conversibilidade do Comércio Exterior", para ser utilizado por tôdas as nações americanas na organização de estatísticas comerciais comparáveis O preparo do volume que resultou de seus esforços acha-se agora na sua fase final e dentro de um período de cêrca de seis meses será publicado Com êste trabalho básico, cada país poderá criar um índice de conversibilidade entre as suas próprias classificações do comércio nacional e a lista padrão universal proposta pela Liga das Nações

Êste Instituto formula ardentes votos para que o Professor Morais prossiga aí nesse trabalho até a elaboração de uma adaptação em português apropriada ao Brasil

Todos nós, aqui, nos sentimos deveras orgulhosos com as realizações dos Professôres Morais e Silva Rodrigues, e com as suas contribuições para o êxito do programa do Instituto, de intercâmbio de técnicos estatísticos"

Entrevistado pelo jornal *A Noite*, desta capital, dias depois de seu retôrno ao Brasil, o Sr Otávio Alexander de Morais, que é um dos mais assíduos colaboradores desta REVISTA, fêz as declarações que abaixo reproduzimos da edição de 1º de junho dêste ano, daquele vespertino:

"Acaba de regressar de Washington, onde passou dois anos estudando e trabalhando, no Instituto Interamericano de Estatística, o Sr Otávio Alexander de Morais, técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, professor e autoridade reconhecida na ciência de que é especialista e ainda em Economia, particularmente em comércio internacional Convidado para trabalhar no Instituto Interamericano de Estatística, que tem sede em Washington e é presidido pelo Sr. M A Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do nosso Instituto oficial de Estatística, o Sr O Alexander de Morais viu o seu primeiro contacto de seis meses prorrogado até que se esgotasse o prazo de dois anos em que colaborou com os técnicos americanos em vários problemas de economia e estatística e teve ocasião de fazer um curso especial sôbre "amostras" na Universidade de Washington

— E' um povo admirável o americano — diz-nos o Sr O Alexander de Morais, respondendo amàvelmente ao pedido de entrevista que lhe fazíamos — Um povo que me fêz pensar em uma verdade simples, mas profunda: uma nação é o seu povo e não o seu govêrno A educação do povo norte-americano se revela a cada passo e colabora tão grandemente com os esforços da administração que pode bem dizer-se que talvez a parte maior esteja com a ação do povo Nos Estados Unidos há, principalmente, a "confiança" como norma de ação O juramento é uma forma comum de prova e ninguém ousa abusar dessa confiança Um exemplo flagrante disso: nas igrejas há vários livros de doutrina e de recreação, dispostos em prateleiras com os preços marcados Uma caixa ao lado, para receber o dinheiro de quem deseje levá-los. E nenhuma vigilância A honestidade do público é tal que os encarregados do serviço me afirmaram jamais ter sido um livro levado sem o pagamento As bancas de jornais adotam o mesmo sistema Ninguém leva a sua fôlha sem deixar o seu níquel

O americano dá uma importância extraordinária à educação Êste é o segrêdo da vitória dêsse grande povo e de sua civilização Tenho eu uma filhinha, de onze anos, e matriculei-a em uma escola pública de Washington Tudo era grátis, desde o caderno escolar e o lápis, até à matrícula E o principal cuidado dos mestres é educar os meninos no "espírito do grupo". Daí a solidariedade social dos americanos Uma senhora, latino-americana, ao ver que o seu filhinho avançava lentamente nos estudos, pois indiscutìvelmente a vivacidade dos latinos é bem maior, passou a dar-lhe lições em casa O menino fêz um sucesso imenso no colégio, chegou a passar por gênio Mas, não pôde ir para o outro ano: não estava apto do ponto de vista de "relações sociais" Sua atitude isolada era uma inadaptação ao meio

Essa orientação também se reflete nos serviços públicos E' verdade que também nos Estados Unidos existe a rotina, o "red tape", como se diz por lá Mas, os problemas são amplamente discutidos em grupo e resolvidos por votação Muitas vêzes duas repartições do govêrno têm pontos de vista opostos Reunem-se os diretores e os técnicos, fazem um verdadeiro congresso onde os problemas se discutem e, afinal, são resolvidos com um espírito verdadeiramente democrático, tendo a palavra dos especialistas, dos que, de fato, entendem do assunto, um valor excepcional

A estatística é a base da vida americana Procuram êles medir e contar tudo para que os problemas sejam apresentados em uma base real Os técnicos de estatística gozam de um prestígio excepcional e são muito bem remunerados O Instituto Interamericano de Estatística, em Washington, é presidido por um brasileiro, o Sr Teixeira de Freitas Como o Presidente está no Brasil, o Vice-Presidente, Stuart Rice, tem o poder executivo, auxiliado pelo Secretário-Geral, Halbert Dunn Tive a meu cargo a execução de alguns serviços do I I E ligados especialmente à padronização de normas para comparação de estatísticas continentais.

A mentalidade técnica predomina nos Estados Unidos Seria utilíssimo um intercâmbio de profissionais entre os dois países, não apenas daqui para lá, mas também de lá para cá Assim os americanos aprenderiam a conhecer melhor os nossos problemas e a nossa organização social que muitas vêzes não permite a aplicação de métodos e sistemas sem uma grande adaptação Tive a surprêsa de encontrar em Washington um atuário, Sr Greville, que trabalha no I I E., conhecendo perfeitamente o português e falando-o corrente e corretamente E' o seu "hobby" — a literatura e a história de nossa língua.

O americano médio não conhece bem o Brasil Liga-o a uma vaga idéia de "South America" Por isso tôdas as conferências e exibições que envolvem a propaganda e o esclarecimento dos nossos problemas são recebidas

com entusiasmo nos meios americanos. Eu mesmo tive o ensejo de pronunciar uma e verifiquei o interêsse O americano, entretanto, tem o hábito de interrogar o conferencista depois da palestra. Êsses esclarecimentos são a coisa mais original e, muitas vêzes, deixam em cheque o orador.

Provàvelmente, o Sr O ALEXANDER DE MORAIS irá trabalhar no Recenseamento Nacional, para aplicar os métodos que estudou na América A sua entrevista tinha-nos revelado um aspecto interessante e um panorama dos Estados Unidos que bem demonstram a pujança do grande povo amigo. A Estatística Brasileira terá agora a serví-la uma autoridade completada pela visão dos problemas e das soluções de uma nação que figura entre as mais adiantadas no campo da Economia e da Estatística "

Por sua vez, o Professor MILTON RODRIGUES foi ouvido, quando de seu regresso, pela *Folha da Manhã*, de São Paulo, que publicou, na edição de 3 de junho dêste ano, o seguinte:

"Acaba de regressar dos Estados Unidos, onde permaneceu por longo espaço de tempo, o Professor MILTON DA SILVA RODRIGUES, formado pela Escola Nacional de Engenharia, da Universidade do Brasil, catedrático de estatística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, consultor técnico do Conselho Nacional de Estatística e membro do Instituto Interamericano de Estatística.

O Sr. SILVA RODRIGUES viajou para os Estados Unidos, a convite do Instituto Interamericano de Estatística e do Escritório de Assuntos Interamericanos, a fim de passar um ano trabalhando para o Instituto Interamericano de Estatística, como membro de seu corpo técnico

Falando à imprensa, sôbre os objetivos do Instituto Interamericano de Estatística, disse o Sr MILTON RODRIGUES:

— Um dos objetivos primordiais do Instituto consiste em promover o progresso das técnicas estatísticas nos diversos países da América Assim sendo, a formação cultural e prática do estatístico tem de merecer uma especial atenção por parte do Instituto Durante meu estágio, iniciei e completei um inquérito junto a professôres universitários de estatística de todos os países da América, indagando da organização do ensino de estatística nas respectivas universidades Sôbre êsse inquérito foi escrito um trabalho em que se considera a definição da profissão de estatístico e a classificação dos diversos tipos de atividades estatísticas em uma descrição sumária da organização do ensino da estatística nos diversos países da América e na qual são focalizados alguns problemas da organização do ensino acadêmico de estatística e os processos pelos quais a cultura acadêmica pode ser completada ou parcialmente substituída pelo aperfeiçoamento em serviço Êsse trabalho deverá ser pròximamente publicado pela revista oficial do Instituto Outros trabalhos foram apenas iniciados, por demandar sua execução completa, tempo maior do que aquêle de que se dispunha. Assim, foi iniciado um glossário de têrmos estatísticos em inglês, português e espanhol, com base no Vocabulário Brasileiro de Estatística, redigido pelo mesmo autor e publicado em sua edição experimental em o número de maio de 1944 da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA Também foram lançadas as linhas gerais para a publicação, pelo Instituto Interamericano de Estatística, de uma série de monografias, redigidas por vários especialistas, versando diversas técnicas da moderna estatística e destinadas ao aperfeiçoamento em serviço de funcionários de repartições oficiais de estatística

— Durante minha permanência nos Estados Unidos — prosseguiu s s. — segui por todo um semestre aulas de estatística matemática na Universidade de Colúmbia e, no semestre seguinte, cursos sôbre técnicas de levantamento por amostras na "Graduate School" do Ministério da Agricultura, em Washington

Interrogado sôbre suas impressões de viagem, declarou:

— Não é fácil reunir em poucas palavras uma idéia panorâmica das impressões que se colhem sôbre as instituições e os costumes do povo norte-americano. Além disso, corre-se sempre o risco da excessiva generalização Por outro lado, seria um jamais acabar se eu me pusesse a descrever em detalhes múltiplos pontos em que aquêle país e aquêle povo diferem do nosso. O que me pedem é uma entrevista e não um tratado Farei, assim, por concentrar a minha atenção sôbre aquêles pontos que foram os que mais me impressionaram Entre êsses se encontra o fato notado por quantos têm por lá estado e que é o alto padrão de vida que caracteriza aquêle povo. Todos ganham o suficiente para vestir, morar e comer como sòmente poucas pessoas o conseguem noutros países Daí resulta que não se notam as diferenças abruptas que separam as diversas classes sociais Não se vêem maltrapilhos, e raramente se vê alguém ostentando luxo O fato se explica fàcilmente Se tomarmos apenas a parte da população que vive de salários, e que é a grande maioria, verificaremos que uma datilógrafa, que exerce uma das funções de remuneração mais baixa, ganha mais ou menos a quinta parte de um chefe de divisão, enquanto que no Brasil, por exemplo, o primeiro ordenado pode ser apenas a décima parte do segundo A outra explicação dêsse fenômeno parece-me estar no seguinte fato: tôda a produção se acha altamente mecanizada, de modo que o povo norte-americano atingiu uma capacidade de produção global que não se encontra em nenhum outro país do mundo A economia realizada com a mecanização, em vez de aproveitar, porém, sòmente aos donos das emprêsas produtoras, reflete-se na possibilidade de pagar salários altíssimos Por outro lado, as energias inaproveitadas canalizam-se fàcilmente para novas emprêsas que o extraordinário espírito inventivo do povo não custa em imaginar, de modo a resultar num intenso e profundo aproveitamento de todos os recursos naturais do país

Êsse aproveitamento intenso decorre, por sua vez, da combinação de dois fatôres: uma alta técnica baseada na ciência e uma extraordinária disposição para o trabalho Não se pode, por isso, dizer que a vida nos Estados Unidos seja "fácil"; pelo contrário, as exigências do trabalho no escritório ou na fábrica e em casa são tais que pouco tempo deixam de sobra para certas amenidades da vida que por aqui são largamente praticadas E' raro, por exemplo, encontrar-se uma moça que conheça trabalhos de agulha ou toque piano, porque elas não têm tempo para isso

O tipo de vida imposto pelas circunstâncias atuais reflete-se, naturalmente, no tipo da educação Esta se encontra ao alcance, pràticamente, de todos Escolas elementares existem para todos os que delas precisam e escolas secundárias oficiais, em que até livros, lápis e papel são dados aos alunos, existem por todos os bairros de cada cidade, instaladas em excelentes edifícios. A educação superior, de uma extrema flexibilidade, desenvolve-se no sentido de dar instrução muito especializada de acôrdo com as necessidades impostas pelas solicitações da indústria, da agricultura, da administração, etc Um curso superior é feito não porque concede um título que permite o exercício profissional, mas porque comunica os conhecimentos de que a pessoa tem necessidade para essa vida profissional Para isso concorre a distinção geralmente feita entre o título acadêmico e a licença profissional; o primeiro é concedido por uma universidade, mas não confere direito algum ao seu titular; êste, para que possa exercer a profissão, tem de habilitar-se em exames do Estado, perante uma banca oficial, e as exigências variam de Estado para Estado, o que é muito natural, porque também as circunstâncias variam de um para outro

Como os cursos superiores são feitos para responder a necessidades impostas pelo meio, êles são de uma extrema variedade e em número muito grande em cada universidade. E

como, por outro lado, as universidades, mesmo as oficiais, gozam de inteira autonomia, podem elas desenvolver-se segundo linhas próprias, o que faz com que sejam capazes de adquirir uma verdadeira "personalidade" que as distingue profundamente umas das outras Está claro que quem empresta personalidade a uma escola superior são os seus professôres; mas êstes, além de valor próprio, precisam de liberdade e recursos para conseguir isso.

O Professor SILVA RODRIGUES falou depois sôbre o que pensa de uma aproximação, cada vez maior, entre os povos brasileiro e norte-americano.

— Creio — disse — que não só é possível mas também que é útil a ambos embora mais a nós do que a êles Não resta dúvida de que uma aproximação sólida e duradoura só pode basear-se na compreensão e na estima mútuas e para que isso exista é evidentemente necessário conhecermo-nos melhor. A triste verdade é, porém, que ainda nos ignoramos quase completamente A ignorância fàcilmente gera o preconceito, especialmente quando existem terceiros, interessados, por motivos políticos, em alimentar tais preconceitos. Não nego que há diferenças radicais de temperamento entre o nosso povo e o norte-ámericano e absolutamente não desejo que o nosso povo perca todos os seus característicos temperamentais para melhor se aproximar do norte-americano. Entre dois povos livres, responsáveis e conscientes é perfeitamente possível estabelecer-se o melhor de todos os tipos de amizade, a saber, aquela que se baseia na compreensão e no respeito mútuos Para chegar a êsse ponto, porém, o caminho mais longo a percorrer é o nosso.

Tenho uma grande confiança e esperança no papel de aproximação que as viagens de brasileiros aos Estados Unidos podem desempenhar. Não há informação, por mais fiel que seja, que possa substituir o contacto direto, uma vez que êste seja suficientemente longo, pois que, em geral, os primeiros tempos de estada são bastante desagradáveis, pelo profundo trabalho de adaptação que lhes corresponde. Para certas pessoas êle é especialmente difícil, como o foi para mim, que durante os quatro primeiros meses detestei a tudo e a todos e que, se tivesse regressado ao fim dêsse tempo, me teria tornado um inimigo figadal e definitivo dos Estados Unidos e do seu povo..."

EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO SÉTIMO ANIVERSÁRIO DO D.A.S.P.

Comemorando a passagem do sétimo aniversário de sua criação, no dia 30 de julho, o Departamento Administrativo do Serviço Público realizou, durante o mês de agôsto do corrente ano, no salão de exposições do Edifício do Ministério da Educação e Saúde, interessante amostra, que se intitulou "O sistema do mérito no serviço público", visando, como vem fazendo desde 1942, a instruir e esclarecer o público sôbre a marcha dos serviços do Departamento nos diversos ramos de suas atividades.

A primeira Exposição, com que o D A. S. P. assinalou a passagem daquela data, em 1942, versou sôbre o setor da Organização; a segunda, sôbre Material, e a terceira, em 1944, sôbre as realizações do govêrno no tocante à construção e aparelhagem de Edifícios Públicos.

A última, encerrada em agôsto do corrente ano, destacou-se pela adequada disposição dos trabalhos, expostos em mostruários corridos, da maneira mais simples e atraente. No amplo recinto, encontravam-se numerosos painéis, gráficos e alegorias elucidativos, prospectos de propaganda e de esclarecimento, mostrando as oportunidades que se oferecem, mediante concurso, para o ingresso no quadro do funcionalismo público, e estabelecendo a idade mínima e máxima, bem como as aptidões que os candidatos devem possuir

Os painéis e cartazes não apenas deixavam ver a obra do D A S P no setor da seleção de pessoal, como ilustravam as diversas fases do ingresso ao serviço público, pelo sistema do mérito

Viam-se, também, expressivos gráficos. Para comprovar-se o incentivo da Divisão de Seleção à aplicação daquele sistema, basta ressaltar que, em seus sete anos de fecunda existência, o D A. S P já inscreveu 167 287 brasileiros de ambos os sexos, destinados à admissão em cargos efetivos do serviço público A média de habilitação, que era, de início, de 5%, passou a 20% , atualmente, concorrendo as mulheres na mesma proporção que os homens, isto é, em uma média de 50 % de candidatos de cada sexo

Em 1937, inscreveram-se para os concursos, no Rio, 140 candidatos; nos Estados, não houve inscrições Em 1938, o número de candidatos, no Distrito Federal, subia a 5 748, enquanto nos Estados continuava a abstenção; em 1939, os inscritos no Rio somavam 4 088, assinalando-se 149 inscrições nos Estados Em 1940, havia 14 145 candidatos inscritos no Rio e 3 219 nos Estados; em 1941, 16 003 e 13 903; em 1942, 14 316 e 6 224; em 1943, 22 956 e 17 512 Em 1944, inscreveram-se 22 998 candidatos no Rio e 22 886 nos Estados, cifras essas que atestam o interêsse pelos concursos

O encerramento da Exposição verificou-se na tarde de 24 de agôsto, com a presença do Sr. Presidente da República e de outras autoridades, que percorreram demoradamente o recinto, entretendo palestra com vários candidatos que aguardavam a chamada para a "Prova Relâmpago" de Auxiliar e Praticante de Escritório dos diferentes órgãos do serviço público, realizada diàriamente naquele local.

AFERIÇÃO DA EFICIÊNCIA DO REGISTRO CIVIL

O Serviço Federal de Bioestatística, do Departamento Nacional de Saúde, vem realizando, em quase tôdas as cidades do Brasil, através das Delegacias Federais de Saúde, um inquérito destinado a aferir a eficiência do registro civil Assim, os coeficientes de mortalidade infantil, ainda altos, são calculados de acôrdo com os dados obtidos, com maior precisão, nas mesmas cidades, sôbre o número real de nascidos vivos

No primeiro trimestre do corrente ano, os percentuais de nascidos vivos não registrados, segundo revela aquêle inquérito, elevaram-se: em Manaus, a 74,5; em Belém, a 47,3; em João Pessoa, a 45,6; em Maceió, a 39,1; no Recife, a 38,9; em Aracaju, a 25,8; em Cuiabá, a 25,2, e, finalmente, em São Luís, a 24,1

INCÊNDIO DA BIBLIOTECA DE MANAUS

Repercutiu pesarosamente, em todo o país, a notícia da destruição, pelo fogo, a 22 de agôsto dêste ano, da Biblioteca Pública de Manaus Segundo informações da imprensa amazonense, o incêndio devorou em poucas horas milhares de livros e coleções inteiras de obras ali guardadas, tornando-se infrutíferos todos os esforços dispendidos para salvar tão valioso acervo literário

A Biblioteca Pública de Manaus foi organizada em 1883, graças à iniciativa do Presidente da Província, JOSÉ LUSTOSA DA CUNHA PARANAGUÁ Antes, em 1871, o Presidente JOSÉ MIRANDA DA SILVA REIS inaugurara uma biblioteca de menor amplitude Funcionando primitivamente num dos consistórios da Sé Catedral, mediante autorização diocesana de Dom MACEDO COSTA, foi transferida, em 1910, na administração de CONSTANTINO NERI, para o prédio à rua Barroso, onde ficou novamente franqueada ao público Seu primeiro administrador foi o abolicionista LOURENÇO PESSOA, salientando-se, depois, na sua direção, a figura de BENTO ARANHA, que lhe deu amplitude extraordinária, ao ponto de colecionar verdadeiras relíquias bibliográficas sôbre o Amazonas A BENTO ARANHA se deve a publicação da *Revista do Arquivo*, na qual foram divulgados numerosos documentos históricos sôbre a terra amazonense que até ali permaneciam inéditos Posteriormente, assumiu a direção da Biblioteca o Professor JOSÉ CHEVALIER, que lhe dispensou o mais devotado carinho, chegando, segundo se sabe, a desfazer-se dos seus móveis em benefício da instituição Seu atual diretor, o jornalista GENESINO BRAGA, que sucedeu a WASHINGTON MELO, imprimiu-lhe uma direção moderna, franqueando os livros ao público em geral Numa compreensão verdadeiramente democrática da função social da biblioteca, ampliou o seu horário na parte da noite, de modo a que as classes proletárias e os comerciários pudessem freqüentá-la

O acervo da Biblioteca de Manaus, calculado em 45 000 livros, foi totalmente destruído pelas chamas Grandes coleções de obras valiosas e raras enriqueciam as suas estantes Havia ali jóias de inestimável valor bibliográfico, como velhos incunábulos dos tempos medievais, bem assim importantes obras sôbre a região amazônica, caprichosamente selecionadas por BENTO ARANHA, tão procuradas pelos estudiosos dos problemas amazonenses e por todos aquêles que visitam Manaus, interessados no conhecimento da terra e da gente do Amazonas. Numerosos quadros, que representavam Manaus antiga, e também retratos de antigos Presidentes da Província, que se encontravam no pavimento superior, onde funcionava a Junta Comercial, foram igualmente destruídos, além de uma tela de TICIANO, que, adquirida no govêrno BACELAR pela importância de duzentos mil cruzeiros, fôra, ùltimamente, avaliada em dois milhões de cruzeiros

Raríssimos volumes salvaram-se à destruição, dada a circunstância de terem sido retirados, pouco antes, a fim de compor o *stand* da Biblioteca na 1ª Exposição-Feira da Amazônia Dentre as obras escapas ao fogo, destacam-se o trabalho de BARBOSA RODRIGUES sôbre as palmeiras do Brasil, impresso em Bruxelas, numa luxuosa apresentação, sob o título *Sertum Palmarum; O Inferno*, de DANTE, traduzido para o vernáculo por ENNES, edição de 1870; *Dom Quixote de la Mancha*, de CERVANTES; a importante obra de AZNAR sôbre jóias da pintura religiosa; a obra de DEBRET sôbre o Brasil, em dois volumes; o *Good School Atlas*, da Universidade de Chicago; a *História da Fundação do Império Brasileiro*, de PEREIRA DA SILVA; os *Sermões*, de VIEIRA; o *Missal* em gótico escrito a mão pelos frades beneditinos de Monte Cassino

Os prejuízos causados no depósito do *Diário Oficial*, localizado no porão do edifício incendiado, também foram grandes, havendo a lamentar a destruição entre outras coisas, de 10 mil mapas do Amazonas; 800 exemplares da obra *The New Brazil*; a única coleção completa do *Diário Oficial* do Estado, desde o seu primeiro número; as únicas coleções de tôdas as Leis, Decretos e Regulamentos desde a fundação do Império; tôda a nova edição da *Flora Brasileira*, de ALFREDO DA MATA; as únicas coleções dos Julgamentos e Decisões do Tribunal de Apelação do Estado; coleções completas, em fotogravuras, da Numismática Estadual

Em face dessa imensa perda, os nomes representativos da intelectualidade amazonense, sob os auspícios do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, iniciaram, logo em seguida, uma ativa campanha, destinada a dotar Manaus de nova biblioteca Espontâneamente, vários intelectuais, num gesto que muito os

recomenda à admiração e ao reconhecimento do povo, colocaram à disposição do govêrno as suas coleções particulares.

Associando-se a êsse movimento de solidariedade, o Conselho Nacional de Geografia, a quem o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas dirigiu um apêlo, aprovou, na sessão do seu Diretório Central, realizada a 3 de setembro, dêste ano, uma resolução em que estabelece uma campanha de cooperação para a reconstituição da Biblioteca Pública de Manaus Em suas linhas gerais, a campanha, que terá a duração de três meses, consistirá num movimento destinado a interessar todos os órgãos do Conselho e seus membros, as repartições geográficas do País e tôdas as entidades oficiais e privadas que mantêm relações com o C N G, no sentido de ofertarem o maior número de livros ao govêrno amazonense para a recomposição da Biblioteca De imediato, o C N G contribuirá com uma coleção completa das publicações por êle editadas, além de outras do seu estoque de duplicatas. Êsse movimento conta com a inteira simpatia do Conselho Nacional de Estatística.

Ao Departamento Estadual de Estatística do Amazonas, o Sr. M A Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do I B G E, dirigiu um telegrama solicitando transmitir às autoridades estaduais o pesar do Instituto pela destruição da Biblioteca. Também o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do I B G E, telegrafou ao Interventor Federal naquele Estado, a propósito da dolorosa ocorrência.

O Professor Júlio Uchoa, presidente do Centro Teixeira de Freitas, do Amazonas, enviou, em nome daquele órgão, protestos de consternação ao Interventor Álvaro Maia

EMBAIXADA JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Integrada pelos bacharelandos de Ciências Econômicas da Escola Técnica de Comércio de Sergipe, Carlos Alberto Barros Sampaio, José Arnoivo Campos, Adolfo Barreto d'Ávila, Washington Brandão Santos, Heraclides Mangueira e José Heribaldo Menezes, e sob a presidência do primeiro, visitou o Rio e São Paulo, em setembro do corrente ano, em viagem de fins culturais, a Embaixada José Carlos de Macedo Soares

Os acadêmicos sergipanos que compunham a Embaixada, a primeira organizada naquele Estado com êsse objetivo, foram designados pelo Diretor da Escola, Sr. João de Araújo Monteiro, em portaria n° 37, de 4 de setembro dêste ano, que aprovou também o programa de excursão elaborado, incluindo visitas ao paraninfo da Caravana, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ao Sr Ministro da Educação, à União Nacional dos Estudantes e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Neste último, foram os visitantes recebidos pelo Sr. Teixeira de Freitas, Secretário-Geral, a quem fizeram entrega de um ofício de apresentação assinado pelo Sr José Cruz, diretor do Departamento Estadual de Estatística e presidente da Junta Executiva Regional de Sergipe, salientando a finalidade da excursão que ora faziam ao Rio, bem assim a homenagem que prestavam ao I B G E, dando à caravana o nome do seu presidente, numa perfeita compreensão da utilidade da colaboração da estatística nos estudos econômicos.

Os visitantes percorreram demoradamente as diversas dependências da Secretaria-Geral, cujos serviços mecanizados viram funcionar, tendo-lhes sido feita uma explanação sôbre o sistema de cooperação inter-administrativa do Instituto e de suas atividades, nos domínios técnico e cultural. Aos estudantes foram distribuídos vários exemplares de publicações editadas pelo Instituto

Os excursionistas foram ainda homenageados com um almôço oferecido pelo I B G E, ao qual compareceram, além dos componentes da caravana, o Secretário-Geral da entidade, Sr M. A. Teixeira de Freitas, e os Srs Alberto Martins, Waldemar Lopes, Jorge Zarur e Rubem Gueiros, altos funcionários do Instituto, tendo o Sr. Teixeira de Freitas proferido ligeira oração, na qual desejou aos homenageados feliz e proveitosa estada nesta capital.

AUXÍLIO FEDERAL AO ENSINO PRIMÁRIO

Em fundamentada exposição de motivos encaminhada ao Sr Presidente da República, o Sr Ministro da Educação e Saúde apresentou sugestões para a complementação das providências constantes do Decreto-lei n° 4 958, de 14 de novembro de 1942, que institui o Fundo Nacional de Ensino Primário e estabelece a política de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios, no tocante ao ensino primário, no país.

Há muito reclamada pela opinião esclarecida de tôda a Nação, a medida consubstanciada nos têrmos daquêle Decreto-lei teve a mais viva repercussão nos meios culturais e educacionais, por isso que resultara da assinatura, nesta Capital, em novembro de 1942, do Convênio Nacional de Ensino Primário Noticiando êsse acontecimento de inegável significação político-administrativa, a REVISTA, em seu número 12, correspondente ao último

trimestre daquêle ano, transcreveu oportunos conceitos de ilustres brasileiros sôbre a evidente conveniência da nacionalização do ensino primário Assinadas por nomes como os de RUI BARBOSA, PANDIÁ CALÓGERAS, ALBERTO TÔRRES, MANUEL BONFIM e outros, foram transcritas opiniões das mais valiosas, unânimes, tôdas, em recomendar um esfôrço coletivo, uniforme, sinérgico, em prol da instrução primária, no país inteiro, em vez de ações fragmentadas e por completo deixadas à iniciativa e às possibilidades, entre si desiguais, das Unidades Federadas e dos Municípios

Por outro lado, a fórmula então adotada coincide com algumas das linhas mestras do sistema de cooperação inter-administrativa para a efetivação de serviços de interêsse comum das três órbitas governamentais, altamente compatível com o princípio federativo e as condições peculiares do país já consubstanciada nos Convênios de Estatísticas Educacionais e conexas, e consagrada, em definitivo, pela Convenção Nacional de Estatística.

A concretização do primeiro auxílio federal para o desenvolvimento do ensino primário em todo o país, conforme consta da exposição de motivos do Sr Ministro da Educação e Saúde, bem como do Decreto n º 19 513, de 25 de agôsto dêste ano, que baixou as disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do aludido auxílio, foi mencionada como um fato auspicioso, na sessão de 10 de setembro, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística Por proposta do Secretário-Geral do Conselho, que nessa ocasião fêz comentários sôbre a importância da medida, cuja necessidade o I B G E vem focalizando nos estudos dos seus técnicos e nos pronunciamentos do seu Presidente, a Junta decidiu comunicar a sua satisfação, por aquêle motivo, ao Sr Presidente da República e ao Sr Ministro da Educação e Saúde

Damos, a seguir, a exposição de motivos do Sr Ministro GUSTAVO CAPANEMA:

"Rio de Janeiro, 20 de agôsto de 1945 Sr. Presidente da República. O ensino primário, desde o Ato Adicional de 1843, foi deixado em nosso país à iniciativa e à responsabilidade exclusiva dos podêres públicos regionais e locais O govêrno nacional, tanto no Império como na República, permaneceu alheio ao problema.

Por maiores que fôssem os apelos da opinião pública, por mais viva que tivesse sido a palavra dos pedagogos e dos sociólogos, a ação nacional jamais se fêz sentir, a não ser no caso das subvenções esporàdicamente concedidas para fins de nacionalização do ensino primário de alguns pontos do território nacional.

Foi sob o govêrno de V Excia. que se inaugurou, em nosso país, a interferência sistemática da União, em matéria de ensino primário.

Sem falar nos atos legislativos iniciais com que se fixaram determinados critérios de aplicação das rendas públicas estaduais e municipais para o desenvolvimento dos sistemas de ensino primário, o Ministério da Educação e Saúde deu início a um conjunto de providências, tendo por objetivo tornar orgânica a ação federal com relação ao problema do ensino primário, e visando não sòmente à fixação das diretrizes e das bases, mas também a mobilização de maiores recursos financeiros

Não é esta a oportunidade para tratar do primeiro assunto, isto é, da questão das diretrizes e das bases do ensino primário de nosso país, matéria que, de um modo geral, deverá ser regida pela lei orgânica do ensino primário, cujo projeto, já concluído, poderá ser dentro em pouco decretado.

A presente exposição tem por fim encaminhar à elevada consideração de V. Excia. um projeto de regulamento, destinado a reger o processo da concessão do auxílio federal para o ensino primário aos Estados e Territórios e bem assim ao Distrito Federal

O lado financeiro do problema é justamente aquêle que, de modo mais imediato, tem preocupado o Ministério da Educação e Saúde. Na verdade, o desenvolvimento do ensino primário de nosso país está dependendo muito menos de princípios e técnicos do que de recursos financeiros.

Já possuímos, em matéria de ensino primário, elevada cultura pedagógica Se os planos e diretrizes não apresentam, nas diferentes unidades federativas, a desejável uniformidade, fora é de dúvida que, no maior número dos casos, se inspirem em segura doutrina e se revestem de feição moderna, adequada às condições do país

A questão do dinheiro é que se apresenta como assunto realmente de primeira importância, pois da deficiência de recursos financeiros é que decorre a relativa insuficiência de nossos sistemas escolares de ensino primário.

Provado está que, para resolver o problema de modo seguro e permanente, é de todo imprescindível a interferência federal. Fôrça é que a União coopere, mediante a concessão do auxílio federal a tôdas as unidades federativas, visando a proporcionar-lhes o indispensável complemento financeiro com que possa atender às deficiências de seu aparelhamento escolar e primário.

Para servir de base a essa política de cooperação federal foi criado, pelo Decreto-lei n º 4 958, de 14 de novembro de 1942, o Fundo Nacional de Ensino Primário Tendo em vista que, além de cooperação federal, necessário era tornar cada vez maiores os recursos destinados, pelas unidades federativas, ao ensino primário, o Govêrno Federal com elas celebrou o Convênio Nacional de Ensino Primário, assinado a 16 de novembro de 1942, e pôsto em execução a partir de 1944.

Para dar início à constituição dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, foi expedido o Decreto-lei n º 6 785, de 11 de agôsto de 1944, criando um adicional de cinco por centro sôbre as taxas do impôsto de consumo que incidem sôbre bebidas

Com base nessa disponibilidade inicial, o orçamento do Ministério da Educação e Saúde, para o corrente exercício, consigna a dotação de Cr$ 15 500 000,00 para a concessão de auxílios federais para o ensino primário a cada uma das unidades federadas

A concessão do auxílio federal, nos têrmos do art 5 º do Decreto-lei n º 4 958, de 14 de novembro de 1942, está condicionada à expedição de especiais disposições regulamentares Justamente para fixá-las, é que tenho a honra de apresentar à esclarecida consideração de V. Excia o incluso projeto de decreto

O Ministério da Educação e Saúde está, neste momento, em direto entendimento com o Ministério da Fazenda, visando a obter a expedição de um decreto-lei que, como o do ano passado, institua fundos novos que ampliem os auxílios federais para o ensino primário.

Espero que, dentro em pouco, concluídos os necessários estudos, possa V Excia duplicar ou triplicar, para o próximo exercício financeiro, os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário.

O programa da intervenção financeira federal, no qüinqüênio compreendido entre os anos de 1945 e 1949, para o desenvolvimento do ensino primário de todo o país, deverá, partindo da importância inicial consignada no orçamento de 1945, fazer progredir anualmente os recursos de tal modo que em 1949 êles atinjam pelo menos a cifra de Cr$ 300 000 000,00

Os últimos dados estatísticos concernentes às despesas realizadas, em todo o país, com o ensino primário referem-se ao ano de 1944. A importância total aplicada, pelos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, se elevou a cêrca de Cr$ 480 000 000,00.

Uma vez que os compromissos assumidos no Convênio Nacional de Ensino Primário sejam cumpridos integralmente, é de esperar que a soma de todos os recursos estaduais e municipais, destinados ao ensino primário, atinjam, no ano de 1949, a cifra de 700 000 000,00 cruzeiros

Tudo significa que, nessa época, reunidos os recursos federais, estaduais e municipais, estejamos aplicando, com o desenvolvimento do ensino primário do país, a importância de Cr$ 1 000 000 000,00

Todos os esforços devem ser envidados para que essa situação seja conquistada.

E, assim, mediante sucessivas providências, rigorosamente estudadas e postas em prática de acôrdo com as nossas possibilidades financeiras e técnicas, o Govêrno Federal organiza, em têrmos definitivos, o plano da sistemática ação federal com relação ao ensino primário do país

Apresento a V Excia. os protestos de minha elevada estima e profundo respeito — GUSTAVO CAPANEMA "

É o seguinte o texto do Decreto n º 19 513, de 25 de agôsto de 1945, no qual se acham contidas as disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário:

"O Presidente da República, a fim de dar execução ao disposto no artigo 5 º do Decreto-lei n.º 4 958, de 14 de novembro de 1942, e usando da atribuição que lhe confere o art 74, letra *a*, da Constituição, decreta: ,

Art 1 º — Os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, instituído pelo Decreto-lei n.º 4 958, de 14 de novembro de 1942, serão anualmente aplicados, sob a espécie de auxílios federais, com o objetivo de promover a ampliação e a melhoria dos sistemas escolares de ensino primário de todo o país.

Art 2 º — O auxílio federal para o ensino primário será concedido a cada um dos Estados e Territórios e bem assim ao Distrito Federal, de conformidade com as suas maiores necessidades

§ 1 º — As maiores necessidades, em cada unidade federativa, serão avaliadas segundo a proporção do número de crianças, entre sete e onze anos de idade, que não estejam matriculadas em estabelecimento de ensino primário.

§ 2 º — Serão levados em conta, para o cálculo, o número, em todo o país, e o número, em cada unidade federativa, de crianças em idade escolar não matriculadas, de forma que à relação percentual dêsses números corresponde a distribuição percentual dos recursos disponíveis em cada exercício financeiro

Art 3 º — O cálculo, de que trata o artigo anterior, será baseado nos seguintes critérios:

1. A população escolar primária corresponderá a 12,5% da população geral, tomando-se para a apreciação em cada ano, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2 A matrícula do ensino primário será estimada segundo os dados do último levantamento apurado pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde.

Art 4 º — Os auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional de Ensino Primário, serão aplicados nos têrmos seguintes:

1 A importância correspondente a 70 % de cada auxílio federal destinar-se-á a construções escolares Os projetos deverão ter aprovação prévia do Ministério da Educação e Saúde. As obras serão executadas pela autoridade administrativa de cada unidade federativa interessada, correndo as despesas, no todo ou em parte, por conta do auxílio federal concedido.

2 A importância correspondente a 25 % de cada auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os têrmos de um plano geral de ensino supletivo, aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde

3 A importância correspondente a 5 % de cada auxílio federal, converter-se-á em bôlsa de estudo destinadas ao aperfeiçoamento técnico do pessoal dos serviços de inspeção e orientação do ensino primário a critério do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Art 5 º — A concessão do auxílio federal para o ensino primário dependerá, em cada caso, de acôrdo especial celebrado entre o Ministro da Educação e Saúde e o representante devidamente autorizado da unidade federativa interessada, atendidos os critérios gerais indicados nos artigos anteriores, e mediante prévia autorização do Presidente da República

§ 1 º — Os acordos referentes a cada exercício financeiro serão assinados no seu início, ou mesmo antes, desde que esteja decretado o orçamento federal correspondente

§ 2 º — Ao Ministério da Educação e Saúde incumbirá, por intermédio de sua competente repartição administrativa, fiscalizar, em todos os seus têrmos, a execução dos acordos especiais celebrados na forma do presente artigo

Art 6 º — Para que possa receber o auxílio federal destinado ao ensino primário, cada unidade federativa deverá comprovar que satisfez, no ano anterior os compromissos assumidos com a União, em virtude do Convênio Nacional de Ensino Primário, celebrado a 16 de novembro de 1942.

Art. 7 º — Os acordos especiais para a concessão do auxílio federal para o ensino primário, no corrente ano, poderão ser assinados até 31 de dezembro, ficando a entrega do auxílio na dependência de que a unidade federativa interessada haja cumprido tôdas as cláusulas do Convênio Nacional de Ensino Primário, assinado a 16 de novembro de 1942

Art. 8 º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário "

II CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E INDÚSTRIA

A próxima realização, nesta capital, entre os dias 15 e 24 de novembro, do II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria está destinada a marcar um acontecimento da máxima transcendência nos anais da engenharia nacional O interêsse que esta reunião desperta é tanto mais compreensível se se considera que o primeiro Congresso dêsse gênero foi realizado no ano de 1900, em comemoração do 4 º Centenário do descobrimento do Brasil, há quarenta e cinco anos, portanto A evolução do país, nesse período de nossa história, colocou na ordem do dia uma série de novos problemas, dentre os quais ressalta, pela sua extraordinária

importância, o estabelecimento das bases sôbre as quais se processará o desenvolvimento técnico, industrial e econômico de nossa pátria

Obedecendo ao imperativo altamente patriótico de contribuir, com os seus conhecimentos e sua experiência, para êsse desiderato, é que a Diretoria do Clube de Engenharia, de acôrdo com uma resolução do seu Conselho Diretor, deliberou promover a realização do II Congresso, do qual participarão numerosos engenheiros, entidades técnicas ou industriais e técnicos em geral, que se inscreveram na qualidade de membros efetivos, aderentes e correspondentes

O temário do Congresso foi programado de modo a abranger, em seus aspectos fundamentais, a multiplicidade dos problemas brasileiros

O Congresso será composto de nove Comissões Técnicas, a saber: Primeira Comissão — "Planejamento geral do país"; Segunda Comissão — "Planejamento econômico e financeiro"; Terceira Comissão — "Planejamento da energia"; Quarta Comissão — "Planejamento industrial"; Quinta Comissão — "Planejamento rural"; Sexta Comissão — "Planejamento urbano"; Sétima Comissão — "Planejamento dos transportes e comunicações"; Oitava Comissão — "Planejamento do ensino técnico e profissional"; Nona Comissão — "Planejamento da mão de obra"

Conquanto todos os temas ofereçam indiscutível interêsse, reproduzimos aqui os itens referentes às atividades da Comissão que se encarregará do planejamento do ensino técnico e profissional:

1 — Contribuição da engenharia à elevação do nível intelectual dos profissionais e técnicos a fim de lhes ser assegurada vida e bem-estar social compatíveis com a missão que devem cumprir

2 — Educação generalizada — Formação moral e cultural

3 — Financiamento do ensino — Subvenções, pública e particular, do ensino — Autarquia das Universidades dos diversos graus — Ensino gratuito — Bôlsa de estudos

4 — Material didático — Livros, publicações.

5 — Estruturação e articulação do ensino técnico e profissional de todos os graus

A — Ensino profissional

1) Estruturação do ensino profissional.
2) Estudo das sugestões da 2ª Convenção Nacional de Engenheiros (São Paulo, 1940)
3) Formação de professôres e mestres de serviço
4) Seleção profissional
5) Artesanato
6) Aprendizagem prática e remunerada.

B — Ensino de Engenharia

1) Estruturação e reforma do ensino da Engenharia
2) Estudo das sugestões da 3ª Convenção Nacional de Engenheiros (Belo Horizonte, 1942).
3) Estabelecimentos de ensino.
4) Laboratórios e estações experimentais
5) Formação de professôres
6) Ensino extra-curricular
7) Aprendizagem prática e remunerada
8) Definição do campo das diversas especialidades da engenharia
9) Revisão das regulamentações da classe e do ensino da engenharia.

Para dirigir os trabalhos preliminares, ficou constituída uma Comissão Organizadora, composta dos seguintes engenheiros: Presidente — EDISON PASSOS, Presidente do Clube de Engenharia; Vice-Presidente — HEITOR PORTUGAL, Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo; Secretário-Geral — FRANCISCO SATURNINO DE BRITO FILHO; Tesoureiro — EDGARD RAJA GABAGLIA; Membros — AMANDINO FERREIRA DE CARVALHO, AMERINO WANICK, ÂNGELO ALBERTO MURGEL, CIRO ROMANO FARINA, EUDORO PRADO LOPES, FRANCISCO DE ASSIS BASÍLIO, ICARAHY DA SILVEIRA, JORGE LEAL BURLAMAQUI, MOACYR TEIXEIRA DA SILVA e WALTER RIBEIRO DA LUZ

Será eleita uma Comissão-Diretora, da qual farão parte, como presidente de honra, os presidentes do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, da Federação Brasileira de Engenheiros e da Confederação Nacional das Indústrias. Os vice-presidentes de honra serão representados pelos presidentes das associações de classe da Engenharia e da Indústria que participem do Congresso Haverá, ainda, um presidente e um vice-presidente efetivos, um secretário-geral e um tesoureiro Funcionará, também, uma Comissão Executiva, composta do presidente e vice-presidente efetivos, do secretário-geral, do tesoureiro, dos presidentes das Comissões Técnicas e de dez membros efetivos do Congresso, de livre escolha do presidente efetivo.

Aos membros do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística foi solicitada cooperação para o maior êxito do Congresso Êsse apêlo, extensivo a todos os geógrafos e estatísticos do país, representados pelas entidades acima, foi formulado pelo Engenheiro EDISON PASSOS, Secretário da Viação e Obras Públicas do Distrito Federal e Presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, por ocasião de uma excursão oferecida pela Prefeitura às delegações federais e regionais daqueles órgãos, reunidas em julho último, nesta capital, para a sexta sessão das Assembléias Gerais do I. B. G E.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO EM ESTATÍSTICA VITAL

Continuam abertas as inscrições para matrícula no Curso de Aperfeiçoamento e Especialização em Estatística Vital, que funcionará, dentro em breve, no Departamento Nacional de Saúde, à praça Marechal Âncora.

Os interessados deverão dirigir os requerimentos de inscrição ao Diretor dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde, acompanhados dos seguintes documentos: *a*) diploma de médico; *b*) atestado de sanidade física e mental; *c*) prova de identidade. O Curso tem o objetivo de preparação e aperfeiçoamento de técnicos estaduais, comprometendo-se os candidatos, no próprio requerimento de inscrição, a aceitar função fora do Distrito Federal. Para o Curso, cuja duração será de dois meses, foi fixado em vinte o número de matrículas, onze das quais se destinam a médicos dos Estados

A prova de habilitação para a matrícula versará sôbre os seguintes assuntos: *a*) Noções de epidemiologia geral; *b*) Grandeza Razão. Proporção Operações sôbre radicais e expoentes fracionários e negativos; *c*) Mensuração. Precisão de medidas Valores exatos e aproximados Êrro: absoluto, relativo, sistemático, acidental Operações sôbre números aproximados; *d*) Uso de logarítmos Manejo das tábuas

Os candidatos possuidores de certificado do Curso Regular de Saúde ou dos Cursos Intensivos Estaduais de Saúde, realizados em colaboração com o Departamento Nacional de Saúde, são dispensados do exame de habilitação.

COMISSÃO NACIONAL DE PREÇOS

Em virtude da Portaria baixada em 6 de setembro dêste ano pelo General ANÁPIO GOMES, Coordenador da Mobilização Econômica, foi criada a Comissão Nacional de Preços O novo órgão, subordinado à Coordenação da Mobilização Econômica, tem como finalidade essencial determinar o tabelamento dos preços das utilidades consideradas de primeiro plano e encaminhar as medidas que se fizerem necessárias, no sentido de impedir a inflação dos preços no país.

A Portaria prevê a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com a C N P , através dos inquéritos econômicos julgados oportunos, de acôrdo com as indicações fornecidas pelo Coordenador.

A ESTATÍSTICA NO ENSINO SUPERIOR

O Sr Presidente da República, tendo em vista a exposição de motivos que lhe dirigiu o Sr Ministro da Educação, "fixando os têrmos essenciais da estrutura e do regime dos dois tipos de ensino universitário que à Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, da Universidade do Brasil, competirá ministrar", assinou um decreto-lei, que estabelece as normas para o ensino de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

O referido ato inclui, no Curso de Ciências Econômicas, o ensino da Estatística Geral, na terceira série, e métodos matemáticos e estatísticos aplicados à Economia, na quarta série.

No Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, a Estatística passará a ser ministrada na primeira e segunda séries, abrangendo noções de Estatística Geral e Estatística Comercial e Industrial

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

Comemorando o sexagésimo aniversário de sua instalação, ocorrida a 16 de setembro de 1883, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro realizou, no dia 26 de setembro do ano corrente, em seguida à reunião de assembléia geral, uma sessão solene, que se revestiu do maior brilhantismo.

A mesa diretora dos trabalhos achava-se composta pelos Srs Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente; Ministro JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES JÚNIOR, 1 º vice-presidente; Almirante DODSWORTH MARTINS, 2 º vice-presidente; Professor EVERARDO BACKEUSER, 3 º vice-presidente; MÁRIO CAMPOS RODRIGUES DE SOUZA, secretário-geral; Capitão de Fragata LUÍS ALVES DE OLIVEIRA BELO, tesoureiro, e FRANCISCO DE SOUZA BRASIL, orador oficial Integrava-a, ainda, o Sr LEÔNCIO CORREIA, convidado especial. Entre os assistentes, notavam-se o Sr CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, membros dos colégios do I B G E , representantes do Ministério da Educação e Saúde, e outras personalidades.

O presidente designou os Srs Ministro Fonseca Hermes Júnior, Almirante Dodsworth Martins, Taciano Accioli e o Rev Padre Francisco Xavier Lanna para introduzirem na sala de sessões o Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, eleito sócio honorário da Sociedade, o qual foi convidado a tomar parte na mesa diretoria dos trabalhos

Iniciada a solenidade, o presidente designou o Sr Carlos Xavier Pais Barreto para saudar o novo associado Sr Francisco Pedro Carneiro da Cunha, após o que o Sr Francisco de Souza Brasil fêz uma saudação ao Sr Alcino de Azevedo Sodré Realizada a entrega dos respectivos diplomas aos dois novos sócios, o presidente deu a palavra ao orador oficial, que, em breve alocução, rememorou os vultos e a obra dos fundadores da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, 62 anos atrás.

Em prosseguimento e sob os aplausos da assistência, o Almirante Gago Coutinho, a pedido do presidente, fêz entrega do diploma de sócio honorário ao Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, usando então da palavra o Sr Alcino de Azevedo Sodré, que agradeceu, por si e em nome daquele titular, a honra que acabava de lhes ser conferida pela tradicional instituição

A convite do presidente, a Srta Léa Correia Leal, filha do Sr Leôncio Correia, descerrou os retratos do Conde d'Eu e do Senador Manuel Francisco Correia, procedendo-se, sob aplausos, à sua inauguração Usou da palavra, nessa ocasião, o Sr José Wanderley de Araújo Pinho, que focalizou a vida do Conde d'Eu, grande amigo da Sociedade, à qual sempre distinguira, frequentando-a assiduamente, assim como o Imperador Pedro II e outros membros da família imperial O orador ressaltou o apoio que a família imperial sempre dera à Sociedade de Geografia nos primeiros anos de sua existência, finalizando sua oração sob demorados aplausos da assistência

Com a palavra, o Capitão de Fragata Luís Alves de Oliveira Belo pronunciou um discurso alusivo à vida e à obra do Senador Conselheiro Manuel Francisco Correia, a quem a Sociedade devia a iniciativa de sua fundação O orador acentuou a satisfação que experimentava em face do gesto da Sociedade, que acabava de inaugurar o retrato do Senador Correia, pagando, assim, uma dívida de gratidão à memória daquele que foi o seu verdadeiro fundador

Em seguida, o Sr Leôncio Correia, sobrinho do Senador Manuel Francisco Correia, agradeceu a homenagem de que fôra alvo aquêle ilustre membro de sua família

Fêz uso da palavra, ainda, o Sr Taciano Accioli Monteiro, que rememorou fatos da vida pregressa da Sociedade, na época do presidente Marquês de Paranaguá

Após agradecer o comparecimento dos presentes e congratular-se com todos pelo brilhantismo da sessão, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares deu por encerrada a solenidade

---

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Realizou-se no dia 13 de julho dêste ano a assembléia geral ordinária da Sociedade Brasileira de Estatística, para aprovação do relatório e contas da Diretoria, no período de agôsto de 1944 a julho de 1945. A reunião foi movimentada, com o comparecimento de numerosos associados desta Capital e das Unidades Federadas, êstes últimos representando, também, sócios ausentes, conforme a seguinte lista de presença: Heitor Eloy Alvim Pessoa, O Alexander de Morais, Afrânio de Carvalho, Segismundo Melo, Alberto Martins, por si e pelos associados do Estado do Paraná, Francisco Borges Leitão, Afrânio C Melo, Jacir Maia, M Ribeiro Espíndola, Jacir Maia (representando o Professor Lourenço Filho), Felipe Nery (por si e pelos associados da Bahia), Paulo Pimentel (por si e pelos associados de Pernambuco), Glauco Barbosa, Antônio Rodrigues Brandão, Manuel Diégues Júnior, Anfilóquio Câmara, Colombo Etienne Arreguy, João de Mesquita Lara, Sérgio Nunes de Magalhães, Waldemar Lopes, Thomaz Gomes da Silva, João Lira Madeira, Mário Leopoldino Sampaio, Marcos Monte Lima, Ary Freire Castello, João Batista Pedro Lodi, Sylvia de Castro Aragão, Maria da Luz Costa, Elaíla Falcão da Frota, Antônio da Silva Neves, Alsorino Machado, Mário Ritter Nunes, M A. Teixeira de Freitas (por si e por vinte um sócios residentes em São Paulo).

Em virtude da ausência do presidente da Sociedade, Sr Valentim Bouças, presidiu a reunião o Sr Benedito Silva, 1º vice-presidente

O relatório apresentado à Assembléia pela Diretoria registra os principais resultados da atuação da S B.E. no período aludido

Consigna, de início, o fato de que a solicitação dirigida ao I.B.G E , em 21 de agôsto de 1944, no sentido da dispensa do ônus assumido pela Sociedade para elaboração e publicação preliminar do *Vocabulário Brasileiro de Estatística*, foi prontamente atendida pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, acrescentando que vários consócios têm encaminhado sugestões à Secretaria-Geral do I B G E. para a edição definitiva daquele trabalho.

Tendo sido aprovada pela Diretoria a regulamentação do Prêmio Bulhões Carvalho, com as modificações propostas pelo Sr Lyra Madeira, relativamente ao seu desdobramento em três prêmios, assumiu o presidente da Sociedade o encargo de promover a obtenção dos recursos necessários à concessão de dois dêsses prêmios, sem ônus para a Caixa Social

A criação e o desenvolvimento de centros de estudos regionais vem merecendo o mais carinhoso interêsse da Sociedade, sendo para ressaltar as atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos de São Paulo, a cuja iniciativa se

deve a realização de conferências e a publicação de uma série de interessantes monografias sôbre assuntos estatísticos, da autoria de seus membros Também o Centro Teixeira de Freitas, do Amazonas, vem promovendo úteis e oportunas iniciativas, visando ao aperfeiçoamento dos profissionais da Estatística naquele Estado. Em colaboração com o Departamento Estadual de Estatística, tem publicado interessantes trabalhos, versando temas ligados à história e à economia do vale amazônico No Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, um antigo núcleo de estudiosos de problemas estatísticos converteu-se em Centro de Estudos da S B E.

A Sociedade vem trabalhando no sentido de estreitar o intercâmbio com as instituições congêneres no Exterior, em particular as do continente, com as quais mantém troca de publicações e correspondência.

O relatório menciona a ajuda constante e eficiente que lhe tem dispensado o I.B G E , incansável em prestigiar o trabalho da Sociedade em todos os sentidos, proporcionando-lhe, ao demais, facilidades e auxílios materiais para a realização de suas iniciativas

Sob os auspícios da Sociedade, foram realizadas conferências, abordando temas de interêsse e atualidade, conforme noticiário em tempo divulgado nesta REVISTA

O relatório dá conta da participação da S B.E. nas solenidades comemorativas do nono aniversário do I B G E , "Dia do Estatístico", bem como da homenagem prestada aos sócios honorários, Embaixador José Carlos de Macedo Soares e Sr. Léo de Affonseca

Tendo a Assembléia anterior autorizado a Diretoria a proceder da maneira mais aconselhável para regularizar a situação dos sócios em atraso com os cofres da Sociedade, ou que, por êste ou outros motivos, não viessem manifestando desejo de pertencer ao quadro social, fêz-se uma cuidadosa revisão, que ainda não pôde ser concluída, em virtude de não ter a Secretaria recebido, até aquêle momento, as necessárias informações a respeito de certo número de sócios nas condições apontadas Entretanto, em que pese à desistência de alguns associados, o número de sócios cresceu, no curso do exercício respectivo, elevando-se atualmente a 640 Dêstes, pertencem à categoria de Sócios Coletivos a Associação Comercial de São Paulo, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, a Sociedade Rural Brasileira, o Colégio Anchieta de Nova Friburgo e o Conselho Técnico de Economia e Finanças da Bahia.

Dentre os trabalhos referidos no relatório, merecem especial destaque as sugestões para o plano de atividades da S. B E , compreendendo iniciativas do maior alcance

Lido e pôsto em discussão o parecer da Comissão Fiscal relativo às Contas da Sociedade, falou o Sr Alberto Martins, expressando suas congratulações com a Diretoria pelos resultados que pôde apresentar Precedendo-se à votação, foi o parecer aprovado, e, com êle, o balanço e as contas.

No decorrer da reunião, ficou assentada entre os presentes uma visita ao Sr Virgílio Costa, tesoureiro da Sociedade, o qual se achava enfêrmo A Assembléia deliberou prestar-lhe uma homenagem especial, incumbindo o Sr Alberto Martins de visitá-lo e transmitir-lhe votos de pronto restabelecimento

A requerimento do Sr Heitor Eloy Alvim Pessoa, a casa aprovou um voto de pesar em homenagem à memória dos consócios Zaíra Pinto e Eurico Rangel

Foi acolhida com o mais vivo entusiasmo uma sugestão, apresentada pelo Sr. Afrânio Melo, no sentido de que a S B E. se associe às homenagens projetadas pelos funcionários do I B G E. aos seus colegas da F.E.B.

O Sr Benedito Silva declarou que, na presidência eventual dos trabalhos, lhe era agradável significar os agradecimentos da Sociedade à acolhida sempre cordial e generosa que o Instituto lhe tem dispensado, principalmente através da colaboração de seus funcionários, destacando, a respeito, os serviços que vêm prestando os Srs João Lara e Raul Lima, o primeiro como 1º secretário e o segundo como encarregado do expediente Requereu, após, a consignação, em ata, dos votos de agradecimento da Diretoria a êsses prestimosos colaboradores Lembrou, a seguir, a realização do Curso de Informações para os delegados às Assembléias Gerais de Estatística e Geografia, e referiu-se, depois, com o maior aprêço, às atividades da Sociedade Fluminense de Estatística, de cujo relatório acabara de receber um exemplar, e que ia passar por uma radical transformação, organizado como Centro de Estudos Geográficos, Estatísticos e Históricos.

Procedeu-se, a seguir, à leitura da Resolução nº 269, de 6 de julho de 1945, do Conselho Nacional de Estatística, a qual vai transcrita no final desta notícia.

Ao encerrar-se a reunião, foi comunicada aos presentes a realização de uma excursão a Volta Redonda, por iniciativa da S B.E, destinada a proporcionar aos delegados às Assembléias de conhecerem o grande empreendimento da Companhia Siderúrgica Nacional

É o seguinte o teor da Resolução nº 269, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística:

"Aprecia a atuação da Sociedade Brasileira de Estatística e formula sugestões sôbre o desenvolvimento de suas atividades

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a Sociedade Brasileira de Estatística, reorganizada em 1940, de acôrdo com o pronunciamento formulado por esta Assembléia Geral, em Resolução sob o nº 150, vem executando um plano de trabalho do maior alcance para a Estatística Brasileira, através de empreendimentos e iniciativas que favorecem o desenvolvimento do espírito profissional, entre os servidores do Instituto, proporcionando-lhes, ainda, elementos para uma conveniente adequação técnica e intelectual às responsabilidades da carreira;

Considerando que a atuação da Sociedade não sòmente contribui para estreitar os laços de cooperação e mútuo entendimento entre os militantes da estatística nacional, como atende ao objetivo de criar, no país, o senso de pesquisa indispensável ao exame objetivo dos nossos problemas e necessidades;

Considerando que a fundação, nas diferentes Unidades Federadas, de novos Centros de Estudos da Sociedade representaria, como já foi reconhecido em pronunciamentos anteriores, um largo e eficiente estímulo à formação da

mentalidade estatística imprescindível ao vitorioso impulsionamento das atividades do Instituto,

RESOLVE:

Art. 1º — O Conselho Nacional de Estatística expressa, nesta Resolução, o seu aplauso à eficiente atuação desenvolvida pela Sociedade Brasileira de Estatística

Art. 2º — São ressaltados, de maneira especial, como acontecimentos notáveis da vida da Sociedade, desde que sôbre ela se pronunciou pela última vez esta Assembléia Geral, os fatos a seguir enumerados:

a) prosseguimento das sessões de estudos, nas quais se têm feito ouvir, em conferências sôbre temas de sua especialidade, técnicos brasileiros e estrangeiros de reconhecida reputação e autoridade;

b) expressiva participação nas comemorações dos aniversários do Instituto, como recurso para focalizar, perante a opinião pública, a importância das pesquisas estatísticas;

c) regularização de sua situação como pessoa jurídica de direito privado;

d) concessão do título de Sócio Honorário aos Srs. Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES e LÉO DE AFFONSECA, consagrando, assim, ilustres figuras de brasileiros a quem tanto deve a causa da Estatística;

e) regulamentação da concessão do "Prêmio Bulhões Carvalho", previsto nos respectivos estatutos;

f) desenvolvimento das atividades do Centro de Estudos de São Paulo, e criação do Centro Teixeira de Freitas, em Manaus, e do Centro Fluminense de Estudos Estatísticos, no Estado do Rio;

g) colaboração no lançamento da edição preliminar do *Vocabulário Brasileiro de Estatística* e no recolhimento de sugestões e críticas para a edição definitiva;

h) estabelecimento de relações de intercâmbio com associações congêneres do Continente

Art. 3º — Fica expressamente recomendado às Juntas Executivas Regionais do Conselho e às Inspetorias Regionais de Estatística Municipal que assegurem, pelos meios ao seu alcance, inteira colaboração ao desenvolvimento das atividades da Sociedade Brasileira de Estatística, através, principalmente, do estímulo à criação de Centros de Estudos nos moldes dos já existentes nos Estados de São Paulo, Amazonas e Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1945, ano 10º do Instituto"

CENTRO DE ESTUDOS NO RIO DE JANEIRO

Fundada, há algum tempo, por iniciativa dos Srs FRANCISCO STEELE, BENEDITO SILVA, ALDEMAR ALEGRIA, JOSÉ LIBERATO DOS SANTOS, AFONSO JÓFILY, GASTÃO GOUVEIA, EUDES CORRÊA e D ANTONIETA SANTOS, a Sociedade Fluminense de Estatística, com sede em Niterói, entregou-se, desde os primeiros momentos, a proveitosa atividade

Ao ensejo da realização, na Capital Federal, da primeira Exposição de Educação e Estatística, aquela Sociedade prestou valiosa contribuição técnica, que lhe valeu honrosas referências Uma ala do *stand* fluminense, naquela Exposição, foi preenchida com gráficos de estatísticas econômicas relativas ao Estado do Rio e ao Brasil Deve-se, também, à sua iniciativa a organização do primeiro Curso de Estatística em terra fluminense, a cargo de D ANTONIETA SANTOS, o qual vem prestando relevantes serviços à causa da estatística Cumpre notar, a respeito, que nesse Curso obtiveram os primeiros conhecimentos teóricos vários dos atuais funcionários do Departamento de Estatística do Estado do Rio, e do Departamento de Educação, assim como funcionários federais O curso continua em funcionamento, preparando candidatos às escolas superiores e aos concursos para cargos públicos

Ùltimamente, os associados da S F E. tomaram uma deliberação da máxima importância, transformando-a em Centro de Estudos Geográficos, Estatísticos e Históricos, filiado à Sociedade Brasileira de Estatística Dada a circunstância de poder congregar, sob a atual modalidade, setores outros que não o puramente estatístico, é de esperar que seus quadros venham a ter apreciável expansão

Até que seja constituída a nova diretoria e se proceda à redação final dos estatutos do Centro, responderão pelo expediente os Srs FRANCISCO STEELE, presidente, ALDEMAR ALEGRIA, secretário, e JOSÉ LIBERATO DOS SANTOS, tesoureiro.

HOMENAGEM AO PROFESSOR REX CRAWFORD

Realizou-se no dia 26 de agôsto o almôço de homenagem dos estatísticos e geógrafos brasileiros ao Professor WILLIAM REX CRAWFORD, que exerceu, nos últimos anos, o cargo de adido cultural à embaixada dos Estados Unidos em nosso país, prestando assinalados serviços ao intercâmbio técnico entre os especialistas de ambas as nações e, de modo especial, proporcionando importantes facilidades a diversas iniciativas oficiais no campo da geografia e da estatística

O almôço, que foi oferecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verificou-se no Automóvel Clube, dêle participando não só os principais dirigentes da entidade e componentes dos seus três conselhos, como também diretores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membros do Instituto Interamericano de Estatística com sede em Washington, Sociedade Brasileira de Geografia, Sociedade Brasileira de Estatística e Sociedade Brasileira de Economia Política

O homenageado tomou assento entre o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do I B G E , e o jornalista ELMANO CARDIM, membro da Comissão Censitária Nacional, tendo sido saudado pelo Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário-Geral daquele Instituto e Presidente do Instituto Interamericano de Estatística, em expressivo improviso O orador agradeceu ao Professor CRAWFORD o elevado interêsse que sempre demonstrou pela estatística e pela geografia em nosso país, bem como traduziu a admiração de todos os presentes pela obra do sociólogo que, com as conferências reunidas sob o título de *Panorama da Cultura Norte-Americana*, fêz o livro que no Brasil se desejava ler sôbre os Estados Unidos

O Sr TEIXEIRA DE FREITAS prosseguiu referindo-se à compreensão, que têm os ibgeanos,

do ideal de amizade pan-americana, o qual visa a existência de uma verdadeira Federação Continental de Repúblicas Nacionais, a serviço da solidariedade social, e que constituiu um elo a mais entre o homenageado e os manifestantes Afirmou, em nome dêstes, o alto apreço, a gratidão e a confiança a que o Professor REX CRAWFORD fêz jus, pedindo-lhe levasse dali uma recordação agradável, a certeza da estima e da admiração dos presentes e os melhores votos de felicidade pessoal

O homenageado respondeu, também de improviso, começando por citar palavras do Professor OGBURN, ao presidir uma solenidade de três congressos simultâneamente reunidos em Washington, vinte anos atrás, segundo as quais o estatístico é, sobretudo, o profissional que quer a verdade Dos geógrafos, disse que êles são a oniciência limitada pelo espaço E acrescentou que se sentia, assim, entre grandes cabeças do Brasil, conhecedores da terra e do homem, familiares aos problemas brasileiros e dispostos a concorrer para a solução dêsses problemas Teve expressões de alta confiança na grandeza e no crescente progresso do nosso país e agradeceu as provas de amizade que estava recebendo e a que esperava corresponder com a estima e o respeito merecidos Referindo-se ao seu afastamento das funções de adido cultural norte-americano no Rio de Janeiro, afirmou que muito aprendera nesse pôsto e o deixava com a satisfação de, por êsse meio, permitir que outros aprendessem também e se tornassem, como êle, um sincero amigo do Brasil nos Estados Unidos

Damos a seguir a relação das pessoas presentes: Srs Professor WILLIAM REX CRAWFORD, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, J CARNEIRO FELIPE, Ministro ORLANDO LEITE RIBEIRO, HEITOR BRACET, BENEDITO SILVA, VIRGÍLIO CORREIA FILHO, Coronel FREDERICO RONDON, ELMANO CARDIM, Padre LEONEL FRANCA, LOURENÇO FILHO, JANSEN DE MELO, RAJA GABAGLIA, RAFAEL XAVIER, GIORGIO MORTARA, ULPIANO DE BARROS, CERQUEIRA LIMA, JORGE ZARUR, DELGADO DE CARVALHO, JORGE KINGSTON, M A TEIXEIRA DE FREITAS, AFONSO ALMIRO DA COSTA JÚNIOR, JOSÉ AVELINO, CARLOS SOARES PEREIRA, FERNANDO MIBIELLI DE CARVALHO, O ALEXANDER DE MORAIS, GERMANO JARDIM e RAUL LIMA

SECRETARIA-GERAL DO INSTITUTO

Atendendo a um imperativo ditado pelo crescente desenvolvimento de seus serviços, o I B G E instalou-se, na segunda quinzena de maio último, em sede própria, no edifício adquirido para êsse fim e no prolongamento da Avenida Presidente Wilson, que tomou o nome de Avenida Franklin Roosevelt, 166

Devidamente autorizada pela Junta Executiva Central, a Secretaria-Geral do Instituto designou uma comissão para orientar os trabalhos da mudança e de instalação, de modo que os vários serviços centralizados no I B G E não sofressem qualquer solução de continuidade Visou, ainda, aquela providência reduzir ao mínimo os naturais contratempos decorrentes da transferência e assegurar ao novo local de trabalho as necessárias condições de confôrto e as indispensáveis facilidades de funcionamento A comissão em aprêço, presidida pelo Sr ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria-Geral, foi integrada pelos Srs ANTÔNIO PAULINO LIMPO TEIXEIRA DE FREITAS, Chefe do Serviço de Inquéritos, GLAUCO BARBOSA, Chefe do Serviço de Pessoal e Material, e VALDEMAR CAVALCANTI, Chefe do Serviço de Comunicações

Está a Secretaria-Geral do I B G E ocupando todo o aludido edifício, de dez andares, recem-construído, e dotado de todos os requisitos de espaço, iluminação direta e aeração que se faziam necessários para a instalação dos serviços da entidade, desdobrados que foram em virtude dos encargos resultantes da realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, bem como da crescente ampliação das suas atribuições

A inauguração foi levada a efeito no dia 29 de maio, como parte das comemorações do "Dia do Estatístico", cujo noticiário se encontra noutro local dêste número A instalação no novo prédio, com o conseqüente aumento dos serviços internos, impôs a necessidade da criação de algumas novas séries funcionais na tabela de extranumerários, o que foi feito pela Junta Executiva Central em Resolução sob o n º 205

Atendendo, também, ao acúmulo de funções atribuídas à Secção Financeira, a Junta, pela Resolução n º 217, de 21 de junho, criou, no Serviço Econômico-Financeiro da Secretaria-Geral, a Secção do Sêlo de Estatística

Visando, por outro lado, melhor ordenação dos trabalhos administrativos, a Junta, na sessão de 21 de junho, aprovou a Resolução n º 219, que dispõe sôbre a subordinação da Portaria da Secretaria-Geral ao Serviço de Pessoal e Material

Os Serviços e Secções da repartição, no novo edifício, ficaram localizados como segue:

no décimo pavimento: gabinetes do Presidente e do Secretário-Geral, sala de reunião da Junta Executiva Central do C N E e auditório;

no nono pavimento: gabinete do Diretor da Secretaria-Geral, Inspetoria Geral de Estatística Municipal, Serviço Econômico e Financeiro, com as Secções do Sêlo de Estatística, Financeira e de Contabilidade;

no oitavo pavimento: Serviço de Comunicações, com as Secções de Expediente, Protocolo e Arquivo, e Expedição; e Serviço de Pessoal e Material, com as Secções de Pessoal e de Material;

no sétimo pavimento: Serviço de Divulgação, com as Secções de Redação e Intercâmbio e de Difusão Cultural; e a Secção de Documen-

tação Municipal, do Serviço de Organização e Documentação

no sexto pavimento: Secção de Estudos e Planos e Biblioteca Central, do Serviço de Organização e Documentação;

no quinto pavimento: Serviço de Sistematização, com as Secções do *Anuário Estatístico* e do *Boletim Estatístico;* e Serviço de Estatística Militar, com as Secções de Recursos Demográficos e Sociais e de Recursos Econômicos;

no quarto pavimento: Secções de Comércio Interestadual e de Campanhas Estatísticas, do Serviço de Inquéritos;

no terceiro pavimento: Secção de Inquéritos Especiais e de Apuração Mecânica, do Serviço de Inquéritos;

no segundo pavimento: restaurante;

no primeiro pavimento: guichês de pagadoria, de venda do sêlo de estatística e de recebimento de questionários dos inquéritos econômicos;

no sub-solo: almoxarifado.

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística levou a efeito quatro reuniões ordinárias, durante o terceiro trimestre dêste ano, correspondente ao presente número da REVISTA

Na primeira dessas reuniões, presidida pelo Sr JOÃO DE LOURENÇO, foram lidos, no expediente, diversos telegramas de agradecimentos a votos e comunicações do C N E O Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS fêz uma comunicação sôbre os trabalhos da Assembléia Geral, ressaltando o ambiente de compreensão e cordialidade em que os mesmos decorreram e os relevantes proveitos alcançados.

Congratulando-se com a Junta, o orador requereu fôssem consignados votos de agradecimentos e aplausos aos Srs Tenente-Coronel FREDERICO RONDON e Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, pela maneira brilhante e feliz como representaram as delegações federais nas sessões solenes de abertura e encerramento da Assembléia, saudando os delegados regionais O Sr Tenente-Coronel RONDON agradeceu as referências a seu nome e requereu fôsse manifestado o reconhecimento da casa pela atuação do Secretário-Geral na Assembléia

Expressando a sua solidariedade ao requerimento, o Sr JOÃO DE LOURENÇO justificou a sua ausência no plenário do Conselho, reiterou os motivos que já havia comunicado à direção do Instituto, e agradeceu os cumprimentos que lhe foram enviados após a apresentação do relatório do Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Voltando a falar, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS agradeceu as referências feitas à sua pessoa, declarando que o êxito dos seus encargos havia resultado do apoio e confiança assegurados pela Junta, dos esforços do funcionalismo da entidade e, de modo especial, da orientação traçada pelo Presidente, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, de quem sempre recebera a mais prestigiosa assistência e os elementos necessários para a vitória dos altos objetivos do Instituto

Propôs, assim, que a Junta dirigisse ao seu Presidente as merecidas congratulações e agradecimentos pelos motivos que acabava de expor e eram de amplo conhecimento do Conselho

Aprovados todos êsses requerimentos, ainda o Secretário-Geral prestou informações sôbre o andamento da nacionalização das Agências Municipais de Estatística, salientando que a todos os agentes postos à disposição do Instituto está assegurada a remuneração mínima de Cr$ 500,00 mensais

Na ordem do dia, foram aprovados os pareceres da Secretaria-Geral em processos, por infração ao Decreto-Lei n º 4 736: aplicando multas de Cr$ 200,00 às firmas Jorge Musset, Produtos Alimentícios Imperial Ltda, Serafim Otaviani, Machado Negrão Ltda, José Gomes Lages, Pastifício Antonini S/A, Fábrica de Lonas S/A, José Nobile de Geraid, Chaves & Cia, Russel & Cia e Antunes & Teixeira; mantendo a multa de Cr$ 500,00 à firma Empresa de Conservas Vitória Ltda; decidindo pelo arquivamento do processo da multa imposta à firma Joaquim Sampaio; e impondo multas de Cr$ *600,00* e *Cr$ 500,00, respectivamente,* às *firmas* reincidentes Irmãos Valença e João Abud Filho A Junta aprovou também as prestações de contas e distribuição orçamentária dos auxílios concedidos aos órgãos regionais do Território do Acre, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso, Paraná e Paraíba

Por último, foi dada aprovação aos entendimentos havidos entre a Embaixada da França no Brasil, o Professor FERNANDO DE AZEVEDO e a direção do Instituto, no sentido de ser lançada uma edição de 10 000 exemplares, em francês, da obra *A Cultura Brasileira,* monografia introdutória aos resultados do Recenseamento Geral de 1940

Na segunda reunião, foi lido um ofício do Conselho Nacional de Geografia, acompanhado da *Resolução da Assembléia Geral do mesmo* Conselho que institui o "Dia do Geógrafo", à mesma data em que se celebra o "Dia do Estatístico", tendo o Secretário-Geral requerido um voto, que foi aprovado, de congratulações e regozijo, a ser consignado na ata e transmitido à ala geográfica do Instituto

Ainda no expediente, o Sr TEIXEIRA DE FREITAS fêz uma comunicação acêrca da marcha dos serviços na Secretaria-Geral, referindo-se, em particular, à publicação do *Anuário Estatístico* e de livros norte-americanos de metodologia estatística, traduzidos para o português A propósito, salientou a elevada cooperação e os assinalados serviços prestados à entidade pelo Professor WILLIAM REX CRAWFORD, ex-adido cultural da Embaixada dos Estados Unidos em nosso país, convidando, em nome do Sr. Presidente, os membros da Junta para comparecerem ao almôço que o Instituto ofereceria,

dias depois, àquele ilustre sociólogo e diplomata, que se achava de regresso à sua pátria.

Na ordem do dia, o Sr TEIXEIRA DE FREITAS deu conhecimento de uma representação, cujos têrmos a Junta aprovou, sôbre medidas administrativas necessárias à regularização do levantamento das campanhas estatísticas no Estado de São Paulo

De acôrdo com pareceres da Secretaria-Geral, foi negado provimento ao recurso da firma Irmãos Haume e mantida a multa de Cr$ 200,00 que lhe fôra imposta Multas do mesmo valor foram aplicadas contra as firmas Estefânio Sousa, Ely e Roberto Eluf, Nascimento & Filhos Ltda e F Bianco Prior & Cia , de acôrdo com os respectivos autos de infração Foram ainda aprovados os pareceres referentes a prestações de contas de auxílios aos órgãos regionais do Amazonas, Paraíba e Minas Gerais

Por fim, a Junta aprovou as seguintes Resoluções: n º 221 — "Dispõe sôbre o quadro da portaria da Secretaria-Geral"; n º 222 — "Cria cargos isolados no quadro permanente da Secretaria-Geral e dá outras providências"; n º 223 — "Dispõe sôbre níveis de remuneração constantes da Tabela Numérica da Secretaria-Geral"; n º 224 — "Orça as despesas do Conselho Nacional de Estatística e da Secretaria-Geral do Instituto para o exercício de 1946"; n º 225 — "Orça as despesas do Instituto para o exercício de 1946"; e n º 226 — "Autoriza destaques e suplementações de verbas no orçamento da Secretaria-Geral do Instituto para o exercício de 1945"

Na sessão seguinte, realizada no dia 10 de setembro, sob a presidência do Sr FREDERICO RONDON, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS justificou, no expediente, a ausência dos Srs HEITOR BRACET e CARLOS ALBERTO GONÇALVES, que lhe haviam delegado poderes para representá-los na sessão Ainda com a palavra, o Secretário-Geral teceu sentido necrológio do Engenheiro MÁRIO LACERDA GORDILHO, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas no Conselho e na Comissão Censitária Nacional, falecido inesperadamente no dia 4 daquele mês, ressaltando as altas qualidades de técnico e fino trato de cavalheiro do extinto, que, do seu convívio na Junta, deixara a mais grata impressão Aprovando a inserção na ata de um voto de profundo pesar, os presentes se mantiveram de pé, em silêncio, durante um minuto, em homenagem à memória do ilustre companheiro desaparecido

Falou, em seguida, o Sr CERQUEIRA LIMA para fazer o elogio fúnebre do Sr PEDRO BARRETO FALCÃO, recentemente falecido em Alagoas num desastre de avião e que, conforme acentuou o orador, era uma das figuras mais destacadas e brilhantes da moderna geração de estatísticos brasileiros, com excelentes serviços prestados ao Instituto como Diretor de Estatística naquele Estado, assistente do atual Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura e delegado do Instituto no Rio Grande do Sul, onde desempenhou, com alta eficiência, as comissões de Diretor do Departamento Estadual de Estatística e Delegado Regional do Serviço Nacional de Recenseamento A requerimento do Sr CERQUEIRA LIMA, a Junta aprovou um voto de sentidos pêsames à família BARRETO FALCÃO e ao govêrno do Estado de Alagoas, ao qual o extinto vinha prestando sua relevante colaboração, como diretor do Departamento das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo.

Em seguida, o Sr TEIXEIRA DE FREITAS referiu-se a dois auspiciosos fatos ocorridos na alta administração pública, ou sejam a conclusão da ligação rodoviária Rio-Bahia e a concretização do primeiro auxílio federal para o desenvolvimento do ensino primário em todo o país, fazendo a respeito breves comentários sôbre a importância de realizações dessa natureza, cuja necessidade o Instituto vem focalizando nos estudos dos seus técnicos e nos pronunciamentos do seu presidente A Junta decidiu comunicar a sua satisfação, por aquêle motivo, ao Sr Presidente da República e aos Srs Ministros da Viação e Obras Públicas e da Educação e Saúde

Na ordem do dia, o Sr ALBERTO MARTINS procedeu à leitura do relatório que apresentou ao Secretário-Geral do Instituto, sôbre o cumprimento da missão que lhe fôra confiada, no sentido de promover a regularização das campanhas estatísticas dos últimos anos, no Estado de São Paulo Inteirada do êxito da referida incumbência e das providências assentadas, a Junta decidiu, por proposta do Secretário-Geral, registrar, com especial agrado, o novo serviço prestado à entidade pelo Sr ALBERTO MARTINS, dirigir os seus aplausos e louvor ao Sr ROBERTO PAIVA MEIRA, Inspetor Regional das Agências Municipais de Estatística de São Paulo, pelo zêlo e eficiência que vem empregando no desempenho da sua função, e manifestar o seu aprêço ao Sr DJALMA FORJAZ, Diretor do Departamento Estadual de Estatística daquele Estado, pelo espírito de compreensão demonstrado nos entendimentos com o enviado do Instituto

Tomando conhecimento do processo relativo ao convite formulado pelo Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística, em Washington, para estágio, na sede daquela entidade, de um estatístico especializado em estatísticas educacionais, a Junta deliberou aceitar o convite, escolher o Sr GERMANO JARDIM, chefe de Secção do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, para o estágio proposto, e autorizar as providências necessárias

Em continuação aos trabalhos, a Junta decidiu conceder à Junta Regional do Conselho no Rio Grande do Sul um adiantamento do auxílio a ser enviado a êsse órgão regional no ano próximo, de conformidade com o parecer dado a respeito pelo Secretário-Geral Foram ainda aprovados os pareceres do Secretário-Geral sôbre prestação de contas, bem como de retificação da distribuição orçamentária de auxílios e sua competente aplicação, dos órgãos regionais de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais A seguir, o Secretário-Geral deu conhecimento à casa de que se achava em elaboração nova lei de imigração e colonização, sôbre a qual foram pedidas sugestões ao Instituto

No dia 20 do mesmo mês, novamente se reuniu a Junta, sob a presidência do Sr HEITOR BRACET No expediente, depois de referir-se ao lançamento da edição definitiva do Relatório do Presidente do Instituto à Presidência da República, correspondente a 1944, o qual se achava

em distribuição, o Sr TEIXEIRA DE FREITAS prestou esclarecimento sôbre as sugestões pedidas ao Instituto para a elaboração da Lei de Imigração e Colonização, que acabava de ser publicada e na qual foram atribuídas à entidade incumbências que seriam posteriormente examinadas no texto oficial O Secretário-Geral tratou, a seguir, da decretação da lei de amparo ao teatro nacional, da qual podia parecer haver resultado a extinção da cobrança da quota de estatística sôbre as casas de diversões na mesma referidas, tendo a Junta decidido que a direção do Instituto fizesse a representação adequada, na hipótese de serem atingidos a letra ou o espírito dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, promovidos e ratificados pelo Govêrno da União, dos Estados e dos Municípios

Ainda com a palavra, o Secretário-Geral assinalou a regularidade e o desenvolvimento obtidos pelo *Boletim Econômico* do Ministério das Relações Exteriores, em suas duas edições, uma para circulação no Brasil e outra para distribuição no Exterior, ressaltando o valioso e selecionado material estatístico nelas contido, e propondo, com aprovação dos presentes, um voto de congratulações com o diretor daquela publicação, Sr Cônsul CARLOS ALBERTO GONÇALVES, membro da Junta, e um voto de satisfação a ser registrado na ata e comunicado ao Sr Ministro das Relações Exteriores

O Sr TEIXEIRA DE FREITAS deu conhecimento de um memorial dirigido pelos servidores da Secretaria-Geral do Instituto ao Presidente da entidade, solicitando que, ao retornar às suas funções na repartição, fôsse o extranumerário JOÃO VITALINO SOBRINHO, recem-chegado dos campos de batalha da Europa, como integrante da Fôrça Expedicionária Brasileira, reclassificado para o exercício não mais das mesmas funções e sim das de auxiliar de escritório referência XIV, às quais fazia jus também por seus merecimentos individuais Acrescentou que o pedido havia sido despachado favoràvelmente Por sugestão do presidente da sessão, a Junta expressou suas vivas congratulações com a direção do Instituto, por motivo da significativa atitude do funcionalismo e pelo acolhimento que havia sido dispensado ao pedido Manifestou a Junta, também, seu inteiro apoio à merecida homenagem prestada ao referido expedicionário

Na ordem do dia, foram lidos e aprovados os pareceres da Secretaria-Geral sôbre: projeto de reorganização do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina; cobrança da quota de estatística sôbre ingressos às festas promovidas pelo Clube Internacional do Recife; infração ao Decreto-lei n º 4 736, pela firma Amadeu dos Santos Cavaleiro, no sentido de ser imposta a multa de Cr$ 200,00; solicitação de auxílio especial pelo Departamento Estadual de Estatística da Paraíba

Foi aprovada, por fim, a Resolução n º 227 — "que regula o disposto no artigo 8 º da Resolução n º 186, de 3 de agôsto de 1944, da Junta Executiva Central".

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS FEDERAIS

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho divulgou, através do *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n º 132, de agôsto último, os quadros do movimento dos benefícios do abono familiar distribuídos em todo o país, nos meses de maio e junho do corrente ano, bem assim um gráfico demonstrativo referente ao exercício de 1944

Êste último revela-nos os Estados em que a concessão dêsse auxílio aos servidores atingiu maior número. Figurou em primeiro lugar Minas Gerais, com aproximadamente 6 000, seguindo-se-lhe o Rio Grande do Sul, quase com a mesma quota, São Paulo, com cêrca de 2 600, Santa Catarina, com pouco mais de 2 000, e Bahia, com mais de 1 600 As Unidades Políticas onde o número de abonos distribuídos não chega, sequer, a 500, excetuando-se os Territórios, são: Amazonas, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Espírito Santo, Goiás e Distrito Federal

No mês de junho do ano corrente foram distribuídos 34 732 abonos, compreendendo 300 542 dependentes, no valor de Cr$ 3 940 320,00

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Território do Amapá — Por ocasião das solenidades comemorativas do transcurso da data da criação dos novos Territórios Nacionais, a 13 de setembro último, foi instalado o Serviço de Geografia e Estatística do Território do Amapá, que funcionará sob a direção do Sr JOSÉ MIRANDA

O ato teve a presença do Capitão JANARY GENTIL NUNES, Governador do Território, bem como das autoridades civis e militares regionais, tendo discursado o Diretor do órgão recem-inaugurado.

Amazonas — No dia 10 de setembro último, reuniu-se na sede do Departamento Estadual de Estatística, o Centro Teixeira de Freitas, em sessão comemorativa do primeiro aniversário do falecimento de D ZAÍRA PINTO, Chefe da Secção de Ensino Primário do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação

A sessão foi presidida pelo Professor JÚLIO UCHÔA, tendo a Srta LINDA DÁU, em sentida oração, feito um estudo biográfico de D ZAÍRA PINTO, enaltecendo a sua invulgar dedicação ao

serviço público e dizendo do pesar que causara aos estatísticos o seu prematuro falecimento Concluindo, propôs que o Curso mantido pelo Centro Teixeira de Freitas tivesse a denominação de "Zaíra Pinto", como merecido preito de saudade e admiração à saudosa Colega A proposta foi unânimemente aprovada

Maranhão — Tendo ocupado a direção do Departamento Estadual de Estatística desde 1937, o Sr DJALMA DE PÁDUA FORTUNA deixou essas funções em junho, após uma gestão das mais profícuas. O Sr. DJALMA FORTUNA, que também dirigiu a campanha censitária de 1940, no Estado, e foi, por muito tempo, membro da Associação Comercial do Maranhão, de cuja Secretaria fôra diretor, seguiu naquele mesmo mês para Belém, a fim de assumir o cargo de Diretor Regional dos Correios e Telégrafos da capital paraense

Radicado na sociedade maranhense, em cujos círculos é grandemente relacionado, o ex-Diretor do D E E foi alvo, por ocasião de sua partida de São Luís, de expressivas manifestações de amizade e simpatia.

Piauí — O Interventor Federal no Estado, definindo as atribuições do Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, baixou, no dia 13 de setembro último, um Decreto, que tomou o número 65, determinando que "o ocupante do cargo de Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística (D E E) exercerá, também, a Presidência da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia e da Comissão Revisora de Estatística Municipal, de acôrdo com as instruções emanadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística"

Alagoas — Após haver participado, como delegado de Alagoas, dos trabalhos das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, reunidas em julho último, deixou o exercício das funções de Diretor do Departamento Estadual de Estatística e Presidente da Junta Executiva Regional de Estatística daquele Estado, o Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, elemento dos mais destacados do quadro técnico do Instituto

Depois de ter dirigido, como delegado do I B G E, o órgão central de estatística espiritossantense, com os mais assinalados proveitos, então ressaltados, foi o Sr DIÉGUES JÚNIOR posto à disposição do govêrno alagoano, em janeiro de 1942, no momento em que se renovava a administração pública, no início da gestão do Interventor ISMAR DE GÓES MONTEIRO Coube-lhe assegurar, desde logo, a continuidade da ação exemplar desenvolvida no D E E por outro dedicado e competente delegado do Instituto, Sr JOÃO DE MESQUITA LARA

Jornalista, inteligência bem servida por uma apreciável cultura sociológica, tornou-se, pela sua atividade e largo espírito de cooperação, um dos colaboradores valiosos do govêrno, que lhe delegou importantes comissões ligadas ao fomento da economia regional, à solução dos problemas de abastecimento e a questões dos limites interestaduais

Não só em 1945, como na sessão anterior verificada em Goiânia, foi o Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR o delegado de Alagoas às Assembléias Gerais dos Conselhos dirigentes do Instituto, tendo dado excelente contribuição para o êxito dos respectivos trabalhos

À frente do Departamento Estadual de Estatística da sua terra natal, marcou os seus três e meio anos de atuação com diversas e relevantes iniciativas, destacadamente as que visaram ao aperfeiçoamento das estatísticas vitais e judiciárias

Ao exonerar-se do cargo que, assim, proficientemente exercia, o Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR dirigiu ao Sr Interventor em Alagoas a seguinte carta:

"Rio de Janeiro, 31 de julho de 1945

Ilustre Amigo Interventor ISMAR DE GÓES MONTEIRO.

De conformidade com os nossos entendimentos pessoais, venho encaminhar-lhe o meu pedido de exoneração do cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estatística, que vinha exercendo desde 5 de janeiro de 1942 Foi para mim uma grande satisfação servir ao seu govêrno, principalmente por me haver permitido uma mais íntima convivência com um chefe e amigo de quem recebi sempre o melhor estímulo e o maior apoio às minhas atividades

Não me cabe falar dos esforços que empreguei, com entusiasmo, na execução das tarefas a mim entregues, para poder corresponder à distinção que me fôra conferida Resta-me a certeza, e disto tenho a consciência tranqüila, de haver servido ao seu govêrno com dedicação desinteressada e com absoluta sinceridade de propósitos Da lealdade dêsses sentimentos seria supérfluo falar, pois ela decorre não apenas da retribuição que devo às provas de confiança e aprêço com que sempre me distinguiu, se não ainda dos velhos laços de amizade que nos aproximam

Peço, portanto, que, ao atender a êste meu pedido de exoneração, extensivo, aliás, às demais funções que ocupava — membro da Comissão Revisora da Divisão Territorial e da Comissão de Revisão do Merecimento dos Funcionários — receba, com a renovação do meu aprêço, os votos que formulo pela contínua prosperidade do seu govêrno e pela felicidade pessoal sua e de todos os seus

Cordialmente, (ass) MANUEL DIÉGUES JÚNIOR"

Em resposta, o Tenente-Coronel ISMAR DE GÓES MONTEIRO, então Interventor Federal em Alagoas, enviou ao Diretor exonerado a carta abaixo transcrita:

"Maceió, 20 de agôsto de 1945

Amigo DIÉGUES JÚNIOR:

Acuso o recebimento de sua carta de 31 de julho último, em que pede exoneração do cargo de Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, cargo êste que, desde janeiro de 1942, vinha exercendo com tanto proveito para a minha administração

Creia que lamento, sinceramente, me ver desfalcado de um auxiliar como o amigo que, com dedicação, zêlo e inteligência, vinha prestando, de maneira tão brilhante, sua colaboração ao meu govêrno, à frente do Departamento Estadual de Estatística

Neste setor de minha administração, o amigo sempre se houve com muita dignidade, revelando-se um técnico à altura da responsabilidade do cargo, tendo oportunidade de, por várias vêzes, demonstrar a sua competência e capacidade profissional

Por tudo isso, sinto-me no indeclinável dever de agradecer aqui, os bons serviços que me prestou, ao tempo em que formulo os melhores votos pela sua felicidade pessoal

(ass) ISMAR DE GÓES MONTEIRO"

Havendo retornado às suas atividades na Secretaria-Geral do Instituto, da qual é fun-

cionário efetivo, o Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR foi designado para o lugar de Chefe da Secção de Difusão Cultural do Serviço de Divulgação.

Bahia — No dia 17 de agôsto, reuniu-se a Junta Regional de Estatística, presidindo a sessão, a convite do Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, o Capitão HEITOR LIRA, representante da 6ª Região Militar

Na ordem do dia, a J E R E aprovou a Resolução nº 123, formulando um apêlo aos Srs Secretário da Fazenda e Delegado Fiscal, no Estado, para que examinem a possibilidade de determinar aos servidores das Exatorias estaduais e federais o fornecimento, dentro do menor prazo possível, dos dados estatísticos solicitados pelo Departamento Estadual de Estatística ou pelos Agentes Municipais de Estatística

Espírito Santo — Com o apoio do Interventor Federal no Estado, o Departamento de Estatística pleiteou e obteve das Prefeituras locais a criação e a instalação de vinte novas bibliotecas populares Empenhando-se na disseminação de bibliotecas em tôdas as sedes municipais espíritossantenses, o Departamento Estadual de Estatística participa de uma salutar campanha, que se relaciona de perto com o sentido cultural do programa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Dada a circunstância de que o êxito dos inquéritos estatísticos depende em boa medida do grau de desenvolvimento da cultura popular, merece aplausos o esfôrço do órgão estatístico regional, no sentido da propaganda sistemática em prol da criação, em cada Município, da biblioteca, museu e arquivo municipal

Rio de Janeiro — O Sr FRANCISCO STEELE, Diretor do Departamento Estadual de Estatística e que representou o Estado do Rio de Janeiro na última sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, foi alvo de expressiva homenagem por parte dos funcionários do D E E em virtude de haver reassumido as suas funções

Saudando o homenageado, falou o Sr ALDEMAR ALEGRIA, que o presenteou, no final, em nome dos funcionários do D E E., com uma pasta de couro

Agradecendo a manifestação que lhe foi prestada, o Sr FRANCISCO STEELE disse da satisfação que sentia em voltar ao convívio dos funcionários do D E E

Santa Catarina — Sob a presidência do Sr LOURIVAL CÂMARA, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, estêve reunida, no dia 24 de agôsto, a Junta Executiva Regional de Estatística

Foram aprovadas diversas Resoluções, entre as quais as seguintes: nº 118 — que "estabelece o plano de levantamento da estatística do movimento em hotéis, pensões e congêneres"; nº 121 — que "oferece o concurso da Estatística Regional ao Tribunal Eleitoral"; nº 122 — que "designa uma comissão para o estudo da organização do cadastro rural do Estado"; nº 124 — que "promove a criação de um núcleo de estudos estatísticos"; nº 127 — que "fixa os programas da cadeira de Estatística, para os concursos de ingresso às carreiras de Arquivista, Bibliotecário, Escriturário, Guarda-Livros, Oficial Administrativo, Cartógrafo e Desenhista do Quadro Único do Estado"; nº 128 — que "adota os questionários que serão obrigatòriamente utilizados pelas repartições estaduais e municipais, para o levantamento das estatísticas administrativas"; nº 129 — que "expõe ao Govêrno do Estado a necessidade de reformas no sistema estatístico regional"; e nº 130 — que "prevê a utilização de informações complementares às do Registro Civil"

Goiás — Pela Divisão do Pessoal, Seleção e Aperfeiçoamento do D S P do Estado, foi aberta a inscrição, pelo prazo de sessenta dias, a partir de 1 de julho último, ao concurso para provimento de cargos da carreira de Estatístico

— Devidamente autorizado pelo Sr Presidente da República, o Sr Interventor Federal no Estado baixou o Decreto-lei nº 55, de 19 de julho, que transferiu as sedes dos municípios de Araguatins e Itacê, respectivamente, para os distritos de Itaguatins e Itapaci Pelo mesmo Decreto-lei, as cidades de Araguatins e Itacê reverteram à categoria de vila

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS

Agência Municipal de Estatística de Araraquara — A Agência Municipal de Estatística de Araraquara, Estado de São Paulo, fêz imprimir um mapa no qual divulga dados gerais sôbre a vida econômica, social e cultural daquele município, cuja população é de 73 mil habitantes, equivalente à de qualquer das capitais dos seguintes Estados: Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe

Zona de produção diversificada, com cêrca de 22% de sua área cultivada, possui café, feijão, algodão, arroz, milho, amendoim, batata, abacaxi, banana, laranja, mamona, tomate, cisal, cana de açúcar e fumo. A exportação do município compreende, além de alguns dêsses produtos e seus derivados, seda em fios, óleo de algodão, meias, balas e doces, fabricados em mais de cem estabelecimentos industriais e 950 firmas diversas, com uma produção no valor total de Cr$ 176 395 164,90 por ano.

A estimativa oficial revela a existência de 29 564 bovinos, 6 725 eqüinos, 13 215 muares, 16 800 suínos, 1 200 caprinos, 787 ovinos, 102 asininos e 270 000 aves O movimento demográfico expressou-se, em 1944, por 1 991 nascimentos, 688 óbitos e 392 casamentos.

Outros informes contidos no aludido mapa, e que comprovam o adiantamento de Araraquara, indicam a existência de 38 médicos, 11 engenheiros, 17 advogados, 5 agrônomos, 1 agrimensor, 38 farmacêuticos, 35 dentistas e 35

guarda-livros; a arrecadação dos Correios e Telégrafos, elevou-se em 1944, a Cr$ 612 339,90; há um campo de aviação mantido pela Prefeitura, com 3 aviões, hangar e outras instalações; um parque infantil, com uma área de 25 204,6 m²; numerosas escolas estaduais, municipais e particulares, com uma população escolar de 8 226 alunos; Faculdade de Farmácia e Odontologia; biblioteca pública contando, atualmente, com 7 500 volumes; 10 estabelecimentos de crédito e 8 repartições públicas

A arrecadação municipal, que se vem elevando nestes últimos anos, passou de Cr$ 3 222 413,80, em 1943, a Cr$ 3 403 591,00, em 1944, enquanto o orçamento para o corrente ano prevê uma renda de Cr$ 3 509 600,00

ENGENHEIRO MÁRIO GORDILHO

Vitimado por um ataque de angina, faleceu, repentinamente, no dia 4 de setembro, o Dr. MÁRIO DE LACERDA GORDILHO, *que pertencia desde muitos anos aos quadros técnicos do Ministério da Viação e era representante dêsse órgão governamental no Conselho Nacional de Estatística e na Comissão Censitária Nacional Descendente de tradicional família baiana, o ilustre extinto era filho do Dr* ADRIANO DOS REIS GORDILHO, *antigo vulto político do Estado Ingressando, ainda muito jovem, no funcionalismo, o Engenheiro* MÁRIO GORDILHO *exerceu importantes postos técnicos e administrativos durante sua operosa carreira de 35 anos no serviço público*

Chefiou, em São Paulo, o Distrito Fiscal da extinta Inspetoria Federal de Estradas e, posteriormente, dirigiu a Secção de Estatística do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, em que se transformara aquela Inspetoria. Exerceu, outrossim, importantes comissões, inclusive na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Por último, ocupava a chefia do Serviço de Administração daquele Departamento.

No Conselho Nacional de Estatística, sua atuação caracterizou-se por interêsse constante em tôrno das providências, estudos e iniciativas dessa ala do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fazendo-se, ao mesmo tempo, grandemente estimado pelo seu fino trato de cavalheiro dotado de alto espírito de compreensão.

O Dr MÁRIO GORDILHO *deixou viúva a Sra.* ALDA BOURGET GORDILHO *e duas filhas casadas, sendo seus genros os Drs* CLEMENTINO FRAGA FILHO *e* GILBERTO GORDILHO PEDREIRA

PEDRO BARRETO FALCÃO

Com o desaparecimento, em circunstâncias trágicas, na capital alagoana, de PEDRO BARRETO FALCÃO, *perde a Estatística Brasileira um de seus mais dedicados, brilhantes e operosos servidores Alto funcionário do Departamento Estadual de Estatística de Alagoas, cedo revelou o seu descortino e sua capacidade técnica, motivo por que lhe foram confiadas, sempre com absoluto êxito, importantes comissões*

Dotado de invulgar capacidade de trabalho, espírito de iniciativa e comprovada competência, o dedicado profissional constituiu-se um dos grandes colaboradores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na obra de sistematização da estatística nacional. Suas atividades no órgão central da estatística alagoana assinalam o primeiro marco de uma luminosa trajetória a serviço da Estatística Brasileira, a que se vieram juntar novos e valiosos trabalhos

Em seguida a proveitosa permanência no Rio, a serviço de organismos integrantes do sistema ibgeano, era-lhe confiada pelo Instituto a incumbência de reorganizar os serviços estatísticos do Rio Grande do Sul, missão em que pôde ver comprovadas as qualidades atrás assinaladas À frente do Departamento Estadual de Estatística do grande Estado sulino, e, depois, da Delegacia Regional do Recenseamento, PEDRO BARRETO FALCÃO *teve ensejo de prestar inestimáveis serviços à causa da Estatística E da maneira como se houve no desempenho das importantes tarefas que lhe foram confiadas, falam, eloqüentemente, as honrosas referências dos governantes sul-riograndenses.*

Havendo regressado a Alagoas, sua terra natal, desta vez solicitado pelo Govêrno do Estado para organizar e dirigir o Departamento das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo, foi fecunda e benéfica a sua atuação à frente dêsse órgão de coordenação das atividades municipais, apresentando-se-lhe, então, o ensejo de aplicar, no campo municipal, a valiosa experiência adquirida no trato das mais complexas e trabalhosas questões administrativas, mediante a adoção de normas já vitoriosas em outros setores

Todos os que acompanharam a sua obra na direção do D M A C. são acordes em reconhecer os frutuosos resultados de sua orientação no que se relaciona com o afastamento de velhos entraves que emperravam a administração municipal A sua fórmula de cooperação intermunicipal no terreno das construções rodoviárias — parte de um plano geral que elaborara com a sua reconhecida proficiência — mereceu ser ressaltada como uma das iniciativas mais úteis até hoje empreendidas em prol da solução dos magnos problemas do interior brasileiro Em proporções relativamente modestas, o D.M A C, sob a esclarecida direção de PEDRO BARRETO FALCÃO, *tornou vitorioso um princípio que está a sugerir a sua aplicação, num plano*

mais vasto, qual seja o da cooperação, em escala nacional, das três órbitas governamentais e administrativas Dentro dos postulados do cooperativismo, aquela entidade levou a efeito uma ativa campanha de valorização regional através da expansão da rêde de cooperativas municipais e da assistência técnica e financeira aos produtores, vitimas, até ali, da classe dos intermediários de tôda espécie.

Foi neste alto cargo, quando ainda tantos e tão expressivos serviços dêle esperava a administração pública de seu Estado, que veio a falecer na manhã de 5 de setembro, vitimado em doloroso desastre de avião ocorrido ao anoitecer do dia anterior, quando regressava do interior alagoano, em viagem de serviço Teve o triste acontecimento dolorosa repercussão não apenas em Alagoas, mas em todos os círculos intelectuais e sociais até onde chegaram os reflexos de seu espírito

Expressivas homenagens foram prestadas à memória de BARRETO FALCÃO, por ocasião de seu enterramento, verificado na manhã de 6 de setembro, em Maceió Compareceram ao ato a sociedade alagoana, representada por tôdas as suas classes, representações de associações culturais e políticas, e bem assim uma delegação do Município de Assembléia, terra natal do extinto, além das altas autoridades civis e militares do Estado

Por ocasião do enterramento, fizeram sentidos discursos vários oradores, entre êles os Srs. LUÍS SILVEIRA, diretor da Gazeta de Alagoas, LAURO MONTENEGRO, em nome do Partido Social Democrático, de cuja Comissão Executiva o extinto fazia parte, e JOSÉ MARIA DE MELO, prefeito municipal de Assembléia, em nome dos conterrâneos de BARRETO FALCÃO

Sôbre o ataúde do dedicado servidor da estatística nacional, viam-se numerosas coroas, entre elas a oferecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que assim prestou as homenagens de sua saudade ao ilustre companheiro, tendo ainda o Inspetor Regional das Agências Municipais de Estatística, em Alagoas, representado o Instituto nos funerais

Não ficou nisso, porém, a manifestação de pesar dos órgãos ibgeanos.

Em sessão da Junta Executiva Central do C N E , o Sr CERQUEIRA LIMA, diretor do Serviço de Estatística da Produção, pronunciou sentidas palavras sôbre a figura do ilustre morto, sendo registrado em ata o voto de pesar daquele colégio deliberativo

Várias outras homenagens foram prestadas à memória de BARRETO FALCÃO, celebrando-se, em Maceió, solenes exéquias no sétimo dia de seu falecimento Também nesta Capital e em Pôrto Alegre foi celebrada, nesse dia, uma missa fúnebre, a que compareceram não só amigos e admiradores do extinto, como também diretores e funcionários dos diversos órgãos integrados no I B G E

PEDRO BARRETO FALCÃO deixou viúva, a Sra. LUZINETE BARRETO FALCÃO, e uma filha menor

GENERAL ALÍPIO VIRGÍLIO DE PRIMIO

O falecimento do General ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMIO privou a Geografia, em nosso país, de um dos seus mais destacados estudiosos, principalmente no capítulo referente à Cartografia, especialidade de que foi autorizado impulsionador no seio do Exército, havendo fundado o antigo Instituto Geográfico daquela corporação, hoje transformado em Serviço Geográfico e Histórico do Exército, e dirigido durante muitos anos essa importante repartição técnica militar.

Nascido em Pôrto Alegre, a 20 de agôsto de 1877, descendia de ilustre família italiana radicada no Rio Grande do Sul Iniciou a sua vida militar em 1895, quando se matriculou na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, onde fêz um curso brilhante de engenharia, recebendo o diploma de bacharel em ciências físicas e matemáticas Pertenceu à comissão de julgadores da Carta Geral do Brasil, a qual funcionou de 1902 a 1910, período durante o qual organizou trabalhos que até hoje servem de padrão para os serviços cartográficos Designado pelo Govêrno para estudar na Europa os processos de fotogrametria, demorou-se por alguns anos no Velho Mundo Ao regressar ao Brasil, trouxe uma comissão de técnicos austríacos e lançou a idéia da fundação do Instituto Geográfico do Exército Foi com o auxílio dêsses técnicos que o General ALÍPIO DI PRIMIO organizou o Serviço Geográfico Militar, resultado da fusão do Serviço da Carta Geral do Brasil com o Instituto Geográfico do Exército

Cientista de reconhecidos méritos, dedicou quase tôda a sua vida aos estudos de Geodésia e Geografia, deixando numerosos trabalhos sôbre os assuntos de sua especialidade, entre os quais Cartas Celestes e Diagramas, obra bastante divulgada tanto no país como no estrangeiro e de grande valor no gênero. Prestava sua valiosa colaboração ao Conselho Nacional de Geografia, como consultor para os assuntos relacionados com a Geodésia e a Fotogrametria.

O falecimento do General ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMIO ocorreu no dia 23 de setembro, em sua residência, à rua Sorocaba n º 90, após prolongada enfermidade. Deixou viúva a Sra ALAÍDE MACIEL